JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Agência Regional de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento do Complexo Nascentes do Pantanal - AGERR-PANTANAL 4
Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Cáceres 5
Camara Municipal de Canarana 7
Camara Municipal de Curvelândia 7
Camara Municipal de Diamantino 7
Câmara Municipal de Matupá 14
Camara Municipal de Nova Xavantina 14
Camara Municipal de Santa Rita do Trivelato 20
Camara Municipal de Tangará da Serra 21
Camara Municipal de Várzea Grande 21
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 22
Prefeitura Municipal de Água Boa 22
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 27
Prefeitura Municipal de Alto Garças 28
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 44
Prefeitura Municipal de Apiacás 44
Prefeitura Municipal de Araputanga 66
Prefeitura Municipal de Arenápolis 71
Prefeitura Municipal de Aripuanã 72
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 73
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 76
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 77
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 94
Prefeitura Municipal de Brasnorte 95
Prefeitura Municipal de Cáceres 95
Prefeitura Municipal de Campinápolis 102
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 105
Prefeitura Municipal de Campo Verde 119
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 122
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 123
Prefeitura Municipal de Canarana 124
Prefeitura Municipal de Carlinda 127
Prefeitura Municipal de Castanheira 129
Prefeitura Municipal de Cláudia 129
Prefeitura Municipal de Cocalinho 139
Prefeitura Municipal de Colíder 139
Prefeitura Municipal de Colniza 140
Prefeitura Municipal de Comodoro 144
Prefeitura Municipal de Confresa 151
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 156
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 157
Prefeitura Municipal de Cuiabá 159
Prefeitura Municipal de Curvelândia 160
Prefeitura Municipal de Diamantino 161
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 162
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 163
Prefeitura Municipal de General Carneiro 182
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 192
Prefeitura Municipal de Itanhangá 192
Prefeitura Municipal de Itiquira 194
Prefeitura Municipal de Jangada 194

Prefeitura Municipal de Jauru 197
Prefeitura Municipal de Juara 198
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 199
Prefeitura Municipal de Luciara 201
Prefeitura Municipal de Marcelândia 201
Prefeitura Municipal de Matupá 201
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 214
Prefeitura Municipal de Nobres 217
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 220
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 222
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 260
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 261
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 265
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 267
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 269
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 273
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 276
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 277
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 279
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 281
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 283
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 289
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 291
Prefeitura Municipal de Paranatinga 294
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 304
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 309
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 315
Prefeitura Municipal de Poconé 316
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 317
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 319
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 319
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 321
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 322
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 327
Prefeitura Municipal de Poxoréu 330
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 332
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 332
Prefeitura Municipal de Rondolândia 333
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 341
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 341
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 341
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 342
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 343
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 349
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 350
Prefeitura Municipal de São José do Povo 355
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 355
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 356
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 364
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 365
Prefeitura Municipal de Sorriso 365
Prefeitura Municipal de Tabaporã 368
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 372
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 374
Prefeitura Municipal de Tesouro 375
Prefeitura Municipal de Torixoréu 376
Prefeitura Municipal de União do Sul 376
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 377
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 390
Prefeitura Municipal de Vila Rica 398

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

AGÊNCIA REGIONAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL - AGERR-PANTANAL

PORTARIA Nº 005 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.13

PORTARIA Nº 005 DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.13

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 42.115,84 distribuídos nas seguintes dotações:

Suplementação (+)				42.115,84	
02	01 01	DIRETORIA EXECUTIVA			
	5	04.122.0001.2003.0000	MANUTENÇÃO AGERR/PANTANAL	16.000,00	
		3.3.90.14.00 1	DIÁRIAS - CIVIL Recursos do Exercício Corrente	F.R.: 9 1	880
		110 000	GERAL		
	6	04.122.0001.2003.0000	MANUTENÇÃO AGERR/PANTANAL	18.500,00	
		3.3.90.30.00 1	MATERIAL DE CONSUMO Recursos do Exercício Corrente	F.R.: 9 1	880
		110 000	GERAL		
	7	04.122.0001.2003.0000	MANUTENÇÃO AGERR/PANTANAL	4.000,00	
		3.3.90.33.00 1	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO Recursos do Exercício Corrente	F.R.: 9 1	880
		110 000	GERAL		
	8	04.122.0001.2003.0000	MANUTENÇÃO AGERR/PANTANAL	3.615,84	
		3.3.90.36.00 1	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA Recursos do Exercício Corrente	F.R.: 9 1	880
		110 000	GERAL		

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 01 01 DIRETORIA EXECUTIVA

2 04.122.0001.2002.0000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - - 5.115,84

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 9 1 880

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

3 04.122.0001.2002.0000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS -17.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 9 1 880

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

02 01 01 DIRETORIA EXECUTIVA

4 04.122.0001.2002.0000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS -16.000,00

3.1.90.13.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS F.R. Grupo: 9 1 880

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

9 04.122.0001.2003.0000 MANUTENÇÃO AGERR/PANTANAL -4.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 9 1 880

1 Recursos do Exercício Corrente

110 000 GERAL

Anulação (-) -42.115,84

Artigo 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.,

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Presidente AGERR Pantanal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022 MELHOR TÉCNICA

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2022

MELHOR TÉCNICA

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920 Centro Administrativo, Cuiabá/MT, PELA SUA Comissão de Licitação, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na moda-

lidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017**, do tipo Melhor Técnica e preço, para "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS.** Hora: às 09:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso), do dia **13 de dezembro de 2022**, na sala de Licitações da Associação Mato-grossenses dos Municípios (AMM). A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1230 ou através do site: https://transparencia.amm.org.br

Cuiabá, 25 de outubro de 2022.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente da Comissão permanente de Licitação

LICITAÇÃO
AVISO CHAMAMENTO PUBLICO 001-2022

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

AVISO CHAMAMENTO PUBLICO 001-2022

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM) com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920 Centro Administrativo, Cuiabá/MT, PELA SUA Comissão de Licitação, torna público para conhecimento de todos os interessados o Credenciamento de profissionais formados em comunicação, publicidade, marketing ou atuação em algumas dessas áreas, com o intuito de constituir Subcomissão Técnica, nos termos do § 1 °, do art. 10, da Lei n° 12.232, de 29 de abril de 2010, para análise e julgamento das Propostas Técnicas de Concorrência Pública 001-2017, que trata da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRADAMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS.** Período de Inscrição: entre os dias 26/10/2022 a 23/11/2022, no horário das 08:00h às 12:00 e 13:30h ás 17:30h, A integra do Edital e esclarecimentos a respeito do presente certame poderá ser obtido no seguinte endereço: Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº. 3920, Centro Administrativo, Cuiabá/MT ou pelo telefone (65)2123-1230 ou através do site: https://transparencia.amm.org.br.

Cuiabá, 25 de outubro de 2022.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente da Comissão permanente de Licitação

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 134/2022

"*Determina a abertura de Procedimento Administrativo em face da Excelentíssima Vereadora Mazéh Silva e dá outras providências*"

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, através de seu Presidente Vereador Domingos Oliveira dos Santos, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea "i", c/c artigo 24, inciso VII, alínea "l", § 1º, inciso II, ambos do Regimento Interno;

Considerando a Decisão da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tomada em 19/09/2022, na qual autoriza a abertura de procedimento em face da Excelentíssima Vereadora Mazeh Silva, para apurar os fatos relatados na Representação ofertada pela Excelentíssima Vereadora Valdeniria Dutra Ferreira, nos autos do Procedimento Administrativo nº 005/2022;

Considerando o disposto no artigo 110, do Regimento Interno prevendo que no caso dos incisos I, II e VI do artigo 107 o processo será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação para que esta se manifeste sobre o preenchimento dos requisitos legais.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 111, do Regimento Interno prevendo que resolvido que o processo deva prosseguir a Câmara Municipal nomeará uma comissão composta de três membros, cabendo ao plenário elegê-los dentre os componentes da Casa.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo, nos termos do artigo 21, inciso II, alínea "i", c/c artigo 110, ambos do Regimento Interno, em face da Excelentíssima Vereadora MAZÉH SILVA.

Art. 2º Ficam designados os membros da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação desta Casa de Leis, composta pelos Vereadores designados pela Portaria nº 041/2021, publicada no Diário Oficial do Município em 25/01/2021, que serão responsáveis por conduzir os trabalhos de apuração, para os fins previstos no artigo 111, do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação, terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes, em observância aos termos do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 4º Os trabalhos deverão se iniciar imediatamente após a publicação desta Portaria, devendo o processo ser finalizado no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, quando as circunstâncias os exigirem e por pedido fundamentado da Comissão Processante.

Art. 5º Findos os trabalhos, deverá a Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação encaminhar imediatamente sua decisão à Mesa Diretora, para a devida publicação no Diário Oficial do Município de Cáceres, e, adoção das providências necessárias.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 25 de outubro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Intimação do Advogado da Representada Vereadora Mazéh Silva, **Dr. Rubens Corbelino Júnior, OAB/MT nº 30.200**, com escritório profissional localizado na Rua Coronel Farias, nº 262, Bairro Centro, em Cáceres/MT, endereço de e-mail: advocaciacorbelino@gmail.com, telefone para conta-

to: (065) 99646-8118/ 3223-1536, que poderá ter vistas dos autos, pelo prazo necessário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 135/2022

"***Dispõe sobre a prorrogação de prazo da Portaria nº 120/2022 e dá outras providências."***

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e de acordo com os artigos 219, 220 e 221 da Lei Complementar nº 25, de 27/11/1997.

Considerando o que consta nos autos do Processo de Sindicância nº 04/2022, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, o prazo do Processo de Sindicância nº. 04/2022, para a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo, apurar os fatos narrados na Portaria nº 120/2022, deste Poder Legislativo Municipal de Cáceres-MT.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 19 de outubro de 2022.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 25 de outubro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2022

Referente ao **Pregão Eletrônico n° 013/2022,** que visa o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de solução corporativa de backup em nuvens incluindo garantia de funcionamento e suporte técnico, destinada à realização do armazenamento e recuperação de dados e informações sensíveis da Câmara Municipal de Cáceres.

Nos termos fixados no edital e seus anexos, mais especificamente no Anexo I – Termo de Referência, em conformidade com o parecer exarado pelo Assessor Jurídico desta Câmara Municipal, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados através da Portaria nº. 018/2022, FAÇO SABER que, nesta data fica "**ADJUDICADO E HOMOLOGADO**" o processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico n° 013/2022, tendo como vencedora do certame e os valores:

LICITANTE	ITEM DO TR. VENCIDO	VALOR UNITÁRIO ADJUDICADO	VALOR TOTAL HOMOLOGADO
PHILIP OBRIEN DANZMANN FERREIRA CNPJ n° 12.818.732/0001-72	1	R$ 1.890,00 (Um mil oitocentos e noventa reais)	R$ 22.680,00 (Vinte e dois mil seiscentos e oitenta reais)

Cáceres - MT, 24 de outubro de 2022

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
CITAÇÃO PARA DEFESA

CÂMARA MUNICIPAL DE CACERES, pessoa jurídica de direito público, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 03.960.333/0001- 50, situada à Rua General Osorio, s/n°, Esquina Com Rua Coronel José Dulce, Bairro Centro, em Cáceres, MT, CEP 78.200-000, telefone para contato: (65) 3223-1707, neste ato representado pelo seu Representante: Legal Domingos Oliveira dos Santos, Vereador, Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de **NOTIFICANTE**, vem através do presente, **RESCINDIR UNILATERALMENTE** O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2022, firmado com a doravante **NOTIFICADA,** a empresa FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 14.722.241/0001-59, sediado na RUA NITEROI, Nº 746, JARDIM POPULAR, em SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT.

Com espeque nos preceitos legais e as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, o NOTIFICANTE que vos subscreve, vem por meio do presente **NOTIFICAR SOBRE A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PRESTAÇAO DE LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO — CONTRATO Nº. 15/2022,** sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

Notifica-se a rescisão unilateral do Contrato supramencionado, que possui por objeto o seguinte: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA"**, conforme art. 79, XII, da Lei nº. 8.666/93.

Observa-se nos fundamentos previstos na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO do contrato sob comento prevê rescisão contratual:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

A presente notificação tem fundamento na implantação do SIAFIC, tendo em vista que o Governo Federal, por meio do Decreto Nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, instituiu o Siafic, que será mantido e gerenciado pelo Poder Executivo e a manutenção do Siafic deve ser realizada pela prefeitura municipal, embora ele também deva obrigatoriamente ser utilizado pela Câmara Municipal, que tem como objetivo registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial e controlar e permitir a evidenciação sendo assim, o Siafic será utilizado por todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

E, considerando a implantação deste sistema unificado o Poder Legislativo não pode arcar com dois sistemas de gerenciamento orçamentário e financeiro e patrimonial, por estes fatos a presente notificação extrajudicial de rescisão.

Considerando os fundamentos acima, abre-se o prazo legal de **05 (cinco)** dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

A presente Notificação de Rescisão será publicada na forma resumida, através de Extrato, em veículo de Divulgação Oficial, bem como dado ciência de seu inteiro teor à Empresa **FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.722.241/0001-59.

Cáceres, 18 de outubro de 2022.

Domingos Oliveira dos Santos.

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres.

Nicolas Murtinho Ramos

OAB/MT 19005/O

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 133/2022

"*Determina a abertura de Procedimento Administrativo em face da Excelentíssima Vereadora Mazéh Silva e dá outras providências"*

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, através de seu Presidente Vereador Domingos Oliveira dos Santos, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 21, inciso II, alínea "i", c/c artigo 24, inciso VII, alínea "l", § 1º, inciso II, ambos do Regimento Interno;

Considerando a Decisão da Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tomada em 19/09/2022, na qual autoriza a abertura de procedimento em face da Excelentíssima Vereadora Mazeh Silva, para apurar os fatos relatados na Representação ofertada pela Ilustríssima Secretária Municipal de Educação Liamara Rodrigues da Silva, nos autos do Procedimento Administrativo nº 004/2022;

Considerando o disposto no artigo 110, do Regimento Interno prevendo que no caso dos incisos I, II e VI do artigo 107 o processo será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação para que esta se manifeste sobre o preenchimento dos requisitos legais.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 111, do Regimento Interno prevendo que resolvido que o processo deva prosseguir a Câmara Municipal nomeará uma comissão composta de três membros, cabendo ao plenário elegê-los dentre os componentes da Casa.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo, nos termos do artigo 21, inciso II, alínea "i", c/c artigo 110, ambos do Regimento Interno, em face da Excelentíssima Vereadora MAZÉH SILVA.

Art. 2º Ficam designados os membros da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação desta Casa de Leis, composta pelos Vereadores designados pela Portaria nº 041/2021, publicada no Diário Oficial do Município em 25/01/2021, que serão responsáveis por conduzir os trabalhos de apuração, para os fins previstos no artigo 111, do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação, terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes, em observância aos termos do Regimento Interno desta Câmara Municipal de Cáceres.

Art. 4º Os trabalhos deverão se iniciar imediatamente após a publicação desta Portaria, devendo o processo ser finalizado no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado, por igual período, quando as circunstâncias os exigirem e por pedido fundamentado da Comissão Processante.

Art. 5º Findos os trabalhos, deverá a Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação encaminhar imediatamente sua decisão à Mesa Diretora, para a devida publicação no Diário Oficial do Município de Cáceres, e, adoção das providências necessárias.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres/MT, 25 de outubro de 2022.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Intimação do Advogado da Representada Vereadora Mazéh Silva, **Dr. Rubens Corbelino Júnior, OAB/MT nº 30.200**, com escritório profissional localizado na Rua Coronel Farias, nº 262, Bairro Centro, em Cáceres/MT, endereço de e-mail: advocaciacorbelino@gmail.com, telefone para contato: (065) 99646-8118/ 3223-1536, que poderá ter vistas dos autos, pelo prazo necessário.

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 52/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"Dispõe sobre concessão de licença médica a servidora e dá outras providências."

O Senhor **PAULO JOSÉ GONÇALVES**, Presidente da Câmara Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o artigo 74, inciso II do Regimento Interno;

CONSIDERANDO, a apresentação de atestado médico;

CONSIDERANDO, a apresentação de laudo fornecido pela junta médica do município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para tratamento de saúde por motivo de doença em pessoa da família** por 20 dias a Servidora **Zelma Moreira da Silva,** com base ao artigo 74, § 3º da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - Essa Portaria tem efeitos retroativos a partir 22/09/2022.

Sala da Presidência, 25 de outubro de 2022.

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Presidente da CPL da Câmara Municipal de Curvelândia - MT. Torna Público que com referência ao Processo Licitatório Tomada de Preço nº 01/2022 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL'' ADJUDICOU vencedora a empresa: JHM CONSTRUTORA EIRELI, inscrito CNPJ n°18.923.430/0001-40 com valor R$ 82.170,71 (Oitenta e Dois Mil, Cento e Setenta Reais e Setenta e Um Centavos). SIRLENE SOUZA MAGALHÃES - CPL.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RELATÓRIO - CPI 001/2022

RELATÓRIO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 001/2022

"INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTO EXTRAVIO DE 38 (TRINTA E OITO) PNEUS SEM REGISTROS OFICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ANO DE 2020."

Presidente: Vereador Adriano Soares Correa

Relator: Vereadora Michele Cristina Carrasco Mauriz

Membros: Eraldes Catarino de Campos.

Diamantino – MT

2022

SUMÁRIO

1 – Da Comissão Parlamentar de Inquérito;

2- Da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2022;

3 – Da reunião de instalação;

4 – Do prazo de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2022;

5 – Da tempestividade do relatório;

6 – Das reuniões da Comissão;

7 – Dos documentos encaminhados e recebidos pela Comissão;

8 – Das oitivas de testemunhas;

9 – Das documentações analisadas:

10– Das investigações;

11 – Da conclusão.

1 – DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO:

O Poder Legislativo Municipal exercido pela Câmara Municipal, sendo composta por Vereadores eleitos diretamente pelos munícipes, desempenha dentre as suas atribuições, a função de fiscalização de atos do Poder Executivo e daqueles que recebem verba pública municipal, que pode se dar por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Estas Comissões Parlamentares de Inquérito, são comissões especiais de investigação legislativa, que tem por objetivo apurar sempre um fato determinado em prazo certo.

O Saudoso Hely Lopes Meirelles na doutrina Direito Municipal Brasileiro, 18ª edição, Editora Malheiros, pag.691, aduz que, *" As comissões parlamentares de inquérito/CPIs, como geralmente se denominam, as comissões especiais de investigação legislativa, podem ser instituídas também pela Câmara Municipal, com vereadores em exercício, para apurar fato determinado e em prazo certo, de interesse da Administração Local. "*

Passada as definições, a Lei Orgânica de Diamantino – MT dispõe nos arts. 11, 19, XIV e 30, a possibilidade da constituição pela Câmara Municipal de Comissão Parlamentar de Inquérito, que terá poderes de investigação de autoridades judiciais, sendo criadas mediante requerimento de um terço de Vereadores que compõe o Legislativo, para apuração como dito acima, de fato determinado em prazo certo, *in verbis*:

***"Art. 11** A Câmara poderá instituir Comissão de Sindicância e Comissão Parlamentar de Inquérito **nos termos do seu Regimento Interno**.*

(...)

***Art. 19-** Compete, privativamente, a Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições, dentre outras:*

***XIV -** criar Comissão Parlamentar de inquérito sobre **fato determinado** e **prazo certo**, mediante requerimento de **um terço (1/3) de seus membros**;*

(...)

***Art. 30 -** As Comissões Parlamentares de inquérito, **serão criadas por ato do Presidente da Câmara Municipal**, **mediante requerimento de um terço de seus membros**, para apuração, **por prazo certo, de determinado fato na administração municipal**.*

***§ 1º -** A Comissão poderá convocar pessoas e requisitar documentos de qualquer natureza, incluídos fotográficos e audiovisuais.*

***§ 2º -** A Comissão requisitará à Presidência da Câmara Municipal o encaminhamento das medidas judiciais adequadas as obtenções de provas que lhe forem sonegadas.*

***§ 3º -** A Comissão encerrará seus trabalhos com apresentação de relatório circunstanciado, que será encaminhado, em dez dias, ao Presidente da Câmara Municipal para que este:*

***a) -** dê ciência imediata ao plenário;*

***b) -** remeta, em cinco dias, cópia de inteiro teor ao Prefeito quando se tratar de fato relativo ao Poder Executivo;*

***c) -** encaminhe, em cinco dias, ao Ministério Público, cópia de inteiro teor do relatório, quando esse concluir pela existência de infração de qualquer natureza, apurável por iniciativa daquele órgão;*

***d) -** providencie, em cinco dias, a publicação das conclusões do relatório no órgão oficial e, sendo o caso, com a transcrição do despacho de encaminhamento ao Ministério Público."*

Ademais, o Regimento Interno Camarário em seu art. 75, estabelece as regras de criação e outros procedimentos a serem obedecidos pelas Comissões Parlamentares de Inquérito durante o processo investigatório.

Desta forma, as Comissões Parlamentares de Inquérito são comissões temporárias, criadas após Requerimento de, no mínimo, 1/3 dos Vereadores, com poderes de autoridades judiciais, para apuração de determinado fato em prazo certo, sendo as conclusões encaminhadas ao Ministério Público e demais órgãos que achar pertinentes.

2 – DA CONSITUIÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 001/2022:

Na data de 04 de março de 2022, foi protocolado na Câmara Municipal de Diamantino – MT o Requerimento nº 011/2022, figurando como signatários os Vereadores Adriano Soares Correa/PSB, Michele C. Carrasco Mauriz/DEM e Eraldes Catarino de Campos/MDB.

Tal Requerimento, requereu com fundamento nos arts. 72, II e 75 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de apurar, no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, supostas irregularidades no tocante `denúncia do sumiço de 38 pneus sem registros oficiais do estoque da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no1 período de 2020, e ainda:

Se houve desvio de finalidade, atos de corrupção e/ou improbidade administrativa, na aquisição dos 50 (cinqüenta) pneus, objeto da denúncia recebida por esta Casa, em anexo, destinados a atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no exercício de 2020 (dois mil e vinte); A regularidade do processo de compra de 50 (cinquenta) pneus para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no exercício de 2020 (dois mil e vinte); Se houve o recebimento, de fato, dos 50 (cinqüenta) pneus, tendo em vista que a denúncia aportada à esta Casa de Leis informa o desaparecimento de 38 (trinta e oito) pneus, sem qualquer registro oficial; Quais os veículos foram atendidos com os pneus referenciados; Quais eram os servidores responsáveis: 1) pela solicitação do quantitativo a ser adquirido, com relação aos pneus; 2) Quem autorizou a despesa e quem era(m) o(s) ordenador(es); 3) Quem era(m) o(s) responsável(is) pelo recebimento dos produtos e pela fiscalização dos contratos; 4) Quem era(m) o(s) responsável(is) pela elaboração do relatório de inventário e patrimônio;

O Requerimento passou pelo expediente da Sessão Ordinária realizada em 14 de março de 2022.

Em seguida, de posse do aludido requerimento e verificado todos os requisitos estabelecidos pelo Regimento para constituição da Comissão, foi expedido o Ato da Presidência nº 02/2022, publicado em 16 de março de 2022 , que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito, definiu a sua composição, estabeleceu o prazo de 15 (quinze) dias para que fossem eleitos, respectivamente, o Presidente e o Relator, e a duração máxima de 90 (noventa) dias.

Logo, conforme referido Ato da Presidência, os membros que compõe a presente Comissão são os seguintes Vereadores: Adriano Soares Correa/PSB, Michele C. Carrasco Mauriz/DEM e Eraldes Catarino de Campos/MDB.

3 – DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO:

Após a devida formação da Comissão Parlamentar de Inquérito e publicado o Ato da Presidência de sua constituição, de acordo com o que estabelece o art. 75 §3º do Regimento Interno Camarário, esta deverá realizar sua primeira reunião dentro do prazo de 15 (quinze) dias, para a eleição de um Presidente e um Relator, in verbis:

***"Art. 75§ 3º** Os membros da Comissão reunir-se-ão nos primeiros quinze dias da sua criação e elegerão um Presidente e um Relator, devendo ser comunicado ao Presidente da Câmara o resultado desta eleição"*

Nesta seara, a Comissão em cumprimento ao disposno no Regimento Interno, se reuniu no dia 28 de março de 2022 e realizou a primeira reunião da CPI nº 001/2022, elegendo como Presidente o Ver. Adriano Soares Correa/PSB e como Relatora a Verª. Michele C. Carrasco Mauriz/DEM, com o posterior envio do Ofício 01/2022/CPI 01-2022 ao Presidente da Câmara informando o resultado da eleição.

Na mesma reunião definiu-se, inicialmente, que seriam expedidos ofícios ao Prefeito Municipal e à Secretária Municipal de Educação dando ciência acerca da instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito. E mais, foi recomendado ao Sr. Prefeito Municipal a realização de auditoria acerca dos fatos denunciados.

4 – DO PRAZO DE TRABALHO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 001/2021:

Realizada a primeira reunião, que deve ocorrer nos primeiros 15 (quinze dias) da sua criação (que se deu com a publicação do Ato da Presidência nº 02/2022), a Comissão Parlamentar de Inquérito, tem o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, para concluir seus trabalhos, à partir da sua instalação, nos moldes do art. 75, §1º, do Regimento Interno Camarário:

***"Art. 75 § 1º** § 1º - As Comissões Especiais do Inquérito serão criadas mediante requerimento por escrito de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara, devendo ser expressa sua finalidade, e o prazo de duração, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, que ficará suspenso durante o recesso parlamentar, prorrogável por igual período."*

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada em 28 de março de 2022. Através do Ofício 006/2022/CPI-01/2022, solicitou-se a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI 01/2022, por mais 90 (noventa) dias (fl. 1.712), o que foi deferido pelo Presidente da Câmara Municipal de Diamantino.

Assim, foi expedido o Ato da Presidência nº 04/2022, publicado em 07/06/2022, prorrogou-se, por mais 90 (noventa) dias, a partir de 26 de junho de 2022, o prazo para a apresentação do relatório conclusivo das atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito nº 01/2022.

Deve ponderar-se, ainda, que o recesso parlamentar suspende a contagem do prazo de funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Dessa forma, diante do prazo regimental estabelecido, bem como a prorrogação, por 90 (noventa) dias, o prazo final para apresentação do relatório acerca da conclusão dos trabalhos dessa CPI é 09 de outubro de 2022.

5 – DA TEMPESTIVIDADE DO RELATÓRIO:

Como dito no tópico alhures, o prazo final dos trabalhos da Comissão é 09 de outubro de 2022, e de acordo com o disposto no art. 30 §3º, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 75, §6º do Regimento Interno, a Comissão encerrará seus trabalhos com apresentação de relatório circunstanciado, que será encaminhado, em dez dias, ao Presidente da Câmara para que este: a) dê ciência imediata ao Plenário; b) remeta, em cinco dias, cópia do inteiro teor ao Prefeito quando se tratar de fato relativo ao Poder executivo; c) encaminhe, em cinco dias, ao Ministério Público, cópia de inteiro do relatório, quando esse concluir pela existência de infração de qualquer natureza, apurável por iniciativa daquele órgão; d) providencie, em cinco dias, a publicação das conclusões do relatório no órgão oficial e, sendo caso, com a transcrição do despacho de encaminhamento ao Ministério Público.

Portanto, apresentando o presente relatório nesta data de 07 de outubro de 2022, encontra-se dentro do prazo de funcionamento da Comissão e do prazo regimental previsto no art. 75, §1º.

6 – DAS REUNIÕES DA COMISSÃO:

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, tão logo instalada, já iniciou os trabalhos e realizou suas reuniões na sala de reuniões, na sede do Poder Legislativo Municipal, situado na Av. J. P. F. Mendes, 2345, Jardim Eldorado, Diamantino – MT.

Assim, segue a relação das datas e reuniões realizadas pela CPI nº 001/2022:

Número	Data	Tipo
1ª	28/03/2022	Instalação
2ª	01/04/2022	Ordinária/redesignada
3ª	05/04/2022	Ordinária
4ª	23/05/2022	Ordinária

Importante destacar que até a presente data foram realizadas as referidas reuniões, uma vez que após a apresentação deste relatório, será realizada a reunião de votação do parecer entre os membros da Comissão.

Foram realizadas, ainda, no Plenário desta Casa Legislativa, audiências para a oitiva de testemunhas nos dias 13/04/2022 e 31/05/2022.

7 – DOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS E RECEBIDOS PELA COMISSÃO:

Durante os trabalhos investigativos desta Comissão, foram enviados e recebidos diversos documentos que integram o processo da CPI 001/2022, sendo eles:

Data	Documento	Autor	Destinatário	Assunto
30/03/2022	Ofício 01/2022	Presidente CPI 01/2022	Presidente da Câmara Municipal de Diamantino	Informa a composição da CPI e requer a disponibilização de servidores para auxiliar nos trabalhos
30/03/2022	Ofício 02/2022	Presidente CPI 01/2022	Prefeito Municipal	Ciência da Instauração da CPI 01/2022 e recomendação para a realização de auditoria
30/03/2022	Ofício 03/2022	Presidente CPI 01/2022	Secretária Municipal de Educação e Cultura	Ciência da Instauração da CPI 01/2022
05/04/2022	Despacho do Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT	Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT	Presidente da CPI 01/2022	Resposta ao Ofício 01/2022/CPI-01/2022
05/04/2022	Mandado de intimação nº 01/2022	Presidente da CPI 01/2022	Cleiton Mateus de Lara Miranda, Jamil Rodrigues Barroso, Rosangela Scandaroli Conci, Rosilei Carris Montini, Adriano Chinoti, Antonio Vilmar Leal (Chapolin), Edith Vieira VanniPenhavel Marmos	Intima testemunhas para audiência
24/05/2022	Ofício 004/2022	Presidente da CPI 01/2022	Rosilei Carris Montini	Solicita o envio de relatório dos ônibus que estavam com os pneus regulares e bons e quantos estavam em situação ruim
24/05/2022	Ofício 005/2022	Presidente da CPI 01/2022	Dirceu Frota	Solicita parecer da Comissão de Transporte Escolar acerca das falas das testemunhas Adriano Chinoti e Antonio Vilmar Leal, durante a oitiva ocorrida no dia 13/04/2022
24/05/2022	Mandado de intimação nº 02/2022	Presidente da CPI 01/2022	Eunides Maria Teixeira, Dulcilene Vieira de Barros, João Paulo Lima, Cleber Lima Santana, Cleiton Mateus de Lara Miranda	Intima testemunhas para audiência
30/05/2022	Ofício nº 145/2022 - SEMED	Rosilei Carris Montini	Presidente da CPI 01/2022	Resposta ao Ofício n° 004/022/CPI-01/2022
03/06/2022	Ofício 004/2022-PNATE		Presidente da CPI 01/2022	Resposta ao Ofício n° 005/022/CPI-01/2022
24/05/2022	Ofício 006/2022/CPI-01/2022	Presidente da CPI 01/2022	Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT	Solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI 01/2022,

				por mais 90 (noventa) dias
07/06/2022	Ofício 052/2022/GAB	Presidente da Câmara Municipal de Diamantino/MT	Presidente da CPI 01/2022	Encaminha o Ato da Presidência nº 004/2022, publicado em 07/06/2022, prorrogando por 90 dias o prazo da CPI 01/2022
07/06/2022	Ofício 007/2022/CPI-01/2022	Presidente da CPI 01/2022	Rosilei Carris Montini	Requisitando documentos
12/08/2022	Ofício 248/2022-SEMED	Rosilei Carris Montini	CPI 01/2022	Encaminha Ofício 248/2022 em resposta ao ofício 007/2022/CPI-01/2022

8 – DAS OITIVAS DE TESTEMUNHAS:

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito, além da análise documental, realizou nos dias 13/04/2022 e 31/05/2022, audiência para oitiva de testemunhas, que foram devidamente intimadas.

Nestas audiências, foram realizadas as oitivas das seguintes testemunhas:

13/04/2022

Nome	Cargo
CLEITON MATEUS DE LARA MIRANDA	Ex–Presidente da Comissão PNATE
ROSILEI CARRIS MONTINI	Atual Secretária de Educação
JAMIL RODRIGUES BARROSO	Servidor efetivo – Secretaria de Educação
ROSANGELA SCANDAROLI CONCI	Servidora efetiva – Secretaria de Educação
ADRIANO CHINOTI	Servidor efetivo – Secretaria de Educação
ANTONIO VILMAR LEAL	Ex ocupante de cargo comissionado na Secretaria de Educação
EDITH VIEIRA VANNI PENHAVEL MARMOS	Ex Secretária de Educação

31/05/2022

Nome	Cargo
CLEITON MATEUS DE LARA MIRANDA	Ex–Presidente da Comissão PNATE
EUNIDES MARIA TEIXEIRA	Atual Secretária de Educação
CLEBER LIMA SANTANA	Servidor efetivo – Secretaria de Educação
JOÃO PAULO LIMA	Servidora efetiva – Secretaria de Educação
DULCILENE VIEIRA DE BARROS	Servidor efetivo – Secretaria de Educação

Oportuno destacar que todas as testemunhas acima citadas, convocadas para prestarem depoimento junto a CPI nº 001/2022, compareceram às audiências, na data e hora designada.

9 – DAS DOCUMENTAÇÕES ANALISADAS:

Além das oitivas realizadas, a CPI nº 001/2022 analisou, dentre outros, os seguintes documentos que instruem o processo e embasam a elaboração do presente relatório:

A) Denúncia subscrita pelo Sr. Cleiton Mateus de Lara Miranda com os documentos que a instruíram;

B) Relatório com as informações sobre a situação dos pneus dos ônibus escolares(Página 1622 a 1680) ;

C) Fotos dos ônibus e micro-ônibus (fls. 1697/1.703);

D) Ofício 248/2022/SEMED (fl. 1.716);

E) Pregão para Registro de Preços nº 061/2019, com as respectivas notas de empenho, notas de autorização de despesas, notas de liquidação, comprovantes de pagamento, pedidos de pneus (fls. 1.717 a 2. 813);

10 – DAS INVESTIGAÇÕES:

Em 06 de dezembro de 2021 aportou à Câmara Municipal de Diamantino denúncia subscrita pelo Sr. Cleiton Mateus de Lara Miranda, presidente do PNATE 2019/2021, noticiando que, no ano de 2020 (dois mil e vinte) houve a aquisição de 50 (cinquenta) pneus, no entanto, apenas 12 (doze) foram localizados no estoque, de modo que não foram localizados os 38 (trinta e oito) pneus faltantes.

Desse modo, considerando a atribuição constitucional fiscalizatória do Poder Legislativo (art. 49, X, CF/88), assim como o dever de prestar contas das pessoas que utilizam bens e valores públicos (art. 70, Par. Único, CF/88) e diante da séria denúncia recebida pelos Vereadores da Câmara Municipal de Diamantino/MT, foi requerida, criada e instalada a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, para a investigação dos fatos delineados nos tópicos seguintes.

ITEM 10-A FAR-SE-Á CONJUNTAMENTE A ANÁLISE DOS SEGUINTES FATOS DETERMINADOS:

SE HOUVE DESVIO DE FINALIDADE, ATOS DE CORRUPÇÃO E/OU IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, NA AQUISIÇÃO DOS 50 (CINQÜENTA) PNEUS, OBJETO DA DENÚNCIA RECEBIDA POR ESTA CASA, DESTINADOS A ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO EXERCÍCIO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE); SE HOUVE O RECEBIMENTO, DE FATO, DOS 50 (CINQÜENTA) PNEUS, TENDO EM VISTA QUE A DENÚNCIA APORTADA À ESTA CASA DE LEIS INFORMA O DESAPARECIMENTO DE 38 (TRINTA E OITO) PNEUS, SEM QUALQUER REGISTRO OFICIAL; QUAIS OS VEÍCULOS FORAM ATENDIDOS COM OS PNEUS REFERENCIADOS;

10-A.1- DA ANÁLISE DOCUMENTAL

De início, comporta esclarecer que foi instaurada a presente CPI tendo como um dos fatos determinados o desaparecimento de 38 (trinta e oito pneus) adquiridos para atender o atender o transporte escolar.

Através do Ofício 248/2022-SEMED, de autoria da atual Secretária Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT, foi encaminhada a cópia integral do processo de compra 2570/2019, que culminou no Pregão 061/2020, para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, óleos lubrificantes e prestação de serviços de alinhamento e balanceamentos e conserto de pneus para atender a demanda das secretarias do município de Diamantino/MT.

Do referido Pregão Presencial originou-se, dentre outras, a Ata de Registro de Preços nº 04/2020 (fls. 2620/2628), que contou como fornecedor, **Ronaldo P. dos Santos Transportes**, com destaque para os preços registrados atinentes a pneus (objeto da denúncia):

A partir da relação de pneus para aquisição, subscrita por **Adriano Chinoti** e **Edith Vieira V. P. Marmos,** deu-seo pedido 766/2020 (fl. 2767), **autorizado por Edith Vieira V. P. Marmos**, nota de empenho 1718/2020 (fl. 2760) firmada pelo ex prefeito **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Nota de pagamento 0000000294/2020 (fl. 2761), nota de liquidação 1993/2020 (fl. 2763), NAD 2570.52.1/2020 (fl. 2765), foram adquiridos **08 (oito) pneus 195/60R15**, para os veículos **Doblô placa QCU 8136 e QCS 3154, no valor total de R$1.920,00 (um mil novecentos e vinte reais)** (fl. 2762), pago com dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Ao passo que, a partir das relações de pneus para aquisição(fls. 2777/2779), subscritas por **Adriano Chinoti** e **Edith Vieira V. P. Marmos, deuseo pedido 722/2020 (fl. 2776), autorizado por Edith Vieira V. P. Marmos**, nota de empenho 1871/2020 (fl. 2769) firmada pelo ex prefeito **Eduardo Capistrano de Oliveira, Nota de pagamento 0000002521/2020 (fl. 2770), nota de liquidação 1992/2020 (fl. 2772), NAD 2570.26.1/2020 (fl. 2774).**

Dessa forma, foram adquiridos **24 (vinte e quatro)**pneus**,** no valor total de **R$20.172,00 (vinte mil cento e setenta e dois reais) (fl. 2771), pago com dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, assim sendo:**

Com a referida aquisição deveriam ter sido atendidos 15(quinze) ônibus e 03(três) vans, com as seguintes placas:

OBN 7220

NTY 9214

QBE 1415

OBS 4934

NJU 9762

OAT 9767

Já a partir das relações de pneus para aquisição(fls. 2786/2789), subscritas por **Adriano Chinoti** e **Edith Vieira V. P. Marmos (2786/2789),** deu-seo pedido de fornecimento 242/2020 (fl. 2785), **autorizado por Edith Vieira V. P. Marmos**, nota de empenho 1015/2020 (fl. 2780) firmada pelo ex prefeito **Eduardo Capistrano de Oliveira, Nota de pagamento 0000001600/2020 (fl. 2781), nota de liquidação 1510/2020 (fl. 2783), NAD 2570.12.1/2020 (2784).**

Foram adquiridos **16(dezesseis)**pneus**,** no valor total de R$9.096,00 (nove mil e noventa e seis reais) (fl. 2782), pago com dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo:

Com a referida aquisição deveriam ter sido atendidos os veículos van master e ônibus transporte escolar, com as seguintes placas:

QBF 2944

OBF 8472

NUE 1954

OBN 7220

Por fim, a partir das relações de pneus para aquisição, subscritas por **Adriano Chinoti** e **Edith Vieira V. P. Marmos (2810/2811),** deu-seo pedido de fornecimento 243/2020 (fl. 2809), **autorizado por Edith Vieira V. P. Marmos**, nota de empenho 746/2020 (fl. 2804) firmada pelo ex prefeito **Eduardo Capistrano de Oliveira, Nota de pagamento 0000001601/2020 (fl. 2805), nota de liquidação 1509/2020 (fl. 2807), NAD 2570.2.1/2020 (fl. 2808).**

Daí foram adquiridos **02(dois)pneus**, para atender o veículo **camionete S10, Placa OAT 9767, no valor total de R$1.000,00 (um mil reais)** (fl. 2806), pago com dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo:

Apesar de as aquisições terem ocorrido no curso do ano de 2020 (dois mil e vinte), a ficha de inspeção de veículos realizada em 2021 (dois mil e vinte e um), pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tendo como gestora a Sra. Rosilei Carris Montini, demonstra que os seguintes veículos encontravam-se com **pneus ruins**:

Ônibus – Placa NUE 1954 - NAD 2570.12.1/2020 (fl. 2784)

Doblô – Placa QCU 8136 - NAD 2570.52.1/2020 (fl. 2765)

Ônibus – Placa OBN 7220 - NAD 2570.26.1/2020 (fl. 2774) e NAD 2570. 12.1/2020 (fl. 2784)

Ônibus – Placa OBS 4934 - NAD 2570.26.1/2020 (fl. 2774).

Vale, ainda, destacar que o veículo **Ônibus – Placa NTY 9214 - NAD 2570.26.1/2020 (fl. 2774), foi classificado com pneus regulares**, ao passo que a **S10 Rodeio – Placa OAT 6797** NAD 2570.2.1/2020 (fl. 2808) e **Doblô Placa QCS 3154** – NAD 2570.52.1/2020 (fl. 2765), foram classificadas com ***"pneus que ofereçam condições mínimas de segurança"***.

Ainda, constava no estoque/depósito do transporte escolar **12(doze) pneus, totalizando 24 e quatro pneus possivelmente recebidos.**

O que se deve ter em mente é que os veículos da educação, especialmente os ônibus e micro-ônibus, que fazem o transporte escolar, por conta da pandemia Covid-19, pouco andaram no ano de 2020 (dois mil e vinte), de sorte que de forma alguma se justifica a aquisição de pneus no referido ano (2020) e no ano seguinte (2021) a verificação de que os mesmos estão em estado ruim ou regular, como demonstrado nos quadros acima.

É público e notório que as aulas presenciais foram suspensas e a entrega de kits escolares certamente não era capaz de trazer grande desgaste aos pneus dos veículos, notadamente por se dar de forma esporádica e, em sua maioria, por veículos pequenos.

10-A.2 – DOS DEPOIMENTOS

O Presidente da Comissão de Transporte Escolar (2017 a 2021), denunciante, **Sr. Cleiton Mateus de Lara Miranda**, afirmou em seu depoimento que os Coordenadores do Transporte Escolar com quem fazia contato eram os srs. **Adriano Chinoti e Antonio Vilmar**, bem como a **Secretária de Educação, à época, era a Sra. Edith**.

Relatou, ainda, que tomou conhecimento acerca dos fatos denunciados, quando da transição de mandato, que ocorreu no pátio da prefeitura, tendo sido a Comissão de Transporte Escolar convocada para acompanhar, no início de dezembro/2020, com a participação de representantes da gestão da época e da gestão que assumiria a partir de 2021.

Relatou que a Comissão de Transporte Escolar realizou a inspeção de veículo por veículo (relacionados ao transporte escolar), que todos estavam assinando e que muitos pneus estavam irregular, muito desgastados (consta do relatório de frota), ocasião em que foi questionado o que havia acontecido, uma vez que se estava em período de pandemia e, no começo daquele ano atendeu-se apenas o estado que repunha aulas, por conta da greve ocorrida.

A partir daí, na próxima reunião da Comissão, que ocorreu em janeiro de 2021, fez um requerimento e entregou na Secretaria de Educação solicitando a prestação de contas, inclusive, em específico, sobre a aquisição dos pneus.

Que a comissão não acompanhava a compra e nem a troca dos pneus, que os membros da referida Comissão sempre procuravam a "Preta", Sra. Edith.

Que a prestação de contas recebida pela gestão atual tinha apenas 50 (cinquenta) páginas, que os membros da Comissão não conseguiram entender, que demorou em média 40 (quarenta) dias para ser entregue referida prestação de contas.

Que em nova reunião, requereu a prestação de contas do ano de 2020, e queria que constasse o que havia sido comprado, que recebeu de forma incompleta, de modo que fez nova solicitação, pela 3ª vez, e foi bem específico que queria a prestação de contas das verbas recebidas pelo governo federal e estadual, que demorou por volta de 7 (sete) meses para ser entregue e que recebeu a prestação de contas com mais de 5.000 (cinco) mil páginas, que a comissão teve que analisar.

Então, explicou à comissão, lavrado me ata, que estaria abrindo um processo de averiguação para saber o que havia acontecido, tendo sido sugerido a oitiva dos responsáveis da época. Que no mês de janeiro de 2021 avisou o ex prefeito, Eduardo Capistrano, acerca do possível extravio de pneus, quando fez o primeiro requerimento, que foi lhe pedido para aguardar o recebimento dos documentos, pois não tinha conhecimento dos fatos.

Quando do recebimento dos documentos, encontrou 4 processos de compra sendo: 746/2020, 1718/2020, 1871/2020, 1015/2020, que totalizava a compra de 50 (cinquenta) pneus.

Antes mesmo do recebimento da documentação, fez um pedido à Secretária para saber quantos pneus havia no estoque/almoxarifado transporte escolar, e a Secretária ligou para o João Paulo e Cleber, atuais coordenadores do transporte que, juntamente com eles entrou na sala do depósito e constataram que havia apenas 12 (doze) pneus no estoque e algumas peças e computador, ocasião em que pediu para que fizessem uma declaração do que tinha, enquanto aguardava a prestação de contas.

Em reunião com a Comissão, foi proposta a oitiva dos responsáveis à época.

Que solicitou na Secretaria, já na atual gestão, **quem recebeu esses pneus, porém, não lhe foi entregue essa documentação**.

A autorização das compras se deu pela secretária da época, Sra. Edith.

Que o sr. Adriano Chinoti lavrado em ata, afirmou à Comissão, que o responsável pela troca dos pneus, à época, era o Sr. Antônio Vilmar, que procurou na documentação da época e não encontrou nenhuma solicitação a qualquer empresa acerca da troca de pneus.

Que os responsáveis pela verificação e solicitação acerca dos pneus que deveriam ser trocados eram os coordenadores do transporte à época, Adriano e "Chapolin" (Antonio Vilmar"), que eram cargos D.A.S, que Chapolin é mecânico e o Adriano ficava na parte de organização de frota, que era quem procurava quando havia alguma dúvida sobre frota.

Que quando procurava a então secretária da época para tratar de assunto referente à alguma linha, ela sempre destinava ao Adriano Chinoti.

Que a maior parte das aquisições era para ônibus grande, e que para atender a zona rural com a entrega de kits e apostilas, eram utilizados pequenos carros.

Quando havia a necessidade de compra de pneus era o Antonio Vilmar quem solicitava à secretária, que era quem assinava os pedidos.

Que lhe foi informado que foram usados os ônibus na secretaria de obras e na secretaria de saúde e que estiveram rodando na zona rural para entregar kit e apostila escolar.

Que a comissão foi criada para acompanhar todas as compras, como funcionava todo o transporte; que tinham informações quando era apresentada a prestação de contas. Inclusive, possuem algumas atas de 2019, que houve a solicitação de quando houvesse qualquer compra, relacionada ao transporte escolar, que aprovassem a prestação de contas, tinha que ser repassado à comissão de transporte escolar.

Que só repassavam as notas à Comissão quando se dava a prestação de contas **trimestral;** que a comissão fazia a análise das notas, via se estava tudo certo os pagamentos e fazia um parecer lavrado em ata e as contas eram aprovadas pela comissão.

Se não houvesse a denúncia, nem saberia que teria comprado esses pneus. Inclusive, o novo presidente (Dirceu Frota) solicitou que todos os meses sejam apresentadas as notas e que estejam presentes os coordenadores para falar o que foi e para que foi comprado e de que forma foi colocado.

Destacam-se trechos do depoimento da atual Secretária de Educação, Sra. Rosilei Carris Montini:

(...)

(...)

Além de afirmar que o responsável pela manutenção era o Sr. Antonio Vilmar e pelas linhas, diretamente das frotas, era responsável o Sr. Adriano Chinoti, fez as seguintes ponderações:

Já a testemunha Rosangela Conci fez as seguintes afirmações:

Importante destacar os trechos abaixo transcritos dos depoimentos das testemunhas Adriano Chinoti e Antonio Vilmar Leal:

ADRIANO CHINOTI

Coordenador do transporte escolar e gestor de todas as linhas; parte de manutenção era o Antonio Vilmar;

Que ficava mais com parte administrativa, comunicação com os motoristas e coordenação das linhas em geral; que o antonio Vilmar fazia o pedido, ele relatava e encaminhava para o setor; o almoxarifado fica na prefeitura, mas havia um lugar em que eram guardados os pneus, produtos para limpeza, algum óleo que sobrava par afazer a reposição dos filtros, etc; que fez o pedido de cada um dis 50 (cinquenta) pneus, conforme solicitação do "Chapolin" foi colocado placa e quantidade de pneu para cada veículo; que solicitava a compra, mas não iria averiguar se houve a troca ou não; que não atestou o recebimento, que quem fazia o recebimento era o setor de compras; que quem recebeu os pneus eram a Dulce e a Eunides; afirmou que está contraditória a fala do Sr. Cleiton que em determinado momento fala em quantidade x de pneus extraviado e depois de outra quantidade; que não é fácil extraviar 38 pneus, e questionou se o sr Cleiton teve a curiosidade de ir tirar foto dos pneus quando recebeu a denúncia; afirmou que o ônibus não rodou, que não tem como ter gasto esses pneus; que também quer saber aonde os pneus foram parar; que não recebeu 38 pneus; que viu chegar pneu no auditório da secretaria, mas não sabe precisar a data; questionou se o sr Cleiton havia tomado conhecimento após a transição; que viu pneus no almoxarifado, mas não sabe a quantidade e que tiveram veículos que foram trocados os pneus sim, mas também não sabe a quantidade; que fica uma situação complicado pois na atual gestão também foram trocados pneus e que como estava em investigação esses pneus teriam que ser guardados e não sabe dizer aonde eles estão, pois se a comissão estava investigando esses pneus deveriam ter sido guardados para averiguação dos fatos e não ir lá acusar que os 38 pneus foram extraviados; o Sr. Cleiton no uso da palavra explicou novamente como tomou conhecimento e como iniciou o procedimento; que entrada e saída quem acompanhava mais era o Cjapolin que fazia o pedido das peças que chegavam diretamente nas oficinas e lá já se fazia a reposição; que a manutenção era feita em várias oficinas; Coagin, em Cuiabá; **que os pneus foram trocados aqui em Diamantino, na Estrela da Borracha, que prestava serviço pela Prime; que a Prime em determinada época parou de atender; que a borracharia Estrela fez vários e vários serviços de borracharia e nunca lançava o serviço na Prime e foi acumulando; que toda vez cobrava para que lançassem, senão não iriam receber o serviço prestado; inclusive venceu o contrato da Prime e não houve renovação, ficando várias notas; inclusive, não tinha licitação para borracharia; foi feita licitação para borracharia juntamente com os pneus, só que não foi o suficiente para pagar, ocasião em que foi usado saldo de pneu, não pediu pneus lá e entregou pra ele, usou saldo de pneu, no valor suficiente para pagar a borracharia; que não foi feita a troca desses pneus, que foi feito o remanejamento; não tinha licitação, usou saldo para pagar a borracharia, assim como foi feito nas antigas gestões, toda vida foi feito isso; que foi feito esse remanejamento, mas não sabe o valor correto; que acredita que o erro esteve nessa situação; que foram trocados pneus, mas não sabe a quantidade, que a licitação não foi feita apenas para os 50 pneus; que foi trocado todos os pneus de uma Doblô, que estava sendo usada pela Secretaria de Obras; que tinha conhecimento de que os veículos da educação eram emprestados às secretarias de obras e saúde e até discordava disso;**

ANTONIO VILMAR LEAL

Responsável da parte da manutenção do transporte escolar, tinha toda autonomia secretaria e prefeito; **Que não pediu 50 pneus; que não sabe quem era responsável por tais pagamentos, que a nota veio, mas estavam devendo mão de obra; que passava todo o débito que tinha comércio para o Adriano e a secretária; que a política de um modo geral procede assim; mas que não foi feito com má intenção; que não sumiram os 38 pneus; que não chegou o total de 50 pneus na secretaria;**

Assim, denota-se que o Sr. Adriano afirmou ter subscrito o pedido de 50 pneus e que tinha conhecimento que era utilizado "saldo de pneus" para o pagamento de mão-de-obra.

Ao passo que a testemunha Antônio Vilmar Leal afirmou que não solicitou 50 (cinquenta) pneus e que não foi entregue a totalidade, que um aparte do valor foi utilizado para pagar a prestação de serviço, mas que houve a troca de pneus em, pelo menos, 04 (quatro) ônibus.

A ex-secretária municipal de educação fez as seguintes afirmações:

Que, em conversa com Adriano e Antonio, foram trocados alguns pneus sim, foram deixados alguns pneus no estoque **e o saldo que sobrou pagou a borracharia; que não sabe falar o valor, pois Adriano e Chapolin era quem organizava essa parte; que não acha correto; que não é legal, mas precisávamos resolver e eles resolveram dessa forma e depois me passaram o que resolveram; mas não era nossa prática fazer isso; que na nota deve ter quem recebeu; que sabe de toda a sua responsabilidade; que apresentaria o que foi pago com o saldo; que aconteceu apenas dessa vez; o transporte é caríssimo; rodaram o transporte até 22 de março de 2020; o ônibus ficou parado, mas a secretaria não parou; as apostilas duas vezes por mês eram entregues nas casas na zona rural; que não precisa de autorização da comissão do PNATE para emprestar carros a outras secretarias, que não poderia deixar a saúde, com paciente que precisavam fazer hemodiálise; que receberam ônibus sucateados; que muitas vezes as demais secretarias socorreram a secretaria de educação;**

No entanto, segundo a Cláusula Décima da Ata de Registro de Preços nº 04/2020, **o pagamento somente poderia se dar mediante a apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que os produtos/equipamentos foi entregue a contento** (fl. 2625):

Assim, além de infração às regras contidas na Ata, é possível que as condutas narradas sejam tipificadas como crime e ato de improbidade administrativa, o que deverá ser apurado pelas autoridades competentes.

10.B – A REGULARIDADE DO PROCESSO DE COMPRA DE 50 (CINQUENTA) PNEUS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NO EXERCÍCIO DE 2020 (DOIS MIL E VINTE);

O processo de compra aparenta estar regular e, ao que tudo indica, **existiram irregularidades no processo de execução**, como visto no tópico anterior.

10.C - QUAIS ERAM OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS: 1) PELA SOLICITAÇÃO DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO, COM RELAÇÃO AOS PNEUS; 2) QUEM AUTORIZOU A DESPESA E QUEM ERA(M) O(S) ORDENADOR(ES); 3) QUEM ERA(M) O(S) RESPONSÁVEL(IS) PELO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS E PELA FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS; 4) QUEM ERA(M) O(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE INVENTÁRIO E PATRIMÔNIO;

Constatou-se, com relação ao item 1, através de análise documental e dos depoimentos das testemunhas, que os servidores responsáveis pela solicitação dos quantitativos a serem adquiridos e os veículos a serem atendidos eram: responsável pela manutenção do transporte escolar, **Sr. Antônio Vilmar Leal** e o Coordenador do Setor de Transporte à época, **Adriano Chinoti,** com a conferência e anuência da Secretária Municipal de Educação, à época, **Sra. Edith Vanni Penhavel Marmos**, *vide* fls.2768, 2777, 2778, 2779, 2786, 2787, 2788, 2789, 2801, 2802, 2803, 2810, 2811.

Quanto aos itens 2 e 3, consta das notas de liquidação nº 1993/2020, 1992/2020, 1510/2020, 1992/2020, que o atesto (certificação de recebimento dos produtos) se deu pela Sra. **Edith Vanni Penhavel Marmos** (fl. 2763, 2772, 2783, 2796).

Com relação à fiscalização dos contratos e ao recebimento dos produtos não foi possível chegar à conclusão uma vez que as testemunhas não souberam informar quem eram os responsáveis e não foram encaminhados à esta CPI os relatórios de fiscalização, não havendo sequer assinatura nas notas fiscais.

11 - DA CONCLUSÃO:

Ao todo o exposto, após análise de todo conjunto probatório existente no processo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Relatora que ao final subscreve, apresenta o presente relatório concluindo e requerendo o seguinte:

1) Ficou comprovado que a Secretaria Municipal de Educação não recebeu a totalidade dos quantitativos solicitados à empresa Ronaldo P. Dos Santos Transportes, correspondentes às notas de empenho nº746/2020, 1718/2020, 1871/2020, 1015/2020, que totalizaram 50 (cinquenta) pneus, para atender o transporte escolar;

2) Ainda, dos depoimentos de **Adriano Chinoti, Antonio Valmir Leal e Edith V. V. Penhavel Marmos**, constatou-se que os 03 (três) tinham **ciência** de que, apesar de terem sido realizados todos os processos de compra, com a apresentação das notas fiscais pela empresa Ronaldo P. Dos Santos Transportes e os respectivos pagamentos, referentes a 50 (cinquenta) pneus, estes não foram entregues na totalidade solicitada, autorizada, empenhada, liquidada e paga, tendo havido, aparentemente destinação diversa dos produtos ou valores;

3) Considerando o **não recebimento da totalidade dos quantitativos solicitados e o efetivo pagamento referente a 50(cinquenta) pneus, e a constatação da ciência da então Secretária Municipal de Educação, Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos, do então coordenador do transporte, Adriano Chinoti, que atualmente ocupam cargos de D.A.S, recomenda-se o envio do presente relatório ao Chefe do Poder Executivo Municipal para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, recomendando-se, ainda, o afastamento imediato e, caso seja constatada culpa ou dolo, a exoneração dos respectivos cargos de D.A.S e a consequente aplicação das demais penalidades;**

4) Além disso, havendo prejuízo aos cofres públicos municipais e apurando os responsáveis pelos danos causados, recomenda-se ao Prefeito Municipal que adote as medidas pertinentes a fim de obter o respectivo ressarcimento;

5) Requer, ainda, seja enviado juntamente com as recomendações endereçadas ao Chefe do Poder Executivo, que este informe, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas com relação às presentes recomendações;

6) Considerando que há indícios de **possível prática de crime**, bem como de **ato de improbidade administrativa** e que os recursos envolvidos são oriundos dos **cofres públicos municipais**, recomenda-se o envio do presente relatório ao Ministério Público Estadual, a fim de que sejam apuradas as condutas das pessoas envolvidas;

7) Requer com fundamento no art.30, §3º da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 75, §6º, do Regimento Interno Camarário, que seja colocado em deliberação dos membros e, caso aprovado, seja realizado o encaminhamento de cópia do relatório ao Presidente da Câmara Municipal de Diamantino -MT para que este: 1) **Dê ciência imediata ao Plenário**; 2) **Remeta, em cinco dias, cópia de inteiro teor ao Prefeito;** 3) **Encaminhe, em cinco dias, ao Ministério Público , cópia do inteiro teor do relatório;** 4) **Providencie, em cinco dias, a publicação das conclusões do relatório no órgão oficial, com a transcrição de encaminhamento ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso**;

Diamantino – MT, 07 de outubro de 2022.

Michele Cristina Carrasco Mauriz

Vereadora/Relatora

Assinam de acordo e em aprovação ao presente Relatório:

Ver. Adriano Soares Correa – PSB – Presidente da CPI 01/2022

Ver. Eraldes Catarino de Campos- MDB – Membro da CPI 01/2022

OFÍCIO Nº 135/2022/DP

Diamantino/MT, 18 de outubro de 2022

Ao **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Diamantino/MT

Assunto: Encaminhar o Relatório Conclusivo da CPI nº 001/2022 – Investigação de suposto extravio de 38(trinta e oito) pneus sem registros oficiais da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2020.

Senhor(a) Promotor(a),

Cumprimentando-o, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar cópia (em mídia) do Relatório Conclusivo, bem como cópia integral dos autos da investigação em mídia gravada realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito nº 001/2022 a Vossa Excelência, constante na leitura do expediente da Sessão Ordinária do dia **17.10.2022.**

Com a conclusão que, após análise de todo o conjunto probatório existente no processo da Comissão Parlamentar de Inquérito que a Secretaria Municipal de Educação, não recebeu a totalidade dos quantitativos solicitados à empresa Ronaldo P. dos Santos Transportes, correspondentes às notas de empenhos de nº 746/2020, 1718/2020, 1871/2020 e 1015/2020 que totalizaram 50 (cinquenta) pneus, para atender o transporte escolar.

Colho do ensejo, para externar votos de estima e consideração e coloco-me a disposição no que se fizer necessário, assim como a esta Casa de Leis.

Ver. Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2022

A Câmara Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 11 de novembro de 2022 às 08h30min na sede da Câmara Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MOTOCICLETA ZERO KM, MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, APARELHOS ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS) E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATUPÁ".** Maiores informações através do edital nº. 008/2022, que está disponível no site http://www.camaramatupa.mt.gov.br/ e pode ser solicitado pelo e-mail licitacao@matupa.mt.leg.br ou junto à sede da Câmara Municipal localizada rua 02, n° 336, ZC1-001, fones (66) 3595-1841 das 07h00min às 13h00min. Matupá/MT, 25 de outubro de 2022. **JULIANA AKEMI KOBAYAHI - Pregoeira -**

CAMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO RETIFICADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMISTRATIVO Nº045/2022

FUNDAMENTOS LEGAL ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO RETIFICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2022

FUNDAMENTO LEGAL : ART. Nº 75, INCISO IIDA LEI 14.133/2021

Câmara Municipal de Nova Xavantina-MT, através de sua Agente de Contratação (Portaria nº 485/2022), torna público que realizará a dispensa de licitação, regida pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, do tipo menor preço global para:

OBJETO:

1.1.

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	DURAÇÃO
01	Serviço de consultoria, treinamento prático, teórico e acompanhamento técnico sobre o e-social fornecido por pessoa jurídica, com revisão dos dados das fases iniciais que já foram enviados, correção de inconsistências, envios da terceira fase, correção, explicação e orientação sobre os erros recebidos após o envio, orientação e ajuda no fechamento e emissão da DARF e DCTFWEB. A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Xavantina é composta por 13 servidores do Regime Geral e por 09 servidores do Regime Próprio, contando de forma esporádica com a ocorrência de contratação de autônomos.	Mês	02	31/12/2022

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	DIA 31/10/2022
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	COMPRASCMNX@GMAIL.COM
LINK	https://www.novaxavantina.mt.leg.br/processolegislativo/compras-diretas

Informações detalhadas poderão ser obtidas á Rua Jose Rosalino, S/N, na Praça dos Três Poderes, Setor Xavantina, CEP 78.690.000, Nova Xavantina-MT. Fone (66) 3438-2384, durante o horário normal de expediente sendo, de segunda á quinta das 12:00 às 18:00 horas e sexta das 07:00 às 13:00 horas, junto a Agente de Contratação ou Comissão Permanente de Licitação, e ainda no site https://www.novaxavantina.mt.leg.br/preocessolegislativo/compras-diretas, como também poderá ser requerida através do e-mail: comprascmnx@gmail.com

Nova Xavantina-MT 25 de Outubro de 2022

_____

Evillyn Daiane Silva

Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº 045/2022

FUNDAMENTO LEGAL: ART.Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2022

1. DO OBJETO:

1.1. Serviço de consultoria, treinamento prático, teórico e acompanhamento técnico sobre o e-social fornecido por pessoa jurídica, com revisão dos dados das fases iniciais que já foram enviados, correção de inconsistências, envios da terceira fase, correção, explicação e orientação sobre os erros recebidos após o envio, orientação e ajuda no fechamento e emissão da DARF e DCTFWEB.

1.2. A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Xavantina é composta por 13 servidores do Regime Geral e por 09 servidores do Regime Próprio, contando de forma esporádica com a ocorrência de contratação de autônomos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Essa contratação decorre da importância do suporte técnico ao setor de RH da Câmara Municipal de Nova Xavantina, assegurando o correto procedimento nos envios dos dados dos servidores municipais ao e-social, bem como o acompanhamento na emissão da DARF e DCTFWEB devido a serem obrigações recentes exigidas pelo Governo Federal. Essas ocorrências precisam ser corrigidas e bem orientadas, pois são essenciais e indispensáveis para a Câmara Municipal de Nova Xavantina**.**

3. O PRAZO PARA O ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO:

3.1. A presente dispensa de licitação ficará ABERTA POR UM PERIODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data da divulgação no Diário Oficial (AMM), e os respectivos documentos deverão ser protocolados preferencialmente na sede da Câmara Municipal de Nova Xavantina ou via e-mail: comprascmnx@gmail.com, fazendo referência a DISPENSA .

3.1.1. A proposta de preço deverá ser apresentada com todos os dados mencionados neste Termo de Referencia, conforme o anexo I.

3.1.2. Será de responsabilidade da empresa vencedora todos os gastos, despesas e tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a prestação de serviços, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado ou entrega de material.

4. DA DOCUMENTAÇÃO

Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista:

4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- Cartão CNPJ;

4.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal- Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e á Dívida ativa da União;

4.1.3. Certidão de Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual.

4.1.4. Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

4.1.5. Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

4.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

5. CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

5.1 O valor médio estimado da contratação será de R$ 20.187,00 (Vinte Mil Cento e Oitenta e Sete reais) de acordo com os valores praticados no mercado considerando os preços obtidos através da utilização de dados de pesquisa publicado no site do Tribunal de Contas no módulo Radar de Compras publicas. O valor da contratação será no valor abaixo do valor médio estimado.

6. JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1. Será declarada vencedora a empresa habilitada que apresentar menor valor global.

7. DA ENTREGA, EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA DO SERVIÇO

7.1 O prazo de vigência será até 31/12/2022, a partir da data da assinatura do contrato, sendo possível sua prorrogação por meio de aditivos.

8. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O objeto deste termo deverá ser prestado via acesso remoto sempre que for solicitado.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas sem reajustes, a primeira no dia 30/11/2022 após emissão da nota fiscal e a segunda mediante entrega do relatório final do término das atividades previstas no contrato com quitação em até 5 dias úteis após apresentação da Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/202, com previsão para o dia 20/12/2022.

9.2. Para a realização dos pagamentos, o fornecedor deverá manter a regularidade fiscal apresentada durante o processo de habilitação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Cumprir fielmente o que estabelece as condições deste Termo de Referência no que se refere ao seu objeto, de forma a executá-lo perfeita, ininterrupta e regularmente, de acordo com a minuta do contrato no Anexo II.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. O referido contrato será fiscalizado por servidor efetivo designado pela Portaria 464/2022.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Poderá a Câmara revogar o presente, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

12.2. A Câmara poderá anular o presente, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de oficio ou por provocação, não gerando direito de indenização.

12.3. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal de Nova Xavantina.

12.4. Cabe ressaltar que as prestações dos serviços ou entrega de material serão realizadas em caráter precário não gerando vinculo empregatício entre o fornecedor e Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Nova Xavantina- MT, 25 de Outubro de 2022.

Jubio Carlos Motel de Morais

Presidente

Anexo I

ANEXO I- MODELO DA PROSPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMISTRATIVO Nº045/2022

FUNDAMENTOS LEGAL ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

1. OBJETO:

1.1.

Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFIÇÃO	UNIDADE	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL (02 MESES)	DURAÇÃO
01	Serviço de consultoria, treinamento prático, teórico e acompanhamento técnico sobre o e-social fornecido por pessoa jurídica, com revisão dos dados das fases iniciais que já foram enviados, correção de inconsistências, envios da terceira fase, correção, explicação e orientação sobre os erros recebidos após o envio, orientação e ajuda no fechamento e emissão da DARF e DCTFWEB. A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Xavantina é composta por 13 servidores do Regime Geral e por 09 servidores do Regime Próprio, contando de forma esporádica com a ocorrência de contratação de autônomos.	Mês			31/12/2022

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta: 30 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada.

Nova Xavantina- MT,_____de_____de 2022.

_____

Assinatura do Responsável CPF

Obs: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº 00/2022

(A PRESENTE MINUTA PODERÁ SOFRER ADAPTAÇÕES, DENTRO DA REALIDADE E DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO, RESPEITADO AS NORMAS LEGAIS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS).

CONTRATO DE CONSULTORIA E TREINAMENTO **QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA/MT E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA:**

Pelo presente instrumento contratual, a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Praça dos Três Poderes s/nº, Centro, Nova Xavantina - MT, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº. 15.372.402/0001-94, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Vereador Presidente o Sr. **JUBIO CARLOS MONTEL DE MORAES**, brasileiro, no exercício de seu mandato, residente e domiciliado, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG nº. 5226744 SPTC/GO e inscrito no CPF sob nº 011.200.661-23, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nºXXXXXXXXXX, estabelecida na cidade de XXXXXX à Rua XXXXX, neste ato representada por seu proprietário Sr.**XXXXXXXXX**, brasileiro, Carteira de Identidade nº.XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXX e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Administrativo de Compras e Serviços nº 045/2022, e que se regerá pelo que dispõe a Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste termo é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais de consultoria em E-Social para Gestão Pública, em atendimento a Câmara Municipal de Nova Xavantina, Mato Grosso, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência constante do processo de contratação direta identificado no preâmbulo.

1.2. O contrato vincula-se ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta, independentemente de transcrição.

1.3. A descrição da solução como um todo é a estabelecida no Termo de Referência.

• O trabalho será dividido para o acompanhamento das quatro fases considerando:

• Na primeira fase o diagnóstico da área do departamento pessoal, identificando os riscos e valores de multa oriundos dos riscos identificados.

• Na segunda fase será o acompanhamento das parametrizações e envio dos eventos não periódicos a exemplo das admissões, exonerações, afastamentos, reintegração, alterações cadastrais e contratuais e na terceira o envio dos eventos de remuneração, datas de pagamentos e totalizadores de INSS e IR e quarta fase os eventos de SST idem com os eventos periódicos, caracterizando a assessoria permanente para o eSocial.

• Fase I – Diagnóstico do departamento pessoal e envio da primeira fase do eSocial • Consultoria diagnóstica com objetivo de realizar análise do plano geral da implantação do eSocial avaliando os cadastros para alimentar os eventos S-1000, S-1005, S-1010, S1020 e S-1070.

• Fase II – Analise de sistemas para envio de arquivos do esocial, qualificação cadastral e envio dos eventos conforme o cronograma da 2ª fase para o esocial, nos prazos correspondentes.

• Como resultado de nossos trabalhos, emitiremos os seguintes relatórios:

• Relatório detalhado incluindo os principais aspectos identificados, relacionando os riscos e sugestão para correção;

• S-2190, S-2200, S-2205, S-2206, S-2210, S-2220, S-2230, S-2240, S-2298,S-2299, S2300, S-2306, , S-2340 S-2399, etc

• Fase III – Analise de sistemas para envio de arquivos do esocial e envio da 3ª fase dos eventos para o esocial

• Nesta fase, as informações das remunerações dos trabalhadores serão analisadas para alimentar os eventos S-1200, S-1202, S-1207, S-1210, S-1298 e S-1299 além de avaliar os totalizadores S-5001 e S-5002

• A avaliação das regras, leiautes e informações operacionais é de responsabilidade da consultoria antes do envio de cada evento por fase, assessorando com base na legislação trabalhista e previdenciária atual.

• Eventos de SST idem com os eventos periódicos – Caracterizando a Assessoria permanente para o e-Social.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato terá seu prazo de vigência até dia 31 de dezembro 2022, contados a partir da data de sua assinatura.

2.2. Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir da assinatura e deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura, sob pena de nulidade.

2.3. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prazo de vigência será contado da divulgação no Diário Oficial do Município e em site eletrônico oficial, certificado digitalmente por autoridade certificadora, no qual a Administração divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades.

2.4. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para o contratante, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes.

2.5. A extinção contratual sem ônus para qualquer dos contratantes ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A Contratante pagará à Contratada o valor global de R$ xxxxxxxxx, a serem pagos em 02(duas) parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ xxxxxxx.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

4.1. As regras acerca das condições de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

5.1. Não haverá exigência de garantia de execução.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

6.1 **-** A execução do presente contrato será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Exercício de 2022 na seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Nova Xavantina

UNIDADE: 01.01 – Poder Legislativo

PROJ/ATIV: 01 031 0101 2001 0000 – Apoio Adm ao Gabinete do Presidente da Câmara

Elemento Despesa: 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão executados ordinariamente por acesso remoto.

7.2. Eventualmente a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, assessoria especifica presencial para tratar sobre procedimentos e assuntos ligados à área. A CONTRATADA poderá negar o convite se este estiver fora da área de sua competência, ou se o prazo entre o convite e a viagem não permitir uma programação de atendimento; 7.3. A critério da CONTRATADA, mediante notificação prévia, alguns serviços poderão ser executados na sede da mesma, para atender às razões específicas de caráter técnico ou de urgência e, ainda, por outros motivos identificados como relevantes para tal fato.

7.4. Os serviços serão prestados de acordo com a necessidade e conveniência do CONTRATANTE, mediante notificação prévia através de e-mail e/ou por telefone.

7.5. As regras acerca da forma dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO MODELO DE GESTÃO

8.1. As regras acerca do modelo de gestão do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1.1 Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, observado o CAPÍTULO IX do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021; 1.29.1.1. Considera-se superfaturamento o dano provocado ao patrimônio do contratante, caracterizado, entre outras situações, por medição de quantidades superiores às efetivamente fornecidas;

9.1.2. Rejeitar o objeto, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

9.1.3. comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido e o prazo para que seja reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de servidor ou comissão designada;

9.1.5. efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao objeto efetivamente fornecido, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.6. emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.1.7. o contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

9.2.1. o contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local estabelecidos no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2.3. efetuar a entrega do objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.2.4. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas e no prazo fixado pelo contratante, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.2.5. comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação;

9.2.7. responder pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.2.8. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.2.9. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.2.10 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.2.11. dar causa à inexecução total do contrato;

9.2.12. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.2.13. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.2.14. ensejar o retardamento da entrega do objeto sem motivo justificado;

9.2.15. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.2.16. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2.17. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.2.18. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

9.2.19. comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

9.2.20. comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

9.2.21. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

9.2.22. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogação do contrato, sem autorização em lei ou no contrato;

9.2.23. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

9.2.24. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

9.3. SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AS SEGUINTES SANÇÕES:

• advertência;

• multa;

• impedimento de licitar e contratar;

• declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

10.1. A extinção do contrato reger-se-á pela disciplina dos CAPÍTULOS VIII e XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

10.3. não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

10.4. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

10.5. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

10.6. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

10.7. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

10.8. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

10.9. A extinção do contrato poderá ser:

10.10. determinada por ato unilateral e escrito do contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.11. consensual, por acordo entre os contratantes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do contratante;

10.12. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NULIDADE

11.1. Constatada irregularidade na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o CAPÍTULO XI do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do CAPÍTULO VII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021. 1.40. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

12.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO

14.1. O contratante providenciará a divulgação do contrato no Diário Oficial (AMM), no qual o contratante divulga de forma centralizada as informações e os serviços de governo digital dos seus órgãos e entidades, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

14.2. Enquanto não for criado o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a divulgação dos atos e contratos deverá ocorrer em sítio eletrônico oficial, no Diário Oficial do Município e no Diário Oficial da União.

14.3. Para firmeza e validade do pactuado, o instrumento de contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Nova Xavantina - MT, em 25 de outubro de 2022.

_____

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Jubio Carlos Montel de Moraes

_____

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

ASS: _____ CPF: _____

ASS: _____ CPF: _____

(A PRESENTE MINUTA PODERÁ SOFRER ADAPTAÇÕES, DENTRO DA REALIDADE E DA ESPECIFICIDADE DA CONTRATAÇÃO, RESPEITADO AS NORMAS LEGAIS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS).

RETIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 045/2022

RETIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMISTRATIVO Nº045/2022

Nova Xavantina – MT, 25 de outubro de 2022.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Xavantina-MT vem, por meio deste, com os nossos cordiais cumprimentos, tornar publico a Retificação do Processo de Licitação n° 045/2022, considerando que houve algumas falhas técnicas no procedimento e uma mudança no período de prestação dos serviços, portanto será alterado o Aviso de Dispensa de Licitação e Termo de Referencia do Processo Licitatório que foram publicados no Diário Oficial na Edição do dia 18/10/2022.

Na oportunidade, renovo protestos de estima, apreço e distinta consideração.

Atenciosamente.

Jubio Carlos Montel de Moraes (Jubinha)

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2022

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2022

Termo de cooperação técnica que entre si celebram a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

CONSIDERANDO quea atividade jurídica dos órgãos da administração pública é essencial e obrigatória;

CONSIDERANDO queno âmbito da Câmara Municipal em razão das atividades exercidas, existem ações que demandam a atuação de assessor jurídico de forma eficaz e célere em matérias de ordem licitatória, contratual, jurídico e de orientação jurídica do presidente e vereadores para o desenvolvimento das atividades legislativas e de gestão;

CONSIDERANDO que o suporte técnico exercido pelo assessor jurídico é fundamental para o desenvolvimento das atividades legislativas, vez que é necessário elaborar projetos de lei, emendas legislativas, pareceres com as comissões permanentes, acompanhamento do processo legislativo, etc, de modo a aperfeiçoar os trabalhos realizados pela Casa legislativa e seus Edis.

CONSIDERANDO que a administração da Câmara Municipal, está sujeita, dentre outros, ao principio da eficiência, o qual requer a adoção de mecanismos voltados à otimização da capacidade produtiva e operacional dos órgãos públicos, com vista à adequada consecução de sua função constitucional;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT possui em seu plano de cargos e carreiras apenas uma vaga de assessor jurídico no quadro de servidores efetivos regulamentado pela Lei Complementar Municipal nº070/2016 de 27 de abril de 2016;

CONSIDERANDO que o cargo encontra se devidamente preenchido de modo que não há vacância do mesmo;

CONSIDERANDO que o afastamento da servidora efetiva ocupante da vaga é devido ao período de férias;

CONSIDERANDO que o TCE/MT não recomenda contratações de pessoa física para realizar tais atividades sem a realização de processo seletivo;

CONSIDERANDO que adoção do termo de cooperação não acarretará ônus ao município, nem dano ao erário público, com base nos princípios da administração pública, conforme preceito contido no art. 37 da Constituição Federal de 88, constituirá processo importante para o desenvolvimento e fortalecimento do desempenho das atividades objetivadas e suprirá as necessidades temporárias descritas;

CONSIDERANDO que a cooperação mútua entre os órgãos do Município contribuem para a eficiência da atuação estatal.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.205.596/0001.17, com sede na Avenida Flávio Luiz s/nº, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. **EGON HOEPERS,** e, de outro lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 04.253.983/0001.29, com sede na Flávio Luiz, nº 2201, Bairro Centro, representada pelo seu Presidente, ajustam entre si o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objetivo do presente Termo de Cooperação Técnica na cessão de servidor municipal preferencialmente do quadro de servidores efetivos do Poder Executivo para prestação de serviços junto à Câmara Municipal, com vistas ao fornecimento de serviços de assessoria jurídicas, junto ao Poder Legislativo, âmbito de suas competências e atribuições, obedecidas as legislação municipais e permanentes.

Paragrafo Único. Fica a cargo do servidor designado pelo Executivo Municipal prestar os serviços de assessoria jurídica conforme atribuições estabelecidas pela Lei Complementar Municipal 070/2016, exceto para atuação em demandas judiciais nas quais houver conflito de interesse entre a Câmara e Prefeitura, sendo que nos casos em que se verificarem tais situações, a câmara providenciará profissional para tal realizar a atividade necessária, mediante dispêndio de recurso próprio do legislativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para a execução deste Termo, não haverá ônus entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

São obrigações do Município de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – disponibilizar servidor preferencialmente efetivo capacitado a exercer atividades descritas na Cláusula Primeira e paragrafo único, para que realize as atividades objeto do presente termo, sempre que necessário;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:

São obrigações da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT:

I – informar o Município, com antecedência mínima, sempre que precisar deslocar o servidor designado, em atividades externas ao Município ou em atividades fora de sede do município;

II – encaminhar ao Município, sempre que solicitado por este, informações relacionadas a prestação de serviços realizadas pelo serviço designado;

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste Termo de Cooperação Técnica inicia-se na data de sua assinatura, findando-se em 08 de novembro de 2022.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação deste Instrumento, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO:

O Termo de Cooperação Técnica poderá ser cancelado por superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexequível, ou por vontade das partes, bastante para tanto a notificação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para validade do que pelas partes foi pactuado, forma-se este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surta efeitos jurídicos e legais.

Santa Rita do Trivelato – MT, 13 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

PRESIDENTE

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO 1099/2022

DECRETO Nº 1099, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e;

Considerando o Decreto nº 04, de 11 de janeiro de 2022, expedido pelo Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo na Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT, no dia 28 de outubro de 2022 (sexta-feira), alusivo ao "Dia do Servidor Público".

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2022.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

ELAINE ANTUNES

1º Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2022

Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 001/2022 – celebrado entre a Câmara Municipal de Várzea Grande/MT e aempresaAtiva Locação Servicos e Eventos EIRELI – ME.

Objeto: O objeto do presente instrumento é o acréscimo de valor, correspondendo a 25% ao valor inicialmente contratado, nos termos do §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, visando atender eventos agendados até o final do ano, tais como outubro Rosa, Dia do Vereador, Troféu Mérito Logista "Dia do empreendedor", Dia do Professor, Título Laíze Miranda – Profissionais da Educação e Sessão Solene – Mérito Legislativo. A presente contratação justifica-se pela necessidade de proporcionar um serviço de cerimonial profissional e adequado aos padrões desta Casa de Leis, objetivando atender aos eventos a serem realizados até o final de 2022, início de 2023, oriundos da atividade da Câmara Municipal de Várzea Grande, considerando que este Órgão não possui em seu quadro, cargo com a qualificação e atribuições conforme instrumento contratual.

Vigência: Início em 07/10/2022 e término em 07/01/2023.

Fundamentação: O presente aditivo encontra fundamentado no Parágrafo 1º, Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Valores: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 91.217,87 (noventa e um mil duzentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), correspondente a 25% ao valor inicialmente contratado, a ser pago conforme demanda.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 07/10/2022

Assinaturas: Fábio José Tardin, Presidente da Câmara Municipal e João Ferreira da Luz, representante legal da empresa Ativa Locação Servicos e Eventos EIRELI – ME.

Várzea Grande – MT, 07 de outubro de 2022.

FÁBIO JOSÉ TARDIN

Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, **FÁBIO JOSÉ TARDIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

01- Adjudicar e homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação n.º: **002/2022**

b) Modalidade: **Tomada de Preços Nº 001/2022**

c) Data Homologação: 25/10/2022

d) Data Adjudicação: 25/10/2022

e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS COM O FIM ESPECIFICO DE DIVULGAÇÃO DE ATOS, AÇÕES, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

f) Empresas Vencedoras:

DMD ASSOSSIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA - CNPJ 03.175.635/0001-18;

COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA - CNPJ 04.523.051/0001-59.

Várzea Grande, 25 de outubro de 2022.

Fábio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço nº 001/2022

Processo Administrativo nº 002/2022 – Processo Licitatório nº 000002/22

A Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, Neste ato representado pelo **FÁBIO JOSÉ TARDIN** Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, conforme Portaria nº 142/2022, em vigor a partir de 07 de setembro de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da licitação na modalidade de **TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022,** tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS COM O FIM ESPECIFICO DE DIVULGAÇÃO DE ATOS, AÇÕES, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT, CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS,** apósanálisedetalhada da documentação apresentada pelas empresas credenciadas, foram consideradas **HABILITADAS, CLASSIFICADAS E VENCEDORAS**, deste procedimento licitatório as empresas **DMD ASSOSSIADOS ASSESSORIA E PROPAGANDA LTDA** - CNPJ 03.175.635/0001-18 e a empresa **COMPANY COMUNICAÇÃO LTDA** - CNPJ 04.523.051/0001-59, que apresentaram propostas mais vantajosa para essa Casa de Leis, no valor global estimado de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Várzea Grande/MT, 25 de outubro de 2022.

Mabel Mônica Campos Mayer Vicente

Presidente

Fábio José Tardin

Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

REQUERIMENTO LAC - IDENIR DA COSTA QUEIROZ

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa Rota do Peixe, comunica que **IDENIR DA COSTA QUEIROZ**, CPF: 000000000 RG: 0000000 SSP/MT Proprietário e Representante Legal**,** torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural SITIO RECANTO DA PAZ, situado no município de Mirassol D'Oeste-MT, na rodovia MT250 sentido a Curvelândia-MT, a 22 km do perímetro urbano.

REQUERIMENTO LAC - EDSON DOMINGOS DA SILVA

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa Rota do Peixe, comunica que **Edson Domingos da Silva**, CPF: 000.086.611-38 RG: 1477207-8 SSP/MT Proprietário e Representante Legal**,** torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural SITIO FIVELA DE OURO, situado no município de Mirassol D'Oeste-MT, na rodovia MT250 sentido a Curvelândia-MT, a 25 km do perímetro urbano.

REQUERIMENTO LAC - WILSON ANTÔNIO DE SOUZA

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa Rota do Peixe, comunica que **WILSON ANTÔNIO DE SOUZA**, CPF: 513.169.941-04 RG: 673052 SSP/MT Proprietário e Representante Legal**,** torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural SITIO GOIANO, situado no município de JAURU-MT, na rodovia MT174 sentido a Adrianópolis-MT, a 13,27 km do perímetro urbano.

REQUERIMENTO LAC - IRON PEREIRA DE SOUZA

O Consórcio do Complexo Nascentes do Pantanal, no âmbito do Programa Rota do Peixe, comunica que **Iron Pereira de Souza**, CPF:615.831.111-15 RG:633.704 SSP/MT Proprietário e Representante Legal**,** torna público que requereu junto a SEMA-MT **Licença por Adesão e Compromisso – LAC** para Piscicultura Convencional em Tanques Escavados de 0,5000 há de lâmina d'agua do seu imóvel rural SITO PEREIRA, situado no município de Mirassol D'Oeste-MT, na rodovia MT250 sentido a Curvelândia-MT, a 12,6 km do perímetro urbano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA/MT, CNPJ 15.023.898/0001-90, torna público que requereu junto a SEMA/MT, a LICENÇA PRÉVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI), para IMPLANTAÇÃO das melhorias do sistema público de ESGOTAMENTO SANITÁRIO da zona urbana do município de Água Boa / MT.

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 036/2022.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 24/10/2022, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 036/2022 que teve como vencedora a empresa: V. V. da Paixão, CNPJ: 14.105.832/0001-00.

Água Boa, 25 de outubro de 2022.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira Substituta

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO CONTRATO N.ª 181/2022

PROCESSO: 197/2022

LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N.ª 064/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA MT.

CONTRATADO: **RLV ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA** / CNPJ n.º 46.572.860/0001-09

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços elétricos para contratação correlata a construção da Usina Solar de Agua Boa-MT contemplando: consulta de acesso, pedido de informação de acesso, solicitação de acesso, adequação do projeto de UFV de minigeração com 1,742 MWP/ projeto executivo, projeto de extensão de rede de média tensão e transformadores, projeto de cabine de medição e proteção, estudo

de proteção, fluxo de potência, coordenação e seletividade, projeto de conexão da UFV e pedido de parecer de acesso, aprovação na concessionária, memorial descritivo, lista de materiais, planilha orçamentária completa dos projetos e demais itens demandados para aprovação na Energisa/ licitação.

TOTAL: R$ 86.900,00 (oitenta e seis mil, novecentos reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24/10/2022 à 22/04/2023

Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada Robson Layon Vaz

Data de Assinatura: 24/10/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

SETOR DE ENGENHARIA
EXTRATO CONTRATO N.º 182/2022

PROCESSO: 150/2022

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO N.º 010/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA MT.

CONTRATADO: **SOLAR CONSTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA** / CNPJ n.º 02.519.573/0001-51

OBJETO: Execução da Quadra Poliesportiva no P.A Jandira, localizada na zona rural, no município de Água Boa – MT

TOTAL: R$ 697.130,36 (seiscentos e noventa e sete mil, cento e trinta reais e trinta e seis centavos)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24/10/2022 à 22/05/2023

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993

Signatários: pela contratante Prefeito Municipal Mariano Kolankiewicz Filho, pela contratada Artur Wiliam Dallagnol

Data de Assinatura: 24/10/2022

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 015/2022.

Objeto	Contratação de show artístico do Cantor SAMUEL MARIANO para apresentação no dia 01 de novembro de 2022, durante a realização do Evento do dia do Evangélico.
Contratante	Prefeitura de Água Boa-MT.
Contratada	Oficina da música Ltda, CNPJ: 05.796.753/0001-79.
Data da Apresentação	01/11/2022.
Valor Global	R$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais).

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Inexigibilidade nº. 015/2022, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, 25 de outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

RH
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 002/2022 EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – N° 002/2022

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

A Prefeitura Municipal de Água Boa - MT, **TORNA PÚBLICO** que estarão abertas, no período de 10 a 16 de novembro de 2022, as inscrições para o processo seletivo simplificado visando a formação de cadastro reserva para cargos das Secretarias de Administração e Planejamento, Desenvolvimento, Infraestrutura, Saúde, Ação Social e Educação do município. As inscrições serão todas efetuadas de forma gratuita e online para todos os cargos, devendo ser feitas no endereço eletrônico **http://www.aguaboa.mt.gov.br.** As provas serão realizadas no dia 04 de dezembro de 2022. O Edital em seu inteiro teor está à disposição dos interessados na página oficial da Prefeitura Municipal no site **http://www.aguaboa.mt.gov.br e no mural de publicações oficiais da Prefeitura, situado na Avenida Planalto, nº. 410, Centro.**

Água Boa - MT, 25 de Outubro de 2022.

GILSON BENOVIT

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 002/2022

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 019

CONTRATANTE: O Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90.

CONTRATADA: **SAGA COMÉRCIO SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 05.870.713/0001-20, estabelecida Rua Oriente Tenuta, 09, Bairro Consil, Cuiabá – MT, CEP 78.048-450 .

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 019, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL	VALOR	DOTAÇÃO APOSTILAMENTO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTAÇÃO AÇÃO SOCIAL – BOLSA FAMÍLIA DESENVOLVIMENTO - INDÚSTRIA	**R$ 15. 356,71 R$ 20. 782,00 R$ 14. 512,00 R$ 10. 801,66**	**R$ 61.452,37** Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Unidade: Agricultura Pecuária e Meio Ambiente Código Reduzido: 849
ESPORTE AÇÃO SOCIAL - CONSELHO AÇÃO SOCIAL - CREAS AÇÃO SOCIAL - CRAS	**R$ 4. 000,00 R$ 16. 516,00 R$ 21. 516,00 R$ 21. 516,00**	**R$ 63.548,00** Órgão: Secretaria de Infraestrutura Unidade: Manutenção dos Veículos, Máquinas e Implementos (Recurso Próprio) Código Reduzido: 950
DEMAE MEIO AMBIENTE	**R$ 39. 528,00 R$ 6. 754,00**	**R$ 46.282,00** Órgão: Secretaria de Infraestrutura Unidade: Serviços Urbanos Código Reduzido: 1026

Água Boa-MT, 25 de outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3.966, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PROCEDIMENTO DA OUVIDORIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/MT, CONFORME LEI FEDERAL Nº 13.460/2017.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, com fulcro nos Artigos 80, VI, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA ATIVIDADE DE OUVIDORIA EM ORGÃOS PÚBLICOS

DISPOSIÇÕES GERAIS E ESTRUTURA

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a atividade de ouvidoria, em conformidade com os capítulos III e IV da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017; Art. 4º-A da Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018 e Lei Municipal nº 1198, de 06 de agosto de 2013 que cria a Ouvidoria do Município de Água Boa.

Art. 2º - Compete à ouvidoria:

I - receber e dar tratamento a:

a) manifestações de usuários de serviços públicos a que se refere a Lei nº 13.460 de 2017;

b) relatos de informações a que se refere o art. 4º-A da Lei nº 13.608 de 2018; e

c) petições destinadas ao exercício dos direitos do titular de dados pessoais perante o Poder Público referidos no art. 18 da Lei nº 13.709 de 2018.

II - adotar as medidas necessárias ao cumprimento dos prazos legais e da qualidade das respostas às manifestações de usuários de serviços públicos recebidas;

III - formular, executar e avaliar ações e projetos relacionados às atividades de ouvidoria da respectiva área de atuação;

IV - coletar, ativa ou passivamente, dados acerca da qualidade e da satisfação dos usuários com a prestação de serviços públicos;

V - analisar dados recebidos ou coletados a fim de produzir informações com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços e à correção de falhas;

VI - zelar pela adequação, atualidade e qualidade das informações constantes nas Cartas de Serviços dos órgãos e entidades a que estejam vinculadas;

VII - assessorar o dirigente máximo do Poder Executivo Municipal nos temas sob sua competência.

§ 1º Sempre que outra unidade do Poder Executivo Municipal realize o disposto no inciso I, esta deverá encaminhar as informações coletadas imediatamente à Ouvidoria, vedada a manutenção de cópias na unidade recebedora.

§ 2º Incluem-se na alínea 'a' do inciso I as manifestações recebidas de agentes públicos que atuem no próprio Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - A Ouvidoria deve ainda, no exercício de suas competências:

I - adotar ferramentas de solução pacífica de conflitos entre usuários de serviços públicos e órgãos e entidades públicas, bem como entre agentes públicos, no âmbito interno, com a finalidade de qualificar o diálogo entre as partes e tornar mais efetiva a resolução do conflito, quando cabível;

II - realizar a articulação com:

a) instâncias e mecanismos de participação social, em especial com os Conselhos de Usuários de Serviços Públicos, previstos no Capítulo V da Lei nº 13.460 de 2017;

b) demais órgãos e entidades encarregados de promover a defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, tais como ouvidorias de outros entes e Poderes, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas; e

c) demais unidades do Poder Executivo Municipal para a adequada execução de suas competências.

III - exercer a supervisão técnica de outros canais de relacionamento com os usuários de serviços públicos, quanto ao cumprimento do disposto no art. 13 e art. 14 da Lei nº 13.460 de 2017;

IV - produzir anualmente o relatório de gestão, nos termos dos artigos 14 e 15 da Lei nº 13.460 de 2017, que será encaminhado a autoridade máxima do Poder Executivo Municipal e disponibilizado integralmente na internet;

V - elaborar o planejamento das ações da Ouvidoria por meio de plano de trabalho anual a ser aprovado pelo dirigente máximo do Poder Executivo Municipal e encaminhado ao Conselho de Usuários para ciência e acompanhamento das ações; e

VI - expedir recomendações aos setores responsáveis pela prestação de serviços públicos, visando a proteção dos direitos dos usuários e a sua melhoria.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não afasta as competências estabelecidas no Capítulo II da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

Art. 4º - A Ouvidoria contará com a seguinte estrutura:

I - quantidade de servidores compatível com a demanda de tratamento de manifestações para cumprimento dos prazos legais;

II - local de fácil acesso para atendimento presencial, na sede administrativa do Poder Executivo Municipal, que disponha de condições que permitam a discrição e a manutenção do sigilo da identidade do manifestante e do conteúdo das manifestações apresentadas oralmente, bem como acessibilidade a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida;

III - sistema informatizado para gestão de informações e processos, que permita o registro digital das manifestações, bem como o seu tratamento no âmbito da unidade, acessível por meio do link aguaboa.mt.gov.br/serviços/ouvidoria;

VI - número de telefone e endereço de correio eletrônico de uso exclusivo Ouvidoria, aos quais será dada transparência no site da Prefeitura Municipal de Água Boa.

§ 1º Ao realizar o atendimento presencial ou telefônico, a Ouvidoria observará as seguintes diretrizes:

I - atendimento personalizado e acessível, com foco no indivíduo;

II - resiliência no trato de situações não previstas;

III - respeito às capacidades cognitivas e físicas do usuário; e

IV - respeito às regras de pontualidade, cordialidade, discrição, polidez e sigilo quando for dar tratamento a assuntos com restrição de acesso.

§ 2º Os meios de contato com a Ouvidoria, endereço do formulário eletrônico e telefone devem ser divulgados nos balcões e locais de atendimento presencial aos cidadãos, e na página oficial do Poder Executivo Municipal na internet, em local de fácil acesso.

§ 3º Salvo força maior, o funcionamento da Ouvidoria observará o seguinte horário de atendimento telefônico ou presencial em dias úteis, das 7h30-min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Art. 5º - A Ouvidoria será chefiada por um servidor comissionado e nomeado, através de ato do Poder Executivo Municipal

Art. 6º - O titular da Ouvidoria buscará a cooperação e sinergia de esforços entre os diversos setores da instituição, com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e, para cumprimento desse objetivo poderá:

I - propor ao dirigente máximo da instituição a criação de grupos de trabalho intersetoriais ou outras instâncias de governança;

II - desenvolver pesquisas de avaliação dos serviços públicos prestados aos usuários;

III - adotar ações de gestão para a melhoria dos processos de atendimento às manifestações e representar aos órgãos de apuração contra situações de omissão, retardamento deliberado ou prestação de informação incorreta por servidor ou setor; e

IV - propor a revisão de normas internas para solução de demandas recorrentes recebidas pela Ouvidoria.

Art. 7º - A Ouvidoria manterá plano anual de capacitação dos servidores que garanta o treinamento que aborde as Leis nº 13.460, de 2017, e nº 12. 527, de 2011, mediante levantamento prévio de competências desejáveis para os seus servidores e identificação de cursos compatíveis, que deverão oferecer conteúdo mínimo de:

I - gestão em ouvidoria;

II - atendimento ao público;

III - acesso à informação;

IV - privacidade e proteção de dados pessoais;

V - tratamento de denúncias; e

VI - desenho e avaliação de serviços.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO, ANÁLISE E RESPOSTA DE MANIFESTAÇÕES E AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO

Art. 8º - O tratamento de manifestações realizado pela Ouvidoria compreende:

I - recebimento da manifestação;

II - registro da manifestação em sistema informatizado;

III - triagem;

IV - encaminhamento de manifestações para outra unidade, quando couber;

V - análise preliminar da manifestação;

VI - solicitação de complementação de informações aos manifestantes, quando couber;

VII - trâmite à unidade ou unidades responsáveis pelo assunto ou serviço objeto de manifestação; e

VIII - consolidação, elaboração e envio da resposta conclusiva ao usuário.

IX - avaliação do atendimento prestado pela Ouvidoria e resolutividade da demanda pela instituição.

§ 1º Quando couber, consideram-se etapas específicas de tratamento da manifestação de ouvidoria:

I - pseudonimização da denúncia para trâmite às unidades de apuração ou para encaminhamento a órgão apuratório competente, neste último caso, quando não tenha sido colhido o consentimento prévio do denunciante para a realização de tal encaminhamento;

II - adoção de procedimentos de solução pacífica de conflitos; e

III - acompanhamento de encaminhamentos decorrentes da resposta conclusiva enviada, reabertura de manifestação e complementação com novas informações relevantes.

§ 2º A Ouvidoria deverá cumprir todos os procedimentos de tratamento previstos nos incisos I a VIII do caput no prazo de até trinta dias a contar do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 3º Os procedimentos a que se refere o inciso II do § 1º poderão ocorrer após o envio de resposta conclusiva pela Ouvidoria e obedecerão aos prazos e procedimentos estabelecidos pela unidade, observadas as diretrizes deste Decreto.

Art. 9º - Caso a Ouvidoria receba manifestação que não esteja relacionada às suas competências, deverá:

I - no caso de o órgão competente utilizar o mesmo sistema e base de dados informatizada, encaminhar a manifestação diretamente ao órgão responsável;

II - no caso de o órgão responsável não utilizar o mesmo sistema e base de dados, indicar ao cidadão os canais de atendimento do órgão competente.

Parágrafo único. O encaminhamento de denúncias observará norma que internaliza a Resolução nº 3, de 2019, da Rede Nacional de Ouvidorias e os artigos 19 e 20 desta norma.

Art. 10 - As manifestações serão apresentadas, preferencialmente, em meio eletrônico, por meio do sistema informatizado de que trata o inciso II, do art. 4º desta norma.

Parágrafo único. As manifestações recebidas por meio distinto ao definido no caput serão digitalizadas e inseridas no sistema pela Ouvidoria, sem prejuízo de que a unidade oriente o manifestante a realizar sua manifestação diretamente na referida plataforma.

Art. 11 - As manifestações colhidas verbalmente serão transcritas e inseridas no sistema a que se refere o caput.

§ 1º Na transcrição de manifestações a que se refere o caput, as unidades observarão as seguintes diretrizes:

I - registro completo, fidedigno e integral da manifestação; e

II - desmembramento adequado da demanda, efetuando registros distintos para manifestações com tipologias, assuntos ou órgãos e entidades destinatários distintos.

§ 2º No ato de registro da manifestação, cabe à Ouvidoria informar ao manifestante o número de protocolo e informações para acesso e acompanhamento dos procedimentos relacionados ao tratamento de sua manifestação.

Art. 12 - Na análise preliminar das manifestações, deverão ser coletados elementos necessários para atuação da Ouvidoria, e realizada a adequação, quando cabível, da tipologia e do assunto ou serviço indicado pelo manifestante.

§ 1º Na análise preliminar de denúncias deverá ser avaliada a existência de requisitos mínimos que amparem a sua apuração.

§ 2º A denúncia será considerada habilitada quando existirem os requisitos a que se refere o § 1º.

§ 3º A denúncia poderá ser encerrada pela ouvidoria:

I - quando os fatos relatados forem de competência de órgão não subordinado ao Poder Executivo Municipal; ou

II - excepcionalmente, em circunstâncias necessárias à proteção do denunciante, devidamente justificadas no histórico da manifestação e comunicadas ao manifestante.

Art. 13 - Se as informações existentes na manifestação forem insuficientes para o seu tratamento, a Ouvidoria deverá solicitar ao usuário complementação de informações.

§ 1º As solicitações de complementação de informações deverão ser atendidas pelo manifestante no prazo de vinte dias contados da data do seu recebimento, vedada a realização de pedidos de complementação de informações sucessivos, exceto se decorrentes da necessidade de elucidação de novos fatos apresentados pelo manifestante.

§ 2º O pedido de complementação de informações suspende, por uma única vez, o prazo previsto no § 2º do art. 8º deste Decreto, que será retomado a partir da resposta do usuário.

§ 3º A falta da complementação de informações pelo usuário no prazo estabelecido no § 1º deste artigo acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 14 - A Ouvidoria pode solicitar informações às áreas do Poder Executivo Municipal responsáveis pela execução de serviços ou por tomada de providências, as quais devem responder dentro do prazo de até vinte dias, contados do recebimento no setor, prorrogáveis por igual período medi-

ante justificativa expressa, sem prejuízo de norma interna que estabeleça prazo inferior.

Art. 15 - A Ouvidoria deverá comunicar-se com os manifestantes em linguagem clara, objetiva e acessível, observando as seguintes orientações:

I - utilização de termos e expressões compreensíveis pelo manifestante, evitando-se expressões em língua estrangeira ou o uso de siglas que não sejam de uso corrente; e

II - estruturação de textos que privilegiem a resposta ao fato relatado na manifestação em primeiro lugar, que deixem informações complementares, explicativas ou institucionais para o final da comunicação.

Art. 16 - Na elaboração de respostas conclusivas às manifestações, a Ouvidoria observará o seguinte conteúdo mínimo:

I - no caso de elogio, informação sobre o seu encaminhamento e cientificação ao agente público ou ao responsável pelo serviço público prestado, e à sua chefia imediata;

II - no caso de reclamação, informação objetiva acerca da análise do fato apontado;

III - no caso de solicitação, informação sobre a possibilidade, a forma e o meio de atendimento ao que foi solicitado;

IV - no caso de sugestão, manifestação do gestor sobre a possibilidade de sua adoção, com informação sobre o período estimado de tempo necessário à sua implementação, quando couber; e

V - no caso de denúncia, informação sobre o seu encaminhamento às unidades apuratórias e respectivo número que identifique a denúncia junto ao órgão competente, ou sobre o seu arquivamento.

Art. 17 - A Ouvidoria deverá oferecer mecanismo de avaliação do atendimento prestado e da resolutividade apresentada pela instituição a cada demanda, após o encaminhamento da resposta conclusiva.

Art. 18 - A Ouvidoria exigirá certificação de identidade sempre que o tratamento e a resposta à manifestação implicar a entrega de informações pessoais ao próprio manifestante ou a terceiros por ele autorizados.

§ 1º A certificação de identidade de que trata o caput ocorrerá:

I - virtualmente, caso o manifestante possua identidade ou certificação digital; ou

II - presencialmente, por meio de conferência de documento físico apresentado pelo manifestante junto à Ouvidoria.

§ 2º Excepcionalmente, a Ouvidoria poderá adotar meios alternativos de certificação de identidade por meio da conferência das informações inseridas em seu cadastro com informações disponíveis em outras fontes constantes de bases públicas.

Art. 19 - A identidade dos manifestantes é informação protegida nos termos do art. 10º, § 7º, da Lei nº 13.460 de 2017, e do art. 4º-B, da Lei nº 13. 608 de 2018, e demais normas que tratam da proteção de dados pessoais.

§ 1º A proteção de que trata o caput estende-se à identidade e aos elementos de identificação do manifestante, os quais compreendem, dentre outros, dados cadastrais, atributos genéticos, atributos biométricos, e dados biográficos.

§ 2º O acesso às informações de que trata o caput será restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e com necessidade de conhecê-las, os quais estarão sujeitos à responsabilização por seu uso indevido nos termos do art. 32 da Lei nº 12.527 de 2011.

Art. 20 - A denúncia recebida que contiver requisitos mínimos será considerada habilitada e enviada às unidades de apuração do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Considera-se unidade de apuração aquela que detenha competência normativa para a apuração de denúncias.

§ 2º As unidades de apuração do Poder Executivo Municipal encaminharão à Ouvidoria o resultado final, a fim de dar conhecimento ao manifestante acerca dos desdobramentos de sua manifestação.

§ 3º Caso a denúncia não contenha os requisitos mínimos para habilitação, deverá ser mantido registro de justificativa para a sua inabilitação e, quando identificado, o denunciante deve receber resposta fundamentada.

Art. 21 - Desde o recebimento da denúncia, a Ouvidoria adotará as medidas necessárias à salvaguarda da identidade do denunciante e à proteção das informações recebidas, nos termos da Lei nº 13.608 de 2018.

§ 1º A proteção à identidade do denunciante se dará pelo prazo de cem anos, por meio da adoção de salvaguardas de acesso aos seus dados, que deverão estar restritos aos agentes públicos com necessidade de conhecer.

§ 2º A necessidade de conhecer será declarada pelo agente público com competência para executar o processo apuratório, quando for indispensável à análise dos fatos narrados na denúncia.

Art. 22 - Será dado tratamento de denúncia à comunicação de irregularidade, dispensada a produção de resposta conclusiva.

Parágrafo único. A impossibilidade do envio de resposta conclusiva pela falta de identificação do demandante não dispensa a Ouvidoria de registrar o encaminhamento à unidade de apuração e dos seus resultados, além de motivar o seu arquivamento no sistema institucional de tratamento de manifestações.

Art. 23 - Serão tratadas como manifestações de ouvidoria de tipologia ‘solicitação’ as petições de titulares de dados pessoais que visem a exercer os direitos previstos nos incisos III, IV, VI e IX do art. 18 e art. 20 da Lei nº 13.709 de 2018.

Parágrafo único. As petições de titulares de dados pessoais que visem a exercer os direitos previstos nos incisos I, II, VII e VIII da Lei nº 13.709, de 2018, observarão os prazos e procedimentos previstos pela Lei nº 12.527 de 2011.

CAPÍTULO III

DA CARTA DE SERVIÇOS

Art. 24 - Na elaboração da Carta de Serviços ao Usuário, a Ouvidoria assegurará que estejam disponíveis as informações relativas:

I - ao nome do serviço oferecido;

II - aos requisitos, formas, locais e aos documentos necessários para acessar o serviço;

III - às etapas para processamento e mecanismo de consulta das etapas do serviço;

IV - ao prazo para a prestação do serviço;

VI - à forma de comunicação com o solicitante do serviço;

VIII - aos usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

IX - ao tempo de espera para o atendimento.

Art. 25 - Sem prejuízo da adoção de outras formas de publicidade, a Ouvidoria deverá adotar medidas para manter atualizada a Carta de Serviços no sítio eletrônico do Poder Executivo Municipal;

Art. 26 - A Ouvidoria deverá promover a revisão da Carta de Serviços periodicamente e orientar as áreas responsáveis a proceder as alterações das informações de cada serviço, bem como em caso de descontinuidade ou criação de novo serviço.

CAPÍTULO IV

DA RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

Art. 27 - Cabe à Ouvidoria disseminar boas práticas e métodos de resolução pacífica de conflitos entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, dentre eles a mediação e a conciliação, como previsto no inciso VII do art.

13 da Lei nº 13.460, de 2017, bem como prestar atendimento e orientação aos usuários sobre tais instrumentos, observados os seguintes princípios:

I - empatia;

II - imparcialidade;

III - isonomia entre as partes;

IV - autonomia da vontade das partes;

V - busca do consenso;

VI - boa-fé;

VII - proporcionalidade entre meios e fins; e

VIII - respeito à ordem pública e às leis vigentes.

Parágrafo único. As ações relacionadas à resolução pacífica de conflitos serão executadas por agente público devidamente capacitado para a sua realização, por meio de procedimento regulamentado no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Art. 28 - A Ouvidoria poderá utilizar meios de resolução pacífica de conflitos, em especial para a solução de controvérsias nas quais seja importante a direta e voluntária ação de ambas as partes divergentes.

Parágrafo único. Os meios de resolução pacífica de conflitos não serão elegíveis quando:

I - as partes no conflito não tenham consentido com o uso da metodologia de resolução pacífica de conflitos;

II - o objeto do conflito seja um direito indisponível;

III - a resolução implicar na transigência sobre:

a) aplicação de ato normativo; ou

b) conduta passível de responsabilização de agente público; e

IV - quando decorrente de denúncia.

Art. 29 - Caberá ao responsável pelo processo de resolução pacífica de conflitos:

I - assegurar às partes igualdade de tratamento;

II - assegurar às partes o acesso às informações necessárias à tomada de decisão livre e informada;

III - zelar pela rápida solução do conflito;

IV - aproximar as partes para que elas negociem diretamente a solução desejada de sua divergência;

V - manter registros de todo o processo de resolução pacífica do conflito, colhendo os compromissos das partes, quando cabível; e

VI - adotar as medidas necessárias à formalização do acordo entre as partes.

Art. 30 - A Ouvidoria poderá propor o uso de meios de resolução pacífica de conflitos de ofício ou a pedido do usuário ou gestor.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA-MT, AOS 24 DE OUTUBRO DE 2022.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa-MT, em 24 de outubro de 2022.

SEBASTIÃO ANTONIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PREGÃO ELETRÔNICO 040/2022

A Pregoeira Substituta da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público e para conhecimento de quem possa interessar, a REABERTURA DE PRAZO do PREGÃO ELETRÔNICO 040/2022 do tipo Menor Preço regida pela Lei 10.520/2002 e suas alterações posteriores, para apresentação dos envelopes de proposta de preço, a realizar-se em:

OBJETO: Futura e Eventual aquisição de maquinários pesados, em atendimento ao contrato de abertura de crédito nº 40/00030-3 do Banco do Brasil, *conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas* no Edital e seus anexos.

Data: 10/11/2022.

Horário: 08h30min.

Horário de Brasília.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://www.comprasnet.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no http://www.comprasnet.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 25 de outubro de 2022.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira Substituta

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO - RECURSO HIERÁRQUICO CONTRATO 005/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 190/2021

PREGÃO ELETRÔNICO: 043/2021

NOTIFICANTE: Prefeitura Municipal de Água Boa-MT

NOTIFICADO: AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

DECISÃO: INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO.

Água Boa - MT. 24 de outubro de 2022.

Mariano Kolankiewicz Filho

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022

OBJETO: “Locação de 01 (um) imóvel com 174,68 m², localizado na Av.: Moises Dorneles Montiel, Lote 08, Quadra 16, Vila Real, o qual será utilizado exclusivamente para o funcionamento da Secretária Municipal de Educação de Alto Boa Vista-MT.”

FAVORECIDO: JOÃO RIBEIRO DOS SANTOS

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 8.666/93, Artigo 24 Inciso X.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela responsável pelos processos de licitação e de acordo com o Parecer jurídico constantes do Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2022, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Alto Boa Vista – MT, em 25 de Outubro de 2022.

JOSE PEREIRA MARANHÃO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

GABINETE DO PREFEITO
RESUMO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

RESUMO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Emenda Constitucional nº 51/2006, Lei Federal nº 11.350/2006, com suas alterações. Lei Municipal nº 1.327/2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Público de Provas e de Títulos, será realizado para admissão dentro do número de vagas constantes no item 1.1, a formação de cadastro reserva das funções do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal (Secretária Municipal de Saúde) e das vagas que forem criadas durante o prazo de validade deste Processo. O presente Processo Seletivo Público será regido de acordo com a Legislação Municipal pertinente a este Processo Seletivo, com as instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. Os cargos/funções, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD), a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

Função	Requisitos	Equipe (ESF)	Microárea	Vagas			Carga Horária	Vencimento	Taxa de Inscrição (R$)
				Normal	PcN	Total			
Agente de Combate às Endemias - ACE	Ensino médio completo; II – Certificado de aproveitamento do curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.	-	-	003	-	003	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino médio completo; II – Comprovação de residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; III - Certificado de aproveitamento do curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.	PSF - Doutor Miguel José da Silva	03	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
			04	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
			06	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
		PSF - Arceu Pinto de Oliveira	06	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
Total de vagas.....				**006**	**-**	**006**			

2. O Processo Seletivo Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.424.264/0001-50 e compreenderá: **1ª etapa** - provas objetivas; **2ª Etapa** - comprovação de requisitos e solicitação de exames médicos, de caráter eliminatório.

3. O Prefeito Municipal nomeou Comissão Examinadora para Acompanhamento do Processo Seletivo Público, através da Portaria nº 225/2022. Compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público.

4. As inscrições serão realizadas **VIA INTERNET**: **Das 08h01min do dia 31/10/2022 às 16h59min do dia 16/11/2022, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.** Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou contemplada pela regra de isenção. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema de inscrições on-line da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.

5. **DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: A prova objetiva será realizada na cidade de Alto Garças/MT, com data prevista para o dia 27/11/2022 (Domingo), com duração máxima de 2h30min para sua realização, no período matutino, com início às 09h00min, considerado o horário oficial de Cuiabá.**

6. O candidato deverá consultar frequentemente o portal de transparência **da Prefeitura Municipal - https://www.gp.srv.br/transparencia_altogarcas/ser... e nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/, para verificar as informações que lhe são pertinentes, referentes à execução do Processo Seletivo Público.

7. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia útil a partir da sua data de publicação.

8. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO; ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA; ANEXO III - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES.**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Alto Garças/MT, 25 de Outubro de 2022.

Kelly Moraes Moura – **Presidente**

Elizabeth Aparecida Martins Tenorio – **Suplente**

Noriana Fernanda de Almeida Couto – **Secretária**

Serrate Costa – **Suplente**

Gediane Rosa de Carvalho – **Membros**

Junice Alves Pereira – **Suplente**

Vereadora: Delaynne Cristina Leite Andrade Costa – **Representante da Câmara Municipal**

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 272, DE 25 DE OUTUBRO 2022.

PORTARIA N° 272, DE 25 DE OUTUBRO 2022.

"Dispõe sobre designar como **Fiscal de Contrato**, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 0838-2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL", no prazo de 01 (um) ano no contrato nº 082/2022, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa como **Fiscal de Contrato**, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DE ACORDO COM O CONVÊNIO N° 0838-2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA, CONF. PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS, POR EXECUÇÃO, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL",** no prazo de 01 (um) ano, no contrato nº 082/2022, a ser composta pelo (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA
JOSÉ CARLOS DE JESUS	2849-1

Art. 2º - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, Alto Garças - MT, 25 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2.022.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2.022.

O Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Claudinei Singolano, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, da Lei 292/1990 e suas alterações posteriores:

CONSIDERANDO: A vigência do Concurso Publico **001/2018**, bem como a necessidade de preenchimento das vagas existentes em varias secretarias municipais para o cargo/função de **motorista** cuja a função é de essencial importância para o regular funcionamento das pastas a qual ficarão subordinados;

O senhor **CLAUDINEI SINGOLANO,** Prefeito Municipal De Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº 001/2018, resolve **CONVOCAR** o (as) candidato (as) abaixo relacionado (as) a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, no Horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste, para admissão e posse no serviço público, munidos dos documentos constantes do Edital, sob pena de ser considerado desistente, ocasionando a perda da respectiva vaga:

RELAÇÃO DE CANDIDATO (a) CONVOCADO (a):

CARGO: 016 – MOTORISTA.

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	COLOCAÇÃO
0000002920	ORISVALDO FERREIRA DE SOUZA	03/06/1982	19º

Alto Garças - MT, 25 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO PÚBLICAS E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2022

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 17 de novembro de 2022, às 09:45h (horário de Brasília-DF)**, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**: Das 08:00h do dia 26/10/2022 às 18:00h do dia 16/11/2022 (horário de Brasília), **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 09:30h do dia 17/11/2022 (horário de Brasília), **INÍCIO DA DISPUTA:** Dia 17/11/2022 às 09:45h (horário de Brasília). INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado e adquirido através do site: (www.bll.org.br). Maiores informações via email: compras@altogarcas.mt.gov.br, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br ou Departamento de Compras e Licitação - Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT - telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 25 de outubro de 2022. Michele Moraes Amorim Schaefer – Pregoeira Oficial.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Emenda Constitucional nº 51/2006, Lei Federal nº 11.350/2006, com suas alterações. Lei Municipal nº 1.327/2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará Processo Seletivo Público de Provas e de Títulos, será realizado para admissão dentro do número de vagas constantes no item 1.1, a formação de cadastro reserva das funções do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal (Secretária Municipal de Saúde) e das vagas que forem criadas durante o prazo de validade deste Processo. O presente Processo Seletivo Público será regido de acordo com a Legislação Municipal pertinente a este Processo Seletivo, com as instruções e os anexos que compõem o presente Edital para todos os efeitos, a saber:

1. DA DENOMINAÇÃO - REFERÊNCIA - EXIGÊNCIA MÍNIMA - VAGAS - INSCRIÇÃO - VENCIMENTO INICIAL

1.1. Os cargos/funções, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PcD), a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

Função	Requisitos	Equipe (ESF)	Microárea	Vagas			Carga Horária	Vencimento	Taxa de Inscrição (R$)
				Normal	PcN	Total			
Agente de Combate às Endemias - ACE	Ensino médio completo; II – Certificado de aproveitamento do curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.	-	-	003	-	003	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
Agente Comunitário de Saúde - ACS	Ensino médio completo; II – Comprovação de residência na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; III - Certificado de aproveitamento do curso de formação inicial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.	PSF - Doutor Miguel José da Silva	03	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
			04	Cadastro Reserva	-	Cadastro Reserva	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
			06	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
		PSF - Arceu Pinto de Oliveira	06	001	-	001	40 horas semanais.	2.424,00	50,00
Total de vagas.....				**006**	**-**	**006**			

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS EQUIPES DO PSF		
Equipe (ESF)	**Microárea**	**Área de abrangência**
PSF - Doutor Miguel José da Silva	03	Rua Voluntários da Pátria, Avenida Benedito Soares, Avenida 7 de Setembro, Rua Major da Mata, Rua 13 de Maio, Rua Zezinho Guimarães, Rua Antônio David.
PSF - Doutor Miguel José da Silva	04	Rua Amazonas, Rua São Paulo, Rua Paragussu, Rua Goiás, Avenida Manoel Carvalho Bastos, Avenida Tiradentes, Rua Minas Gerais, Avenida 15 de Novembro.
PSF - Doutor Miguel José da Silva	06	Rua Bahia, Rua Ceará, Rua Voluntários da Pátria, Avenida 15 de Novembro, Avenida Mato Grosso, Avenida 8.
PSF - Arceu Pinto de Oliveira	06	Rua Arenápolis, Rua Ponte Branca, Rua Torixoréu, Rua do Contorno, Rua Projetada, Rua 06, Rua 05, Rua 04, Rua 03, Avenida Cáceres, Avenida Várzea Grande.

***(1)** Siglas: PcD = Pessoas com Deficiência, Vagas reservadas aos Candidatos com Deficiência, conforme item 4.1, deste Edital;

***(2)** Escolaridade Mínima Exigida, realizada em instituição educacional reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

Obs.: A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento das funções, deverão ser comprovadas quando da nomeação até a Contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

***(3)** Os candidatos constantes no cadastro reserva serão convocados de acordo com os interesses e necessidades da Prefeitura Municipal.

***(4)** A comprovação do atendimento aos requisitos exigidos para a investidura do cargo dar-se-á quando da admissão do candidato.

***(5)** Será aplicado aos vencimentos previstos neste Edital, os reajustes ou revisões, concedidos posteriormente a data de publicação do certame.

1.1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.1. O Processo Seletivo Público a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 41.424.264/0001-50 e compreenderá: **1ª etapa** - provas objetivas; **2ª Etapa** - comprovação de requisitos e solicitação de exames médicos, de caráter eliminatório.

1.1.2. O Prefeito Municipal nomeou Comissão Examinadora para Acompanhamento do Processo Seletivo Público, através da Portaria nº 225/2022. Compete à Comissão fiscalizar todas as fases do Processo Seletivo Público.

1.1.3. O Processo Seletivo destina-se será realizado para admissão dentro do número de vagas constantes no item 1.1, a formação de cadastro reserva das funções do Quadro Pessoal da Prefeitura Municipal (Secretária Municipal de Saúde) e das vagas que forem criadas durante o prazo de validade deste Processo, discriminados no item 1 deste Edital.

1.1.4. O Regime Jurídico no qual serão nomeados os candidatos aprovados e classificados será o Estatutário.

1.1.5. O Regime Previdenciário, no qual serão vinculados os candidatos aprovados e classificados, será o Regime Geral de Previdência – RGPS/INSS.

1.1.6. Todas as etapas deste Processo Seletivo serão realizadas na cidade de Alto Garças/MT.

1.1.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público serão convocados observados estritamente a ordem de classificação nas funções para realização de procedimentos pré-admissionais, compreendendo comprovação de requisitos e exames médicos.

1.1.8. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o **horário oficial de Cuiabá/MT.**

1.1.9. Local de Trabalho: Dependências da Secretaria Municipal de Saúde, em todo território do município (zonas urbana e rural) ou nas dependências de outras Entidades com as quais o Município mantém convênio, a critério da Administração.

1.1.10. Todos os questionamentos relacionados ao presente Edital deverão ser encaminhados ao Serviço de Atendimento ao Candidato - SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, por meio do Fale Conosco no endereço eletrônico **www.w2consultores.com.br** ou através do endereço eletrônico **contato@w2consultores.com.br**.

2 – DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal - §1° do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - art. 3º).

2.2. Ter na data da Contratação, no mínimo 18 (dezoito) anos completos.

2.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

2.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

2.5. Possuir aptidão física e mental, apuradas à época da Contratação para o exercício da função.

2.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para a função.

2.8. Cumprir as exigências contidas neste Edital e ser aprovado em todas as fases nele previstas.

2.9. A habilitação e a escolaridade mínima exigida, como também, as demais exigências para o provimento da função, deverão ser comprovadas quando da nomeação até a Contratação do candidato aprovado, e, a não apresentação de qualquer dos documentos que comprovem as condições exigidas, implicará na exclusão do candidato, de forma irrecorrível.

2.9. O Agente Comunitário de Saúde – ACS deverá residir na área de abrangência da Unidade de Saúde para qual haja interesse da função oferecida na data de abertura do Certame. 2.10. Concluir o curso introdutório de formação inicial e continuada, com aproveitamento, conforme inciso II do art. 6º, para o candidato a vaga de Agente Comunitário de Saúde e inciso I do art. 7º, para o candidato a vaga de Agente de Combates à Endemias, ambos da Lei Federal nº 11.350/2006 e suas alterações, que Regulamenta o §5o do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2o da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

3 – DAS INSCRIÇÕES NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

3.1. **VIA INTERNET**: **Das 08h01min do dia 31/10/2022 às 16h59min do dia 16/11/2022, no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br.** Para o (a) candidato (a), isento (a) ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou contemplada pela regra de isenção. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será homologada e válida a última inscrição efetuada no sistema **de inscrições on-line da W2 AUDITORES E CONSULTORES. Consequentemente, as demais inscrições do candidato nesta situação serão automaticamente canceladas, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido, nem mesmo quanto à restituição do valor pago a título de taxa de inscrição.**

3.2. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO VIA INTERNET:

3.2.1. Para inscrição via Internet o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Estar ciente de todas as informações sobre este Processo Seletivo Público disponível na página da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** (**www.w2consultores.com.br**) e acessar o **link** para inscrição correlato ao Processo Seletivo;

b) O candidato deverá optar pela função a que deseja concorrer;

c) Inscrever-se, no período entre 08h01min do dia 31/10/2022 às 16h59min do dia 16/11/2022, através do requerimento específico disponível na página citada;

d) Imprimir o boleto bancário, que deverá ser pago, em qualquer banco, impreterivelmente, até a data de vencimento constante no documento. O pagamento após a data de vencimento implica o **CANCELAMENTO** da inscrição;

e) O banco confirmará o seu pagamento junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES.**

f) A taxa de inscrição deverá ser recolhida em favor da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, por meio de boleto bancário, até a data estabelecida no **CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (ANEXO I deste Edital)**, observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária. Os valores das taxas de inscrição serão de acordo com item 1 deste Edital.

ATENÇÃO: a inscrição via Internet só será efetivada após a confirmação do pagamento feito por meio do boleto bancário **até a data do vencimento.**

3.2.2. O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta, para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras, e deverá ser pago no prazo nele indicado. A impressão desse documento em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato.

3.2.3. A inscrição via Internet cujo pagamento realizado dentro do prazo, não for creditado na conta específica da Prefeitura Municipal até o primeiro dia útil posterior ao último dia de pagamento da taxa de inscrição não será deferida.

3.3. DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO PRESENCIAL:

3.3.1. Não haverá inscrições na forma presencial.

3.4. DA REIMPRESSÃO DO BOLETO:

3.4.1. Todos os candidatos inscritos no período entre **08h01min do dia 31/10/2022 e 16h59min do dia 16/11/2022,** poderão reimprimir, caso necessário, o boleto, e efetuar o **PAGAMENTO DO BOLETO BANCÁRIO** referente ao valor da taxa de inscrição até (**17/11/2022**), observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição.

3.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO:

3.5.1. A **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, desde que não tenha dado causa às falhas.

3.5.2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição, sendo que o candidato será identificado pelo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.5.3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.4. Não será aceito pedido de alteração referente à opção de função após efetivação da inscrição.

3.5.5. A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.5.6. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a nomeação do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.7. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

3.5.8. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.5.9. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.5.10. O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Público, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a respectiva função.

3.5.11. O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos à data de nascimento, CPF, Documento de Identidade, notas e desempenho nas provas, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Público. Não caberão reclamações posteriores neste sentido, ficando cientes também os candidatos de que possivelmente tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.5.12. A não integralização dos procedimentos de inscrição implica a DESISTÊNCIA do candidato e sua consequente ELIMINAÇÃO deste Processo Seletivo Público.

3.5.13. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida ao candidato, corrigida pelo INPC na hipótese de cancelamento e suspensão do Processo Seletivo Público ou em um dos casos abaixo:

a) Não realização do Processo Seletivo;

b) Exclusão de alguma função oferecida;

c) Em caso de cancelamento ou suspensão do Certame;

d) Em caso de pagamento da taxa de inscrição em duplicidade;

e) alteração da data de realização das provas;

f) Demais casos que a Comissão Examinadora para Acompanhamento do Processo Seletivo Público julgar pertinente.

3.5.13.1. O Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição, caso ocorra um dos fatos dispostos no item anterior, será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, pelo prazo de até **30 (trinta) dias** após a data de publicação do ato que ensejou o adiamento, suspensão, cancelamento ou exclusão de alguma função oferecida do Processo Seletivo Público. O preenchimento, assinatura e entrega do Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias**, por uma das seguintes formas:

a) mediante protocolo, dentro de um envelope, diretamente na Sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, situada à Rua Dom Aquino, 346 - Centro - CEP: 78.770-000 - Alto Garças/MT, no horário de expediente. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Público – Edital nº 001/2022 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT,** nº de inscrição, nome completo e função pleiteada;

b) através dos Correios, por meio de Aviso de Recebimento - AR (averiguando-se sua tempestividade pela data da postagem), endereçado à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT,** Rua Dom Aquino, 346 - Centro - CEP: 78.770-000 - Alto Garças/MT. No envelope, na parte frontal, deverá constar: Referente Restituição da Taxa de Inscrição – Processo Seletivo Público – Edital nº 001/2022 - **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT,** nº de inscrição, nome completo e função pleiteada.

3.5.13.2. A restituição da taxa de inscrição será processada nos **30 (trinta) dias** seguintes ao término do prazo fixado no subitem anterior por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição.

3.5.14. O candidato inscrito deverá atentar para a formalização da inscrição, considerando que, caso a inscrição não seja efetuada nos moldes estabelecidos neste Edital, será automaticamente considerada não efetivada pela organizadora, não assistindo nenhum direito ao interessado, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.5.15. Para verificar se seu pagamento já foi identificado pelos organizadores do Processo Seletivo Público, o candidato deve acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora: **www.w2consultores.com.br** e proceder da seguinte forma:

a) Acessar a área restrita, denominada "**Área do Candidato**", localizada na tela principal do site, informando "**CPF"** e "**SENHA"** cadastrados no momento da inscrição;

b) Clicar no botão "**OK"**. (Em caso de esquecimento, clicar na opção "**ESQUECEU A SENHA? Clique aqui.**");

c) Será aberta a **ÁREA DO CANDIDATO**. Logo abaixo você tem a opção "**Histórico**";

d) Selecionar o Processo Seletivo Público da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, clicando na opção "**SELECIONE UM PROCESSO SELETIVO**", localizado na parte inferior da tela;

e) A identificação do pagamento ocorre no prazo máximo de até **03 (três) dias úteis** após a efetivação do pagamento da taxa e será exibida a mensagem "**Confirmação de pagamento - EFETUADO"**.

3.5.16. O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial (com deficiência ou não) para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição.

3.5.16.1. O candidato que não o fizer até o término das inscrições, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a condição especial atendida.

3.5.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

3.5.17. A lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira esta condição no campo específico da Ficha de Inscrição Online, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

3.5.17.1. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

3.5.17.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.5.17.3. Nos horários previstos para amamentação, a lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova acompanhada de uma fiscal.

3.5.17.4. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a lactante, a criança e a fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

3.6. DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA HIPOSSUFICIENTES E DOADORES DE SANGUE:

3.6.1. Não haverá isenção total ou parcial do valor da inscrição, exceto para os candidatos que comprovar sua hipossuficiência por qualquer outro meio em Direito admitido. A Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição será concedida a todos aqueles candidatos que, em razão de limitação de ordem financeira, não possam arcar com o pagamento da taxa de inscrição, sob pena do comprometimento do sustento próprio e de sua família, independentemente de estarem desempregados ou não, podendo esta situação de hipossuficiência ser comprovada por qualquer meio legalmente admitido, com plena consciência do candidato das implicações civis, criminais e administrativas cabíveis em razão de declaração falsa ou parcialmente falsa, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

3.6.1.1. **Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados**. Para comprovar, os candidatos deverão encaminhar **cópia do documento de identidade** e **os documentos comprovantes de renda**, listados abaixo, nos casos de:

a) **Empregados de empresas privadas**: cópia do último Holerite recebido;

b) **Servidores públicos**: cópia do último contracheque recebido ou declaração do órgão ou entidade pública onde trabalha, sendo aceito apenas documento emitido com data máxima de 30 (trinta) dias a contar da data do início das inscrições;

c) **Autônomos**: cópia da declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

d) **Servidores públicos, exonerados ou demitidos:** cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

e) **Pensionistas:** cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

f) **Estagiários:** cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

g) **Desempregados**: cópia declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

h) **Membro de família de baixa renda**, mediante comprovação por documento expedido pelo Setor de Ação Social do Município de Alto Garças, que consultará o CadÚnico.

3.6.1.2. **Doadores regulares de sangue** deverão apresentar:

a) cópia do documento padronizado de sua condição de doador regular expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, no qual o doador faz a sua doação, e que já tenha feito no mínimo 03 (três) doações anteriores a publicação deste Edital;

b) cópia do documento de identidade.

3.6.1.3. Para solicitar a inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição de que tratam os subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2, o candidato deverá efetuar a inscrição isenta, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

3.6.1.3.1. Acessar, no período de **08h01min do dia 31/10/2022 às 16h59min do dia 01/11/2022**, **observado o horário oficial de Cuiabá/MT**, o endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, ler e aceitar o Requerimento de Isenção de Pagamento, devendo no ato da inscrição encaminhar os comprovantes indicados nos subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2, digitalizados em Formato **PDF (ARQUIVO ÚNICO)**.

3.6.1.3.2. Não serão considerados os documentos encaminhados via fax, e-mail ou por outro meio que não o estabelecido neste Capítulo.

3.6.2. As informações prestadas no ato da inscrição na condição de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

3.6.3. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

a) deixar de efetuar a inscrição pela Internet;

b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;

c) fraudar e/ou falsificar documento;

d) pleitear a isenção, sem apresentar os documentos previstos nos subitens 3.6.1.1 e 3.6.1.2 deste Capítulo;

e) não observar o período de postagem dos documentos.

3.6.4. Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto Federal nº 83.936/79.

3.6.5. A qualquer tempo poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato, deferindo-se ou não seu pedido.

3.6.6. A partir do dia **03/11/2022** o candidato deverá verificar no site da empresa organizadora (**www.w2consultores.com.br**) os resultados da análise das inscrições isentas do pagamento do valor da inscrição, observados os motivos de indeferimento.

3.6.7. O candidato que tiver sua inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição deferida terá sua inscrição validada, não gerando boleto para pagamento de inscrição.

3.6.8. O candidato que tiver sua inscrição isenta de pagamento do valor da inscrição indeferida poderá apresentar recurso no prazo de 01 (um) dia útil após a publicação da relação de inscrições indeferidas no site da organizadora: **www.w2consultores.com.br**.

3.6.9. Após a análise dos recursos será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT (**www.w2consultores.com.br**) a relação de inscrições deferidas e indeferidas.

3.6.10. Após decisão do recurso relativo ao deferimento ou indeferimento, se a solicitação da isenção da taxa não for deferida, o candidato deverá imprimir a 2ª via de boleto no site www.w2consultores.com.br. O candidato deverá observar a data limite para pagamento do boleto.

3.6.11. O não cumprimento de uma das etapas fixadas, a falta ou a inconformidade de alguma informação ou a solicitação apresentada fora do período fixado implicará a eliminação automática do processo de isenção, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.6.12. As informações prestadas no requerimento de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** do direito de excluir do Processo Seletivo Público aquele que não preencher o requerimento de forma completa, correta e/ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3.7 – DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.7.1. As informações referentes à data, ao horário e ao local de realização das provas (nome do estabelecimento, endereço e sala), função, assim como orientações para realização das provas, estarão disponíveise nos endereços eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/, devendo o candidato efetuar a impressão deste Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI).

3.7.2. Caso o candidato, ao consultar a Confirmação de Inscrição, constate que sua inscrição não foi deferida, deverá entrar em contato com a Central de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, no endereço eletrônico e-mail: (**contato@w2consultores.com.br**)**,** no prazo de até 03 (três) dias, após a divulgação da relação de candidatos inscritos.

3.7.2.1. No caso de a inscrição do candidato não tiver sido deferida em virtude de falha por parte da rede bancária na confirmação de pagamento do boleto da inscrição, bem como em outros casos onde os candidatos não participarem para a ocorrência do erro, os mesmos serão incluídos em local de provas especial, que será disponibilizado no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, bem como comunicado diretamente aos candidatos, com anuência da Comissão Examinadora para Acompanhamento do Processo Seletivo Público. Seus nomes constarão em listagem à parte no local de provas, de modo a permitir um maior controle para a verificação de suas situações por parte da organizadora.

3.7.2.2. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e serão analisados pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES** com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição. Constatada a improcedência da inscrição, esta será automaticamente cancelada, não cabendo reclamação por parte do candidato eliminado, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, ainda que o candidato obtenha aprovação nas provas.

3.7.3. Os contatos feitos após a data estabelecida no subitem 3.7.2 deste Edital não serão considerados, prevalecendo para o candidato as informações contidas no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) e a situação de inscrição do mesmo, posto que é dever do candidato verificar a confirmação de sua inscrição, na forma estabelecida neste Edital.

3.7.4. Eventuais erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados **apenas** no dia e na sala de realização das provas.

3.7.5. O Cartão de Confirmação de Inscrição não será enviado ao endereço informado pelo candidato no ato da inscrição. É de **responsabilidade exclusiva do candidato** a identificação correta de seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

4 – DA PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Ficam assegurados 5% (cinco por cento) das vagas existentes no quadro de funções de contratação do item 1.1 às Pessoas com Deficiência - PcD. Caso surjam novas vago no decorrer do prazo de validade do Processo Seletivo Público, o mesmo percentual será igualmente assegurado às Pessoas com Deficiência - PcD, devidamente aprovadas.

4.1.1. Para pleno atendimento ao subitem anterior no que diz respeito ao arredondamento, na hipótese de aplicação do percentual resultar em número fracionado, este será arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, sendo que o resultado da aplicação dessa regra deve ser mantido, sempre, dentro dos limites mínimo de **5% (cinco por cento)** das vagas existentes para cada função, conforme Legislação vigente, regendo-se a disputa pela igualdade de condições.

4.1.2. Não havendo nomeação e Contratação conjunta de todos os aprovados, o 1º candidato de cada função com deficiência aprovado no Processo Seletivo Público será nomeado para ocupar a 20ª vaga, já que em se admitindo reservar vagas quando a oferta em Processo Seletivo Público for inferior a 10 (dez). Em seguida, o 2º candidato de cada função com deficiência aprovado no Processo Seletivo Público será nomeado para ocupar a 41ª vaga, o 3º para ocupar a 61ª vaga, o **4º** para ocupar a 81ª vaga, e assim sucessivamente, obedecendo ao percentual estipulado pela lei do município, respeitando-se a ordem de classificação da lista dos candidatos aprovados com deficiência.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher a função a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá **(ANEXAR AQUIVO NO FORMATO PDF – ARQUIVO ÚNICO)**, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (cópia legível), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) Requerimento solicitando vaga especial, constando:

b1) O tipo de deficiência;

b2) A necessidade de condição especial prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso, serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) Parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de **tempo adicional**. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

4.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

4.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais e tempo adicional, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

4.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

4.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

5 – DAS PROVAS:

5.1. O Processo Seletivo Público será de provas objetivas, **de caráter eliminatório e classificatório** de caráter classificatório.

5.1.1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA PRIMEIRA ETAPA:** Serão aplicadas provas objetivas de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA** deste Edital, com a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

Tipo de Prova	Número de Questões	Pontuação de Cada Questão	Total
- Português	10	2,00	20,00
- Matemática	05	2,00	10,00
- Saúde Pública	05	2,00	10,00
- Específica	10	6,00	60,00
Total	**30**		**100,00**

5.1.2. A Prova Objetiva, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, para todos as funções.

5.1.3. A Prova Objetiva será corrigida por meio de processamento eletrônico.

5.1.4. A Prova Objetiva para todas as funções terá caráter Classificatório e Eliminatório, considerando-se habilitado o candidato que obtiver no mínimo 30% (trinta por cento) do total de pontos da prova objetiva.

5.1.5. Os candidatos não habilitados nas provas serão excluídos do Processo Seletivo.

5.1.6. As questões das Provas Objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.

5.1.7. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

5.1.8. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

5.1.9. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

5.1.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

5.1.11. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** devidamente treinado.

5.1.12. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

5.2. **DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: A prova objetiva será realizada na cidade de Alto Garças/MT, com data prevista para o dia 27/11/2022 (Domingo), com duração máxima de 2h30min para sua realização, no período matutino, com início às 09h00min, considerado o horário oficial de Cuiabá.**

5.2.1. O local de realização da prova objetiva, para o qual deverá se dirigir o candidato será divulgado **nos endereços eletrônico: www.w2consultores.com.br e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.

5.2.2. Os eventuais erros de digitação no nome, número do documento de identidade ou outros dados referentes à inscrição do candidato deverão ser corrigidos **SOMENTE** no dia da prova objetiva, mediante conferência do documento original de identidade quando do ingresso do candidato no local de provas pelo fiscal de sala.

5.2.3. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado constante da ficha de inscrição ou apresentar qualquer observação relevante, poderá fazê-lo no termo de ocorrência existente na sala de provas em Contratação dos fiscais de sala, para uso, se necessário.

5.2.4. O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções, inclusive, quanto à continuidade do processo de seleção.

5.2.3.1. Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se a função em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

5.2.3.2. No dia da realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

5.2.4. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **0h45min**do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa e transparente**, comprovante de inscrição e de **documento de identiFICAÇÃO original COM FOTO (registro na classe, RG ou carteira de habilitação).**

5.2.5. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

5.2.6. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas apenas quando o nome deste constar da relação oficial de inscrições deferidas divulgada na forma do subitem 3.7.2.1 deste Edital.

5.2.7. No horário fixado para o início das provas, conforme estabelecido neste edital, os portões da unidade serão fechados pelo Coordenador do local de provas, não sendo admitidos quaisquer candidatos retardatários.

5.2.7.1. Antes do horário de início das provas, o responsável na unidade pela aplicação da prova requisitará a presença de dois candidatos que, juntamente com dois integrantes da equipe de aplicação da prova, presenciarão a abertura da embalagem de segurança onde estarão acondicionados os instrumentos de avaliação (envelopes de segurança lacrados com os cadernos de provas/cadernos de rascunhos, folhas de respostas/cadernos de textos definitivos, entre outros instrumentos). Será lavrada ata desse fato, assinada pelos presentes, testemunhando que o material se encontrava devidamente lacrado e com seu sigilo preservado.

5.2.8. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

5.2.8.1. Caso o candidato esteja impedido fisicamente de colher à impressão digital do polegar direito, deverá ser colhida a digital do polegar esquerdo ou de outro dedo, sendo registrado o fato no Termo de Ocorrência constante na Lista de Presença da respectiva sala.

5.2.8.2. Os candidatos que por algum motivo se recusarem a permitir a coleta de sua impressão digital deverão assinar três vezes uma declaração onde assumem a responsabilidade por essa decisão. A recusa ao atendimento deste procedimento acarretará na **ELIMINAÇÃO** do candidato, sendo lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos demais candidatos presentes na sala de provas, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.2.9. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento de identidade original ou digital, desde que já regulamentado por órgãos federais, com foto que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC, CRA etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social (novo modelo digital), Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97), bem como carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

5.2.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

5.2.9.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteira de trabalho (modelo antigo), carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

5.2.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

5.2.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte.

5.2.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 5.2.9 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Público.

5.2.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.2.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horários diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

5.2.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, smartphones, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Processo Seletivo Público. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

5.2.11.1. Não será permitida a utilização de telefone celular ao final das provas, enquanto o mesmo estiver dentro do pátio da unidade.

5.2.11.2. Para a segurança de todos os envolvidos no Processo Seletivo Público, é proibido que os candidatos portem arma de fogo no dia de realização das provas.

5.2.12. Não será permitida, durante a realização da prova escrita, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

5.2.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

5.2.14. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva. Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que faltar á prova escrita ou chegar após o horário estabelecido.

5.2.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido no item 5.2, deste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

5.2.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas depois de decorridos **01h30min** contados do seu efetivo início.

5.2.17. O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos para a distribuição de seus respectivos cartões de respostas.

5.2.17.1. Todos os candidatos, ao terminarem a prova, deverão obrigatoriamente entregar ao fiscal de aplicação o cartão de respostas que será utilizado para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será **ELIMINADO** do certame.

5.2.18. Terá sua prova anulada e será automaticamente **ELIMINADO** do Processo Seletivo Público o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) Apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) Apresentar-se em local diferente daquele constante na convocação oficial;

c) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) Não apresentar documento que bem o identifique;

e) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) Ausentar-se do local de provas antes de decorrida **01h00min** do seu início;

g) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não autorizado pela Organizadora no dia da aplicação das provas;

h) Ausentar-se da sala de provas levando o Cartão-Respostas, Caderno de Questões (exceto no caso citado no item 5.2.16 deste Edital) ou outros materiais não permitidos;

i) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) Lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) For surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

l) Estiver fazendo uso de qualquer espécie de relógio e qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (telefone celular, notebook, tablets, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares e fones de ouvido;

m) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

n) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;

o) Retirar-se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização e não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a lista de chamada, sendo automaticamente desclassificado;

p) Não apresentar a documentação exigida;

q) Faltar com a devida cortesia para com qualquer dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes e/ou candidatos;

r) For surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução dos testes ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;

s) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.2.18.1. Recomenda-se ao candidato, no dia da realização da prova, não levar nenhum dos aparelhos indicados nas alíneas “l” e “m” do item 5.2. 18. Caso seja necessário o candidato portar algum desses aparelhos eletrônicos, estes deverão ser acondicionados, no momento da identificação, em embalagem específica a ser fornecida pela Organizadora exclusivamente para tal fim, devendo a embalagem, lacrada, permanecer embaixo da mesa/ carteira durante toda a aplicação da prova.

5.2.18.2. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

5.2.18.3. Caso aconteça algo atípico no dia de realização da prova, será verificado o incidente, e caso seja verificado que não houve intenção de burlar o edital o candidato será mantido no Processo Seletivo.

5.2.19. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame seletivo em tela, no dia de realização das provas escritas, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização da prova escrita.

5.2.19.1. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.

5.2.20. A ocorrência de quaisquer das situações contidas no item 5.2.18 implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.2.20.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público.

5.2.21. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas escritas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

5.2.22. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

5.2.23. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização da prova objetiva e o comparecimento no horário determinado.

5.2.24. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários (**Inclusive se tratando de horário de verão, estiver em vigor**) e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

5.2.25. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado, devendo inclusive observar o horário brasileiro de verão, caso esteja em vigor.

5.3. DO CURSO DE FORMAÇÃO

5.3.1.A realização do curso de formação inicial para as funções Agente de Combate às Endemias – ACE e Agente Comunitário de Saúde - ACS, nos termos da Lei Federal nº 11.350/2006, ocorrerá, somente, após a homologação do Processo Seletivo; 5.3.2. O curso de formação terá carga horária de duração mínima de 40 (quarenta) horas, e sua realização estará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde;

5.3.3.O Planejamento, Organização e demais condições para a realização do Curso de Formação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, cuja convocação será feita diretamente junto aos participantes e ou divulgadas oportunamente por ato da Prefeitura;

5.3.4.O Agente classificado que não se apresentar para participar do curso na forma indicada, ausentar-se dele e ou manifestadamente desinteressar-se pela capacitação, de forma a haver prejuízo em sua formação e preparação para o exercício da função, poderá ensejar na não contratação, por tratar-se de requisito fundamental, conforme quadro de funções item 1.1;

5.3.5.O Agente classificado que já seja possuidor de Certificado e ou Diploma de Conclusão de Curso, poderá ser dispensado da realização do curso de formação, desde que:

a) Apresente o documento comprobatório, expedido por instituição legal (oficial), que será avaliado e julgado pela Coordenação da Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT;

b) O Conteúdo do Certificado e ou Diploma apresentado atenda às exigências estabelecidas em Lei; *Caso o documento apresentado não seja aceito, o candidato deverá participar do curso nas mesmas condições dos demais, não cabendo recurso neste caso.

6 – DOS PROGRAMAS

6.1. Os programas / conteúdo programático das provas escritas para as diversas funções compõem o **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA,** do presente Edital.

6.2. O **ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA,** integrante deste Edital contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado.

6.3. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT** e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Público no que tange ao conteúdo programático.

6.4. Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades que vão além de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.

6.5. Cada item da prova objetiva poderá contemplar mais de uma habilidade e conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento.

7 – DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. A nota final dos candidatos será igual ao somatório dos pontos obtidos na Prova Objetiva e de Títulos, obedecido aos critérios estabelecidos, neste edital.

7.2. O resultado será disposto apresentando os candidatos posicionados nas vagas estabelecidas neste Edital, como CLASSIFICADOS. Os candidatos que se classificarem, conforme critérios estabelecidos neste Edital receberão a nomenclatura de CLASSIFICADOS, e comporá o Cadastro de Reserva, observada a reserva de vagas às pessoas com deficiência de que trata o item 4.1, deste Edital.

7.3. A classificação será feita segundo a ordem decrescente da nota final.

7.4. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que:

a) Tiver idade igual ou superior a 60 anos, no momento do desempate neste Processo Seletivo Público, conforme o disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);

b) Maior pontuação na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;

c) Maior pontuação na Prova Objetiva de Saúde Pública;

d) Maior pontuação na Prova Objetiva de Língua Portuguesa;

e) Maior pontuação na Prova Objetiva de Matemática;

f) Maior idade, dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos.

g) Sorteio.

7.5. O Resultado será publicado nos endereços eletrônicos: **www.w2consultores.com.br e Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/, ocorrida durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público.

7.6. O candidato classificado, excedente à vaga atualmente existente, será mantido em cadastro reserva durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público e poderá ser convocado em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento da convocação no portal transparência da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT (https://www.gp.srv.br/transparencia_altogarcas/servlet/home_portal_v2) e nos endereço eletrônicos: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.**

8 – DOS RESULTADOS E RECURSOS

8.1. O candidato que desejar interpor recursos disporá de 01 (um) dia útil, a contar do dia subsequente ao de sua divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Processo Seletivo Público no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**.

8.2. Caberá recurso à **W2 AUDITORES E CONSULTORES, em todas as decisões proferidas durante o Processo Seletivo Público que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos,** contra quaisquer erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo todas as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, pedido de isenção, formulação das questões, divulgação do gabarito oficial, divulgação da pontuação provisória nas provas, incluído o fator de desempate estabelecido e o resultado classificatório e quaisquer outras etapas, de 1 **(um) dia útil**, a contar do dia subsequente ao da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

8.3. **Os recursos deverão ser apresentados por meio da internet, em formulário eletrônico próprio disponível no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br**, no link "INSCRIÇÕES ONLINE", onde o candidato deverá selecionar o Processo Seletivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT e acessar o PORTAL DO CANDIDATO.

8.4. Os recursos julgados serão divulgados no endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br**, não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

8.5. Serão aceitos recursos via postal ou *in loco.*

8.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

8.6.1. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.7. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável**, de 01 (um) dia útil, a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e função.

8.8. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.

8.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo, exceto no caso previsto no subitem anterior.

8.10. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

8.11. Se do exame de recursos (administrativo ou judicial) resultarem anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.12. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.13. Será assegurado aos candidatos o direito de ampla defesa e contraditório em todos os recursos interpostos.

8.14. Os recursos interpostos serão respondidos pela empresa organizadora do Processo Seletivo e respectivo parecer será disponibilizado ao candidato no endereço eletrônico da empresa organizadora - www.w2consultores.com.br, no máximo, até a data do evento subsequente constante do **CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (ANEXO I deste Edital)**.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Público será feita sempre pela ordem decrescente da nota obtida. O resultado final do Processo Seletivo Público será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no portal de transparência da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, endereço eletrônico: https://www.gp.srv.br/transparencia_altogarcas/ser... e nos endereços eletrônico: **www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/.

9.2. Após homologado o Processo Seletivo Público, o candidato será convocado para, apresentar os seguintes documentos, no prazo a ser estipulado em edital a ser oportunamente publicado:

1) Original e Cópia da Carteira de Identidade;

2) Original e Cópia Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3) Original e Cópia do CPF;

4) Original e Cópia do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5) Comprovante de endereço atualizado;

6) Original e Cópia da Certidão de nascimento ou Comprovante do estado civil (casado), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

7) Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP;

8) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

9) Original e Cópia do Diploma ou dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para a função;

10) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

11) Declaração de não acumulação remunerada ou não, de cargos, funções e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de cargo, empregos ou funções e horários, conforme disposto do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal;

12) Certidão ou atestado atualizado, que comprovem estar apto ao exercício da função (expedido pelo órgão de classe respectivo – curso superior).

13) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze)anos, ou menores de 24 (vinte e quatro)anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

14) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 (quatorze) anos;

15) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função público, penalidades impeditivas de assumir função pública;

Obs: O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo órgão de saúde indicado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, que terá decisão terminativa.

9.3. O candidato será convocado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, observada a ordem de classificação final e obedecido o limite de vagas existentes.

9.4. O candidato, após a convocação, terá o prazo de 15 (quinze) dias para se apresentar e realizar os procedimentos e exames descritos no subitem 9. 2, devendo entrar em exercício da função também no prazo de 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho da mesma.

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

9.6. Os candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas estabelecido neste Edital serão convocados para a investidura na função, sendo-lhes assegurado o direito de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

9.7. A inexatidão das informações, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração.

9.8. A validade deste Processo Seletivo Público é de 01 (um) ano, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, por ato do Prefeito Municipal.

9.8.1. A homologação do Processo Seletivo Público será efetuada pelo conjunto de funções constantes do presente Edital.

9.9. O candidato que desejar relatar à **W2 AUDITORES E CONSULTORES** fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo Público ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto ao Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC da **W2 AUDITORES E CONSULTORES** pelo e-mail: **contato@w2consultores.com.br;** endereço eletrônico: **www.w2consultores.com.br.**

9.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto à **W2 AUDITORES E CONSULTORES**, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Público, e junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

9.11. O candidato que desejar comprovante de comparecimento na prova escrita deverá solicitá-lo ao Coordenador do local de provas em que o candidato efetuou a referida prova.

9.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

9.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo e Responsabilidade da **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para as provas, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado.

9.15. A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT e a **W2 AUDITORES E CONSULTORES** se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas, de acordo com determinação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT**, e/ou da organizadora **W2 AUDITORES E CONSULTORES**.

9.16. Os resultados divulgados terão caráter oficial. Os prazos para interposição de recursos em qualquer fase deverão ser contados com estrita observância da hora e dia da publicação, que reproduzirá o publicado em meio oficial no **endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br**.

9.17. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo Público.

9.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

9.19. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela **W2 AUDITORES E CONSULTORES,** com anuência da Comissão Examinadora para Acompanhamento do Processo Seletivo Público.

9.20. Todos os documentos relacionados e descritos, constantes nesse Edital, serão alocados e armazenados em local adequado para sua manutenção e preservação, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da expiração do prazo de validade do Certame. Após essa data, a critério da Administração, poderão ser destruídos.

9.21. O candidato deverá consultar frequentemente o portal de transparência **da Prefeitura Municipal - https://www.gp.srv.br/transparencia_altogarcas/ser... e nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br** e **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, disponível no endereço eletrônico:** https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/, para verificar as informações que lhe são pertinentes, referentes à execução do Processo Seletivo Público.

9.22. A **W2 AUDITORIA E CONSULTORIA** não participa do processo de homologação, convocação, nomeação e Contratação dos candidatos aprovados. Tais informações deverão ser obtidas junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/MT** e **endereços eletrônicos já indicados**.

9.23. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia útil a partir da sua data de publicação.

9.24. Faz parte de Edital aos anexos (**ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO; ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA; ANEXO III - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES.**

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Alto Garças/MT, 25 de Outubro de 2022.

Kelly Moraes Moura – **Presidente**

Elizabeth Aparecida Martins Tenorio – **Suplente**

Noriana Fernanda de Almeida Couto – **Secretária**

Serrate Costa – **Suplente**

Gediane Rosa de Carvalho – **Membros**

Junice Alves Pereira – **Suplente**

Vereadora: Delaynne Cristina Leite Andrade Costa – **Representante da Câmara Municipal**

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

(As datas deste cronograma poderão sofrer eventuais alterações enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado).

Data	Evento
26/10/2022	Publicação do resumo do Edital de Abertura
	Publicação da íntegra do Edital de Abertura.
31/10/2022 a 16/11/2022	Período de Inscrições VIA INTERNET dos candidatos ao Processo Seletivo Público.
31/10/2022 a 01/11/2022	Período para requisição de isenção da taxa de inscrição
03/11/2022, após as 16h00min	Divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
04/11/2022	Prazo para recursos sobre a divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
07/11/2022	Divulgação do parecer dos recursos sobre a divulgação dos candidatos com o pedido de isenção da taxa de inscrição deferida.
17/11/2022	Último Dia Pagamento da Taxa de Inscrição
	Último dia para os Candidatos no Processo Seletivo Público e Entrega do Laudo Médico pelo candidato que quiser concorrer como deficiente
21/11/2022, após as 16h00min	Divulgação do **Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas)** e da Relação de Candidatos Inscritos
22/11/2022	Prazo para recursos sobre a divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da Relação de Candidatos Inscritos
23/11/2022, após as 16h00min	Divulgação do **Local de Realização da Prova** Objetiva (**confirmação de data e horários de realização das provas) e parecer dos recursos sobre a divulgação da relação das inscrições**
	Disponibilização do Comprovante Definitivo de Inscrição - CDI de todos os candidatos
27/11/2022	Realização da prova objetiva e de títulos
27/11/2022, após as 20h00min.	Divulgação dos gabaritos da prova objetiva.
28/11/2022	Prazo para recursos sobre a divulgação dos gabaritos da prova objetiva.
Até 08/12/2022, após as 16h00min	Divulgação do Gabarito Definitivo e Parecer dos recursos sobre os gabaritos das provas escritas e objetivas e o Resultado da provas objetivas.
09/12/2022	Prazo para recursos sobre a divulgação do Resultado da provas objetiva.
12/12/2022, após as 16h00min	Divulgação do parecer sobre o Resultado da provas objetiva e o Resultado classificatório.
13/12/2022	Prazo para recursos sobre a divulgação do Resultado classificatório.
14/12/2022, após as 16h00min	Divulgação do parecer sobre o Resultado Classificatório e o Resultado dos aprovados e classificados e do Resultado Final(em ordem de classificação, contemplando somente os candidatos classificados e excedentes).
No prazo máximo de até **10 (dez)** dias, serem finalizadas todas as etapas.	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito Municipal.

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

FUNÇÕES ENSINO (MÉDIO)

–LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO MÉDIO: Interpretação e compreensão de texto. Ortografia (de acordo com Novo Acordo Ortográfico). Acentuação. Pontuação. Regência verbal e nominal. Sintaxe e Análise Sintática (tipos de sujeito, regência, transitividade verbal etc.); Crase; Conectivos (conjunção e pronomes). Emprego dos porquês. Morfologia: formação de palavras, flexão nominal e conjugação verbal. Figuras de linguagem, de pensamento e de sintaxe. Significação das palavras; Classe de palavras.

–MATEMÁTICA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO MÉDIO:Números Naturais: significados e Sistema de Numeração Decimal; Números Racionais: significados, representação decimal e fracionária, equivalência, ordenação e localização na reta numérica; Operações com números naturais e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo das operações de adição, subtração, multiplicação e divisão; Múltiplos e divisores. Divisibilidade. Números primos; Linguagem algébrica; cálculo algébrico; equações e inequações; Espaço e forma: descrição, interpretação e representação da localização e movimentação de pessoas e objetos. Figuras geométricas espaciais e planas: características, propriedades, elementos constituintes, composição, decomposição, ampliação, redução e representação; Medidas: procedimentos e instrumentos de medida; sistemas de medidas decimais (comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e temperatura) e conversões; medidas de tempo e conversões; sistema monetário brasileiro; cálculo e comparação de perímetro e área; aplicações geométricas; Tratamento da informação: leitura, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Média aritmética. Probabilidade; A Matemática e seus elementos tecnológicos. Situações problemas de raciocínio lógico-matemático.

–SAÚDE PÚBLICA PARA TODAS AS FUNÇÕES DE ENSINO MÉDIO: Política Nacional de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica. Programa Saúde da Família. Constituição Federal – Artigos 196 a 200. Lei Federal nº 8.080/90 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei Federal nº 8.142/90 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei Federal nº 11.350/2006 - Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências – alterada pela Lei nº 13.595/2018.

–ESPECÍFICA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS: Ética e Cidadania: direitos e deveres do profissional, ética da responsabilidade, da humanidade. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Relações Humanas no trabalho; Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais; Conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função; Manuais de Orientação, publicados pelo Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais referentes a: dengue, febre amarela e outros agravos ocasionados por vetores; Livros didáticos de Ciências, Biologia, Higiene e Saúde e Educação Ambientais; Noções gerais de saúde; Ações da Vigilância em Saúde e controle de doenças transmissíveis por vetores; Visita Domiciliar: abordagem, envolvimento do morador, orientações; Atividades de Vigilância Entomológica: controle do vetor - pesquisa em pontos estratégicos, pesquisa em imóveis especiais, pesquisa de armadilhas, bloqueio de criadouros, bloqueio de nebulização, avaliação de densidade larvária; Controle Mecânico: mutirão de limpeza, arrastão de limpeza, uso de produtos alternativos; Controle Químico: grupos de inseticidas utilizados, classificação toxicológica, cuidados básicos na aplicação. Atividades Educativas: segurança no trabalho - prevenção de acidentes.

–ESPECÍFICA PARA A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Ética e Cidadania: direitos e deveres do profissional, ética da responsabilidade, da humanidade. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Relações Humanas no trabalho; Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais; Conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função; Programa Saúde da Família; Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; Noções de ética e cidadania; Noções básicas de saúde pública: Ações de Saúde da Criança, do Adolescente, do Homem, da Mulher e do Idoso; Saúde mental; Atenção à pessoa com deficiência; Violência familiar; Doenças transmitidas por vetores; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento básico; Visita domiciliar. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. BRASIL. Ministério da Saúde. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). Guia de Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental em Saúde. Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2002. A Sociedade contra a Dengue. Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

ANEXO III - ATRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES

-Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. Para fins desta Lei, entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS. No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência. No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação: - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural; o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional; a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento: - da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério; - da lactante, nos seis meses seguintes ao parto; -da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura; - do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); -da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas; -da pessoa em sofrimento psíquico; -da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas; -da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal; -dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; -da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento: -de situações de risco à família; -de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde; -do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação; o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras). No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe: a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência; a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade; a verificação antropométrica. No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação: a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico; a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares; a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde; a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença; a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde; o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde; o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

-Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado. São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação: desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde; realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica; identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável; divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas; realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças; cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças; execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores; execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças; registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS; identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais; mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação: no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações; na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município; na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes; na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública; na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde. O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações: na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos; no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família; na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica; na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos. Deverão ser observadas as ações de segurança e de saúde do trabalhador, notadamente o uso de equipamentos de proteção individual e a realização dos exames de saúde ocupacional, na execução das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N° 116, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL N° 116, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2022, (TERÇA-FEIRA), EM DECORRÊNCIA DO DIA DE FINADOS NO DIA 02 DE NOVEMBRO DE 2022, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo no dia 01 de novembro de 2022, (segunda-feira), em decorrência do dia de Finados no dia 02 de novembro de 2022, nas repartições públicas municipais.

Parágrafo Único - O "caput" deste artigo, não se aplica aos órgãos que desenvolvam atividades/serviços essenciais e emergenciais, tais como: saúde, limpeza pública e serviços de manutenção de água que, por sua natureza ou em razão do interesse público, torne indispensável a continuidade do serviço, cujos respectivos Secretários deverão designar servidores para permanecer de sobreaviso, por intermédio de escalas de serviços ou plantões.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, EDIFÍCIO SEDE DO PODER EXECUTIVO, ALTO GARÇAS-MT, em 25 de outubro de 2022.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2022 – EDITAL RESUMIDO
RETIFICAÇÃO DO TIPO DE JULGAMENTO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇAO DE GÁS GLP ACONDICIONADO (COZINHA) E REGISTRO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI -MT, **onde se lê** do tipo **MAIOR PREÇO**, **deve se lê:** do tipo **MENOR PREÇO.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 25 de outubro de 2022.

Thaís Regina Bender de Souza

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

O **Município De Apiacás**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede Administrativa situada à Av. Brasil nº 1059, Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos**, Prefeito Municipal. AUTORIZA a empresa: **CR7 ENGENHARIA EIRELI, CNPJ n.º** 34.504. 315/0001-98. TENDO POR OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA, CONSTRUÇÃO DO ABRIGO DE RESIDUOS, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MURO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE APIACÁS. CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO. VALOR GLOBAL DA OBRA R$ 369.842,40 (trezentos e sessenta e nove mil oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos). Contrato 178/2022,que integra a Concorrência Pública. 010/2022, Processo Licitatório 093/2022. Engenheiro Fiscal do contrato Sr. **Juliano Bezerra de Souza Willy,** Engenheiro Civil CREA-MT 51585.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em 25/10/2022

CR7 ENGENHARIA EIRELI

Rodrigo Augusto dos Santos

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 462/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar o Sr. **FELIPE DE SOUZA DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 2821117-0 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 095.465. 651-21, no cargo de **Operador de Máquinas e Veículos –** Processo Seletivo Simplificado 001/2022, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura - Contrato de Prestação de Serviços nº. 194/2022, no período de 25 de Outubro de 2022 à 24 de Outubro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 461/2022.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei..

.

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Srta. **ELIDA GONCALVES,** portadora da cédula de identidade nº 001.868.497 SEJSP/MS e inscrita no CPF sob o nº 049.928. 781-99 no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais –** Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - Contrato de Prestação de Serviços nº. 193/2022, no período de 25 de Outubro de 2022 à 24 de Outubro de 2023.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO 004/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2022

TERMO DE APOSTILAMENTO N° 001/2022 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL 002/2022- PROCESSO 004/2022, ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2022, tendo como fornecedor registrado a empresa:ELIANA MOCKEWITZ, CNPJ 33.087.991/0001-40, situada na Av. Brasil n° 09, Bairro União, Apiacás-MT.

Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no art. 65, II, "d", § 5º e § 8º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, determina o **apostilamento: REJUSTAR O VALOR DO ITEM 20, DA ATA DE REGISTRO 065/2021.** nos termos que se seguem:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MARMITAS COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	V. REGISTRADO	V. REALINHADO
01	REFEIÇÃO TIPO MARMITEX FORNECIDA EM EMBALAGEM DESCARTÁVEL DE ALUMÍNIO OU TÉRMICA, CONTENDO NO MÍNIMO: ARROZ, FEIJÃO, 01 TIPO DE CARNE, 02 GUARNIÇÕES (PESO MÍN. DE 850 GRS), MAIS UM MARMITEX AVULSO CONTENDO 3 TIPOS DE SALADA (PESO MÍN. DE 200GRS).	5.660	14,90	17,90

Para que surta seus efeitos jurídicos, lavra-se o presente termo de apostilamento, com base no § 8° do Artigo 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

Apiacás – MT, 25 de outubro de 2022.

Julio Cesar dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 0269/2022

SÚMULA: DECRETA A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO DO DIA 28 DE OUTUBRO PARA O DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

DECRETA

Artigo 1º - Transfere para o dia 14/11/2022 (segunda-feira), o ponto facultativo em comemoração ao dia do Servidor Público comemorado no dia 28/10/2022 nesta (sexta-feira).

Artigo 2º - A Secretaria Municipal Educação seguirá o Calendário Escolar. As Secretarias de Infraestrutura e Secretaria de Urbanismo seguirão cronograma estabelecido pelos respectivos Secretários, com atendimento dos serviços emergenciais.

Artigo 3º - Atendimento essencial à saúde tem-se o Hospital Municipal de Apiacás, com assistência aos casos de Urgência e Emergência. Demais Departamentos da saúde estarão fechados.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de afixação;

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário;

Apiacás-MT, em 24 de outubro de 2022.

JULIO CESAR DO SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **193/2022**

CONTRATANTE- **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADA – **ELIDA GONÇALVES**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

VALOR MENSAL: **R$ 1.213,60 (Um mil e duzentos e treze reais e sessenta centavos)**

VIGÊNCIA – **25/10/2022 à 24/10/2023.**

CONTRATO Nº. **194/2022**

CONTRATANTE- **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS**

CONTRATADO – **FELIPE DE SOUZA DA SILVA**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS**

VALOR MENSAL: **R$ 2.463,71 (Dois mil e quatrocentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos)**

VIGÊNCIA – **25/10/2022 à 24/10/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2021

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- KALU SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA – ME

OBJETO- SÉTIMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

PRAZO DE EXECUÇÃO PRORROGADO EM 90 DIAS(24/10/2022 ATÉ 22/01/2023)

Prestação de serviço de engenharia consultiva para elaboração, revisão, adequação de serviços, estudos técnicos, serviços preliminares, anteprojetos, projetos básicos e executivos, prestar assessoria técnico ao gerenciamento e supervisão de obras de pavimentação asfáltica no município de Apiacás/MT,

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022

Aos dias vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, em Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás–MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **VAGNER CAMPEONI SANCHEZ (31067839828)**, inscrito no CNPJ sob nº 43.135.166/0001-28, localizada na Rua das Araras nº 30, Bairro Bom Jesus, CEP: 78595-000 no município de Apiacás-MT, neste ato, representada pelo Sr. **Vagner Campeoni Sanchez**, brasileiro, casado, Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG 20974426 SESP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 310.678.398-28, residente e domiciliado na Rua das Araras nº30, Bairro Bom Jesus, Apiacás-MT, CEP: 78595-000, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 047/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS,** conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 047/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: VAGNER CAMPEONI SANCHEZ

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	2-01-3843	HORA TECNICA DE SERVICO TORNO/SOLDA EM VEICULOS DIVERSOS.	HR	450,00	197,00	88.650,00

Valor total do fornecedor R$ 88.650,00 (oitenta e oito mil seiscentos e cinqüenta reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os veículos, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços de torno devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite, ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. A(s) empresa(s) vencedora(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.13.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.13.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.13.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

5.13.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejará a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC. EDUCAÇÃO

339039.00000000-1500 – 109 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

2010- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Próprios)

339039.00000000-1500 – 129 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

339039.000000-1500 – 264 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2022- MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

339039.00000-1500 - 0046 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-1500 – 471 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA DESENV. ECON.

339039.00000-1500 – 678 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SECRETARIA SERV. URBANOS

339039.00000-1500 – 706 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1500 - 767 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

002- . MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FETHAB

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1500 – 772 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 047/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Vagner Campeoni Sanchez

VAGNER CAMPEONI SANCHEZ (31067839828)

CNPJ: 43.135.166/0001-28

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 167/2022

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- ANTONIO RAMOS DA SILVA E CIA LTDA

OBJETO- PRIMEIRO TERMO ADITIVO OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ADUELAS.

ADITIVO DE AUMENTO DO QUANTITATIVO CONFORME PLANILHA “AS BUILT”

VALOR TOTAL DO AUMENTO -R$ 69.162,26 (sessenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 167/2022

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

CONTRATADO- ANTONIO RAMOS DA SILVA E CIA LTDA

OBJETO- PRIMEIRO TERMO ADITIVO OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE ADUELAS.

ADITIVO DE AUMENTO DO QUANTITATIVO CONFORME PLANILHA “AS BUILT”

VALOR TOTAL DO AUMENTO -R$ 69.162,26 (sessenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022

Aos dias vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, em Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás–MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **CLEDIR JOSÉ TRES - ME**, inscrito no CNPJ sob nº 08.893.469/0001-09, localizada na Av. Jonas Pinheiro s/nº bairro Pioneiro, CEP: 78595-000 no município de Apiacás, neste ato, representada pelo Sr. **Cledir José três**, brasileiro, casado, Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG 1.257.068-0 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 585.056.799-20, residente e domiciliado na Rua Bahia, s/nº, Bairro Bom Jesus, Apiacás-MT,

CEP: 78595-000, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 047/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS,** conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 047/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: CLEDIR JOSÉ TRES - ME

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
5	2-01-3313	HORA TECNICA DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS DO TIPO CAMINHÃO, ONIBUS E MICRO ONIBUS	HR	1.510,00	292,00	440.920,00

Valor total do fornecedor R$ 440.920,00 (quatrocentos e quarenta mil novecentos e vinte reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os veículos, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços de torno devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite, ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. A(s) empresa(s) vencedora(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.13.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.13.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.13.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

5.13.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejará a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC. EDUCAÇÃO

339039.00000000-1500 – 109 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

2010- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Próprios)

339039.00000000-1500 – 129 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

339039.000000-1500 – 264 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2022- MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

339039.00000-1500 - 0046 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-1500 – 471 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA DESENV. ECON.

339039.00000-1500 – 678 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SECRETARIA SERV. URBANOS

339039.00000-1500 – 706 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1500 - 767 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

002- . MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FETHAB

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1500 – 772 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 047/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Cledir José Três

CLEDIR JOSÉ TRES - ME

CNPJ: 08.893.469/0001-09

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022

Aos dias vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, em Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás–MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **JOSE APARECIDO MORILHA DE RAMOS-ME**, inscrito no CNPJ sob nº 02.082.296/0001-62, localizada na Av. Av. Governador Dante

Martins de Oliveira, nº 193, Centro, CEP: 78595-000 no município de Apiacás-MT, neste ato, representada pelo Sr. **Jose Aparecido Morilha de Ramos**, brasileiro, casado, Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG 1008554-8 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 776.356.931-72, residente e domiciliado na Rua Imperatriz, s/nº, Bairro Setor Pioneiro, Apiacás-MT, CEP: 78595-000, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 047/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS,** conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 047/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: JOSE APARECIDO MORILHA DE RAMOS - ME

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
4	2-01-3312	HORA TECNICA DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS LEVES E UTILITARIOS	HR	1.425,00	237,00	337.725,00

Valor total do fornecedor R$ 337.725,00 (trezentos e trinta e sete mil setecentos e vinte e cinco reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os veículos, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços de torno devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite, ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. A(s) empresa(s) vencedora(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.13.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.13.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.13.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

5.13.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejará a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC. EDUCAÇÃO

339039.00000000-1500 – 109 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

2010- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Próprios)

339039.00000000-1500 – 129 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

339039.000000-1500 – 264 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2022- MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

339039.00000-1500 - 0046 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-1500 – 471 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA DESENV. ECON.

339039.00000-1500 – 678 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SECRETARIA SERV. URBANOS

339039.00000-1500 – 706 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1500 - 767 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

002- . MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FETHAB

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1500 – 772 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 047/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Jose Aparecido Morilha de Ramos

JOSE APARECIDO MORILHA DE RAMOS-ME

CNPJ: 02.082.296/0001-62

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022

Aos dias vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, em Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**, residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás–MT, CEP 78.595-000**, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **OFICINA MECANICA BAUMGART LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 10.607.908/0001-11, localizada na Estrada Maracatiara, s/nº Zona Rural, CEP: 78595-000 no município de Apiacás-MT, neste ato, representada pelo Sr. **Jones Gilberto Baumgart**, brasileiro, casado, Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG 767693 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 538.028.291-15, residente e domiciliado na Estrada Maracatiara, s/nº Zona Rural, Apiacás-MT, CEP: 78595-000, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 047/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS,** conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 047/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: OFICINA MECANICA BAUMGART LTDA

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	2-01-3315	HORA TECNICA DE SERVICO TORNO/SOLDA EM VEICULOS DIVERSOS	HR	600,00	197,00	118.200,00

Valor total do fornecedor R$ 118.200,00 (cento e dezoito mil e duzentos reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os veículos, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços de torno devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite, ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. A(s) empresa(s) vencedora(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.13.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.13.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.13.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

5.13.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejará a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC. EDUCAÇÃO

339039.00000000-1500 – 109 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

2010- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Próprios)

339039.00000000-1500 – 129 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

339039.000000-1500 – 264 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2022- MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

339039.00000-1500 - 0046 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-1500 – 471 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA DESENV. ECON.

339039.00000-1500 – 678 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SECRETARIA SERV. URBANOS

339039.00000-1500 – 706 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1500 - 767 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

002- . MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FETHAB

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1500 – 772 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 047/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Jones Gilberto Baumgart

OFICINA MECANICA BAUMGART LTDA

CNPJ: 10.607.908/0001-11

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 047/2022 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2022

Aos dias vinte e cinco do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, em Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Julio Cesar dos Santos -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 785.730.501-44, e do RG n º 0830311-8 SESP/MT**,** residente à Estrada Vicinal Oeste s/n°, Zona Rural, Apiacás–MT, CEP 78.595-000, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **ROMILDO JOSÉ NETO (46929274100),** inscrito no CNPJ sob nº 30.623.467/0001-59, localizada na Av. Av. Guilherme Dobri, s/nº, Bairro Bom Jesus, CEP: 78595-000 no município de Apiacás-MT, neste ato, representada pelo Sr. Romildo José Neto, brasileiro, casado, Proprietário, portador da Cédula de Identidade RG 669840 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 469.292.741-00, residente e domiciliado na Rua Goiás, Bairro Bom jesus s/nº, Apiacás-MT, CEP: 78595-000, denominado simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 047/2022 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO E HORAS TÉCNICAS DE SERVIÇOS MECANICOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS E MÁQUINAS PESADAS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS,** conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 047/2022.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: ROMILDO JOSÉ NETO (46929274100)

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	2-01-3314	HORA TECNICA DE SERVICO MECANICO EM MAQUINAS PESADAS	HR	880,00	327,00	287.760,00

Valor total do fornecedor R$ 287.760,00 (duzentos e oitenta e sete mil setecentos e sessenta reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os veículos, máquinas e peças nos quais deverá ser executado os serviços de torno devem ser retirados e entregues na sede do município no endereço da Oficina mecânica da Secretaria de Infra Estrutura.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite, ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13. A(s) empresa(s) vencedora(s), cientes que deverão cumprir com as normas de saúde e segurança do trabalho nos termos das normas regulamentadoras respectivas, deverão obrigatoriamente apresentar a seguinte documentação:

5.13.1. No ato da assinatura do contrato, deverão apresentar Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

5.13.2. Após contratação, durante a execução do objeto contratado, deverão comprovar a elaboração e implementação de Programa de Gerenciamento de Riscos, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, além dos demais programas necessários (dependendo da finalidade do contrato), específicos para o contrato celebrado, com avaliação e quantificação dos riscos ambientais no ambiente de trabalho.

5.13.3. Será exigido que, após a contratação, as empresas forneçam os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para seus trabalhadores, de acordo com as exigências do PGR.

5.13.4. A falta de cumprimento das normas trabalhistas, pela contratada, relativas à saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, ensejará a imposição de penalidades, inclusive retenção de pagamento do valor contratual, até a correção das irregularidades; e, persistindo o descumprimento da lei, será rescindido o contrato administrativo celebrado, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços, correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001- ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2014- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA SEC. EDUCAÇÃO

339039.00000000-1500 – 109 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002- DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

2010- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Próprios)

339039.00000000-1500 – 129 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

001.- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SAÚDE

2063.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE SAÚDE

339039.000000-1500 – 264 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

03. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2022- MANUTENÇÃO E ADM. DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

339039.00000-1500 - 0046 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

07.- SECRETARIA DE MUNICIPAL DE A. SOCIAL

001.- ADM GERAL SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

2035 – MANUTENÇÃO E ATIVIDADES SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

339039.000000-1500 – 471 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

09. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENV. ECON.

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA DESENV. ECON.

339039.00000-1500 – 678 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

10. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE URBANISMO

001. – ADM GERAL SEC. DE URBANISMO

2044- MANUTENÇÃO E ADM SECRETARIA SERV. URBANOS

339039.00000-1500 – 706 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS

339039.00000000-1500 - 767 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

002- . MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DO FETHAB

2095- ABERTURA, REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339039.00000000-1500 – 772 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 047/2022,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás/MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 25 de Outubro de 2022.

JULIO CESAR DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Romildo José Neto

ROMILDO JOSÉ NETO (46929274100)

CNPJ: 30.623.467/0001-59

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da Pregoeira, torna público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado realizado no dia 06/10/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção, em atendimento à demanda das Diversas Secretarias Municipais, resultou em vencedoras as empresas:

J.J. VITALLI, inscrita no CNPJ nº 08.658.622/0001-13, vencedora dos itens 10, 17, 58, 74, 106, 146,236, totalizando o valor de R$ 12.601,83.

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.888.303/0001-05, vencedora dos itens 3, 7,9,96,136,254, totalizando o valor de R$ 18.435,00.

RIO VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 24.140.838/0001-49, vencedora dos itens: 1,2,4,11,12,13,14,15,16,18,19,22,24,26,29,32,33,37,40,41,42,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,59,60,6163,64,65,66,67,68,69,71,72,73,75,76,77,79,80,81,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,9497,98,99,100,101,102,103,104,105,107,108,109,110,111, 112,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124,125,126,128,129,130,131,132,133,134,135,137,138,139,140,141,142,144,145,147,148,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,163,164,165,166,167,168,169,170,171,172,173174,175,176,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,210,211,212,213,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,225,226,227,228,229,230,231,232,233,234,235,237,238,239,241,242,243,245,246,247,248,249,250,252,255,256,257,258,260,261,262,263,264,265,266,267,268,269,270,271,272,273,274,275,276,277,278,279,280,281,282,283,285,286,287,288,290,291,292,293,294,297,300,301,302,303304,305,306,307,308,309,310,311,312,313,314,315,316,317,318,319,320,322,323,324,325,326,327,328,329,330,331, totalizando o valor de R$ 1.255.587,68.

SOLUÇÕES PRATICAS COMERCIAL ATACATISTA LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.222.285/0001-61, vencedora dos itens 6,21,23,38,78,251,259,284, totalizando o valor de R$ 29.855,52.

GUILHERME E. MODESTO, inscrita no CNPJ nº 28.115.595/0001-40 vencedoras dos itens 209,296,298,299, totalizando o valor de R$ 555.562,50.

A PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, inscrita no CNPJ nº 29.567.496/0001-61, vencedora dos itens 8,25,34,35,36,43,62,93,95,113,162,197,253, totalizando o valor de R$ 14.733,24.

GGV COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 35.236.131/0001-57, vencedora dos itens 27,28,82,143,149, totalizando o valor de R$ 1.556,28.

NACIONAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.032.973/0001-27, vencedora do item 127, totalizando o valor de R$ 29.137,50.

BRAVE DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.892.634/0001-09, vencedora dos itens 20,39, totalizando o valor de R$ 2.720,08.

ELIANE COELHO DA SILVA ROCHA 03928693573, inscrita no CNPJ nº 44.879.826/0001-48, vencedora do item 295, totalizando o valor de R$ 3.445,00.

POMPEIA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 46.367.384/0001-86, vencedora dos itens 30,31,70,224, totalizando o valor de R$ 11.130,24.

BAKOF PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 91.967.067/0001-55, vencedora dos itens 5,244, totalizando o valor de R$ 25.086,48.

O item 320 resultou deserto.

O item 240 resultou fracassado.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponíveis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 25 de outubro de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 569/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 302/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA *ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.*

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da CONTRATO ADMINISTRATIVO, oriundo do Pregão Eletrônico nº 046/2022:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 302/2022 – INVICTA ASSESSORIA CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº. 46.429.784/0001-79.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pela Secretaria Municipal de Saúde, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Srª. Kerlianne Martins Ferreira Soares, como fiscal titular e como fiscal suplente Srª. Crislaine dos Santos Ferrarezzi- Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 21/10/2022 e revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 567/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 301/2022, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM ENVIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS VIA SISTEMA APLIC E CARGAS TEMPESTIVAS AO TCE/MT E TODOS OS REENVIOS QUE PORVENTURA VIER A NECESSITAR, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da CONTRATO ADMINISTRATIVO, oriundo do Pregão Eletrônico nº 048/2022:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 301/2022 – LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita sob o CNPJ nº. 11.499.448/0001-18.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitado pela Secretaria Municipal de Administração, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Reginaldo Luiz Schiavinato como fiscal titular e o Sr. Mariana Farias Novais como fiscal suplente - Responsável pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20/10/2022 e revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE CONVENIO EMPRESARIAL

Pelo presente instrumento particular, de um lado, a**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no ***CNPJ:*****15.023.914/0001-45** situada na cidade de **ARAPUTANGA**-**Mt à rua. Antenor Mamedes 911 Centro** –, neste ato denominada simplesmente como **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE TODOS CÁCERES MT LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **41**.**839.188/0001-43** Situada na **Rua Coronel Jose Dulce nr 282 centro Cáceres.** neste ato denominado simplesmente como **CONTRATADA,** representado por seu administrador/gestor, **WELLINGTON SILVA CRUZ**, têm entre si justo e acordado o presente instrumento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento a disponibilização da rede conveniada da **CONTRATADA**, aos servidores públicos municipais, sendo oferecidos, com descontos, diversos serviços na área da saúde, lazer e educação, do produto **CARTAO DE TODOS**. A rede conveniada é constantemente atualizada e pode ser verificada no endereço www.cartaodetodos.com.br/lista-de-parceiros;

1.2 A **CONTRATANTE** declara ter recebido no ato da celebração deste contrato o material informativo dos serviços locais da rede conveniada da **CONTRATADA**, bem como a sua rede conveniada local.

1.3 O presente contrato contempla aos servidores públicos municipais, o benefício do Auxílio Funeral no valor de R$ 1.500,00, que será garantido aos herdeiros legais do funcionário, ou seja, somente o titular será acobertado, desde que tenha acima de 18 anos e abaixo de 61 anos de idade no ato da assinatura do Contrato de Adesão ao Cartão de TODOS, esteja adimplente e tenha quitado no mínimo duas mensalidades conforme as exigências da seguradora CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS, com término de vigência dia 06/08 do ano subsequente ao ano de assinatura deste contrato, podendo o referido prazo ser prorrogado a critério do Cartão de TODOS, caso no qual a comunicação se dará através de jornal de grande circulação no estado.

1.3.1 A **CONTRATADA** não se responsabiliza por eventuais erros na comunicação da relação dos funcionários que podem acarretar no descumprimento da condição de adimplência destacada no item 1.3 do presente contrato.

1.4 A **TODOS EMPREENDIMENTOS LTDA.**, CNPJ 04.644.515/0001-85, na qualidade de detentora da marca Cartão de TODOS é parte integrante deste contrato, podendo exercer auditoria sobre o mesmo e controlar a sua execução.

CLÁUSULA 2ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 A empresa **CONTRATANTE** deve fornecer à **CONTRATADA** a relação dos servidores bem como os nomes dos dependentes dos mesmos, no prazo de até 10(dez) dias úteis contados da data da assinatura do presente contrato.

2.1.1 Em casos de desfiliação do servidor, cabe à empresa **CONTRATANTE** comunicar o fato imediatamente à **CONTRATADA** acerca das alterações cadastrais enviando e-mail para: para cáceres.mt@cartaodetodos.com

2.1.2 Podem ser dependentes dos servidores da **CONTRATANTE** as seguintes pessoas: genitores, cônjuge, filhos, até o limite de 21 anos de idade, desde que solteiros.

2.1.3 A relação nominal dos servidores da **CONTRATANTE** e seus dependentes deve conter nome completo, data nascimento, grau de dependência e CPF.

2.1.4 Nos casos de desfiliação do servidor o **CONTRANTE** deve informar imediatamente através formulário específico constando nome e cpf do mesmo e deve ser encaminhado para a **CONTRATADA**, através do e-mail para Caceres.mt@cartaodetodos.com

2.1.5 A desfiliação acarreta na perda imediata dos benefícios ofertados pela **CONTRATADA** ao servidor desfiliado e aos seus dependentes, salvo se o mesmo mostrar interesse expressamente informando a continuidade e transferindo a obrigação financeira na sua própria forma de pagamento das mensalidades do beneficio e de seus dependentes, diretamente no escritório da contratada.

2.2 Os servidores da **CONTRATANTE** devem realizar contrato de adesão com a empresa **CONTRATADA**, que contem todas as informações necessárias acerca do presente cartão desconto.

2.2.1 Somente a partir da assinatura do contrato de adesão por cada servidor beneficiado com a parceria que a rede de descontos, objeto deste contrato, será disponibilizada.

2.2.2 A **CONTRATANTE** se compromete a fornecer todas as informações referentes ao Contrato de Adesão, explicando os direitos advindos do mesmo, bem como se responsabiliza pelo devido e completo preenchimento do mesmo, constando sempre a assinatura do servidor aderente, seus dados e os de seus dependentes de forma correta.

2.2.3 A **CONTRATANTE** se compromete dar ciência a todos os seus servidores a respeito do presente contrato, lhes informado que o benefício disponibilizado não configura operadora de plano de saúde, mas sim cartão de desconto, informando aos mesmos o meio de acesso à rede conveniada, conforme cláusula 1.1 e 1.2 do presente contrato.

2.2.4 A **CONTRATANTE** se compromete a enviar relatório de adesão e ou desfiliações, para a sede da **CONTRATADA**.

2.3 A **CONTRATANTE** é a única responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, não podendo seus servidores (ou dependentes) serem responsabilizados pela ausência do cumprimento deste perante a CONTRATADA.

CLÁUSULA 3ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.

3.1 A **CONTRATADA (cartão de todos)** se compromete a fornecer material publicitário específico do Cartão de TODOS, visando a divulgação de seu produto, tendo conteúdo acordado com a **CONTRATANTE**.

3.2 A **CONTRATADA** deve fornecer Contratos de Adesão suficientes para a **CONTRATANTE**, viabilizado o cumprimento da obrigação estabelecido na cláusula 2.2 do presente contrato.

3.3 Após o recebimento do Contrato de Adesão devidamente preenchido, conforme cláusula 2.2.4, a **CONTRATADA** deve cadastrar em seu sistema o titular e os dependentes de modo que os funcionários possam utilizar a rede conveniada em até 48 horas.

3.4 A **CONTRATADA** manterá a **CONTRATANTE** informada de qualquer fato ocorrido que possa interferir ou inviabiliza os serviços disponibilizados aos aderentes ao Cartão de TODOS.

3.5 A **CONTRATA** emitirá Carteira de Filiado ao Cartão de TODOS aos servidores, com a logomarca e telefone da **CONTRATANTE**, que será responsável.

CLÁUSULA 4ª – REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 As mensalidades devem ser pagas pela empresa **CONTRATANTE**, no valor de R$ 27,50 (vinte e sete reais e cincoenta centavos) de cada servidor, relativos às mensalidades do CARTÃO DE TODOS, valor este vigente até 31 de dezembro 2022.

4.1.1. Os valores descritos na cláusula 4.1 serão revistos anualmente no mês de janeiro, segundo o índice acumulado dos últimos 12 meses do IGP-MG, FGV.

4.1.2 Poderão incidir valores distintos na referida relação entre **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, desde que por interesse mútuo e regido por instrumento próprio, que acompanhará o presente.

4.2. As mensalidades devem ser pagas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, até o dia 15 de cada mês, mediante emissão de nota fiscal, através de depósito ou transferência em conta da **CONTRATADA**.

4.2.1 O comprovante de realização de pagamento deve ser encaminhadas via e-mail para cáceres.mt@cartaodetodos.com juntamente com a listagem dos servidores cuja mensalidade está sendo quitada.

4.2.2 Após o envio do comprovante e da listagem, a CONTRATADA tem até 3(três) dias úteis para emitir a Nota Fiscal referente aos valores quitados.

4.2.3 O atraso ou descumprimento da cláusula 4.2 pela **CONTRATANTE** enseja a condição de inadimplência a todos os servidores (e dependentes).

4.2.4 A adimplência é condição necessária para usufruir os benefícios da rede conveniada CARTÃO DE TODOS e para a concessão do auxílio funeral, conforme cláusula 1.3.

4.3 Os serviços prestados nas áreas de saúde, educação e lazer pela rede conveniada da empresa **CONTRATADA** devem ser pagos diretamente aos estabelecimentos conveniados de acordo com a tabela de preços vigente no estabelecimento, quando utilizados os serviços, pelos servidores da **CONTRATANTE**.

4.3.1 A **CONTRATADA** não se responsabiliza pela qualidade técnica e profissional dos serviços prestados pelas empresas conveniadas, bem como pelo recebimento dos valores estabelecidos pelas mesmas.

4.3.2 A **CONTRATADA** se obriga a manter a **CONTRATANTE** isenta de quaisquer ônus porventura decorrentes da utilização dos serviços pelos servidores e eventual de inadimplemento, conforme cláusula 4.3.

4.4 No caso de atraso no pagamento das mensalidades por parte da empresa **CONTRATANTE** incidirá multa contratual no valor de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, além de juros de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA 5ª – DO INÍCIO E VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato será por prazo indeterminado, podendo ser rescindido pelas partes a qualquer momento, a contar da data da assinatura do presente contrato, mediante notificação em duas vias a ser entregue na sede da **CONTRATADA.**

5.1.1 No caos de rescisão contratual e encerramento das obrigações do presente contrato, a **CONTRATANTE** obriga-se a elaborar comunicado a todos os seus funcionários informando sobre o encerramento dos benefícios do Cartão de TODOS.

5.2 - Qualquer das partes pode considerar automaticamente rescindido o presente contrato, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

5.2.1 Violação de qualquer outra obrigação prevista neste contrato que não tenha sido sanada no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento da notificação escrita de uma parte à outra comunicando tal inadimplemento, respondendo a mesma por eventuais perdas e danos devidamente comprovados; não havendo cobrança de multas e ônus.

5.2.2 Liquidação, concordata, falência ou insolvência de qualquer uma das partes, retroagindo a rescisão deste contrato à data do pedido da liquidação, concordata, falência ou insolvência;

CLÁUSULA 6ª – DIVULGAÇAO

6.1 A **CONTRATANTE (Prefeitura)** se compromete a divulgar nas suas dependências o material publicitário e o Contrato de Adesão oferecidos pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas 3.1 e 3.2.

6.2 A divulgação supramencionada será feita por meio de material de publicidade e propaganda a ser elaborado e fornecido pela **CONTRATADA**, sendo vedada a utilização de materiais diversos, salvo mediante prévia e expressa aprovação da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA 7ª – AUSÊNCIA DE VÍNCULO

7.1. As PARTES declaram que, entre elas, não existe vínculo de natureza societária, trabalhista, fiscal e previdenciária, ou qualquer outra forma de ônus.

7.2 Todo e qualquer tipo de modificação ou obrigação, relacionada ao presente Termo está condicionado à prévia negociação e ajuste entre as PARTES e, necessariamente, integrará este Instrumento, na forma de aditivo.

7.3 A celebração deste termo e o cumprimento das obrigações de cada uma das PARTES (i) não violam qualquer disposição contida nos seus documentos societários; (ii) não violam qualquer lei, regulamento, decisão judicial, administrativa ou arbitral, aos quais a respectiva parte esteja vinculada e, (iii) não exigem qualquer consentimento, ação ou autorização de qualquer natureza.

7.4. Este ajuste é validamente celebrado e constitui obrigação legal, válida e exequível contra cada uma das PARTES, de acordo com os seus termos.

7.5. Cada PARTE está apta a cumprir as obrigações ora previstas neste instrumento;

7.6. As PARTES, neste ato, declaram que não dependem economicamente da outra e tampouco realizaram investimentos consideráveis e específicos para o cumprimento dos itens e disposições contidas nesse Contrato;

7.7. As discussões sobre o objeto deste instrumento foram feitas, conduzidas e implementadas pela livre iniciativa de cada uma das PARTES;

7.8. As PARTES foram informadas e avisadas de todas as condições e circunstâncias envolvidas na negociação objeto deste Termo e que poderiam influenciar sua capacidade de expressar sua vontade;

CLÁUSULA 8ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Todas as notificações exigidas sob este contrato serão feitas por correspondência, copiada e protocolada, ou por fac-símile, para os endereços especificados na qualificação das partes, ou outros endereços que qualquer das partes informarem à outra por escrito.

8.2 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente contrato somente será válida se feita por instrumento escrito, assinado por ambas as partes.

8.3 O atraso ou não exercício, por qualquer das partes contratantes, de qualquer direito, recurso, poder ou privilégio dessa parte segundo este contrato, não operará como uma renúncia ou novação e não afetará o

subseqüente exercício de tal direito. Qualquer renúncia somente produzirá efeitos se for especificamente outorgada por escrito.

8.4 O presente contrato constitui o único e integral acordo entre as partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

8.5 Qualquer disposição deste contrato que seja considerada proibida, inválida ou inexequível, em hipótese alguma invalidará ou afetará o mesmo como um todo ou as demais disposições contratuais, comprometendo-se as partes a negociar em boa-fé a substituição desta cláusula por outra que seja válida e eficaz.

8.6 As partes elegem o Foro da Comarca de Ipatinga/MG para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justas e concordes, assinam o presente em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Cuiabá 25 de Outubro de 2022

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA-MT *CNPJ:*15.023.914/0001-45

Contratada

ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE TODOS CÁCERES LTDA-CNPJ **41.830.188/0001-43**

Testemunhas:

_____*Testemunha 1*

CPF:

_____*Testemunha 2*

CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 558/2022

DESIGNAR OS SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2022, ORIUNDO DO SALDO DA ARP Nº 088/2022 - DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM POÇOS ARTESIANOS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMAE.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1° - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo, com a empresa a seguir:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 296/2022 - SILVIO CESAR DEJAVITE 06723654803, inscrita no CNPJ Nº. 46.041.883/0001-89.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar o objeto requisitado pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Leandro da Rocha de Souza como fiscal titular e como fiscal suplente como Sr. Alessandro Félix Pascoin – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria de Obras e Infraestrutura - SMAE.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público aos interessados, que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008/2022 – Cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na execução de projeto de regularização fundiária e demarcação urbanística nos termos da Lei nº 13.465/2017, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Administração. Credenciamento e Entrega dos Envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação: Até às 14h00min, do dia 10/11/2022, na Sala de LICITAÇÃO, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL, situada à Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro, no município de Araputanga, Estado de Mato Grosso. Data, Hora e Local da Abertura do Envelope nº 1: Dia 10/11/2022, a partir das 14h00min, no mesmo endereço do credenciamento e entrega dos envelopes. Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet no www.araputanga.mt.gov.br Fundamento Legal: Regido pela Lei Federal nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, pelos Decreto Federal nº 7.892/2013, pelos Decretos Municipais nº 29/2010 e nº 140/2021 e subsidiariamente, no que couber, pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Informa que as demais cláusulas do edital não foram alteradas, sendo desde já ratificadas e que demais informações sobre o referido certame acham-se disponíveis nos autos do processo.

Araputanga-MT, 25 de outubro de 2022.

ELIANA PAINS DE AMORIM

Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 570/2022

DESIGNAR AS SERVIDORAS PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116/2022, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ENILSON DE ARAUJO RIOS, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial seu art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear as servidoras da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS oriundas do Pregão Eletrônico nº 033/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2022 – empresa AKIRA COMERCIAL LTDA, inscrita sob o CNPJ n°. 25.106.928/0001-86.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2022 – empresa ANAILE S. COUTO, inscrita sob o CNPJ n°. 44.594.924/0001-83.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2022 – empresa BONI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita sob o CNPJ n°. 28.719.518/0001-07.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2022 – empresa COMERCIAL LUAR EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 02.545.557/001-33.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2022 – empresa D & D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA, inscrita sob o CNPJ n°. 11.372.104/0001-43.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2022 – empresa IVANILDE DIAS CERPA, inscrita sob o CNPJ n°. 15.718.193/0001-98.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2022 – empresa M.B. PINHEIRO, inscrita sob o CNPJ n°. 30.891.532/0001-27.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2022 – empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 26.148.070/0001-85.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2022 – empresa NABELLA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 27.981.389/0001-50.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2022 – empresa ORIGINAL SOLUÇÕES LTDA, inscrita sob o CNPJ n°. 13.333.523/0001-00.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2022 – empresa PARANA MED COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTO MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 38.120.208/0001-17.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2022 – empresa PLENITUDE COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 36.838.236/0001-49.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2022 – empresa R P OTENIO MERCADO, inscrita sob o CNPJ n°. 07.225.561/0001-38.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2022 – empresa SJ COMÉRCIO DE UTILIDADES - EIRELI, inscrita sob o CNPJ n°. 10.614.788/0001-80.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2022 – empresa VALESKA AMANCIO DE ALMEIDA 04093759189, inscrita sob o CNPJ n°. 43.880.794/0001-38.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2022 – empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n°. 10.688.030/0001-96.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pela Secretaria Municipal, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sra. Ione da Costa Oliveira como fiscal titular e como fiscal suplente Sra. Gleide Aparecida de Souza – Responsáveis pelos objetos requisitados pela Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia 14/09/2022 e revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 025/2022

EMENTA:DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE RELATÓRIO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E SUJEITOS A ALIENAÇÃOE ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO o relatório técnico (anexo a este Decreto) da Comissão Especial de Avaliação dos Bens Públicos Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Arenápolis-MT, verificou que os bens móveis patrimoniais constantes no referido relatório são inservíveis para administração;

CONSIDERANDO que referidos bens, quando passíveis de reparação ou conserto tem custo de recuperação superior ao valor de mercado do respectivo bem restaurado;

CONSIDERANDO que alguns bens mesmo em bom estado de conservação são obsoletos, antieconômico, ou ocioso conforme caso;

CONSIDERANDO que alguns bens móveis são irrecuperáveis pela perca de suas características físicas;

CONSIDERANDO que o Balanço Patrimonial deve refletir a exata situação dos bens municipais;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e a alienação de tais bens móveis irá trazer recurso financeiro para cumprimento de obrigações pendentes diante do colapso financeiro pela queda nas arrecadações dos municípios.

OExmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO,** Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere as Normas Gerais de Direito Público, a Constituição Federal, a Lei Federal 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, os Decretos Municipal n.º 036/2011 e 033/2016, e o Relatório Técnico da Comissão Especial de Avaliação dos Bens Públicos Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Arenápolis-MT - Portaria Municipal nº 216/2022**.**

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Relatório Técnico da Comissão Especial de Avaliação dos Bens Públicos Móveis Inservíveis do Poder Executivo do Município de Arenápolis-MT; sendo, os mesmos declarados como inservíveis para a Administração Municipal, para efeito de alienação através de leilão público Lei federal 8.666/93 os bens relacionados pela Comissão nomeada pela PORTARIA MUNICIPAL 216/2022, que passa a fazer parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Após a efetiva alienação dos bens fica autorizada a baixa patrimonial dos bens constantes no Anexo único, deste Decreto.

Art. 3º - O objeto e o dia da realização do leilão dos bens móveis deverá ser plenamente divulgado e suas publicações e procedimentos obedecerão ao que dispõe a Lei Federal 8.666/93.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site www.arenapolis.mt.gov.br.

WEIMAR PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ERRATA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2022

ERRATA À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2022

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS: Nº 027/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 078/2022

Situação: Publicado

Unidade: Prefeitura Municipal

Data de Publicação: 23/09/2022

Edição de Diário Oficial N°: 4.074

Ano: XVII

Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Tipo: Ata de Registro de Preços

Título: ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2022 - PROCESSO Nº 078/2022

Ementa: ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 032/2022 - PROCESSO Nº 078/2022

Empresa: Empresa Agili Software Brasil Ltda

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO ILIMITADO DE USUÁRIOS, E SUPORTE TÉCNICO, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS SERVIDORES INCLUINDO O FORNECIMENTO PARA A CÂMARA DE VEREADORES ATENDENDO OS CRITÉRIOS DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE (SIAFIC).

Onde se lê: CNPJ/MF sob o n.º 26.804.377/0004-30

Leia-se : CNPJ/MF sob o n.º 26.804.377/0001-97

LUCIANA DE SOUZA BARRETO

SETOR DE CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
P O R T A R I A Nº.233 E 234/2022

P O R T A R I A Nº.233/2022

O Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Licença de saúde junto ao INSS, *ao* servidor efetivo Sr. **July Emerson Leandro Vasconcelos,** brasileiro, solteiro, Vigia, portador do RG nº1582417-9 SSJ/MT e CPF nº 004.272.901.71, residente e domiciliado nesta cidade, conforme atestado medico.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 21° dia do mês de Outubro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 234/2022

Altera e inclui suplente ao membro Titular de Secretária Executiva, ao art. 1º da Portaria nº 224/2022, que regulamenta a inclusão de novos componentes da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde e nomeação dos novos membros para compor a referida comissão em substituição dos membros anteriores.

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO,** no uso de suas atribuições legais.

Considerando que por equivoco não incluiu suplente ao cargo de Secretária Executiva, sendo necessário acrescentar suplente ao membro em casos de ausência do titular.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir e nomear suplente ao cargo de Secretária Executiva da Comissão de Acompanhamento de Contratualização da Secretaria Municipal de Saúde de Arenápolis, constante no art. 1º da Portaria nº 224/2022, que passará a ter da seguinte redação:

"**Art. 1º** (...)

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

Titular: Maria Marinalda Ribeiro

CPF: 580.829.211-53

Suplente: Loeci Mariza Szimanski Pazzini

CPF: 823.419.749-53"

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria n° 234, de 03 de outubro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Arenápolis/MT, 25 de Outubro de 2022.

Registrada, publicada, CUMPRA-SE

Éderson Figueiredo

Prefeito Municipal

Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 13/2022
CREDENCIAMENTO N° 02/2022

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aripuanã/MT, designada através de Portaria 13.396/2021, torna público que estará aberto a INEXIGIBILIDADE N° 13/2022 – CREDENCIAMENTO PÚBLICO N° 02/2022, regida pela Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fisioterapia no Distrito de Conselvan, relacionados no ANEXO I, constantes na Tabela Unificada de Procedimentos SUS, conforme rotina adota pela Secretaria Municipal de Aripuanã, deste Município de Aripuanã.

Período de Recebimento de Documentos a partir do dia: 11/11/2022 até o dia: 11/11/2023.

Horário para Recebimento dos Envelopes: 07h00min às 11h00min horas e das 13h00min às 17h00min.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Aripuanã, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 128, CEP: 78.325-000 - Aripuanã/MT.

O Edital contendo as regras do certame encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço de segunda a sexta-feira das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e também através do site

http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 25 de outubro de 2022.

Elen Cristina Soares Macedo

Presidente da CPL

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - ARIPUANA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 25 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
AIRTON EMILIO CAPPELLESSO	441.743.909-59	9027/00018/2022
RUBENS GARCIA JUNIOR	668.115.898-68	9027/00020/2022
ALFREDO ANTONIO GASPERIM	200.590.949-15	9027/00027/2022
GISELE RAMOS ONOFRE	005.869.289-44	9027/00034/2022
GILBERTO ANTONIO LUVISA	602.979.649-68	9027/00044/2022
NINO DI LOTETO	710.726.088-04	9027/00045/2022
MARCOS VINICIUS SOUZA DO NASCIMENTO	175.163.901-00	9027/00050/2022
LUCIA EUGENIA ARGENTE	707.631.279-49	9027/00051/2022

Data de afixação: Data de desafixação:

25/10/2022

09/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL 15-2022

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2022

DATA E LOCAL: Dia 07 de novembro de 2022, na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, situada na Avenida Augusto Leverger, n. 1410, Centro, Barão de Melgaço/MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO, FREEZER E FOGÃO POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO/MT.

CREDENCIAMENTO: Das 9h até às 09h15min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09h15min horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, **presencialmente** no Setor de licitação da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, ou através do e-mail: licitacao@baraodemelgaco.mt.gov.br.

Barão de Melgaço, 25 de outubro de 2022.

Quéren – Hapuque Albernaz Marques Souza

Pregoeira Oficial

Portaria 061/2022

EXTRATO DE CONTRATO N. 111/2022.

EXTRATO DE CONTRATO N. 111/2022.

CONTRATO: Nº 111/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADA: ADRIANO DA SILVA TAQUES ME

CNPJ: 37.121.958/0001-40

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE BUFFET PARA COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, conforme especificações e quantidades descritas neste **Termo de Referência da Dispensa Nº 056/2022,** conforme quantidades, valores, descrições e demais especificações constantes, para atender a Secretaria municipal de Governo.

VALOR: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2022.

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-ADESÃO 024-2022

		PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO **Av. Augusto Leverger n° 1410, Centro - Barão de Melgaço - MT - CEP: 78190-000** **CNPJ 03.507.563/0001-69**	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/2022			
Modalidade:	Adesão/Carona em registro de preço		
Número/Ano:	24/2022	**Data de abertura:**	21/06/2022
Data adjudicação:	19/07/2022	**Data homologação:**	19/07/2022
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço
Modo de disputa:		**Condição de pagamento:**	ATÉ 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Credenciamento:	Não		**Chamamento:**	Não		**Registro de preço:**	

Objeto da licitação:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão Permanente de licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	**CNPJ/CPF**	
FUTURA COMERCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA	68.858.539/0001-10	
Total:		

FUTURA COMERCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	
918485	ALFABETO EM BRAILLE	UND	2,0000	R$ 42,7600	
918487	ALFABETO EM LIBRAS	UND	2,0000	R$ 32,6300	
918488	ALFABETO COM ILUSTRAÇÕES C/ LIBRAS	UND	2,0000	R$ 48,3800	
918489	BLOCOS LÓGICOS	UND	2,0000	R$ 52,3800	
918490	BOLA DE BOBATH	UND	2,0000	R$ 242,8900	
918491	BONECO COM CELA BRAILLE	UND	2,0000	R$ 100,6800	
918492	CAIXA NUMERADA COM BRAILLE	UND	2,0000	R$ 127,8300	
918493	ANIMAIS COM FILHOTES	UND	3,0000	R$ 432,6200	
918494	DOMINÓ ABSTRAÇÃO DAS PARTES	UND	10,0000	R$ 16,7400	
918495	DOMINÓ DE ADIÇÃO	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918497	DOMINÓ DE ASSOCIAÇÃO DAS IDEIAS	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918498	DOMINÓ DE FIGURAS E SOMBRA	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918499	DOMINÓ DE METADES	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918500	DOMINÓ DE DIVISÃO SILÁBICAS	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918501	DOMINÓ DE FRASES	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918502	DOMINÓ DE MULTIPLICAÇÃO	UND	3,0000	R$ 16,7400	

918503	DOMINÓ DE SUBTRAÇÃO	UND	3,0000	R$ 16,7400	
918504	CONJUNTO DE FANTOCHES DE ANIMAIS DOMÉSTICOS	UND	3,0000	R$ 89,2600	
918505	CONJUNTOS DE FANTOCHES DE ANIMAIS SELVAGENS	UND	3,0000	R$ 89,2600	
918506	CONJUNTO DE FANTOCHES DE FAMÍLIA BRANCA	UND	3,0000	R$ 118,7800	
918507	CONJUNTO DE FANTOCHES DE FAMÍLIA NEGRA	UND	3,0000	R$ 118,7800	
918508	JOGO DE LETRAS	UND	3,0000	R$ 49,0000	
918509	JOGO PEDAGÓGICO DE REFEIÇÃO	UND	3,0000	R$ 172,2900	
918510	JOGO PEDAGÓGICO DE FRUTAS	UND	3,0000	R$ 105,4300	
918511	JOGO DE PALAVRAS	UND	3,0000	R$ 127,8300	
918512	MEMÓRIA DE MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	UND	5,0000	R$ 18,6000	
918513	MEMÓRIA DE MEUS BRINQUEDOS	UND	5,0000	R$ 18,6000	
918514	JOGO DE NÚMEROS E QUANT. EM BRAILLE	UND	3,0000	R$ 129,7100	
918515	JOGO DAS PALAVRAS CRUZADAS	UND	5,0000	R$ 44,5900	
918516	JOGO DE NÚMEROS	UND	5,0000	R$ 20,4900	
918517	ROLO DE BOBATH	UND	3,0000	R$ 214,4500	
918518	CONJUNTO COM PEÇAS PARA FORMAR CENÁRIO	UND	3,0000	R$ 144,0200	

918519	CONJUNTOS COM PEÇAS DE ENCAIXE	UND	3,0000	R$ 88,3400	
918520	JOGO SEQUÊNCIA LÓGICA TRANSFORMAÇÃO	UND	4,0000	R$ 20,9800	
918521	JOGO SEQUÊNCIA LÓGICA COTIDIANO	UND	2,0000	R$ 20,9800	
918522	TEATRO PARA FANTOCHES	UND	3,0000	R$ 122,7400	
918523	CONJUNTO DE TRÂNSITO	UND	3,0000	R$ 442,2300	
918524	TÚNEL LÚDICO	UND	3,0000	R$ 357,9800	
918525	KIT PEÇAS DE ENCAIXE MODELO I	UND	2,0000	R$ 779,6100	
918526	KIT PEÇAS DE ENCAIXE MODELO II	UND	2,0000	R$ 3.007,0400	
918527	TÚNEL LÚDICO.	UND	2,0000	R$ 1.778,4200	
918528	PARQUE I	UND	2,0000	R$ 19.798,5100	
918529	CASINHA DE BONECA	UND	2,0000	R$ 4.545,6100	
918530	ESCORREGADOR COM BALANÇO	UND	2,0000	R$ 1.736,5800	
918531	ESCORREGADOR PEQUENO	UND	2,0000	R$ 1.036,3200	
918532	GANGORRA 1 LUGAR	UND	4,0000	R$ 218,4500	
918533	GANGORRA 2 LUGARES	UND	3,0000	R$ 338,9100	
918534	GANGORRA 3 LUGARES	UND	3,0000	R$ 462,1800	
Valor Total: R$ 79.550,95					

BARÃO DE MELGAÇO, 19 de julho de 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO
Av. Augusto Leverger n° 1410, Centro - Barão de Melgaço - MT - CEP: 78190-000
CNPJ 03.507.563/0001-69

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA
CPF: 523.201.621-00
PREFEITA

EXTRATO DE CONTRATO N. 64/2022.

EXTRATO DE CONTRATO N. 64/2022.

CONTRATO: Nº 64/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADA: FUTURA COMERCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA

CNPJ: 68.858.539/0001-10

OBJETO:ADESÃO DE ATA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – MT - Termo de Referência Adesão Nº 024/2022 – Processo Licitatório nº 079/2022, conforme quantidades, valores, descrições e demais especificações constantes, para atender a Secretaria Municipal de Educação do Município de Barão de Melgaço/MT.

VALOR: R$ 79.550,95 (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2022.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO-DISPENSA 56-2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

REFERÊNCIA: Processo Administrativo:140/2022 | Dispensa de Licitação nº 56/2022

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE BUFFET PARA COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO – MT.**

PROPONENTE: **- ADRIANO DA SILVA TAQUES ME**

CNPJ: **37.121.958/0001-40**

VALOR: **R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

Na qualidade de Prefeita do Município de Barão de Melgaço/MT, em observância às minhas atribuições, torna público para conhecimento de todos os interessados que:

RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 56/2022, no bojo do Processo nº 140/2022, nos termos do Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021. **HOMOLOGO** os atos praticados e autorizo ao departamento contábil realizar o processamento normal da despesa oriunda deste ato em conformidade com a Lei Federal n° 4.320/64, cujo ônus correrá à conta de dotação orçamentária constante no orçamento vigente.

DESPACHO

Se for o caso, proceda-se à convocação do proponente para assinar o contrato.

Registra-se. Publique-se o necessário.

Proceda-se ao processamento normal da despesa em conformidade com a legislação pátria.

Município de Barão de Melgaço/MT, 25 de outubro de 2022.

_____

MARGARETH GONÇALVES DA SILVA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: CLEUZA APARECIDA DE SOUZA LEMES- ME (SL MERCADO), inscrita no CNPJ sob o nº **24.233.188/0001-86.**

DO OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o registro de preços com validade para 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da lei, para AQUISIÇÃO DE AUXILIO NUTRICIONAL (CESTAS BÁSICAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CODIGO	NOME	UNID. DE FORNECIMENTO	MARCA	QUANT.	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
292465	CESTA BASICA ALIMENTICIA - PCT DE 5 KG ARROZ TIPO 1; PCT DE 1KG DE FEIJAO; PCT DE 02 KG DE ACUCAR; PCT DE 500G DE MACARRAO TIPO ESPAGUETE; PCT DE 400G DE BOLACHA DE SAL; PCT DE 250G DE CAFE TORRADO; UND. DE 900ML DE OLEO; PCT DE 01 KG DE SAL REFINADO.	UNIDADE	SL	1.900,0000	101,5000	192.850,00

DO VALOR: O VALOR total da ATA DE REGISTRO a ser paga pelo CONTRATANTE é de **R$ 192.850,000** (Cento e Noventa e Dois Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais).

VIGÊNCIA: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Barra do Bugres – MT, 24 de outubro de 2022.

_____

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES/MT

MARIA AZENILDA PEREIRA

ORGÃO GERENCIADOR

_____

CLEUZA APARECIDA DE SOUZA LEMES- ME

Eduardo de Souza Lemes

FORNECEDOR REGISTRADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO 28/2022

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27/2022, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2022 DO PROCESSO LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT, a qual tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEICULOS AMBULÂNCIA TIPO FURGÃO. CONTRATADO: REAVEL VEICULOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 30.260.538/0001-04. Valor total contratado: R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais). Maiores informações poderão ser obtidas junto a comissão permanente de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 25 de outubro de 2022.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 478/2022

PORTARIA Nº 478/2022

MARIA AZENILDA PEREIRA, Prefeita Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Considerando a representação formulada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Ofício nº 980/GS/SMEC, protocolado sob o nº 5997/2022, de 10/10/2022, **DETERMINO** a instauração de Sindicância Punitiva, com fulcro no Art. 186 e 187, combinado com o Art. 258 e seguintes da Lei Complementar nº 001/2005, para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo servidor **DONIZETE DANTAS ROTEIAS**, Agente Operacional, Matricula nº 00398, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tipificadas no art.158, incisos I, II, III, V, VI, XI, XIV, XVII e art. 160, inciso XIII da Lei Complementar 001/2005.

Art. 2º - Designo os servidores abaixo relacionados, nos termos do §1º do art. 258 da Lei Complementar nº 001/2005, para compor a Comissão de Sindicância:

- TANIA FAVALESSA - Presidente

- MARIA MADALENA DA SILVA - Secretária

- MÔNICA MARIA FURLAN - Membro

Art. 3º - O referido processo deverá seguir o disposto no Capítulo IV e V, Título VI da Lei Complementar nº 001/2005, devendo ser concluído em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, se necessário, ficando seus membros dispensados do exercício de suas funções quando estiverem realizando os trabalhos pertinentes a este Processo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete da Prefeita, em 19 de outubro de 2022.

MARIA AZENILDA PEREIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº:03/2022

O Município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, através do Presidente da Comissão de Licitação, torna público a retificação do EDITAL DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO nº:03/2022. Onde-se lê: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA) PRAÇA COM ACADEMIA NO DISTRITO DO ASSARÍ, MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT, CONFORME CONVÊNIO N° 0683-2021/GOVERNO DO MATOGROSSO/SINFRA. Leia-se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01(UMA) PRAÇA COM ACADEMIA NO DISTRITO DO ASSARÍ, MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT, CONFORME CONVÊNIO N°0682-2021/SINFRA/MATO GROSSO. Maiores informações poderão ser obtidas no departamento de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Felipe F. Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, ou site www.barradobugres.mt.gov.br/sic ou 65-3361-3868.

Barra do Bugres-MT, 24 de outubro de 2022

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO RESULTADO PE 045/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 045/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 18.774/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 10/10/2022, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 045/2022, que teve como vencedora a empresa: MICROSENS S/A CNPJ Nº 78.126.950/0011-26; DI BENTO COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ Nº 14.238.297/0001-32. Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045.

Barra do Garças / MT, 25 de outubro de 2022

Danilson Pereira Brito

Pregoeiro

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO MÊS DE OUTUBRO 2022 - 2

ESTADO DO MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

MÊS DE OUTUBRO 2022 - 2

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: Contrato N° **1505/2022** Contratado: WABSTON CORADO DE SOUSA no cargo de VIGIA com valor de R$1.212,00 mensal, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com a vigência de 05/10/2022 à 31/12/2022.

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: Contrato N° **1506/2022** Contratado: THAINARA ALVES RODRIGUES no cargo de AUXILIAR DE SAUDE BUCAL com valor de R$1.260,00 mensal, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com a vigência de 05/10/2022 à 31/12/2022.

O Município de Barra do Garças/MT, torna público a celebração de contrato conforme abaixo: Contrato N° **1507/2022** Contratado: MARCOS RIBEIRO MACIEL no cargo de MOTORISTA com valor de R$1.350,00 mensal, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com a vigência de 07/10/2022 à 31/12/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 286/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 160/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 286/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **BIOLIFE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.008.165/0001-70, estabelecida na Rua João Ísper Gebrim, n° 28, Formosinha, Quadra 137, Galpao 01, em Formosa – GO, CEP 73813470, neste ato representa por sua sócia proprietária, Senhora **IVONE LIMA CRUZ,** brasileira, empresária, residente e domiciliada na Rua Comunitária, Vila Santos, em Formosa – GO, CEP 73805545, CPF nº. 278.066.691-91, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 160/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
80029	MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE PROTEÍNA HIDROLISADA A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES 100% NÃO ALERGÊNICO, NA INTRODUÇÃO PARA ALIMENTOS SÓLIDOS PARA CRIANÇAS COM ALERGIAS ALIMENTARES (ALPV, SOJA, PROTEÍNA HIDROLISADA E MÚLTIPLAS PROTEÍNAS A PARTIR DO 6 MÊS. IGUAL OU SUPERIOR A NEOSPOON 400G	LATA 400,000 GRAMA	DANONE	60,0000	201,4000	12.084,00
Total Fornecedor: R$						**12.084,0000**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega das formulas, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA BIANCA SILVEIRA BRANDAO, CPF: 620.874.791-00 – FISCAL

KAMYLA SANTOS DE ALMEIDA, CPF: 063.614.141-16 - SUPLENTE

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos objetos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 043/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 160/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 25 de outubro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: BIOLIFE BRASIL LTDA

CNPJ: 30.008.165/0001-70

Proprietária

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 285/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 160/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 285/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **NTR HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 38.178.241/0001-06, estabelecida no Trecho Sia Trecho 3 - De 625 A 1523 - Lado Ímpar, n° 985, Zona Industrial, Bloco D sala 208, em Guara – DF, CEP 71200038, neste ato representado por seu sócio proprietário, Senhor **GUSTAVO CAVALCANTE DE VASCONCELOS,** brasileiro, empresário, residente e domiciliada na Avenida Beira Mar - De 720/721 A 1069/1070, n°2180, Praia De Iracema, em Fortaleza – CE, CEP 60165120, CPF nº. 035.002.883-40, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 160/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
80018	FORMULA PADRAO PO POLIMERICA, CONTENDO COMO PERFIL PROTEICO: PROTEINA ISOLADA DE SOJA, E AINDA A PRESENCA DO SORO DO LEITE EM NO MINIMO 20% NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALORICA NA DILUICAO PADRAO, SEM FIBRAS E ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. INDICADO PARA PACIENTES EM RISCO NUTRICIONAL. LATA/POTE DE 800G. IGUAL OU SUPERIOR A NUTRISON SOYA, NUTRIENTERAL SOYA, TROPHIC BASIC.	LATA 800,000 GRAMA	PRLV INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA	1000,0000	75,0000	75.000,00
80041	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL 1,0 A 1,5 KCSL/ML. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. CONTÉM SUCRALOSE. MISTURA DE PROTEÍNAS ANIMAIS E VEGETAIS. INDICADO PARA SER CONSUMIDO POR PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS DE IDADE. QUANTO A IDR (INGESTÃO DIÁRIA RECOMENDADA) QUE TENHA COMO INGREDIENTES; MALTODEXTRINA, ÓLEO DE SOJA, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DO SORO DO LEITE, CITRATO DE SÓDIO, CLORETO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE CÁLCIO, CARBONATO DE MAGNÉSIO, CITRATO DE COLINA, CITRATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, ASCORBATO DE SÓDIO, ZINCO GLUCONATO FERROSO, ACETATO DE ALFACITOCOFERILA, BETACARO-TENO, SELENITO DE SÓDIO, FITOMENDIONA, PALMITATO DE RETINILA, NICOTINAMIDA, MOLIBDATO DE SÓDIO, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA D3, SULFATO DE MANGANES, SULFATO DE COBRE, CLORETO DE CROMO, CIANOCOBALAMINA, CLORIDRATO DE PERIDOXINA, RIBOFLAVINA, TIAMINA, IODETO DE POTÁSSIO, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA,ANTIUMECTANTE, DIÓXIDO DE SILÍCIO, EDULCORANTE ARTIFICIAL,SUCRALOSE. EMBALAGEM DE 800G. IGUAL OU SUPERIOR A THOPHIC BASIC.	LATA 800,000 GRAMA	PRLV INDUSTRIA DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA	1500,0000	69,5000	104.250,00
Total Fornecedor: R$						**179.250,0000**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega das formulas, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA BIANCA SILVEIRA BRANDAO, CPF: 620.874.791-00 – FISCAL

KAMYLA SANTOS DE ALMEIDA, CPF: 063.614.141-16 - SUPLENTE

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos objetos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 043/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 160/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 25 de outubro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: NTR HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 38.178.241/0001-06

Proprietária

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 284/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 160/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 284/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **SUPREMA COMERCIO & DISTRIBUICAO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 23.159.220/0001-68, estabelecida na Rua 2, n° 35-A, Parque Das Laranjeiras, em Formosa – GO, CEP 73805630, neste ato representado por seu sócio proprietário, Senhor **MOISES DE BRITO SOUSA,** brasileiro, empresário, residente e domiciliada na Rua 2, n° 35-A, Parque Das Laranjeiras, em Formosa – GO, CEP 73805630, CPF nº. 894.028.551-49, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo

Administrativo n°. 160/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
80014	FÓRMULA ALIMENTAR DE AMINOÁCIDOS ELEMENTAR EM PÓ, COM 100% DOS AMINOÁCIDOS LIVRES, COM PRESENÇA DE MALTODEXTRINA E ÓLEOS VEGETAIS, COM ADIÇÃO DE VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS, ISENTA LACTOSE E GLÚTEN. INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 01 ANO, LATA A PARTIR DE 400G.	LATA 400,000 GRAMA	NEOCATE LCP	50,0000	140,0000	7.000,00
Total Fornecedor: R$					**7.000,0000**	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega das formulas, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA BIANCA SILVEIRA BRANDAO, CPF: 620.874.791-00 – FISCAL

KAMYLA SANTOS DE ALMEIDA, CPF: 063.614.141-16 - SUPLENTE

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos objetos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 043/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 160/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 25 de outubro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: SUPREMA COMERCIO & DISTRIBUICAO

EIRELI

CNPJ: 23.159.220/0001-68

Proprietária

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 283/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 160/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 283/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº. 30.949.099/0001-33, estabelecida R Dona Helena, s/n, Setor Pausanes, Q. 84 L. 09, em Rio Verde – GO, CEP 75904-235, neste ato representado por seu sócio proprietário, Senhor **FERNANDO RODRIGUES DE ANDRADE,** brasileiro, empresário, residente e domiciliada na R Dona Helena, s/n, Setor Pausanes, Q. 84 L. 09, em Rio Verde – GO, CEP 75904-235**,** Carteira de Identidade nº. 309218603, CPF nº. 335.315.308-01, daqui por diante, denominada sim-

plesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 160/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
80038	FORMULA INFANTIL PARA PREMATUROS E/OU RECEM-NASCIDOS DE BAIXO PESO, COM PREDOMINANCIA DO SORO DO LEITE EM RELACAO A CASEINA, ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS, TCM, E LCPUFAS (DHA E ARA) COMPOSTO POR LACTOSE E MALTODEXTRINA COMO FONTE DE CARBOIDRATOS. SENDO FACULTATIVA A PRESENÇA DE PREBIOTICOS. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL PRÉ, PRE NAN, ENFAMIL PRE.	LATA 400,000 GRAMA	DANONE	120,0000	50,8800	6.105,60
Total Fornecedor: R$				6.105,6000		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega das formulas, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA BIANCA SILVEIRA BRANDAO, CPF: 620.874.791-00 – FISCAL

KAMYLA SANTOS DE ALMEIDA, CPF: 063.614.141-16 - SUPLENTE

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos objetos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 043/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 160/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 25 de outubro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS**

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: VIA FHARMA DO BRASIL EIRELI

CNPJ: 30.949.099/0001-33

Proprietária

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 282/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 160/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 043/2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 282/2022.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. / Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **DISBRANCO COMERCIO E DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 33.823.751/0001-67, estabelecida R Poxoreu, n°325, Alvorada, em Cuiabá – Mato Grosso, CEP 78015-285, neste ato representada por sua sócia proprietária, Senhora **ANA FLAVIA CASTRO BORBA YAMAMOTO,** brasileira, empresário, residente e domiciliada na Rua 31 De Março, n° 395, Pico Do Amor, em Cuiabá – MT, CEP 78065-050**,** Carteira de Identidade nº. 1173942-8, SSP/MT, CPF nº. 001.431.071-60, daqui por

diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 160/2022, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futura e Eventual Aquisição de Fórmulas Especiais (dietas enteral/parenteral), Sob Entregas Programadas, Para Atender o Hospital Municipal Milton Pessoa Morbeck e Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), Conforme Demanda da Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura de Barra do Garças – MT, conforme segue:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quat.	Vlr. Unitário	Total
80032	FORMULA INFANTIL EM PO PARA NUTRICAO ENTERAL OU ORAL A BASE DE PROTEINA DE SORO DE LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA OU PROTEINA DE ARROZ EXTENSAMENTE HIDROLISADA, DESTINADA A LACTENTES DE 0 A 12 MESES COM ALERGIA A SOJA OU A PROTEINA DE VACA COM QUADRO DIARREICO E/ OU MAL ABSORCAO (SINDROME DO INTESTINO CURTO E/ OUTRAS DOENCAS DISABORTIVAS).PODENDO SER COMPOSTA POR XAROPE DE GLICOSE (100%) OU A MISTURA DE MALTODEXTRINA E AMIDO; OLEOS VEGETAIS SENDO FACULTATIVA A PRESENCA DO OLEO DE PEIXE, PODENDO OU NAO CONTER GORDURA LACTEA, COM TCM, CONTENDO PREFERENCIALMENTE A PRESENCA DE DHA, ARA E NUCLEOTIDEOS. ISENTA DE LACTOSE, GALACTOSE, FRUTOSE, SACAROSE, PROTEINA DE SOJA E GLUTEN. SEM SABOR. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A PREGOMIN PEPTI E ALFARRE, PREGESTIMIL E NOVAMIL RICE	LATA 400,000 GRAMA	DANONE PREGOMIN PEPTI	2500,0000	169,7000	424.250,00
80033	FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES COM ALERGIA AO LEITE DE VACA COM LACTOSE, CONTENDO LACTOSE E MALTODEXTRINA COMO FONTE DE CARBOIDRATO, PROTEINA 100% DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLISADA (PEPTIDEOS E AMINOACIDOS) , CONTENDO COMO FONTE LIPIDICA: GORDURA VEGETAL PODENDO CONTER OU NAO GORDURA LACTEA E OLEO DE PEIXE. ADICAO DE LCPUFAS (DHA E ARA), SENDO FACULTATIVA A PRESENCA DE PREBIOTICOS NA SUA COMPOSICAO. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL PEPTI.	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL PEPTI	90,0000	74,8000	6.732,00
80034	FORMULA INFANTIL DE PARTIDA PARA LACTENTES SAUDAVEIS DE 0 A 6 MESES. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PODENDO CONTER ADICAO DE PREBIOTICOS. ISENTA DE SACAROSE E GLUTEN, COM PREDOMINANCIA DA PROTEINA DO SORO DO LEITE EM RELACAO A CASEINA, OU SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA, PODENDO CONTER ATE 100% DE LACTOSE COMO FONTE DE CARBOIDRATO, CONTENDO COM MAIOR PREVALÊNCIA A GORDURA VEGETAL COMO FONTE LIPIDICA PODENDO, COM ADIÇÃO DE LCPUFAS (DHA E ARA). SENDO FACULTATIVA A PRESENÇA DE PREBIÓTICOS NA SUA COMPOSIÇÃO. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL 1, ENFAMIL PREMIUM 1, NAN SUPREME 1, APTAMIL PROFUTURA 1.	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL PREMIUM 1	100,0000	34,6000	3.460,00
80035	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES SAUDÁVEIS DE 6 A 12 MESES. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, PODENDO CONTER ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS. ISENTA DE SACAROSE E GLÚTEN, COM ADIÇÃO DE LCPUFAS (DHA E ARA), COMO BOA RELAÇÃO PROTEICA SORO DO LEITE/CASEÍNA, OU SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA, COM PREVALÊNCIA E/OU EXCLUSIVIDADE DE LACTOSE COMO FONTE DE CARBOIDRATO, SENDO A FONTE LIPÍDICA A BASE DE GORDURA VEGETAL PODENDO CONTER GORDURA LÁCTEA E ÓLEO DE PEIXE. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL 2, ENFAMIL PREMIUM 2, NAN COMFOR 2, NAN SUPREME 2, APTAMIL PROFUTURA 2.	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL PREMIUM 2	120,0000	35,9000	4.308,00
80036	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO, INDICADA PARA O TRATAMENTO DE CASOS DE INTOLERÂNCIA A LACTOSE, GALACTOSEMIA, ALV (ALERGIA AO LEITE DE VACA) OU OPÇÃO FAMILIAR, PROTEÍNAS 100% VEGETAL A BASE DE ISOLADO PROTEICO DE SOJA, PREFERENCIALMENTE ISENTA DE SACAROSE, COM MALTODEXTRINA, GORDURA VEGETAL, SUPLEMENTADA COM VITAMINA C, TAURINA, L CARNITINA, VITAMINAS MINERAIS, FERRO E OLIGOELEMENTOS. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL SOJA, NAN SOY.	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL SOJA	100,0000	45,0000	4.500,00
80037	FÓRMULA INFANTIL ANTI REGURGITANTE CONTENDO CASEÍNA E PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE. PRESENÇA DE AGENTE ESPESSANTE PODENDO SER A GOMA DE JATAÍ OU AMIDO PRÉ GELATINIZADO OU AINDA GOMA DE JATAÍ ACRESCIDA DE AMIDO DE TAPIOCA. ENRIQUECIDA COM FERRO E VITAMINAS. QUE APRESENTE PREDOMINÂNCIA DE LACTOSE OU A MALTODEXTRINA EM SUA COMPOSIÇÃO COMO FONTE DE CARBOIDRATO. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL AR,NAN AR, ENFAMIL AR, NOVAMIL AR	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL AR	100,0000	40,8000	4.080,00
80039	FÓRMULA INFANTIL INDICADA PARA TRATAMENTO DA INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU RESTRIÇÃO À LACTOSE. CONTENDO COMO FONTE DE CARBOIDRATO EXCLUSIVAMENTE A PRESENÇA DE MALTODEX-TRINA, COMO FONTE LIPÍDICA A PRESENÇA DE GORDURAS DE ORIGEM VEGETAL PODENDO OU NÃO CONTER GORDURA LÁCTEA E ÓLEO DE PEIXE, PRESENÇA DE LCPUFAS (DHA E ARA), VITAMINAS E MINERAIS ISENTA DE GLÚTEN E SACAROSE. LATA DE 400G. IGUAL OU SUPERIOR A APTAMIL SL, NAN SL, ENFAMIL OLAC	LATA 400,000 GRAMA	DANONE APTAMIL SL	120,0000	57,5000	6.900,00
TOTAL FORNECEDOR: R$				**454.230,0000**		

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.2 - O prazo para a entrega das formulas, objeto desta licitação é de até **07 (sete)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 4.601/2021.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

- Designar os Servidores abaixo relacionados como Fiscal e Suplente desta Ata de Registro de Preços, devendo acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente, com rigorosa observância:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA BIANCA SILVEIRA BRANDAO, CPF: 620.874.791-00 – FISCAL

KAMYLA SANTOS DE ALMEIDA, CPF: 063.614.141-16 - SUPLENTE

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos objetos licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos objetos especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 043/2022 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 160/2022.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 25 de outubro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: DISBRANCO COMERCIO E DISTRIBUICAO

DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 33.823.751/0001-67

Proprietária

EXTRATO DE CONTRATO Nº 268/2022 -TOMADA DE PREÇO 011/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 268/2022

PROCESSO Nº. 173/2022

TOMADA DE PREÇO N°. 011/2022

CONTRATO Nº. 268/2022

CONTRATANTE: Município de Barra do Garças/MT;

CNPJ: 03.439.239/0001-50;

CONTRATADA: Helmar de Barros Cacciari Eireli

CNPJ: 10.439.870/0001-15

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VISANDO A **CONSTRUÇÃO DE PONTE COM ESTRUTURA MISTA (CONCRETO ARMADO E METÁLICA) DE 12,60 M X 5,00 M (63,00 M²) SOBRE O CÓRREGO TABA AZUL, NA ESTRADA VICINAL DE ACESSO AO CONFINAMENTO NO DISTRITO DE INDIANÓPOLIS,** CONFORME ANEXOS DO EDITAL E PLANILHAS DE ENGENHARIA.

VALOR: R$ 512.155,20 (quinhentos e doze mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: 24/10/2022 até 22/04/2023

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 048/2022

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 048/2022

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, designado pela Portaria nº. 18.774/2022; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 24/10/2022, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 048/2022, que teve como vencedora as empresas: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA CNPJ: 05.870.717/0001-08, GO ATACADISTA LTDA CNPJ: 44.060.520/0001-65, OLMIR IORIS E CIA LTDA CNPJ: 70.429.956/0001-99, GSE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 47.358.557/0001-62, ARGOS LTDA CNPJ: 42.262.411/0001-03, L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA CNPJ: 22.328.534/0001-84, MR TECH INFORMATICA LTDA CNPJ: 48.000.136/0001-28, MUNDIAL PRESTADORA DE SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI CNPJ: 34.837.660/0001-43.

Barra do Garças / MT, 25 de outubro de 2022

Marcelo dos Santos Lopes

Pregoeiro Substituto

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 051/2022/PMBG-MT

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 051/2022/PMBG-MT

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº. 18.774/2022, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto Municipal nº.4.601/2021, Decreto Federal nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na higienização cadastral dos dados dos contribuintes, constantes nas bases de dados da Secretaria Municipal de Finanças ou nos processos físicos e eletrônicos da dívida ativa do município e gerenciamento técnico dos dados e processos da dívida ativa, consolidando a base de dados da Prefeitura Municipal de Barra do Garças.

DATA: 11/11/2022.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br/

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Garças- MT, no horário das 07h00min às 1h00min e das 13h00min às 17h00min horas, no site da prefeitura, https://www.barradogarcas.mt.gov.br/, no https://licitanet.com.br/e através do e-mail: licitacaobarradogarcas@gmail.com;

Barra do Garças-MT, 25 de outubro de 2022.

Danilson Pereira Brito – Pregoeiro

AVISO CREDENCIAMENTO 010/2022

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 010/2022.

OBJETO: Credenciamento de empresas especializadas para a contratação de serviços técnicos de Engenharia, Arquitetura, Agronomia

e Geologia nas atividades de: Avaliação de Imóveis e Outros Bens e Atividades Correlatas; Análise de Projeto Habitacional, Comercial, Institucional ou Industrial; Elaboração, Análise ou Consultoria de Projeto Habitacional, Comercial, Institucional ou Industrial e Orçamento; Análise e Consultoria de Estudo, Projeto e Aquisição de Máquina e Equipamento de Saneamento; Análise e Consultoria de Estudo, Projeto, Aquisição de Máquina, Equipamento e Insumo de Infraestrutura Urbana ou Rural e Meio-Ambiente; Edificação as Secretarias adstrita à Prefeitura De Barra Do Garças-MT.

DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: a partir do dia 27 de Outubro de 2022, a partir das 08:00 às 17:00 (horário de Brasília), sendo que o processo permanecerá em aberto até o dia 28 de Novembro de 2022.

O edital completo e demais informações poderão ser obtidas pelo no e-mail:credenciamento@barradogarcas.mt.gov.br, pelo site: www.barradogarcas.mt.gov.br ou no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402-2000 – Ramal – 2045/2052.

Barra do Garças/MT, 25 de Outubro de 2022.

Marcos da Silva

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT.

CONTRATADA: LEO MOVEIS PLANEJADOS E ESTOFADOS

VALOR GLOBAL: 19.120,00 (Dezenove mil cento e vinte reais);

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a**Contratação de empresa para Realização de Reforma com restauração dos bancos e fabricação de tampos estofados para o refeitório da Escola Municipal Santa Marta.**

VIGENCIA: até 25/01/2023.

Bom Jesus do Araguaia – MT, em 25 de Outubro de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 18/2022

MODALIDADE: DISPENSA Nº 018/2022

PROCESSO: Nº 107/2022

OBJETO: Contratação de empresa para Realização de Reforma com restauração dos bancos e fabricação de tampos estofados para o refeitório da Escola Municipal Santa Marta, conforme TR.

O Senhor **MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das suas atribuições que lhe são inerentes, respeitados os princípios legais correlatos, profere o seguinte ato de **HOMOLOGAÇÃO**.

I – O certame solicitado pela Secretária de Educação e aberto pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia /MT, quanto aos praticados, verificou-se que foram realizados em conformidade com a Lei nº 14.133/21, conhecendo-se como legais, legítimos e válidos.

II - Quanto à convivência do processo Licitatório, constatou-se que os recursos para cobertura das despesas oriundas da presente licitação estão consignados no Orçamento do Município.

III - Diante do exposto, observando-se as formalidades para efeito de adjudicação, considerando os atos do certame como válidos e convenientes ao interesse público, **HOMOLOGO** o **Processo Licitatório nº. 107/2022, Dispensa nº. 018/2022**, que tem por objetivo: **Contratação de empresa para Realização de Reforma com restauração dos bancos e fabricação de tampos estofados para o refeitório da Escola Municipal Santa Marta, conforme TR**, em nome da vencedora abaixo discriminada:

IV - Favorecida: **LEO MOVEIS PLANEJADOS E ESTOFADOS**, inscrita no CNPJ: 24.542.856/0001-57; no valor Global de R$: **19.120,00 (Dezenove mil cento e vinte reais)**. Para que a justificativa nela proferida produza os efeitos jurídicos e legais.

Dê-se ciência ao interessado, observando as prescrições legais .

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia-MT, 25 de Outubro de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2022

OBJETO: Contratação de empresa para Realização de Reforma com restauração dos bancos e fabricação de tampos estofados para o refeitório da Escola Municipal Santa Marta, conforme TR, e documentos anexos.

FAVORECIDA: LEO MOVEIS PLANEJADOS E ESTOFADOS

VALOR GLOBAL: R$ 19.120,00 (Dezenove mil cento e vinte reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 75 inciso II da Lei n.º 14.133/21.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Dispensa de Licitação n. º 018/2022.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo nº 107/2022 Dispensa n° 18/2022, nos termos do artigo 75 inciso II da Lei n° 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia-MT, 25 de Outubro de 2022.

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2022

MODO DE DISPUTA ABERTO

PROCESSO Nº 108/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00min (Brasília) do dia 08 de novembro de 2022**, pelo site www.licitanet.com.br , conforme descrito no edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93 e 10.024/19.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ASFÁLTICOS.

LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	
Dias	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários	Das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 **(HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)**
Local	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, situada à AV. Marco Aurélio Fullin, s/n, Centro – Bom Jesus do Araguaia – MT (Sala de Licitações).
e-mail	bjalicitacao@gmail.com
RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET **Retire o Edital acessando a página www.licitanet.com.br**	

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 25 de outubro de 2022.

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2022. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00min (Brasília) do dia 09 de novembro de 2022**, pelo site **www.licitanet.com.br**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS de no mínimo 22 lugares PARA TRANSPORTE DE PACIENTES. Bom Jesus do Araguaia - MT, 25 de outubro de 2022. WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA - Pregoeiro Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 – SRP

RETIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022 – SRP

Onde leia se

"que fará realizar no **dia 14/11/2022 as 09:00h (Horário de Brasília**),"

Ler se - a

"que fará realizar no **dia 16/11/2022 as 09:00h (Horário de Brasília**),"

Brasnorte – MT, 25 de outubro de 2022.

DAVID EDUARDO CAERON MAGRINI, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES DECRETO Nº.801 DE 25/10/2022. ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 3.107/2022.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R$200.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

1294 27.812.1009.1059.0000CONSTRUCAO DO CENTRO DE INICIACAO AO ESPORTE 200.000,00 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 2711.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit

financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 25 de outubro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES - OUTUBRO 2022

A Presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo decreto Nº. 144 30 de março de 2020, e pelo Decreto Nº.253 de 07 de maio de 2020.

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto n° 144 de 30 de março de 2020.

Torna pública a pauta de julgamento de processos do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá por videoconferência, conforme calendário abaixo:

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
03/10/2022 17:30	https://meet.google.com/fvi-sqas-qtx

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
19084/2021	Reginaldo Bicudo Junior (Panvet)	Nycollas Fernandes de Almeida
9096/2020	Centro de Tratamento do Rim	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
05/10/2022 17:30	https://meet.google.com/mdn-wkkf-iqo

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
9968/2022	Escritório Contábil Lex	Gustavo Calábria Rondon
16247/2022	Suzana Garcia A. Nunes	Jovanil de Campos

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
10/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/weo-vhca-xaa

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
1689/2021	IFMT-Campus Cáceres	Miriele Garcia de Lima
13145/2022	Disk Certo	Antônio Carlos Leite

ATA E HORA	LINK DE ACESSO
13/10/2022 – 17:30	https://meet.google.com/htr-cpsa-fvp

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
8597/2022	Lucélia da Costa Sonaque	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15319/2022	Yoshi Assessoria e Contabilidade	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
17/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/wvf-trjc-ukf

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
12600/2021	Consuelo Jorge da Cunha	Jovanil de Campos
13792/2022	Fundação Médica Souza Pinto Alvarez	Gustavo Calábria Rondon

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
20/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/smq-mdeo-fjr

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
7461/2022	Ricardo Prina	Eliana da Silva Carvalho Duarte
2128/2022	Soelene de Fátima O. Loureiro	Nycollas Fernandes de Almeida

DATA E HORA	LINK DE ACESSO
24/10/2022– 17:30	https://meet.google.com/dok-rgrs-jip

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR

15293/2022	Paulo André da Cruz Nunes	Antônio Carlos Leite
9637/2021	Adriano Silva Euzébio	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA		LINK DE ACESSO
27/10/2022– 17:30		https://meet.google.com/sdd-krnx-wjh
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIRO RELATOR**
16661/2019	Auto Escola Mendes	Antônio Carlos leite/vistas Gustavo Calábria Rondon
18778/2020	Marluce Pinheiro Lima	Miriele Garcia de Lima

DATA E HORA		LINK DE ACESSO
31/10/2022 – 17:30		https://meet.google.com/sdd-krnx-wjh
PROCESSO	**REQUERENTE**	**CONSELHEIR RELATOR**
111197/2022	Maria de Lourdes Faria Blomer	Antônio Carlos leite /vistas Gustavo Calábria Rondon
Distribuição de pauta do mês de novembro		

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minuto para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 30 de Setembro de 2022.

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00008, de 24 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
FERNANDO ANTONIO BERNARDES	237.533.749-20	9047/00195/2022
BENEDITO DE CAMPOS SANTOS	078.451.621-91	9047/00230/2022
JULIANO RODRIGUES DA SILVA	128.692.361-15	9047/00232/2022
LAURA GARCIA SALES	630.746.561-15	9047/00251/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 24/10/2022

Data de desafixação: 08/11/2022

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
ERRATA N° 041/2022 – SME

A Secretaria Municipal de Educação no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2. 258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, torna pública e oficializa presente "ERRATA"**. DO TERMO ADITIVO N° 03-2022 DO CONTRATO N° 343-2022 DE ICELLI ROSA DOS SANTOS.** Onde se corrige a justifivativa do termo.

ONDE SE LÊ:

Considerando que a mesma encontra-se em substituição a Professora Rosineide Luiz, conforme Memorando N° 33.654/2022, justifica-se o presente Termo Aditivo**.**

LEIA-SE:

Considerando que a prorrogação da mesma é em vaga livre e seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal.

Cáceres, 20 de Outubro de 2022.

_____

Fransergio Rojas Piovesan

Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PORTARIA Nº 784 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 21.158, de 08 de junho de 2022;

RESOLVE:

Art. 1 – Prorrogar o prazo estabelecido no art. 7º da Portaria nº 353, de 17 de junho de 2022, que compôs a Comissão Especial Certificadora, responsável pela realização do processo de certificação dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e dos Agentes de Combate à Endemias – ACE, para mais 60 (sessenta) dias, desde o dia 16 de agosto de 2022, para finalização dos trabalhos da Comissão.

Art. 2º - Incluira senhora**Andréia do Nascimento Jatobá** como membro na Comissão Especial Certificadora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 24 de outubro de 2022.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022 PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2022

Para atendimento das condições previstas no instrumento convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como ao Decreto Municipal nº 180, de 28 de março de 2022, o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal torna público os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, DE CÁCERES/MT**, conforme detalhado no item 1.2 do Termo de Referência (anexo I).

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/Unidade	Funcional-Programática	Natureza de Despesas	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013.1040	4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	500 –Recursos Próprios

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO MENCIONADAS:

EMPRESA	**ARGOS LTDA**
CNPJ	42.262.411/0001-03
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Dr. Fritz Mueller, n°744, Bairro do Salto, - Blumenau/SC - CEP: 89.031-620
REPRESENTANTE LEGAL	**Jonathan Pereira** CPF: 074.899.669-90 RG: 5.901.185
CONTATO (TELEFONE)	(47) 3057-3930
ENDEREÇO ELETRÔNICO	propostas@portaldasatas.com.br; atas@portaldasatas.com.br; empenhos@portaldasatas.com.br
LOTES	01,04,05,06,07,14,15,16,24,25,30,31 e 35.

EMPRESA	**HD3 COMERCIAL TECNICA EIRELI**
CNPJ	34.822.903/0001-70
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Dona Mariquinha, n°605, Qd.22, Lt.17, Setor Negrão de Lima – Goiânia/GO, CEP: 74.650-130
REPRESENTANTE LEGAL	**Karolynne Sales Vieira** CPF: 031.684.621-01 RG: 4828044/DGPC-GO
CONTATO (TELEFONE)	(62) 9 9869-7606
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacaohd3@gmail.com
LOTES	02,03,08,09,10,11,12,32 e 33.

EMPRESA	**KSB BRASIL LTDA**
CNPJ	60.680.873/0001-14
ENDEREÇO COMPLETO	Rua José Rabello Portella, n° 638, Jardim Maria de Fátima – Várzea Paulista/SP, CEP: 13.220-540
REPRESENTANTE LEGAL	**Udson Alves Barreto** CPF: 033.170.068-97 RG: 13.146.550-8
CONTATO (TELEFONE)	(11) 4596-8706 ou (11) 97211-9816
ENDEREÇO ELETRÔNICO	divisaoagua@ksb.com
LOTES	13

EMPRESA	**TAS BOMBAS E SERVIÇOS EIRELI**
CNPJ	30.373.426/0001-51
ENDEREÇO COMPLETO	Rua 16, n° 621, Quadra 53, Lt. 03, Jardim Santo Antônio – Goiânia/GO, CEP: 74.853-290
REPRESENTANTE LEGAL	**Thalita Alves da Silva** CPF: 004.144.931-25 RG: 4320575 SSP/GO
CONTATO (TELEFONE)	(62)99833-2605 ou (62)3213-2639
ENDEREÇO ELETRÔNICO	tasbombas@gmail.com
LOTES	26

DETALHAMENTO DO OBJETO REGISTRADO:

FORNECEDOR: ARGOS LTDA							
ITEM	**CÓD TCE**	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	00015724	01	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL, MOTOR ELÉTRICO, ACOPLAMENTO E BASE COMPLETA; POTÊNCIA 40CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 330M³/H COM 28 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 6" POL., DIÂMETRO DE RECALQUE 5" POL.; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1750RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60HZ, TENSÃO 220/380V.	Thebe/ 125-315	R$43. 595,00	R$43. 595,00
04	00015726	03	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MONOBOLOCO, ACOPLADO AO MOTOR ELÉTRICO; POTÊNCIA 15CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 50M³/H COM 60 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 4" POL, DIÂMETRO DE RECALQUE 2.1/2" POL.; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 3500RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60Hz, TENSÃO 220/380V	Thebe/ TH 40-160	R$16. 795,00	R$50. 385,00
05	371252-4	01	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL (MOTOR E BOMBA ACOPLADO). CARACTERÍSTICAS: EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRAFLANGES; MOTOR TRIFÁSICO 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220/380/440V, POTÊNCIA 5CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 20 M³/H COM 24 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 150 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 100 MM; VELOCIDADE 3500RPM	Thebe/ THSI-18	R$6. 285,00	R$6. 285,00
06	408744-5	01	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL (MOTOR E BOMBA ACOPLADO). CARACTERÍSTICAS: EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRAFLANGES; MOTOR TRIFÁSICO 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220/380/440V, POTÊNCIA 10CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 48 M³/H COM 23 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 150 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 150 MM; ROTAÇÃO 3500RPM	Thebe/ THBLOC 50/125	R$14. 610,00	R$14. 610,00

07	421362-9	04	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL (MOTOR E BOMBA ACOPLADO). CARACTERÍSTICAS: EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRAFLANGES; MOTOR TRIFÁSICO 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220/380/440V, POTÊNCIA 4CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 20 M³/H COM 35 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 150 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 150 MM; VELOCIDADE 3500RPM.	Thebe/ GS32/ 125.1	R$5. 490,00	R$21. 960,00
14	308074-9	02	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO DOSADORA, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL (MOTOR E BOMBA ACOPLADO), CARACTERÍSTICAS: EQUIPAMENTO SAÍDAS ROSCÁVEIS; MOTOR BIFÁSICA 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 127/220V, POTÊNCIA 1CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 8,44 M³/H COM 21 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 1.1/2” POL., DIÂMETRO DE RECALQUE 1” POL.; ROTAÇÃO 3500RPM.	Thebe/ TH-16 1cv MONOF.	R$1. 732,46	R$3. 464,92
15	00029650	03	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO DOSADORA, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL (MOTOR E BOMBA ACOPLADO), CARACTERÍSTICAS: EQUIPAMENTO SAÍDAS ROSCÁVEIS; MOTOR BIFÁSICA 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 127/220V, POTÊNCIA 3/4CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 6 M³/H COM 12 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 60 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 1” POL.; ROTAÇÃO 3500RPM.	Thebe/ TH-16 0,75cv MONOF.	R$1. 651,00	R$4. 953,00
16	00011124	02	Und.	CONJUNTO BOMBA SUBMERSA COM CORPO DE VÁLVULA EM AÇO INOX E DISCO DE VÁLVULA EM AÇO INOX, EIXO E ROTOR DO BOMBEADOR EM TECNOPOLÍMERO OU AÇO INOX, PARA POÇO PROFUNDO TUBULAR COM DIÂMETRO INTERNO DE 6”, BOCAL DE SAÍDA 2” COM ROSCA BSP, ROTOR DA BOMBA TIPO RADIAL, VAZÃO DE 18M³/H, ALTURA MANOMÉTRICA 120MCA (TOLERÂNCIA +/- 5%), CARCAÇA DO MOTOR EM AÇO CARBONO, GRAU DE PROTEÇÃO IP68, CLASSE DE ISOLAÇÃO Y, CATEGORIA N, MOTOR ELÉTRICO LUBRIFICADO A ÁGUA, TENSÃO TRIFÁSICA 220V, POTÊNCIA NOMINAL 12,5CV, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 60HZ.	Leão/ R20A-116 00	R$14. 044,38	R$28. 088,76
24	417768-1	03	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL PARA RECALQUE DE ESGOTO (MOTOR E BOMBA ACOPLADO). CARACTERÍSTICAS: ROTOR DO TIPO SEMIABERTO OU ABERTO; EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRAFLANGES; MOTOR BIFÁSICA 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220V, POTÊNCIA 3CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 22 M³/H COM 18 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 2” POL., DIÂMETRO DE RECALQUE 2” POL.; ROTAÇÃO 3500RPM.	Thebe/ RL-14S 3cv	R$3. 322,42	R$9. 967,26
25	117071-6	04	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MONOBLOCO, MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL PARA RECALQUE DE ESGOTO (MOTOR E BOMBA ACOPLADO). CARACTERÍSTICAS: ROTOR DO TIPO SEMIABERTO OU ABERTO; EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRAFLANGES; MOTOR BIFÁSICA 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220V, POTÊNCIA 7.5CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55. VAZÃO DE OPERAÇÃO 29 M³/H COM 26 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 85 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 100 MM; ROTAÇÃO 3500RPM.	Thebe/ RL-16 7,5cv	R$9. 689,63	R$38. 758,52
30	00070059	03	Und	MOTOBOMBA DE MOTOR DE PARTIDA MANUAL A GASOLINA AUTOESCORVANTE, ROTOR SEMI ABERTO. KIT COMPLETO (MOTOR E BOMBA) DE 8.5CV DE POTÊNCIA,60 HZ, VELOCIDADE DE 3600RPM. SUCÇÃO MÁXIMA 7M; VAZÃO DE OPERAÇÃO 96M³/H COM 15MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 4”; DIÂMETRO DE RECALQUE 4”	Branco/ B4T 700L	R$13. 104,15	R$39. 312,45
31	00070000	03	Und	MOTOBOMBA DE MOTOR DE PARTIDA MANUAL A GASOLINA AUTOESCORVANTE, ROTOR SEMI ABERTO. KIT COMPLETO (MOTOR E BOMBA) DE 5.5CV DE POTÊNCIA, 60 HZ, VELOCIDADE DE 3600RPM. SUCÇÃO MÁXIMA 7M; VAZÃO DE OPERAÇÃO 60M³/H COM 15MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 3”; DIÂMETRO DE RECALQUE 3”	Branco/ B4T 700L	R$9. 491,91	R$28. 475,73
35	00070003	01	Und	BOMBA AUTOESCORVANTE, ROTOR SEMI ABERTO. KIT COMPLETO (MOTOR E BOMBA) DE 4CV DE POTÊNCIA, 60 HZ, VELOCIDADE DE 3500 RPM. VAZÃO DE OPERAÇÃO 20 M³/H; TRIFÁSICA EM 220V 60hz, ALTURA MANOMÉTRICA 15 MCA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO DE 3”; DIÂMETRO DE RECALQUE 4”; ROTOR EM FERRO FUNDIDO. GRAU DE PROTEÇÃO IP55. UTILIZADA PARA BOMBEAMENTO DE ESGOTO BRUTO	Thebe/ AE-3 4CV	R$6. 852,06	R$6. 852,06
TOTAL FORNECEDOR: R$ 296.707,70							

FORNECEDOR: HD3 COMERCIAL TECNICA EIRELI							
ITEM	**CÓD TCE**	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
02	00070001	02	Und	MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO CONTENDO: BOMBA MANCAL; POTÊNCIA 40CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 80M³/H COM 80 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 100 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 80 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1780RPM.	KSB ETA 80-40/2 GG	R$14. 295,00	R$28. 590,00
03	00015725	03	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MONOBOLOCO, ACOPLADO AO MOTOR ELÉTRICO; POTÊNCIA 25CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 60M³/H COM 50 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 4” POL., DIÂMETRO DE RECALQUE 2.1/2” POL.; GRAU DE DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1750RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60Hz, TENSÃO 220/380V	KSB MGB 100-065-315 GG 25CV TRIF	R$27. 276,40	R$81. 829,20
08	00025858	01	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL, MOTOR ELÉTRICO, ACOPLAMENTO E BASE COMPLETA; POTÊNCIA 150CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 1150M³/H COM 25 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 250 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1785RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60Hz, TENSÃO 220/380V.	KSB CJ MGN 300-250-315 150CV TRIF	R$135. 130,00	R$135. 130,00
09	371208-7	02	Und	MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL E ACOPLAMENTO; POTÊNCIA 150CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 1150M³/H COM 25 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 250 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1785RPM.	KSB MGN 300-250-315	R$60. 984,45	R$121. 968,90
10	00015722	01	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL, MOTOR ELÉTRICO, ACOPLAMENTO E BASE COMPLETA; POTÊNCIA 125CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 550M³/H COM 25 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 250 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1785RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60Hz, TENSÃO 220/380/440V.	KSB CJ MGN 200-150-125	R$116. 915,60	R$116. 915,60
11	00070064	02	Und	MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL E ACOPLAMENTO; POTÊNCIA 125CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 550M³/H COM 25 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 250 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1785RPM.	KSB MGN 200-150-250	R$22. 884,35	R$45. 768,70
12	00070065	02	Und	MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL E ACOPLAMENTO; POTÊNCIA 125CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 910M³/H COM 24 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 250 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 1785RPM.	KSB MGN 250-315	R$60. 996,83	R$121. 993,66
32	00070066	02	Und.	BOMBA MANCAL HORIZONTAL – BOMBA MANCAL, CONTENDO: BOMBA MANCAL; KIT CONTRAFLANGE. BOMBA CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL. CARACTERÍSTICAS: APLICAÇÃO EM SISTEMA DE PRESSURIZAÇÃO; FLUÍDO DE BOMBEA-	KSB	R$21. 000,00	R$42. 000,00

				MENTO ÁGUA LIMPA; EQUIPAMENTO FLANGEADO. VAZÃO 170M3/H, ALTURA MANOMÉTRICA 42MCA. EQUIPAMENTO SERÁ FUNCIONADO POR UM MOTOR TRIFÁSICO 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220/380V, POTÊNCIA 40CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55.	CJ MGN 125-080-160 40CV TRIF		
33	00059280	02	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA HORIZONTAL – MOTOBOMBA MONOBLOCO, COMPLETO (MOTOR E BOMBA ACOPLADO) CENTRÍFUGA MONOESTÁGIO DE EIXO HORIZONTAL. CARACTERÍSTICAS: APLICAÇÃO EM SISTEMA DE PRESSURIZAÇÃO; FLUÍDO DE BOMBEAMENTO ÁGUA LIMPA; EQUIPAMENTO FLANGEADO, DEVE INCLUIR KIT CONTRA-FLANGES; MOTOR TRIFÁSICO 60HZ, TENSÃO DE FUNCIONAMENTO 220/380V, POTÊNCIA 25CV; GRAU DE PROTEÇÃO IP55; VAZÃO 130 M3/H, ALTURA MANOMÉTRICA 40 MCA.	KSB MGB 100-065-160 25CV	R$21.995,00	R$43.990,00
TOTAL FORNECEDOR: R$ 738.186,06							

FORNECEDOR: KSB BRASIL LTDA							
ITEM	**CÓD TCE**	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
13	00015723	02	Und	CONJUNTO MOTOBOMBA CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL. CONJUNTO COMPLETO CONTENDO: BOMBA MANCAL, MOTOR ELÉTRICO, ACOPLAMENTO E BASE COMPLETA; POTÊNCIA 50CV; KIT CONTRAFLANGE; KIT (PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS. VAZÃO DE OPERAÇÃO 250M³/H COM 27 MCA; ROTOR FECHADO; VEDAÇÃO EM GAXETA; DIÂMETRO DE SUCÇÃO 300 MM, DIÂMETRO DE RECALQUE 200 MM; GRAU DE PROTEÇÃO IP55, ROTAÇÃO 3570RPM; MOTOR TRIFÁSICO, 60Hz, TENSÃO 220/380V.	KSB MEGANORM 200-150-250	R$41.429,00	R$82.858,00
TOTAL FORNECEDOR: R$ 82.858,00							

FORNECEDOR: TAS BOMBAS E SERVIÇOS EIRELI							
ITEM	**CÓD TCE**	**QNT**	**UND**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
26	00029647	02	Und	AERADOR SPIDERJET, MODELO 206 POTÊNCIA UNITÁRIA 20HP, 6 POLOS (BAIXA ROTAÇÃO) FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL ISI304, POSSUI MOTOR BOBINADO TENSÃO TRIFÁSICA 220/380V. FATOR DE SERVIÇO 1:2 SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE OXIGÊNIO TURBO ASPIRA ATÉ 1,3 KG/KWH, AERAÇÃO CONSTITUÍDA DE OITO SAÍDA DN 2", BASE DE APOIO DO AERADOR ESTRUTURADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	HIDROSUL SPJ206 50.05.0018/ HC1600X	R$126.400,00	R$126.400,00
TOTAL FORNECEDOR: R$ 126.400,00							

VALOR GLOBAL DA ATA: R$1.244.151,76 (Um milhão, duzentos e quarenta quatro mil, cento e cinquenta um reais e setenta e seis centavos)

Cáceres-MT, 25 de outubro de 2022.

_____

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 72/2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR POR ITEM

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material hidráulico e elétrico, visando atender as Secretarias de Saúde, Infraestrutura e Logística e Educação, Fazenda, Esporte, Cultura e Turismo, Assistência Social, Administração, Planejamento, Assuntos Estratégicos e Agricultura da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Realização: 10 de novembro de 2022 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 25 de outubro de 2022.

IGOR DE SOUZA OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 384/2022

AUTARQUIA ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 13/2022-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 053/2021 – 1Doc.

Interessada: Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL, DE CÁCERES/MT, conforme detalhado no item 1.2 do Termo de Referência (anexo I).

EMPRESAS VENCEDORAS:

EMPRESA	**ARGOS LTDA**
CNPJ	42.262.411/0001-03
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Dr. Fritz Mueller, n°744, Bairro do Salto, - Blumenau/SC - CEP: 89.031-620
REPRESENTANTE LEGAL	**Jonathan Pereira** CPF: 074.899.669-90 RG: 5.901.185
CONTATO (TELEFONE)	(47) 3057-3930
ENDEREÇO ELETRÔNICO	propostas@portaldasatas.com.br; atas@portaldasatas.com.br; empenhos@portaldasatas.com.br
LOTES	01,04,05,06,07,14,15,16,24,25,30,31 e 35.

EMPRESA	**HD3 COMERCIAL TECNICA EIRELI**
CNPJ	34.822.903/0001-70
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Dona Mariquinha, n°605, Qd.22, Lt.17, Setor Negrão de Lima – Goiânia/GO, CEP: 74.650-130
REPRESENTANTE LEGAL	**Karolynne Sales Vieira** CPF: 031.684.621-01 RG: 4828044/DGPC-GO
CONTATO (TELEFONE)	(62) 9 9869-7606
ENDEREÇO ELETRÔNICO	licitacaohd3@gmail.com
LOTES	02,03,08,09,10,11,12,32 e 33.

EMPRESA	**KSB BRASIL LTDA**
CNPJ	60.680.873/0001-14

ENDEREÇO COMPLETO	Rua José Rabello Portella, n° 638, Jardim Maria de Fátima – Várzea Paulista/SP, CEP: 13.220-540
REPRESENTANTE LEGAL	**Udson Alves Barreto** CPF: 033.170.068-97 RG: 13.146.550-8
CONTATO (TELEFONE)	(11) 4596-8706 ou (11) 97211-9816
ENDEREÇO ELETRÔNICO	divisaoagua@ksb.com
LOTES	13

EMPRESA	**TAS BOMBAS E SERVIÇOS EIRELI**
CNPJ	30.373.426/0001-51
ENDEREÇO COMPLETO	Rua 16, n° 621, Quadra 53, Lt. 03, Jardim Santo Antônio – Goiânia/GO, CEP: 74.853-290
REPRESENTANTE LEGAL	**Thalita Alves da Silva** CPF: 004.144.931-25 RG: 4320575 SSP/GO
CONTATO (TELEFONE)	(62)99833-2605 ou (62)3213-2639
ENDEREÇO ELETRÔNICO	tasbombas@gmail.com
LOTES	26
VALOR TOTAL	**R$1.244.151,76 (Um milhão, duzentos e quarenta quatro mil, cento e cinquenta um reais e setenta e seis centavos)**

AS DESPESAS DECORRENTES DESTA AQUISIÇÃO CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL:

Órgão/ Unidade	Funcional-Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recursos
04.01	17.512.1013. 1040	4.4.90.52- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100 – RECURSOS PRÓPRIOS

Cáceres – MT,25 outubro de 2022.

JULIO CEZAR PARREIRA DUARTE

DIRETOR EXECUTIVO

Decreto 1019/2021

Publicado em 30/12/2021 – AMM

(Assinado Digitalmente)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 609 DE 02 DE SETEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob 31.497, de 29 de agosto de 2022;

RESOLVE:

Art.1º *Designar os servidores ora indicados, lotados* na Secretaria Municipal de Fazenda, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: ***Gustavo Calábria Rondon***

Suplente: Tiago Ruas Ferreira

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
196/ 222 PGM	ABSERVIS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de horas, para atender demanda da Secretaria Contratante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e nas condições e descrições dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e do Edital.	1º/09/22	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Fazenda e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 02 de setembro de 2022.

VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Fazenda

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES PORTARIA Nº 746 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 37.460 de 11 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores ora indicados, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato abaixo.

Titular: Jerônimo Gonçalves Pereira

Suplente: Michela Márcia Camargo Da Silva Egues

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura	Vigência
146/ 2022 PGM	VICTORINO FIGUEIREDO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, em regime de horas, para atender demanda da Secretaria Contratante, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, e nas condições e descrições dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e do Edital.	02.08.22.	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Planejamento e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de outubro de 2022.

GUSTAVO CALABRIA RONDON

Secretário Municipal de Planejamento

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 63-2022 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

Interessada: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de organização, apoio logístico, com fornecimento de kits, premiação e demais serviços que possibilitem a plena execução das atividades propostas pela SMEL para realização da 1ª Corrida Municipal de Cáceres que será realizada no dia 27/11/2022 em comemoração ao aniversário da cidade de Cáceres-MT.

Empresa Vencedora: BRUNO DO NASCIMENTO EVENTOS VIAGENS E TURISMO – CNPJ: 13.778.389/0001-42 – Valor total de R$: 110. 780,00 (Cento e dez mil e Setecentos e Oitenta reais). **Observação:** A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma compras.gov.br.

Prefeitura de Cáceres-MT, 25 de outubro de 2022.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 384/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00007, de 18 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
ROSE ANNE SILVA MOURA	513.252.411-72	9047/00211/2022
ERNANI DA SILVA LARA	008.688.331-34	9047/00226/2022
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00225/2022
SIDINEI APARECIDO GIRALDELLI	281.887.489-00	9047/00248/2022
JOSE DANIEL DA SILVA	208.032.811-53	9047/00255/2022
ELZA PEDROSA DA SILVA	303.730.771-49	9047/00262/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 18/10/2022

Data de desafixação: 02/11/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - CACERES - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, de 18 de Outubro de 2022.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
NILTON GREY OTTO LINS	178.784.541-91	9047/00145/2022
FIGUEIRA BRANCA HOLDING LTDA	10.378.245/0001-00	9047/00155/2022
JOSE NICOLA MONACO	175.651.201-97	9047/00157/2022
WALDOMIRO DIAS FLORES	228.308.128-91	9047/00158/2022
D D PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	03.387.646/0001-61	9047/00159/2022
DADICA AGROPECUARIA LTDA	68.350.792/0001-68	9047/00161/2022
JONAS GOMES DA SILVA	442.020.321-87	9047/00167/2022
ATAIDE DE MELO FRANCO	673.304.798-53	9047/00170/2022
OSVALDO LEMES DO PRADO	047.191.581-53	9047/00173/2022
ROSIMEIRE DA SILVA MORANDI	337.378.511-15	9047/00175/2022
IRACILDA ROCHA TEIXEIRA RITA	593.985.311-00	9047/00183/2022
ROSINEI SILVA FERREIRA	880.163.231-20	9047/00185/2022
LUCIA NEPUMOCENO MENDES DE SOUSA	140.531.101-06	9047/00193/2022
IEDE GONCALINA LEITE GARCIA	361.909.001-78	9047/00205/2022
JOAO ALVES FILHO	015.475.859-00	9047/00207/2022
Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR		
Nome: Fernando Hiroshi Aburaya Matrícula: 00015783 Cargo: Fiscal de Tributos / 642014 Assinatura:		

Data de afixação: 18/10/2022

Data de desafixação: 02/11/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"***Promove alterações na Lei nº940/2011, e Lei Complementar nº 099/2022, regulamenta as atribuições do cargo de Engenheiro Civil e dá outras providências***".

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar novo provento referente ao cargo de Engenheiro Civil.

Art. 2º. Fica ajustado a remuneração inicial do Cargo de Engenheiro Civil - contida na Lei Complementar nº 017/2008, e Lei Complementar nº 099/2022 – Tabela nº XIV - a qual passa a constar como salário base inicial no Nível 1, Classe A, o valor de R$ 7.975,00 (sete mil novecentos e setenta e cinco reais), cujo Anexo I – faz parte integrante da presente lei para fins de Progressão de Classe e Nível, fazendo o mesmo parte do PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores desta categoria.

Art. 3º. O item 09 do quadro contido no art. 2º da Lei nº 940 de 28 de agosto de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Ord	CARGO	Vagas	Horas semanais	Salário	Escolaridade
.....	.....	.....	.....	.....	.....
09	Engenheiro Civil	01	40 h	R$ 7.975,00	Ensino Superior em Engenharia Civil + Registro no Conselho de Classe
.....	.....	.....	.....	.....	.....

Art. 4º. A Ascensão de classe funcional, se processar-se-á nos termos da Lei Complementar nº 017/2008, conforme descrito no art. 26, I .

Parágrafo único. A tabela constante no Anexo I, demonstra a progressão da remuneração, quanto ao Nível e Classe do referido cargo, a qual faz parte integrante da presente lei.

Art. 5º. Fica **acrescido o art. 2-A à lei nº 940 de 28 de agosto de 2013**, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2-A. As atribuições do Cargo de Engenheiro(a) Civil serão as seguintes:

I. Descrição Sumária: 1. Desenvolver projetos de engenharia civil, planejar, orçar e executar obras, coordenar operação e manutenção das mesmas. II. Descrição detalhada das tarefas que compõem a Função: 1. Planejar, organizar, executar e controlar projetos na área da construção civil; 2. Realizar investigações e levantamentos técnicos; 3. Revisar e aprovar projetos, materiais e serviços; 4. Orçar obras, equipamentos, serviços, e custos específicos e gerais da obra; 5. Controlar a qualidade da obra; 6. Elaborar normas e documentação técnica 7. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; 8. Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtiva, higiene e preservação; 9.Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária constante na Lei Orçamentária do município.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 25 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Anexo I

TABELA XIV LEI COMPLEMENTAR 099/2022

CATEGORIA FUNCIONAL I - 40 hrs LC 017/2018, LEI 940/2011					
ENGENHEIRO CIVIL;					
NIVEL 4,5%	A 1	B A + 20%	C A + 45%	D A + 90%	ANOS
1	R$7.975,00	R$9.570,00	R$11.563,75	R$15.152,50	1/3
2	R$8.333,88	R$10.000,65	R$12.084,12	R$15.834,36	4/6
3	R$8.708,90	R$10.450,68	R$12.627,90	R$16.546,91	7/9
4	R$9.100,80	R$10.920,96	R$13.196,16	R$17.291,52	10/12
5	R$9.510,34	R$11.412,40	R$13.789,99	R$18.069,64	13/15
6	R$9.938,30	R$11.925,96	R$14.410,54	R$18.882,77	16/18
7	R$10.385,52	R$12.462,63	R$15.059,01	R$19.732,50	19/21
8	R$10.852,87	R$13.023,45	R$15.736,67	R$20.620,46	22/24
9	R$11.341,25	R$13.609,50	R$16.444,82	R$21.548,38	25/27
10	R$11.851,61	R$14.221,93	R$17.184,83	R$22.518,06	28/30
11	R$12.384,93	R$14.861,92	R$17.958,15	R$23.531,37	31/33
12	R$12.942,25	R$15.530,70	R$18.766,27	R$24.590,28	34/36

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 584 DE 24 DE OUTUBRO 2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA **LUANA SIPPERT DE SOUSA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

RESOLVE

I - Conceder à senhora **LUANA SIPPERT DE SOUSA,** a Licença Maternidade de 120 dias no período de 24.10.2022 a 20.02.2023, que exerce o cargo de Gerente de Compras, lotada junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, desta Prefeitura Municipal.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 24 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 109 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

LEI COMPLEMENTAR Nº 109 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"***Promove alterações na Lei Complementar 017/2008 e n°099/2022, Lei e dá outras providências****"*.

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar novos proventos referentes aos cargos de: Agente Administrativo; Arquivista; Assistente administrativo; Datilógrafo; Digitador; Recepcionista; Secretária; Auxiliar de Contabilidade; Técnico de Informática..

Art. 2º. Fica ajustado a remuneração inicial dos Cargos de: Agente Administrativo; Arquivista; Assistente administrativo; Datilógrafo; Digitador; Recepcionista; Secretária; Auxiliar de Contabilidade; Técnico de Informática.– 40 h - contida na Lei Complementar nº 017/2008, e Lei Complementar nº 099/2022 – Tabela nº VIII - a qual passa a constar como salário base inicial no Nível 1, Classe A, o valor de R$ 2.268,86 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos), cujo Anexo II – faz parte integrante da presente lei para fins de Progressão de Classe e Nível, fazendo o mesmo parte do PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores desta categoria.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária constante na Lei Orçamentária do município.

Art. 4º. As Tabelas dos Planos de Cargos e Salários dos Servidores Públicos deverão ser atualizadas após aprovação desta Lei para os referidos cargos destacados no art. 1º:

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis - MT, 25 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 109 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

ANEXO i

ANEXO I TABELA I					
CATEGORIA FUNCIONAL II – 40 h/LC 017/2008					
Agente Administrativo; Arquivista; Assistente administrativo; Datilógrafo; Digitador; Recepcionista; Secretária; Auxiliar de Contabilidade; Técnico de Informática.					
NÍVEL 4,5%	CLASSE				
	A	B	C	D	
	R$0,00	A + 20%	A + 50%	A + 90%	
1	R$2.268,86	R$2.722,63	R$3.403,29	R$4.310,83	1/3
2	R$2.370,96	R$2.845,15	R$3.556,44	R$4.504,82	4/6
3	R$2.477,65	R$2.973,18	R$3.716,48	R$4.707,54	7/9
4	R$2.589,15	R$3.106,98	R$3.883,72	R$4.919,38	10/12
5	R$2.705,66	R$3.246,79	R$4.058,49	R$5.140,75	13/15
6	R$2.827,41	R$3.392,89	R$4.241,12	R$5.372,08	16/18
7	R$2.954,65	R$3.545,58	R$4.431,97	R$5.613,83	19/21
8	R$3.087,60	R$3.705,13	R$4.631,41	R$5.866,45	22/24
9	R$3.226,55	R$3.871,86	R$4.839,82	R$6.130,44	25/27
10	R$3.371,74	R$4.046,09	R$5.057,61	R$6.406,31	28/30
11	R$3.523,47	R$4.228,16	R$5.285,21	R$6.694,59	31/33

12	R$ 3. 682,02	R$ 4. 418,43	R$ 5.523,03	R$ 6. 995,85	34/36

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 586 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DA SRª **KACYA NUNES RIBEIRO** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação nº 043/2022

RESOLVE: I – Contratar a senhora KACYA NUNES RIBEIRO que exercer o cargo de AAE/Técnico de Educação Infantil lotada junto a Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal.

II –Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"***Altera a Lei nº 1.175/2017, e Lei Complementar nº 099/2022, regulamenta disposição do cargo de Agente de Fiscalização Tributária e dá outras providências***".

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar novo provento referente ao cargo de Agente de Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Fica ajustado a remuneração inicial do Cargo de Agente de Fiscalização Tributária - contida na Lei Complementar nº 017/2008, e Lei Complementar nº 099/2022 – Tabela nº XIII - a qual passa a constar como salário base inicial no Nível 1, Classe A, o valor de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), cujo Anexo I – faz parte integrante da presente lei para fins de Progressão de Classe e Nível, fazendo o mesmo parte do PCCS – Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Servidores desta categoria.

Art. 3º. O art. 1º da Lei nº 1.175 de 08 de agosto de 2017, passa a vigorar com a alteração do Quadro 1, nos seguintes termos:

Quadro 1.

Descrição do Cargo	Horas semanais	Nível de Escolaridade	Remuneração Inicial – Nível 1 – Classe A
Agente de Fiscalização Tributária	40 h	Superior Completo + CNH "AB"	R$ 5.300,00

Art.4º. A Ascensão de classe funcional, processar-se-á nos termos da Lei Complementar nº 017/2008, conforme descrito no art. 26, I .

Parágrafo único. A tabela constante no Anexo I, demonstra a progressão da remuneração, quanto ao Nível e Classe do referido cargo, a qual faz parte integrante da presente lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária constante na Lei Orçamentária do município.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 25 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 111 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Anexo I

TABELA XIII LEI COMPLEMENTAR 099/2022

CATEGORIA FUNCIONAL I - 40 hrs LC 017/2018, LEI 1175/2017					
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA;					
NIVEL 4,5%	A	B	C	D	ANOS
	1	A + 20%	A + 45%	A + 90%	
1	R$5.300,00	R$6.360,00	R$7.685,00	R$10.070,00	1/3
2	R$5.538,50	R$6.646,20	R$8.030,83	R$10.523,15	4/6
3	R$5.787,73	R$6.945,28	R$8.392,21	R$10.996,69	7/9
4	R$6.048,18	R$7.257,82	R$8.769,86	R$11.491,54	10/12
5	R$6.320,35	R$7.584,42	R$9.164,51	R$12.008,66	13/15

6	R$6.604,76	R$7.925,72	R$9.576,91	R$12.549,05	16/18
7	R$6.901,98	R$8.282,37	R$10.007,87	R$13.113,76	19/21
8	R$7.212,57	R$8.655,08	R$10.458,22	R$13.703,88	22/24
9	R$7.537,13	R$9.044,56	R$10.928,84	R$14.320,55	25/27
10	R$7.876,30	R$9.451,57	R$11.420,64	R$14.964,98	28/30
11	R$8.230,74	R$9.876,89	R$11.934,57	R$15.638,40	31/33
12	R$8.601,12	R$10.321,35	R$12.471,63	R$16.342,13	34/36

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 585 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SRº **JORGE TEMRITE DZAMRA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o ofício de nº560/2022/GPM de 25 de outubro de 2022.

RESOLVE: I – Exonerar o Srº JORGE TEMRITE DZAWARA que exercia o cargo em Comissão de Interprete da Lingua Xavante lotado junto a Secretaria Municipal de Assistencia Social desta Prefeitura Municipal.

II – Revogar a Portaria nº 060 de 11 de janeiro de 2022.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 25 de outubro de 2022.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.376, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.936.823,57 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 1.936. 823,57 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, na seguinte dotação orçamentária:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 FUNDEB

12.361.0007.20075 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

3.1.90.00.00.00 Aplicações diretas

15401070000 Transferências do Fundeb 70% - exercício ..... R$ 1.936.823,57

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação total, na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, das seguintes dotações orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

003 FUNDEB

003.12.122.0002.20166 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - FUNDEB

3.1.90.00.00.00 Aplicações diretas

15401070000 Transferências do Fundeb 70% - exercício .... R$ 1.046.511,39

3.1.91.00.00.00 Aplicação direta decorrentes de operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social

15401070000 Transferências do Fundeb 70% - exercício .... R$ 108.919,78

003.12.361.0007.20167 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB

3.1.90.00.00.00 Aplicações diretas

15401070000 Transferências do Fundeb 70% - exercício .... R$ 637.760,24

15401070000 Transferências do Fundeb 70% - exercício ....R$ 143.632,16

TOTAL .... R$ 1.936.823,57

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 2.228, de 13 de setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, a Lei Municipal nº 2.244, de 04 de novembro de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 – LDO, e a Lei Municipal nº 2.276 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2022– LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, 25 dia do mês de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 115/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 115/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de outubro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 09 de novembro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 09 de novembro de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 09 de novembro de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gás de cozinha (glp).**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1090, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 005/2022, DESIGNA OS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto na Ata nº 014/2022, lavrada em 24 de outubro de 2022;

o Memorando nº 1.040/2022 expedido pela Secretaria Municipal de Educação;

o Memorando nº 063/2022 expedido pela Escola Municipal Amélia Lena Fedrizzi**;**

o Decreto Executivo 217/2021 e Lei n° 1433/2011;

o interesse público e a necessidade administrativa.

RESOLVE:

Art. 1º. **Instituir Comissão de Sindicância Administrativa nº 005/2022**, que visa apurar comportamento de desafio à hierarquia e com dificuldade de relacionamento interpessoal de servidor; Art. 2º. Designar membros da Comissão, a saber: Presidente: Fabricia Andrade de Oliveira Machado, matrícula funcional n° 3102; Membros: Danilo Querino de Castro, matrícula funcional n° 5550; Membros: Susana Henrique, matrícula funcional nº 1876;

Art. 3º. A Comissão deverá realizar os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias, com início a partir da data de publicação, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa, devendo, ao final dos trabalhos, apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório conclusivo do referido processo;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTAO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1085, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

NOMEIA O SENHOR **VALTEIR ALBINO DE JESUS** PARA O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES **– ÁREA URBANA.**

Nomear,a partir de 20 de outubro de 2022, o senhor **Valteir Albino de Jesus**, portador do CPF sob nº 034.491.441-03 e do RG nº 2119046-1 SSP/MT, para o cargo efetivo de **Motorista de Veículos Leves– Área Urbana**,vinculado ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 116/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 116/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de outubro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 10 de novembro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 10 de novembro de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 10 de novembro de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de ferramentas.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1075, DE 18 DE OUTUBRO DE 2022.

***REPUBLICADO PARA CORREÇÃO.**

RETIFICA O PRAZO E PERIODO DE GOZO DA PORTARIA N° 846/2022 QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA **ELIANI GORRET BRAMBILA**.

Retifica o prazo e período de gozo da Licença Prêmio concedida à servidora **Eliani Gorret Brambila**, matrícula nº 1787, para fazer constar que a servidora usufruiu somente 70 (setenta) dias de Licença Prêmio, de 01/08/2022 à 09/10/2022, ficando saldo de 20 (vinte) dias para a servidora usufruir em data futura.

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado "PATRIMÔNIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS" neste município de CAMPO NOVO DO PARECIS a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

CRAVARI DESTOCAS E TERRAPLANAGEM LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 24.973.0001-09 requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ORDEM DE ESCRITURA do lote nº 05 (cinco) da quadra 22 (Vinte e dois), localizado na Avenida Getulio Vargas, nº 835-NW, Bairro Jardim Primavera, neste Município de Campo Novo do Parecis – MT.

Abre-se o **prazo de 15 (dias)** para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Campo Novo do Parecis, 25 de outubro 2022.

Secretaria Municipal de Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PE 107/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS**,** através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 107/2022**, destinado **a Contratação** de empresa especializada em prestação de serviços na área de cursos na modalidade de ensino á distancia (EAD) de capacitação e formação para condutores de veículos de transporte de cargas especiais, indivisíveis e transporte escolar, teve como vencedora a empresa: **LM CURSOS DE TRANSITO LTDA com valor total de R$ 10.990,00 (dez mil e novecentos e noventa reais).**

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT** e a Organização da Sociedade Civil **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS** para apoio ao desenvolvimento da realização do 1° Enduro de Moto do Parecis.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, neste ato representado pelo Sr. **RAFAEL MACHADO,** brasileiro, em união estável, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, bairro Jardim Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a Organização da Sociedade Civil (OSC) **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS** entidade inscrita sob o CNPJ 03.615.736/0001-62, com sede no Município de Campo Novo do Parecis - MT, na Rua Bahia, nº 1483 NE, Bairro Centro, neste ato representado por seu presidente(a) **JONAS CASSIANO SOUZA GOMES**, inscrito(a) no CPF sob o nº 696.481.901-00, neste ato denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** para execução de atividades de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação para que a entidade desenvolva o 1° Enduro de Moto do Parecis, decorrentes do Chamamento Público nº 005/2022, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Executivo Municipal 141/2016, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto, firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para realização do 1° Enduro de Moto do Parecis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária específica.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

3.1.1 - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado, quanto a execução do **TERMO DE COLABORAÇÃO**;

3.1.2 - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto.

3.1.3 - Dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria;

3.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** terá como Gestor responsável pelo presente termo os servidores **JONAS FERREIRA DE ALMEIDA**, matrícula funcional nº 5153, **ALEX BUENO DE FREITAS,** matrícula funcional nº 5400 e **JOÃO FILHO COELHO DE SOUZA**, matrícula funcional nº 5091, os quais terão as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de:

3.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.2.2 - Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades, e sobre as providências para solucioná-las;

3.2.3 - Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise da parceria, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

3.2.4 - O agente fiscalizador deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria.

3.2.5 - Itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

3.2.6 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará através do presenteTERMO DE COLABORAÇÃO o valor de **R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)** a ser pago em parcela única conforme cronograma estipulado na cláusula 5.2 deste contrato, em nome da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a Organização da Sociedade Civil (OSC) **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS** entidade inscrita sob o CNPJ 03.615.736/0001-62.

4.2 - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06. Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Unidade: 002. Fundo Municipal de Incentivo ao Esportes

Programática: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00

Fonte de Recurso: 2.5.00.0000000

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

5.1 - A ser apresentado pela Organizações da Sociedade Civil (OSC) **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS** entidade inscrita sob o CNPJ 06.090.600/0001-74.

5.2 - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

PARCELAS	MÊS	DATA DO REPASSE	Valor R$
01	Outubro/2022	Até 26 de Outubro/2022	R$ 33.000,00
TOTAL			**R$ 33.000,00**

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

6.1 - O presente termo terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A inexecução total ou parcial do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

7.2 - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1 - **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS.**

8.1.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, à Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;

8.1.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados do **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS** no desempenho dos serviços para o cumprimento deste TERMO DE COLABORAÇÃO, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

8.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.2.1 - Acompanhar a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

CLÁUSULA NONA- DAS PENALIDADES

9. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

9.1 - advertência;

9.2 - suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.3 - Declaração de inidoneidade para participar em Chamamento Público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que **ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, do Art. 73 da Lei 13.019/2014.

9.4. A sanção estabelecida no item 9.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 141/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste TERMO DE COLABORAÇÃO por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram este TERMO DE COLABORAÇÃO, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no Departamento Legislativo do Município.

Campo Novo do Parecis/MT, em 25 de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO PREFEITO MUNICIPAL

JONAS CASSIANO SOUZA GOMES ROTARY CLUBE DE CAMPO NOVO DO PARECIS

JONAS FERREIRA DE ALMEIDA Agente Fiscalizador

ALEX BUENO DE FREITAS Agente Fiscalizador

JOÃO FILHO COELHO DE SOUZA Agente Fiscalizador

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 117/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 117/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de outubro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 16 de novembro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 16 de novembro de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 16 de novembro de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens terrestres no âmbito NACIONAL.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 118/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 118/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de outubro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 17 de novembro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 17 de novembro de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 17 de novembro de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de material de copa e cozinha.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 1089, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

AUTORIZA O SERVIDOR, ***VALTEIR ALBINO DE JESUS*** *A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.*

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO Nº 202/2021 – DEPTO. R.H.

Contrato nº. 202/2021

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Celia de Jesus Gomes

Objeto: O objeto do presente é a contratação temporária de prestação de serviço por excepcional interesse público para o cargo de Técnico(a) em Enfermagem, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Valor Rescisório: R$ 11.039,23

Data Rescisão: 18/10/2022

Procedimento: Término de Contrato.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1086, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **EDER FRANCO DE BRITO BARCELOS.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/10/2022 até 13/11/2022.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO PE 095/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2022

O Município de Campo Novo do Parecisvem por meio desta tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pelas empresas **LUPPA ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA** e **SOLUÇÃO TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA** contra a decisão do Pregoeiro de classificou a empresa **SERVIÇOS EIRELI,** para o Pregão Eletrônico nº 095/2022, que tem por objeto que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço de merendeiras/cozinheiras, foi **DADO PROVIMENTO**.

Campo Novo do Parecis, 19 de outubro de 2022.

Rafael Machado

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PROSSEGUIMENTO PE 095/2022

Pregão Eletrônico nº 095/2022

O Pregoeiro do Município de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a **PROSSEGUIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº095/2022** que tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviço de merendeiras/cozinheiras**.

O prosseguimento será realizado às 09h00min (horário de Brasília) do dia 27 de outubro de 2022, via o endereço eletrônico **bllcompras.com**

Campo Novo do Parecis**, 25** de outubro de 2022.

LEANDRO NERY VARASHCIN

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EDITAL N° 06/2022 CHAMAMENTO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis/MT, Rafael Machado, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Federal n° 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 141/2016, torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, o Chamamento Público visando à seleção e credenciamento de Entidade Sem Fins Lucrativos, assim determinadas e reconhecidas, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho, que possam celebrar parceira na forma de "Termo de Colaboração", na área de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual MotoCross LEMAMT, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1- DO OBJETO:

1.1- Constitui objeto do presente Edital de Chamamento Público, a seleção de propostas apresentadas por Organizações da Sociedade Civil para formalização de Parceria, por meio de "Termo de Colaboração", para execução de atividades de interesse público e recíproco, conforme os itens abaixo:

Área	Descrição dos Objetos
Esporte e Lazer	Realização de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual MotoCross LEMAMT, com intuito de expandir o esporte e promover à população momentos de lazer e integração social, saúde e bem estar; Para tanto, a Entidade deverá: Prestação de Serviços de Cronometragem; Diárias do Hotel para Equipe da Lemant; Alimentação Equipe Lemant Locução do Evento Projeto / Alvará Corpo de Bombeiro Caixa de Água Trabalho Equipe LEMANT Aquisição de Troféus 13 Categorias Premiação em Dinheiro Contratação de Segurança para o evento Transmissão ao Vivo Youtube e Facebook

1.2 - As Organizações da Sociedade Civil – OSC, para a execução do projeto, deverão apresentar estatuto para comprovação que realizam as atividades necessárias e relacionada à prestação dos serviços para consecução do objeto descrito no item 1.1.

1.3. A Parceria firmada, resultante deste termo, possui dotação orçamentária específica, qual seja:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Unidade 02 – Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte

Setor 27 – Recursos Próprios

Dotação: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00000250000000 Despesas Financeiras – Recursos Próprios

2 – JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem por finalidade incentivar a importância e apoio ao esporte no município, bem como oferecer à população a diversidade esportiva.

O Município irá realizar Final do Campeonato Estadual MotoCross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, com objetivo de proporcionar a todos que irão participar muita adrenalina.

A Final do Campeonato Estadual MotoCross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, pretende ao final da realização do evento, ter fomentado e incentivado o esporte de maneira segura e motivacional ao público interessado, e para alcançar o objetivo.

Essa iniciativa tem como objeto central, proporcionar mais uma opção de entretenimento e lazer à população, visando incentivar o esporte e o turismo neste Município. Além disso, aludida Secretaria visa desenvolver, incentivar e apoiar evento esportivo nas mais variadas modalidades, uma vez que o Esporte, além de incitar a competição saudável, tem o papel de promover integração social, desenvolvimento pessoal e momentos de lazer.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1- Somente poderão participar desta seleção as instituições que tiverem de acordo com disposto no art. 2°, I, da Lei n° 13.019/2014, e Decreto Municipal n° 141/2016, por meio de seus representantes legais, e, ainda, estejam de acordo com os critérios abaixo:

a) Estejam devidamente regulares, comprovando por meio da apresentação dos documentos relacionados no item 5.1.3 deste Chamamento Público.

b) Apresentem propostas de Projetos exclusivamente relacionadas no detalhamento conforme anexo 01;

c) Estar em dia com suas obrigações fiscais;

4 - DOS IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO:

4.1 - Ficará impedida de celebrar a parceria prevista neste Edital de Chamamento a Organização da Sociedade Civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas em possível parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha a ser punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; e

d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea “c” do inciso V, desta cláusula;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos; e

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos oito anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

4.2- Em qualquer das hipóteses previstas, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

5 - DAS EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

5.1- As propostas deverão ser entregues, da seguinte forma:

a) Os documentos deverão ser apresentados em fotocópia legível, ficando a critério da Comissão a solicitação de qualquer documento em via original;

5.1.1 - As propostas deverão ser entregues por completo, exclusivamente no Protocolo Geral, Paço Municipal situado à Av. Mato Grosso nº 66-NE no período de 25 de outubro de 2022 à 10 de outubro de 2022, no horário de 7h00min às 11h00min e das 13h00min às 15h00min para análise e seleção da documentação que comprove o atendimento das exigências relacionadas no item 4.

5.1.2- O não cumprimento dos prazos ou a ausência de quaisquer documentos previstos neste edital por parte da organização da sociedade civil acarretará na eliminação da proponente.

5.1.3- Documentos que deverão ser apresentados para participação do processo de habilitação do Chamamento Público:

I - ofício dirigido ao administrador público solicitando o Termo de Colaboração (anexo 02);

II - preenchimento do documento “Cadastro da Organização” conforme modelo preestabelecido (anexo 03);

III - cópia da Lei Municipal que reconhece a Entidade como de Utilidade Pública, exceto as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público instituídas nos termos da lei, se houver;

IV - cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo a organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

V - certidão Negativa de Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta; Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Certidão de Débito Trabalhista;

VI - certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

VII - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

VIII - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um eles;

IX - comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

X - cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

XI - apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

XII - comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

XIII - possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

a) na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto na alínea “a”, inciso X, do art. 23;

XIV - apresentar registro da Organização da Sociedade Civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

XV - declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

XVI - declaração que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

XVII - declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no Decreto 141/2016;

XVIII - plano de trabalho constando:

a) descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

b) descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

c) previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

d) forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

e) definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

5.1.3.1- A experiência prévia solicitada no inciso XII poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

I - instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - relatório de atividades desenvolvidas;

III - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

IV - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

V - currículo de profissional ou equipe responsável;

VI - declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

VII - prêmios locais ou internacionais recebidos; e

VIII - atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

5.2 - A Organização da Sociedade Civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a Administração Pública, que contenham no mínimo as informações descritas no caput do art. 44 da Lei 13.019/2014 e seus incisos.

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade gestora responsável;

II - nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal – SRF;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

V - a prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

5.2.1- A entidade que não possuir sítio ou rede social oficial poderá utilizar o sítio oficial da Administração Pública para tal finalidade.

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída na forma de portaria, previamente à etapa de avaliação das propostas, conforme membros indicados pela Secretaria de Esportes e Lazer por meio do memorando 232/2022, conforme reza art. 27, §1º da Lei 13.019/2014.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos dos art. 27, § 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

6.4. Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

7- DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

7.1.1- DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O envelope contendo a “Documentação de Habilitação” deverá ser entregue no local indicado na subseção 5.1.1 deste Edital, devidamente lacrado, constando da face os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 06/2022 ENVELOPE – DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO PROJETO: _____

PROPONENTE: _____

7.1.2- A apresentação de proposta pelas organizações da sociedade civil deverá ser por meio da apresentação de todos os documentos conforme relação do item 5.1.3 deste Edital.

8- DO PRAZO:

8.1- O prazo de duração do Termo de Colaboração é 90 dias, podendo ser prorrogado por interesse da Administração Pública.

8.2- O cumprimento das disposições contidas no Termo de Colaboração será submetido à avaliação anual pela Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação.

8.3- O Termo de Colaboração poderá ser extinto, a qualquer tempo, mediante renúncia de um dos partícipes, apresentada por escrito, até 30 (trinta) dias antes de sua extinção.

9- DOS VALORES:

O Termo de Colaboração, objeto deste Edital, **envolve transferência de recursos financeiros, que totalizam o montante de R$ 51.410,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e dez reais)**, a ser pago em parcela única, no dia 10/11/2022.

10- DAS ETAPAS DE SELEÇÃO E ANÁLISE:

10.1- As propostas submetidas pelas Organizações da Sociedade Civil serão analisadas e selecionadas pela Comissão de Seleção e Julgamento, nomeada por Ato do Administrador Público, através de Portaria, que serão em três etapas:

Etapa I: Análise dos documentos apresentados;

Etapa II: Análise do Plano de Trabalho;

Etapa III: Verificação da compatibilidade entre a capacidade instalada e a proposta apresentada.

10.2- IMPORTANTE:

a) A Comissão de Seleção e Julgamento de Projetos avaliará todas as propostas entregues dentro dos prazos estabelecidos neste Edital;

b) As propostas cuja formatação divergirem dos modelos constantes em anexo deste Edital serão eliminadas;

c) A Comissão de Seleção e Julgamento de Projetos habilitará as Entidades que atingirem o índice mínimo de 60 (sessenta) pontos, não podendo zerar em nenhuma das questões, conforme critérios de avaliação e pontuação da proposta no quadro a baixo:

REQUISITO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
1- A Proposta apresentada das metas/ações/atividades são coerentes com o objeto do Edital? - Não é compatível = 0 ponto; - Compatibilidade razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Compatível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
2- Há nexo entre a proposta apresentada através das metas/ações/objetivos e a realidade com a necessidade da Administração Pública? - Não é compatível = 0 ponto; - Compatibilidade razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Compatível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
3- A Proposta apresenta metas/ações/atividades possíveis de serem executadas? - Não é compatível = 0 ponto; - Compatibilidade razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Compatível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
4- A metodologia apresentada na proposta possui coerência com as metas/ações/atividades e com o objeto da ação? - Não demonstra a metodologia que será utilizada = 0 ponto; - Demonstra a metodologia de maneira razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Demonstra a metodologia de maneira detalhada e compreensível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
5- O cronograma de execução é compatível com as metas/ações/objetivo da proposta? - Não é compatível = 0 ponto; - Compatibilidade razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Compatível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
6- A proposta indica capacidade técnica (RH e outros documentos que comprovem sua experiência e capacidade) e capacidade estrutural (estrutura física e de equipamentos) da OSC para execução do Objeto? - Não apresenta capacidade = 0 ponto; - Capacidade razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Apresenta capacidade para execução do objeto = 6 a 10 pontos	0 a 10
7- A Proposta trás conhecimento sobre a realidade da comunidade ou do público alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto, através de apresentação de declaração ou atestados de execução dos serviços prestados. - Não apresentação de atestado ou declaração = 0 ponto; - Apresentação de 01 a 02 atestados = 1 a 5 pontos; - Apresentação de 03 ou mais atestados = 6 a 10 pontos	0 a 10
8- A Proposta apresenta o diagnóstico da realidade do público atendido pela organização da sociedade civil? - Não apresenta nenhum levantamento/diagnóstico = 0 ponto - Apresenta levantamento/diagnóstico razoável/mediano = 1 a 5 pontos; - Apresenta o diagnóstico de maneira detalhada e compreensível = 6 a 10 pontos.	0 a 10
9- A Proposta apresenta impacto social esperado através das metas/ações/objetivos propostos que correspondam aos indicadores sociais passíveis de avaliação? - Não apresenta impacto social esperado passível de avaliação = 0 ponto; - Apresenta impacto social esperado passível de avaliação razoável/mediano = 1 a 5 pontos; Apresenta impacto social esperado passível de avaliação de maneira detalhada e compreensível = 6 a 10 pontos.	0 a 10

11- DOS RESULTADOS

11.1- Os resultados serão publicados no sítio oficial do Município de Campo Novo do Parecis/MT, com o CNPJ e nome das Organizações da Sociedade Civil e pontuação das propostas.

12- DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

12.1- REFERENTE AO EDITAL

a) Até 02 (dois) dias úteis anterior ao término do prazo de apresentação de propostas para habilitação, qualquer Organizações da Sociedade Civil, de forma fundamentada, poderá impugnar este Edital Público;

b) O Presidente da Comissão de Seleção e Julgamento de Projetos responderá, de forma fundamentada, sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento da solicitação de impugnação;

c) Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data limite para recebimento das propostas;

d) A falta da manifestação no prazo estipulado na alínea "a" importará a decadência do Direito de impugnação.

12.2- REFERENTE ÀS DECISÕES DA COMISSÃO DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE PROJETOS

a) Durante o prazo de apresentação de proposta estabelecido no item 4.1.1 do edital, para habilitação deste Chamamento Público, a Comissão de Seleção e Julgamento de Projetos, fará a devida análise, seleção e julgamento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, devendo publicar o resultado final;

b) Na fase de análise do Plano de Trabalho e dos documentos apresentados, em havendo necessidade de esclarecimentos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá baixar diligência destinada a esclarecer dúvidas, a qual deverá ser respondida pela organização da sociedade civil interessada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Em se tratando da necessidade de apresentar documentos complementares, a entidade deverá fazê-lo durante o prazo previsto no item 4.1.1 do edital. A não observância desta regra resultará na sua desclassificação;

c) Das decisões da Comissão de Seleção e Julgamento de Projetos caberá recurso, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação dos resultados, devendo ser protocolado na Prefeitura e dirigido ao Presidente da Comissão, que poderá reconsiderar a decisão;

d) A Comissão terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de protocolo do recurso para resposta aos Recursos apresentados.

13- ANEXOS DO EDITAL

13.1- Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo 01 - Projetos

Anexo 02 - Modelo de Ofício de Apresentação de proposta para habilitação;

Anexo 03 - Modelo de Cadastro da Entidade ou Organização;

Anexo 04 - Declaração de Idoneidade;

Anexo 05 - Formulário Comprovar Capacidade Técnica;

Anexo 06 - Declaração de que a Entidade ou Organização não emprega menor, conforme disposto no artigo 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal;

Anexo 07 - Plano de Trabalho;

Anexo 08 - Cronograma de Execução;

Anexo 09 - Minuta do Termo de Colaboração;

14- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- As ocorrências não previstas neste edital e outras questões que se apresentem durante o processo de chamamento e realização da parceira, serão resolvidos com base na Lei Federal n° 13.019/2014 e no Decreto Municipal n° 141/2016.

Campo Novo do Parecis/MT, 24 de outubro de 2022.

RAFAEL MACHADO ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MÁRCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ANEXO 01

Projeto:

Realização de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual MotoCross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, com intuito de expandir o esporte e promover à população momentos de lazer e integração social, saúde e bem estar.

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem por finalidade oferecer à população, oficinas esportivas nas modalidades coletivas, fazendo inclusão da população no esporte, promovendo hábitos saudáveis. Além disso, desenvolver, incentivar e apoiar evento esportivo nas mais variadas modalidades, uma vez que o Esporte, além de incitar a competição saudável, tem o papel de promover integração social, desenvolvimento pessoal e momentos de lazer.

Para tanto, a Entidade deverá: Prestação de Serviços de Cronometragem; Diárias do Hotel para Equipe da Lemant; Alimentação Equipe Lemant Locução do Evento Projeto / Alvará Corpo de Bombeiro Caixa de Água Trabalho Equipe LEMANT Aquisição de Troféus 13 Categorias Premiação em Dinheiro Contratação de Segurança para o evento Transmissão ao Vivo Youtube e Facebook

ANEXO 02

MODELO DE OFÍCIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 006/2022

OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO HABILITAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 006/2022

Ofício Nº xxx/2022

Campo Novo do Parecis/MT, xx de outubro de 2022

Exmo. Sr. Rafael Machado

Prefeito do Município de Campo Novo do Parecis

Assunto: Solicitação de Habilitação em Seleção de Projeto

Considerando o Edital de Chamamento n° 006/2022, que trata de habilitação para apresentação de propostas de projetos para o evento esportivo, motivo pelo qual manifestamos nosso interesse em participar do processo de habilitação e credenciamento para realização do Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual Motocross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, para ser desenvolvido no Município de Campo Novo do Parecis/MT, conforme previsto em Edital.

A Entidade xxxxxxx cumpre os critérios estabelecidos pela lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, Decreto Municipal n° 141/2016 e critérios estabelecidos no Chamamento Público supracitado.

Para tanto, encaminhamos os documentos solicitados no Edital de Chamamento, para análise e seleção, pois é de nosso interesse firmar parceria com este Município.

Atenciosamente,

Nome

Presidente da Entidade/Organização

ANEXO 03

FORMULÁRIO DE DADOS

CADASTRO DA ENTIDADE/ÓRGÃO

NOME DA ENTIDADE:

CNPJ: DATA DA INSCRIÇÃO: __/__/__

NATUREZA JURÍDICA:

ENDEREÇO:

CIDADE: UF:

TELEFONE: ( ) E-MAIL:

NOME DO PRESIDENTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__ CPF:

RG/ÓRGÃO EXPEDIDOR:

TELEFONE: E-MAIL:

MANDATO DA DIRETORIA (PERÍODO):

ÁREA DE ATUAÇÃO:

( ) Esportes, Lazer

( ) Recreação

( ) Assistência Social

( ) Educação e Cultura

( ) Saúde

NOME DO SERVIÇO OFERTADO:

PÚBLICO ALVO:

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de Chamamento Público 006/2022, instaurado por este Município de Campo Novo do Parecis/MT, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão público, de qualquer esfera de governo, declarando, em consequência, a inexistência de fato superveniente e impeditivo de habilitação no certame.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Novo do Parecis/MT, xx de xxxxx de 2022.

Nome

Presidente da Entidade/Organização

ANEXO 05

FORMULÁRIO DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA RECURSOS HUMANOS COM ATUAÇÃO EXCLUSIVA PARA ATUAR NA PROPOSTA DO OBJETO

Nome	Cargo	Formação	Vínculo	Carga horária

Nome

Presidente da Entidade/Organização

ANEXO 06

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A proponente abaixo assinada, participante do Chamamento Público n° 006/2022, por seu representante legal, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.° 13.019/2014 e demais legislação pertinente, que, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Campo Novo do Parecis/MT, xx de outubro de 2022.

Nome

Presidente da Entidade/Organização

ANEXO 07

PLANO DE TRABALHO NA ÁREA DE ESPORTES E LAZER

I – DIAGNÓSTICO:
II – DESCRIÇÃO DO OBJETO:
III – METAS QUANTITATIVAS, QUALITATIVAS E INDICADORES:

Metas:	Indicadores:

IV – PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:
V – JUSTIFICATIVA:
VI – METODOLOGIA (descrever de que forma será realizado a execução do projeto):
VII - CAPACIDADE, METAS QUANTITATIVAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO:

Quantidade de Equipes	Quantidade de Atletas	Quantidade de Público	Número de Jogos	Início previsto	Término previsto

Nome

Presidente da Entidade/Organização **ANEXO 08**

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO

Objetivos em consonância com o Plano de Ação	Capacidade de atendimento	Recursos Humanos para a execução do projeto	Código de natureza de despesa para aplicação

Nome

Presidente da Entidade/Organização

ANEXO 09

MODELO DE MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº xxx/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO firmado entre o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS – MT** e a Organização da Sociedade Civil XXXX, para apoio ao desenvolvimento do Evento Esportivo na Modalidade “Moto Cross”.

O **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 24.772.287/0001-36, com sede na Av. Mato Grosso, nº 66-NE, Centro, neste ato representado pelo Sr. **RAFAEL MACHADO,** brasileiro, em união estável, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, bairro Jardim Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, neste ato denominado como **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e do outro lado a Organização da Sociedade Civil (OSC) **xxxxxx**, entidade inscrita sob o CNPJ xxxxx, com sede no Município de xxxxxxx, na Rua xxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por seu presidente(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) na Rua xxxxxxxxxxxxxxx, neste ato denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** para execução de atividades de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação para que a entidade desenvolva o Realização do Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual Motocross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, decorrentes da Chamamento Público nº 005/2022, observadas as normas e disposições estabelecidas na Lei nº 13.019/2014, Decreto Executivo Municipal 141/2016, e demais normas pertinentes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** tem por objeto firmar parceria por interesse público com entidade da sociedade civil para: Execução de Realização de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual Motocross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022, com intuito de expandir o esporte e promover à população momentos de lazer e integração social, saúde e bem estar. **1.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

2.1 - Os recursos serão disponibilizados em conformidade com as Leis Federais 13.019/2014, 13.204/2015, Lei Complementar 101/2000 e Decreto Municipal nº 141/2016, com dotação orçamentária específica.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – xxxxxxxxxxx.

3.1.1 - Fornecer dados complementares a Prefeitura Municipal, sempre que solicitado, quanto a execução do **TERMO DE COLABORAÇÃO**;

3.1.2 - Excluir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto.

3.1.3 - Dar ampla publicidade divulgando em seu sitio eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria;

3.1.4 - Desenvolver as seguintes atividades:

a) Realização de Evento Esportivo Final do Campeonato Estadual Motocross LEMAMT, que acontecerá de 12 a 13 de novembro de 2022;

b) Promoção da prática esportiva com intuito de difundir a modalidade;

c) Realizar a integração social através do esporte entre atletas e público com descontração e lazer;

d) Promover além da integração social e lazer um evento competitivo com respeito as regras e de alto nível;

3.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** terá como Gestor responsável pelo presente termo o xxxxxxxxxxxxxxx, o qual terá as seguintes incumbências, conjuntamente com a comissão de:

3.2.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.2.2 - Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução da parceria e irregularidades, e sobre as providências para solucioná-las;

3.2.3 - Emitir o Parecer Técnico conclusivo de análise da parceria, fundamentado no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;

3.2.4 - O agente fiscalizador deverá realizar visitas ao local da prestação dos serviços, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, que redigirão o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria.

3.2.5 - Itens obrigatórios no Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da Parceria:

a) descrição sucinta das atividades e metas pactuadas;

b) análise das atividades e metas realizadas, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) análise das auditorias realizadas pelos controles internos.

3.2.8 - Responderão solidariamente o Gestor e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por fatos inverídicos.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará através do presenteTERMO DE COLABORAÇÃO **R$ 51.410,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e dez reais)**, a ser pago em parcela única no dia 11/11/2022

4.2 - As despesas e os repasses financeiros efetuados, decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06 – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Unidade 02 – Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte Setor 27 – Recursos Próprios

Dotação: 06.003.27.812.0019.20037.3.3.50.41.00.00000250000000 Despesas Financeiras – Recursos Próprios

CLÁUSULA QUINTA - DO PLANO DE TRABALHO E DO DESEMBOLSO

5.1 **-** A ser apresentado pela Organizações da Sociedade Civil (OSC) XXXX

5.2 - Os valores fixados a partir da assinatura deste TERMO, não serão reajustados.

Nº	Competência	Data do Repasse	Valor R$
01	Novembro/2022	Até 11 de Novembro/2022	R$ **51.410,00**
TOTAL			**R$ 51.410,00**

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

6.1 - O presente termo terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por interesse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A inexecução total ou parcial do presente **TERMO DE COLABORAÇÃO** ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Plano de Trabalho enseja a sua rescisão, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 141/2016.

7.2 - A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1 - **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – XXXXXXXXXXXX**

8.1.1 - Arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, à Administração Pública e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços, objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;

8.1.2 - As despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a empregados da XXXXXXXXXXXXXXXX no desempenho dos serviços para o cumprimento deste TERMO DE COLABORAÇÃO, ficando ainda a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

8.2 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

8.2.1 - Acompanhar a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

CLÁUSULA NONA- DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

9.1 - advertência;

9.2 - suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

9.3 - declaração de inidoneidade para participar em Chamamento Público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a XXXXXXXXXXXX ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II, do Art. 73 da Lei 13.019/2014.

9.4. A sanção estabelecida no item 9.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1 - A execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 141/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - Será de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, providenciar a publicação deste TERMO DE COLABORAÇÃO por extrato, nos termos da legislação vigente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 13.019/2014, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram este TERMO DE COLABORAÇÃO, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição, o Anexo I.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas e será arquivado no Departamento Legislativo do Município.

Campo Novo do Parecis/MT, em XX de XXXX de 2022.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

1) _____ CPF nº _____

2) _____ CPF nº _____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 119/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 119/2022

Recebimento das propostas: **a partir do dia 26 de outubro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 18 de novembro de 2022, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 18 de novembro de 2022, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 18 de novembro de 2022, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de herbicida.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 25 de outubro de 2022**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº 149/2022

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO Nº 149/2022 – REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ESPELHOS D'ÁGUA à empresa DILMA AZEVEDO BORBA DE SALLES LTDA - ME, CNPJ nº 10.212.613/0001-46, vencedora do certame com o valor de R$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). Campo Verde, 25 de outubro de 2022. Fabrícia R. Zago – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 462/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DILMA AZEVEDO BORBA DE SALLES LTDA - ME, CNPJ nº 10.212.613/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LIMPEZA, TRATAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ESPELHOS D'ÁGUA - PREGÃO Nº 149/2022.

VIGÊNCIA DA ATA: DE 25/10/2022 À 25/10/2023

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUOS DE LIMPEZA E TRATAMENTO E CONSERVAÇÃO DO ESPELHOS D`ÁGUA DO PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.	MÊS	12	R$ 2.350,00	R$ 28.200,00

VALOR DO LOTE: R$ 28.200,00 (VINTE E OITO MIL E DUZENTOS REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 28.200,00 (VINTE E OITO MIL E DUZENTOS REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTPS://NOVO.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

JURÍDICO
TERMO DE COOPERAÇÃO

O **MUNICIPIO DE CAMPO VERDE/MT**, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ nº 24.950.495/0001-88, sito a Praça dos Três Poderes, nº 03, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 906391-9 SESP/MT e CPF nº 631.576.751-68, residente e domiciliado em Campo Verde/MT e o **PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CAMPO VERDE**, Autarquia Municipal, inscrito no CNPJ nº 00.309.037/001-04, sito a Rua Rio de Janeiro, nº 427, centro, Campo Verde/MT, neste ato representado por sua Diretora, **MARIZA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 0861850 SSP/MT e CPF nº 567.900.741-04, residente e domiciliada em Campo Verde/MT.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1616/2010 e suas alterações, art. 73, §1º, **RESOLVEM** firmar o presente Termo de Cooperação, com as seguinte cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE COOPERAÇÃO tem por objeto a designação da Controladora Interna do Executivo Municipal LISLAINE LAURINDO para execução de atividades em regime de mútua colaboração técnica-operacional entre os participes.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Compete ao **MUNICIPIO DE CAMPO VERDE**:

a) Designar a servidora municipal indicada na clausula primeira, investida no cargo de Controladora Interna, integrante do seu quadro efetivo de pessoal, para suprir as demandas de controle interno do PREVIVERDE, respeitadas as atribuições do cargo;

b) Encaminhar, para fins de controle funcional, a escala de férias da servidora, assim como eventuais pedidos de licenças;

c) Prestar todas as informações necessárias e correlacionadas ao objeto do presente Instrumento. II – Compete ao **PREVIVERDE**: a) Custear o pagamento dos valores correspondentes a gratificação estabelecida na Lei Municipal nº 1616/2010 e suas alterações;

b) Garantir a servidora todos os direitos assegurados por Lei, comunicando quaisquer alterações;

c) Encaminhar ao Município de Campo Verde quaisquer eventos relativos à vida funcional da servidora;

d) É vedado pagar quaisquer outros acréscimos remuneratórios de natureza indenizatória a servidora que exercer cargo em comissão de confiança em outro poder ou órgão da administração direta e indireta, seja da esfera federal. Estadual ou municipal;

e) Não dispor, nem tampouco ceder, a servidora a outro poder ou órgão da administração direta e indireta, seja da esfera federal, estadual ou municipal.

f) Prestar toas as informações necessárias correlacionadas ao objeto do presente instrumento.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos e as dúvidas que sobrevierem no cumprimento do presente Termo de Cooperação serão resolvidos em comum acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Cooperação terá vigência de 02 (dois) anos, passando a vigorar a partir de 18 de outubro de 2022, podendo ser prorrogado, a critério das partes, por igual período.

CLAUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES E DENUNCIA

O presente Termo, ressalvado o seu objeto, poderá ser alterado por Termos Aditivos, por mutuo consentimento das partes. Poderá, ainda, ser denunciado por qualquer das partes, desde que comunicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo às ações e atividades concluídas ou em desenvolvimento.

CLAUSULA SEXTA – DO FORO

Os casos omissos e dúvidas que surgirem na execução do presente TERMO DE COOPERAÇÃO serão resolvidos de comum acordo pelos partícipes, ficando eleito o foro da Comarca de Campo Verde/MT para dirimir as questões na esfera jurídica.

E por estarem justas e acordadas as partes convenientes, firmam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que abaixo subscrevem.

Campo Verde/MT, 18 de outubro de 2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Campo Verde - MT

MARIZA DOS SANTOS

Diretora do PREVIVERDE

JURÍDICO
DECRETO Nº 127/2022

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar da outras providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2783/2021 de 15/12/2021.

DECRETA:

Art. 1°. Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.494.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.158. CUSTEIO E BENEFICIOS A SEGURADOS

1 - 3.1.90.01.00.00 150 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E 1.195.000,00

REFORMAS

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.162. REGIME ESTATUTÁRIO

3 - 3.1.90.11.00.00 153 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL 78.000,00

CIVIL

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.162. REGIME ESTATUTÁRIO

4 - 3.1.90.96.00.00 153 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL 28.000,00

REQUISITADO

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.163. CUSTEIO E BENEFÍCIOS A DEPENDENTES

15 - 3.1.90.03.00.00 150 PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR

193.000,00

Total Suplementação 1.494.000,00

Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Proventos de excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo 43, do § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Verde, Estado do Mato Grosso, em 04/10/2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

JURÍDICO
DECRETO Nº 128/2022

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar da outras providências.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2783/2021 de 15/12/2021.

DECRETA:

Art. 1°. Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no orçamento Geral do Município, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.162. REGIME ESTATUTÁRIO

13 - 3.3.90.93.00.00 153 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 3.000,00

Total Suplementação 3.000,00

Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.00.000.0000.0.000. PREVIVERDE – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

15.001.09.000.0000.0.000. Previdência Social

15.001.09.272.0000.0.000. Previdência do Regime Estatutário

15.001.09.272.0048.0.000. INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREVIDÊNCIA

15.001.09.272.0048.2.162. REGIME ESTATUTÁRIO

8 - 3.3.90. 35.00.00 153 SERVIÇOS DE CONSULTORIA 3.000,00

Total Redução 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Verde, Estado do Mato Grosso, em 14/10/2022.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para serviços de sinalização viária horizontal e implantação de defensas metálicas, com fornecimento de materiais.

Valor: R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais).

Vigência do Contrato: 21 de outubro de 2022 à 18 de janeiro de 2023.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro para veículo caminhonete Toyota, Modelo: Hilux. Placas: QBH-1774, Chassi: BAJDY22G1F7007991, ANO FAB/MOD.2015/2015 para atender a Secretaria de Saúde.

Valor: R$ 1.664,00 (mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

Vigência do Contrato: 14 de outubro de 2022 à 13 de outubro de 2023.

Data de Assinatura: 14 de outubro de 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2022,CUJO OBJETO É O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO, E TOPOGRAFIA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: WRC SOLUÇÕES – PROJETOS, GEODÉSIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Fica acrescido ao termo de adesão originário, o valor de R$ 188.599,39 (cento e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos), em virtude de acréscimo de serviços.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2022.

SECRETARIA DE FAZENDA
CONVOCAÇÃO - CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS DE 2ª INSTÂNCIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT Secretaria Municipal de Fazenda - Diretoria de Gestão Estratégica.

Prezados Senhores membros do Conselho de Recursos Fiscais do Município de Campo Verde, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 093/2015, venho convoca-los para reunião que será realizada na sede da Secretaria de Fazenda Municipal, situado na Rua Maceió nº 668 – Centro, no dia 27/10/2022 - às 09:00 horas da manhã.

Convocados:

TITULAR	SUPLENTE	ORGÃO REPRESENTANTE
Miguel de Paula Oliveira	Gregório Dourado Filho	Câmara de Vereadores
Edison Gonçalves de Andrade Junior	Nicomedes Lindolfe Freitas Neto	OAB – Sub-Seção Campo Verde
Rosangela Aparecida Correia	Rodrigo Borges Ferreira	CRC - Sub-Seção Campo Verde
Lázaro Antônio Benedito de Souza	Claudinei Lopes da Silva	ACICAV
Gabriel Santos Ferreira	Marcia Ellen Rocha Pires	Executivo Municipal

Aos membros titulares que não puderem comparecer, solicitar ao presidente a convocação de seu suplente, nos termos do Artigo 14 – inciso 8 do Decreto acima citado.

Flavio Pacheco Rodrigues

Titular – Presidente do órgão da administração tributária municipal responsável pelo Conselho de Recurso Fiscal de 2ª Instância.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 79, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2022 e pelos artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 923, de 26 de junho de 2018, dos artigo 1º e 2º da Lei Municipal nº 878, de 20 de fevereiro de 2018, dos artigos 1º e 4º da Lei Municipal nº 1.085, de 20 de dezembro de 2019, do artigo 235, inciso IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008 e do artigo 97 e aplicação analógica do *caput* e incisos do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2022 por meio do Decreto Municipal nº 134, de 05 de julho de 2022;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2022, regido pelo edital nº 01/2022, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

I – MÉDICO CLINICO GERAL:

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ARTHUR SOARES MENEZES	10º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.3 do edital nº. 001/2022, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

III-Certidão de casamento ou nascimento;

IV-Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e CPF dos dependentes (se for o caso);

V- Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF/MF);

VII-Cartão do PIS/PASEP e Carteira de Trabalho (CTPS);

VIII- Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecederem à contratação (se for o caso);

IX-Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XI- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor(ou eletrônica) da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

XII-Duas fotos 3x4, colorida e recente;

XIII-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XIV- Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

XV-Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar e diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC, admitindo-se certidão de conclusão de curso, desde que acompanhado do histórico escolar.

XVI- Declaração contendo o endereço residencial;

XVII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XVIII- Declaração de bens;

XIX-Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária de seu cargo a qual exercerá sua função;

XX- Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município ou médico credenciado;

XXI- Não ter infringido as leis que fundamentaram esse edital.

Art. 3º. O candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo de sete dias corridos fixado no item 17.9 do edital 01/2022 perderá o direito à vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 4º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022 é de um ano, conforme o item 17.6 do edital regente do certame, contado da data de publicação do Decreto de Homologação nº. 134, de 05 de julho de 2022, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, podendo, entretanto, ser interrompida a qualquer tempo por interesse da administração pela cessação da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os cargos previstos no presente processo seletivo simplificado.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio de pórtico da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio/MT, no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br e no Jornal Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: www.amm.org.br, sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 17.9 do edital nº 01/2022.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 60/2022

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 60/2022

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 32/2022, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Aquisições de materiais odontológicos.

Contratado: GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES, ALIMENTICIOS E SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 14.800.997/0001-79.

Valor global: R$ 17.695,56.

Fundamento Legal: art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Dispensa de Licitação nº 60/2022, Processo Administrativo nº 175/2022 e Processo de Compra nº 165/2022.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a Dispensa de Licitação em tela, nos termos do despacho exarado no processo licitatório, da justificativa apresentada e do parecer jurídico, em consonância com o art. 72 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Campos de Júlio - MT, 25 de outubro de 2022.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO 1° ADITIVO CONTRATO N° 152/2021

ESPÉCIE: Softwares e Acessos aos Diários Oficiais.

OBJETO: Empresa especializada na captação, leitura e envio de recortes eletrônicos de diários oficiais, tanto no âmbito estadual quanto federal, que ofereça serviços de leitura e clipping eletrônico em todos os estados da federação.

DO ADITAMENTO: Prorrogação de vigência para mais 12 meses, sendo de 28/10/2022 a 27/10/2023.

VINCULAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 99/2021, Processo Administrativo nº 172/2021, Processo de Compra nº 168/2021.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE e GRIFON BRASIL, CNPJ: 21.129.497/0001-12**/CONTRATADO**.

Ligiane A. Pazinatto / Fiscal de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 309/2022

EXTRATO DO CONTRATO N° 309/2022.

ESPÉCIE: Serviços.

OBJETO: Serviços temporário profissional tipo Serviço de Motorista de transporte de passageiro escolar.

VIGÊNCIA: 24/10/2022 a 23/10/2023.

VINCULAÇÃO: Inexigibilidade nº 06/2022 Edital de Credenciamento nº03/2022.

Atendendo as condições prevista na Lei Federal nº14.133/2021

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – PREFEITO E JOSEILTON JM TRANSPORTES CNPJ/MF sob o nº 45.660.300/0001-35, CONTRATADO

EXTRATO DO 13° ADITIVO CONTRATO N° 110/2020

ESPÉCIE: Serviços / Obra.

OBJETO: **CONSTRUÇÃO PARA REVITALIZAÇÃO DO CANTEIRO DA AVENIDA VALDIR MASUTTI DO MUNICIPIO**

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGENCIA CONTRATUAL: Prorrogação para mais 30 (trinta) dias para ambos e passara a expirar em 16.11.2022

VINCULAÇÃO: Tomada de Preços nº 08/2020, Processo Administrativo nº 136/2020, Processo de Compra nº 131/2020.

ASSINAM: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI – Prefeito / CONTRATANTE CONSTRUTORA MM - ME**, CNPJ:** 18.204.777/0001-33/CONTRATADO.

Ligiane A. Pazinatto / Fiscal de Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO SUSPENSA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso das prerrogativas que lhe confere a Lei 10.520/2002, torna público, para conhecimento dos interessados, que, após retificada a descrição do item 05 do termo de referência, volta a publicar o certame.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de bombas dosadoras e bombas centrífugas para serem utilizadas na ETA (Estação de Tratamento de Água), atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo de Canabrava do Norte - MT;

Tendo em vista às alterações, a Sessão de Abertura do presente Certame Licitatório, realizar-se-á no dia 119 de novembro de 2022 às 08:30 horas, na plataforma Licitanet (https://licitanet.com.br).

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 27/10/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 11/11/2022 às 07h30min. (Horário de Brasília - DF);

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: A partir do dia 11/11/2022 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 11/11/2022 às 08h30min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://licitanet.com.br;

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites http://www.canabavadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte - MT, 25 de outubro de 2022.

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro Oficial

RH/GABINETE
PORTARIA N. 644, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA N. 644, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **MARIA LOURDES PEREIRA DA MOTA,** matrícula n. 164 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
02/06/2020 Á 01/06/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2022 Á 02/12/2022

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 25 de outubro de 2022.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL N° 003/2022.

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, informa que TORNA SEM EFEITO a publicação do SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL N° 003/2022, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 21/10/2022, ANO XVII, Edição n° 4.093 – Pág. 77-78, pelo fato de que não haverá mais Aditivos a esse Contrato.

Iranizo Matos Rodrigues

Presidente da C.P.L

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº800/2022

Portaria Nº800/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Maria Eunice Luz de Souza** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Maria Eunice Luz de Souza**, ocupante do cargo de Agente Serviços Gerais**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 26 de setembro de 2022 a 25 de outubro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 21/05/2021 a 20/05/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº789/2022

Portaria Nº789/2022

De 19 de outubro 2022.

Nomeia Servidora Aprovada em Concurso Público.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Amanda Gervazoni Chacon**, em Estágio Probatório para o cargo de Provimento Efetivo de **Médico Clínico Geral**, conforme Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.3038 de 17 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº793/2022

Portaria Nº793/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Nivia Schneider** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Nivia Schneider**, ocupante do cargo de Recepcionista**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 09 de dezembro de 2022 a 07 de janeiro de 2023.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2021 a 02/04/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº791/2022

Portaria Nº791/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Nivia Schneider** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Nivia Schneider**, ocupante do cargo de Recepcionista**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 10 de outubro de 2022 a 08 de novembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2019 a 02/04/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 10 de outubro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº803/2022

Portaria Nº803/2022

19 de outubro de 2022.

Dispõe sobre Licença Interesse Particular.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Interesse Particular por 2 anos, para a servidora público **Matilde Doehl**, no cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 21 de outubro de 2022.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de outubro de 2022**.**

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº806/2022

Portaria Nº806/2022

De 21 de outubro de 2022.

Nomeia Servidora para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Maria Aparecida Gonçalves Fernandes** para exercer o cargo deCoordenador de Serviços de Trânsitocargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n° 029/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterada pela Lei Complementar nº 156/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 21 de outubro de 2022.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº799/2022

Portaria Nº799/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Leidiane Francisco Luz** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Leidiane Francisco Luz**, ocupante do cargo de Agente Serviços Gerais**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 03 de novembro de 2022 a 02 de dezembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 19/08/2021 a 18/08/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº797/2022

Portaria Nº797/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Lilian Cléia Ayres de Oliveira** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Lilian Cléia Ayres de Oliveira**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 07 de novembro de 2022 a 06 de dezembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 18/05/2021 a 17/05/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº792/2022

Portaria Nº792/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Nivia Schneider** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Nivia Schneider**, ocupante do cargo de Recepcionista**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 09 de novembro de 2022 a 08 de dezembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2020 a 02/04/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº796/2022

Portaria Nº796/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Josiane Pinheiro da Silva Siqueira** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Josiane Pinheiro da Silva Siqueira**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo II**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 21 de novembro de 2022 a 20 de dezembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/04/2020 a 02/04/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº798/2022

Portaria Nº798/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Denaides Moreira Silva Dourado** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Denaides Moreira Silva Dourado**, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de novembro de 2022 a 30 de novembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 25/08/2021 a 24/08/2022.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº794/2022

Portaria Nº794/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Cleise Ojuara de Araujo** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Cleise Ojuara de Araujo**, ocupante do cargo de Recepcionista**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de outubro de 2022 a 30 de outubro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/05/2019 a 02/05/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 01 de outubro de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº801/2022

Portaria Nº801/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Ana Lucia Soares Souza Chagas** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Ana Lucia Soares Souza Chagas**, ocupante do cargo de **Agente Combate Endemias,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 07 de novembro de 2022 a 06 de dezembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 05/06/2020 a 04/06/2021.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº802/2022

Portaria Nº802/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Edivania Moura da Silva** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Edivania Moura da Silva**, ocupante do cargo de Agente Serviço Gerais**,**por um período de 20 dias, a serem gozadas no período de 11 de julho de 2022 a 30 de julho de 2022; e, 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º foram pagas 1/3 a mais da remuneração em julho de 2022.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 05/05/2019 a 04/05/2020.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, com efeitos retroativos ao dia 11 de julho de 2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana-MT

PORTARIA Nº795/2022

Portaria Nº795/2022

De 19 de outubro de 2022.

Conceder férias regulamentares aServidora Pública Municipal **Eduilda Caitano de Jesus** dá outras providências.

Vilson Biguelini, Prefeito em exercício do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulares a Servidora **Eduilda Caitano de Jesus**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo**,**por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 31 de outubro de 2022 a 29 de novembro de 2022.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 28/08/2018 a 27/08/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 19 de outubro de 2022.

Vilson Biguelini

Prefeito em exercício do Município de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 554 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA, Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **DIANA BELINI MARQUES** matricula nº 4121 cargo de Assistente Social, na data 25 de outubro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 25 de outubro de 2022 ao dia 27 de outubro totalizando 03 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

JESSICA ALVES LOPES BERTIPAGLIA

Secretaria Municipal de Assistência Social

Decreto nº 113/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 553 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria de Educação, na data 22 de Outubro de 2022, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dia
4368	Rosangela Martins dos Santos Alves	Professora	Filho: Lucas Vinicius Martins Alves	19/10/2022	19/10/2022	01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 550 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: "Dispõe sobre prorrogação de concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *MARIA LUCIA EVANGELISTA ALMEIDA".*

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 282, 283, 361, 434, 451 e 517/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário-Auxilio Doença em favor da servidora ***MARIA LUCIA EVANGELISTA ALMEIDA***matricula nº 3308, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil Educacional Temporário,lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **21/10/2022 a 21/11/2022**, conforme processo do DRH nº 014/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 551 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSANGELA GOULART CIPRIANO ARMANI** matricula nº 4612, cargo de Professora, na data 14 de outubro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 20 de outubro de 2022.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 451 DE 05 DE AGOSTO DE 2022.

SÚMULA: "Dispõe sobre prorrogação de concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *MARIA LUCIA EVANGELISTA ALMEIDA".*

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 282, 283, 361 e 434/2022.

CONSIDERANDO, Oficio/PREVCAR nº 088/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário-Auxilio Doença em favor da servidora ***MARIA LUCIA EVANGELISTA ALMEIDA***matricula nº 3308, efetiva no cargo de Técnica de Desenvolvimento Infantil Educacional Temporário,lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **01/08/2022 a 31/08/2022**, conforme processo do DRH nº 014/2022.

Art. 2º - Servidora está em Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 552 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **IVONI MORTELLE DA SILVA** matricula nº 120, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo, na data 25 de outubro de 2022, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro a 21 de outubro de 2022 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2022

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS PARA MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.**

Empresas vencedoras valor total: R$29.557,85 (vinte e nove mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos):

DISTRIBUIDORA PRIMAVERA DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E REFRIGERACAO EIRELI (07535072000182) com os lotes: 2, 5, 7 e 8

no valor total de R$24.727,00 (vinte e quatro mil e setecentos e vinte e sete reais).

KROETZ E TEIXEIRA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (39929340000137) com os lotes: 3 e 4 no valor total de R$4.830,85 (quatro mil e oitocentos e trinta reais e oitenta e cinco centavos).

Itens desertos: 1 e 6

Carlinda – MT, 25 de Outubro de 2022.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DECRETO Nº 040 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 040 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a data de comemoração pela Administração Pública do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, do Dia do Servidor Público, para o ano de 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTANHEIRA/MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - A data em homenagem ao Dia do Servidor Público, 28 de outubro de 2022 (sexta-feira), excepcionalmente, no exercício financeiro de 2022, será comemorado pela Administração Pública Municipal no dia 14 de novembro de 2022 (segunda-feira), como ponto facultativo.

Art. 2º - As Secretarias Municipais e os Órgãos Autônomos e Independentes, no dia 28 de outubro de 2022, funcionarão em horário normal de expediente.

Art. 3º - O disposto no presente Decreto, no que se refere ao ponto facultativo do dia 14 de novembro de 2022, não será aplicado para:

I - os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar.

Art. 4º - Fica a critério da Administração Municipal a qualquer momento através de ato do chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário Municipal e Chefe de Órgão Autônomo e Independente, da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos servidores municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Administração e Finanças e o Setor de Recursos Humanos deverão dar ciência do inteiro teor do presente Decreto, mediante cópia, a todos:

I - os Secretários Municipais e Chefes de Órgãos Autônomos e Independentes da Municipalidade, bem como das Autarquias e Fundações da Municipalidade, para adoção das providências dispostas, neste Decreto;

II – agentes titulares de Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual e Federal, radicadas no Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, assim como a todas as Entidades de Classes da Indústria, do Comércio e de Prestação de Serviços com sede no Município.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Castanheira/MT, 25 de outubro de 2022.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO CANCELAMENTO ATA 002/2022

MUNICIPIO DE CLÁUDIA representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal ALTAMIR KURTEN, PROMITENTE FORNECEDORA ,empresa **PLC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, **.** O presente Termo visa cancelar todo saldo remanescente do ITEM 03, constante na Cláusula Primeira, da Ata de Registro de Preços n° 002/2022 O presente justifica-se tendo em vista a justificativa da Secretaria Municipal de Administração, informando que o novo valor, após novo processo licitatório, ficou mais vantajoso para a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT.

Cláudia - MT, 20 de outubro de 2022.

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022

De 24 de outubro de 2022.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Senhor Altamir Kurten, Prefeito Municipal de Cláudia-MT, por meio da sua Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2022, nomeada pelo Decreto nº 715 de maio de 2022, em conformidade com o Art. 198, § 4º da CF/88, a Lei Federal nº 11.350 de 05 de Outubro de 2006; Lei Federal nº 13.595, de 5 de Janeiro de 2018, e demais legislação municipal pertinente, torna pública a realização de COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022, destinado a selecionar candidatos para o ingresso nas funções de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente processo seletivo público será regido por este Edital, executado pela empresa ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com acompanhamento da COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022, que ficará instalada na sede da Secretaria de Saúde do Município de Cláudia-MT, localizada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208, Centro – Cláudia -MT - Telefone (66) 99621-1835, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30 (Horário Oficial de MT). 1.2. O presente Processo Seletivo Público nº 001/2022 se destina a selecionar Candidatos para as funções Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, verificado o preenchimento de todos os requisitos, necessários à respectiva contratação. 1.3. A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022 publicará avisos de todas as etapas deste Processo Seletivo Público através de Editais Complementares que serão

publicados no Diário Oficial do Município - https://diariomunicipal.org/mt/amm/, no mural e site oficial da Prefeitura https://www.claudia.mt.gov.br/ e site da empresa organizadora www.atamemt.com.br/concurso/.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO:

2.1. Para a contratação da função pretendida, o Candidato deverá preencher todos os requisitos previstos no ANEXO I, que lhes sejam respectivos, além de: a) Ser aprovado neste Processo Seletivo Público; b) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei; c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; d) Provar sua plena quitação com as obrigações militares, se homem; e) Provar sua plena quitação com as obrigações eleitorais; f) Apresentar título de eleitor e Cadastro de Pessoa Física (CPF); g) Apresentar declaração se exerce ou não cargo, emprego ou função pública remunerada, incluídos, empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista; h) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos específicos de habilitação legal, exigidos para a contratação na função, conforme especificado no ANEXO I deste Edital; i) Comprovar outros requisitos, que sejam essenciais para a contratação, objeto deste processo seletivo público.

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DESTE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

3.1. Para a execução deste Processo Seletivo Público, ficam estabelecidas as seguintes datas, que por se tratarem de mera previsão, estão sujeitas à confirmação nos Editais Complementares:

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO	
Das Inscrições	Data Prevista
Publicação do Edital	24/10/2022
Período geral de realização das inscrições.	De 09/11/2022 a 20/11/2022
Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição.	De 09/11/2022 a 11/11/2022
Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas.	Até o dia 16/11/2022
Protocolo do Requerimento de Inscrição de Candidato como Pessoa com Deficiência-PcD, nos termos do subitem 6.7, deste Edital.	Até o dia 21/11/2022
Data de vencimento da taxa de inscrição	22/11/2022
Publicação da Lista de Inscritos Deferidos e Indeferidos.	24/11/2022
Publicação da Lista de Homologação dos Candidatos inscritos.	29/11/2022
Das Provas	Data Prevista
Publicação dos locais e horários de realização das provas escritas	29/11/2022
Data da realização das provas escritas	04/12/2022
Dos Resultados	Data Prevista
Publicação do gabarito da prova escrita	Até as 16h00 do dia 05/12/2022
Publicação do Resultado Preliminar	Até o dia 14/12/2022
Publicação do Resultado Final	Até o dia 20/12/2022
Do Prazo de Interposição de Recursos	
Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (I) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (II) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (III) publicação dos gabaritos de provas; e (IV) divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo Público.	2 dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação das respectivas etapas, no período das 00h00 do primeiro dia às 23h59 do último dia.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições somente serão realizadas via internet, através do endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, durante o período compreendido entre às 07h (sete horas) do dia estabelecido no item 3.1 deste Edital e às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia estabelecido no item 3.1 deste Edital, considerado, para tanto, o HORÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO. 4.2. Para efetuar sua inscrição, o Candidato deverá observar o seguinte procedimento: a) Ler atentamente os termos deste Edital e seus Anexos, certificando-se que possui todos os requisitos necessários à contratação na função; b) Acessar o endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/ e preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet; c) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, até a data indicada como de vencimento. d) Em observância às regras da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, que implantou nova plataforma de boletos de pagamento-cobrança registrados, os boletos bancários estarão disponíveis para pagamento a partir do primeiro dia útil após a realização do cadastro da inscrição, limitando-se ao prazo de vencimento estabelecido no Subitem 3.1 deste Edital. 4.3. Caso o Candidato necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova escrita, sendo ou não Pessoa com Deficiência-PcD, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição, discriminando o tratamento diferenciado de que necessita. Não indicando sua necessidade, será impossível atendê-lo. 4.4. Para a inscrição não será exigido o envio de qualquer documentação, exceto se o Candidato requerer a isenção prevista no item 5 ou inscrição na condição de pessoa com deficiência-pcd, conforme previsão no item 6 e seus respectivos subitens, deste Edital, quando deverá observar os ditames ali estabelecidos. 4.5. Somente será considerado válido o pagamento realizado via boleto bancário, não sendo considerada, para fins de inscrição do Candidato, nenhuma outra forma de pagamento da taxa de inscrição. 4.6. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que assim o requererem e comprovarem os requisitos, nos termos do item 5 e seus respectivos subitens, deste Edital. 4.7. Em hipótese alguma haverá alteração da função pretendida, após o pagamento da taxa de inscrição. Caso o Candidato assim o deseje, deverá realizar nova inscrição, efetuando seu respectivo pagamento. 4.8. Para cada participante, será permitida apenas uma inscrição. Caso o Candidato tenha efetuado duas ou mais inscrições, observando os procedimentos, somente a última inscrição realizada e efetivada será válida. 4.9. Ao se inscrever, o Candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar o seu desconhecimento, vez que, a sua inscrição, importará na aceitação tácita das condições deste processo seletivo público. 4.10. O Candidato será responsável pela atualização de seus dados cadastrais, durante a validade deste processo seletivo público, em especial, do endereço residencial e telefone atualizado. 4.11. Se, posteriormente, restar constatado que o Candidato se utilizou de má-fé, a Prefeitura Municipal de Cláudia tem o direito de excluí-lo do processo seletivo público, não havendo que indenizá-lo ou ressarci-lo, a qualquer título. 4.12. A Prefeitura Municipal de Cláudia e a ATAME, não se responsabilizarão por inscrições via internet, que não forem recebidas em virtude de falhas de comunicação, tais como: congestionamento das linhas, falta de energia elétrica ou quaisquer outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados, por esta razão é importante que o candidato acesse a sua área do candidato e confirme se sua inscrição foi validada. 4.13. Encerrado o período de inscrições, não serão admitidas alterações, exceto quando constatadas incorreções nos dados pessoais do Candidato, hipótese em que poderão ser alterados pelo próprio Candidato, acessando a Área do Candidato, através do seu *login* (CPF do candidato no campo específico, sem pontos ou traço) e senha de 08

(oito) dígitos (no campo específico, sendo: os dois primeiros dígitos do dia de nascimento + os três primeiros dígitos do CPF + os três primeiros dígitos do RG), no portal *www.atamemt.com.br/concurso/*ou mediante Recurso postado no mesmo portal no momento oportuno, ou ainda, mediante apresentação de documento original e registro na Ata de Ocorrência de Sala, na data de realização da prova escrita. 4.14. A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022 publicará aviso de inscrições deferidas, indeferidas e homologadas, nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. 4.15. Será disponibilizado terminal com internet no período das inscrições, conforme datas estabelecidas no item 3.1. deste Edital, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30, na Secretaria de Saúde do Município de Cláudia-MT, localizada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208, Centro

– Cláudia -MT.

5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. O valor correspondente à taxa de inscrição está discriminado no ANEXO I deste Edital. 5.2. O valor da taxa de inscrição paga, não será devolvido, exceto em caso de cancelamento deste Edital, por conveniência e oportunidade da Administração. 5.3. Os candidatos que atenderem um dos seguintes requisitos poderão requerer isenção no pagamento da taxa de inscrição, observado o período estabelecido no item 3.1 deste Edital: a) Ser considerado de extrema pobreza e enquadrar-se nas determinações do Decreto n˚ 6.593, de 11 de dezembro de 2008, de estar regularmente inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; b) Ser doador regular de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 7.713/2002, comprovando que já tenha realizado no mínimo três doações antes do lançamento deste Edital; c) Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados, conforme estabelece a Lei Estadual nº 8.795/08. 5.4. Para requerer a isenção da taxa de inscrição, os Candidatos deverão observar suas respectivas condições, procedendo da forma abaixo prevista: a) Para o Candidato considerado de extrema pobreza: preencher o Requerimento de Isenção, no período compreendido entre o início das inscrições e às 17h (Horário Oficial de MT) do último dia do prazo estabelecido no item 3.1 deste Edital, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico da ATAME - www.atamemt.com.br/concurso/, indicando, obrigatoriamente, o seu Número de Identificação Social – NIS, atribuído ao Candidato pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo Candidato no Requerimento de Isenção; b) Para o Candidato doador regular de sangue: entregar, pessoalmente, por terceiros ou via correio, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia - MT, situada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208, Centro - Cláudia -MT - CEP: 78.540-000, conforme prazo estabelecido no item 3.1, no horário de seu respectivo expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30 (Horário Oficial de MT), envelope lacrado, com indicação de seu nome, função pretendida, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, e cópia dos seguintes documentos: b.1) Documento de identidade do Candidato, observado o item 9.6 “a”, deste Edital; b.2) Cadastro de Pessoa Física – CPF do Candidato; b.3) Documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue, expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que o Candidato faça a doação. Em referido documento, é imprescindível, a comprovação de que o Candidato já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento deste Edital. c) Para os candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados: entregar, pessoalmente, por terceiros ou via correio, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia - MT, situada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208, Centro - Cláudia

-MT - CEP: 78.540-000, conforme prazo estabelecido no item 3.1, no horário de seu respectivo expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30 (Horário Oficial de MT), envelope lacrado, com indicação de seu nome, função pretendida, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, e cópia dos seguintes documentos, conforme o caso:

c.1) se empregados de empresas privadas: cópia do último Holerite recebido; c.2) se servidores públicos: cópia do último contracheque recebido ou declaração do órgão ou entidade pública onde trabalha, sendo aceito apenas documento emitido com data máxima de 30 (trinta) dias a contar da data do início das inscrições; c.3) se autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco; c.4) se servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração de próprio punho dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco; c.5) se pensionista: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco; c.6) se estagiário: cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco; c.7) se desempregado: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco. 5.5. As informações prestadas no Requerimento de Isenção, bem como na documentação apresentada para tal fim, serão de inteira responsabilidade do Candidato, que pode a qualquer momento, se não agir com retidão, responder por crime contra a fé pública, acarretando sua eliminação deste processo seletivo público. 5.6. Não será concedida isenção da taxa de inscrição aos candidatos que: a) Não entregarem o Requerimento de Isenção devidamente preenchido e assinado, no prazo

estabelecido, observado o item 5.4 “b e c”;

b) Omitirem informação e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar documentos; c) Não observarem os locais, prazos e horários, estabelecidos no item 3.1 deste Edital; d) Não atenderem aos requisitos estabelecidos para a isenção do pagamento, conforme termos deste Edital. 5.7. Após a entrega do Requerimento de Isenção e da documentação respectiva, não será permitida complementação de documentos ou revisão. 5.8. Cada

pedido de isenção será analisado e julgado pela COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022. 5.9. As relações dos pedidos de isenção, deferidos ou indeferidos, serão divulgadas na data prevista no item 3.1, mediante publicação no Diário Oficial do Município - https://diariomunicipal.org/mt/amm/ e divulgará a lista completa no mural da Prefeitura Municipal de Cláudia-MT e nos sites https://www.claudia.mt.gov.br/ e www.atamemt.com.br/concurso/. 5.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão, observados os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, acessar o endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente. Caso assim não proceda, estará automaticamente excluído deste Processo Seletivo Público.

6. DOS CANDIDATOS INSCRITOS COMO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD.

6.1. Para efeito deste Processo Seletivo Público, considera-se deficiência somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com a Classificação Internacional de Doença – CID. 6.2. Em observância à Lei Complementar Estadual n˚ 114, de 25 de novembro de 2002, é assegurado 10% das vagas ao Candidato inscrito como Pessoa com Deficiência. Para tanto, deverá declarar a deficiência física de que é portador e, se convocado, submeter-se à perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal de Cláudia-MT, que dará decisão terminativa sobre sua qualificação e/ou o grau de deficiência capacitante, para o exercício na função pretendida. 6.2.1. Neste Processo Seletivo Público não haverá reserva de vaga para Pessoa com Deficiência-PcD, vez que, da aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas destinada para a função, não resultou em um número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), sendo que para haver reserva, cada função teria que ofertar um número de vagas igual ou superior a 7 (sete). 6.3. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá declarar, no ato da inscrição e em campo próprio: o tipo de deficiência de que é portador, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas. Caso assim não o faça, não será considerado pessoa com deficiência e consequentemente, não poderá interpor recurso em favor de sua situação e não terá prova especial preparada. 6.4. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência participará deste Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos, não havendo assim, distinção do conteúdo das provas, dos critérios de avaliação e de aprovação, dos locais e horários de realização das provas, da pontuação mínima exigida. 6.5. Ao Candidato inscrito como pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional, nos termos do

§2˚ do art. 40, do Decreto Federal n˚ 3.298/99, será concedido um percentual de 25% (vinte e cinco

por cento) de tempo adicional, contabilizado do tempo total de prova.

6.7. Os Candidatos inscritos como pessoa com deficiência deverão protocolar com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 001/2022, pessoalmente, por terceiros ou via correio, até a data prevista no cronograma estabelecido no item 3.1 deste Edital, no horário de seu respectivo expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30 (Horário Oficial de MT), na sede Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia - MT, situada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208,

Centro - Cláudia – MT, CEP: 78.540-000, envelope lacrado, com indicação de seu nome, função pretendida, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022, contendo: Requerimento de Inscrição como Candidato inscrito como pessoa com deficiência-PcD - conforme modelo do ANEXO III deste Edital, Laudo Médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n˚ 3.298/99. Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

7.1. Compete ao Candidato: a) Acompanhar todas as publicações, referentes a este Edital e demais Editais Complementares, feitas no Diário Oficial do Município e nos demais locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital; b) Nas listas a serem divulgadas, conferir especialmente os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, função para a qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o Candidato deverá requerer a devida correção, através dos prazos recursais, acessando o Portal do Candidato, ou requerendo junto a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público. 7.2. O Candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas, como justificativa de sua ausência. Independente de qual seja o motivo, a ausência do Candidato, caracterizará sua desistência, resultando em sua eliminação do Processo Seletivo Público. 7.3. Cabe ao Candidato, verificando qualquer fato que julgue desigual durante a execução das provas, denunciar aos Fiscais, caso o problema não seja resolvido, exigir a presença da Coordenação da Empresa organizadora e do representante da Comissão Organizadora para que tomem as devidas providências, e requerer que tudo seja constado em Ata.

8. DAS MODALIDADES DE PROVAS

8.1. Das Provas Escritas: 8.1.1. Para fins de avaliação do Candidato, este Processo Seletivo Público será constituído por PROVAS ESCRITAS para as funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, de nível médio.

9. DA REALIZAÇÃO DA PROVAS ESCRITA

9.1. A prova escrita será realizada na data estabelecida no item 3.1 deste Edital, com tempo de duração de 3 (três) horas ininterruptas, sendo que o local e horário serão divulgados posteriormente em Edital Complementar. 9.2. O local da prova escrita será divulgado no Diário Oficial do Município - https://diariomunicipal.org/mt/amm/ 9.2.1. Os Candidatos poderão ainda consultar, nos sites da Prefeitura Municipal de Cláudia-MT - https://www.claudia.mt.gov.br/ e da ATAME: www.atamemt.com.br/concurso/, na Área do Candidato, o local e a sala onde irão realizar a prova escrita. 9.3. Não será admitida a entrada de Candidato que se apresentar após o horário determinado para o início das provas. Neste caso, o Candidato será considerado ausente e eliminado do Processo Seletivo Público, nos termos do item 7.2. 9.4. Não será permitida a entrada, nos locais de aplicação das provas, de Candidato que não estiver em condições para realização das mesmas, tais como: alcoolizado, com trajes inadequados (roupa de praia, seminu, etc.) e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas. 9.5. Não será admitida a permanência de acompanhante do Candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público, nas dependências dos locais onde forem celebradas as provas, salvo com a devida autorização da COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022. 9.6. Para realização das provas escritas, o Candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 1h (uma hora) do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original (observado o subitem “a”) e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta.

a) Para fins deste processo seletivo público, são considerados documentos de identidade: (i) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; (ii) cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a do CREA, do CRC, etc.; (iii) a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (iv) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei Federal n˚ 9.503/97.

9.7. Somente ao Candidato que apresentar um dos documentos discriminados acima, e desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação, será permitida a realização das provas escritas. 9.8. Caso o Candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar cópia do documento, expedido em, no máximo, trinta dias antes à data da prova, que ateste o registro da respectiva ocorrência em órgão policial. Nesta ocasião, o documento será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, assinaturas e impressão digital. 9.9. Ao chegar ao local de prova, o Candidato deverá procurar o número de sua sala nas listagens afixadas no Mural, localizando-a, a ela deverá se dirigir. 9.10. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo nos termos da Lei Estadual nº 10.269/15. 9.10.1. A Candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período. 9.10.2. A Candidata deverá solicitar atendimento diferenciado para tal fim ao Fiscal da sala. Deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança, em local reservado. A falta de acompanhante impossibilitará a Candidata de realizar a prova. 9.11. Será sumariamente eliminado do Processo Seletivo Público, o Candidato que: (i) utilizar meios ilícitos para a realização das provas; (ii) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, auxiliares ou autoridades; (iii) afastar-se da sala, sem o acompanhamento do fiscal e antes de ter concluído a prova;

(iv) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro Candidato ou pessoa, ou utilizando-se de máquinas de calcular ou similares, telefone celular, relógios, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações; (v) portar armas brancas; (vi) tiver constatada, por meio de perícia e após a realização da prova, a utilização de meios ilícitos para a realização da mesma.

9.12. Por motivo de segurança, iniciada a prova, nenhum candidato poderá se retirar da sala, antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu efetivo início. Caso o faça, o Candidato que o fizer terá seu nome registrado na Ata de Registro de Sala. 9.13. Os candidatos poderão se retirar da sala, levando o caderno de provas, somente depois de decorridas 01h30 (uma hora e trinta), do efetivo início da prova. 9.13.1. Não haverá disponibilização de caderno de prova, posterior à realização das provas escritas, para aquele candidato que não aguardar o tempo mínimo de realização de sua prova, conforme estabelecido no item 9.13. 9.14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham concluído a prova, quando então, serão liberados. 9.15. Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo Candidato para justificar sua ausência.

10. DA FOLHA DE RESPOSTA (FOLHA ÓPTICA)

10.1. A folha de resposta (folha óptica) do Candidato deverá ser preenchida com caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta, hipótese em que deverá ser marcada a alternativa julgada como sendo a resposta da questão. 10.2. Não serão atribuídos pontos às questões da prova escrita, que forem emendadas, rasuradas e/ou contiverem mais de uma ou nenhuma resposta assinalada na folha de resposta (folha óptica) do Candidato.

11. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS

11.1. As provas escritas serão de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório, contendo questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas, sendo que apenas uma responderá à questão, obedecendo ao seguinte quadro de pontuação:

Função	Tipos de Provas	N.º Questões	Peso	Total de Pontos
	-Língua Portuguesa	10	3,0	
Agente Comunitário de Saúde Agente de Combate às Endemias	-Matemática -Conhecimentos Gerais	05 10	2,0 2,0	100
	-Conhecimentos Específicos	10	4,0	

11.2. Os pontos correspondentes às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os

Candidato, independente de formulação de recursos.

11.3. A divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas escritas, será feita até as 16h do 1˚ dia útil posterior à data de sua aplicação, sendo disponibilizado nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital.

12. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

12.1. Será considerado aprovado ou classificado, o Candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita e para a prova prática (se houver), e não obtiver 0 (zero) em nenhuma das disciplinas. 12.1.1. Será considerado reprovado, o Candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita e para prova prática (se houver). 12.1.2. A classificação final será realizada por ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos. Sendo que, no caso de igualdade da pontuação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n˚ 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos; c) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver); e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; f) Que tiver mais idade; g) Sorteio público.

13. DOS RECURSOS

13.1. O Candidato que desejar interpor recurso contra as fases deste Processo Seletivo Público, disporá de

2 (dois) dias úteis, contados do dia imediatamente subsequente ao da divulgação dos Editais Complementares, devendo fazê-lo no horário das 00h00 do primeiro dia, às 23h59 do último dia, computado ininterruptamente e em observância ao horário oficial do Mato Grosso.

13.2. Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (I) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (II) divulgação das listas de Candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (III) publicação dos Gabaritos de Provas; (IV)

divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo Público. 13.3. A interposição de recurso será exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, ao qual o Candidato terá acesso mediante login e senha, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, devendo o Candidato seguir as instruções ali contidas. 13.4. Recurso contra a prova escrita deverá ser individual para cada questão, devidamente fundamentado, sucinto, com a indicação daquilo em que o Candidato se julgar prejudicado, comprovando suas alegações com citação de artigos, legislação, itens, livros, nome de autores, etc. 13.4.1. Serão rejeitados liminarmente, sem análise do mérito, os recursos enviados fora do prazo ou sem fundamentação. 13.5. Os recursos julgados serão divulgados nos meios estabelecidos no item 1.3 deste Edital, bem como na Área do Candidato, no endereço eletrônico www.atamemt.com.br/concurso/, não sendo possível o conhecimento do resultado, via telefone, e-mail ou fax. 13.6. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, exceto no caso de comprovado erro material, com manifestação posterior ou de ofício. 13.7. Os recursos cujo teor desrespeite a COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022 serão indeferidos sem análise do mérito. 13.8. Se, do exame de recursos contra questões da prova escrita, resultar anulação ou alteração de alternativa, a pontuação ou alteração valerá para todos os Candidatos que realizaram o mesmo tipo de prova, independente de terem recorrido.

14. DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

14.1. Após a divulgação do resultado final, o Processo Seletivo Público será homologado, por Decreto, pelo Prefeito de Cláudia-MT, mediante publicação no Diário Oficial do Município, nos veículos de comunicação previstos no item 1.3 deste Edital. 14.2. A aprovação no Processo Seletivo Público, assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Prefeitura de Cláudia-MT.

15. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O Processo de contratação dos Candidatos aprovados neste Processo Seletivo Público, será efetivado em observância às normas da legislação vigente. 15.2. Para a efetivação da contratação, o Candidato deverá apresentar, obrigatoriamente: (I) declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio; (II) declaração sobre o exercício do cargo, emprego ou função pública; (III) certidão de tempo de serviço anterior, se houver; (IV) Certidão de Antecedentes Civis e Criminais das 4 regiões; e (V) demais documentos pertinentes exigidos no edital de convocação. 15.3. Os Candidatos aprovados neste Processo Seletivo Público deverão entregar os comprovantes de preenchimento dos requisitos exigidos para a contratação da função pleiteada, tão logo sejam convocados, observada rigorosamente a ordem de classificação publicada no Diário Oficial do Município - https://diariomunicipal.org/mt/amm/. 15.4. A convocação dos Candidatos aprovados será processada de acordo com as necessidades da Prefeitura de Cláudia, não havendo obrigatoriedade de preenchimento imediato de qualquer uma das vagas oferecidas, dentro do prazo de validade deste Processo Seletivo Público. 15.5. A contratação dos Candidatos, que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos, será efetivada por ato do Prefeito Municipal. 15.6. Os Candidatos serão contratados sob o regime jurídico estatutário, tendo como regime previdenciário, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. 15.7. Para efeito de contratação, o Candidato aprovado, classificado e convocado, ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, devendo apresentar atestado de aptidão física e mental, conforme Anexo VI. 15.7.1. Todos os exames estão previstos no Anexo VI e correrão às expensas do candidato. 15.8. Poderá não tomar posse, o Candidato inscrito como Pessoa com Deficiência - PcD, aprovado, classificado e convocado, cuja incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício da função, for comprovada. 15.9. Não será efetivada a posse do Candidato aprovado quando, condenado em Processo Criminal, com sentença transitada em julgado, ou demitido do Serviço Público deste Município, observado o prazo de prescrição. 15.10. Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de convocação para tomar posse ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para a contratação na função. 15.11. Inobstante todas as disposições contidas neste Edital, sobre a posse do Candidato aprovado, os Órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O período de validade deste Processo Seletivo Público será de 1 (um) ano, a contar da data de Publicação da Homologação de seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da Autoridade competente. 16.2. Durante a vigência do Processo Seletivo Público, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os Candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como Cadastro de Reserva, obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. Sendo que o Candidato poderá ser convocado para contratação na medida em que surgirem novas vagas, por função, observando-se o exclusivo interesse do Órgão, desde que obedecidos os requisitos no Anexo I deste edital. 16.3. A impugnação Administrativa e/ou Judicial a este Edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos. 16.4. Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação neste Processo Seletivo Público, valendo para este fim, a publicação efetuada no Diário Oficial do Município, conforme item 1.3 deste Edital. 16.5. A verificação, em qualquer época, de declaração ou apresentação de documento falso ou a prática de ato doloso pelo Candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais cabíveis. 16.6. A Prefeitura de Cláudia-MT, através da COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022, fará divulgar, sempre que necessário, Editais Complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do Candidato acompanhar tais publicações. 16.7. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: ANEXO I - Quadro de Funções, com as respectivas vagas; ANEXO II – Conteúdo Programático das Provas Escritas; ANEXO III – Modelo de Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência - PcD; ANEXO IV – Atribuições básicas da função; ANEXO V

– Mapa da Área de Abrangência, ANEXO VI - Exames Clínicos Obrigatórios para a Função.

16.8. Quaisquer informações sobre este Processo Seletivo Público poderão ser obtidas de segunda a sexta- feira, das 7h30 às 10h30 e das 13h30 às 16h30 (Horário Oficial de MT), pessoalmente junto a COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2022, na Secretaria Municipal de Saúde de Cláudia-MT, situada na Avenida Gaspar Dutra, nº 1208, Centro – Cláudia -MT ou pelo Telefone (66) 99621-1835; ou pelo telefone da ATAME MT - (65) 3321-9000, observado o horário de atendimento, de segunda a sexta, das 8h às 11h30 e das 13h00 às 17h30. 16.9. No site da ATAME – www.atamemt.com.br/concurso/, o Candidato poderá obter a íntegra deste Edital e demais Editais Complementares, podendo consultar ainda, os locais de realização das provas escritas, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento deste Processo Seletivo Público. 16.10. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2022.

Cláudia, MT, 24 de outubro de 2022

Altamir Kurten Prefeito Municipal

Emanuelle Teixeira da Costa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público nº 01/2022

ANEXO I

QUADRO DE FUNÇÕES - COM AS RESPECTIVAS VAGAS

Código e Nome da Função	Escolaridade / Requisitos Exigidos	Nº vagas	Carga Horária Semanal	Venc. Base R$	Valor da taxa de inscrição R$	Local de Trabalho/Área de Abrangência (Conforme Anexo V)
01-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - UBS Waldemar de Oliveira	Ensino Médio Completo; Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo Público.	CR	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - UBS Waldemar de Oliveira
02-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - UBS Margarida Antunes		02	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - UBS Margarida Antunes
03-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - UBS Margarida Antunes-Assentamento Keno		01	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - UBS Margarida Antunes-Assentamento Keno
04-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - UBS Vicente Anderie		01	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - UBS Vicente Anderie
05-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - UBS José Celone		02	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - UBS José Celone
06-Agente Comunitário de Saúde - Microárea - Peri-Urbana		01	40Hs	2.424,00	70,00	Microárea - Peri-Urbana
07-Agente de Combate às Endemias	Ensino Médio Completo	02	40Hs	2.424,00	70,00	Sede do Município de Cláudia-MT

ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

FUNÇÕES: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica. Interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Grafia da palavra Porquê. Concordâncias Nominal e Verbal. Crase. Pontuação. Semântica: Sinônimo e Antônimo, Período Composto por Coordenação e Subordinação.

MATEMÁTICA: Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais; Operações e problemas no conjunto dos números Reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Múltiplos e divisores de um número Real; Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC) de um número natural; Grandezas e medidas: definição de grandezas, medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume, de massa e de tempo; transformações de unidades de medida; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros Simples e Compostos; Geometria plana: ângulos (classificação e propriedades), Retas Paralelas, Perpendiculares e transversais, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, classificação dos polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losango, trapézio, paralelogramo), área e perímetro das figuras geométricas planas (triângulo, quadrado, retângulo, losango, trapézio, paralelogramo), Circunferência: área, perímetro e suas propriedades, Trigonometria no triângulo retângulo e um triângulo qualquer; Equações do 1º grau; Sistema de equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Estatística: gráficos e interpretação, média aritmética, média aritmética ponderada, moda e mediana; Função Polinomial do 1º e 2º Graus; Função Modular; Função Exponencial; Função Logarítmica; Progressões Aritmética e Geométrica; Matrizes; Determinantes; Sistemas Lineares; Probabilidades; Problemas de contagem, Fatorial de um número natural, Permutações, Arranjo e Combinações simples; Geometria Espacial: pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos, área e volume); Equações Polinomiais; Geometria Analítica: Estudo Analítico do Ponto, da Reta e da Circunferência (elementos e equações). Resolução de problemas no conjunto dos números Reais.

CONHECIMENTOS GERAIS: ATUALIDADES: temáticas atuais e relevantes relacionadas ao Brasil, ao Estado de Mato Grosso e ao Município, amplamente divulgadas nos meios de comunicação.

HISTÓRIA DO BRASIL: da Proclamação da República, em 1889, ao Governo Bolsonaro (2019-2022). GEOGRAFIA DO BRASIL: relevo, clima, hidrografia e formações vegetais; grandes regiões brasileiras; espaço agrário; população e urbanização.

HISTÓRIA DE MATO GROSSO: bandeiras paulistas e ocupação de Mato Grosso; monções; Capitania de Mato Grosso; Rusga; Guerra do Paraguai; conflitos oligárquicos na República Velha; Comissão Rondon; Divisão de Mato Grosso. GEOGRAFIA DE MATO GROSSO: aspectos físicos do território mato-grossense; redes de transportes; turismo; espaço rural e produção agropecuária; população e urbanização.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT: aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais e culturais; organização político- administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: Competências do ACS; Compreensão em ações comunitárias, cidadania, política e ética; PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde; ESF – Estratégia de Saúde da Família. Saúde e doença: história natural e prevenção; Reforma sanitária e modelos assistenciais; Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e regulamentação; Gerenciamento e planejamento local de saúde; Sistemas de informação em saúde. Noções de Informática: Sistemas Operacionais (Windows, Linux); Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, im-

pressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados; Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E-mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware.

AGENTE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Saúde Pública: vigilância, prevenção de doenças e promoção de saúde; Saúde, doença e suas relações com o ambiente. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e cidadania. O ser humano e a saúde: as defesas do organismo e princípios de imunização. Epidemiologia básica. Doenças infecciosas e parasitárias mais comuns no Brasil. Medidas de controle vetorial e de animais sinantrópicos. Acondicionamento do lixo: coleta seletiva, reciclagem, separação e destino final do lixo. Saúde pública e saneamento básico. Promoção de Saúde nas comunidades: aspectos da educação ambiental e educação em saúde e Atribuições do Agente de Combate às Endemias. Noções de Informática: Sistemas Operacionais (Windows, Linux); Noções gerais do pacote Office; Software Livre; Noções de rede, impressão em rede, dispositivos de armazenamento e transporte de dados; Manipulação de arquivos através do Windows Explorer (Encontrar arquivos, copiar, apagar, renomear, recuperar apagados); Funções de Sistema (Painel de Controle e configurações); Editor de texto; Utilização de Mala Direta; Impressão; Planilhas eletrônicas: Elaboração de fórmulas simples; Uso de funções e fórmulas em planilhas eletrônicas, formatação de planilhas e textos; Utilização de gráficos; Impressão; conhecimentos básicos de Internet e Intranet; Envio e recebimento de E-mails, segurança digital, antivírus, firewall, backup; Conhecimentos básicos de Hardware.

Regras especificas para a função de Agente Comunitário de Saúde:

O Candidato deverá obrigatoriamente comprovar no ato da posse, o local onde reside, atestando residir na área da comunidade em que irá atuar desde a data da publicação do edital, por meio de comprovante de residência através de cópia autenticada ou cópia simples acompanhada da original, de uma conta de água, luz, telefone fixo, IPTU ou contrato de locação; O Candidato que não possuir comprovante de residência especificado no item anterior em seu nome deverá apresentar uma Declaração de Residência, juntamente com a cópia autenticada do comprovante de residência em nome do proprietário, ou do contrato de locação.

Regra comum para as funções de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias:

Os Candidatos aprovados, classificados e convocados serão submetidos, obrigatoriamente, ao Curso Introdutório de Saúde da Família, de 40 horas, a ser ofertado pela Secretaria Municipal da Prefeitura de Cláudia-MT, e terão que obter aproveitamento mínimo, oportunamente solicitado.



ANEXO III

Caixa de Texto: REQUERIMENTO INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA-PcD – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2022 Nome do Candidato: Função: O Candidato supracitado, vem por através deste REQUERER VAGA ESPECIAL COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo): Tipo de deficiência de que é portador: Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID Nome do Médico Responsável pelo laudo: (OBS: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres) INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS: - SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO: - CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO: ( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL. ( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário) ( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário) Declaro, para os devidos fins, que sou pessoa com deficiência, conforme acima mencionado, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde do Município de Cláudia-MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. , de de Assinatura Candidato

ANEXO IV ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DAS FUNÇÕES

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Condições de trabalho:

a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas; b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a necessidade de serviço para atuação em outros dias e horários de trabalho.

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética: atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

Condições de trabalho:

a) Geral: Carga horária semanal de 40 horas; b) Especial: O exercício do cargo poderá exigir a necessidade de serviço para atuação em outros dias e horários de trabalho.

ATRIBUIÇÕES:

a) Descrição Sintética: atividades de Vigilância, prevenção e controle de doenças como dengue, malária, leptospirose, leishmaniose, esquistossomose, chagas, raiva humana, entre outras, relacionadas com fatores ambientais de risco biológicos e não biológicos - lixo em locais inapropriados, água limpa acondicionada em depósitos, contaminantes ambientais, esgoto a céu aberto, desmatamento, etc.

(Desenvolver atividades conforme Legislações: Lei Federal nº 11.350/2006 e alterações posteriores, e Leis Municipais pertinentes às funções)

ANEXO V – MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Função	MICROÁREA DE ABRANGÊNCIA
01-Agente Comunitário de Saúde - UBS Waldemar de Oliveira	UBS Waldemar de Oliveira
02-Agente Comunitário de Saúde - UBS Margarida Antunes	UBS Margarida Antunes
03-Agente Comunitário de Saúde - UBS Margarida Antunes-Assentamento Keno	UBS Margarida Antunes-Assentamento Keno
04-Agente Comunitário de Saúde - UBS Vicente Anderie	UBS Vicente Anderie
05-Agente Comunitário de Saúde - UBS José Celone	UBS José Celone
06-Agente Comunitário de Saúde - Peri-Urbana	Peri-Urbana

ANEXO VI

EXAMES CLÍNICOS OBRIGATÓRIOS PARA A FUNÇÃO

EXAMES ADMISSIONAIS PARA FUNÇÕES PROVENIENTES DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2022	
FUNÇÃO	EXAME MÉDICO
Agente Comunitário de Saúde Agente de Combate às Endemias	- RADIOGRAFIA DO TORAX EM PA E PERFIL (com laudo e assinatura do médico Radiologista); - ELETROCARDIOGRAMA (com laudo, carimbo e assinatura do médico Cardiologista); - IMUNOFLUORESCÊNCIA PARA T. A. (DOENÇA DE CHAGAS); - HEMOGRAMA COMPLETO; - TIPAGEM SANGUÍNEA; - URANÁLISE; - UREIA; - GLICEMIA: Jejum; - GLICEMIA: Pós-Prandial (após o almoço); - CREATININA; - VDRL OBS: Todos os exames devem conter assinatura do responsável técnico; - COLPOCITOLOGIA ONCÓTICA (PARA MULHERES); - PSA (PARA HOMENS ACIMA DE 40 ANOS); - TESTE DE ESFORÇO (Esteira ou Bicicleta) - Com laudo do médico cardiologista (PARA CANDIDATOS A PARTIR DE 40 ANOS).

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 768, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 768, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta a Avaliação Mensal de Produtividade e Desempenho Operacional - AMPDO conforme previsão do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 933/2022 que institui a Gratificação de Produtividade e Desempenho Operacional - GPDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado no Inc. VI, do Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Ficam regulamentados os parâmetros e critérios necessários para a realização da AMPDO - Avaliação Mensal de Produtividade e Desempenho Operacional, documento de aferição da pontuação necessária a ser atingida pelo motorista, operador de máquinas I e operador de máquinas II, para fazer *jus* à GPDO - Gratificação de Produtividade e Desempenho Operacional, instituída pela Lei nº 933, de 09 de agosto de 2022.

Parágrafo único. A Avaliação Mensal de Produtividade e Desempenho Operacional - AMPDO, está prevista no Parágrafo único, do art. 2º, no Diploma Legal mencionado no *caput* do artigo.

Art. 2º A mensuração de desempenho operacional dos profissionais motorista, operador de máquinas I e operador de máquinas II obedecerá aos seguintes parâmetros e critérios, com pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) em cada item constante dos incisos deste artigo.

I - Item 1. Parâmetro: Consumo de combustível dentro da média histórica do equipamento.

1.1 Critério de Avaliação: Desconto de 5 (cinco) pontos para cada 10% a menor que a média histórica.

II - Item 2. Descarte de pneus por atingimento do tempo de vida útil.

2.1 - Relatório de pneus - não atingiu 40.000 km = 0 (zero) ponto.

III - Item 3. Não provocar parada para manutenção corretiva do veículo ou máquina, considerando a computação de 100% (cem por cento) por evento, para efeito de pontuação na Avaliação de Desempenho Operacional do servidor, independentemente de tempo e valor, e tendo em vista que eventuais manutenções preventivas não serão levadas em conta.

3.1 - Parou I (um) dia perde 10 (dez) pontos.

IV - Item 4. Cumprimento de metas mensais de produção estabelecidas pelo Secretário.

4.1 - Proporcional à produção = a cada 10% abaixo da meta, desconto de 2 (dois) pontos.

V - Item 5. Assiduidade integral, sem afastamentos de qualquer natureza, ressalvadas aqueles previstos nesta Lei, devendo ser comprovado o comparecimento do servidor ao trabalho para exercício do cargo ou função contratada durante todos os dias de expediente.

5.1 - Faltou 1 (um) dia perde 3 (três) pontos; faltou 2 (dois) dias ou mais = 0 (zero) pontos.

VI - Item 6. Demonstração de zelo com o equipamento operado, caracterizado pela ausência de qualquer tipo de paralisação para reparo corretivo, durante o mês de competência, decorrente de má utilização, negligência ou imperícia, ressalvadas eventuais manutenções preventivas programadas.

6.1 - Descontar 2 (dois) pontos por dia não trabalhado.

VII - Item 7. Exercício das atividades operacionais nunca inferior a 08 (oito) horas diárias em conformidade com as normas regulamentares do serviço e com as ordens superiores recebidas.

7.1 - Descontar 2 (dois) pontos para cada hora útil não trabalhada, até o limite de 10 (dez) pontos.

VIII - Item 8. Poderão ser realizadas até 02 (duas) horas extras diárias no máximo, para atingimento de metas fixadas para o equipamento, desde que autorizado pelo secretário.

8.1 - Descontar 1 (um) ponto para cada hora extra utilizada para cumprimento da meta de produção que o motorista ou operador não atingiu no horário normal.

IX - Item 9. Não ter cometido infrações de trânsito notificadas no mês de referência.

9.1 - Cometeu infração = 0 (zero) ponto.

X - Item 10. Zelo e cuidado com patrimônio, mantendo o equipamento limpo, com nível adequado de água e/ou solução de arrefecimento, acompanhamento constante do nível do lubrificante e outros óleos, bem como do correto engraxamento, sistema de filtro de ar limpo, fios elétricos conectados e bem isolados, terminais limpos e bem fixados, pneus calibrados, e outros.

10.1 - Acompanhar pela ficha de manutenção do veículo ou máquina, semanalmente, através do controlador da ficha, acompanhado pelo mecânico. Pontuação pela ficha de acompanhamento = desconto de 1 (um) ponto por evento.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos deverá elaborar ficha de acompanhamento para cada veículo e máquina com o respectivo *check list* dos controles a cargo do motorista ou operador e outro para as providências a cargo do setor de controle de manutenção da secretaria.

Art. 4º Demais regulamentos necessários à boa e fiel execução da Lei nº 933, de 09 de agosto de 2022 e deste Decreto poderão ser editados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, sob a forma de portaria, manual ou qualquer outro formato que melhor se adeque à situação fática.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos administrativos ao dia 09 de agosto de 2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO,

Em 19 de outubro de 2022.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

ANEXO I - Decreto nº 768/2022

It.	Requisitos	Pontuação									
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
01	Consumo de combustível dentro da média histórica do equipamento.										
	Desconto de cinco pontos para cada 10% a menor que a média histórica.										
02	Descarte de pneus por atingimento do tempo de vida útil.										
	Relatório de pneus - não atingiu 40.000 km à 0 (zero) ponto.										
03	Não provocar parada para manutenção corretiva do veículo ou máquina, considerando a computação de 100% (cem por cento) por evento, para efeito de pontuação na Avaliação de Desempenho Operacional do servidor, independentemente de tempo e valor, e tendo em vista que eventuais manutenções preventivas não serão levadas em conta.										
	Parou I (um) dia perde 10 (dez) pontos.										
04	Cumprimento de metas mensais de produção estabelecidas pelo Secretá-rio.										
	Proporcional à produção = a cada 10% abaixo da meta, desconto de 2 (dois) pontos.										
05	Assiduidade integral, sem afastamentos de qualquer natureza, ressalvadas aqueles previstos nesta Lei, devendo ser comprovado o comparecimento do servidor ao trabalho para exercício do cargo ou função contratada durante todos os dias de expediente.										
	Faltou 1 (um) dia perde 3 (três) pontos; faltou 2 (dois) dias ou mais à 0 (zero) pontos.										
06	Demonstração de zelo com o equipamento operado, caracterizado pela ausência de qualquer tipo de paralisação para reparo corretivo, durante o mês de competência, decorrente de má utilização, negligência ou imperícia, ressalvadas evento-ais manutenções preventivas programadas.										
	Descontar 2 (dois) pontos por dia não trabalhado.										
07	Exercício das atividades operacionais nunca inferior a 08 (oito) horas diárias em conformidade com as normas regulamentares do serviço e com as ordens superiores recebidas.										
	Descontar 2 (dois) pontos para cada hora útil não trabalhada, até o limite de 10 (dez) pontos.										
08	Poderão ser realizadas até 02 (duas) horas extras diárias no máximo, para atingimento de metas fixadas para o equipamento, desde que autorizado pelo secretário.										
	Descontar 1 (um) ponto para cada hora extra utilizada para cumprimento da meta de produção que o motorista ou operador não atingiu no horário normal.										
09	Não ter cometido infrações de trânsito notificadas no mês de referência.										
	Cometeu infração = 0 (zero) ponto.										
10	Zelo e cuidado com patrimônio, mantendo o equipamento limpo, com nível adequado de água e/ou solução de arrefecimento, acompanhamento constante do nível do lubrificante e outros óleos, bem como do correto engraxamento, sistema de filtro de ar limpo, fios elétricos conectados e bem isolados, terminais limpos e bem fixados, pneus calibrados, e outros.										
	Acompanhar pela ficha de manutenção do veículo ou máquina, semanalmente, através do controlador da ficha, acompanhado pelo mecânico. Pontuação pela ficha de acompanhamento = desconto de 1 (um) ponto por evento.										
	Soma dos Pontos										
	Total de Pontos										
	Média de pontos										

Cláudia/MT, ... de ..... de 202..

_____

Responsável(eis) pela Avaliação

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

AVISO DE EDITAL Nº. 031/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO/MT

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE EDITAL Nº. 031/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°.154

O Município de Cocalinho via da Secretaria M. de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 004/2021, torna público aos interessados que às 08: 00min do dia 09 de NOVEMBRO de 2022, em sua sede, sito à Avenida Araguaia, 676, Centro, nesta cidade, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP nº 031/2021 tipo menor preço por item e para obtenção de propostas de empresas interessadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA E HOSPITALAR,conforme especificações descritas no Edital e seus anexos, em sessão pública, na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Podendo as empresas interessadas em obter cópia completa do Edital, por e mail; licitacaococalinho@hotmail.com, site https://www.cocalinho.mt.gov.br, ou por telefone: 0800 264 8712, sala de licitações, nos horários de expediente das 07:00min às 11h00min e da 13:00 as 17:00.

Sala da Comissão Permanente de Licitações, Prefeitura da cidade de Cocalinho/MT, aos 25 dias de OUTUBRO de 2021.

Divino Cândido Cardoso

Pregoeiro/Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 067/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO – MT.

CONTRATADA: D & R PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ nº 24.517.982/0001-51

VALOR TOTAL: R$24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unid: 04 – Divisão de Cultura

Proj. Ativ.: 2100 – Promoção de Eventos Culturais: Festas Culturais, Festivais, Amostras e Feiras Culturais.

Cód Red: 420

Fonte: 1.500 - Recursos Próprios do Município.

Elemento: 3.3.90.39.00.00.0000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO COM APRESENTAÇÃO DA DUPLA RUAN E DAVI NO DIA 30/12/2022 (SHOW COM DURAÇÃO DE 2 HORAS E 10 MINUTOS) PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DA SEMANA CULTURAL DO ARAGUAIA 2ª EDIÇÃO, atendendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DIVISÃO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE COCALINHO - MT**.

VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 31/12/2022

COCALINHO – MT, 25 de Outubro de 2022.

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA LEI Nº 987 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

ERRATA LEI Nº 987 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

Essa publicação está na edição nº 4.087 do(s) dia(s): 13 de outubro de 2022.

ONDE SE LÊ:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEIA-SE:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com o crédito aberto para execução de despesas a partir do mês de setembro de 2.022.

Gabinete do Prefeito do Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias, do mês de outubro de dois mil e vinte e dois.

Márcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUN. DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO PORTARIA SMFA - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA SMFA Nº 344/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sonia Baslio De Melo** (Titular) e **Cleiton Rodrigues de Souza** (Suplente), fiscais do Contrato nº 004/2019, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **CLEOMAR ROMEIRO RAMOS. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 345/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 042/2019, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **SVIERK & CIA LTDA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 346/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 053/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **LENZ & LENZ LTDA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 27/11/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 347/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 054/2020, ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **LENZ & LENZ LTDA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 17/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 348/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 057/2019 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **LENZ & LENZ LTDA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 30/10/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 349/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 056/2021 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **D.C. NAVA ENGENHARIA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 350/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 057/2021 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **H. M. ZAUZA ME. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 351/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 002/2022 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **CONSORCIO SOBERANA BRILHANTE CONSTRUÇÕES. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 352/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 015/2022 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS. Vigência:** 24/10/2022 até 09/03/2023. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PORTARIA SMFA Nº 353/2022 - FISCAL DE CONTRATO

O Secretário Municipal de Fazenda e Administração do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, Sr. Ivaine Molina, no uso de suas atribuições legais, resolve designar os servidores: **Sergio Dorini Filho** (Titular), fiscal do Contrato nº 050/2022 ao qual representarão a Administração Municipal perante a CONTRATADA e zelarão pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstos nessa Portaria. Contratado: **J S DE OLIVEIRA & CIA LTDA. Vigência:** 24/10/2022 até 31/12/2022. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
LEI N°3258/2022

Autoria: Poder Executivo

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências".

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dispostos no artigo 3º, inciso I, c.c. o artigo 121, incisos III, IV e VI, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Colíder **aprovou** e ele **sanciona a seguinte lei:***

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 679.000,00 (Seiscentos e Setenta e Nove mil reais)**, nos termos do Artigo 41, inc. I da Lei Federal nº 4.320/64, para Reforço de dotações e Fontes de Recursos no Orçamento vigente, conforme segue:

Parágrafo único: Os créditos adicionais serão abertos somente após a comprovação do excesso de arrecadação ocorrido na respectiva fonte de recurso.

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto, conforme descrito no artigo 1º serão utilizados os recursos provenientes de Excesso/Tendência de arrecadação nos termos do Inciso II do §1º do art. 43 da Lei 4.320/1964, oriundos da Fonte de Recurso (1.501.0000000 Outros Recursos não Vinculados).

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal de Colíder

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 499/ADM/2022

PORTARIA Nº 499/ADM/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **CLAUDIA DA SILVA BENTO** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6401 por um período de **60 (sessenta) dias a contar de 11 de outubro de 2022.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **11 de outubro de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 500/ADM/2022

PORTARIA Nº 500/ADM/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **IVANILDA PEREIRA DE ARAUJO** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6319 por um período de **60 (sessenta) dias a contar de 18 de outubro de 2022.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **18 de outubro de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 501/ADM/2022

PORTARIA Nº 501/ADM/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais no seu artigo 112;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento por Licença Maternidade,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Pública Municipal **CRISTINA CORDEIRO LUCIO JORGE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 7361 a partir do dia* ***23 de setembro de 2022.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **23 de setembro de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 498/ADM/2022

PORTARIA Nº 498/ADM/2022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **CLEONICE SEVERO** *lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6375 por um período de* ***60 (sessenta) dias a contar de 19 de setembro de 2022.***

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **19 de setembro de 2022,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 25 de outubro de 2022.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO | **PORTARIA Nº. 002/GP/2021**

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
ANEXO 9 - ODONTÓLOGO 20 HRS - ALTERADO PELA LEI 1.050/2022

ANEXO 9 - CRIADO PELA LEI 624/2015 - ORIUNDO DA LEI 501/2011 - ALTERADO LEI 685/2017 - ODONTÓLOGO 20 HRS - ALTERADO PELA LEI 1.050/2022

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Nível Superior	Pós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horas	Mestrado na área de atuação	Doutorado na área de atuação
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**5.179,60**	5.697,56	6.215,52	6.733,48
	03 a 04 anos	II	0,06	5.490,37	6.039,41	6.588,45	7.137,48
	04 a 05 anos	III	0,08	5.593,96	6.153,36	6.712,76	7.272,15
	05 a 06 anos	IV	0,10	5.697,56	6.267,31	6.837,07	7.406,82
	06 a 07 anos	V	0,12	5.801,15	6.381,26	6.961,38	7.541,49
	07 a 08 anos	VI	0,14	5.904,74	6.495,21	7.085,69	7.676,16
	08 a 09 anos	VII	0,16	6.008,33	6.609,17	7.210,00	7.810,83
	09 a 10 anos	VIII	0,18	6.111,92	6.723,12	7.334,31	7.945,50
	10 a 11 anos	IX	0,20	6.215,52	6.837,07	7.458,62	8.080,17
	11 a 12 anos	X	0,22	6.319,11	6.951,02	7.582,93	8.214,84
	12 a 13 anos	XI	0,24	6.422,70	7.064,97	7.707,24	8.349,51
	13 a 14 anos	XII	0,26	6.526,29	7.178,92	7.831,55	8.484,18
	14 a 15 anos	XIII	0,28	6.629,88	7.292,87	7.955,86	8.618,85
	15 a 16 anos	XIV	0,30	6.733,48	7.406,82	8.080,17	8.753,52
	16 a 17 anos	XV	0,32	6.837,07	7.520,77	8.204,48	8.888,19
	17 a 18 anos	XVI	0,34	6.940,66	7.634,73	8.328,79	9.022,86
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	7.044,25	7.748,68	8.453,10	9.157,53
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	7.147,84	7.862,63	8.577,41	9.292,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	7.251,44	7.976,58	8.701,72	9.426,87
	21 a 22 anos	XX	0,42	7.355,03	8.090,53	8.826,03	9.561,54
	22 a 23 anos	XXI	0,44	7.458,62	8.204,48	8.950,34	9.696,21
	23 a 24 anos	XXII	0,46	7.562,21	8.318,43	9.074,65	9.830,87
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	7.665,80	8.432,38	9.198,96	9.965,54
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	7.769,40	8.546,33	9.323,27	10.100,21
	26 a 27 anos	XXV	0,52	7.872,99	8.660,29	9.447,58	10.234,88
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	7.976,58	8.774,24	9.571,89	10.369,55
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	8.080,17	8.888,19	9.696,21	10.504,22
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	8.183,76	9.002,14	9.820,52	10.638,89
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	8.287,35	9.116,09	9.944,83	10.773,56
	31 a 32 anos	XXX	0,62	8.390,95	9.230,04	10.069,14	10.908,23
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	8.494,54	9.343,99	10.193,45	11.042,90
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	8.598,13	9.457,94	10.317,76	11.177,57
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	8.701,72	9.571,89	10.442,07	11.312,24
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	8.805,31	9.685,85	10.566,38	11.446,91

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 1.049, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

SUMULA: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE ATÉ R$ 21.000.000,00 (VINTE E UM MILHÕES DE REAIS), NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, nos termos do Art. 41, Inciso I da Lei Federal nº 4. 320/64, **no valor de até** R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), às seguintes rubricas orçamentárias:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

GABINETE DO PREFEITO	CATEGORIA	VALOR	FONTE
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.1.90.11.00	260.000,00	1.1.500.0
GABINETE DO PREFEITO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.1.90.13.00	35.000,00	1.1.500.0
GABINETE DO PREFEITO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.1.91.13.00	12.000,00	1.1.500.0
GABINETE DO PREFEITO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.3.90.14.00	20.000,00	1.1.500.0
GABINETE DO PREFEITO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
02.001.04.122.0002.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	3.3.90.30.00	20.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	CATEGORIA	VALOR	FONTE
03.001.04.121.0002.2008 – Manutenção da Secretaria de Planejamento	3.1.90.11.00	60.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	CATEGORIA	VALOR	FONTE
04.001.04.122.0002.2011 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.1.90.11.00	520.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
04.001.04.122.0002.2011 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.1.90.13.00	18.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
04.001.04.122.0002.2011 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.1.91.13.00	22.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	CATEGORIA	VALOR	FONTE
04.001.04.122.0002.2011 – Manutenção da Secretaria de Administração	3.3.90.39.00	40.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	CATEGORIA	VALOR	FONTE
05.001.04.123.0003.2014 – Manutenção da Secretaria Mun. De Finanças	3.1.90.11.00	140.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
05.001.04.123.0003.2014 – Manutenção da Secretaria Mun. De Finanças	3.1.90.13.00	12.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
05.001.04.123.0003.2014 – Manutenção da Secretaria Mun. De Finanças	3.1.90.11.00	140.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
05.001.04.123.0003.2014 – Manutenção da Secretaria Mun. De Finanças	3.1.90.94.00	15.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
05.001.28.846.0002.2015 – Programa de Form. Patrimônio do Serv. Público - PASEP	3.3.90.47.00	300.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CATEGORA	VALOR	FONTE
06.003.12.361.0004.2041 – Manutenção do Fundeb 70% - Fundamental	3.1.90.04.00	1.200.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.361.0004.2041 – Manutenção do Fundeb 70% - Fundamental	3.1.90.11.00	3.260.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.361.0004.2041 – Manutenção do Fundeb 70% - Fundamental	3.1.90.13.00	210.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.361.0004.2041 – Manutenção do Fundeb 70% - Fundamental	3.1.91.13.00	380.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	3.1.90.04.00	380.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	3.1.90.11.00	1.400.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	3.1.90.13.00	100.000,00	2.1.540.1070000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.003.12.365.0004.2042 – Manutenção do Fundeb 70% - Infantil	3.1.91.13.00	70.000,00	2.1.540.1070000

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CATEGORIA	VALOR	FONTE
06.001.12.361.0004.2018 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	3.1.90.11.00	50.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.001.12.361.0004.2018 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação	3.1.90.13.00	10.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.1.90.11.00	1.000.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.1.90.13.00	100.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.1.91.13.00	80.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.1.90.94.00	500.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.3.90.30.00	200.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0004.2020 – Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	3.3.90.39.00	600.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.001.12.361.0021.1008 – Const. Ampl. Ref. Prédios Escolares e Secretaria	4.4.90.51.00	1.500.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.002.12.361.0021.2020 - Manutenção do Fundo Mun. De Educação – 25%	4.4.90.52.00	200.000,00	2.1.500.1001000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.005.13.392.0007.2046 – Realização Eventos Cult. Feiras e Exposições Diver	3.3.90.30.00	280.000,00	2.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
06.005.13.392.0007.2046 – Realização Eventos Cult. Feiras e Exposições Diver	3.3.90.39.00	180.000,00	2.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	CATEGORIA	VALOR	FONTE
07.001.10.301.0022.2052 – Manutenção de PSFs	3.1.90.11.00	280.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.301.0022.2052 – Manutenção de PSFs	3.1.90.13.00	56.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.301.0022.2052 – Manutenção de PSFs	3.1.91.13.00	20.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.1.90.04.00	620.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.1.90.11.00	1.200.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.1.90.13.00	160.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.1.91.13.00	50.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.1.90.94.00	30.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.305.0027.2058 – Manut. Da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	3.1.90.04.00	150.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.305.0027.2058 – Manut. Da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	3.1.90.13.00	30.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**

07.001.10.301.0022.2055 – Manutenção dos Programas Agentes Comum. De Saúde	3.1.90.04.00	370.872,00	3.1.604.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.301.0022.2055 – Manutenção dos Programas Agentes Comum. De Saúde	3.1.90.13.00	90.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.3.90.39.00	800.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.3.90.39.00	1.100.000,00	3.1.621.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.3.90.30.00	350.000,00	3.1.500.1002000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.302.0028.2061 – Manutenção do Hospital Municipal e Unid. De Saúde	3.3.90.30.00	250.000,00	3.1.621.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
07.001.10.301.0009.2049 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde	3.3.90.14.00	30.000,00	3.1.500.1002000

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.1.90.11.00	220.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.1.90.13.00	20.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.1.91.13.00	12.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.3.90.30.00	10.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.3.90.39.00	20.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
09.001.08.244.0012.2067 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	3.3.90.14.00	5.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.1.90.11.00	120.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.1.90.13.00	15.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.1.91.13.00	10.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.002.17.512.0002.2086 – Manutenção do Dpto de Água e Esgoto	3.1.90.11.00	80.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.3.90.30.00	539.128,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.3.90.39.00	1.000.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
10.001.15.452.0002.2082 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	3.3.90.14.00	10.000,00	1.1.500.0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPOTES E LAZER	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
14.001.27.812.0008.2047 – Manutenção do Departamento de Esportes e Lazer	3.1.90.11.00	15.000,00	1.1.500.0
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPOTES E LAZER	**CATEGORIA**	**VALOR**	**FONTE**
14.001.27.812.0008.2047 – Manutenção do Departamento de Esportes e Lazer	3.3.90.36.00	23.000,00	1.1.500.0

Art. 2º - Para fazer face ao crédito autorizado no Artigo Anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na fonte 500 (Recursos não Vinculados de Impostos) até R$ 12.279.128,00 (doze milhões duzentos e setenta e nove mil cento e vinte e oito reais), fonte 621 (Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Proveniente do Governo Estadual) até R$ 1.350.000,00 (um milhão trezentos e cinquenta mil reais), fonte 604 (Transferências Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes Comunitários de Saúde e dos agentes de Combate a Endemias) até R$ 370.872,00 (trezentos e setenta mil oitocentos e setenta e dois reais) e fonte 540 (Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos) até R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) nos termos do Art. 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo conforme ocorrência do excesso de arrecadação até o limite do art. 1ºdesta lei.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 25 de outubro de 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA-GABINETE
LEI Nº 1.050, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

SUMULA: ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 501/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.

O Sr. **MILTON DE SOUZA AMORIM**, Prefeito do Município de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Colniza aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica extinto da Lei Municipal n. 501/2011, o cargo de Odontólogo 40 Horas.

Art. 2º - Fica criado na Lei Municipal n. 501/2011, mais um cargo de Odontólogo 20 Horas, com remuneração inicial de R$ 5.179,60 (cinco mil, cento e setenta e nove reais e sessenta centavos), passando a existir 02 (duas) vagas para Odontólogo 20 Horas, conforme tabela de vencimentos em anexo, que fica fazendo parte integrante desta lei.

ANEXO I			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
Cargo: ESPECIALISTA DA SAÚDE			
Vencimento Mensal	**Título do Cargo**	**HS/ SEM**	**Nº. DE VAGAS**
R$ 5.179,60	Odontólogo	20 HS	**02**

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Colniza/MT, 25 de outubro de 2022.

MILTON DE SOUZA AMORIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 090/2022 - A PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 171/2022

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 090/2022 - A PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 171/2022 No dia 24 de Outubro de 2022, no(a) MUNICÍPIO DE COMODORO/MT , inscrito(a) no CNPJ 01.367.853/0001-29, com sede à R ESPIRITO SANTO n° 369 CEP 78310-000 – Comodoro-MT neste ato legalmente representado por ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLI-

VEIRA, portador do CPF n° 39611914172, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: PANIFICADORA E MERCADO CHALE DO PAO CNPJ: 07.427.308/0001-67 Representante: Nilson Correa Telefone: (65) 3283-1834 Email: panificadoraemercadochaledopao@gmail.com Endereço: R CEARA, 207 - TERTULIA, Comodoro - MT - 78310-000 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 1 ALFACE PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, TURGESCENTES, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS. DEVEM APRESENTAR UNIFORMIDADE NO TAMANHO, AROMA E COR, TÍPICOS DA VARIEDADE. NADA QUE ALTERE A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA TÍPICA. DEVEM SER FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO DE DANOS POR ELES PROVOCADOS; ESTAREM LIVRES DE FOLHAS EXTERNAS SUJAS E DE TERRA ADERENTE; ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHO, NÃO APRESENTAR PARASITAS E LARVAS 1.280,00 MAÇO Região Região R$ 5,89 R$7.539,20 2 CAQUI - DE PRIMEIRA QUALIDADE. TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA. 1.020,00 QUILO Nacional Nacional R$ 16,89 R$17.227,80 Total: R$ 106.820,80 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 1 / 8 24/10/22, 10:49 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/4 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 6 CHOCOLATE - AO LEITE, TIPO BARRA,PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, LEITE, LICOR DE CACAU.,MANTEIGA DE CACAU E OUTRAS SUBSTANCIAS,EMBALADO EM PAPEL LAMINADO, PACOTE 250 GRAMAS 500,00 UN Harald Harald R$ 16,89 R$8.445,00 7 CHOCOLATE - BRANCO EM BARRA, INDICADO NO PREPARO DE BOMBONS, OVOS DE PASCOA, BOLOS E TORTAS. INGREDIENTES: ACUCAR, LEITE EM PO INTEGRAL, MANTEIGA DE CACAU, LACTOSE, GORDURA VEGETAL, EMULSIFICANTES LECITINA DE SOJA E POLIGLICEROL POLIRRICINOLEATO E AROMATIZANTE, PACOTE 250 GRAMAS 600,00 UN Harald Harald R$ 16,89 R$10.134,00 8 COUVE TIPO MANTEIGA - COUVE FOLHA TIPO MANTEIGA, TALO VERDE. PARTE VERDE DAS HORTALIÇAS, DE ELEVADA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES, HIDRATADAS, SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO, QUE ALTEREM A SUA CONFORMAÇÃO E APARÊNCIA. AS VERDURAS PRÓPRIAS PARA O CONSUMO DEVEM SER PROCEDENTES DE VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, SEREM FRESCAS, ABRIGADAS DOS RAIOS SOLARES, ESTAREM LIVRES DE INSETOS E ENFERMIDADES ASSIM COMO SEUS DANOS, ESTAREM ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, ODOR E SABOR ESTRANHOS. QUANTO ÀS CARACTERÍSTICAS MICROBIOLÓGICAS, AS VERDURAS DEVERÃO OBEDECER AOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA ANVISA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER O PESO NA EMBALAGEM. 550,00 MAÇO Região Região R$ 6,99 R$3.844,50 10 LEITE INTEGRAL TETRA PARK 1 LITRO 4.000,00 CAIXA Vencedor Vencedor R$ 6,40 R$25.600,00 Total: R$ 106.820,80 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 2 / 8 24/10/22, 10:49 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 3/4 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 11 MAÇÃ NACIONAL FRESCA, DE ÓTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME, COLORAÇÃO UNIFORME, AROMA, COR, TÍPICOS DA ESPÉCIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO. NÃO SERÃO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMAÇÃO E A APARÊNCIA. NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURAÇÕES 2.060,00 QUILO Nacional Nacional R$ 13,88 R$28.592,80 12 MAMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUEPERMITE SUPORTAR MANIPULAÇÃO 150,00 QUILO Nacional Nacional R$ 16,99 R$2.548,50 14 MISTURA PRONTA PARA PREPARO DE PÃO DE QUEIJO, EMBALAGEM DE 1kg, CONTENDO MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE, PRAZO DE VALIDADE , TABELA NUTRICIONAL E MODO DE PREPARO, VALIDADE MINIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA 100,00 PCT Sorpan Sorpan R$ 28,89 R$2.889,00 Total: R$ 106.820,80 As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição. A validade desta Ata de Registro de Preços é até 24/10/2023 , a contar do dia 24/10/2022 . 1.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço será exercida pelo(a) servidor(a) DEVIDAMENTE NOEMADO(a) por portaria para FISCALIZAR ATAS de registro de preço da secretária demandante, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo. 1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados. 1.3 - Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. 1.4 Da decisão tomada pela Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. 2 - As testemunhas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO será: TESTEMUNHAS: Nome: Aryadne Guilherme da Silva RG nº: 43.426.424-6 SSP/SP CPF nº: 364.391.168-86 Assinatura: .... Nome: Vanderson da Silva Santos RG nº: 2533642 – 8 SSP/MT CPF nº: 052.138.491-56 Assinatura: ..... A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 3 / 8 24/10/22, 10:49 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 4/4 ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL PANIFICADORA E MERCADO CHALE DO PAO 07.427.308/0001-67 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 4 / 8 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO Nome do Documento: ARP__CHALE.pdf Hash (SHA256): yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Tamanho do Documento: 317653 bytes Data de Recebimento do Documento: 24/10/2022 17:04:22 Status do Documento: Assinado Link de Validação: http://validador.assinepelainternet.com.br Código de Validação: 1599147 Signatário ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30710_9241_1747600657757744.pdf.api Data da Assinatura: 24/10/2022 17:11:11 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Acácias, 1154-1268 - Centro, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6574641, longitude=-59.7885305 IP

de Origem do Acesso: 179.242.177.1 Operadora do IP de Origem: 179-242-177-1.3g.claro.net.br Informações do Signatário CPF: 396.119.141-72 E-mail: rvilela55@gmail.com Telefone: (65)99256-8542 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 09:24:04 do dia 24/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 296976543 Data: 24/10/2022 17:11:10 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 5 / 8 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário ARYADNE GUILHERME DA SILVA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30709_9241_1747600657757744.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 08:20:36 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: BR-174 - Padronal, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.0625, longitude=-59.8992 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186.233.219.106 Informações do Signatário CPF: 364.391.168-86 E-mail: licitacao@comodoro.mt.gov.br Telefone: (65)99627-9423 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:20:03 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 297196375 Data: 25/10/2022 08:20:35 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 6 / 8 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário NILSON CORREA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30712_9241_1747600657757744.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 08:46:28 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. Amazonas, 335n - Bairro São Francisco, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6549783, longitude=-59.7873043 IP de Origem do Acesso: 131.196.200.74 Operadora do IP de Origem: 131.196.200.74 Informações do Signatário CPF: 730.824.499-72 E-mail: panificadoraemercadochaledopao@gmail.com Telefone: (48)48484-4554 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:45:14 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290334850 Data: 25/10/2022 08:46:28 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 7 / 8 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário VANDERSON DA SILVA SANTOS Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30708_9241_1747600657757744.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 13:55:27 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Araçás, 990n - Cristo Rei, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6536838, longitude=-59.7857714 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186.233.219.106 Informações do Signatário CPF: 052.138.491-56 E-mail: vanderson18-santos@gmail.com Telefone: (65)99981-5847 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:13:47 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290511339 Data: 25/10/2022 13:55:26 Powered by TCPDF (www.tcpdf.org) Powered by TCPDF (www.tcpdf.org) Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: yoWJ4KQVj6UpJyutkNIZTrTNRtxKJuZI8akFvBVAaKg= Valide seu documento clicando aqui! 8 / 8 24/10/22, 10:49 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 1/2 MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 090/2022 - B PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 171/2022 No dia 24 de Outubro de 2022, no(a) MUNICÍPIO DE COMODORO/MT , inscrito(a) no CNPJ 01.367.853/0001-29, com sede à R ESPIRITO SANTO n° 369 CEP 78310-000 – Comodoro-MT neste ato legalmente representado por ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, portador do CPF n° 39611914172, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: PRADO CAMARGO ATACADO E VAREJO LTDA CNPJ: 17.552.244/0001-80 Representante: JESSE PRADO CAMARGO Telefone: (65) 3283-1038 Email: jessepchotmailcom@gmail.com Endereço: R DOS IPES, 627 - CENTRO, Comodoro - MT - 78310-000 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 3 CARNE BOVINA - TIPO PALETA GROSSA SEM OSSO 300,00 QUILO frigovale kg R$ 39,99 R$11.997,00 16 QUEIJO MUSSARELA, APRESENTAÇÃO: FATIADO, ORIGEM DE VACA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PRODUTO APROPRIADO PARA CONSUMO HUMANO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR 6.580,00 QUILO conquista kg R$ 73,80 R$485.604,00 Total: R$ 497.601,00 As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição. A validade desta Ata de Registro de Preços é até 24/10/2023 , a contar do dia 24/10/2022 . 1.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço será exercida pelo(a) servidor(a) DEVIDAMENTE NOEMADO(a) por portaria para FISCALIZAR ATAS de registro de preço da secretária demandante, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo. 1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados. 1.3 - Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. 1.4 Da decisão tomada pela Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. 2 - As testemunhas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO será: Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 1 / 6 24/10/22, 10:49 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2 TESTEMUNHAS: Nome: Aryadne Guilherme da Silva RG nº: 43.426.424-6 SSP/SP CPF nº: 364.391.168-86 Assinatura: .... Nome: Vanderson da Silva Santos RG nº: 2533642 – 8 SSP/MT CPF nº: 052.138.491-56 Assinatura: ..... A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL PRADO CAMARGO ATACADO E VAREJO LTDA 17.552.244/0001-80 Este documento foi assinado eletronicamente em to-

das as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 2 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO Nome do Documento: ARP___PRADO.pdf Hash (SHA256): elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Tamanho do Documento: 278367 bytes Data de Recebimento do Documento: 24/10/2022 17:04:21 Status do Documento: Assinado Link de Validação: http://validador.assinepelainternet.com.br Código de Validação: 9490534 Signatário ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30710_9240_1747600656596166.pdf.api Data da Assinatura: 24/10/2022 17:11:11 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Acácias, 1154-1268 - Centro, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6574641, longitude=-59.7885305 IP de Origem do Acesso: 179.242.177.1 Operadora do IP de Origem: 179-242-177-1.3g.claro.net.br Informações do Signatário CPF: 396.119.141-72 E-mail: rvilela55@gmail.com Telefone: (65)99256-8542 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 09:24:04 do dia 24/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290109177 Data: 24/10/2022 17:11:10 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 3 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário ARYADNE GUILHERME DA SILVA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30709_9240_1747600656596166.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 08:20:36 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: BR-174 - Padronal, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.0625, longitude=-59.8992 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186.233.219.106 Informações do Signatário CPF: 364.391.168-86 E-mail: licitacao@comodoro.mt.gov.br Telefone: (65)99627-9423 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:20:03 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 297196374 Data: 25/10/2022 08:20:35 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 4 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário VANDERSON DA SILVA SANTOS Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30708_9240_1747600656596166.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 13:55:26 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Araçás, 990n - Cristo Rei, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6536838, longitude=-59.7857714 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186.233.219.106 Informações do Signatário CPF: 052.138.491-56 E-mail: vanderson18santos@gmail.com Telefone: (65)99981-5847 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:13:47 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 297378907 Data: 25/10/2022 13:55:25 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 5 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário JESSE PRADO CAMARGO Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30711_9240_1747600656596166.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 13:56:53 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. Santa Catarina, 642n - Bairro São Francisco, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6524977, longitude=-59.7880708 IP de Origem do Acesso: 131.196.200.90 Operadora do IP de Origem: 131.196.200.90 Informações do Signatário CPF: 050.219.431-62 E-mail: distribuidoraplascom@hotmail.com Telefone: (57)57875-4545 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 13:56:32 do dia 25/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290512069 Data: 25/10/2022 13:56:53 Powered by TCPDF (www.tcpdf.org) Powered by TCPDF (www.tcpdf.org) Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: elzRfvsxGLnOG1s/A3JDH8JdvOavg1fxKUxBQ0L/IQw= Valide seu documento clicando aqui! 6 / 6 24/10/22, 10:50 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 1/2 MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 090/2022 - C PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 171/2022 No dia 24 de Outubro de 2022, no(a) MUNICÍPIO DE COMODORO/MT , inscrito(a) no CNPJ 01.367.853/0001-29, com sede à R ESPIRITO SANTO n° 369 CEP 78310-000 – Comodoro-MT neste ato legalmente representado por ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, portador do CPF n° 39611914172, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: COMERCIAL LUAR EIRELI CNPJ: 02.545.557/0001-33 Representante: COMERCIAL LUAR EIRELI Telefone: (65) 3665-5311 Email: comercial.luar@hotmail.com Endereço: AV RAD. EDSON LUIZ DA SILVA, 1037 - TIJUCAL, Cuiabá - MT - 78088-000 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 13 MISTURA PARA PREPARO DE MINGAU - A BASE DE CEREAIS EM FLOCOS (TRIGO AVEIA E CEVADA), FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO ACIDO FOLIVCO, CEVADA, AMIDO, ACUCAR, AVEIA E SAIS MINERAIS(AVEIA EM FLOCOS) 50,00 UNIDADE MUCILON MUCILON R$ 12,08 R$604,00 15 PIRULITO, EM FORMATO DE CORAÇÃO, SABOR MORANGO, COM NO MÍNIMO 10 GRAMAS. PACOTE COM 50 UNIDADES 4.650,00 PCT FLORESTAL FLORESTAL R$ 13,47 R$62.635,50 17 QUEIJO PARMESÃO, RALADO, EMBALAGEM COM APROXIMADAMENTE 100G, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, PESO LIQUIDO, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA 400,00 UN PIRACANJUBA PIRACANJUBA R$ 15,50 R$6.200,00 19 REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE GUARANA, AGUA GASEIFICADA, ACUCAR, 0,02G A 0,2G DE EXTRATO DE SEMENTE DE GUARANA, CORANTES ARTIFICIAIS, LIVRE DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO PET COM TAMPA DE ROSCA,EMBALAGEM PLASTICA COM 6 UNIDADES,CONTENDO 2 LITROS CADA 2.550,00 PCT REFREE REFREE R$ 30,25 R$77.137,50 Total: R$ 174.201,60 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: 4HH0UlzrEIdemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Valide seu documento clicando aqui! 1 / 6 24/10/22, 10:50 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 20 TEMPERO - COMPLETO COM PIMENTA, SAL,POLPA DE ALHO, PEMENTA JALAPENA,PIMENTA DO REINO BRANCA, CEBOLA, MANJERICAO, OLEO VEGETAL, REALCADOR DE SABOR GLUTAMATO MO-

NOSSODICO , 300 G 415,00 UN DIODORO DIODORO R$ 3,60 R$1. 494,00 21 AGUA MINERAL - NATURAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PET,TAMPA C/ ROSCA E LACRE - PACOTE COM 12 UNIDADES 1.620,00 PCT DIODORO DIODORO R$ 16,13 R$26.130,60 Total: R$ 174.201,60 As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição. A validade desta Ata de Registro de Preços é até 24/10/2023 , a contar do dia 24/10/2022 . 1.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço será exercida pelo(a) servidor(a) DEVIDAMENTE NOEMADO(a) por portaria para FISCALIZAR ATAS de registro de preço da secretária demandante, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo. 1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados. 1.3 - Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. 1.4 Da decisão tomada pela Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. 2 - As testemunhas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO será: TESTEMUNHAS: Nome: Aryadne Guilherme da Silva RG nº: 43. 426.424-6 SSP/SP CPF nº: 364.391.168-86 Assinatura: .... Nome: Vanderson da Silva Santos RG nº: 2533642 – 8 SSP/MT CPF nº: 052.138.491-56 Assinatura: .... A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL COMERCIAL LUAR EIRELI 02.545. 557/0001-33 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: 4HH0UlzrEldemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Valide seu documento clicando aqui! 2 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO Nome do Documento: ARP__LUAR. pdf Hash (SHA256): 4HH0UlzrEldemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Tamanho do Documento: 296744 bytes Data de Recebimento do Documento: 24/10/2022 17:04:24 Status do Documento: Assinado Link de Validação: http://validador.assinepelainternet.com.br Código de Validação: 9047976 Signatário ROGERIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30710_9242_1747600659204915.pdf.api Data da Assinatura: 24/10/2022 17:11:11 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Acácias, 1154-1268 - Centro, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6574641, longitude=-59.7885305 IP de Origem do Acesso: 179.242.177.1 Operadora do IP de Origem: 179-242-177-1.3g.claro.net.br Informações do Signatário CPF: 396. 119.141-72 E-mail: rvilela55@gmail.com Telefone: (65)99256-8542 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 09:24:04 do dia 24/10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 296976547 Data: 24/10/2022 17:11:10 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: 4HH0UlzrEldemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Valide seu documento clicando aqui! 3 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário ARYADNE GUILHERME DA SILVA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30709_9242_1747600659204915. pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 08:20:36 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: BR-174 - Padronal, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.0625, longitude=-59.8992 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186. 233.219.106 Informações do Signatário CPF: 364.391.168-86 E-mail: licitacao@comodoro.mt.gov.br Telefone: (65)99627-9423 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:20:03 do dia 25/ 10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50110 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 297196379 Data: 25/10/2022 08:20:36 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: 4HH0UlzrEldemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Valide seu documento clicando aqui! 4 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário JOAO BATISTA ALVES VIEIRA Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30713_9242_1747600659204915.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 10:23:18 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante IP de Origem do Acesso: 189.114. 54.213 Operadora do IP de Origem: 189.114.54.213.static.host.gvt.net. br Informações do Signatário CPF: 149.852.506-78 E-mail: comercial.luar@hotmail.com Telefone: (57)87857-5755 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 10:23:01 do dia 25/10/ 2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290363735 Data: 25/10/2022 10:23:18 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: 4HH0UlzrEldemhPQ8i4OPHbWWcDOjW4LX9AWCO6sbco= Valide seu documento clicando aqui! 5 / 6 Tecnologia de Assinatura Eletrônica: ASSINE PELA INTERNET Tecnologia Ltda. +55 48 3045-6900 Signatário VANDERSON DA SILVA SANTOS Status da Assinatura: VALIDO Nome do Arquivo de Assinatura: API_30708_9242_1747600659204915.pdf.api Data da Assinatura: 25/10/2022 13:55:27 Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica Propósito da Assinatura: Assinante Local da Assinatura: R. das Araçás, 990n - Cristo Rei, Comodoro - MT, 78310-000, Brazil Geolocalização Aproximada: latitude=-13.6536838, longitude=-59.7857714 IP de Origem do Acesso: 186.233.219.106 Operadora do IP de Origem: 186.233. 219.106 Informações do Signatário CPF: 052.138.491-56 E-mail: vanderson18santos@gmail.com Telefone: (65)99981-5847 Validado por: Consulta na Receita Federal Cadastro validado às: 08:13:47 do dia 25/ 10/2022 Carimbo do Tempo na Assinatura Status: VALIDO Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50111 Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING Nº de Série: 290511346 Data: 25/10/2022 13:55:26

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 091/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 175/2022

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 091/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 175/2022 No dia 24 de Outubro de 2022, no(a) MUNICÍPIO DE COMODORO/MT , inscrito(a) no CNPJ 01.367.853/0001-29, com sede à R ESPIRITO SANTO n° 369 CEP 78310-000 – Comodoro-MT neste ato legalmente representado por ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, portador do CPF n° 39611914172, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: TRANSPORTADORA

MACUCO EIRELI CNPJ: 07.795.148/0001-09 Representante: SILVANEI SANTOS DE SOUZA Telefone: (65) 3283-1106 Email: viacaocomodoro2013@gmail.com Endereço: R MANOEL DOS REIS BARBOSA, 878 - CIDADE VERDE, Comodoro - MT - 78310-000 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 1 TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE NO MINIMO 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS. 6.000,00 KM SERVIÇO SERVIÇO R$ 7,58 R$45.480,00 Total: R$ 45.480,00 As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição. A validade desta Ata de Registro de Preços é até 24/10/2023 , a contar do dia 24/10/2022 . 1.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço será exercida pelo(a) servidor(a) DEVIDAMENTE NOEMADO(a) por portaria para FISCALIZAR ATAS de registro de preço da secretária demandante, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo. 1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados. 1.3 - Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. 1.4 Da decisão tomada pela Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. 2 - A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE TRANSPORTE DENTRO DO ESTADO DO MATO GROSSO APÓS RECEBIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, CONFOME DECLARADO NO PREGÃO N° 072/2022 3 - As testemunhas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO será: TESTEMUNHAS: Nome: Aryadne Guilherme da Silva RG nº: 43.426.424-6 SSP/SP CPF nº: 364.391.168-86 Assinatura: ..... Nome: Vanderson da Silva Santos RG nº: 2533642 – 8 SSP/MT CPF nº: 052.138.491-56 Assinatura: ..... A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: XztLcvz1aW7st4rB4GsdjtweB9lOlzY5OY2GlrNycTc= Valide seu documento clicando aqui! 1 / 6 24/10/22, 10:53 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/2 ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL TRANSPORTADORA MACUCO EIRELI 07.795.148/0001-09

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 092/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 176/2022

MUNICÍPIO DE COMODORO/MT ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 092/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2022 PROCESSO LICITATÓRIO 176/2022 No dia 24 de Outubro de 2022, no(a) MUNICÍPIO DE COMODORO/MT , inscrito(a) no CNPJ 01.367.853/0001-29, com sede à R ESPIRITO SANTO n° 369 CEP 78310-000 – Comodoro-MT neste ato legalmente representado por ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, portador do CPF n° 39611914172, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s): Fornecedor: VIRTUAL NET TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA CNPJ: 10.607.290/0001-90 Representante: HEBER MACENA CARDOSO Telefone: (65) 3283-2828 Email: financeiro@virtualcomodoro.com.br Endereço: AV PARANA, 77 - CENTRO, Comodoro - MT - 78310-000 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 1 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 2 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 3 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 4 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 5 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 6 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 Total: R$ 34.100,00 Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: +ovXzvn1Q2O1/0N0Oiped0y7EfkXC1UsNkCWB1NxMZU= Valide seu documento clicando aqui! 1 / 7 24/10/22, 11:08 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 2/3 Item Descrição Quantidade. Unidade Marca Modelo Preço Unitário Valor Total 7 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 8 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 9 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 10 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 12,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$1.620,00 11 SERVICO DE ACESSO E UTILIZACAO - ASSINATURA MENSAL DE SERVICO DE INTERNET, FIBRA OPTICA 200 MEGAS 60,00 MÊS SERVICO SERVICO R$ 135,00 R$8.100,00 12 SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PONTO DE FIBRA ÓTICA 100,00 Und SERVICO SERVICO R$ 98,00 R$9.800,00 Total: R$ 34.100,00 As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição. A validade desta Ata de Registro de Preços é até 24/10/2023 , a contar do dia 24/10/2022 . 1.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço será exercida pelo(a) servidor(a) DEVIDAMENTE NOEMADO(a) por portaria para FISCALIZAR ATAS de registro de preço da secretária demandante, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, a seu exclusivo juízo. 1.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus empregados, prepostos ou contratados. 1.3 - Todas as ordens de serviços ou requisições, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a Fiscalização e a CONTRATADA serão feitos por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais. 1.4 Da decisão tomada pela Fiscalização poderá a CONTRATADA recorrer ao CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem efeito suspensivo. 2 - As testemunhas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO será: TESTEMUNHAS: Nome: Aryadne Guilherme da Silva RG nº: 43.426.424-6 SSP/SP CPF nº: 364.391.168-86 Assinatura: ..... Nome: Vanderson da Silva Santos RG nº: 2533642 – 8 SSP/MT CPF nº: 052.138.491-56 Assinatura: ..... A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes. Este documento foi assinado eletronicamente em to-

das as suas páginas atendendo a MP 2200-2/2001 Hash do documento: +ovXzvn1Q2O1/0N0Oiped0y7EfkXC1UsNkCWB1NxMZU= Valide seu documento clicando aqui! 2 / 7 24/10/22, 11:08 LICITANET - Ata de Registro de Preço https://dv7rs78smtpx8.cloudfront.net/reports/prega... 3/3 ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL VIRTUAL NET TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA 10.607.290/0001-90

NONO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº160/2022

NONO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº160/2022

DATA: 24 de Outubro de 2022

CONTRATANTE: Municipal de Comodoro- MT

CONTRATADA: NAZARIO VIAGENS E TURISMO LTDA- ME

OBJETO: FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,conforme objeto relacionado acima, visando alteração orçamentária conforme as substituições abaixo:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE A TRANSFERIR	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUAL
7	PASSAGEM DE COMODORO-MT PARA TANGARÁ DA SERRA-MT	06 UND	3.3.90.33.01.00.00.00.2500 C.C. 169-Despesa -898	3.3.90.33.01.00.00.002500 C.C. 240–Despesa 1137

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 214/2022 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO N° 045/2022,

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 214/2022 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO n° 045/2022,

DATA: 21-10-2022

CONTRATANTE: Município de Comodoro

CONTRATADA: FIBRA DISTRIBUICAO & LOGISTICA EIRELI

OBJETO: do presente termo é a REATIVAÇÃO e PRORROGAÇÃO de PRAZO do Contrato de AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE COMODORO-MT, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº. 912810/2021/SUDECO, passando á vigorar de 05/10/2022 à 05/01/2023 a entrega do objeto abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇAO
01	01	UND	CAMINHÃO NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2021 OU SUPERIOR, TRAÇÃO 6X4, COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, MOTOR DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 275 CV, ALARME DE ACIONAMENTO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E ACESSÓRIOS EXIGIDOS EM LEI.

NONO TERMO ADITIVO Nº. 213/2022 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2020

NONO TERMO ADITIVO Nº. 213/2022 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 017/2020

DATA: 21-10-2022

CONTRATANTE: Município de Comodoro

CONTRATADA: WALDÍCIO JOSÉ DE JESUS - ME

OBJETO: o aditivo de valor para SUPLEMENTAR E READEQUAR O VALOR DO ADITIVO N° 073/2022 no valor de R$ 32.432,64 (trinta e dois mil e quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos) considerando erro no cálculo do aditivo 073/2022 expedido com valor inferior ao real

PORTARIA Nº. 773/2022 DE: 20.10.2022

PORTARIA Nº. 773/2022

DE: 20.10.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR a servidora efetiva **NAJARA MENDES RODRIGUES – Assistente Administrativo, matrícula n. 4788,** para exercer as funções de**Coordenadora de CadÚnico,** nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 772/2022 DE: 20.10.2022

PORTARIA Nº. 772/2022

DE: 20.10.2022

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. PRORROGAR Auxílio Maternidade, de 60 (sessenta) dias, a servidora efetiva **TATIANE APARECIDA PAULA CHASSOT – Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula n. 3646,** referente ao **Processo Virtual nº 0002053/2022,** lotada na **Secretaria Municipal de Administração**, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.841/2019 de 25 de outubro de 2019, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 771/2022 DE: 20.10.2022

PORTARIA Nº. 771/2022

DE: 20.10.2022

“Nomeia o Candidato aprovado/classificado no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo/Prefeitura, em conformidade com o Edital de Convocação nº 063, de 22 de setembro de 2022, Decretos de Homologações n.º 033, de 10 de agosto de 2018 e nº. 034, de 30 de agosto de 2018, e dá outras providências.”

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 58, inciso XI, e art. 148, inciso II, alínea "a" combinado com os art. 99 da Lei Orgânica do Município; e com o disposto no Regime Jurídico Único/RJU (**Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores da Prefeitura Municipal de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011 e Estatuto dos Servidores Públicos de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.328, de 29 de julho de 2011**), no que couber e,

CONSIDERANDO os termos do Edital de abertura do Concurso Público n.º 001 de 28 de maio de 2018, **e da Relação com os Resultados Finais/RF – Média Final/MF,** com os Candidatos aprovados/classificados no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo/Prefeitura, e em cumprimento às exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria, tendo sido constatada a existência efetiva de disponibilidade orçamentária e financeira específica para cada órgão/unidade administrativa interessado competente, e das respectivas vagas abertas, bem como da conveniência administrativa,

RESOLVE,

Art. 1º. Nomear o Candidato abaixo relacionado, observando a rigorosa ordem de aprovação/classificação, inclusive o critério de desempate, segundo as vagas disponíveis para nomeação imediata, de acordo com a ordem alfabética e numérica dos respectivos cargos exaradas na Relação com os Resultados Finais/RF – Média Final/MF, com os Candidatos aprovados/classificados no Concurso Público de Provas e Títulos do Poder Executivo nos termos do **Edital de abertura do Concurso Público n.º 001, de 28 de maio se 2018**, como segue:

Nome	Cargo	Colocação
ROBSON DE AZEVEDO FERREIRA	Motorista de Veículo Pesado	11º

Art. 2º. O Candidato nomeado, empossado e lotado, tendo sido cumpridas todas as exigências e formalidades legais em vigor, que regem a matéria, submeter-se-á ao regime jurídico único/RJU (**Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores da Prefeitura Municipal de Comodoro (MT) Lei Municipal n.º 1.326, de 29 de julho de 2011 e Estatuto dos Servidores Públicos Lei Municipal n.º 1.328, de 29 de julho de 2011**), no que couber, inclusive quanto ao período de 03 (três) anos para fim de estabilidade condicional.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2022.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 006/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHO DE RAIO X INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INCLUINDO REPOSIÇAO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 10.675,00

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, CNPJ Nº37.464.716/0001-50.

CONTRATADA: MEDLAB ASSISTENCIA TECNICA E COMERCIO DE PECAS PARA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ N°14. 995.486/0001-50.

DATA: 24 DE OUTUBRO DE 2022.

FORO: PORTO ALEGRE DO NORTE - MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 71/2022.

Apostilamento de Remanejamentos de valores ao Contrato **Nº 71/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº18.009.871/0001-50.

OBJETO: Contratação de empresa para a Prestação de Serviço de Administração e Gerenciamento Informatizado para a Locação de Veículos, Máquinas e Equipamentos, através de Redes de Estabelecimentos Credenciados pela contratada Via Sistema, atendendo as necessidades do Município de Confresa – MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento ao Contrato Nº **71/2022,** tem o objetivo de Remanejamentos de valores. **Processo de Licitação nº 152/2021** na modalidade de**Pregão Eletronico nº 038/2021.**

REDUZIR:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNID: 04 – SETOR DE TRANSPORTES

PROJETO ATIVIDADE: 1.054 – ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CÓDIGO REDUZIDO: 631 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA FONTE: 0500 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0500

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR R$
01	SV	SISTEMA DE AUTO GESTAO INTEGRADA DE FROTAS COM CONTROLE DE EMPENHO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EM REDE CREDENCIADA, GESTAO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. **TAXA ADMINISTRATIVA 0,10%**	R$ 12,000,00

REMANEJAR:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID: 02 – GESTÃO EM SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 2.079 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM GESTAO EM SAÚDE CÓDIGO REDUZIDO: 274 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA FONTE: 0500 – RECURSOS ORDINARIOS

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00.00.0500

R$ 6.000,00

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS SERVIÇOS PÚBLICOS

UNID: 03 – EXTENSÃO DE REDE ELETRICA – COSIP

PROJETO ATIVIDADE: 2.094 – MANUTENÇÃO/ENC. COM ELETRIFICAÇAO RURAL E URBANA.

CÓDIGO REDUZIDO: 619 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

FONTE: 0751 – REC. CONTR. P/ O CUSTEIO DOS SERV. DE ILUMINAÇÃO PUBLICA – COSIP.

ELEMENTO: 3.3.90.39.00.00.00.00

R$ 6.000,00

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 961/2020, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 24 de Outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033/2022 de 25 de Outubro de 2022.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 282 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

CONVOCA:

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2021, relacionados (as) nos anexos deste edital que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal junto ao Departamento de Recursos Humanos, no horário das 07:00h ás 11:00h e das 13:00h ás 17:00h para apresentação dos documentos exigidos no anexo IV para admissão.

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 10 (dez) dias, e a não apresentação da documentação prevista no edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2021, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento da vaga do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 25 de Outubro de 2022.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO - MOTORISTA

CARGO	CH	LOTAÇÃO/UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE	CANDIDATO(A)	CLAS
APOIO ADM EDUC MOTORISTA ESCOLA NOVA BRIDAO/ ROTA 150	30	ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDAO	RURAL	ABELINO DA SILVA SALES	2º

ANEXO V

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS P/ADMISSÃO

O candidato deverá apresentar fotocópia das documentações, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade (RG) comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88)

4 - Título de eleitor

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet,

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino)

8 - Comprovante de endereço atualizado (com dados completos, rua, bairro, cidade)

9 - CTPS - Carteira de Trabalho

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista)

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens)

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer cópia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento)

13 - Comprovante de escolaridade e pré-requisitos de acordo com o estabelecido

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico)

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT)

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado)

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargos

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo

20 - Atestado de Saúde Ocupacional (pré-admissional) - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos.

21 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente

22 - Conta Salário/Agência/Município – Banco Santander - Mediante encaminhamento Depto de Recursos Humanos.

23 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais

24 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais

25 - Telefone de contato (residencial e/ou celular)

26 - E-mail

27 - PIS/PASEP

28 - Declaração de confidencialidade

29 - Declaração de responsabilização pela veracidade das informações prestadas sob pena de responder criminalmente.

30 - Os candidatos que concorrerão aos cargos PNE, deverão apresentar lardos médicos que comprova a deficiência do mesmo.

Observação:

ü Os documentos deverão ser cópia de boa qualidade, bem legível.

ü Cada documento deverá ser tirado cópia independente um em cada folha formato retrato.

ü Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação.

ü Solicitamos o preenchimento da ficha de cadastramento junto ao site da prefeitura de Confresa. https://confresa.org/recursoshumanos/cadastramento.

ü Informamos, que, os modelos das declarações estão disponíveis no site da prefeitura https://confresa.org/recursoshumanos.

ü Os exames médicos e laboratoriais para realização do exame admissional, solicitado no Item 20 serão de inteira responsabilidade do candidato e em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 025/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO AT. 83, INCISO 17º.

TORNA PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de setembro 2022.** Ficará à disposição de qualquer contribuinte deste Município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO NA ATA Nº 069/2022

Apostilamento para Inclusão de Dotação Orçamentária para os respectivos itens na Ata **Nº 069/2022.**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Confresa-MT, neste ato representado pelo seu Prefeito **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva n° 133, Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador do RG 0875190-0 SSP/MT e CPF 535.561.191-53.

CONTRATADA: TATIELLY DA SILVA A. FERRARI EIRELI, CNPJ n° 29. 858.443/0001-08.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal, junto ao Município de Confresa - MT.

OBJETO DO APOSTILAMENTO: O presente Termo de Apostilamento, na Ata **Nº 069/2022.** Tem o objetivo de Inclusão de Dotação Orçamentária para os respectivos itens na Ata.**Processo Licitatório nº 043/2022** na modalidade **Pregão Presencial SRP nº 011/2022.**

INSERIR

ORGÃO.: 06 — SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 03 — ATENÇÃO BÁSICA

PROJ. ATIV.: 2.242 — MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ATENÇÃO BÁSICA

(EMENDA ESTADUAL 292/21)

COD. RED.: 955 — MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0621

ELEMENTO.: 3.3.90.30. 00.00.00.00.0621

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento.

Para constar e surtir efeitos jurídicos, lavra-se o presente Termo de Apostilamento, com base no § 8º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo uma cópia juntada ao processo licitatório e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Confresa - MT, 24 de Outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 244/2022 ADM DE 25 DE OUTUBRO 2022.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR, PARA SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Público Municipal, **Sr. ADILSON VITAL DA SILVA, CPF: 976.515.241-87 Matricula n°388**, como Fiscal Titular e o Fiscal Suplente **Sr. Renato Alexandre Alves de Souza, portador do CPF nº 582.001.181-34**, em Substituição a **Sra. Francielle Alves de Sousa, CPF nº. 042.499.361-98**, no seguinte documento:

ATA 190/2022.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 25 de outubro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2022

Pregão Presencial nº 035/2022 - Processo Licitatório nº 101/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste n° 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o n° 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na **Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro,** nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 e a **Empresa FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI**, CNPJ: 03.250.803/0001-92, endereço: Rua Professor Joao Felix, s/n, Bairro Lixeira, sala 5 e 7, Cidade: Cuiabá-MT CEP: 78008-435, telefone (65) 3611-7200/ (65) 9963-85320, e-mail: licitacao@distribuidorafama.com.br, neste ato representada por ANDREITE SPADA, CPF: 992.663.001-44, pactuam nos termos da legislação vigente, 1º Termo Aditivo de Realinhamento de Preços, conforme cláusulas a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1.1. O presente Termo tem como objeto o realinhamento de preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 184/2022, originada pelo **Pregão Presencial nº 035/2022**, conforme requerido pela empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI.**

Cláusula Segunda – Do Realinhamento

2.1. Para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro **da Ata de Registro de Preços n° 184/2022**, ficam alterados os itens 15, 72, 303, 306 e 307 da Cláusula Sétima, realinhado o preço conforme tabela a seguir:

ITEM	BETHA	TCE	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VAL. UNITARIO	VAL. TOTAL
15	1871	320063-9	950	FR	AMBROXOL 3 MG/ML FRASCO C/ 100 ML Marca: FARMACE	R$ 8,50	R$ 8.075,00
72	3119413	306903-6	500	FR	CEFALEXINA 50MG/ML FR C/ 60ML Marca: ABL	R$ 19,86	R$ 9.930,00
303	133121904	00010600	2000	UND	SORO GLICOSADO 5% 100ML - Marca: EQUIPLEX	R$ 5,58	R$ 11.160,00
306	1214	0007324	6000	FR	SORO RINGER LACTADO 500 ML - Marca: EQUIPLEX	R$ 16,92	R$ 101.520,00
307	1215	00010055	10000	FR	SORO RINGER SIMPLES 500 ML	R$ 8,70	R$ 87.000,00

Cláusula Terceira – Do Fundamento Legal

3.1 O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparo legal nos artigos 5º, 40°, 55º e 65º, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Quarta – Da Ratificação das Cláusulas

4.1. Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preço nº 184/2022, assinada entre as partes, com a modificação ora ajustada, ficando este Termo de Realinhamento de preço como parte integrante da Ata original para todos os efeitos de direito.

Cláusula Quinta – Da Justificativa

5.1. Justifica o presente realinhamento de preços o pedido encaminhado pela Empresa, acompanhado de nota fiscal, demonstrando o aumento significativo dos produtos, tem seu preço, aumento da carga tributária, reajustes de matéria prima e variações pontuais de preço.

E por estarem justas e acordadas, este instrumento segue assinado em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos legais e de direito.

Confresa/MT, em 25 de outubro de 2022.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 03.250.803/0001-92

Representante Legal: ANDREITE SPADA

CPF: 992.663.001-44

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 243/2022 ADM DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal abaixo como **FISCAIS DE CONTRATO,** abaixo discriminado.

SECRETARIA	FISCAL TITULAR	SUPLENTE	GESTORA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	EMERENTINA BEATRIZ CARDOSO CPF.: 392.726.720-15 MATRICULA.: 13755	JEANE LUZ COSTA CPF.: 015.310.281-01 MATRICULA.: 13200	SUELI FRANCISCA SANTOS BARBARESCO CPF.: 931.982.486-04 MATRICULA.: 554

CONTRATO	106/2022	CNPJ	VALOR
CONTRATADA	MEDLAB ASSISTÊNCIA TÉCNICA E COMERCIO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI – ME.	14.995.486/0001-50	R$ 10.675,00
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE APARELHO DE RAIO X INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INCLUINDO REPOSIÇAO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA/MT.		
PRAZO DE VIGÊNCIA	3 MESES – 24/10/2022 A 23/01/2023		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de outubro de 2022.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREVICON
TERMO DE DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE 02/2022 - PREVICON

TERMO DE DISPENSA DE INEXIGIBILIDADE 02/2022

– DO OBJETO - Contratação De Prestação De Serviços Técnicos Especializados, Correspondente Correspondentes Ao Sistema E-Social E Transparência Para O Fundo De Previdência Social Dos Servidores De Confresa.

Favorecido – STAF SISTEMAS LTDA – CNPJ nº **07.941.056/0001-90**

Endereço - Av. Antonio J.M Andrade, nº 1042, Centro, Nova Andradina – MS.

Vigência – 24/10/2022 a 24/10/2023

Valor Global – R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reias) dividido em 12 prestações mensais de R$ 800,00 (oitocentos reais) referente ao Módulo Sistema E-Social e 12 prestações mensais de R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) referente ao Portal Transparência.

Confresa-MT, 24 de outubro de 2022.

Comissão Permanente de Licitações: Portaria 08/2022

Presidente: Jessyca Vilela Guimarães

Membro 01: Erineide da Silva Quintino

Membro 02: Janielle Pinheiro de Oliveira

PREVICON
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITÁRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Confresa – PREVICON, Sra. Jessyca Vilela Guimarães, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo N.: 006/2022 b) Licitação N.: 02/2022-IN

c) Modalidade: Inexigibilidade

d) Data Homologação: 24/10/2022

e) Data da Adjudicação: 24/10/2022 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação: Contratação de prestação Contratação De Prestação De Serviços Técnicos Especializados, Correspondente Correspondentes Ao Sistema E-Social E Transparência Para O Fundo De Previdência Social Dos Servidores De Confresa.

g) Fornecedores e Itens Vencedores: STAF SISTEMAS LTDA **– CNPJ** nº 07.941.056/0001-90

Unid: usuário ilimitado

Qtd: 12 meses

Preço Unitário (R$): 800,00 (oitocentos reais) referente ao Módulo Sistema E-Social e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) referente ao Portal Transparência.

Total do Item(R$): R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

12 - Fundo de Previdência Social dos Servidores

01 - PREVICON

09 - Previdência Social

271 - Previdência Básica

125 - Regime de Previdência Municipal - PREVICON

2.222 - Manutenção/Encargos com a Previdência Municipal - PREVICON

33.90.39.00.00. Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R$ 24.000,00

Confresa-MT, 24 de outubro de 2022.

Comissão Permanente de Licitações: Portaria 08/2022

Presidente: Jessyca Vilela Guimarães

Membro 01: Erineide da Silva Quintino

Membro 02: Janielle Pinheiro de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
ABERTURA DE PREGAO PRESENCIAL 042/2022 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2022 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 850/2022

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria no 112/2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEICULOS AUTOMOTORES, MÁQUINAS E OUTROS EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO.

Credenciamento e Abertura: 22 / 11 / 2022 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas

Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 ou e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br . O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 25 de outubro de 2022.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
ABERTURA DE PREGAO PRESENCIAL 043/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1198/2022

O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE através de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria no 112/2022, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para CONTRATAÇÃO DE MONITORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM AULAS PRATICAS NA ARTE DE MUSICA, CAPOEIRA E DANÇA.

Credenciamento e Abertura: 24 / 11 / 2022 - Horário de Cuiabá as 08:00 horas

Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 ou e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br . O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br.

Conquista D'Oeste, 25 de outubro de 2022.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1073/2022

O município de Conquista D´Oeste, através da comissão permanente de licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que no instrumento convocatório, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE NOBREAK SNOIDAL ONLINE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, foi retificado o item 4 do Anexo I (Termo de Referência), sendo incluído o quantitativo e valor estimado. Será mantida a data de credenciamento e abertura no mesmo dia e horário. Informações: Sala de Licitações desta Prefeitura, de 2ª a 6ª, no horário comercial ou pelo telefone (65) 3265-1000 e e-mail: licitacao@conquistadoeste.mt.gov.br. O Edital poderá ser obtido através do site: www.conquistadoeste.mt.gov.br

Conquista D'Oeste, 25 de outubro de 2022.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro oficial

Portaria 112/2022

PORTARIA/DECRETO
DECRETO Nº 061, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

"Decreta ponto facultativo em comemoração ao dia do Servidor Público".

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas do município de Conquista D'Oeste no dia **28 de outubro (sexta-feira)**, em comemoração ao Dia do Servidor Público, ressalvados os serviços públicos

essenciais cuja prestação não admita interrupções, que funcionarão conforme escala fixada pelos Secretários das respectivas pastas.

Art. 2º. Os servidores cedidos à JUSTIÇA ELEITORAL, POLITEC, INDEA, SEFAZ e DETRAN deverão observar os horários de expediente estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 24 de outubro de 2022.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 111/2022-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1164/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO 033/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO DE LETREIRO "EU (CORAÇÃO) CONQUISTA" EM ROTATÓRIA LOCALIZADA NA RUA DOS CAJUEIROS.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT - CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: CONSTRUTORA ADJU EIRELI – ME - CNPJ sob nº 32. 906.575/0001-64.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 602.

VALOR CONTRATADO: R$ 32.987,23 (trinta e dois mil e novecentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos).

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal a servidora GEISSI ELLEM TEIXEIRA PETRUNILIO.

VIGÊNCIA: O período de vigência deste Termo de Contrato terá início na data de 21/10/2022 e encerramento em 31/12/2022, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 20 de outubro de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e ADRIANY HERVELLE DA SILVA FELICIANO CONSTRUTORA ADJU EIRELI.

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 108/2022-PMCO/MT

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 801/2022

PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES, EVENTOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DE RÁDIO, JORNAL E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT - CNPJ n.º 04.219.688/0001-56.

CONTRATADA: OLK SOLUCOES EM MARKETING E SERVICOS LTDA – ME - CNPJ sob nº 17.617.260/0001-03.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 058

VALOR CONTRATADO: R$ 85.615,00 (oitenta e cinco mil e seiscentos e quinze reais).

DA FISCALIZAÇÃO: WALKIRIA FERNANDA MARCELINO DE SOUZA.

VIGÊNCIA: O período de vigência deste Termo de Contrato terá início na data de 07/10/2022 e encerramento em 31/12/2022, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei 8.666/93.

E ASSINATURA: 07 de outubro de 2022.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE e OLK SOLUCOES EM MARKETING E SERVICOS LTDA – ME, VALDECIR AUGUSTO DE OLIVEIRA

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 208/2022

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor CARLOS ALVES DOS SANTOS, matricula: 172, Motorista do Município, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em gozo de férias, para retorno ao trabalho nos dias 25 e 26 de outubro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 25 de outubro de 2022.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO -SRP Nº 049/2022 PROCESSO 146/2022

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 049/2022 através da plataforma **COMPRASBR https://comprasbr.com.br/**, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para "**AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO (GÁS MEDICINAL), CILINDROS, UMIDIFICADORES E REGULADORES DE PRESSÃO PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU–MT".** Cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis. Abertura do certame se dará: O início de recebimento de propostas e habilitação ocorrerá à **Partir do dia 27 de outubro de 2022 às 09:00 horas, até o dia 23 de novembro de 2022 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASILIA). O início da disputa ocorrerá no dia 23 de novembro de 2022 às 09:15 horas (HORÁRIO DE BRASILIA)**. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br**ou no site da Prefeitura **www.cotriguacu.mt.gov.br**e **https://comprasbr.com.br/**.

Cotriguaçu-MT, 25 de outubro de 2022.

Olirio Oliveira dos Santos

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 094/2022

que fazem o Município de Cotriguaçu-MT e Laercio Goncalves Do Nascimento 35645466187.:

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 37.465.309/0001-67, com Sede Administrativa na Avenida 20 de Dezembro**, n.º** 725, Centro, no Município de Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade sob n.º **9034*-*, SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob o n.º ***.202.302-**, residente e domiciliado na Rua Vidal Queiroz, s/n.º, Bairro Jardim Botânico, no Município de Cotriguaçu-MT, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, LAERCIO GONCALVES DO NASCIMENTO 35645466187, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.823.327/0001-64, com sede na Rua Irani Silveira, nº 864, Bairro Cooperativa, no Município de Cotriguaçu-MT, neste ato representado pelo seu Representante Legal, LAERCIO GONCALVES DO NASCIMENTO, brasileiro, do comércio, portador da Cédula de Identidade n.º **653-* SESP/MS, e inscrito no CPF/MF sob o n.º ***.454.661-**, residente e domiciliado no Município de Cotriguaçu-MT, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, resolvem firmar o presente Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo n.º 094/2022, oriundo do Pregão Presencial n.º 010/2022, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo n.º 094/2022, celebrado entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, tem como base legal o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Públicos).

CLÁUSULA II

DO OBJETO

Constitui objeto do presente **Primeiro Termo de Aditamento ao** Contrato Administrativo n.º 094/2022, o acréscimo de 25% do Contrato Administrativo n.º 094/2022, precisamente, do item 3 - SERVIÇO DE MÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE MURO/PAREDE DIVISÓRIO – EM ALVENARIA DE TIJOLOS DE 6 OU 8 FUROS, COM COLUNAS DE CONCRETO E FERRAGEM ESPAÇADAS DE 3,00 EM 3,00 M, INCLUSIVE ACABAMENTO EM CHAPISCO FECHADO (DETRAN – SEC ADMINISTRAÇÃO), da tabela **do subitem 2.2., da CLÁUSULA SEGUNDA – "DO REGIME DE EXECUÇÃO", do** referido Contrato, no valor de R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais) passando o valor total do item de R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais) para R$ 24.375,00 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais) e o valor total do contrato passa de R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais) para R$ 24.375,00 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA III

DAS ALTERAÇÕES DAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO **CONTRATO**

A tabela do subitem 2.2., da CLÁUSULA SEGUNDA – "DO REGIME DE EXECUÇÃO", do Contrato Administrativo n.º 094/2022, passa a vigorar da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
3	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE MURO/PAREDE DIVISÓRIO – EM ALVENARIA DE TIJOLOS DE 6 OU 8 FUROS, COM COLUNAS DE CONCRETO E FERRAGEM ESPAÇADAS DE 3,00 EM 3,00 M, INCLUSIVE ACABAMENTO EM CHAPISCO FECHADO (DETRAN – SEC ADMINISTRAÇÃO)	M²	375	R$ 65,00	R$ 24. 375,00

O subitem 3.1., da CLÁUSULA TERCEIRA – "DO PREÇO", do Contrato Administrativo n.º 094/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1. O presente contrato tem o valor global de R$ 24.375,00 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA IV

DA INCORPORAÇÃO E DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO

Ficam incorporadas ao Contrato Administrativo n.º 094/2022, celebrado entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, as cláusulas e condições do presente Primeiro Termo de Aditamento e mantidas as demais não alteradas pelo mesmo, bem como as respectivas documentações integrantes do referido Contrato Administrativo, desde que não contrárias ao presente Termo.

CLÁUSULA V

DA PUBLICAÇÃO RESUMIDA DO TERMO DE ADITAMENTO

Caberá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato resumido do presente Primeiro Termo de Aditamento ao **Contrato Administrativo n.º 094/2022,** no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT e no Diário Oficial da União – DOU, até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, sendo condição indispensável para sua eficácia, a teor do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8. 666/93.

CLÁUSULA VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim havendo justo e concertado, foi mandado elaborar e digitar o presente Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo n.º 094/2022, em 02 **(duas)** vias de igual forma e teor, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, juntamente com **2 (duas)** testemunhas instrumentárias, para que surtas seus jurídicos e legais efeitos, revestindo o presente Termo com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do Direito Civil e Processual Civil, bem como da legislação vigente.

Cotriguaçu-MT, 25 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT CNPJ/MF N.º 37.465.309/0001-67 CONTRATANTE OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS Prefeito Municipal CPF/MF N.º ***.202.302-**	LAERCIO GONCALVES DO NASCIMENTO 35645466187 CNPJ/MF N.º 46.823.327/0001-64 CONTRATADO LAERCIO GONCALVES DO NASCIMENTO Representante Legal CPF/MF N.º ***.454.661-**

TESTEMUNHAS:

VALDETE VERONEZ FRANÇA DA SILVA CPF/MF n.º ***.700.532-**	**SIMONE DANIELA CZYCZA** CPF/MF n.º ***.610.271-**

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.199/2022

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Especial por Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores, do Orçamento Vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1.º Fica o Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir Crédito Adicional especial por Superávit Financeiro de exercícios anteriores , no valor de R$ 403.000,00 (Quatrocentos e três mil reais) nas seguintes dotações Orçamentárias, do Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2022, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.163, de 09 de dezembro de 2021:

Órgão: 14 – Secretaria Municipal de Cidades

Unidade 02- Divisão da Secretaria de Esporte e Lazer

Função: 15– Urbanismo

Sub Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 20 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

Projeto/Atividade: 1027 – Construção, Reforma, Ampliação e Readequação de Espaço Esportivos

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa	Valor
44.90.51.00	20500- Recursos Próprios do Exercício Anterior	Obras e Instalações	R$ 403.000,00
TOTAL		**R$** 403.000,00	

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão da despesa que trata a presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para o exercício financeiro de 2022.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 25 de outubro de 2022.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 006/2022/PMC

O SECRETARIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SMHARF, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a empresa abaixo referente ao **CONCORRÊNCIA Nº. 006/2022/PMC**, do procedimento licitatório nº 041.946/2022- cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO BAIRRO ALTOS DA SERRA II, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352723-78/2011 – MDR/CAIXA/PMC**.

LICITANTE	VALOR
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA CNPJ Nº 03.076.083/0001-90	**R$ 5.874.275,19**
R$ 5.874.275,19 (Cinco Milhões, Oitocentos e Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Dezenove Centavos).	

Cuiabá/MT, 25 de outubro de 2022.

LEONARDO DA AREA LEÃO MONTEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – SMHARF

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

TORNAR SEM EFEITO O AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº. 068/2022/PMC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074.696/2022

ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -SMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE PRODUTO FARMACÊUTICO/MEDICAMENTOS** PARA PROCEDIMENTO DE EUTANÁSIA EM CÃES E GATOS DA COORDENARIA TÉCNICA DE VIGILÂNCIA EM ZOONOSES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ/MT.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08/11/2022 às **10H30min (dez horas e trinta minutos) Horário de Brasília**, através da plataforma do (Banco do Brasil - Licitações-e) do site:www.licitacoes-e.com.br.

EDITAL DISPONÍVEL: http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao/ (Prefeitura de Cuiabá-MT) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).

CONTATO: Tel. (65) 3645-6156 E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br, de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 18:00 horas (Cuiabá-MT).

Cuiabá/MT, 25 de Outubro 2022.

Carlene de Paula Silva

Pregoeira

Agmar Divino Lara de Siqueira

Secretário Adjunto Especial de Licitações e Contratos

TORNAR SEM EFEITO O RESULTADO FINAL CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SMATED, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade **CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC** Processo Administrativo nº 072.543/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO IMEX CUIABÁ, SALA DO EMPREENDEDOR E CUIABANCO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.**

LICITANTE	VALOR
CONSTRUTORA ALMEIDA CAMPOS EIRELI CNPJ Nº 24.086.995/0001-13	**R$ 119.119,29**
R$ 119.119,29 (cento e dezenove mil e cento e dezenove reais e vinte e nove centavos).	

Cuiabá/MT, 25 de outubro de 2022.

.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente Da Comissão Permanente De Licitação

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

Agmar Divino Lara De Siqueira

Secretário Adjunto Especial De Licitações E Contratos

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS

TORNAR SEM EFEITO O TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SMATED, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a empresa abaixo referente a **CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC**, do procedimento licitatório nº 072.543/2022 - cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO IMEX CUIABÁ, SALA DO EMPREENDEDOR E CUIABANCO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.**

LICITANTE	VALOR
CONSTRUTORA ALMEIDA CAMPOS EIRELI CNPJ Nº 24.086.995/0001-13	**R$ 119.119,29**
R$ 119.119,29 (cento e dezenove mil e cento e dezenove reais e vinte e nove centavos).	

Cuiabá/MT, 25 de outubro de 2022.

FRANCISCO ANTÔNIO VUOLO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SMATED

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 072.543/2022

CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SMATED, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022**, torna público para conhecimento dos interessados, o FRACASSO da licitação na modalidade CARTA CONVITE N° 016/2022/PMC, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO IMEX CUIABÁ, SALA DO EMPREENDEDOR E CUIABANCO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DETALHAMENTOS DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.**

Cuiabá/MT, 25 de outubro de 2022.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

Agmar Divino Lara De Siqueira

Secretário Adjunto Especial De Licitações E Contratos

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

RESULTADO FINAL CONCORRÊNCIA Nº. 006/2022/PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SMHARF, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE nº 304/2022, divulgada no Diário Gazeta Municipal de Cuiabá no dia 22 de março de 2022**, torna público para conhecimento dos interessados, o RESULTADO FINAL da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº. 006/2022/PMC Processo Administrativo nº 041.946/2022, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO BAIRRO ALTOS DA SERRA II, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – TERMO DE COMPROMISSO Nº 0352723-78/2011 – MDR/CAIXA/PMC.**

LICITANTE	VALOR
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA CNPJ Nº 03.076.083/0001-90	**R$ 5.874.275,19**
R$ 5.874.275,19 (Cinco Milhões, Oitocentos e Setenta e Quatro Mil, Duzentos e Setenta e Cinco Reais e Dezenove Centavos).	

Cuiabá/MT, 25 de outubro de 2022.

.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente Da Comissão Permanente De Licitação

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

Agmar Divino Lara De Siqueira

Secretário Adjunto Especial De Licitações E Contratos

(ORIGINAL ASSINADO NOS AUTOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: VUOLO ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 37.300.051/0001-49

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁ-

RIA E PASSEIO PÚBLICO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO CONFORME PLANILHAS E PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS.

Prazo de execução: 29/10/2022 à 26/01/2023.

Tomada de Preços nº 007/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. YURI BISPO NEVES VUOLO, Administrador.

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: VUOLO ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 37.300.051/0001-49

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIO PÚBLICO, NA AVENIDA BRASIL, AVENIDA RIO BRANCO, RUA JERICOACOARA E RUA DOS DESBRAVADORES CONFORME PLANILHAS E PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS, CONFORME CONVENIO Nº 0196-2022 CELEBRADO ENTRE ESTA PREFEITURA E A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA/MT.

Prazo de execução: 29/10/2022 à 26/01/2023.

Tomada de Preços nº 005/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. YURI BISPO NEVES VUOLO, Administrador.

CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2022

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: VUOLO ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 37.300.051/0001-49

OBJETO: Contratação de Empresa para execução de obra de manutenção e conservação de pavimentação asfáltico com micro revestimento a frio com emulsão modificada por polímero nas ruas públicas do Município de Curvelândia/MT.

Prazo de execução: 29/10/2022 à 27/12/2022.

Tomada de Preços nº 006/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. YURI BISPO NEVES VUOLO, Representante Legal.

CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2022

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: BARBARA BESSA SILVA OLIVEIRA - ME

CNPJ: 34.185.877/0001-16

OBJETO: Contratação de Empresa para execução de projeto de obra de construção de calçadas, estacionamento e paisagismo no pátio da nova prefeitura municipal.

Prazo de execução: 28/10/2022 à 25/01/2023.

Tomada de Preços nº 008/2022.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. JADILSON ALVES DE SOUZA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sra. BARBARA BESSA SILVA OLIVEIRA, Administradora.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

ERRATA DO DECRETO Nº 231/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MANOEL LOUREIRO NETO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, informa que tendo em vista o erro de grafia na publicação do Decreto 215/2022, publicado na Edição nº 4.094, de 24 de Outubro de 2022, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, a presente ERRATA serve para retificar,

Onde se lê:

Art. 1º. Fica decretado recesso nas Repartições Públicas Municipais no período de **22 de dezembro de 2022 a 02 de janeiro de 2022**, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Leia-se:

Art. 1º. Fica decretado recesso nas Repartições Públicas Municipais no período de **22 de dezembro de 2022 a 02 de janeiro de 2023**, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Diamantino/MT, 25 de outubro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR E PRAZO REFERENTE AO CONTRATO Nº 111/2022.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E RECUPERAÇÃO DA SALA DO ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT.**

DO VALOR:R$ 6.599,47 (Seis mil Quinhentos e noventa e nove reais e Quarenta e sete centavos)

DA PRORROGAÇÃO: **30 (TRINTA) DIAS.**

CONTRATADO**: G. DE A. WALVERDES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **47.014.732/0001-02**.

CONTRATANTE: MANOEL LOUREIRO NETO – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 29 DE SETEMBRO DE 2022.

SETOR RH
DECRETO Nº 233/2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 005/2022,PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 005/2022.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **30(trinta)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7h as 11h e 13h as 17h, para assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com ao item 16 do Edital nº 005/2022, citado no anexo I deste decreto.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 25 de Outubro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 233/2022

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONFERÊNCIA
Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista **(quando do sexo masculino)**
Cartão do PIS/PASEP. **(Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar);**
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
Declaração da Escola, filhos que estão em sala de aula (filhos 5 a 14 Anos)
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitaca... - AUTENTICAÇÃO NO SITE**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **https://sec.tjmt.jus.br/emitir-certidao-de-primeir... - AUTENTICAÇÃO (NO SITE)1º GRAU - 2º GRAU**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração Não Infringiu as Leis que fundamental este edital.
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMITIDA NO SETOR DE RH)**
Conta Salário **(BANCO BRADESCO)**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
FOTO 3X4 COLORIDA ATUALIZADA

ANEXO II DO DECRETO Nº 233/2022

004 - 004 - OPERADOR DE ESCAVADEIRA - DIAMANTINO	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
003º	EVERALDO MENDES PEDROSO

PORTARIA Nº 568/2022

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a Senhora **ÉRICA MARQUES DE ABREU**, portadora do RG nº 1497677 SSP/MT, inscrita no CPF nº 991.806.931-72, para exercer o cargo de **Gerencia Epidemiológica e Saúde do Trabalhador - Gerente - DGA-8** da Prefeitura Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 24 de Outubro de 2022.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DIAMANTINO REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO DE ADESÃO Nº 027/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO, em cumprimento ao princípio da publicidade, comunica a todos interessados, que **REVOGOU** o processo licitatório de adesão nº 027/2021, o fazendo com supedâneo no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e os art. 58, inciso II, cc art. 78 inciso XII e art. 79 inciso I, da Lei nº 8.666/93, sendo que o procedimento revogatório encontra-se à disposição de todos os interessados.

Diamantino-MT,. 25 de Outubro de 2022.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. Nº 032/2022

CONTRATADA: ***VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,*** **CNPJ:36.969.897/0001-03**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de sessenta (30) dias do prazo de execução, constante da **Cláusula 8**, **item 8.2** do Contrato de Prestação de Serviços nº 032/2022, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 35/2022

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 35/2022

CONTRATADA:GILSON JOSE DA SILVA TRANSPORTES, CNPJ: 02.276.813/0001-34

OBJETO: MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, com sede à Avenida Cuiabá, 143, Centro, Dom Aquino-MT, inscrita no CNPJ nº. 03.347.119/0001-23, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. VALDÉCIO LUIZ DA COSTA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 820.789, expedida pela SSP/MT, CPF nº. 537.212.171-87, residente e domiciliado na cidade de Dom Aquino-MT, no pleno exercício de suas atribuições legais e regulamentares.

VALOR: R$ 1.383.616,69 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 24/10/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. Nº 028/2022

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. Nº 028/2022

CONTRATADA: *ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA,* CNPJ:30.063.707/0001-08

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o realinhamento de valor do contrato de Prestação de Serviços n 028/2022,"contratação de empresa especializada para prestação de serviços na reforma de piso, construção do alambrado e arquibancada da quadra esportiva da escola municipal de 1º grau Renato Dias Coutinho, visando atender os objetivos do CONVENIO 1146-2021, firmado com o governo do estado de Mato Grosso através da SEDUC/MT e o município de Dom Aquino, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com a descrição dos serviços, projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, ambos parte integrante deste edital ."

DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. Nº 027/2022

CONTRATADA: *ANANDA DOS SANTOS ALMEIDA,* CNPJ:30.063.707/0001-08

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o realinhamento de valor do contrato de Prestação de Serviços n 027/2022, "contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ampliação da sala dos professores na escola municipal de 1º grau Renato Dias Coutinho, localizada na Avenida Costa e Silva s/n neste município, incluindo materiais e mão de obra, de acordo com a descrição dos serviços, projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, ambos parte integrante deste edital, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer".

DATA DE ASSINATURA: 21/09/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. Nº 032/2022

CONTRATADA: *VIGA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI,* CNPJ:36.969.897/0001-03

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o realinhamento de valor do contrato de Prestação de Serviços n 032/2022, conforme solicitação da contratada e parecer jurídico favorável.

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2022

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 - RETIFICAÇÃO INSCRIÇÕES

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 – B

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais, **RETIFICA** o resultado dos pedidos de inscrição na condição de Pessoa com Deficiência – PCD, referente ao Concurso Público aberto através do Edital Nº 001/2022, passando a vigorar conforme segue:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	RESULTADO
608262	ENFERMEIRO	CLEUZENI TELES DE MORAIS PADILHA	DEFERIDO
610166	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE	DEFERIDO
607766	MOTORISTA - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE	DEFERIDO
609960	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS	EDUARDO WALTER PINTO	DEFERIDO
608402	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER	DEFERIDO
610434	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELAINE RODRIGUES SALES	INDEFERIDO*
606248	BIÓLOGO	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	INDEFERIDO*
611213	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	NEUCINEILY CHAVES DE SOUZA	DEFERIDO

* Laudo médico apresentado em desacordo com o item 3.1.5., a), do edital de abertura – data de expedição superior a 90 (noventa) dias do término das inscrições.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gaúcha do Norte – MT, 25 de outubro de 2022.

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000150/2022

Modalidade Nr.: 00000056/2022

Classificação:: Dispensa de licitação para compras e serviços

Data da Adjudicação: 25/10/22

Data da Homologação: 25/10/22

Objeto da licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO NOVO TOYOTA HILUX CD SRV 4X4 2.8.

"Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)"

4185 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
36561	SEGURO NOVO PARA VEICULO Detalhamento: SEGURO NOVO PARA VEICULO	UNIDADE		1,0000	7.647,8100	7.647,81

Total Fornecedor: 7.647,8100

Total Geral: 7.647,8100

GAUCHA DO NORTE, Terça-feira, 25 de Outubro de 2022

_____

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 - HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 – A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições, bem como **DIVULGA** o resultado dos pedidos de inscrição na condição de Pessoa com Deficiência – PCD, conforme ANEXO I, referente ao Concurso Público aberto através do Edital Nº 001/2022.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 14. do Edital de Concurso Público nº 001/2022, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a **prova escrita objetiva,** bem como a entrega dos documentos referentes a prova de títulosserão realizadas no dia **06 DE NOVEMBRO DE 2022**, conforme segue:

HORÁRIO DE INÍCIO: 08H00MIN (horário oficial – MT)
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA BEM ME QUER, sito à Rua Minas Gerais, n.º 90 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Agente Comunitário de Saúde (todas as áreas), Agente de Arrecadação e Fiscalização, Agente de Combate a Endemias, Assistente Social (todas as áreas), Biólogo, Bioquímico/Farmacêutico, Eletricista Automotivo, Engenheiro Civil, Nutricionista e Odontólogo.
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL GERVÁSIO DOS SANTOS COSTA, sito à Rua Capanema, n.º 974 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Maestro, Mecânico de Máquinas Pesadas, Mecânico de Veículos Leves, Médico, Orientador Sócio Educativo, Psicólogo e Técnico de Apoio Educacional (todas as áreas).

HORÁRIO DE INÍCIO: 13H00MIN (horário oficial – MT)
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA BEM ME QUER, sito à Rua Minas Gerais, n.º 90 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Agente Administrativo (todas as áreas), Atendente/Recepcionista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial (todas as áreas) e Fiscal de Tributos/Agente Tributário..
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL GERVÁSIO DOS SANTOS COSTA, sito à Rua Capanema, n.º 974 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Agente Municipal de Saneamento (Serviço Braçal), Fiscal de Obras e Posturas e Professor (todas as áreas).

HORÁRIO DE INÍCIO: 18H00MIN (horário oficial – MT)
LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA BEM ME QUER, sito à Rua Minas Gerais, n.º 90 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Agente de Consultório Dentário, Agente de Manutenção e Limpeza Escolar (todas as áreas), Agente de Nutrição Escolar (todas as áreas), Agente de Segurança e Vigilância Escolar (todas as áreas), Agente de Serviços Gerais, Agente de Transporte Escolar (todas as áreas), Atendente Geral de Saúde, Auxiliar de Limpeza, Auxiliar de Serviços Gerais – Feminino, Cozinheira, Cozinheiro, Gari e Técnico em Radiologia / Mamografia.
LOCAL: ESCOLA ESTADUAL GERVÁSIO DOS SANTOS COSTA, sito à Rua Capanema, n.º 974 – Centro, em Gaúcha do Norte – MT. **Cargos:** Motorista (todas as áreas), Operador de Máquinas, Pedreiro, Servente de Pedreiro, Técnico em Enfermagem, Técnico em Laboratório e Vigilante (todas as áreas).

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

Parágrafo único. Não será permitida a entrada de candidatos no local de prova após o horário de início.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gaúcha do Norte – MT, 24 de outubro de 2022.

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME
612123	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	AGNALDO SOUZA
608481	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	BRUNO LORENZO GOMES SILVA
610105	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	FRANCIELI NEVES FERREIRA
610699	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	GENAINA SOUZA
612000	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	GIANNA LAIS ALIEVI
606481	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	KEITIANE SOUZA DAS CHAGAS MAIA
610077	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	LEANDRO QUEIROZ DE ARAUJO
609289	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	LISANIAS FERREIRA MENDES SALDANHA
611412	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	PRISCILA PAMELA SILVA LIMA
609000	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	TAINARA MOREIRA PEREIRA
606236	AGENTE ADMINISTRATIVO - EDUCAÇÃO	VANESSA DE JESUS CHAVES
611544	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	ELIANE MARQUES DE CASTRO NASCIMENTO
606959	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	KAREN SAMPAIO BERTA
606434	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	KETRY LORRAINY SANTANA MOREIRA
608014	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	KETTLEY NEVES LOBELEIN
611067	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	LILIA CONSTANTINO LOPES
606068	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	MIGUEL AFONSO SOUSA LOTFI ROCHA DA SILVA
609206	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	RODRIGO JOSE MADERS FERNANDES JUNIOR
612089	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	SARAH LIMA SOUSA
608148	AGENTE ADMINISTRATIVO - SAÚDE	YAHU UNAWAKA MEYNAKO

607043	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ADMILSON FRANCISCO DE MOURA
610364	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ALEXIA USINGER VICENZI
609547	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ALMIR LUIZ ZAMBONI JUNIOR
606340	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ANA CAROLINA CONTINI
608740	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ANNY KAROLINE BARBOSA DA SILVA
607191	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	CARLOS ALVES
610607	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	CARLOS EDUARDO PEREIRA
610048	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	CLEIA COSTA FERNANDES
607588	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	CLENICE COSTA FERNANDES
611105	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	DANIELE APARECIDA DE OLIVEIRA
610380	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	DERILENES PEREIRA LEMOS
610166	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE
609988	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ELIANE ERICA FERREIRA GOMES
609165	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ERICA NAIARA PEROZO PIRES PEIXOTO
609097	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ERICA ROSARIO COSMO
605945	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	FAGNER FURTADO DA SILVA
611256	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	FERNANDO GABRIEL DA SILVA PEREIRA
611293	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ILGO DA SILVA GONCALVES JUNIOR
610158	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	ITALO FERREIRA MENDES SALDANHA
612010	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	IZABELI VIEBRANTZ
609917	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	JHENIFFER NAUILA TONELLO
605926	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	JHONATHAN WILLIAN SALES ROSA
611110	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	KARINA PEREIRA DA SILVA
610999	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	KEREN RAYSSA SILVA SILVESTRE
606644	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LARISSA LUNKES DESSBESSEL
610642	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LEILIANE FERREIRA DE SOUZA
610497	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LILIANE FIDESKI
611635	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LILIANE PEREIRA DA SILVA
607427	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LISLAINE FIDESKI
610045	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LUAN RICARDO RODRIGUES CORREA
610441	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LUCILENE RIVAROLI AQUINO LEAO
607846	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LUIZ SOARES PAULO FILHO
609340	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LUZIANA SILVA
610081	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	LUZIKELLY PEREIRA ALVES
610619	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MAPUNU MAHUKAKUMA KUIKURO
611894	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MARIA CLARA CARNEIRO MENEZES
611068	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MARLI GONCALVES CONSTANTE
606642	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MATEUS HENRIQUE VERICIMO DA SILVA
611189	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MIRIAN DUDEK DE ARAUJO
611915	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	MURILO VIEIRA ASSIS
607376	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	NATALIA LAZARA NORBERTA SILVA
611213	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	NEUCINEILY CHAVES DE SOUZA
609300	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	NILSON DAMIAO SALDANHA
607684	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	PATRICK LUCIANO MORONI
609982	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	RAFAELA DOS SANTOS INACIO
610440	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	RAIMUNDO MATEUS MOTA DA SILVA
607918	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	REYLA FERNANDA TORMES GUSMAO
610193	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	RUTHIELLI PEREIRA DE SOUZA
606164	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	SAMUSYELI FERREIRA ALVES DE MEDEIROS
611077	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	SIMONE MULLER
609374	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	SIRLEI APARECIDA RITZMANN
609282	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	TATIANE DE OLIVEIRA LIMA
612109	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	THAIS CALDEIRA DE OLIVEIRA DE SOUZA
606546	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	THAIS LOPES DE OLIVEIRA
608647	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	TSUMAKU ADEMAR KUIKURO AWETI
610790	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	VALDER ALEXANDRE PAIVA
611261	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	VERONICA DOS ANJOS FRAZAO
607548	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	WERLENARA CASTRO DE CASTRO
606684	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	WESLA COSTA COELHO
607489	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	ADRIANA RIBEIRO RODRIGUES
608087	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	CELIA REGINA SILVA SOUZA
609479	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	CINTIA JOSE DAS DORES
607251	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	ELIZABETE CRISTINA ANGELA DE SOUSA
608988	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	EMERSON GARCIA LAGO
607487	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	FRANCISCA KELMA DA SILVA
609777	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	FRANCISCO JUNIOR DE MORAES SILVA
607183	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	IONICE PAULA UES
609942	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	KEILLA DIAS VIDAL
607587	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	NILCEIA FERREIRA COSTA
610726	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	POLLYANA ALVES DOS SANTOS
605799	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	PRISCILA CESARIO DE OLIVEIRA
609157	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	ROSEMARI FERNANDES DOS SANTOS
607893	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	SILVANA FELIX DA SILVA
607409	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	SILVANIA RODRIGUES DA SILVA

609709	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	SONIA RIZZO VIEIRA
607894	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 01/02/03/07 (PSF ERNESTO DOLEYS)	VANDERLEIA DE JESUS
605754	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	ANGELA APARECIDA CORREIA SIQUEIRA DA SILVA
605884	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	BRUNNA CRISTINA DE SA
607567	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	ELIENE MARIA DA PAZ DINIZ
610093	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	ELIZIANE ALVES FERREIRA
605763	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	JANAINA MATOS DE LIMA PINHEIRO
605812	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	KETTRY IULLY DIOGO DINIZ REIS
605781	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	LARICI KALLYELI PEREIRA BRAGA
607961	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	LARISSA CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA
607962	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	LUCIANA SILVA ALVES
607131	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	MARIA DE JESUS SANTANA ALMEIDA
609659	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	MARIA TEREZA DA PAZ PASCOLAR
610650	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	MEIRIVANE CALDEIRA DE OLIVEIRA
606059	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	MEYRIAN ARAUJO DA COSTA
608609	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	NATHAN FERREIRA AGUIAR
607346	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	NISLEIA DE ASSIS SOUZA
607136	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 06/08/10/12 (PSF MARIO ALIEVI)	THAIZE SANTANA ALMEIDA
610236	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 11 (BOTUVERA)	CAMILA ALVES DOS SANTOS
607753	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 11 (BOTUVERA)	ELIETE DAVID MACEDO
606337	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 13 (PONTAL DO PIRANHA)	JONAS ROBERTO LEMOS
609877	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 13 (PONTAL DO PIRANHA)	SALVANICE SILVA SANTOS
606904	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 13 (PONTAL DO PIRANHA)	TANI ROSANA PUTON DA SILVA
610053	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA)	JOAO VICTOR OTELACOSKI FERREIRA
611125	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA)	REGIANE CONSTANTINO LOPES
607543	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA)	RUTE WELCIA FERREIRA
607049	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA)	RUTIMARA FRANCISCA DE OLIVEIRA
610074	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 14 (ASSENTAMENTO NOVA ALIANÇA)	SIMONE FERREIRA DE LIMA
610994	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)	MARCIA DE FREITAS NUNES
605970	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)	ROSANA FERREIRA DA SILVA
606125	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)	TATIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE SILVA
608382	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)	THAYNARA PORTELLA DE ARAUJO
607550	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 4 (NOVA ALIANÇA)	TICIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE MELO
608902	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 9 E 15 (SANTA LUZIA)	ALEXSANDRA PEREIRA LEAL
606014	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 9 E 15 (SANTA LUZIA)	KEITH GABRIELA ALVES LOIOLA
606016	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 9 E 15 (SANTA LUZIA)	MARIA MARILICE RIBEIRO COLMAN
607476	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO ÁREA 9 E 15 (SANTA LUZIA)	RAYANE SOUSA SILVA BARBOSA RODRIGUES
611528	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ALEXANDRO SIQUEIRA
606912	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	AMANDA KELLY GUIMARAES SILVA
611548	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ANDERSON SANTOS
611242	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ANDREA MARIA LACERDA PLAVIAK
611952	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	AUCLAR FELIPE BOTINI
611551	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	AYRA MUNIK FERREIRA DOS SANTOS DANTAS
605718	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	CASSIO FIGUEIREDO SILVA
606619	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DAIANE SAMARA ALVES AGOSTINHO
607320	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DANIEL JOSE DE SOUZA
611116	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DANIELA FERRI MEINERZ
606108	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DOUGLAS FERREIRA BELLINO
612113	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	EDIANE RIBEIRO DE PAULA
612045	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	EDSON EMILIA DAROCHA
608172	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ELAINE SANTOS ROCHA
610402	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ELEN CRISTINA SILVA NASCIMENTO
611469	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	EMILLY SOUSA VILELA
606806	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	GILMAR NOLETO SOARES
611820	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	GRAZIANY FERREIRA BRITO
609167	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	GUILHERME NETO BIEGELMEIER
610838	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	HILTOLBAN COLMAN DE OLIVEIRA
605764	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	ISADORA CAROLINE RODRIGUES FREITAS
606178	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JEFFERSON AUGUSTO SIDEGUM GOMES
607089	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JOAO PEREIRA LIMA
610466	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JOCASTA ROCHA AGUIAR
608043	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JOSE CARLOS DOS SANTOS
610016	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JOSIANE LETICIA DECESARO
606228	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JULIANE ELIZAMARA GRUTKA
609431	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	KETELIN NATIELI WOCHNER
611914	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	KEYLA FRANCIS DE JESUS DA CONCEICAO
612104	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	LINDIANE FRANCISCA MOTA
610904	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	LUCIA INES WEIZENMANN
607482	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	LUIZ FERNANDO MENDES RIBEIROS
611425	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	MAIARA CATIUSA BORGES SAMBORSKI

611327	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	MARCIANA DE ARAUJO RAUBER
610275	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	MILTON JOSE ROJAS RODRIGUES
610544	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	NEILLA DE SOUZA
606201	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	NILMAR MICHEL NASCIMENTO
606474	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	RAYSSA ALVES NETTO
612012	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	RODRIGO DA SILVA DORCELINO
612093	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	SEDMAR MACHADO DA LUZ
610308	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	TAILINE BORSATTI
611848	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	TAINE GABRIELE SCHUCK
610776	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	TAMIRIS MENEGHEL NAUS
606169	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	THALES HENRIQUE BATISTA ALVES
611953	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	THAYS DE ALMEIDA PORTO MAIA
607053	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	UILIAN BENS DE SOUZA
611817	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	VICTOR RICARDO DA SILVA
606686	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	VINICIUS BATISTA DE QUEIROZ
607017	AGENTE DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	YOHANAN FLORES DA SILVA
608278	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	ALDENIZA SARAIVA DE SOUSA
608649	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	BARBARA NONATO DE PAULA
606894	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	CLAUDIANA GAUDENCIO DOS SANTOS
610107	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	DIEYSSON KELLE SILVA FERREIRA
607109	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	EMILY DA SILVA NOGUEIRA SIQUEIRA
608817	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	FATIMA TEREZINHA OTELACOSKI
607898	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	IASSIARA BEATRIZ XAVIER FRIAS
611928	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	IVANILDA JUSTINO DA SILVA
611805	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	JOAO ASSUNCAO PEREIRA FILHO
606470	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	KRUMARE TRUMAI AWETI
608189	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LEONIDAS MOREIRA REZENDE
606946	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	LEOSMAR FERREIRA LUZ
606477	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	RAIANDRA PERES DE ANDRADE FERNANDES
606040	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	VALQUIRIA LOPES MARTINS
605731	AGENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	ADRIENE PARREIRA CAMPOS
607694	AGENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	ALIENE VIEIRA DE OLIVEIRA
607071	AGENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	PATRICIA CESARIO DE OLIVEIRA COUTO
611016	AGENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	REJANE CATARINA CIZMOSKI DA SILVA
607953	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	ANA KARINE BUCHOLZ
607619	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	ANGELA APARECIDA DE SOUZA
608151	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	CARLOS ALBERTO DA SILVA PEREIRA
608833	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	DANIEL FERREIRA SILVA
607368	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	DANIELLE DA SILVA SANTOS
607158	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	EDINALVA FABRICIO DOS SANTOS
607827	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	ELIANE LOPES DA SILVA
610068	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	FRANCIELLY DUARTE MOURA REIS
609817	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	HOSANA SANTOS DOS REIS
609270	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	IVANETE PEREIRA DIAS
606927	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	JANE MARIA DA CONCEICAO DANTAS
607156	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	JAYNE DA SILVA MATOS
611597	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	JULIANA DE SOUZA LOPES
610593	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	LAILA RAFAEL CAVALCANTE
607452	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	MARTA CLACI MEGIER
608346	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	QUEILA APARECIDA PONTE DA SILVA
610830	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	QUEILA FONSECA NEVES
607448	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	ROSALINA LEAO DA COSTA
606326	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR	VALDIRENE MARTINS
606616	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	CELIA SANTANA SILVA
609673	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	JESSICA HELLEN ROCHA CASMAL DE FREITAS
609119	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI EMKIA)	KAMIKATI SHUKUW YAWALAPITI
608125	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI EMKIA)	PUINHOTSY ASSALU MEHINACO
611483	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM SALA ANEXA KUIKURO)	AGIHIGA KUIKURO
609361	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM SALA ANEXA KUIKURO)	PUHA KUIKURO
609336	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM)	AGAKU KUIKURO
609662	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM)	UYAI MEHINAKO
608260	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MIRASSOL SALA ANEXA WAURA)	LUCIANE TABYGUALO
609553	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MIRASSOL)	AURI AWETI
610401	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI MIRASSOL)	MATIUTA ALPUKU KAMAYURA
610760	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI ULUPUWENE)	AYURUWA WAURA
609144	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI ULUPUWENE)	KASU ULAKI WAURA
608595	AGENTE DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA ESCOLAR INDÍGENA (EMI ULUPUWENE)	WALAKU IYAPI WAURA
611871	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ADELVANIA SILVA COSTA
606444	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ALAN MARCOS SANTANA CAMPOS
607616	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	AMANDA KEZIA LIMA SOUSA
611739	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ANEICICLEIA RIBEIRO DE MORAIS
608572	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ANGELINA DANIELA MOURA DORNAS
608818	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS PONTES

611193	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	DALCA MATIELE NEVES PEREIRA
606715	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	DARLENE JOSE DA SILVA
608289	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDINALVA FABRICIO DOS SANTOS
608896	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ELIETE FERREIRA COELHO
612118	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	FERNANDA DA SILVA TORRES
612111	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	FRANCIELLY DA SILVA TORRES
606172	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	GECIELE LITTIG BARCELOS DA PAZ
607574	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	GENECI BREDA FERREIRA
608874	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	GERCIMAR DE SOUSA CABRAL
610930	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	GISLANA LUCAS DOS REIS SILVA
608451	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	JESSICA APARECIDA CAIVE DA SILVA
606877	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	JOSELINE PAULO DE AGUIAR
606913	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	KADMA CHRIS DE SOUZA
606343	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	KELMA SILVA DOS SANTOS
611913	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	KESIA DE SOUZA NASCIMENTO HINCHINK
605834	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	LARISSA BARROSO SILVA
610311	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	LUCIANA BRITO ALMEIDA REGO
611171	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	LUZINEY SILVA DA SILVA
607901	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MADALENA BORGES DA SILVA AMARAL
611576	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARIA DO O DE SOUSA
608619	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARIA HELENA MOREIRA SAMPAIO
608813	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARIA RAIMUNDA SOARES BATISTA
610486	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARIA ROBERTA
608000	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARIA TEREZA DA PAZ PASCOLAR
609799	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MARILENE GLIENKE
607370	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	MATILDE LUIZA ANDRADE BEDIN
611057	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	REBECA LIMA DOS ANJOS
610465	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ROSE PEREIRA DA SILVA
607048	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ROSELI DE JESUS
611925	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	ROSIMAR RIBEIRO DA SILVA
609627	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	RUTH PEREIRA DE SOUZA NETO
608856	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	SARA AVELAR DE OLIVEIRA
608810	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	TAJILA PEREIRA DE LIMA
606690	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR	TEREZINHA SILVA DUARTE BOTINI
606048	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	GABRIELA RODRIGUES DA COSTA
610223	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ESCOLA INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM)	KUMEPE MEHINAKO
610888	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ESCOLA INDÍGENA (EMI MIRASSOL SALA ANEXA WAURÁ)	WAYAKUMALU TAWAKALU WAURA
609648	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ESCOLA INDÍGENA (EMI MIRASSOL)	DARIL AWETI
608653	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ESCOLA INDÍGENA (EMI ULUPUWENE)	SUWAKI WAURA
609686	AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - ESCOLA INDÍGENA (EMI ULUPUWENE)	YAKARIWANA WAURA
609994	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	CLEYTON MATUAGU KUIKURO
609367	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	ERISON DA SILVA
610949	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	JOELMA PEREIRA MARIANO FORTUNATO
610538	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	JOSIEL LUCIO MOURA CERVANTE
608976	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	JOSUE LUCAS MOURA CERVARTE
611743	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	MARCIEL INACIO DE OLIVEIRA
612097	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	MARCOS VINICIUS GONCALVES DA SILVA
610494	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	RONALDO DE SOUZA LIMA
609846	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	SEBASTIAO SOARES BARBOSA
611722	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR	TUKUSSI KUIKURO
609150	AGENTE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA ESCOLAR (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	GONCALO CONSTANTINO LOPES
610302	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SAÚDE	DIANA ALVES DA SILVA
608539	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - SAÚDE	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
607979	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ADINALVO FRASAO DOS SANTOS
609680	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	AIRTON FERREIRA ARAUJO
609494	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ALEX CARDOSO DA SILVA
606005	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	AMADO BATISTA ANTUNES MACEDO
608169	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	AMOS CHAVES SOARES
610577	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ANDERSON DULTRA DOS SANTOS
607747	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ANDERSON GRAEFF
610488	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ANTONIO CARLOS GOMES DE SA
609543	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	CAIO PEREIRA MANIOBO
611516	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	CARLOS DONIZETE DA SILVA
608296	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	CLAUDEMIR DE JESUS ARAUJO
607963	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	CLAUDIO ANDRE ALVES
611845	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	DEIVISON DORCINO DOS SANTOS
611141	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	EMERSON DIVINO KORB
610153	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ERNFRIED ZINGLER
611145	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	GILBERTO ANTONIO DINIZ
609152	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	GUIDO KESSLER
611154	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	JAMESSON BORRALHO P DE BARROS
609981	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	JOAO ELIAS TESKE
607816	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	JOAO PAULO BATISTA DA CRUZ
607287	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	JOSE SILVA LIMA
611188	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	JOSIMAR DA LUZ
607022	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	LEANDRO FONTES BARROS
611460	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	LEONARDO TORQUATO DA SILVA
605684	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	LESMICHAEL PEREIRA DOS SANTOS

611169	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	MARCELO RODRIGUES DE JESUS
609758	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	MAURO LUIS CARDOSO
609218	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ODAIR JOSE MENEZES TEIXEIRA
606360	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	PAULO FRANCISCO DA PAZ
609630	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	RENATO BEJOS
606199	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	RICARDO DURAES PEREIRA
608952	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ROBSON PEREIRA DA SILVA
606168	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	THALES HENRIQUE BATISTA ALVES
606869	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	TIAGO AMANCIO DE SOUZA
610417	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	UILLIAN FERNANDES BORCHARDT
607983	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	VALDECIR CAETANO DE SA
609301	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	VALDENIR SAMBORSKI
607951	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	VILMAR DE ALMEIDA GOMES
608493	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR	ZERINO DOS PASSOS
608478	AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR (EMB XINGU – NOVA ALIANÇA)	JOSE FRANCISCO DE JESUS
609875	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	CEZAR VIRGULINO ANACLETO
610221	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	JOSE VONES CAVALCANTE DA SILVA
606037	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	LAELSON LEONARD LEONARDO DA SILVA
609582	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	RUI GUILHERME FRITSCHI BOTINI
606984	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	SIDNEY PAVANI MACHADO
609389	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	VALDENIR SAMBORSKI
611395	AGENTE MUNICIPAL DE SANEAMENTO (SERVIÇO BRAÇAL) - SEDE	WANDERSON RENATO MORES DA SILVA
610182	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	ALCINA ROCHA DOS SANTOS
607063	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	BLENDA DE SOUSA VILELA
610041	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	DANIELE REGELMEIER
610186	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	DANIELY VAZ GOMES BORGES LEAL
608705	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	ISABEL DE OLIVEIRA LEAO
607429	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	LEILA CRISTINA SILVA DE ANDRADE
610099	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	SELMA MESSIAS
607613	ASSISTENTE SOCIAL - SAÚDE	SIDNEIA FERREIRA DE PAULO
610749	ASSISTENTE SOCIAL - SEDE	JOAQUIM MANSANO PERENTE JUNIOR
606282	ASSISTENTE SOCIAL - SEDE	PATRICIA RIBEIRO DE SOUSA
607805	ATENDENTE GERAL DE SAÚDE	CAMILA RIBEIRO LOSS
611311	ATENDENTE GERAL DE SAÚDE	THIAGO CARDOSO DE MATOS
606385	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	ALINE PIRES CANOVA
612138	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	ANA GABRIELE PAIXAO SILVA
607239	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	EDILAINE DE SOUZA LOURENCO
608130	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	ELIANE TEODORO PERES
608641	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	EVELIN ROMILDA ROMERO DOS PRAZERES
610836	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	EVILYN FERNANDA FERREIRA DA SILVA
610225	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	JAQUELINE TAVARES BARBOSA
605947	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	JAQUELINE UES SPESIA
606181	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	JESSICA NAYARA DA SILVA
610103	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	LUANA ALVES RIBEIRO
610902	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	PAULA GABRIELA FERREIRA PONTES
610709	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	TATIANE MENEGUZZI DE SOUZA
606334	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	THAYNARA ACARI GOMES SOARE
607334	ATENDENTE/RECEPCIONISTA	VALQUIRIA LOPES MARTINS
609362	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ADELZECIONE DE MOURA DORNES
606461	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ADRIA SUSY FERREIRA KERSCHER
606710	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANA CAROLINA DA SILVA LUIZ
610003	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANA PAULA DA SILVA LEITE
606079	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANDREIA RODRIGUES DA SILVA
608086	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ANTONIA MARIANA OLIVEIRA MARQUES
606231	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ARICELIA SOUZA DE JESUS
606975	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ARILMA SOUZA DE JESUS
607585	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	BEATRIZ PEREIRA DE MELO GRANJA
609785	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	CINTIA DE AQUINO VELOSO
605929	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	CLAUDIANE LUCIA OLIVEIRA
610717	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	CREUZANY ALVES NERES
605776	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	CRISTINA LEMOS
608294	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	CRISTINA MARTINS
609490	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	DAIENY DA SILVA BOHRER
606331	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	DANIELLY LIMA DE SOUZA
607905	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	DOLORES PEREIRA MONCAO
609810	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ELAINE BARBOSA DOS SANTOS
609805	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ELIAN SANTOS DOS REIS
611163	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ELIENE MARIA DA PAZ DINIZ
610808	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ELIZAMA DE JESUS SANTOS
610202	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ELIZANGELA RODRIGUES MORAES
607884	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	EMILY DA SILVA SCHULZ
610505	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	EVA ROBERTO SOUSA
609154	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FERNANDA DA SILVA NOGUEIRA
607441	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FRANCELINA FURTADO DA SILVA SANTOS
610377	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FRANCIELI DIETRICH
611134	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FRANCILEIDE FERNANDES ALVES
606433	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FRANCINE TALITA RODRIGUES NOGUEIRA
606355	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	FRANCINEIDE RODRIGUES BARBOSA CAMPOS
606667	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	GEICIELE CORREA DE FREITAS SILVA

608921	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	GLECIA FERREIRA NEVES
607655	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	HEIDI PEREIRA DA SILVA
611314	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	HELLEN LARYSSA DA SILVA SILVESTRE
609974	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	IVANILDA APARECIDA BOROSKI QUERNISKI
606687	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	IVETE MEYRING
609560	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	IVETE RODRIGUES DE ARAUJO MATOS
611676	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JACQUELINE BUENO GOMES
610618	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JAINE RIBEIRO DOS SANTOS
607625	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JANAINA SILVA DE SOUZA
607864	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JEOVANINA LIMA PIRES
610112	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JESSICA SOUZA DOS ANJOS
606694	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JOCELIN CORREA DE FREITAS SILVA
610566	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JORDANIA SANTOS DE SOUSA
608532	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JOSEANE XAVIER DE LIMA DA CONCEICAO
610191	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JULIANA MORAIS DE SOUZA
606276	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	JULIANA TAINA ACARI GOMES
611183	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LARA CARDOSO MULLER
605918	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LARISSA FERNANDES DA SILVA LIMA
607057	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LAURILENE DUTRA FRANCA BENS DE SOUZA
609121	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LAZARA MORGENSTERN SANTOS
607413	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LEIDA DAIANA FERREIRA PERES
611558	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LETICIA FREITAS SANTOS
605828	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LIDIANE DA SILVA MELO PESSOA
609232	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LIONEIDE LINDALVA DA SILVA SANTOS
611096	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LOIDE PEREIRA BARBOSABEYER
606427	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LORENA LOURDES DOS SANTOS
609855	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LORENA PINTO LOPES
611726	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUANA SPIRANDELLI FRIAS INOCENTE
611692	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUCIANA DA SILVA SOUZA
607580	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUCILANGE GOMES GARCIA
607650	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUCILENE VERISSIMO DE ALMEIDA
606191	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUCIMAR PEREIRA DA SILVA MENEZES
609918	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUIZA VITORIA DA SILVA SCHONARTH
610931	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	LUZINETH RAFAEL SOARES
606229	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MAGDA ROSILEI CUSTODIO DOS SANTOS
609961	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA EDILENE MIRANDA DOS SANTOS
611278	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA HELOISA BOTINI CONCEICAO
611153	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA LIVIA PEREIRA DA SILVA ALVES
606948	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA MADALENA MATTOSO COLMAN
610261	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA TACIELE COELHO SENA
607242	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARILIA GABRIELA DA SILVA CRUZ SOUZA
605786	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	MAYSA CRISTINA FONSECA HILARIO
605837	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	NEIDE POLIANA VIEIRA MORAES
606928	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	NILVA MARIA LUZ
606370	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	NISLEIA DE ASSIS SOUZA
609752	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ODETE DE AMORIM PINTO
609998	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	RAFAELA GOMES DA SILVA
607333	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	RAILSON SILVA RIBEIRO
607957	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	REBECA DOS PASSOS GONCALVES
607986	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	RENATA MESQUITA DE OLIVEIRA
609739	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	RICARDO TORQUATO DE PAIVA
609523	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	ROBERTA LUIZA MENDES DA SILVA
610711	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	SAMUSYELI FERREIRA ALVES DE MEDEIROS
606447	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	SELMA DOS SANTOS PRADO PEIXOTO
609395	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	STEFANI LOPES DO NASCIMENTO
608104	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	STEFANI PIRES PEIXOTO
606886	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	SUELI PERES REIS TARGANSKI
606030	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	SUNEIDE KASSIA VICENTE
609492	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	TATIANE DE OLIVEIRA
609890	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	THACILA ALINE KEMPF
611159	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	THAIS BATISTA ALVES DA CRUZ
611858	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	THAYANE FERREIRA SILVA SOUZA SANTOS
609995	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	VANESSA OLIVEIRA DE SOUSA
610759	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	VINICIUS FERREIRA RODRIGUES
605958	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	VIVIANE DO PRADO PALHANO
611673	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	ANIQUELY VIEIRA ROCHA
611646	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	ANTONIO CARLOS PITONDO
610241	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	CAMILA ALVES DOS SANTOS
609563	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	DEBORA PATRICIA SILVA RUFINO
607717	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	ELEN REGINA VIEIRA DE SOUZA FERNANDES

611880	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	GEOVANA MARIA FRANCISCATO DA SILVA
610450	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	LUCENIRA DE ARAUJO SANTOS
609552	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	MARIA APARECIDA VIEIRA DA ROCHA
611734	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	ANDRIELLI ALVES NUNES
607764	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	LARISSA GONCALVES ARJONAS
610998	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	MARCIA DE FREITAS NUNES
608377	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	THAYNARA PORTELLA DE ARAUJO
608259	AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL - ESCOLA INDÍGENA (EMI MEHINAKO MADRIM	TUKUNA MEHINAKO
608003	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	CARLA AUGUSTA DA HORA
607759	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	CINTIA CLEIA MOURA DA SILVA
610192	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	CRISTINA MARTINS
605756	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	GILVANA REIS PERES
606939	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	KAMILA CHAVES SOARES QUINTANA
610405	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	LEONIDA SILVA PATROCINO LEAL
609145	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	LEONILDA SILVA MOTA
606154	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	MARIA D LOURDES BORGES SANTIN
609138	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	SILVANA VIRGULINO ANACLETO
607238	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	SINEYVA GOMES MOREIRA SANTIAGO
608357	AUXILIAR DE LIMPEZA - SAÚDE	VANDA GARCIA SIMAS
610856	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	BEATRIZ MAURICIO OLIVEIRA
611821	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA
611368	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	ELIANE DO CARMO CARNEIRO
610370	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	HWANKETI SUYA
607886	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	JAKELINE MARTINS SURIANO
605893	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	JESSIKA ALVES MARQUES
609060	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	LORRANA STEFANY PINHEIRO DOS SANTOS
610677	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	MARIA ELINE LIMA
606528	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	MARIA HELENA FERREIRA COELHO
611127	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	MARIA IRENA ALMEIDA DA SILVA
607553	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	MARIA JOSE MOREIRA SANTOS GUIMARAES
611512	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	NATANYELLE CATARINA MARQUES AGUILAR
611069	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	ROSARIA FRANCISCO DE ASIS
607807	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	SEVERINA PEREIRA DA SILVA
609213	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO - SEDE	WILMA BARBOSA DOS SANTOS
612095	BIÓLOGO	CARLA BRISOT ZANANDREA
606248	BIÓLOGO	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA
608645	BIÓLOGO	MAYANE CARVALHO DOS ANJOS GONCALVES
611264	BIÓLOGO	NADIA BOTINI
611967	BIÓLOGO	SABRINA KETRIN TARGANSKI
606951	BIÓLOGO	THAMIRIS TELES DE OLIVEIRA
607248	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	ALES FERNANDES SOUZA
612054	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	CAROLINE GOMES SILVA
608861	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	ELIANA DUARTE DE LIMA
611507	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	EMERSON MOISES DUARTE
607436	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	JAQUELINE PATRICIA DE LIMA
606332	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	JARDEL FELIPE DE OLIVEIRA RODRIGUES
605765	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	JOSILENE SILVA JARDIM
610120	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	JULIANA LOPES PADILHA
610723	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	JULIANE RODRIGUES DE MELO
608126	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	KAREN SILVA PORANGABA
610201	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	KETLEN ADRIANE MACHADO DA SILVA
608331	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	KLIS MACLEITON GOMES DE OLIVEIRA
606183	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	LUCAS SOUSA DANTAS MARTINS
607667	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	LUCIENE BARBOSA DA SILVA
611932	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MAIARA BRITO ADORNO
608808	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MARCOS ANTONIO OLIVEIRA DE ASSUNCAO FILHO
607138	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MIKAELLA NATALIA MIAMOTO DA SILVA
606271	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MIRELLA KAROLIN ALVES DE CASTRO
609916	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	RAQUEL APARECIDA NOGUEIRA SANTOS
605811	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	REGIAINI ROBERTA VILELA
607868	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	RODRIGO ALVES DE ANDRADE
611631	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	TAYNARA VANESSA DOS SANTOS DA SILVA
608418	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	THAYANNE GABRIELLY RIBEIRO DE SOUZA
608301	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	THAYNA ALVES BARBOSA
611594	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	ULIANA SALES DUARTE
607187	COZINHEIRA - SAÚDE	MARIA SIRLENE SILVA GOMES
609590	COZINHEIRA - SAÚDE	ONEIDE LOPES SILVA
609142	COZINHEIRA - SAÚDE	TAMIRIS ISABELA GUERINI
606430	COZINHEIRA - SAÚDE	VANDELIA SOUZA DA COSTA
611787	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	ANDRE FELIPE SILVA
610255	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	ARIOSVALDO GONCALVES RIBEIRO
611998	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	CESAR LUIZ CHIESA
608290	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	CLAUDEMIR DE JESUS ARAUJO

610946	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	DENIVALDO MONTEIRO DE SOUZA
611370	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	ELSON MARQUES DE MORAES
611041	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	IGOR FERREIRA GONCALVES
608266	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	JEFFERSON ANDRE OLIVEIRA
611024	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	JOAO AGUIAR NETO
611343	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	JOAO BATISTA PEREIRA
608948	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	JOAO ELIEZER BATISTA
609820	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	ROBERTO CARLOS DE AMORIM SOUZA
612070	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	SAMUEL RODRIGO KUSS
606607	COZINHEIRO (MASCULINO) - SEDE	TAPE KAMAYURA
607400	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	ANDRE AFONSO DOS SANTOS
607025	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	ANTONIO CARLOS SCABENI
607642	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	DIEYSSON KELLE SILVA FERREIRA
609926	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	DOMINGOS CAITANO DE SOUSA NETO
610304	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	EDSON HENRIQUE VIEIRA
609692	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	ELEANDRO RODRIGUES MORAES
609293	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	ELIAS DA ROSA BARBOSA
606425	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	GILBERTO ANTONIO DINIZ
607539	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	GILBERTO GUIMARAES
607377	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	JAIRO RICARDO SILVA RIBEIRO
607664	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	JUCIMAR SILVERIO DE ARRUDA
607707	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	LEANDRO ALVES DE SOUZA
610159	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	MAINI MEHINAKO
609794	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	MARCIEL BONRUQUE
607380	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	NEMIAS SOUZA MENDES
609914	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	SAMIR AZANKI
608456	ELETRICISTA AUTOMOTIVO	WILSON PEREIRA SILVA
611036	ENFERMEIRO	ADRIANA KLOCH
608573	ENFERMEIRO	AIRTON ARAUJO DE OLIVEIRA
607040	ENFERMEIRO	ALESSANDRO APARECIDO RODRIGUES DA SILVA
607734	ENFERMEIRO	ALINE GUEDES ROCHA
605826	ENFERMEIRO	ANA PAULA ALVES CAPITANIO
608292	ENFERMEIRO	ANDREIA BARBOSA DA SILVA
609840	ENFERMEIRO	ANNA PAULA SOUSA
610412	ENFERMEIRO	ATHOS ARIEL ALVES PEREIRA
610666	ENFERMEIRO	BETANIA LEONEL DE OLIVEIRA
608876	ENFERMEIRO	BRUNNO EDUARDO BARROSO MOREIRA GONCALVES
607386	ENFERMEIRO	CASSIA ALINE NUNES AFONSO
610747	ENFERMEIRO	CLAUDIELY CARLA LENZ
612073	ENFERMEIRO	CLAUDIMARI SLAVIERO
608262	ENFERMEIRO	CLEUZENI TELES DE MORAIS PADILHA
610669	ENFERMEIRO	CRISTIANI SOUZA ENGELMANN
611753	ENFERMEIRO	DAIANE COSTA PEREIRA
610929	ENFERMEIRO	DAISY DALLILA LIMA DOS SANTOS
608051	ENFERMEIRO	DAMIANE CERQUEIRA
610299	ENFERMEIRO	DANILO MARTINS LIMA
608312	ENFERMEIRO	DANUBIA KELLY CAMPOS DA SILVA
610001	ENFERMEIRO	DANYLA BOTELHO
611672	ENFERMEIRO	DYONIS EGERT KUSTER
610795	ENFERMEIRO	EDIGLEUMA DE MELO FERRAZ
607995	ENFERMEIRO	EDIVANIA ALMEIDA COSTA
611038	ENFERMEIRO	EDNA RODRIGUES DE OLIVEIRA
609600	ENFERMEIRO	ELIDA JOSE DA SILVA MENEZES SANTOS
607093	ENFERMEIRO	ELISANGELA PEREIRA DE VASCONCELOS
609344	ENFERMEIRO	ERIK MAMEDES DE SOUZA
606862	ENFERMEIRO	EUZAINE DALETH PEREIRA
610237	ENFERMEIRO	FABIA DE OLIVEIRA GERALDO
611679	ENFERMEIRO	FABIANA ALVES DA SILVA ALVES SILVA
612064	ENFERMEIRO	FABIANE ALVES OLIVEIRA
610509	ENFERMEIRO	FABIO HENRIQUE LUSTOSA
608274	ENFERMEIRO	FABIULA FURQUIN WEIS
610620	ENFERMEIRO	FERNANDA ZILNARA FERREIRA DE FREITAS
606898	ENFERMEIRO	FRANCILEIDE FERNANDES ALVES
608177	ENFERMEIRO	GEICIELLE KHAUANY MELLO IZEPPI
606706	ENFERMEIRO	GEISIANE SANDRA RODRIGUES
611530	ENFERMEIRO	HALUANE NASCIMENTO SILVA
606652	ENFERMEIRO	HELOIZA MORAIS SILVA SENA
606854	ENFERMEIRO	HERMANO HENRIQUE LOPES SANTANA
606679	ENFERMEIRO	HIGOR ADRIAN SANTOS FRANCISCO
611612	ENFERMEIRO	IGOR VIEIRA DIAS
611636	ENFERMEIRO	IRACEME BARBOSA DE OLIVEIRA
608038	ENFERMEIRO	ISABELA CRISTINA TORQUATO DA SILVA
610345	ENFERMEIRO	JAINE FERREIRA
608057	ENFERMEIRO	JESSICA DE OLIVEIRA BARBOSA
609516	ENFERMEIRO	JESSYCA CAROLAY MOREIRA DA SILVA SOUZA
611227	ENFERMEIRO	JOAO BATISTA PIMENTA
606134	ENFERMEIRO	JORGE FERREIRA MAIA
611500	ENFERMEIRO	JOSE MARCOS LOPES DOS SANTOS
608349	ENFERMEIRO	JULIANA HONORIO DE OLIVEIRA
609967	ENFERMEIRO	KAREN CAMILA BARZOTTO LEAO

607973	ENFERMEIRO	KARLA DUTRA COSTA
608831	ENFERMEIRO	KAYO RESENDE
610548	ENFERMEIRO	KEILA CORREIA MACEDO
611185	ENFERMEIRO	LESSANY MONIQUE ALVES DOS ANJOS
610212	ENFERMEIRO	LETICIA PAOLA PIRES DOS SANTOS
605996	ENFERMEIRO	LISLAINE FIDESKI
609025	ENFERMEIRO	LUCIANA DE ALMEIDA LOPES
608682	ENFERMEIRO	LUCIANA MARQUES GALVAO
611499	ENFERMEIRO	LUCICLEIA PEREIRA DA SILVA
610095	ENFERMEIRO	LUDIMYLLA SOUSA SANTOS
610886	ENFERMEIRO	LUIZ FERNANDO LIMA OLIVEIRA
611197	ENFERMEIRO	LUNA RIBEIRO SILVA AGUIAR
611581	ENFERMEIRO	MAIRA MARQUES AMORIM
611546	ENFERMEIRO	MAJUGIKA NAFUKUA
606350	ENFERMEIRO	MARCILENE CRISPIN DE OLIVEIRA SILVA
609181	ENFERMEIRO	MARCINEI BARABA
611889	ENFERMEIRO	MARILENE GONCALVES DE BRITO GOLDINHO
607606	ENFERMEIRO	MARINA BORGES BARBOSA NETA
609447	ENFERMEIRO	MARINA LUIZA DOURADO
611923	ENFERMEIRO	MARITAWANA NAODO MEHINAKO
608438	ENFERMEIRO	MARJANA REGINA ROZA
610175	ENFERMEIRO	MICHELLE PEREIRA CRUVINEL RODRIGUES
606866	ENFERMEIRO	NATALIA FONSECA SOARES EUGENIO
609770	ENFERMEIRO	NEIVA PARKUTZ
611765	ENFERMEIRO	NEY DANIEL BATISTA
608093	ENFERMEIRO	NIEWTON MENDES DE SOUZA
607498	ENFERMEIRO	POLIANA COSTA
607406	ENFERMEIRO	RAFAELA REZENDE
606084	ENFERMEIRO	RAFAELLA RAMOS GONCALVES TAKISHITA
608263	ENFERMEIRO	RENATA VILODRES BORGES
606865	ENFERMEIRO	RENATO MENDES F MENDES FERNANDES
608339	ENFERMEIRO	RICARDA ALESSANDRA MACHADO MINETTO
607758	ENFERMEIRO	RITA MENDES SILVA
606891	ENFERMEIRO	ROSENY ALVES DOS ANJOS
609314	ENFERMEIRO	ROSILENE SILVA SILVA DOS SANTOS
607147	ENFERMEIRO	SALETE BARBOSA DOS SANTOS
606162	ENFERMEIRO	SAMUSYELI FERREIRA ALVES DE MEDEIROS
607021	ENFERMEIRO	SANDRA RODRIGUES DE MORAES
611924	ENFERMEIRO	SIMONE FERREIRA DA SILVA
610184	ENFERMEIRO	SOLEDADE DA SIVA NONATO
608060	ENFERMEIRO	STEFANY MARTINS DIAS
609510	ENFERMEIRO	TATIANA SOUSA LOPES DE LIMA
610560	ENFERMEIRO	TATIANE BATISTA DA SILVA
610149	ENFERMEIRO	VALERIA SCHERER ALVES
611536	ENFERMEIRO	VANESSA ATANAZIO DE ALMEIDA
609957	ENFERMEIRO	VANESSA SOARES
608140	ENFERMEIRO	VERONICA DOS SANTOS SILVA FRANCA
608588	ENGENHEIRO CIVIL	ALESSANDRA ANTUNES OLIVEIRA
610163	ENGENHEIRO CIVIL	ALICE DE ABREU CARVALHO
609225	ENGENHEIRO CIVIL	BRUNO RODRIGUES PICCOLO
611162	ENGENHEIRO CIVIL	CEZAR ABDALA
610247	ENGENHEIRO CIVIL	DANIELE SIMIONATO MACHADO
611598	ENGENHEIRO CIVIL	DERICK SALES DUARTE
610118	ENGENHEIRO CIVIL	DOUGLAS PEREIRA SANTOS
609591	ENGENHEIRO CIVIL	ENDI MICAELA SOUZA DOS ANJOS DUARTE
609369	ENGENHEIRO CIVIL	FELIPE DE JESUS CERQUEIRA
611075	ENGENHEIRO CIVIL	FRANCISLEY FREITAS DOS SANTOS
608636	ENGENHEIRO CIVIL	GABRIELLY PORTELA MARTINS
609381	ENGENHEIRO CIVIL	GEOVANA SOUSA LAGES
612146	ENGENHEIRO CIVIL	JEFFERSON FREITAS DAL BIANCO
607956	ENGENHEIRO CIVIL	JHONATTA WILLIAN FERREIRA DE ANDRADE
606943	ENGENHEIRO CIVIL	JOAO PAULO CAMARGO
608062	ENGENHEIRO CIVIL	JOAO VITOR URZEDO DA SILVA
611650	ENGENHEIRO CIVIL	JULI VICTORIA ROCHA LIMA
609263	ENGENHEIRO CIVIL	JULIO CESAR SANTOS
607887	ENGENHEIRO CIVIL	JULLYE NAYTH CARDOSO ALVES
609095	ENGENHEIRO CIVIL	KAIRO VINICIUS MARQUES RIBEIRO
607776	ENGENHEIRO CIVIL	LUCAS MATHEUS EVANGELISTA RUFINO
608834	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ ANTONIO SIDEGUM DA SILVA
611843	ENGENHEIRO CIVIL	LUIZ PAULO MOURA COSTA
610610	ENGENHEIRO CIVIL	MATHEUS HENRIQUE DIAS SILVA
606903	ENGENHEIRO CIVIL	PABLO HENRIQUE TORRES
608005	ENGENHEIRO CIVIL	PRISCILA MURAKAMI
607212	ENGENHEIRO CIVIL	ROSANE APARECIDA KROTH BRENA
611482	ENGENHEIRO CIVIL	SAIANE EMANUELA DE SOUZA FERREIRA
608546	ENGENHEIRO CIVIL	TAMIRES FATIMA BORGES FERNANDES
611801	ENGENHEIRO CIVIL	WELLINTON SORANZO
610139	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	CLEBERSON SIMOES DE OLIVEIRA
609128	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	DANIELA ABRILI VIRISSIMO

610075	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	EDERSON DUARTE DO ESPIRITO SANTO
611290	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	JHONATAN SERPA
611850	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	JOAO FLAVIO RODRIGUES COSTA
611587	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	LIGIANE ALVES FERREIRA
606792	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	LILIAM PEREIRA DIAS
609962	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	MESSIAS PAULO FERREIRA
611143	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	PEDRO VITOR FRITSCHI BOTINI
607605	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	RAISSA DOS SANTOS PEREIRA
606832	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	UALIF FERREIRA BARBOSA
605675	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	UILIAN BENS DE SOUZA
609978	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	ADELICIA BORGES DA COSTA
608417	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	ALINE KARIELE SOUSA OLIVEIRA
608109	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	CILMA ROMEIRO DE SOUZA
610751	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	DANIEL COSTA DE SOUZA
608445	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	DENNER AUGUSTO OLIVEIRA RAMALHO
606358	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	DORALINA GOMES CASTILHO
611240	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	EVILIN SCHREPP
607528	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	FABIANA RODRIGUES BARBOSA
611247	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	ITAYANA ALVES DE CARVALHO
610569	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	JEISON FERNANDO LAGO BERTE
612043	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	JOSE APARECIDO DA SILVA AGUIAR
609778	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	JULIANE ELIZA PASQUALOTTI
606031	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	LUANA APARECIDA DA SILVA MARTINS
611177	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	LUIZ FELIPE CALIXTO RESENDE
609088	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	LYNCON VIEIRA LIMA BRAGA
610842	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	MARCELA TELLES MUNDIM
607653	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	MARIA ANTONIA MIRANDA DOS SANTOS
611831	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	NATALIA SCHULZ MIRANDA
608367	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	QUELIDA PERES MARQUES
607797	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	RUBIANA FONSECA SILVA
606315	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	TAYANE DE JESUS ALIEVI
610222	FISCAL DE TRIBUTOS/AGENTE TRIBUTÁRIO	YOHANAN FLORES DA SILVA
609889	FISIOTERAPEUTA	ADRIELLY BARBOZA DE ALMEIDA
611752	FISIOTERAPEUTA	ALINE TEODORO SIDORAK
609439	FISIOTERAPEUTA	ANA CAROLINE GOMES MOREIRA
607468	FISIOTERAPEUTA	ANDRESA DE FREITAS PEREIRA
609311	FISIOTERAPEUTA	ANDRESSA ALES DA SILVA
606598	FISIOTERAPEUTA	BEATRIZ GOMES CORTEZIA
610054	FISIOTERAPEUTA	BIANCA VIEIRA SANTOS
607254	FISIOTERAPEUTA	BRUNA VILELA DOS SANTOS
606847	FISIOTERAPEUTA	CEMI MARAFON RODRIGUES
610490	FISIOTERAPEUTA	CLEBER NERIS ASSUNCAO DE SOUZA
606721	FISIOTERAPEUTA	DAMARES DIOVANA SILVA
607775	FISIOTERAPEUTA	DANIELA BATISTA DUARTE
609811	FISIOTERAPEUTA	DESIRRE SPECHT DOS SANTOS BAUMGRATZ
608187	FISIOTERAPEUTA	FERNANDO DE OLIVEIRA BORGES
607685	FISIOTERAPEUTA	FRANCISCA LUCILENE ROCHA DOS SANTOS
605829	FISIOTERAPEUTA	FRANCISCO DORNELIO GERMANO NETO
607301	FISIOTERAPEUTA	GEISIANE BATISTA SILVEIRA
607718	FISIOTERAPEUTA	GEOVANA DOMBROWSKI ANDRADE
605934	FISIOTERAPEUTA	GISLEY NONATO DA SILVA
606386	FISIOTERAPEUTA	IANKA RODRIGUES CRESPAO
609816	FISIOTERAPEUTA	IGOR BAUMGRATZ
607750	FISIOTERAPEUTA	ISLEY SOARES LOPES
609173	FISIOTERAPEUTA	JOYCE OLIVEIRA DA SILVA
611478	FISIOTERAPEUTA	JURCILENE NICOLAU AMADO
610205	FISIOTERAPEUTA	KAMILA FERNANDA PEREIRA DE SOUZA
606884	FISIOTERAPEUTA	KAMILA ROSA DOS SANTOS DE SOUZA
608311	FISIOTERAPEUTA	KARLA MENDONCA
606406	FISIOTERAPEUTA	LILIAN SUSAN PRASS
608725	FISIOTERAPEUTA	LUCAS OLIVEIRA BRUMATI
607575	FISIOTERAPEUTA	MATHEUS ROCHA GRACIOLI
611922	FISIOTERAPEUTA	NADJANARA FERNANDES DE FRANCA
608602	FISIOTERAPEUTA	PABLO DIEGO BARBOSA DE BARROS
605977	FISIOTERAPEUTA	RAFAELA BORGES BARBOSA
610539	FISIOTERAPEUTA	ROBSLENE LIMA DOS SANTOS
606352	FISIOTERAPEUTA	SUSANA SANTOS SATHLER
611019	FISIOTERAPEUTA	TATIANE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA
606944	FISIOTERAPEUTA	TATIANI GONCALVES DE ARAUJO
610478	FISIOTERAPEUTA	THALIA GOMES DE SOUZA
607396	FISIOTERAPEUTA	VALDENILDA DIAS DOS SANTOS
607615	FISIOTERAPEUTA	VALERIA BARBOSA DA CONCEICAO
609162	FISIOTERAPEUTA	VITORIA FEITOSA SOUZA
606260	FISIOTERAPEUTA	WESLANNY MARTINS SILVA
611034	FISIOTERAPEUTA	WESLEN FERREIRA DA SILVA
609424	FISIOTERAPEUTA	YANE CARVALHO DOS ANJOS ARAUJO
611236	FONOAUDIÓLOGO	ANE SILVA DE JESUS
610807	GARI	ALESSANDRO DOUGLAS SOA-

		RES DE CAMARGO
607271	GARI	DAYANE FERREIRA LUZ
607036	GARI	EDMAR SANTOS MAURICIO
609589	GARI	FRANCIELCIO SILVA DA COSTA
609797	GARI	JEFERSON LUCAS DA SILVA
607120	GARI	MARIA DAS GRACA NEVES DE AMORIIM
607033	GARI	PATRICIA DE LIRA SANTOS
611782	GARI	RAFAEL HENRIQUE JUSTINO BATISTA
606986	MAESTRO	LUCIANO RICARDO DOS SANTOS
606838	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	GEOVANI PURIFICACAO DAS NEVES
611434	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	HEDER FERREIRA BRITO
610713	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	HENRIQUE LUIZ DOS SANTOS
607566	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	JHONATAN RAIMUNDO SANTOS SILVA
609679	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	MARCIEL BONRUQUE
607804	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	NEITON CORDEIRO BASTOS
610438	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	OSVALDO BATISTA COSTA
611942	MECÂNICO DE MÁQUINAS PESADAS	THIAGO MIGUEL DE CARVALHO FARIA
606868	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	DANIEL COSTA DA SILVA
607166	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	EWERTON TEIXEIRA DE SOUZA
607618	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	GEZIEL SALDANHA DA COSTA
609085	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	HALAN OLIVEIRA VALENTE
610557	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	JOAO PAULO PEREIRA
606981	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	KENNEDY CALIXTO RESENDE
606356	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	PAULO FRANCISCO DA PAZ
610459	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	RENAN GOMES DE FREITAS
611919	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	WENDEL PEDROSO DA SILVA
607458	MECÂNICO DE VEÍCULOS LEVES	WILLIAN PEREIRA DA SILVA
609377	MÉDICO	ANTENOR GONCALVES FERREIRA NETO
611649	MÉDICO	BRUNO GONCALVES TAMELINI
610207	MÉDICO	CAIO FELIPE ARAUJO DE SOUZA
610653	MÉDICO	CARLOS CAETANO DE CARVALHO JUNIOR
606731	MÉDICO	GABRIELA VIEIRA RAMALHO
609646	MÉDICO	KELLE SILVA GOMES
607631	MÉDICO	RODRIGO RIQUELME
609226	MÉDICO	RUBERVAL ARAUJO CANDIDO
610959	MOTORISTA - SAÚDE	AMOS CHAVES SOARES
609530	MOTORISTA - SAÚDE	CLAUDIO ALVES DOS SANTOS
611806	MOTORISTA - SAÚDE	DEIVISON DORCINO DOS SANTOS
611257	MOTORISTA - SAÚDE	ERON NATEL MOURA CONCEICAO
605940	MOTORISTA - SAÚDE	GILBERTO ANTONIO DINIZ
611118	MOTORISTA - SAÚDE	GILMAR APARECIDO PRADO PEIXOTO
611750	MOTORISTA - SAÚDE	NEY DANIEL BATISTA
608773	MOTORISTA - SAÚDE	PEDRO HENRIQUE ALVES
611818	MOTORISTA - SAÚDE	REGINALDO OLIVEIRA DA SILVA
609171	MOTORISTA - SAÚDE	WAGNER RODRIGUES DOS SANTOS
609208	MOTORISTA - SEDE	ADEMIR PEREIRA DE OLIVEIRA
610652	MOTORISTA - SEDE	ADNAURI RODRIGUES DA SILVA
609467	MOTORISTA - SEDE	ADRIANO LUIZ DE OIVEIRA
611495	MOTORISTA - SEDE	ALDAIR DE ARRUDA FERREIRA
611199	MOTORISTA - SEDE	ALESSANDRO SANTOS DE OLIVEIRA
611493	MOTORISTA - SEDE	ALEX ANTONIO FERREIRA
610791	MOTORISTA - SEDE	ANDERSON ADORNO DE MATOS
609652	MOTORISTA - SEDE	BALTAZAR FERREIRA LIMA
607669	MOTORISTA - SEDE	BRUNO GONDIM PEREIRA
609540	MOTORISTA - SEDE	CAIO PEREIRA MANIOBO
610551	MOTORISTA - SEDE	CELINO GONCALVES DE OLIVEIRA
610667	MOTORISTA - SEDE	CICERO LIMA DOS SANTOS
607658	MOTORISTA - SEDE	CRISTIANO CESAR KESSLER
607722	MOTORISTA - SEDE	DIOGO VINICIUS ZITKOSKI DAMAS
607766	MOTORISTA - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE
607673	MOTORISTA - SEDE	EDVALDO SOUZA LANGNER
611369	MOTORISTA - SEDE	ELIAS ANDRADE MUNIZ
611446	MOTORISTA - SEDE	ELIAS BARBOSA SILVA
606122	MOTORISTA - SEDE	EMERSON JUNIOR SANTIN
607609	MOTORISTA - SEDE	FLAVIO FERRARI
609466	MOTORISTA - SEDE	JANAILTON NOGUEIRA LOPES
607067	MOTORISTA - SEDE	JOAO PAULO BATISTA DA CRUZ
608158	MOTORISTA - SEDE	JOSE ARILDON BORGES
607015	MOTORISTA - SEDE	JOSE ROBERIO ALVES DE SOUZA
611875	MOTORISTA - SEDE	JOSIEL RODRIGUES ALVES
609517	MOTORISTA - SEDE	JUNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES
610203	MOTORISTA - SEDE	KALLEB NUNES RIBEIRO
607692	MOTORISTA - SEDE	LUCINALDO FERREIRA RESENDE
612036	MOTORISTA - SEDE	LUIS FELIPE LIMA VIEIRA
610008	MOTORISTA - SEDE	LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA
611449	MOTORISTA - SEDE	MARCIO AIZZA NOGUEIRA
607611	MOTORISTA - SEDE	OSCALINO CAMPOS PARREIRAS
610189	MOTORISTA - SEDE	PAULO FERNANDO DE MELO
610049	MOTORISTA - SEDE	RAIMUNDO JOSE DE MORAES
609639	MOTORISTA - SEDE	RODRIGO ALEX DA SILVA AGUILERA
611977	MOTORISTA - SEDE	RODRIGO CORREA DE LIMA

610523	MOTORISTA - SEDE	RODRIGO OELKE TAGARES
607508	MOTORISTA - SEDE	RONIS SOUSA ALMEIDA
608898	MOTORISTA - SEDE	THIAGO EVANGELISTA BARBOSA TEIXEIRA
607988	MOTORISTA - SEDE	THIANCLEISSON ALVES CAVALCANTE
609946	MOTORISTA - SEDE	UARLES ALBINO CARVALHO MOTA
611502	MOTORISTA - SEDE	VALDEIR ARRUDA FERREIRA
611603	MOTORISTA - BOTUVERÁ	SINVALDO HONORI HONORIO DE SOUZA
607402	MOTORISTA - BOTUVERÁ	TARCINO RODRIGUES DE CAMPOS
611222	NUTRICIONISTA	BEATRIZ VILELA DOS SANTOS SILVA
611963	NUTRICIONISTA	DELMA CRISTINA PEREIRA DA SILVA
610661	NUTRICIONISTA	KETLIM MAIARA ROCHTESCHEL
606957	NUTRICIONISTA	LUCAS HENRIQUE COSTA VIANA
608498	NUTRICIONISTA	RUTHE RODRIGUES CASTILHO
607771	ODONTÓLOGO	ALEX ALINE SILVA
607399	ODONTÓLOGO	ANDRE ROQUE DOS SANTOS
605753	ODONTÓLOGO	BRUNA THAWANY ALVES DOS SANTOS
606945	ODONTÓLOGO	EDIVALDO CINAT SILVEIRA JUNIOR
607955	ODONTÓLOGO	EMILLIA REGINA CANDIDA RIBEIRO
607469	ODONTÓLOGO	FELIPE GIACHETTO
606280	ODONTÓLOGO	GILIANE BARBIERI ZAMAR
611969	ODONTÓLOGO	IANCA FERREIRA RISSINI
611423	ODONTÓLOGO	IZABELLY FARIAS DA CRUZ
610330	ODONTÓLOGO	JEISSY KALLI PRATI DA SILVA
610194	ODONTÓLOGO	KAREN BARBOSA DA SILVA
611735	ODONTÓLOGO	LEIA RIBEIRO ANDRADE
608992	ODONTÓLOGO	NAYANNE ALVES BRAGA VIEIRA
606235	ODONTÓLOGO	SIMONE CARDOSO DOS SANTOS GOMES LIMA
605894	OPERADOR DE MÁQUINAS	ADENILSON DE MOURA DORNES
608851	OPERADOR DE MÁQUINAS	ADILSON DE ALMEIDA SANTIAGO
607583	OPERADOR DE MÁQUINAS	ALYSON BARBOSA DE FARIA
611371	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANTONIO CLEBER COLMAN LEAO
607524	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANTONIO HENRIQUES ALVES DE OLIVEIRA
607243	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANTONIO LEANDRO SOARES DO NASCIMENTO
610052	OPERADOR DE MÁQUINAS	ANTONIO PAULO PIZATIS
611712	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLEBNER RAMOS COLMAN
607695	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLEITON SEBASTIAO ALVES DA SILVA FERRAZ
608765	OPERADOR DE MÁQUINAS	CLERIS DOS SANTOS SILVA
608369	OPERADOR DE MÁQUINAS	DANILSON RODRIGUES MENDES
609751	OPERADOR DE MÁQUINAS	DENNIS COLMAN LEAO
611379	OPERADOR DE MÁQUINAS	EDUARDO FERNANDES PEREIRA
606441	OPERADOR DE MÁQUINAS	ERIC FERREIRA LUIZ
610282	OPERADOR DE MÁQUINAS	FABIO DE SANTANA SANTOS
609214	OPERADOR DE MÁQUINAS	GELSON URUE
607253	OPERADOR DE MÁQUINAS	INEZIO ALVES BARBOSA
608134	OPERADOR DE MÁQUINAS	ISAEL DA SILVA
611590	OPERADOR DE MÁQUINAS	ISRAEL PASCOLAR
607062	OPERADOR DE MÁQUINAS	JEFERSON CACIO UES
609197	OPERADOR DE MÁQUINAS	JOSE PEREIRA BARBOSA
611838	OPERADOR DE MÁQUINAS	JOSIEL RODRIGUES ALVES
607256	OPERADOR DE MÁQUINAS	LEUDIMAR FERNANDO DA SILVA
608621	OPERADOR DE MÁQUINAS	MARCELO CAVALCANTE DA SILVA
607039	OPERADOR DE MÁQUINAS	MARCOS FREITAS DE SOUZA
610678	OPERADOR DE MÁQUINAS	MAURICIO GUTTEMBERG COSTA LUZ
610387	OPERADOR DE MÁQUINAS	MOISES ANTONIOLO
609653	OPERADOR DE MÁQUINAS	ODEI JOSE DA SILVA
610746	OPERADOR DE MÁQUINAS	THALIS LEONARDO SILVA DE SOUSA
606076	OPERADOR DE MÁQUINAS	WANDERSON SOUZA
611740	ORIENTADOR SÓCIO EDUCATIVO	DEBORA FERREIRA DA SILVA
607617	PEDREIRO	ADAILTON DE MOURA DORNES
611770	PEDREIRO	ALESSANDRE DOS SANTOS JULIO
610594	PEDREIRO	ARLINDO BOTINI
608223	PEDREIRO	BRUNO BATISTA
609461	PEDREIRO	CLEBES PEREIRA ANDRADE
609474	PEDREIRO	DEUZEMAR DE SOUZA
611814	PEDREIRO	DOMINGOS DA SILVA BESERRA
611847	PEDREIRO	ELIAS PASCOLAR
606098	PEDREIRO	FABIO FRANCISCO DA PAZ
608030	PEDREIRO	FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA DA SILVA
610945	PEDREIRO	FRANCISCO HOSANO DA SILVA
611271	PEDREIRO	JUCIMAR BARBOSA SOARES
611182	PEDREIRO	LUCAS FRANCISCO DE OLIVEIRA
611746	PEDREIRO	NILTON RIBEIRO DE MORAES
609836	PEDREIRO	ORLANDO DA SILVA SANTOS
609133	PEDREIRO	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA
611951	PEDREIRO	ROGERIO GOMES DE ASSIS
609345	PEDREIRO	SAMUEL JOSE DA SILVA
609642	PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	AYLA MARIATEIXEIRA
610550	PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	KAROLINE STEFFANI RESENDE MACIERI
609083	PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA	ODENIR SOUSA RODRIGUES
610533	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI EMKIA SALA ANEXA BARRANCO QUEIMADO)	OMA KALAPALO

607876	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI MEHINAKO MADRIM)	KARUA MMEHINAKO
609405	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI ULUPUWENE)	ARAWA AOKI WAURA
608244	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI ULUPUWENE)	ATAKUMA WAURA
610778	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI ULUPUWENE)	KUYAKUYALI WAURA
607742	PROFESSOR INDÍGENA I (EMI ULUPUWENE)	WAJAMANI WAURA
608193	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI EMKIA)	AYUE MEYNAKO
609333	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI MEHINAKO MADRIM SALA ANEXA KUIKURO)	AMUNERI KAMAIURA
607056	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI MEHINAKO MADRIM)	KEMENHA MEHINAKU
610231	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI MIRASSOL SALA ANEXA WAURA)	ARAPAWA WAURA
610731	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI ULUPUWENE)	HUKAI WAURA
609209	PROFESSOR INDÍGENA II (EMI ULUPUWENE)	UITSAPA KARAWORO TARUKARE WAURA
610270	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM ARTES	ADENISE ALVES DA SILVA
611986	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM ARTES	ROSA MARINEIDE MENDES DA CRUZ
607780	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM ARTES	SANDRES RODRIGUES DOS SANTOS
610127	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ARAPAWA WAURA
608594	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CAROLINE DA COSTA
609159	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CRISTIANE FERNANDA XAVIER FRIAS
606507	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DANIELA BARBOSA FALCAO OLIVEIRA
607279	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DANIELA RAPHANHIN DA SILVA
610612	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DOUGLAS COSTA SANTOS
610524	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	EDINALDO TRINDADE GONCALVES DOS SANTOS
606892	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JHONATAN CEZAR ZITKOSKI DAMAS
609612	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	JOANICE COSTA AMORIM
607435	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	KEROLAY VALADAO CARVALHO
607216	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MARCELINO BENVINDO DE SOUZA
611800	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MICHELI C MORESCO
607880	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NAYARA SOARES PAULA
611691	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PAOLA PEREIRA DOS SANTOS
607679	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	CARLOS ALBERTO WEBER DOS SANTOS
607437	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	DANIELE LASCH ALVES
610670	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	GLORIA FERREIRA DA SILVA SCHULZ
607678	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	JAISSON DOS ANJOS RAMOS
607288	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSE SILVA LIMA
610589	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	KELLY DUARTE DE OLIVEIRA
607985	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	LOUVERCY JOSE DA MATA SOBRINHO
607672	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	MARIELI STIPP
607144	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	REGINALDO AMMIRATI BARROSO
608327	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	RODRIGO BOZOKI
607294	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	VALDEMIR SANTOS FERREIRA FILHO
610214	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	WALLINGSON FELIPE ALENCAR
611403	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	PEDRO PAULO DE CAMARGO FILHO
609148	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	WILLIAM ALVES ACACIO
611644	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	CLEBER PEREIRA DOS SANTOS
610812	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	DANIEL DE ARAUJO ALMEIDA
612066	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	RENAN COSTA SILVA
611526	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	VANESSA SOARES BORGES
609366	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA	WELLITON MARCIO DA COSTA
609960	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS	EDUARDO WALTER PINTO
607946	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS	MARIA BETANIA GOMES SILVA
608268	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS	MARISA USINGER
611017	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ADIR ROSA DA SILVA
609803	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	BERNARDO ARAUJO VIANA
609833	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ELDIMAR VIANA SILVA
607353	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ERIK DOS SANTOS FREITAS
606001	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	EVANIA GARCIA DE OLIVEIRA ALVES
610336	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	FRANCISCO ALARCON GOMES CORREIA
606629	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	ISAQUE KUNZLER
608065	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	LAUANNE DE FATIMA MARQUES AGUILAR
608429	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	MAYCON DOUGLAS FERREIRA
610738	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	OSCAR ROBERTO ROCHA JUNIOR
606879	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA	SIMONE GERALDA DE SOUSA
610529	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ADRIANA JUSTINO SILVA FARIAS
611564	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ALEXANDRA BELMIRO GOMES DA SILVA
609110	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ALEXSANDRA SILVEIRA
611374	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ALINE PRIAMO MACHADO
609755	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANA CLAUDIA MARINI MELO
607372	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANA CRISTINA TONIAL RIBEIRO
606227	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANA ELOIZA GRUTKA
610689	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANDREIA INES THOMAS
606460	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANGELA APARECIDA FEROLDI
606346	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANGELA CALIXTO
606311	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANGELA CRISTIANE JESUS DE SOUZA SANTOS
610403	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANGELICA MONTE DA SILVA
607991	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANTONIA DOS SANTOS NASCIMENTO
609520	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ANTONIA MAIRLAR LIMA DA COSTA
609884	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	AURELICE ALMEIDA RIBEIRO
607493	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	BEATRIZ VILLAS-CAMPOS

611664	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CARLA CRISTINA TORQUATO DE PAIVA
609397	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CELIA APARECIDA RODRIGUES SILVA COZER
611962	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CHEILA MICHELLE SANTOS
611808	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA
607055	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CLAUDIA ALMEIDA DA SILVA SCHULZ
609674	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CLAUDINEI DA SILVA LARA
608870	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CLEIDE BOTELHO DE AZEVEDO
606197	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CLEIDIANE TEMPES TREVISAN
606974	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CONCEICAO DE MARIA GUEDES FERREIRA
606622	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CRISTIANE FERREIRA NERES
609747	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DAYANNE RODRIGUES FARIAS
606353	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DIANARY SOUSA FRANCA
611796	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DILCE NUNES COELHO
609384	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DINAIR SOUZA SANTOS
607159	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DIRCE DE AMORIM MENDONCA
608111	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DIRCENIR PEREIRA DA SILVA
611774	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	DOMINGAS LIMA SANTOS
611823	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EDINA APARECIDA MATOS OLIVEIRA
609294	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EDINA CARINA DOS SANTOS
609901	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EDINA REGINA PINTO
608402	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER
610434	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELAINE RODRIGUES SALES
607987	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELENICE PERNE DUTRA DA MATA
608723	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELIANE CAMPOS DA SILVA OMENA
607223	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELIANE FERREIRA NETO
606713	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA
611665	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELMA BUENO DE OLIVEIRA
606223	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ERENICE ROSIANA DOS SANTOS
609586	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ERIKA APARECIDA LUSTOSA
609906	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EUNICE FERNANDA ARANTES DA COSTA SILVA
606692	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EUNINAR MARIA PEREIRA DA SILVA
607989	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	EVANESA DUTRA LEITE
607948	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	FABRICIA RESENDE VAZ
611920	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	FATIMA APARECIDA DA SILVA
610157	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	FERNANDO FERREIRA SOARES
612077	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	FRANCISCA MARIA VIEIRA CORREIA SIMIONI
609645	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ILMA ARRUDA DE AZEVEDO ASSUNCAO
610846	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	INGRID CASSIA BENICIO DOS SANTOS
605822	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	IRACI PEREIRA DIAS
606565	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	IRILENE CONCEICAO SANTOS SILVA
608243	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ISADORA FRITSCHI ROCHA
609491	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	IVA URCINO DE LAVOR
607152	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	IZABEL DE OLIVEIRA GOMES MARTINS DOS SANTOS
606110	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JANETE NEVES PINHEIRO
612098	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JEOVANA MENDES GIMENES
607785	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JEYZIANE SOARES BARROS MAIA
609618	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JOCILENE APARECIDA DE SOUZA BOTINI
609937	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JOICE MUNIQUE RODRIGUES SANDOVAL
611807	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JOSILENE BRAGA SERRAO
609527	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	JUNIA MARIA PEREIRA DOS SANTOS MARQUES
611547	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	KACILDA COELHO LEANDRO
607521	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	KARITA KATRINY VIEIRA TOIGO
611210	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	KASSIA BENICIO OLIVEIRA
609525	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	KEILA APARECIDA ROSA DE ARAUJO
607757	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	KELI CARON MASCARELLO CORDASSO
608464	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LEANDRO RIBEIRO PADILHA
606560	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LEIDE DAIANE SILVA
606443	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LEILIANE PEREIRA SILVEIRA
610622	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LIANE WEISHEIMER
610884	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LOIDE PEREIRA BARBOSABEYER
606310	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LORENA FLAVIA RODRIGUES DE MORAES DE MENEZES
606254	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIA VERA DA COSTA
606103	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIANA DA SILVA MAGALHAES GARCIA
611652	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIANA DA SILVA SOUZA
607668	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIANA KEMPA DOS SANTOS
609619	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIENE MOREIRA DA SILVA RODRIGUES
606967	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	LUCIVANIA TELES SILVA
611724	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MAGNALIA BATISTA DE OLIVEIRA
608805	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARA RENATA GONCALVES SILVA
610745	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARCELA SOARES DE OLIVEIRA
609719	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARCELAINE RIBEIRO
611457	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARCIA AIZA NOGUEIRA SILVA
611375	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARCIA CERQUEIRA FERNANDES
611905	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARCOS ANDREY DE MAGALHAES
609852	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA APARECIDA DA SILVA
606069	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA APARECIDA EDUARDO

608123	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA APARECIDA VIEIRA STIVAL
608867	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR
606702	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA JOELMA SOUSA DA SILVA
611340	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA JOSE FURTUNATO DA FONSECA
611864	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA MENDES ARAUJO SHUENQUENER
611891	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIA PEREIRA DA SILVA
607385	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIALVA VIEIRA DE PAULA AMADO
610990	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIANE ARRUDA SANTOS
609204	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARIANE FERNANDES RIBAS
611660	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARILENE VIEIRA DE SOUZA PEDRO
611295	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARINEZ LINDENMAYR
607844	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MARLENE DAS GRACAS ALVES
610256	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MILLENA AQUINO DUARTE
609654	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MIRTHA AYALA LUIZ SILVA
606449	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	MONICA URCINO AQUINO DE LAVOR
610984	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NAIANE DE SOUZA MADRUGA CARVALHO
607272	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NAIURY NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA
605912	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NATALIA DE SOUZA DIAS
611234	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NAYARA RODRIGUES MADRUGA
607497	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NEILA DOMINGOS LUIZ
610938	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NELMA SILVA MEIRELES
607994	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	NILVA LAIZA BONI KREBS
610797	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ODETE MARIA LARIOS
608433	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ONEIDE SANTOS DE PAULA
611549	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ORLANDO DA SILVA SANTOS
607908	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	PATRICIA RODRIGUES DE JESUS
611211	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	PATRICIA SOAVE
608761	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RAMILA NUNES DOS ANJOS
610981	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RENATA FARIAS PIRES DE MEDEIROS
611930	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RENATA FIGUEREDO PACHECO
607417	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RENILZA SILVA SOARES
608835	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RICARDO INACIO BATISTA
607141	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RIZIA SANTANA ALMEIDA
606923	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROMEILTO SOARES DE OLIVEIRA
607230	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROSANI RENI MULLER SIEDEKUM
608978	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROSIMEIRE DE SOUZA MORAES
612022	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROSIMEIRE MENDES DA CRUZ MENDANHAB
609834	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROSINALVA APARECIDA DE PAULA SANTOS
608138	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ROZANIA DA SILVA
609728	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	RUTE FERREIRA NUNES
606856	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SABRINA DE CASTRO QUEIROZ
610755	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SANDRA MARIA DE MELO MAGALHAES
610125	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SANDRA SOUSA SILVA
611521	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SELMA DE OLIVEIRA FERNANDES
610483	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SILMARA MARIANO FRUETT
610668	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SILVANIA WEISHEIMER DAL PIAZ
610369	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SIRLEI JOHANN
611638	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SORAIA SILVA DOS SANTOS
611173	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	SUZANA SOUSA SILVA
606901	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TALITA DOS SANTOS DOMINGOS
609936	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TALITHA HEVILLA DE SOUZA
607578	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TAQUIMONES BREDA FERREIRA
607571	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TATIANE STANGE GHIZONI
608041	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TELMA MARIA ALVES
609469	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	TERESINHA GARCIA DA SILVA
609741	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	THAUANE MARQUES SILVA
608981	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	THELMA DIAS FERREIRA
609786	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	VALERIA KAUFFMAN
609610	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	VALERIA TAVARES PEREIRA
610271	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	VANDAIRA FRANCISCA DE LIMA SANTOS
610616	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	VANDERLEIA GONCALVES DA SILVA
610671	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	VIVIAN CINTIA PEREIRA BUENO
607460	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ZANIA LUIZA FERREIRA TOMAZ
609715	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	CLAUDEMIR DA CONCEICAO FERREIRA
611910	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	ELIANE KRUMMENAUER
606025	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	FRANCIELE CORREA DE FREITAS SILVA DUARTE
605910	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	ISADORA CRISTINE GUELERE PITONDO
611585	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	MARCIA SILVA FR FREITAS
609592	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	MICHELE SILVA DA COSTA
610239	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	PATRICIA APARECIDA BARBOSA DE ARAUJO
610732	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB BOTUVERA - FAZENDA BOTUVERA)	TATIANE FERREIRA ALMEIDA ROCHA
607950	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	CREUZA SOARES REZENDE
609105	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	DEBORA FERREIRA LUZ
608293	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	FERNANDA CRISTHINA SANTOS ACACIO

607972	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	FRANCISLEY JEISA BRITO DE OLIVEIRA
608061	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	INGRID CRISTIANE MARTINS
606128	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	TATIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE SILVA
607554	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA (EMB XINGU - NOVA ALIANÇA)	TICIANE CRISLEY PIRES DE ANDRADE MELO
608774	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	CRISTIANE GRABOSKI VERONA
607944	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	ELISIANE BACKES FUNK
607378	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	KAIRO LAZARO GOMES DE SIQUEIRA
607562	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	KALLIL CARLOS SOUTO ALVES
609631	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	ROSIANE FERREIRA NETO
608285	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS	SHAIANY COSTA SOUZA
609555	PSICÓLOGO	ALAN CAVALCANTE GAMBARRA
609815	PSICÓLOGO	AMANDA RODIO SIMAO
607510	PSICÓLOGO	ANDERSON CARLOS DASILVA SOUZA
611126	PSICÓLOGO	AURELINO SILVA DA CONCEICAO
609879	PSICÓLOGO	CAMILA GOMES COSTA
607207	PSICÓLOGO	DAMIANA PEREIRA DE LIMA CONSTANTINO
611904	PSICÓLOGO	KAROLINY ARAUJO DA SILVA
611763	PSICÓLOGO	KASSIELI EGERT KUSTER
611328	PSICÓLOGO	LUANA CUNHA
608326	PSICÓLOGO	MARCIANA MONFARDINI
611681	PSICÓLOGO	MARTA ALICE DOS SANTOS CAMARGO
609725	PSICÓLOGO	RAISSA DOS SANTOS BERNARDINO
609842	PSICÓLOGO	RAMI FELIPE TRINDADE OLIVEIRA
609326	PSICÓLOGO	RANIHERY FERNANDES MORAIS
606968	PSICÓLOGO	STEPHANI CRISTINI FERNANDES SOUSA
609664	SERVENTE DE PEDREIRO	DHONY PAZ PASCOLAR
606970	SERVENTE DE PEDREIRO	THIAGO ARAUJO DA SILVA
607545	SERVENTE DE PEDREIRO	TRARLLYS ANDRESS DA PAZ DINIZ
607622	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - FONOAUDIOLOGIA	ANA HELENA BRITO MORAES
611249	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	ALINE KAREN SILVA
609656	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	AMANDA NADIA VULPINI
607026	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	ANICLEIDY CORDEIRO SOUSA SCABENI
607032	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	GEANE CILENE DA SILVA ANDRADE
605737	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	JOAO CARLOS VAZ
610608	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	MARCELA ALVES BOTELHO
609854	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	MARIA APARECIDA DA SILVA
608634	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	PRISCYLLA ALVES RODRIGUES
607330	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	RAILSON SILVA RIBEIRO
607292	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - PSICOPEDAGOGIA	SELMA PEREIRA DA SILVA XAVIER
606964	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - (NUTRIÇÃO)	GABRIELA TARKINE LEITE CASTANON
607601	TÉCNICO DE APOIO EDUCACIONAL - (NUTRIÇÃO)	MARCIELLY BATISTA TOSCANO LIMA
610128	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA MARTINS DOS SANTOS
609127	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA MOSCAL MACIEL
607514	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ALESSANDRA NUNES DA SILVA
609390	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ALINE DEODATO FONSECA
605802	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	AMANDA RISSINI MORENO FERNANDES
610624	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA PAULA NIEDERMAYER
607275	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDREIA RODRIGUES JESUS DOS REIS COUTO
607046	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDREINA TAINARA DE FREITAS DOS SANTOS
610404	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA LEAL
607845	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANGELA APARECIDA MOREIRA LIMA
606575	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANGELINA ARIADNI SILVA SIQUEIRA
611825	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANTONIO LOPES BISNETO
607012	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ARCILENE BATISTA PEREIRA
608135	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLEIDE DE CARVALHO MOTA
609368	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DAIANI DE SOUZA PEREIRA
606863	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DARQUIANE MOREIRA SANTOS
607221	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DENIZE SOUSA NASCIMENTO
611217	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EDIANA DO NASCIMENTO SILVA
607186	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIENE FERREIRA DE SOUZA
607094	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELISANGELA PEREIRA DE VASCONCELOS
610414	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIZABETE CANDIDA DE ARAUJO
610512	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FABIO HENRIQUE LUSTOSA
607059	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FERNANDA CRISTINA DORNEL BARBOSA
608322	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FRANCIELE FERREIRA DIAS FIGUEREIDO
611572	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	FRANCIELLEN ALVES NASCIMENTO VELOSO
611887	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GABRIEL DA SILVA DA COSTA
608378	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GERLA DE SOUZA GONCALVES
607146	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GISELE SOUZA FERNANDES
606635	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GLEICIANE ALMEIDA SILVA
608129	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	INIMAR MIRANDA CUNHA
610927	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ISABELA SILVA DE OLIVEIRA
610950	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JAKELINE PEREIRA
608468	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JENIFFER ARAUJO DE MATOS
612145	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JESSICA MARANGUELLI DOS SANTOS

611890	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JOSELINA ALVES DUARTE
607941	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JOSIANE CRISLENE BINELO
607052	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JULIANA DE MATOS SILVA
611809	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KAOMA SILVA GOMES
607500	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KARLA TAVARES
609638	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KATIA SILVA GOMES VELASCO
611577	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	KESIA DE SOUZA NASCIMENTO HINCHINK
606625	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LEIDIANE DA COSTA SILVA
609718	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LEIDIANE FEDRIGO NOGUEIRA
606129	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LEONARDO MEHINAKO KAMAIURA
607573	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCIENE QUEIROZ DA ROCHA
607051	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCILENE APARECIDA SANTOS DO CARMO
609458	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCINEIA CUNHA MORAIS
608300	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUZIA GOIS PEREIRA
609796	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUZINETH BEZERRA DE OLIVEIRA
605817	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MAGDA SANTANA FLORES
608366	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARA RAQUEL SCHIRMANN
607945	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARCIA SILVA DE OLIVEIRA
609750	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARCOS JHONY TORQUATO DE PAIVA
606051	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA DAS DORES RODRIGUES DE OLIVEIRA
609546	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA JUSIMAR DA SILVA CHAVES
609637	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA LILIA PEREIRA DA SILVA SILVESTRE
609132	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA MARGARETH MOSCAL
610094	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARILUCI GONCALVES CONSTANTE
611882	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MAYCON DOUGLAS LOUZADA ARAUJO
608119	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MIRALVA VERONICA MARTINS
611790	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MIRIANE CHAICOSKI
609773	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NEIVA PARKUTZ
608462	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	QUELIANE OLIVEIRA DA SILVA RAMOS
611373	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAFAEL SILVA LOPES
607463	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAFAELLA DE CASTRO RIBEIRO
606608	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAIRENE BEZERRA ALVES
612152	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RAYLA DE JESUS DOS SANTOS
610411	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSIMEIRE ALVES DIAS
611451	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SANDRA RODRIGUES DE MORAES
609864	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SEBASTIANA APARECIDA DE SOUZA
610995	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SILVANA ANDRADE DA SILVA
610407	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SILVANIA FERREIRA DA SILVA
611447	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SILVANO DE ARRUDA E SILVA
607276	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TAMIRES DA ROSA KLEIN
608759	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALDENITA BARBOSA DE ARAUJO
612140	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VALDIRA GOMES DUARTE BORGES
610916	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	WAGUHS BARBOSA GOMES
609544	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	WALMIRA GUIMARAES DE SOUZA MARQUES DE FARIAS
609443	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	ALES FERNANDES SOUZA
610442	TÉCNICO EM LABORATÓRIO	MARCILENI WALTER BORCHARDT FERNANDES
607661	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	ANDERSON ADORNO DE MATOS
610537	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	ANTONIO CARLOS TEIXEIRA PEREIRA
611703	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	CLEUSDETE GOMES CASTILHO
606743	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	CREUDSON AMERICO SANTANA AMERICO
611944	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	JOBENILSON VIEIRA ORMANDES
610264	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA ROHDEN
610251	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	PATRICIA RODRIGUES IGNACIO
607511	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	RONIS SOUSA ALMEIDA
606722	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	ROSANE BOTTCHER
606549	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	SILVANETE PEREIRA DIAS
607397	TÉCNICO EM RADIOLOGIA / MAMOGRAFIA	VALDENILDA DIAS DOS SANTOS
608914	VIGILANTE - SAÚDE	ALEXSANDRO AROMA MARTINS
607558	VIGILANTE - SAÚDE	DJALMA BARBOSA
610219	VIGILANTE - SAÚDE	EURICO PEDROZO FILHO
610394	VIGILANTE - SAÚDE	FATIMA DA SILVA
606620	VIGILANTE - SAÚDE	JOELCIO FREIRE DA SILVA
609230	VIGILANTE - SAÚDE	JUNIOR CAVALCANTE SANTANA
612135	VIGILANTE - SAÚDE	LUMA NATHIARA BATISTA DA SILVA
610527	VIGILANTE - SEDE	ADRIANA JUSTINO SILVA FARIAS
611147	VIGILANTE - SEDE	ALIX LOURRANE GOMES DE SOUSA
607299	VIGILANTE - SEDE	BRUNO GONCALVES SILVA
610130	VIGILANTE - SEDE	CRISTIANO DE A LOPES
609567	VIGILANTE - SEDE	DAYAN CAVALCANTE PEREIRA
607559	VIGILANTE - SEDE	EDIUMAR VITORIA SIQUEIRA
608023	VIGILANTE - SEDE	ELIAS PASCOLAR
607456	VIGILANTE - SEDE	FELIPE GEFERSON VIANA VIEIRA
607245	VIGILANTE - SEDE	HITALO FELIPE MOREIRA SANTIANGO
609038	VIGILANTE - SEDE	MARCOS DIONI RIBEIRO DE FARIA
610605	VIGILANTE - SEDE	MARCOS HENRIQUE DOS SANTOS ANDRADE GALDINO
611565	VIGILANTE - SEDE	MARCOS VELOSO OLIVEIRA
607379	VIGILANTE - SEDE	NICOLAS DUARTE DIAS

611097	VIGILANTE - SEDE	ORIOVALDO SEVERINO DOS SANTOS
608034	VIGILANTE - SEDE	PAULO HENRIQUE PEREIRA SILVA
608053	VIGILANTE - SEDE	RENATO PEREIRA DE ALMEIDA
609844	VIGILANTE - SEDE	SEBASTIAO CARVALHO DE MELO
609468	VIGILANTE - SEDE	SIMONE AIRES PINTO
611176	VIGILANTE - SEDE	TAIRONE BATISTA ALVES
611616	VIGILANTE - SEDE	THALISSON EDUARDO NEVES DUARTE
610024	VIGILANTE - SEDE	UEDER BORGES DUTRA
610562	VIGILANTE - SEDE	VANGNA BATISTA DIAS
607450	VIGILANTE SANITÁRIO	ANA CLAUDIA SILVA DE LIMA
611194	VIGILANTE SANITÁRIO	BERNADETE MARIA REIS UMEKAWA
609821	VIGILANTE SANITÁRIO	ELIAS SOUSA RAMOS
606067	VIGILANTE SANITÁRIO	HERICK FREITAS
607802	VIGILANTE SANITÁRIO	KELLEN GARCIA DE MELO
609658	VIGILANTE SANITÁRIO	WESLEY CARLOS MACHADO

*** PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – PCD:**

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	RESULTADO
608262	ENFERMEIRO	CLEUZENI TELES DE MORAIS PADILHA	DEFERIDO
610166	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE	DEFERIDO
607766	MOTORISTA - SEDE	DULIO SOUZA BORILLE	DEFERIDO
609960	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM INGLÊS	EDUARDO WALTER PINTO	DEFERIDO
608402	PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	ELAINE CARDOSO DA SILVA LANGNER	INDEFERIDO*
606248	BIÓLOGO	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	INDEFERIDO*
611213	AGENTE ADMINISTRATIVO - SEDE	NEUCINEILY CHAVES DE SOUZA	DEFERIDO

* Laudo médico apresentado em desacordo com o item 3.1.5., a), do edital de abertura – data de expedição superior a 90 (noventa) dias do término das inscrições.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2022

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 152/2022

O Poder Executivo Municipal de Gaúcha do Norte MT, torna público a Inexigência de Licitação nº. 015/2022 para contratação da empresa **MACROPECAS MULTIMARCAS COMERCIO DE CAMINHOES E ONIBUS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 07.838.209/0001-78, com sede à Av. Fernando Correa da Costa, Bairro Parque Ohara, em Cuiabá-MT, CEP nº 78.098-300, para contratação de empresaem **Assistência Técnica autorizada a realiza para os Ônibus da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação nas Placas RAV-0F04, RAT-1D28, RAW-5H59,RAW-5H49,RAP-4J71,RAV-9118,CHASSI:93PB58M10NC068040**,**CHASSI: 93PB58M10NC068138** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação com valor global de **R$ 49.956,25 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte cinco centavos)** nos termos Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883/94, de 08 de junho de 1994.

Gaúcha do Norte MT, 25 de outubro de 2022.

ITAYANA ALVES DE CARVALHO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, GABARITO OFICIAL, JULGAMENTO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Rogério Domingos dos Santos Fachini**, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público 001/2022, nomeado pela **Portaria nº 134/2022**, **de 21 de julho de 2022**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Concurso Público nº 001/2022, torna público o que segue:

1. RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, conforme **ANEXO I** deste Edital Complementar; **2. GABARITO OFICIAL PÓS-RECURSOS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022**, conforme **ANEXO II** deste Edital Complementar; **3. JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR**, conforme **ANEXO III** deste Edital Complementar; **4. JULGAMENTO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA DIVULGAÇÃO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS:** permanece inalterado em relação à lista divulgada através do Edital Complementar nº 008, publicado em 14 de outubro de 2022, conforme **ANEXO IV** deste Edital Complementar, considerando que, da análise do único recurso interposto, não houve nenhuma alteração. Portanto, fica aquela lista considerada para todos efeitos legais.

Fica aberto o prazo de recurso relativo à divulgação do **RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022,** a partir das 00h00 do dia **27/10/2022** até as 23h59 do dia **28/10/2022**, nos termos do Edital.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, nos sites oficiais da Prefeitura - www.generalcarneiro.mt.gov.br/ e no site da empresa organizadora - www.atamemt.com.br/concurso/

General Carneiro-MT, 26 de outubro de 2022.

Rogério Domingos dos Santos Fachini

Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO -MT

RESULTADO PRELIMINAR

ANEXO I

Cargo: 001 - Agente Administrativo										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000055	ELDYS SILVA VALADAO	16/07/1987	**1**	60	16	8	6		90	AP
0000000423	GABRIELLA ALMEIDA ARRAIS	29/12/1997	**2**	52	16	8	6		82	AP
0000000293	WENDER PEREIRA DOS SANTOS	10/05/1992	**3**	44	16	8	8		76	CL
0000000041	LUCAS DO CARMO PEREIRA	08/11/2002	**4**	44	14	10	8		76	CL
0000000356	LARISSA DE OLIVEIRA VERON	16/12/2000	**5**	40	14	10	6		70	CL
0000000487	NAILTON ARAUJO LEITE	29/09/1998	**6**	36	20	10	4		70	CL
0000000479	MIKAELI RODRIGUES SILVA	13/05/1993	**7**	40	12	10	6		68	CL
0000000418	MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA	17/05/1995	**8**	40	10	10	8		68	CL
0000000387	SELMA PEREIRA DA SILVA XAVIER	27/04/1969	**9**	40	16	4	6		66	CL
0000000301	LEONARDO DE SOUZA NERES	06/10/1987	**10**	36	16	6	8		66	CL
0000000553	LINDIANE FRANCISCA MOTA	28/04/1980	**11**	36	12	8	8		64	CL
0000000123	LUAN FERREIRA LIMA	02/07/2004	**12**	32	18	6	8		64	CL
0000000311	GUSTAVO DE JESUS GERMANO	02/07/1992	**13**	40	10	4	6		60	CL
0000000248	ANA CAROLINA LOPES SILVA	20/07/1994	**14**	32	14	10	4		60	CL
0000000140	DIEGO FERREIRA LIMA	22/05/2000	**15**	28	14	6	10		58	CL
0000000054	REGIANE BORGES MACHADO	20/04/1992	**16**	28	14	8	6		56	CL
0000000227	MARCO AURÉLIO ALMEIDA NOGUEIRA	29/12/1999	**17**	24	16	10	4		54	CL
0000000437	PAULO GABRIEL BUSANELLO MACHADO	07/11/1999	**18**	28	10	6	8		52	CL
0000000013	ROZANGELA ALVES PEREIRA	12/08/1977	**19**	32	6	6	6		50	CL
0000000430	LUIZ SOARES PAULO FILHO	31/12/1997	**20**	24	14	6	6		50	CL
0000000433	DALILA OLIVEIRA CUNHA	16/11/1997	**21**	24	18	8	0		50	RN
0000000367	TAIANA SANTOS BOYDA	23/12/1988	**22**	28	12	4	4		48	RN
0000000272	VILMA RIBEIRO DE FREITAS	11/05/1980	**23**	28	10	2	6		46	RN
0000000566	PRISCILA ALVES RACTTES	24/10/1991	**24**	24	14	4	4		46	RN
0000000152	DURCELINA GOMES DE SOUSA	20/02/1981	**25**	24	12	8	2		46	RN
0000000216	FABIANI FRANCISCA VIEIRA	07/06/1988	**26**	24	12	6	4		46	RN
0000000154	JAQUELINE GONÇALVES VARJAO	11/10/2004	**27**	20	12	8	6		46	RN
0000000300	ANA PAULA SILVA DE OLIVEIRA	18/01/1987	**28**	28	8	4	4		44	RN
0000000563	FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS	25/08/1975	**29**	24	12	2	6		44	RN
0000000120	RAYARA SOUZA RODRIGUES BALBINO	10/07/1991	**30**	20	12	4	8		44	RN
0000000208	JOSÉ ANTÔNIO OLIVEIRA ALVES	09/03/2002	**31**	28	6	2	6		42	RN
0000000122	RAYANNY SOUZA RODRIGUES BALBINO	19/12/1989	**32**	20	14	4	2		40	RN
0000000076	KARLA VIEIRA TALON	05/12/1994	**33**	16	12	4	8		40	RN
0000000052	FRANCIELE ALVES DA SILVA	22/03/1991	**34**	20	10	6	2		38	RN
0000000518	LARA VICTÓRYA BRITO SA	26/04/2003	**35**	12	12	8	6		38	RN
0000000062	CRISTIANE APARECIDA DE JESUS ARAUJO	12/04/1985	**36**	20	12	4	0		36	RN
0000000289	KEILA FEITOSA DE SOUZA	14/03/1980	**37**	16	14	4	2		36	RN
0000000469	SIMONE BARBOSA SILVESTRINI	07/05/1990	**38**	12	12	6	4		34	RN
0000000048	RAIMUNDA ELITE RODRIGUES ALVES	26/08/1969	**39**	12	8	8	6		34	RN
0000000426	PAMELA GABRIELLY BARROS MOREIRA	22/01/1996	**40**	12	14	2	4		32	RN
0000000577	MARLENE PEREIRA DE SOUZA	23/05/1970	**41**	12	6	2	8		28	RN
0000000204	JOELSON PEREIRA DA SILVA	22/05/1978	**42**	0	0	0	0		0	RU
0000000397	LEIDIANE DIAS TRINDADE SOUZA	18/03/1983	**43**	0	0	0	0		0	RU
0000000124	DANIELI DE FRANÇA	04/05/1990	**44**	0	0	0	0		0	RU
0000000327	RENATO GOMES NUNES	22/02/1991	**45**	0	0	0	0		0	RU
0000000160	MARLI OLIVEIRA DOS SANTOS	02/01/1993	**46**	0	0	0	0		0	RU
0000000436	TATIANE TRINDADE DA SILVA	19/09/1993	**47**	0	0	0	0		0	RU
0000000239	JHONY VINICIUS CARDOSO FARIA	04/07/1996	**48**	0	0	0	0		0	RU
0000000425	JOSÉ AMORIM ORTEGA DE PAIVA	16/03/1999	**49**	0	0	0	0		0	RU
0000000205	ANA BEATRIZ MARQUES LIMA	01/09/2000	**50**	0	0	0	0		0	RU
0000000510	LORRANA PEREIRA QUEIROZ	15/01/2002	**51**	0	0	0	0		0	RU
0000000316	LUIZ GUSTAVO MUNIZ RODRIGUES	04/04/2004	**52**	0	0	0	0		0	RU
Cargo: 002 - Apoio - Sec. Educação										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000156	FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM	09/05/1988	**1**	0	36	24	30		90	AP
0000000232	THIAGO VINICIUS PEREIRA CAMILO	10/12/1988	**2**	0	36	24	30		90	AP
0000000314	SUELEM ALVES DIAS SILVA	17/09/1996	**3**	0	40	24	24		88	AP
0000000543	DELCILAINE ALVES GARCIA	29/08/2001	**4**	0	36	21	24		81	AP
0000000550	GEUCILENE MARTINS LOPES	23/08/1988	**5**	0	32	24	24		80	CL
0000000199	ANIELLY CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA	20/12/2000	**6**	0	36	24	18		78	CL
0000000021	KLEIA SOUZA PINHEIRO OLIVEIRA	16/05/1973	**7**	0	36	21	21		78	CL
0000000221	KAREN CRISTINA DE ALMEIDA MOURA	16/08/2002	**8**	0	36	24	15		75	CL
0000000254	ANA BEATRIZ RIBEIRO DE SOUZA	27/05/2004	**9**	0	36	21	18		75	CL
0000000529	PAULA ANDREIA COSTA DA SILVA	26/01/1983	**10**	0	32	18	24		74	CL
0000000336	DÉBORA PEREIRA DE SOUZA	25/07/1987	**11**	0	32	18	24		74	CL
0000000228	THAYRINE VIANA COSTA	08/07/1995	**12**	0	32	18	24		74	CL
0000000377	VIVIANE SOARES FREITAS SOUZA	03/10/1974	**13**	0	32	15	27		74	CL
0000000079	CRISTINA MARQUES DA ROCHA	08/09/1978	**14**	0	36	15	21		72	CL
0000000347	MARCIA PEREIRA DE SOUSA	23/02/1990	**15**	0	32	24	15		71	CL
0000000215	ELMA BEATRIZ LIMA TEIXEIRA	29/08/2000	**16**	0	32	21	18		71	CL

0000000187	MARIA HELENA DOS SANTOS MOURA	25/09/1979	17	0	32	18	21		71	CL
0000000456	MARCILENE MENDES DE LIMA	24/09/1970	18	0	32	15	24		71	CL
0000000210	NAYARA SOARES PAULA	23/08/1993	19	0	32	15	24		71	CL
0000000364	PÂMELA CAMILA MOREIRA LOPES	28/04/2003	20	0	36	12	21		69	CL
0000000380	VICTOR HUGO FARIAS CARVALHO	07/08/2000	21	0	32	18	18		68	CL
0000000438	DEUZÉLIA SOUZA SANTOS	01/04/1984	22	0	32	12	24		68	CL
0000000470	ANDREIA MATOS DA SILVA OLIVEIRA	20/12/1989	23	0	20	21	27		68	CL
0000000081	GLEICY DIAS LEDIO DE SOUSA	02/12/2001	24	0	28	18	21		67	CL
0000000407	JARLISON CAIRO MORAES DE REZENDE	02/04/1994	25	0	28	15	24		67	CL
0000000441	ROSIDETE RESPLANDE DE FREITAS	18/11/1976	26	0	36	15	15		66	CL
0000000015	MOARA FARIAS CAMPOS	04/01/1989	27	0	24	21	21		66	CL
0000000544	LUCIANA ALVES DE MELO	06/03/1982	28	0	32	18	15		65	CL
0000000132	JERUZA SANTANA ROSA GOMES	09/01/1990	29	0	32	12	21		65	CL
0000000252	KATRINY MOTA ALVES	09/04/2004	30	0	32	12	21		65	CL
0000000135	LUCENIR FRANCISCA DE SOUSA	09/09/1976	31	0	32	15	15		62	CL
0000000442	MARIA EUNICE VIEIRA DE MOURA	28/08/1965	32	0	28	15	18		61	CL
0000000150	FRANCIELLY PINHEIRO BELO	27/04/1998	33	0	28	15	18		61	CL
0000000158	ERICA CAMILA FERNANDES DE ARRUDA	30/12/1994	34	0	28	12	21		61	CL
0000000302	RAIKELY QUEIROZ DAVID	12/06/2005	35	0	28	12	21		61	CL
0000000338	GESSICA NOVAES GUIMARÃES	28/07/1993	36	0	24	21	15		60	CL
0000000279	HENRIQUE CAMARGO COSTA	25/09/2001	37	0	24	21	15		60	CL
0000000274	ANA FABIA LEANDRO	03/12/1987	38	0	24	15	21		60	CL
0000000069	VALERIA CRISTINA DE SOUZA FERREIRA	04/07/1984	39	0	24	9	27		60	CL
0000000072	LEOMARIA CARLOS ASSUNÇÃO	05/10/1984	40	0	20	15	24		59	CL
0000000214	SONILDA SOARES DA SILVA	02/03/1985	41	0	28	18	12		58	CL
0000000144	BEATRIZ OLIVEIRA SANTOS	26/09/1999	42	0	28	15	15		58	CL
0000000169	MARIANA LIMA DA SILVA	28/07/1998	43	0	32	6	18		56	CL
0000000466	FERNANDA RODRIGUES LIMA	12/11/1979	44	0	20	15	21		56	CL
0000000401	DEBORA REGINA PEREIRA LIMA	19/05/1989	45	0	24	15	15		54	CL
0000000542	POLIANA KAROLINE NARCISA DE SOUSA RIBEIRO	18/04/1996	46	0	24	15	15		54	CL
0000000234	MARCIA DOS SANTOS ARAÚJO	22/10/1980	47	0	20	12	21		53	CL
0000000545	ELIZA MEL GOMES DE JESUS	17/11/2002	48	0	36	9	6		51	CL
0000000046	ALINE NATALIA ALVES DA SILVA	09/12/1992	49	0	24	12	15		51	CL
0000000102	CRISLAINE PEREIRA DE SOUZA	01/10/1994	50	0	24	12	15		51	CL
0000000515	VIVIANE BARBOSA LOPES	03/04/1980	51	0	24	9	18		51	CL
0000000464	GIZELY NOVAES GUIMARÃES	10/07/1989	52	0	24	9	18		51	CL
0000000486	MÁRCIA ALVES DA SILVA	26/01/1998	53	0	20	18	12		50	CL
0000000212	MARIA VALE DA CRUZ	01/04/1970	54	0	20	15	15		50	CL
0000000078	MARISTELA PEREIRA RIOS DE JESUS	23/11/1976	55	0	20	15	15		50	CL
0000000434	ENILVA CARDOSO LAURIANO	08/08/1971	56	0	24	9	15		48	RN
0000000087	KRISTIELY FERREIRA DA SILVA	16/02/1999	57	0	20	12	15		47	RN
0000000130	GISLAINE PEREIRA REZENDE MOREIRA	16/04/1986	58	0	24	6	15		45	RN
0000000097	JHONATAN FARIAS FERREIRA	07/03/2002	59	0	16	12	15		43	RN
0000000478	GABRIELA MALAQUIAS SOARES	09/06/2000	60	0	24	9	9		42	RN
0000000457	VANUSA OLIVEIRA DOS SANTOS	30/05/2000	61	0	16	9	15		40	RN
0000000256	JOICE MIRANDA BARBOSA	18/10/1999	62	0	12	18	9		39	RN
0000000180	OLINDA FRANCISCA DE NOVAES	10/11/1969	63	0	12	15	12		39	RN
0000000100	GENY COSTA DE OLIVEIRA	10/10/1968	64	0	16	9	12		37	RN
0000000096	JOÃO PAULO SOUZA DIAS	25/03/1998	65	0	16	3	18		37	RN
0000000004	JAMES IUNIE FRANCA	05/03/1993	66	0	8	9	15		32	RN
0000000535	LUCEIA RODRIGUES DA SILVA PINHEIRO	22/05/1977	67	0	0	0	0		0	RU
0000000059	PAULO CESAR PEREIRA FEITOZA	26/06/1989	68	0	0	0	0		0	RU
0000000448	GESLAINE DE FREITAS CARDOSO	04/11/1991	69	0	0	0	0		0	RU
0000000283	KIARA ADRIELLE PEREIRA DE ALMEIDA	06/05/1994	70	0	0	0	0		0	RU
0000000050	DANNIELE VALADARES TAVARES	27/06/1995	71	0	0	0	0		0	RU
0000000572	GABRIELLY DA SILVA FERREIRA	02/06/2001	72	0	0	0	0		0	RU
0000000379	WHANIA APARECIDA DUARTE DOS SANTOS	13/08/2002	73	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 003 - Auxiliar de Serviços Gerais

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000213	GUILHERME VIGATO CASTANON	22/08/2002	1	0	40	27	30		97	AP
0000000480	ANDRESA DUARTE DE ARAUJO	20/07/2000	2	0	40	27	27		94	AP
0000000157	LEYDIANA SOARES SILVA	24/01/1987	3	0	36	27	30		93	AP
0000000376	LUZIA PRIMO PARREIRA	24/01/1966	4	0	36	27	27		90	AP
0000000093	ARIELE MENDES DE ARAUJO	13/08/1991	5	0	36	27	27		90	AP
0000000384	LAZARA JESUS DO NASCIMENTO	27/09/1991	6	0	36	27	27		90	AP
0000000465	VALDELI FORTE FERREIRA	24/06/1964	7	0	32	27	30		89	CL
0000000269	LINACY SOUSA BORGES	19/07/1970	8	0	36	27	24		87	CL
0000000453	ADRIANA CABRAL DE JESUS ALVES	01/02/1978	9	0	36	27	24		87	CL
0000000080	DÉBORA ALVES DE SOUZA SILVA	17/03/1998	10	0	32	30	24		86	CL
0000000267	WISBLER CAENEIRO LEAO NEPOMUCENO	02/10/1982	11	0	32	27	27		86	CL
0000000330	MARIA FERREIRA DE SOUZA	02/11/1985	12	0	32	24	30		86	CL
0000000181	MARLI TEODORA CAMARGO	18/08/1979	13	0	36	21	27		84	CL
0000000504	ZANKEON DAVI DE ARAÚJO	08/08/1991	14	0	28	27	27		82	CL
0000000106	NATHALIA VIANA COSTA	28/08/1996	15	0	36	18	27		81	CL

0000000421	THATILLA DUARTE BORGES	30/11/1995	**16**	0	32	24	24		80	CL
0000000099	LUCIENE MOREIRA DA SILVA	29/09/1985	**17**	0	36	24	18		78	CL
0000000112	JULIANA BARCELO DA SILVA	07/12/1987	**18**	0	36	21	21		78	CL
0000000103	JUCELIA SILVA DE MORAES	08/08/1988	**19**	0	36	18	24		78	CL
0000000371	JOSELIA ALVES FERREIRA	27/01/1981	**20**	0	32	21	24		77	CL
0000000556	IGOR CAVALCANTE SALES	28/08/2001	**21**	0	28	24	24		76	CL
0000000045	MILLENNA CAVALCANTE SALES	23/07/1999	**22**	0	36	12	27		75	CL
0000000145	ELIZANETE DA COSTA SOUZA MOURA	11/04/1983	**23**	0	32	21	21		74	CL
0000000266	ELIZABETH DA SILVA SANTOS	20/07/1986	**24**	0	32	21	21		74	CL
0000000238	VALDESI DAVID DE MORAES	31/10/1983	**25**	0	28	21	24		73	CL
0000000477	RAFAELA COSTA NEVES	20/10/1989	**26**	0	28	18	27		73	CL
0000000443	GLORINHA ROSA DE SOUZA	04/10/1972	**27**	0	32	12	27		71	CL
0000000319	VANDERLEY RODRIGUES IKUIE KUDU	06/10/1972	**28**	0	32	12	27		71	CL
0000000485	ANA PAULA DE ANDRADE FÉLIX	06/11/1989	**29**	0	32	9	30		71	CL
0000000037	MARIA JOSE MOREIRA SANTOS GUIMARAES	17/09/1978	**30**	0	28	21	21		70	CL
0000000435	MAYKON DANIEL DUARTE SANTOS	29/04/2002	**31**	0	28	21	21		70	CL
0000000261	MIKAELA SANTANA ALVES	15/12/2000	**32**	0	28	18	24		70	CL
0000000164	CARLA APARECIDA ALVES VIEIRA	12/10/1996	**33**	0	28	15	27		70	CL
0000000077	TEREZINHA CARMARGO DA SILVA	17/01/1970	**34**	0	28	12	30		70	CL
0000000308	RONDINELO ALMEIDA ARRUDA	16/10/1985	**35**	0	24	24	21		69	CL
0000000141	MARCILENE SOUSA PINHEIRO	24/08/1968	**36**	0	24	21	24		69	CL
0000000335	MARCOS VINICIOS RIBEIRO ALVES	10/06/1997	**37**	0	32	12	24		68	CL
0000000491	VANUBIA MORAES FILHO	11/02/1978	**38**	0	32	9	27		68	CL
0000000162	ELISMAR SIQUEIRA DOS SANTOS	13/09/1981	**39**	0	32	9	27		68	CL
0000000431	DOMINGAS MOREIRA SANTOS	14/01/1970	**40**	0	24	21	21		66	CL
0000000570	NAIURI MAIELE MESSIAS DA SILVA	28/04/1995	**41**	0	32	15	18		65	CL
0000000040	MARCIA DE FATIMA MALAQUIA BRITO	19/04/1978	**42**	0	28	12	24		64	CL
0000000121	DANIELA DO NASCIMENTO SILVA	10/10/1989	**43**	0	32	12	18		62	CL
0000000325	MARIANA MAUERVERCK VIEIRA	04/06/1996	**44**	0	28	6	27		61	CL
0000000075	DAIANE HELENA TEIXEIRA DA SILVA	12/12/1986	**45**	0	24	12	24		60	CL
0000000532	LUCIA ADRIANA TOMASI	06/02/1974	**46**	0	20	12	27		59	CL
0000000042	GLEUCIA DIAS LEDIO	29/04/1982	**47**	0	28	3	27		58	CL
0000000223	ELIETE VIEIRA DE SOUSA	17/05/1977	**48**	0	24	9	21		54	CL
0000000310	HYASMIN PEREIRA DE ARAÚJO	07/04/2004	**49**	0	28	9	15		52	CL
0000000012	LUCIELY BATISTA DE SOUSA ASSUNÇÃO	13/06/1995	**50**	0	24	6	15		45	RN
0000000412	KELLEM SUZANY DUARTE	14/09/1980	**51**	0	16	6	21		43	RN
0000000177	MARIA AUXILIADORA DE SOUSA	31/12/1970	**52**	0	12	6	24		42	RN
0000000526	SUSANA MORAES ROCHA	04/01/1974	**53**	0	12	6	24		42	RN
0000000084	ELVIUZA GOMES DA SILVA	28/01/1969	**54**	0	20	6	15		41	RN
0000000288	ROBERTO RIBEIRO DE SOUZA	16/06/1982	**55**	0	16	3	21		40	RN
0000000399	NÉLIO PEREIRA DA SILVA	03/08/1967	**56**	0	8	6	21		35	RN
0000000031	ZENILDO DE JESUS BOMFIM	27/12/1984	**57**	0	8	0	18		26	RN
0000000483	ORACINO VICENTE SANTANA	19/07/1965	**58**	0	12	3	9		24	RN
0000000363	ANALIA GOMES ARRUDA	06/03/1967	**59**	0	0	0	0		0	RN
0000000247	CELMA SIRIQUEIRA DA SILVA	11/04/1974	**60**	0	0	0	0		0	RU
0000000018	CLEIDIANE BATISTA DOS SANTOS	07/11/1987	**61**	0	0	0	0		0	RU
0000000190	SEILLA CRISTINI NETO	28/12/1987	**62**	0	0	0	0		0	RU
0000000534	HALANA DIAS FERREIRA	19/11/1999	**63**	0	0	0	0		0	RU
0000000475	RAFAEL VICTOR DUARTE LIMA	02/07/2003	**64**	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 004 - Enfermeiro

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000044	MARIA TEREZA FERREIRA MARMORE	14/04/1979	**1**	36	20	0	18		74	AP
0000000413	ADRIEL ANDRÉ NUNES	18/05/1989	**2**	32	16	0	18	1	67	CL
0000000270	GABRIELLA BUENO SOUSA	31/03/1989	**3**	28	14	0	14	1	57	CL
0000000255	ROGERIO DOS SANTOS	26/12/1976	**4**	32	10	0	14		56	CL
0000000390	RAFAEL UBIDA GROSSI JUNIOR	08/12/1988	**5**	28	12	0	16		56	CL
0000000326	NAIANNE ALVES DE LIMA	08/01/1990	**6**	24	16	0	14	1	55	CL
0000000001	AILSON HENRIQUE MOURA GOMIDES	05/03/1998	**7**	24	14	0	16		54	CL
0000000315	WENDER GONÇALVES COELHO	11/12/1985	**8**	28	12	0	10		50	CL
0000000233	MARIA APARECIDA FERREIRA DE FREITAS	14/07/1986	**9**	24	12	0	14		50	CL
0000000166	CÁSSIA ALVES DA SILVA CARVALHO	09/12/1993	**10**	24	10	0	16		50	CL
0000000357	MIRIAN ARAUJO VIEIRA	30/07/1985	**11**	32	8	0	8		48	RN
0000000265	ROSELIDIA BARROS	09/03/1976	**12**	20	8	0	14		42	RN
0000000006	LUCINEIDE MOTA BELO	03/04/1985	**13**	16	6	0	12		34	RN
0000000324	MARA NELMA VIEIRA ARRAIS	19/06/1973	**14**	4	8	0	12		24	RN
0000000340	IRINEIA CALABRESE	06/03/1984	**15**	0	0	0	0		0	RU
0000000416	TATIANE FELICISSIA DA SILVA	02/04/1987	**16**	0	0	0	0		0	RU
0000000548	MARYANNE BATISTA DA SILVA MARQUES	31/12/1987	**17**	0	0	0	0		0	RU
0000000184	HELEN CRISTINA GONÇALVES PIRES	04/07/1990	**18**	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 005 - Enfermeiro - Zona Rural

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000285	LAURO FERNANDO RIBEIRO	14/10/1986	**1**	16	16	0	20		52	AP
0000000025	GRAZZIELA SOUZA PINHEIRO DE OLIVEIRA	25/11/1996	**2**	28	10	0	12		50	CL
0000000360	GEICIELLEK KHAUANY DE MELLO IZEPPI	12/09/2000	**3**	24	10	0	16		50	CL

0000000082	MYSMARA CAMPOS DE CARVALHO	21/02/1994	4	24	12	0	10		46	RN
0000000547	DANILO VILELA BARROS	28/12/1979	5	20	14	0	10		44	RN
0000000209	SANDRA RODRIGUES DE MORAES	18/10/1976	6	16	10	0	12	1	39	RN
0000000508	WAGNER BORGES DA PAZ	05/08/1974	7	16	6	0	14	1	37	RN
0000000361	KAREN CAMILA BARZOTTO LEÃO	25/06/1991	8	20	4	0	10		34	RN
0000000174	WANDERLEY ALMEIDA DA PAIXAO	20/10/1977	9	0	0	0	0		0	RU
0000000583	WELLINGTON SOUZA BRANDAO	09/06/1995	10	0	0	0	0		0	RU
Cargo: 006 - Guarda										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000559	FABIO LIMA LIBERALESSO	17/04/1981	1	0	36	24	30		90	AP
0000000014	INEIS GOMES DE SOUZA	27/02/1987	2	0	40	21	27		88	AP
0000000332	JOAQUIM FERREIRA NETO	20/08/1968	3	0	36	24	27		87	AP
0000000115	FERNANDO CARLOS AYRES DE ALMEIDA	22/11/1989	4	0	36	24	27		87	CL
0000000427	MURIEL AUGUSTO GONÇALVES DE ARAÚJO	15/04/2004	5	0	36	24	27		87	CL
0000000492	MARCOS VELOSO OLIVEIRA	06/06/1984	6	0	32	27	27		86	CL
0000000458	ALEX LEITE CARVALHO	08/08/1975	7	0	36	21	27		84	CL
0000000128	FERNANDO HENRIQUE SOARES CARDOSO VIEIRA	13/11/1989	8	0	36	21	27		84	CL
0000000528	MARCOS GLEYB OLIVEIRA DA SILVA	09/01/1975	9	0	36	24	21		81	CL
0000000490	ROGERIO BALBINO MARTINS	26/10/1980	10	0	32	24	24		80	CL
0000000163	MIGUEL VITORIO GOIS MENDONÇA	01/02/2005	11	0	32	24	24		80	CL
0000000186	WICKYTOR WINNICIOS DE SOUSA VILELA	20/04/1987	12	0	28	24	27		79	CL
0000000172	EDINIR BATISTA FILHO	24/08/1968	13	0	28	21	30		79	CL
0000000429	ANTONIO MOREIRA DA SILVA	13/06/1979	14	0	36	21	21		78	CL
0000000424	THAIS DUARTE PEREIRA	25/09/1993	15	0	36	21	21		78	CL
0000000111	WIRIK DIEF ALVES DA SILVA	05/05/1995	16	0	36	21	21		78	CL
0000000549	PAULO WAGNER DE SOUSA	05/04/1976	17	0	32	21	24		77	CL
0000000226	LEANDRO PEREIRA LIMA	06/02/1980	18	0	28	24	24		76	CL
0000000386	LUAN LIMA GOMES	05/07/2002	19	0	36	21	18		75	CL
0000000561	ELEANDRO MATIAS DA SILVA JUNIOR	07/10/1994	20	0	36	18	21		75	CL
0000000341	IGOR FERREIRA DE ARAUJO	17/08/1997	21	0	32	24	18		74	CL
0000000061	THIAGO ARAUJO DA SILVA	13/11/1986	22	0	28	21	24		73	CL
0000000482	RODRIGO DANILO RODRIGUES BARROS	21/12/1983	23	0	32	21	18		71	CL
0000000440	KAUARA DE ALMEIDA LARA PEREIRA	21/07/1990	24	0	32	12	27		71	CL
0000000020	ALEFY PEREIRA LIMA	12/09/1998	25	0	28	21	21		70	CL
0000000420	MARCOS VAGNER DE CARVALHO	20/06/1989	26	0	36	21	12		69	CL
0000000389	RENATO COSTA DA SILVA	07/07/1988	27	0	24	24	21		69	CL
0000000358	ESIO BENTO DE AGUIAR	30/12/1961	28	0	32	12	24		68	CL
0000000028	EVA CRISTINA LAURENTINO DA COSTA	24/01/1972	29	0	32	15	21		68	CL
0000000459	DIVINO MOREIRA SANTOS	02/10/1971	30	0	32	12	24		68	CL
0000000039	GILBERTO GUIMARAES	27/08/1976	31	0	24	18	24		66	CL
0000000415	YGOR ALVES MENEZES	13/08/1997	32	0	32	18	15		65	CL
0000000110	JEFERSON VALE DA SILVA	03/01/1997	33	0	32	15	18		65	CL
0000000108	CELIA CRISTINA VIANA FERREIRA	16/12/1976	34	0	32	15	15		62	CL
0000000410	WISLAINY DE OLIVEIRA NERES VIEIRA	16/07/1999	35	0	32	12	18		62	CL
0000000117	ELIO DIAS DA SILVA	28/07/1976	36	0	20	21	21		62	CL
0000000546	PAULO FRANCISCO QUEIROZ	02/04/1976	37	0	28	21	12		61	CL
0000000318	JUNIOR DOS SANTOS ARAUJO	03/06/1996	38	0	28	15	18		61	CL
0000000454	SANDRO MARETH PEREIRA DE ALMEIDA	27/12/1976	39	0	24	15	21		60	CL
0000000554	EVANDRO ARRAIS DE CARVALHO	16/03/1975	40	0	20	21	18		59	CL
0000000088	WESLEY SANTOS MARQUES	28/01/1999	41	0	24	18	15		57	CL
0000000378	EMIDIO SOUSA SILVA	01/05/1976	42	0	24	12	21		57	CL
0000000114	JOSE SOUZA COSTA	23/08/1963	43	0	20	12	24		56	CL
0000000003	JHEYZON DANILO DE SOUZA PENA	26/08/1994	44	0	20	12	24		56	CL
0000000170	ROSA ELIANE GOMES DE SOUZA	23/08/1975	45	0	28	12	15		55	CL
0000000218	JAIRO RODRIGUES DE MORAIS	10/03/1979	46	0	24	15	15		54	CL
0000000095	CLEIDINEY MOREIRA DA SILVA	08/01/1978	47	0	20	21	12		53	CL
0000000101	NAYSA MARTINS BARBOSA	25/11/1996	48	0	20	15	18		53	CL
0000000273	ALEAMES LEANDRO FERNANDES	07/08/1984	49	0	12	15	21		48	RN
0000000207	LARISSA PEREIRA FERNANDES	26/10/1998	50	0	20	9	3		32	RN
0000000402	VALDIVINO CAMARGO ALVES	14/02/1982	51	0	16	6	6		28	RN
0000000127	MARIO PEREIRA DE JESUS	12/08/1976	52	0	0	0	0		0	RU
0000000329	JANAINA SUZE FAUSTINO DA SILVA	18/11/1980	53	0	0	0	0		0	RU
0000000328	EVERTON MOREIRA LAURIANO	09/11/1996	54	0	0	0	0		0	RU
0000000165	RHAFAEL CAMARGO DOS SANTOS	03/09/1999	55	0	0	0	0		0	RU
0000000171	RENATO AUGUSTO GOMES DA SILVA	18/06/2001	56	0	0	0	0		0	RU
0000000092	CARLOS DANIEL DA SILVA MOURÃO	04/02/2003	57	0	0	0	0		0	RU
Cargo: 007 - Motorista - Sec. Educação										
Inscrição	**Nome**	**Nascimento**	**Col**	**E**	**P**	**M**	**G**	**T**	**Total**	**Sit**
0000000333	ALCEU DOS SANTOS	16/09/1984	1	0	36	24	21		81	AP
0000000195	CLAUDIO LEITE DE CARVALHO	10/04/1968	2	0	36	15	27		78	AP
0000000219	RHONEYBER GONÇALVES BARBOSA	20/12/1978	3	0	28	21	21		70	AP
0000000520	RENATO DOS REIS VERON	23/07/1975	4	0	28	15	27		70	AP
0000000467	AUDIO LEITE GUIMARAES	08/10/1966	5	0	32	18	18		68	CL
0000000468	LEANDRO PEREIRA DUARTE	10/11/1987	6	0	20	21	24		65	CL

0000000538	ARMANDO RODRIGUES TEIXEIRA DE SOUSA DA SILVA FILHO	22/07/1990	7	0	28	18	18		64	CL
0000000189	TIAGO DE JESUS ANDRADE	26/11/1992	8	0	24	18	21		63	CL
0000000245	ELIZABETE VICENTE DE OLIVEIRA	16/11/1976	9	0	24	18	18		60	CL
0000000116	CLEUDES ETERNO DA SILVA	11/09/1988	10	0	24	18	18		60	CL
0000000005	MURILLO DAVID DE MORAES	25/01/1989	11	0	20	15	18		53	CL
0000000374	LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA	25/08/1959	12	0	12	15	21		48	RN
0000000463	FÁBIO GUEDES SILVEIRA	28/05/1979	13	0	0	0	0		0	RU
0000000531	LEANDRO LUIZ PIZZOLATTO	03/12/1979	14	0	0	0	0		0	RU
0000000188	JOSUE CAETANO DA SILVA JUNIOR	11/04/1992	15	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 008 - Motorista - Sec. Administração

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000359	RENAN REIS DE SOUZA CARNEIRO LEÃO	06/01/2001	1	0	36	27	24		87	AP
0000000167	MARCOS VINICIOS FERREIRA CARVALHO	23/02/1995	2	0	36	24	21		81	AP
0000000136	RAQUEL SANTANA TEIXEIRA	31/01/1992	3	0	36	21	24		81	CL
0000000337	LAERTE CARNEIRO LEAO JUNIOR	22/05/1954	4	0	24	27	24		75	CL
0000000557	CARLOS EDUARDO LEITE DE LIMA	04/08/1999	5	0	24	27	24		75	CL
0000000345	AERTON GUEDES SÁ	19/06/1970	6	0	32	21	21		74	CL
0000000305	FLÁVIO AUGUSTO DE OLIVEIRA COSTA	19/09/1999	7	0	32	18	18		68	CL
0000000032	GABRIELA SOUZA PINHEIRO PEREIRA	14/09/1994	8	0	28	18	21		67	CL
0000000222	FABRICIO VIEIRA DE ARAUJO	25/10/1999	9	0	28	18	18		64	CL
0000000571	EDRIANO BARBOSA DE MORAES	24/09/1986	10	0	16	21	27		64	CL
0000000280	RAWAN JUNIOR BISPO SANTANA	02/12/2002	11	0	24	24	15		63	CL
0000000411	CLAUDIO SOBRINHO CUNHA FERREIRA	26/10/2001	12	0	24	21	18		63	CL
0000000514	ATHOS VINICIUS LOPES FERREIRA	16/03/2002	13	0	20	24	18		62	CL
0000000537	DIEGO ALEX SILVA LOPES	01/08/1997	14	0	28	18	15		61	CL
0000000527	VINICIUS MORAES ROCHA DOS SANTOS	17/01/1994	15	0	28	12	21		61	CL
0000000502	SERGIO ALVINO DE SOUSA	11/03/1972	16	0	20	12	24		56	CL
0000000461	DONIZETE VILELA DE MORAES FILHO	21/07/1993	17	0	24	15	15		54	CL
0000000422	LUIZ GUSTAVO PAZ GOUVEIA NERIS	11/05/1996	18	0	24	9	18		51	CL
0000000183	JESSICA MUNIZ SANTOS	10/02/1993	19	0	28	6	15		49	RN
0000000133	NATANAEL SANTOS FREITAS	09/06/1987	20	0	8	15	24		47	RN
0000000362	WELITON SILVA CARVALHO	29/11/1987	21	0	16	12	18		46	RN
0000000391	AILTON FRANCISCO AGUIAR JUNIOR	18/02/1991	22	0	24	12	9		45	RN
0000000499	ALEX SANDRO LEANDRO FERNANDES	08/02/1986	23	0	20	9	15		44	RN
0000000143	FLAVIO MAGNO DA SILVA MATOS	17/11/1982	24	0	0	0	0		0	RU
0000000235	MAX BUENO DE ALMEIDA	28/10/1983	25	0	0	0	0		0	RU
0000000125	ROMÁRIO DE OLIVEIRA SILVA	15/09/1991	26	0	0	0	0		0	RU
0000000580	AUGUSTO PEREIRA SILVA	25/08/1995	27	0	0	0	0		0	RU
0000000240	GLEISON LUCAS VIEIRA DE OLIVEIRA	24/10/1996	28	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 009 - Professor - Sec. Educação

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000519	LILIAN APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES	01/01/1985	1	40	20	0	14	1	75	AP
0000000060	LUCIVANIA TELES SILVA	20/07/1994	2	44	12	0	16	1	73	AP
0000000455	LEILA MARTINS DA SILVA PEREIRA	25/04/1978	3	36	16	0	18	1	71	AP
0000000010	ENILDIS CARDOSO LAURIANO	27/12/1983	4	40	14	0	14	1	69	AP
0000000408	EDINEIA MENDES BATISTA	27/11/1993	5	32	20	0	16	1	69	CL
0000000193	ANNA PAULA LINS BRANDÃO	31/05/1982	6	36	18	0	14		68	CL
0000000043	SILVIANE CAVALCANTE DA SILVA SALES	25/12/1979	7	40	8	0	16	1	65	CL
0000000292	IVANA MARIA SALES ARRUDA DOS SANTOS	23/06/1997	8	32	14	0	18		64	CL
0000000019	ELAINE MARIA DE SOUZA	18/08/1989	9	28	16	0	18	1	63	CL
0000000058	DEYVILY ALVES TAPETY	06/09/1978	10	32	12	0	12	1	57	CL
0000000306	ELOIZA ALVES MARTINS	05/11/1964	11	28	12	0	16	1	57	CL
0000000312	GLAYSE DE JESUS GERMANO	02/07/1992	12	32	14	0	10		56	CL
0000000522	TATIANE COSTA RIBEIRO	27/07/1983	13	32	10	0	14		56	CL
0000000243	JOICIELE HELENA BARATTO	02/07/1990	14	28	14	0	14		56	CL
0000000524	WESLAINE RIBEIRO DA SILVA	06/05/1985	15	28	12	0	16		56	CL
0000000541	CHRISTIANE LOPES DE SOUZA	25/03/1987	16	32	12	0	10	1	55	CL
0000000217	AUDISLENE SILVERIA BABOSA LEMOS	04/02/1969	17	24	10	0	20	1	55	CL
0000000237	MARIA IVANILDES TORRES SERRÃO	26/02/1978	18	32	8	0	14		54	CL
0000000383	SUZANA SOUSA SILVA	26/04/1987	19	28	10	0	16		54	CL
0000000350	TALITA ANDRADE DE SOUZA FURQUIM	05/03/1990	20	24	18	0	12		54	CL
0000000008	ISABELA ARAUJO AIRES	19/04/1994	21	24	14	0	16		54	CL
0000000446	LILIAN TEIXEIRA DOS SANTOS	28/12/1980	22	24	10	0	18	1	53	CL
0000000525	ELAINE ROSA DA SILVA	09/08/1984	23	28	12	0	12		52	CL
0000000375	ÉRICA FRANCISCA BORGES	14/11/1983	24	24	16	0	12		52	CL
0000000555	CLAUDIA DOS SANTOS	26/01/1987	25	24	12	0	16		52	CL
0000000137	ELIANE MELO BEZERRA RODRIGUES	16/02/1991	26	20	14	0	18		52	CL
0000000346	LEILA VIEIRA DE SOUSA	19/01/1976	27	24	12	0	14	1	51	CL
0000000498	LUZIA GOMES FERREIRA	25/09/1977	28	24	12	0	14	1	51	CL
0000000297	CLEIDILAINE VIEIRA DE JESUS	01/07/1979	29	24	12	0	14	1	51	CL
0000000159	SUELE FERNANDA DESTRI	14/01/1982	30	28	8	0	14		50	CL
0000000070	PAULA REGINA DE SOUZA FERREIRA	04/10/1982	31	20	14	0	16		50	CL
0000000024	LUCIANE ROCHA LIMA	22/05/1994	32	16	16	0	16		48	RN
0000000381	MARCIA RODRIGUES DA COSTA	30/11/1981	33	24	12	0	10		46	RN

0000000231	GISELE RODRIGUES CUNDE	05/05/1994	**34**	20	16	0	10		46	RN
0000000533	SCHEILA DE JESUS BASTOS	01/04/1982	**35**	20	10	0	16		46	RN
0000000495	ELAINE RODRIGUES SALES	13/03/1994	**36**	24	8	0	12	1	45	RN
0000000560	NEILA DOMINGOS LUIZ	28/02/1979	**37**	20	12	0	12	1	45	RN
0000000225	JOICE DOS SANTOS CORREA	09/12/1988	**38**	12	12	0	20	1	45	RN
0000000476	ANTONIA RODRIGUES DE SOUSA	13/06/1971	**39**	16	12	0	16		44	RN
0000000493	ALESSANDRA LIRA DA SILVA	25/03/1981	**40**	16	12	0	14	1	43	RN
0000000053	KELEN ALESANDRA DOS SANTOS QUEIROZ	30/09/1984	**41**	16	12	0	14	1	43	RN
0000000562	LAYS PEREIRA DE LACERDA	03/03/1991	**42**	20	10	0	12		42	RN
0000000321	NATALY DAIANE MARTINS DA SILVA KALIL	09/11/1997	**43**	16	8	0	16	1	41	RN
0000000405	HÉLEM CRISTINA SOUZA FERREIRA	24/06/1976	**44**	20	6	0	14		40	RN
0000000313	MARINA SOUZA RESENDE	30/03/1992	**45**	12	12	0	16		40	RN
0000000262	ROZILENE RODRIGUES RIBEIRO	02/05/1979	**46**	20	10	0	8	1	39	RN
0000000334	MARLEIDE RODRIGUES DE SOUSA MORAES	10/03/1963	**47**	16	8	0	12		36	RN
0000000530	RISOLETA ALVES MESSIAS	18/06/1986	**48**	16	8	0	12		36	RN
0000000291	VALDECI MARQUES MEDRADO	09/12/1976	**49**	12	14	0	10		36	RN
0000000299	CLEIDE RODRIGUES FLORES	14/12/1985	**50**	12	6	0	16		34	RN
0000000250	LAURA SILVA DE ALMEIDA	06/11/1983	**51**	12	8	0	12	1	33	RN
0000000370	LUCLIA MAGDA BORGES	10/03/1965	**52**	0	0	0	0		0	RU
0000000567	DOMINGAS LIMA DOS SANTOS	10/03/1974	**53**	0	0	0	0		0	RU
0000000224	CLAUDIA ARAUJO ALVES	09/10/1976	**54**	0	0	0	0		0	RU
0000000139	AURILENE CUNHA	11/05/1977	**55**	0	0	0	0		0	RU
0000000322	EUGENIO MARCOS DE SEOUSA	18/06/1978	**56**	0	0	0	0		0	RU
0000000462	GLAUCIA BORGES GOMES	09/02/1981	**57**	0	0	0	0		0	RU
0000000331	DANIELA ANTUNES DA SILVA	26/10/1981	**58**	0	0	0	0		0	RU
0000000251	ISRAEL COSTA LIMA	21/06/1982	**59**	0	0	0	0		0	RU
0000000229	NÁDIA APARECIDA DAMASCENO	19/11/1984	**60**	0	0	0	0		0	RU
0000000258	FABIANE BORGES DE SOUZA	14/08/1985	**61**	0	0	0	0		0	RU
0000000134	KLEBER ARAUJO DA CRUZ	23/01/1986	**62**	0	0	0	0		0	RU
0000000276	DANIELA REGINA MENDES DANTAS	17/05/1989	**63**	0	0	0	0		0	RU
0000000023	CHARLES MULLER PEREIRA CARDOSO	02/02/1997	**64**	0	0	0	0		0	RU

Cargo: 010 - Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Nascimento	Col	E	P	M	G	T	Total	Sit
0000000575	FABIO VICENTE ALVES	20/08/1977	**1**	36	12	6	8		62	AP
0000000029	LAURA DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA	26/05/1979	**2**	36	14	4	6		60	AP
0000000091	CLAUDIA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	14/06/1980	**3**	36	12	6	6		60	CL
0000000119	CLÉIA DA SILVA BARROS	15/09/1974	**4**	28	16	8	6		58	CL
0000000536	LARISSA CRISTHINA DE OLIVEIRA ROHDEN	31/12/1996	**5**	28	12	8	4		52	CL
0000000073	CHARLES ALVES DA SILVA	07/02/1997	**6**	24	16	6	4		50	CL
0000000396	MONICA MARTA FERREIRA DOS SANTOS	09/08/1985	**7**	24	14	8	4		50	CL
0000000428	ÂNGELA APARECIDA MOREIRA LIMA	11/10/1994	**8**	28	12	4	4		48	RN
0000000303	LUBIA RIBEIRO DE BARROS	24/03/1982	**9**	28	8	6	6		48	RN
0000000569	FRANCIELLEN ALVES NASCIMENTO VELOSO	28/04/1992	**10**	20	14	6	6		46	RN
0000000304	WALAS NONATO DA GUARDA BRITO	29/07/1986	**11**	28	8	4	2		42	RN
0000000211	UANIA PATRICIA ALVES DE MORAES	11/05/1991	**12**	16	12	6	6		40	RN
0000000202	ROSICLENE DE SOUSA BRITO	26/08/1976	**13**	12	12	6	6		36	RN
0000000063	VALERIA CRISTINA DE SOUZA CASTANON	28/01/1971	**14**	16	10	0	2		28	RN
0000000385	DEUSINA GOMES DA LUZ	20/12/1963	**15**	0	0	0	0		0	RU
0000000074	ROSÂNGELA CANDIDA REZENDE	30/07/1978	**16**	0	0	0	0		0	RU
0000000481	JUSSIMARIA ROSA RIOS	07/12/1982	**17**	0	0	0	0		0	RU
0000000118	ELIANE RIBEIRO CARDOSO	11/12/1991	**18**	0	0	0	0		0	RU

LEGENDA: AP:APROVADO / CL:CLASSIFICADO / RN:REPROVADO POR NOTA / RU:AUSENTE/ E:CONHEC. ESPECÍFICO / P:PORTUGUÊS / G:CONHEC. GERAIS / M:MATEMÁTICA / T:TÍTULO / RE:ELIMINADO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT

GABARITO OFICIAL PÓS-RECURSOS

PROVAS ESCRITAS REALIZADAS DIA 09/10/2022

ANEXO II

Nº.	Cargo	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
01	Agente Administrativo	B	A	D	A	D	A	A	C	B	C	A	C	A	D	***C***	A	D	B	B	C	B	C	A	B	C	D	A	D	B	A	D	D	B	C	C
02	Apoio - Sec. Educação	B	C	C	D	A	C	B	D	A	C	C	D	B	*N*	C	D	C	D	B	C	A	D	A	C	B	D	C	B	D	A					
03	Auxiliar de Serviços Gerais	D	C	B	C	A	D	B	C	B	D	A	C	A	D	C	D	B	B	A	C	D	B	C	B	A	D	A	D	B	A					
04	Enfermeiro	D	C	D	A	B	C	B	C	A	A	B	D	C	A	D	B	B	C	A	D	A	A	C	D	B	B	B	C	D	D	C	A	D	B	A
05	Enfermeiro - Zona Rural	D	C	D	A	B	C	B	C	A	A	B	D	C	A	D	B	B	C	A	D	A	A	C	D	B	B	B	C	D	D	C	A	D	B	A
06	Guarda	B	C	C	D	A	C	B	D	A	C	C	D	B	*N*	C	D	C	D	B	C	A	D	A	C	B	D	C	B	D	A					
07	Motorista - Sec. Educação	B	C	C	D	A	C	B	D	A	C	C	D	B	*N*	C	D	C	D	B	C	A	D	A	C	B	D	C	B	D	A					
08	Motorista - Sec. Administração	B	C	C	D	A	C	B	D	A	C	C	D	B	*N*	C	D	C	D	B	C	A	D	A	C	B	D	C	B	D	A					
09	Professor - Sec. Educação	D	C	D	A	B	C	B	C	A	A	B	D	C	A	D	B	B	C	A	D	A	B	A	B	D	C	A	B	C	B	D	B	C	A	A
10	Técnico de Enfermagem	B	A	D	A	D	A	A	C	B	C	A	C	A	D	D	A	D	B	B	C	C	D	B	A	A	C	A	D	D	B	C	A	B	A	C

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT

JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

ANEXO III

001 - AGENTE ADMINISTRATIVO

Código: **7880** Nome: **DIEGO FERREIRA LIMA** Data Envio: **13/10/2022**

Descrição: Venho por meio desde apresentar recurso contra a questão 26, no qual, se encontra na área de conhecimentos específicos. A questão em especial traz o seguinte enunciado: "Há um principio administrativo que determina que é vedado à autoridade administrativa deixar de tomar providências ou retardar providências que são relevantes ao atendimento do interesse público, segundo critério de razoável adequação dos meios aos fins é o princípio da:". Sendo assim, o gabarito preliminar diz ser a resposta correta a letra "C", princípio da publicidade. É neste momento que se encontra o erro, o enunciado leva a questão para outro entendimento diferente do princípio da publicidade. De forma didática e rápida, compreende-se princípio da publicidade: O Princípio da Publicidade é o quarto principio da Administração Pública e veio para acabar com a obscuridade emanada do Poder Público. Consiste na publicidade de todos os atos da Administração, sendo acessíveis para que todos possam ter ciência e controlar as ações deste poder. Por meio deste princípio o ato possui condições de desencadear seus efeitos. (AMARAL). Portando, tal princípio descrito pela banca como correto para a questão, não se enquadra no texto legal e a finalidade do mesmo, que para tal é dar publicidade aos Atos Administrativos, acabar com a obscuridade que a norma traz. Outra coisa em analise é, as demais alternativas deixadas pela banca examinadora, nenhuma se enquadra no comando da questão, sendo assim totalmente errônea e com erro material, onde é impossível determinar com precisão qual seria a alternativa correta. O rol dos princípios administrativos pode ser encontrado no art. 37 da Constituição Federal do Brasil. REFERÊNCIAS. https://jus.com.br/artigos/48769/o-principio-da-publicidade-no-direito-administrativo. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Nro Questão: 1 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso relativo à questão de nº 26 indeferido. Resposta Fundamentada: O presente recurso não assiste razão ao recorrente. O candidato equivocou-se ao observar corretamente a divulgação da letra do gabarito preliminar da referida questão, para a correta motivação da interposição do presente recurso, então vejamos: O recorrente alega que a questão deve ser anulada por supostamente o gabarito preliminar indicar a alternativa C) Princípio da Publicidade. No entanto, o que foi divulgado como alternativa correta foi a Letra D) "Princípio da indisponibilidade do interesse público"; cujo conceito e amplamente difundido entre os especialistas sobre o tema. Neste caso, por exemplo, trata-se da literalidade do conceito apresentado pela autora Odete Medauar na 20ª edição da obra Direito administrativo moderno, publicada pela editora Revista dos Tribunais em 2018. Isto posto, indeferimos o recurso.

Código: **7879** Nome: **LARISSA DE OLIVEIRA VERON** Data Envio: **13/10/2022**

Descrição: Solicito alteração de gabarito da questão 15. RESOLUÇÃO: C(CARROS) e M (MOTOCICLETAS) C/M = 3/5 81/M = 3/5 3M= 405 M= 135 C+M = ? 81 + 135= 216 Desta forma, como demonstrado, o total de veículos (carros + motocicletas) nesse estacionamento é 216. Portanto, o gabarito correto é a alternativa C.

Nro Questão: 15 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para mudança da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, constatou-se erro de transcrição de gabarito, pois o total de veículos (carros + motocicletas) é: 81 + 135 = 216 veículos. Sendo assim, deferimos o recurso para mudança da letra D) para a única alternativa correta, a "LETRA C)".

Código: **7872** Nome: **ELDYS SILVA VALADAO** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: SOLICITO ALTERAÇÃO DE GABARITO PARA A ALTERNATIVA "C" VISTO QUE ESTA É A OPÇÃO CORRETA PARA A QUESTÃO 15. É UMA REGRA DE TRÊS SIMPLES, ONDE TEM-SE 81 CARROS+135 MOTOCICLETAS=TOTAL 216 VEÍCULOS. CARROS ESTÁ PARA MOTOCICLETAS ASSIM COMO 3 ESTÁ PARA 5, SENDO O TOTAL DE CARROS 81. C --- M 3 --- 5 81--- X 3X=5.81 =>3X=405 => X=405/3 => X=135 MOTOS+81 CARROS=216 VEÍCULOS

Nro Questão: 15 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para mudança da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, constatou-se erro de transcrição de gabarito, pois o total de veículos (carros + motocicletas) é: 81 + 135 = 216 veículos. Sendo assim, deferimos o recurso para mudança da letra D) para a única alternativa correta, a "LETRA C)".

Código: **7870** Nome: **MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: A alternativa correta seria letra C. Pois 3/5 é a razão ente carros e motos e o total de carros é 81. Sendo assim 60% corresponde ao número de carros. Colocando na regra de três fica um total de 135 motos + 81 carros = 216 veículos. Outra forma de resolver seria 81/3 = 27 x 5 = 135 motos + 81 carros = 216 veículos.

Nro Questão: 15 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para mudança da letra do gabarito. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, constatou-se erro de transcrição de gabarito, pois o total de veículos (carros + motocicletas) é: 81 + 135 = 216 veículos. Sendo assim, deferimos o recurso para mudança da letra D) para a única alternativa correta, a "LETRA C)".

Código: **7877** Nome: **DIEGO FERREIRA LIMA** Data Envio: **12/10/2022**

Descrição: Venho por meio desde apresentar recurso contra a questão 26, no qual, se encontra na área de conhecimentos específicos. A questão em especial traz o seguinte enunciado: "Há um principio administrativo que determina que é vedado à autoridade administrativa deixar de tomar providências ou retardar providências que são relevantes ao atendimento do interesse público, segundo critério de razoável adequação dos meios aos fins é o princípio da:". Sendo assim, o gabarito preliminar diz ser a resposta correta a letra "C", princípio da publicidade. É neste momento que se encontra o erro, o enunciado leva a questão para outro entendimento diferente do princípio da publicidade. De forma didática e rápida, compreende-se princípio da publicidade: O Princípio da Publicidade é o quarto principio da Administração Pública e veio para acabar com a obscuridade emanada do Poder Público. Consiste na publicidade de todos os atos da Administração, sendo acessíveis para que todos possam ter ciência e controlar as ações deste poder. Por meio deste princípio o ato possui condições de desencadear seus efeitos. (AMARAL). Portando, tal princípio descrito pela banca como correto para a questão, não se enquadra no texto legal e a finalidade do mesmo, que para tal é dar publicidade aos Atos Administrativos, acabar com a obscuridade que a norma traz. Outra coisa em analise é, as demais alternativas deixadas pela banca examinadora, nenhuma se enquadra no comando da questão, sendo assim totalmente errônea e com erro material, onde é impossível determinar com precisão qual seria a alternativa correta. O rol dos princípios administrativos pode ser encontrado no art. 37 da Constituição Federal do Brasil. REFERÊNCIAS. https://jus.com.br/artigos/48769/o-principio-da-publicidade-no-direito-administrativo. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Nro Questão: 26 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: O presente recurso não assiste razão ao recorrente. O candidato equivocou-se ao observar corretamente a divulgação da letra do gabarito preliminar da referida questão, para a correta motivação da interposição do presente recurso, então vejamos: O recorrente alega que a questão deve ser anulada por supostamente o gabarito preliminar indicar a alternativa C) Princípio da Publicidade. No entanto, o que foi divulgado como alternativa correta foi a Letra D) "Princípio da indisponibilidade do interesse público"; cujo conceito e amplamente difundido entre os especialistas sobre o tema. Neste caso, por exemplo, trata-se da literalidade do conceito apresentado pela autora Odete Medauar na 20ª edição da obra Direito administrativo moderno, publicada pela editora Revista dos Tribunais em 2018. Isto posto, indeferimos o recurso.

---

002 - APOIO - SEC. EDUCAÇÃO

Código: **7869** Nome: **FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: A questão 14 do cargo:02-Apoio- Sec. Educação, é uma questão que pedi a média aritmética dos números 3,21,45 e 68. fazenda a soma dos números 3+21+45+68= 137 137 dividido por 4 que é a quantidade de número para realizar a média dá 34,25 na prova não tem opção, tem 32, 35,43 e 28.

Nro Questão: 1 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 14. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, de fato houve um erro de digitação no comando da referida questão, pois a média aritmética resulta da divisão entre a soma dos números de uma lista e a quantidade de números somados, isto é: ou invés de (3+21+45+68)/4=34,25 o correto seria (6+21+45+68)/4=35. Por essa razão, a questão ficou sem resposta correta. Diante do exposto, deferimos o recurso, anulando a presente questão, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação questão de nº 14 de matemática.

---

003 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Código: **7875** Nome: **DÉBORA ALVES DE SOUZA SILVA** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: A questão 7 se refere ao que o texto mostra e claramente mostra os efeitos que se tem quando a pitu é consumida. Em momento alguém a pergunta se refere a propaganda como um todo e sim ao texto. Por favor solicito que revejam esse gabarito. Gostaria de relatar também sobre os fiscais da aplicação da prova, todos eles são trabalhadores da própria prefeitura. Na questão 8 se refere a frase cantou Wando no karaoke e diz pra assinalar a alternativa com as mesmas características. Nas opções creio que a mais correta seja cantou uma canção. Aguardo retorno. Obrigada

Nro Questão: 1 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A questão faz referência à identificação de uma propaganda. Uma propaganda é caracterizada pelo anúncio de um produto, as características dele, aliados a uma foto quando possível. Não há como apresentar um produto em uma propaganda, somente com o que se pode fazer dele. Diante disso, indeferimos o recurso.

Código: **7873** Nome: **WISBLER CAENEIRO LEAO NEPOMUCENO** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: Na prova as questão 6 a 10..estão dizendo para que leia a propaganda abaixo e faça que é pedido...bem ela já afirma que é uma propaganda e nela tem o texto afirmando que...mas que a cachaça era pitu você se lembra..e mostra sua foto com nome pitu tbm.....ele só cantou Windows no karaoke..dançou maçaneta.. pulou sem roupa na piscina e chorou no ombro de um desconhecido por que consumiu o produto que é a aguardente do nome pitu...esse que está na propaganda... aí a questão 7 pede a seguinte maneira....O texto é uma propaganda.pois; mostra o que se faz quando o produto é consumido... o texto já diz mas que a cachaça era pitu vc se lembra....então a resposta certa seria a letra d....é não a resposta b..pois tbm as 2 poderia estar certa..mais mais correta é ke a letra d..pois ele des tudo isso no texto por ter consumido ah pitu.

Nro Questão: 7 Data Resposta: 21/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: Uma propaganda é caracterizada pelo anúncio de um produto, as características dele, aliados a uma foto quando possível. Não há como apresentar um produto em uma propaganda, somente com o que se pode fazer dele. Sendo assim, indeferimos o recurso.

Código: **7874** Nome: **DÉBORA ALVES DE SOUZA SILVA** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: A questão 7 se refere ao que o texto mostra e claramente mostra os efeitos que se tem quando a pitu é consumida. Em momento alguém a pergunta se refere a propaganda como um todo e sim ao texto. Por favor solicito que revejam esse gabarito. Gostaria de relatar também sobre os fiscais da aplicação da prova, todos eles são trabalhadores da própria prefeitura. Na questão 8 se refere a frase cantou Wando no karaoke e diz pra assinalar a alternativa com as mesmas características. Nas opções creio que a mais correta seja cantou uma canção. Aguardo retorno. Obrigada

Nro Questão: 7 Data Resposta: 21/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A questão faz referência à identificação de uma propaganda. Uma propaganda é caracterizada pelo anúncio de um produto, as características dele, aliados a uma foto quando possível. Não há como apresentar um produto em uma propaganda, somente com o que se pode fazer dele. Por esse motivo, indeferimos o recurso.

Código: **7876** Nome: **WISBLER CAENEIRO LEAO NEPOMUCENO** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: .Boa tarde..a questão 8 tá pedindo assinale a alternativa que contenha uma frase com as mesmas características..pois afirmo que a letra b é uma características tbm..cantou uma canção e tbm uma características..não vejo que a resposta de vcs que foi a letra C seja correta..pois assistir Silvio Santos não é uma características..pois eles não tem programa de gente cantando.

Nro Questão: 8 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: A questão faz referência à identificação de uma propaganda. Uma propaganda é caracterizada pelo anúncio de um produto, as características dele, aliados a uma foto quando possível. Não há como apresentar um produto em uma propaganda, somente com o que se pode fazer dele. Assistiu "Sílvio Santos", significa ter assistido a um programa apresentado por Sílvio Santos. Diante do exposto, indeferimos o recurso.

---

006 - GUARDA

Código: **7871** Nome: **THAIS DUARTE PEREIRA** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: As opções de resposta não batem com o resultado da equação!

Nro Questão: 14 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 14. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, de fato houve um erro de digitação no comando da referida questão, pois a média aritmética resulta da divisão entre a soma dos números de uma lista e a quantidade de números somados, isto é: ou invés de (3+21+45+68)/4=34,25 o correto seria (6+21+45+68)/4=35. Por essa razão, a questão ficou sem resposta correta. Diante do exposto, deferimos o recurso, anulando a presente questão, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação questão de nº 14 de matemática.

Código: **7868** Nome: **MARCOS VELOSO OLIVEIRA** Data Envio: **11/10/2022**

Descrição: A questão pede a média aritimetica dos números 3,21,45 e 68. A média aritmética dessa sequência é 34,25. Portanto não consta essa opção no caderno de prova, sendo assim e por se tratar de uma prova objetiva, a questão deve ser anulada, pois não se pediu o valor aproximado, e dentre as opções não consta o resultado correto.

Nro Questão: 14 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 14. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, de fato houve um erro de digitação no comando da referida questão, pois a média aritmética resulta da divisão entre a soma dos números de uma lista e a quantidade de números somados, isto é: ou invés de (3+21+45+68)/4=34,25 o correto seria (6+21+45+68)/4=35. Por essa razão, a questão ficou sem resposta correta. Diante do exposto, deferimos o recurso, anulando a presente questão, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação questão de nº 14 de matemática.

---

007 - MOTORISTA - SEC. EDUCAÇÃO

Código: **7878** Nome: **RENATO DOS REIS VERON** Data Envio: **13/10/2022**

Descrição: Tendo em vista que a média aritmética é obtida por meio da somatória dos números dividida pela quantidade dos mesmos, solicito a anulação da questão número 14, pois ela não tem gabarito. RESOLUÇÃO: 3+21+45+68= 137 137/4= 34,25 Portanto, não há nenhuma alternativa correta.

Nro Questão: 14 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 14. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, de fato houve um erro de digitação no comando da referida questão, pois a média aritmética resulta da divisão entre a soma dos números de uma lista e a quantidade de números somados, isto é: ou invés de (3+21+45+68)/4=34,25 o correto seria (6+21+45+68)/4=35. Por essa razão, a questão ficou sem resposta correta. Diante do exposto, deferimos o recurso, anulando a presente questão, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação questão de nº 14 de matemática.

---

008 - MOTORISTA - SEC. ADMINISTRAÇÃO

Código: **7881** Nome: **CARLOS EDUARDO LEITE DE LIMA** Data Envio: **14/10/2022**

Descrição: A questão não possui a resposta

Nro Questão: 14 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso deferido para anulação da questão de nº 14. Resposta Fundamentada: Conforme verificado, de fato houve um erro de digitação no comando da referida questão, pois a média aritmética resulta da divisão entre a soma dos números de uma lista e a quantidade de números somados, isto é: ou invés de (3+21+45+68)/4=34,25 o correto seria (6+21+45+68)/4=35. Por essa razão, a questão ficou sem resposta correta. Diante do exposto, deferimos o recurso, anulando a presente questão, ficando todos os candidatos beneficiados com a pontuação questão de nº 14 de matemática.

Código: **7882** Nome: **CARLOS EDUARDO LEITE DE LIMA** Data Envio: **14/10/2022**

Descrição: A pergunta é feita sobre algo imaterial "que ou o que não tem consistência material, não é da natureza da matéria, não tem existência palpável; impalpável."

Nro Questão: 23 Data Resposta: 24/10/2022

Recurso Indeferido. Resposta Fundamentada: Como o próprio enunciado da questão exemplifica: "Os bens culturais de natureza IMATERIAL dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas". Neste caso, dentre as alternativas apresentadas, para responder sobre "um patrimônio imaterial da Região Centro-Oeste do Brasil" está somente caracterizado na única alternativa correta, a letra A), "Modo de Fazer Viola de Cocho". Diante do exposto, indeferimos o recurso.

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

PREF. MUN. DE GENERAL CARNEIRO-MT

JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

ANEXO IV

002 - APOIO - SEC. EDUCAÇÃO

Código: **7883** Nome: **FRANCIELY FRANCISCA DE LIMA VASUM** Data Envio: **17/10/2022**

Descrição: A questão 14 do cargo:02-Apoio- Sec. Educação, é uma questão que pedi a média aritmética dos números 3,21,45 e 68. fazenda a soma dos números 3+21+45+68= 137 137 dividido por 4 que é a quantidade de número para realizar a média dá 34,25 na prova não tem opção, tem 32, 35,43 e 28.

Data Resposta: 24/10/2022

Recurso indeferido, sem análise do mérito. Resposta Fundamentada: Conforme subitem 15.4.1. do Edital: "Será rejeitado, liminarmente, o recurso enviado fora do prazo, sem fundamentação ou que não corresponder ao número da questão da prova.".

O requerimento não corresponde à fase recursal em discussão, portanto, indeferimos este recurso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2022

O Município de Glória D'Oeste – MT, torna público aos interessados do ramo pertinente, que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial sob o n° 08/2022, Processo Administrativo nº 068/2022, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto a contratação de pessoa juridica para prestação de serviços de Mão de Obra para o Municipio de Gloria D´Oeste-MT, conforme quantidade e especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia **08 de novembro de 2022, às 09h00min** no Paço Municipal.

INFORMAÇÕES: O edital em inteiro teor e seus anexos estará à disposição dos interessados, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, no seguinte endereço: Av. dos Imigrantes, nº 2000, Centro, CEP: 78.293-000, na Cidade de Glória D'Oeste - MT e poderá ser obtido também através de solicitação no email : licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br .

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3275-1105.

Município de Glória D'Oeste/MT, 25 de outubro de 2022.

Sidnei da Silva – Pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2022 - SRP

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste/MT, comunica aos interessados a homologação do processo licitatório em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação de Estruturas Temporárias e Serviços para a realização de Eventos, conforme quantidade e especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA, à empresa : L. B. DA SILVA EIRELI**,** inscrita no CNPJ nº 10.947.845/0001-42.

Glória D'Oeste/MT, 25 de Outubro de 2022.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

Publique – se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHNGÁ/MT

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02/2022

INEXEGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 02/2022

FUNDAMENTO LEGAL: art. 31, da Lei Federal n° 13.019/14.

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá/MT.

ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Tapurah/MT

CNPJ: 05.702.250/0001-97

Endereço: Rua 04 de Julho, nº 430, São Cristóvão, Tapurah/MT, CEP 78573-000

Objeto: Colaboração institucional com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de TAPURAH/MT, mediante a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil, com vistas ao atendimento de demandas itanhangaense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns de ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou incapacidades.

VALOR: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2022

VIGÊNCIA: 01/10/12até o dia 31/12/2022.

Itanhangá – MT, 25 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE RATEIO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº 001/2022 que entre si celebram o Município de Itanhangá-MT e o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, para os fins que especificam

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO:

Este Termo de Aditamento tem como objeto o aditivo de valores previstos no contrato de rateio, visando adequar a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO ADITIVO DE VALOR:

2.1. Fica acrescentado o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para os serviços previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo Terceiro, alínea “b” – Casa de Apoio.

2.1.1. O item Serviços de Casa de Apoio previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo terceiro, alínea “b” passa ser de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

2.2. Fica acrescentado o valor de R$ 27.170,47 (vinte e sete mil cento e setenta reais e quarenta e sete centavos) para os serviços previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo sexto, alínea “b” – Aquisição de Medicamentos e Materiais médico/odontológico.

2.2.1. O item Aquisição de Medicamentos e Materiais médico/odontológico previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo sexto, alínea “b” passa ser de R$ 487.170,47 (quatrocentos e oitenta e sete mil cento e setenta reais e quarenta e sete centavos).

2.3. Fica suprimido o valor de R$ 27.170,47 (vinte e sete mil cento e setenta reais e quarenta e sete centavos) para os serviços previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo setimo, alínea “b” – aquisições para Prevenção e Combate ao Coronavírus – COVID-19.

2.3.1. O item aquisições para Prevenção e Combate ao Coronavírus – COVID-19 previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo setimo, alínea “b” passa ser de R$ 47.829,53 (quarenta e sete mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e tres centavos).

2.4. Fica suprimido o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para os serviços previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo nono, alínea “b” – execução dos procedimentos propostos através do Programa Mais MT Cirurgias 2021, criado pelo Decreto Estadual n° 1.018 de 15 de julho de 2021 e normatizado pela Portaria n° 468/2021/GBSES.

2.4.1. O item execução dos procedimentos propostos através do Programa Mais MT Cirurgias 2021, criado pelo Decreto Estadual n° 1.018 de 15 de julho de 2021 e normatizado pela Portaria n° 468/2021/GBSES previsto na Cláusula Segunda, Parágrafo nono, alínea “b” passa ser de R$ 57.416,21 (cinquenta e sete mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e um centavos).

2.5. O valor total do contrato permanece R$ 1.621.677,40 (um milhão seiscentos e vinte e um mil seiscentos e setenta e sete reais e quarenta centavos.

Assinatura: 25 de outubro de 2022.

EDU LAUDI PASCOSKI – Prefeito Municipal

RODRIGO AUDREY FRANTZ Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires

---

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2022.

Extrato do Contrato nº. 003/2022.

Contratante: Câmara Municipal de Itanhangá MT

Contratado: JULIO CESAR MOREIRA SILVA JUNIOR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA – CNPJ 28.821.729/0001-48

Objeto: Contratação de Empresa com profissional Especializado na prestação de serviços de curso presencial sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Valor global: O valor global a ser pago pelos serviços prestados será de **R$** 17.000,00 (dezessete mil reais).

Vigência: até a realização do serviço contratado.

Modalidade de licitação: Pesquisa de Preço.

Itanhangá MT, 25 de outubro de 2022.

_____

Celeni Gehm

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A PRESIDENTE DA COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, EM CUMPRIMENTO A RATIFICAÇÃO PROCEDIDA PELO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITANHANGÁ/MT, FAZ PUBLICO O PRESENTE EXTRATO. **OBJETO: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO PRESENCIAL SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.***EMPRESA: JULIO CESAR MOREIRA SILVA JUNIOR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, COM O VALOR TOTAL DE R$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS). PERIODO DE DURAÇÃO DE 30 (TRINTA) DIAS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II, DA LEI Nº8.666/93.

ITANHANGÁ/MT, 25/10/2022

Zilmar Albuquerque Rodrigues

Presidente

Câmara de Itanhangá-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 099, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 099, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"Altera Decreto nº 06 de 11 de janeiro de 2022 e declara ponto facultativo no âmbito das repartições públicas municipais e, dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das competências e atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que o dia 28 de outubro (sexta-feira), trata-se de ponto facultativo em comemoração do dia do Servidor Público.

CONSIDERANDO o disposto no inciso XIV do art. 1º do Decreto nº 06, de 11 de janeiro de 2022, que divulgou o dia 28 de outubro (sexta-feira) Comemoração Dia do Servidor, ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o inciso XIV do art. 1º, do Decreto nº 06, de 11 de janeiro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º (...)

XIV - 03 de novembro (quinta-feira) - Comemoração Dia do Servidor Público - ponto facultativo;"

Art. 2º Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia **04 de novembro de 2022 (sexta-feira)**.

Art. 3º Os órgãos/Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal que prestam serviços de relevante interesse público, considerados essenciais, tais como: Saúde, Saneamento Básico, Vigilância Sanitária, etc. terão autonomia mediante seus respectivos titulares para estabelecerem horários alternativos de cumprimento das atribuições.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Paço Municipal "Rosa Pereira Campos", Gabinete do Prefeito, Itiquira aos 25 de outubro de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FABIANO DALLA VALLE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

RESOLUÇÃO CMS Nº 11 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO CMS Nº 11 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova a Programação Anual de Saúde –2020 com ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19, da Secretaria Municipal da Saúde de Jangada - MT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT, usando de suas competências regimentais e atribuições conferidas em lei.

I. CONSIDERANDO: A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, lei orgânica da saúde que estabelece os princípios do SUS e as atribuições dos entes da federação, estabelece o planejamento ascendente; **II. CONSIDERANDO:** O Decreto 7.508 28/06/2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa, e da outras providencias; **III. CONSIDERANDO:** A Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo; **IV. CONSIDERANDO:** O Título IV, Capítulo I, da Portaria de Consolidação nº1, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumentos do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), a Programação Anual da Saúde (PAS), o Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e orienta os pressupostos para o planejamento; **V. CONSIDERANDO:** A necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS; **VI. CONSIDERANDO:** A pandemia da COVID-19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo e que qualquer alteração desse cenário impacta diretamente no planejamento; **VII. CONSIDERANDO:** A definição e inclusão de ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 nos instrumentos de gestão municipais; **VIII. CONSIDERANDO:** A previsão da alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento das ações de enfrentamento à COVID–19;

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar e Aprovar a Programação Anual de Saúde 2020 que considerou ações de enfrentamento ao COVID–19; município de Jangada - MT.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada - MT, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 17 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO CMS Nº 17 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação da constituição da Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento/EMA para as ações de Planejamento Reprodutivo no Município Jangada, localizado na Região de Saúde Baixada Cuiabana, no Estado de Mato Grosso.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA - MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I. A Portaria nº 048/SAS de 11 de fevereiro de 1999, que normatiza sobre os procedimentos cirúrgicos de esterilização, nas ações de Planejamento Familiar; II. A Portaria SAS nº 629 de 25 de agosto de 2006, que descentraliza para os gestores estaduais/municipais de saúde o registro das habilitações no SCNES entre outros procedimentos, os referentes ao Planejamento Familiar/Esterilização, após as devidas deliberações na instância da Comissão Intergestores Bipartite - CIB; III. A Resolução CIB/MT nº 007 de 10 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre as normas de procedimentos de laqueadura tubária e vasectomia no âmbito do SUS no Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a constituição da Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento /EMA para as ações de Planejamento Reprodutivo no Município de Jangada, localizado na Região de Saúde Baixada Cuiabana, no Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Jangada, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO ÚNICO

A equipe terá como composição:

I. Jocielli Trajano Vasconcelos (Enfermeira); II. Hellen Fátima de Arruda (Psicóloga); III. Lilian Tavares Valentin (Médica); IV. Indiara Maria do Nascimento (Assistente Social).

RESOLUÇÃO CMS Nº 14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO CMS Nº 14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova a Programação Anual de Saúde –2022, da Secretaria Municipal da Saúde de Jangada - MT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT, usando de suas competências regimentais e atribuições conferidas em lei.

I. CONSIDERANDO: A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, lei orgânica da saúde que estabelece os princípios do SUS e as atribuições dos entes da federação, estabelece o planejamento ascendente; **II. CONSIDERANDO:** O Decreto 7.508 28/06/2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa, e da outras providencias; **III. CONSIDERANDO:** A Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo; **IV. CONSIDERANDO:** O Título IV, Capítulo I, da Portaria de Consolidação nº1, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumentos do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), a Programação Anual da Saúde (PAS), o Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e orienta os pressupostos para o planejamento; **V. CONSIDERANDO:** A necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS; **VI. CONSIDERANDO:** Que a Programação Anual de Saúde 2022 está equivalente com as diretrizes do Plano Municipal de Saúde de 2022 a 2025.

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar e Aprovar a Programação Anual de Saúde 2022 do município de Jangada - MT.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada - MT, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 13 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO CMS Nº 13 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova o Plano Municipal de Saúde –2022/2025, da Secretaria Municipal da Saúde de Jangada - MT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT, usando de suas competências regimentais e atribuições conferidas em lei.

I. CONSIDERANDO: A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, lei orgânica da saúde que estabelece os princípios do SUS e as atribuições dos entes da federação, estabelece o planejamento ascendente; **II. CONSIDERANDO:** O Decreto 7.508 28/06/2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa, e da outras providencias; **III. CONSIDERANDO:** A Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo; **IV. CONSIDERANDO:** O Título IV, Capítulo I, da Portaria de Consolidação nº1, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumentos do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), a Programação Anual da Saúde (PAS), o Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e orienta os pressupostos para o planejamento; **V. CONSIDERANDO:** A necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS; **VI. CONSIDERANDO:** A análise do perfil demográfico, epidemiológico e sanitário da população de Jangada; **VII. CONSIDERANDO**: O Plano de Governo para a saúde da gestão 2021 - 2024; **VIII. CONSIDERANDO:** O Relatório da 6ª Conferência Municipal de Saúde realizada em 2019.

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar e Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2022 - 2025 do município de Jangada - MT.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada - MT, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 12 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO CMS Nº 12 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova a Programação Anual de Saúde –2021, da Secretaria Municipal da Saúde de Jangada - MT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT, usando de suas competências regimentais e atribuições conferidas em lei.

I. CONSIDERANDO: A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, lei orgânica da saúde que estabelece os princípios do SUS e as atribuições dos entes da federação, estabelece o planejamento ascendente; **II. CONSIDERANDO:** O Decreto 7.508 28/06/2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa, e da outras providencias; **III. CONSIDERANDO:** A Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo; **IV. CONSIDERANDO:** O Título IV, Capítulo I, da Portaria de Consolidação nº1, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumentos do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), a Programação Anual da Saúde (PAS), o Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e orienta os pressupostos para o planejamento; **V. CONSIDERANDO:** A necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS; **VI. CONSIDERANDO:** A pandemia da COVID-19, que alterou o cenário epidemiológico em todo o mundo; **VII. CONSIDERANDO:** A definição e realização de ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 no município; **VIII. CONSIDERANDO:** A previsão da alocação dos recursos orçamentários necessários ao cumprimento das ações de enfrentamento à COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar e Aprovar a Programação Anual de Saúde 2021 do município de Jangada - MT.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada - MT, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado

RESOLUÇÃO CMS Nº 10 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO CMS Nº 10 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova a Programação Anual de Saúde –2019, da Secretaria Municipal da Saúde de Jangada - MT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JANGADA - MT, usando de suas competências regimentais e atribuições conferidas em lei.

I. CONSIDERANDO: A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, lei orgânica da saúde que estabelece os princípios do SUS e as atribuições dos entes da federação, estabelece o planejamento ascendente; **II. CONSIDERANDO:** O Decreto 7.508 28/06/2011, que regulamenta a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa, e da outras providencias; **III. CONSIDERANDO:** A Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de Governo; **IV. CONSIDERANDO:** O Título IV, Capítulo I, da Portaria de Consolidação nº1, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para o planejamento do SUS, define como instrumentos do planejamento em saúde o Plano Municipal de Saúde (PMS), a Programação Anual da Saúde (PAS), o Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e orienta os pressupostos para o planejamento; **V. CONSIDERANDO:** A necessidade de monitoramento e avaliação do processo de planejamento, das ações implementadas e dos resultados alcançados, de modo a fortalecer o Sistema de Planejamento e a contribuir para a transparência do processo de gestão do SUS;

RESOLVE:

Art. 1° Deliberar e Aprovar a Programação Anual de Saúde 2019 do município de Jangada - MT.

Art. 2° Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Jangada - MT, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 16 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022

RESOLUÇÃO CMS Nº 16 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação Rede de atenção Psicossocial (Raps) do município de Jangada-MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jangada - MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I. A Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que entre outras providências, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. II. A Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. III. A Portaria de Consolidação Nº 3, de 28 de setembro de 2017, Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde. IV. IV. A Lei Complementar Nº 465/20012, que dispõe sobre a criação da Lei Estadual de Atenção Integral à Saúde Mental e dá outras providências. V. As Conferências de Saúde Mental realizada nos municípios da Baixada Cuiabana, que discutiram e propuseram ações e serviços voltados a Saúde Mental com diferentes responsabilidades de entes federados. VI. A necessidade de dar apoio técnico aos municípios para implementar a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para a atenção às pessoas com transtornos mentais e necessidades decorrentes do consumo de álcool, crack e outras drogas e suas famílias.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar Plano de Ação Rede de atenção Psicossocial (Raps) do município de Jangada - MT

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Jangada, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 15 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

RESOLUÇÃO CMS Nº 15 DE 14 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a Pactuação Interfederativa dos Indicadores e Metas da Saúde para o ano de 2022 no município de Jangada.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JANGADA - MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

I. O Decreto nº 7508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa; **II. O Artigo 30 da Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012**, no qual expressa que os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias, as leis orçamentárias e os planos de aplicação dos recursos dos fundos de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão elaborados de modo a dar cumprimento ao disposto nesta Lei Complementar: **III. A Resolução CIT nº 08 de 24 de novembro de 2016,** referente ao processo de pactuação interfederativa de indicadores para o período 2017-2021, relacionados às prioridades nacionais em saúde.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar a Pactuação Interfederativa dos Indicadores e Metas da Saúde para o ano de 2021 no município de Jangada - Estado de Mato Grosso, conforme Anexo Único desta Resolução planilha de metas 2022.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Jangada, 14 de outubro de 2022.

_____

Hudson Miranda Beleza

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologado :

_____

Hudson Miranda Beleza

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DECRETO N° 102 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre horário de funcionamento da Secretária de Educação e de outras providencias.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito do Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - O horário de funcionamento disposto no Decreto Municipal nº 01/2022, no artigo 2º, não se aplica a Secretaria de Educação.

Art. 2º - A Secretaria de Educação tem como horário de funcionamento das 06:00h as 12:00h e das 13:00h as 17:00h.

Art. 3º - Deverá ser respeitado, as jornadas de trabalhos dos servidores lotados na secretaria.

Art.4º - O (a) Secretário (a) da Educação poderá expedir normas/portarias complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de 01 novembro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 25de outubro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº104/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ABAIXOS MENCIONADOS, APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 01/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

VALDECI JOSÉ DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando, a aprovação/classificação dos candidatos no processo seletivo simplificado de títulos, Edital 001/2022, conforme edital complementar 04//2022 de 13 de outubro de 2022 (resultado final e homologação), e cumpridas às exigências e formalidades legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear para o cargo de provimento em contrato por prazo determinado, os candidatos aprovados abaixo relacionados nos respectivos cargos a seguir:

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA – ZONA URBANA		
	NOME	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
1	MARCIA MEIRE AQUINO MARTINS	5º

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INTANTIL - TDI		
	NOME	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
1	LARISSA BARBOSA DA SILVA	1º
2	SIMONI PEREIRA DA SILVA	2º
3	CLAIR ROSA DE OLIVEIRA	3º
4	RAQUEL LUIZA FERREIRA DUTRA	4º

CARGO: MOTORISTA II – COMUNIDADE DORFIM/ RIO DOS PEIXES		
	NOME	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
1	VALDEIR JOSÉ BORO	2º

Parágrafo Único – A nomeação e lotação dos servidores objeto deste Decreto consumar-se-á com a posse dos mesmos cumprida as disposições formais e legais que disciplinam a matéria, com especificidade para as que constam na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores do Município de Jauru e o edital do referido certame.

Artigo 2º - Para a elaboração do ato de posse os convocados deverão apresentar cópias dos seguintes documentos:

a) Comprovante de residência e telefone de contato;

b) Declaração de não acumulo de Cargo Público;

c) Declaração de bens;

d) Título de eleitor e comprovante de estar quites com a justiça eleitoral;

e) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se o candidato for do sexo masculino;

f) Cópia do RG e CPF;

g) Cópia da CNH – D ou E (cargo de Motorista)

h) Certidão de Nascimento ou Casamento;

i) Certidão de Nascimento e Cartão de vacina dos filhos;

j) PIS/PASEP;

k) Cópia da Carteira de Trabalho;

l) 02 fotos 3x4;

m) Cópias do Diploma de Graduação em Pedagogia (para os cargos de professor), e de graduação em Psicologia (para o cargo de Psicólogo)

n) Certidão negativa de antecedentes criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato. (Original)

o) Diploma ou Certificado de Escolaridade com o devido registro no respectivo Conselho de Classe;

p) Documentos originais comprobatórios do currículo apresentando no ato da inscrição.

Realizado pelo médico:

r) Atestado médico de aptidão física (original)

s)Atestado médico de aptidão mental (original) e o

Candidato deve apresentar:

t) O resultado dos seguintes exames: (original)

- Urina tipo I;

- Hemograma completo;

- VDRL;

- Protoparasitológico.

Artigo 3º - O não comparecimento no prazo de **10 (dez) dias**, após a publicação deste Decreto, implicará na presunção de desistência dos classificados nomeados, podendo ser convocado (s) aqueles classificados imediatamente posterior (es), obedecida em qualquer caso a ordem de classificação.

Artigo 4º - Caberá aos órgãos competentes às providências pertinentes para o registro funcional dos servidores acima mencionado e demais procedimentos que ser fizerem necessários.

Artigo 5º - Este Decreto, entrará em vigor a partir da ciência do interessado ou na data de sua publicação, o que vier ocorrer primeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “José Perez”, em Jauru-MT, 25 de outubro de 2022.

VALCECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do dia 11 de outubro de 2022 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº. 4.086, página 205, referente ao TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Onde se lê – AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO OFTALMOLÓGICO PARA ATENDER O PACIENTE JETRO DE SOUZA PERRUT.

Leia-se – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRATAMENTO OCULAR QUIMIOTERÁPICO NO OLHO ESQUERDO COM ANTIANGENICO COM USO DE EYLIA AFLIBERCEPTE 40MG/ML.

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru – MT, 25 de outubro de 2022.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2202/2022

A Prefeitura Municipal de Jauru torna público o edital para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO TIPO, CERIMONIAL DE EVENTOS, DECORAÇÃO E SERVIÇO DE BUFFET,** de acordo com o Termo de Referência do edital que está disponível no endereço eletrônico: https://www.jauru.mt.gov.br/sic-licitacoes. A abertura do processo será no dia 09 (nove) de novembro de 2022, as 09 horas (horário local).

Jauru MT, 25 de outubro de 2022.

WELDER OLIVEIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 024/2022/SECAD

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N. 024/2022/SECAD

APURAÇÃO: Menor Valor por Empreitada Global.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT, em Atendimento Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Juara-MT, no valor de **R$ 694.894,46 (seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos).** Contemplando todos os serviços e quantidades apresentados no Projeto, conforme especificações constantes no Projeto Básico, especificações e condições técnicas constantes no edital e seus anexos – “Fornecido em CD ou outro modelo de arquivo ao interessado”, que é parte integrante do Edital,

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 26/10/2022, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio do site: www.juara.mt.gov.br; para impressão do Edital será cobrada taxa de custos do requisitante.

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias anteriores a data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401; E-mail: www.juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estiverem cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Juara/MT ou que se Cadastrarem até 3 (três) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura de envelopes.

ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: Dia 17/11/2022 até às 13h30 local, na sala de Licitações e Contratos, no endereço indicado acima.

Juara-MT, 25 de Outubro de 2022.

Eliane Fuhr - Diretora de Licitação

Carlos Amadeu Sirena - Prefeito Municipal

PREVILAMB LAMBARI PREVI FDO MUNICIPAL DE PREV SOCIAL
RUA CIDROLANDIA, Nº 300
04487545/0001-25 Exercício: 2022

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.732

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$285.111,25 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) **285.111,25**

02 10 01 LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

2	09.271.0102.2082.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA LAMBARI PREVI	7.500,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
6	09.271.0102.2083.0000	MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI I	5.000,00	
	3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
7	09.271.0102.2083.0000	MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI I	2.940,09	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
8	09.271.0102.2083.0000	MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI I	553,66	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
9	09.271.0102.2083.0000	MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI I	90.320,16	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
10	09.271.0102.2083.0000	MANUTENCAO E GERENCIAMENTO RECURSOS LAMBARI I	8.547,34	
	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		
11	09.271.0102.2084.0000	PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS	143.000,00	
	3.1.90.01.00	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMA	F.R.: 1 1	800
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL		

PREVILAMB LAMBARI PREVI FDO MUNICIPAL DE PREV SOCIAL
RUA CIDROLANDIA, Nº 300
04487545/0001-25 Exercício: 2022

DECRETO Nº 83 , DE 01 DE SETEMBRO DE 2022 - LEI N.732

02 10 01 LAMBARI PREVI FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

12	09.271.0102.2084.0000	PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS	17.000,00
	3.1.90.03.00	PENSÕES	F.R.: 1 1 800
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	
15	09.271.0102.2084.0000	PAGAMENTO DE INATIVOS, PENSIONISTAS E BENEFICIOS	8.500,00
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC	F.R.: 1 1 800
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	600 000	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	
19	09.271.0102.2082.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA LAMBARI PREVI	1.750,00
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 1 1 800
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	600 001	RECURSO ESPECÍFICO-<Nome do 1º convenio>	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Excesso: **285.111,25**

Fontes de Recurso	
1 800	285.111,25

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAMBARI D OESTE, 01 de setembro de 2022

MARCELO VIEIRA VITORAZZI
PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2022

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, tendo em vista o parecer apresentado pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e art. I, inciso II, alínea “a” do Decreto Federal 9.412/2018, com a empresa A. D. TEC-

NOLOGIA E SOLUCOES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.959.811/0001-63, pelo valor global de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais), para a "contratação de Solução Integrada de e-mail, pacote de Software de Escritório e Armazenamento, denominada Google Workspace Business Starter, incluindo suporte técnico remoto, migração de dados e treinamento para administração da solução, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT", resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari d'Oeste - MT, 25 de outubro de 2022.

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇAO DA DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 43/2022

A Prefeitura municipal de Lambari d´Oeste - MT, através do Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que a DISPENSA DE LICITAÇAO Nº 43/2022, cujo objeto consiste na "contratação de Solução Integrada de e-mail, pacote de Software de Escritório e Armazenamento, denominada Google Workspace Business Starter, incluindo suporte técnico remoto, migração de dados e treinamento para administração da solução, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT", foi homologada pelo Prefeito Municipal, Sr.º Marcelo Vieira Vitorazzi, em favor da empresa A. D. TECNOLOGIA E SOLUCOES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.959.811/0001-63, com o valor global de R$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais).

Lambari d´Oeste - MT, 25 de outubro de 2022.

ARTHUR PEREIRA LOURES DE LAET

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2022

PROCESSO: 047/2022

PREGÃO ELETRÔNICO: 008/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

ACHA AGUA INDUSTRIA E COMERCIO DE IRRIGACAO LTDA, CNPJ nº 34.467.128/0001-81

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA FARINHEIRA POR MEIO DO CONVENIO Nº 0869-2020 VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: 14.910,00 (quatorze mil e novecentos e dez reais).

VIGÊNCIA: 20/10/2022 a 20/10/2023

Luciara-MT, em 20 de Outubro de 2022

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 018/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 018/2022

PROCESSO: 047/2022

PREGÃO ELETRÔNICO: 008/2022

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA-MT

FORNECEDOR REGISTRADO:

K.C.R. INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ nº 09.251.627/0001-90

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA FARINHEIRA POR MEIO DO CONVENIO Nº 0869-2020 VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE LUCIARA-MT

VALOR: R$ 1.090,00 (um mil e noventa reais).

VIGÊNCIA: 20/10/2022 a 20/10/2023

Luciara-MT, em 20 de Outubro de 2022

_____

PARASSU DE SOUZA FREITAS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

DECRETO Nº.098/2022.

DECRETO Nº.098/2022.

DATA: 25/11/2022.

SÚMULA: DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DE MARCELÂNDIA Na data que menciona E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **CELSO LUIZ PADOVANI,** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

- Considerando o dia 28 de outubro ser ponto facultativo somente para funcionários públicos,

- Considerando o Feriado Municipal do Dia do Evangélico no dia 31 de outubro,

- Considerando o Feriado Nacional do Dia de Finados no dia 02 de novembro,

DECRETA:

Art. 1º - Transfere e DecretaPonto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal no dia 01 de novembro de 2022, transferindo assim o ponto facultativo para funcionários públicos do dia 28/10 para o dia 01 de novembro de 2022 com o retorno das atividades na quinta-feira, dia 03/11/2022, no horário normal de expediente.

Parágrafo Único: O Decreto não abrange as repartições que por sua natureza desenvolvam serviços essenciais e que exijam regime de plantão permanente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de outubro de 2022.

CELSO LUIZ PADOVANI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 052/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 10 de novembro de 2022 às 08h00minna sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS DE

AUXILIAR CIRÚRGICO EM CIRURGIAS ELETIVAS E CLINICO GERAL PARA PRESCRIÇÃO E INTERNAÇÃO DE PACIENTES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 0129/2022, que está disponível no site https://www.gp.srv.br/transparencia_matupa/servlet... e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00-min às 11h00min. Matupá – MT, 25 de outubro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **VANESSA ALVES CAFE LOBO SERVICOS**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 26.950.966/0001-83, com sede na Rua 10, nº 2510, Bairro União, na Cidade de Matupá – MT, CEP: 78.525-000, Telefone: (66) 9 9997-9024 / (66) 9 9609-7058, e-mail: alvescafevanessa@gmail.com, neste ato representada pela sua Proprietária a Senhora **VANESSA ALVES CAFÉ LOBO,** portadora do CPF nº 033.146.231-19 e R.G. n° 2082974-4 SESP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas GLOBAL, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PINTURA DE MEIO FIO EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
377679	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - MAO DE OBRA PARA PINTURA DE MEIO FIO - MATERIAL POR CONTA DA CONTRATANTE.	METRO LINEAR	65.000	2,80	182.000,00

Total Fornecedor R$ 182.000,00

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Como se trata de um registro de preço as ordens de serviços serão dadas por metro linear. A cada ordem de serviço de 1000 mts de pintura o prazo de execução será de 48 (quarenta e oito) horas, devendo o serviço atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 - Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.5 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.6 - Recebimento Dos Serviços:

5.6.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.6.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.6.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

6.13.3 - Veículo para remoção dos resíduos;

6.13.4 - A Empresa contratada será responsável pelo fornecimento de mão de obra e todos os equipamentos pertinentes a função, como brochas, carrinho de mão, pinces, vassouras, baldes e quaisquer outros que se façam necessários durante a rotina de trabalhos, para a adequada execução dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Os meio fios deverão ser pintados nas cores branca e quando couber sinalização, amarela;

6.14.2 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.3 -Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Banco Bradesco Agência nº 5573-5, Conta Corrente nº 0006432-7 em nome de VANESSA ALVES CAFE LOBO SERVICOS

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.6 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: **10.002.15.451.0002.10026** – REDEFINIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, ASSEGURANDO ACESSIBILIDADE E SEM OBSTRUÇÃO DE VIAS E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO – **33.90.39.00** – PESSOA JURÍDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Obras e Transportes	Eder dos Santos	11002/2022

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 048/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 25 de outubro de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

VANESSA ALVES CAFE LOBO SERVICOS

CNPJ nº 26.950.966/0001-83

VANESSA ALVES CAFÉ LOBO

CPF n° 033.146.231-19

Contratada

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA N° 025/2022

DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2022

SÚMULA: "NOMEIA A COMISSÃO GERAL DE LEVANTAMENTO PATRIMONIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

A diretora do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a necessidade da implantação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público em convergência às normas internacionais,

CONSIDERANDO as mudanças eminentes da Contabilidade Pública no que tange o Patrimônio e suas variações;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração da real situação e rigoroso controle do inventário patrimonial do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI**, para proceder ao novo tratamento do mesmo;

CONSIDERANDO a existência de materiais permanentes e de consumo que se encontram obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade;

RESOLVE:

ART. 1° - Nomeia os membros da Comissão Geral de levantamento Patrimonial do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI**.

ART. 2° - A Comissão que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Cristiane Machado Romeiro

Secretária: Aliny Camargo

Membro: Maria Ângela dos Reis

ART.3° - Compete a Comissão, as seguintes atribuições:

Confecção das atas das reuniões realizadas no período de realização do Levantamento Patrimonial. Conferência e Verificação do Patrimônio Municipal, verificar compatibilidade do patrimônio físico junto ao banco de dados do sistema de informática. Conferir e verificar o estado de conservação e funcionamento dos Bens Públicos e realizar as devidas Reavaliações e Depreciações.

Realizar o levantamento e Proceder a Baixa dos Bens inservíveis, obsoletos ou antieconômicos ao **PREVI-MUNI**.

Proceder o Inventário Físico e Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis de forma a demonstrar a real situação física e financeira dos Bens que compõem o Patrimônio do **PREVI-MUNI**. por ocasião do encerramento do exercício, e para elaboração do Balanço Geral de cada ano.

ART.4° - Das Reavaliações:

Parágrafo primeiro. Para os efeitos de avaliação da quota de depreciação dos bens, a comissão utilizar-se-á, como parâmetros, aqueles mencionados na Portaria 019/2021 de 01 de dezembro de 2.021.

ART.5° - Esta Comissão deverá entregar o relatório final conclusivo ao Presidente até o dia 31 de dezembro de cada ano.

ART. 6° - Fica facultado ao Presidente desta Comissão a requisição do auxílio de Servidores para o desenvolvimento dos trabalhos.

ART. 7° - Esta portaria entrará em vigor na presente data, revogando os dispositivos em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Matupá – MT, 25 de Outubro de 2022.

_____

Cladi Caron

Diretora Executiva - Dec nº 3436/2021

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE ANULAÇÃO DE EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 011/2022

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, foi celebrado o presente TERMO DE ANULAÇÃO DE SALDO DE EMPENHO DE CONTRATO, tendo como partes de um lado o **MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 24.772.188/0001-54, situada à Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, Bairro ZE - 022, neste ato representada por seu Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MORAIS PEREIRA SERVIÇOS E COMERCIO MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. **37.862.868/0001-00**, com sede na Rua 13, nº 4511, Bairro ZC1-003, na Cidade de Matupá - MT, Telefone: (69) 9 9295-5729, neste ato representada por seu proprietário o Sr. **MILTON DE MORAIS PEREIRA**,portador do RG n° 1257625-5 SSP/MT e CPF nº. 882.337.071-04, doravante denominada **CONTRATADA**,denominada **CONTRATADA**:

Cláusula 1 - Constitui objeto desta anulação parcial o**"CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS E/OU EMPRESAS ESPECIALIZADOS (AS) QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE PLANTONISTAS, AUXILIOS CIRÚRGICOS PARA SOBREAVISO E PARA REMOÇÃO DE PACIENTES CONFORME SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATUPÁ/MT",** conforme descrição dos serviços que constam no Termo de Referência que é parte integrante do Edital 0148/2021 do respectivo **Credenciamento nº 09/2021.**

Cláusula 2 - Por este instrumento, as partes resolvem, na melhor forma de direito e para que produza seus efeitos legais, rescindir, como de fato rescindido têm, a **Nota de Empenho,** conforme solicitação da **Secretaria Municipal de Saúde**:

Data	Empenho	Valor	Credor	Secretaria
12/01/2022	700/2022	R$ 416,87	MORAIS PEREIRA SERVIÇOS E COMERCIO MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Secretaria Municipal de Saúde

Cláusula 3 - Desta forma, em cumprimento as Normas do Tribunal de Contas do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as partes outorgam-se, recíproca e mutuamente, ampla em função da Nota de Empenho ora rescindido, a qualquer tempo e a que título for.

Matupá/MT, 21 de outubro de 2022.

_____

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 4316 DE 21 DE OUTUBRO DE 2022

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2022 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 07/04/2022;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 15:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I neste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se; publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11-** Endereço de e-mail **obrigatório

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	CPF	NOTA TOTAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
SABRINA CIRQUEIRA FRANCO	**06097541147**	22	18º	CLASSIFICADO(A)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 223/2022

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **BRUNO SANTOS MENA**, brasileiro, casado, portador do RG nº. 18278620-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 028.264.041-05, residente e domiciliado na Rua 19, nº. 169, Bairro Centro, nesta Cidade de Matupá/MT, RESOLVE registrar os preços da empresa **JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 37.609.841/0001-00, com sede na Rua 06, nº 314, Galpão B, Bairro ZI-001, na Cidade de Matupá/MT, CEP 78.525-000, Telefone (66) 9 9622-1486, e-mail lavajatoestrelamatupa@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. **JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS,** portador do CPF nº 097.163.378-92 e R.G. n° 18.200.130 SSP/SP, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas GLOBAL, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de fevereiro de 2009 e Decreto Municipal nº 4075/2022:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a clausula 04 desta Ata de Registro de Preço que são partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2022.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2.4 - As adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

2.5 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação nos meios oficiais.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Finanças, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Industria, Comercio, Turismo, Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade de Fornecimento	Quant.	Vlr. Unitário	Total
367728	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHÃO DE LIXO	UNIDADE	25	300,00	7.500,00
375855	SERVICO DE MANUTENÇÃO DE VEICULO AUTOMOTIVO - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE FURGÃO	UNIDADE	32	150,00	4.800,00
375856	SERVICO DE MANUTENÇÃO DE VEICULO AUTOMOTIVO - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE FURGÃO	UNIDADE	61	114,50	6.984,50
365140	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE AMBULANCIA	UNIDADE	20	150,00	3.000,00
373079	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHAO COM CARROCERIA	UNIDADE	35	250,00	8.750,00
365141	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHONETE CABINE DUPLA	UNIDADE	120	115,00	13.800,00
374731	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE CAMINHONETE CABINE SIMPLES	UNIDADE	39	100,00	3.900,00
374733	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE MAQUINAS PESADAS	UNIDADE	80	328,70	26.296,00
365146	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE MICRO-ONIBUS	UNIDADE	29	180,00	5.220,00
365149	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE MOTOCICLETA	UNIDADE	10	29,00	290,00
377744	SERVICO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE ONIBUS	UNIDADE	17	222,00	3.774,00
374685	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM COMPLETA DE VEICULOS HATCH E SEDAN	UNIDADE	137	90,14	12.349,18
365145	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE AMBULANCIA	UNIDADE	220	100,00	22.000,00
365142	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHONETE CABINE DUPLA	UNIDADE	235	90,00	21.150,00
374732	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE CAMINHONETE CABINE SIMPLES	UNIDADE	65	85,00	5.525,00
365148	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE MICRO-ONIBUS	UNIDADE	143	150,00	21.450,00
377745	SERVICO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE ONIBUS	UNIDADE	130	165,00	21.450,00
374686	SERVICO DE MANUTENCAO DE VEICULOS AUTOMOTIVOS - DO TIPO LAVAGEM SIMPLES DE VEICULOS HATCH E SEDAN	UNIDADE	296	61,75	18.278,00

Total Fornecedor R$ 206.516,68

5 - DA PRESTAÇÃO

5.1 – Por se tratarem de veículos que em sua maioria são de extrema urgência e necessidade como as ambulâncias e o micro-ônibus de transporte dos pacientes da saúde os serviços deverão ser executados até 01 (um) dia útil do momento da apresentação da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o serviço atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.2 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento;

5.3 – O Licitante deverá garantir a melhor qualidade dos serviços, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação;

5.4 – A empresa contratada fica desde já está orientada de que:

LAVAGEM SIMPLES – Entende-se por lavagem simples/rápida a que é procedida na parte interna com a limpeza de painéis e outras partes da parte interna do veículo de forma detalhada e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluindo a passagem entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada;

LAVAGEM COMPLETA - Entende-se por lavagem completa a que é procedida na parte interna com a limpeza de painéis e outras partes da parte interna do veículo de forma detalhada e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, utilizando-se xampu neutro e biodegradável, incluin-

do a passagem entre portas, para-choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem com flanela limpa e conservada. Inclui-se nesse processo a lavagem do motor, chassi, para-lamas, embuchamentos, etc;

LAVAGEM INTERNA DAS AMBULÂNCIAS – Na lavagem interna das ambulâncias tem que se ter o cuidado de não molhar os equipamentos hospitalares, a lavagem tem que ser com sabão neutro e a maca só pode ser lavada a seco.

5.5- Em caso de recusa do objeto pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o serviço ser substituído pela Contratada imediatamente após constatação dos problemas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.6 – Todos os serviços fornecidos deverão possuir garantia de qualidade, podendo ser solicitado que o serviço seja refeito de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

5.7 - Recebimento Dos Serviços:

5.7.1 - Os serviços serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade;

5.7.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.7.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da prestação dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.12 - O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 12 da Presente Ata;

6.13 - Para a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, conforme o caso, os seguintes equipamentos:

6.13.1 - Materiais de E.P.I. – Equipamento de Proteção Individual, de acordo com as normas técnicas, para os funcionários que participarão da realização dos serviços objeto do presente termo, ficando por sua total responsabilidade qualquer acidente que venha a acontecer;

6.13.2 - Ferramentaria geral a fim de equipar os funcionários, permitindo, sem restrições, a perfeita execução dos serviços.

6.14 - São obrigações da empresa a ser contratada:

6.14.1 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte do Município Contratante, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços contratados e/ou a terceiros;

6.14.2 -Os serviços desta licitação deverão ser realizados nos locais indicados no momento da contratação, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

6.14.4 - Pagar todos tributos, taxas, encargos sociais e seguros, atuais ou futuros, locomoção, estada e refeição do pessoal necessário à execução dos serviços e as despesas decorrentes da execução dos serviços;

6.14.5 - Substituir, arcando com as despesas decorrentes, dos serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos/serviços bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Sicredi Agência nº 0818 Conta corrente nº 80.170-5 em nome de JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS

8.2 – A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

8.3 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.4 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.5 – A contratada deverá apresentar relatórios de cada jogo, juntamente com a Nota Fiscal.

8.6 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.7 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.8 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos serviços decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao serviço do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos/serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão prestados serviços, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

CÓDIGO GERAL: 02.001.04.122.0055.20094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 03.001.04.121.0004.20078 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 04.001.04.122.0055.20076 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 05.001.04.123.0055.20110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 06.001.20.608.0004.20002- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA - 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.001.12.122.0068.20086 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 07.005.27.812.0047.20128 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE ESPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0013.20115 – MANUTENÇÃO DO COMPLEXO REGULADOR – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0013.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.305.0013.20103 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.301.0013.20050 – MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - SAÚDE DA FAMÍLIA – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.001.08.244.0004.2.0065 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.003.08.243.0005.20071 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20054 – MANUTENCAO DO CREAS/PAEFI – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.20083 – MANUTENÇÃO DO CRAS/PAIF – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 10.001.04.122.0004.2.0015 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 12.001.18.541.0004.20003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

CÓDIGO GERAL: 15.001.22.122.0055.20117 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO, CULTURA E LAZER – 3390.39.000 – PESSOA JURIDICA

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria de Administração/Planejamento/Finanças/Industria, Comércio e Turismo/Meio Ambiente/Gabinete do Prefeito	Andressa Sobrinha Sousa	8879/2021
Secretaria de Agricultura	Patricia Tosta Batista	12541/2022
Secretaria de Educação	Douglas Santos da Silva	11081/2022
Secretaria de Educação/Departamento de Esportes	Maurina Marques da Silva	11012/2022
Secretaria de Saúde	João Carlos Ortiz de Oliveira	8856/2021
Secretaria de Assistência Social/CREAS/CRAS/Conselho Tutelar	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018
Secretaria de Obras e Transportes	Antônia Werica Galvão Costa Paixão	10618/2021

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 049/2022** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 25 de outubro de 2022.

_____

Município de Matupá

BRUNO SANTOS MENA

Contratante

_____

JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS

CNPJ nº 37.609.841/0001-00

JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS

CPF n° 097.163.378-92

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 055/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 16 **de novembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br** o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 16/11/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0131/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 25 de outubro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - Nº. 054/2022

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 10 **de novembro de 2022 às 14h30min (Horário de Brasília/DF) por meio do site www.bllcompras.org.br** o "PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE LIMPEZA DE PISCINAS DO MUNICÍPIO MATUPÁ/MT". A inserção das propostas será até as 13:00 horas do dia 10/11/2022 (Horário de Brasília/DF). Maiores informações através do Edital nº. 0130/2022, que estará disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e www.bllcompras.org.br ou deve ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 25 de outubro de 2022. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 681/2022

PORTARIA N. 681 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no Artigo 51 da LC 157/2016 e considerando a CI Nº 1649/2022,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a partir de 15/08/2022, para os servidores abaixo relacionados ocupantes do cargo de **ODONTOLOGO**, o adicional de **INSALUBRIDADE** de 10% (vinte por cento).

BRUNA CAROLINA SANTIAGO QUAREZEMIN	ODONTOLOGA
MARLON FABRICIO GOMES	ODONTOLOGO
RICARDO ALVES DE LIMA	ODONTOLOGO

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 25 de outubro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/ate

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/Ratificação nº 51/2022. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU em 25/10/2022** o processo que declarou Inexigível a Licitação para AQUISIÇAO DE MESAS INTERATIVAS DIGITAIS PLAYTABLE PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO .Contratado: ADONAI MERCADO EIRELI , **CNPJ n.03.579.204/0001-17**. Valor: R$449. 820,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil oitocentos e vinte reais). M. D' Oeste, 26/10/2022. Hector Álvares Bezerra – Prefeito.

LICITAÇÃO
RATIFICAÇAO DISPENSA

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 48/2022. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU EM 25/10/2022** a Dispensa acima para: SERVIÇOS DE REVISÃO VEICULAR DOS 35.000KM VEICULO RENAULT MASTER (PLACA RRJ-3176) da Secretaria de Saúde. Empresa: SAGA PANTANAL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 08.860.168/0001-89. Valor de R$2.257,88 (DOIS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS). M. D' Oeste, 26/10/2022. Hector Alvares Bezerra – Prefeito.

Dispensa de Licitação/Ratificação nº 49/2022. O Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, comunica que o Prefeito **RATIFICOU EM 26/10/2022** a Dispensa acima para: SERVIÇOS DE REVISÃO VEICULAR DE 20.000KM DO VEICULO JEEP COMPASS PLACA RRI4E73 do Gabinete. Empresa: DOMANI PRIME DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E PEÇAS LTDA, CNPJ 07.625.119/0001-07. Valor de R$1.925,14 (um mil novecentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos). M. D' Oeste, 26/10/2022. Hector Alvares Bezerra – Prefeito.

COORDENADORIA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 680/2022

PORTARIA Nº 680 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022. *SUPRIME MENÇÃO A SERVIDORA NA PORTARIA Nº 471/2022 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no Artigo 51 da Lei Complementar 157/2016 e Lei Ordinária 1696/2021: RESOLVE Artigo 1º – Suprimir da Portaria nº 471 de 16 de agosto de 2022 a menção dos ODONTOLOGOS, lotados na Secretaria de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 25 de outubro 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/ate

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 682/2022

PORTARIA Nº 682 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022. *RETIFICA PORTARIA Nº 533/2022 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, RESOLVE

Artigo 1° – Retificar o Artigo 1º da Portaria nº 533 de 2022, passando a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 1º -** Lotar a partir de 01/09/2022 a servidora **ELIANE BARBOSA ALVES,**ocupante do cargo de**ASSISTENTE SOCIAL,**passando da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Desenvolvimento Social, desempenhando suas funções no Creas".

Artigo 2º - Permanecem inalterados os demais artigos.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, 25 de outubro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

COORDENADORIA DE APOIO LEGISLATIVO
LEI COMPLEMENTAR Nº 239 DE 25 OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTE PÚBLICO E SETOR PRIVADO NA RESOLUÇÃO DA CRISE HÍDRICA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso **APROVOU** em Sessão Extraordinária realizada no dia 24 de outubro de 2022, *e eu **SANCIONO** a seguinte Lei Complementar:*

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Mirassol d'Oeste o Programa de Cooperação entre os entes públicos setor privado para buscar soluções da crise hídrica municipal.

Art. 2º- O Programa de Cooperação entre os entes públicos e setor privado tem os seguintes objetivos:

I – A colaboração entre o Município de Mirassol d'Oeste e a iniciativa privada para investimento em soluções hídricas;

II- Suprir o abastecimento de água potável da população civil;

III- Suprir o abastecimento de água das empresas e indústrias instaladas no Município, assegurando a produção industrial e os postos de empregos;

IV – Comprometimento com a preservação ambiental e o uso consciente dos limites disponíveis dos recursos hídricos.

V –A criação de nova fonte de capitação de água para suprir a demanda no município.

Parágrafo único –Compreende-se por setor privado, conjunto de atividades e organizações de caráter particular quanto ao investimento de capital, que não seja controlada pelo Estado.

Art. 3º- Todos os investimentos realizados em cooperação entre o ente público e setor privado será incorporado ao patrimônio público do Município de Mirassol d'Oeste, não havendo qualquer direito de reparação ou reembolso, não tendo nada a reclamar extrajudicial ou judicialmente.

I – Ainda que os investimentos sejam realizados em nome de empresa, indústria ou pessoa física ligada ao setor privado, será revertido em favor do município por meio de doação, o que torna obrigatória sua aceitação para fins de adesão ao programa.

Art. 4º - Fica autorizado o Serviço de Água e Esgoto de Mirassol d'Oeste – SAEMI fornecer água *in natura* para as empresas e indústrias que tenha aderido ao programa de cooperação descrito no art. 1º.

Parágrafo único – O fornecimento disposto no *caput* será com o intuito de auxiliar a manutenção das empresas e indústrias durante o período de estiagem. Ficando limitado o fornecimento de água ao limite de capitação disponível na outorga expedida pelo órgão ambiental e regulador, resguardado a preferência para o consumo humano.

Art. 5º - Os custos quanto ao fornecimento da água *in natura* serão de responsabilidadedo SAEMI, devendo ser realizado estudos técnicos para composição dos preços a serem praticados, com a instalação de hidrômetros no local da coleta da água.

I – Os custos a que se refere o *caput* será computado de forma individual, para cada empresa e/ou indústria, dentro do limite de capitação permitida na outorga.

II – O custo com o transporte da água ou outros custos necessários para conduzi-la até as empresas ou indústrias cooperadas, será sua total responsabilidade, não compondo o custo de fornecimento da água *in natura*.

Art. 6º - Será realizada entre as partes do setor privado termo de cooperação, regulamentando as obrigações que serão assumidas, e questões omissas nesta lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 25 de outubro de 2022.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO N. 72/2022. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DO CONTROLE DE PRAGAS DO TERMINAL RODOVIÁRIO E UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS , sendo vencedoras a empresa abaixo, **NATALINA PEREIRA DE LARA** COM CNPJ/34.776.887/0001-26- valor da licitação:R$696.000,00(seiscentos e noventa e seis mil) . O processo foi HOMOLOGADO em 25/10/2022. - LUISMAR DA SILVA MARTINS - Portaria 073/2021. M. D' Oeste, 26/10/2022

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 683 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 683 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretario de Educação, Esporte Lazer e Cultura Do Município De Mirassol D'oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Lotar a servidora **ROSELI BENTO FERREIRA,**ocupante do cargo de**MERENDEIRA,** na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, desempenhando suas funções no Centro Municipal Educacional Ver. Edson Athier Almeida Tamadaré.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Secretário de Educação, Esporte, Lazer e Cultura do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 25 de Outubro de 2022.

WILSON JOSE DE MATOS

Secretario de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

WJM/pmsp

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 679/2022

PORTARIA N. 679 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no Artigo 51 da Lei Complementar 157/2016 e Lei Ordinária 1696/2021:

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a partir de 01/09/2022 para o servidor **DIEGO ANTONIO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE INSPETORIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL,** lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável o adicional de **INSALUBRIDADE** de 20% (vinte por cento) sob o salário inicial da carreira,

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/09/2022.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 24 de outubro 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vIDE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE ADICIONAL INSALUBRIDADE PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no Artigo 51 da Lei Complementar 157/2016 e Lei Ordinária 1696/2021:

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a partir de 01/09/2022 para o servidor **DIEGO ANTONIO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de **AUXILIAR DE INSPETORIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL,** lotado na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável o adicional de **INSALUBRIDADE** de 20% (vinte por cento) sob o salário inicial da carreira,

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/09/2022.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 24 de outubro 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/vl

COORDENADORIA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 674/2022

PORTARIA Nº 674 DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - SUSPENDER, a partir de 18/09/2022férias da servidora **FRANCIELE RICARDO DE MATOS**, concedida através da portaria nº 564/2022**, referente ao período aquisitivo de** 01/07/2020 a 30/06/2021,lotada na Secretária de Municipal de Desenvolvimento Social, restando 1 (um) dia para gozo em data oportuna.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 24 de outubro de 2022.

HECTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito Municipal

HAB/ate

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PORTARIA Nº. 503/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Joelson de Souza Almeida****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. ***Joelson de Souza Almeida***, portador do RG nº. 2241691-9 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 050.692. 261-85, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 507/2022

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Micael Miqueias Calisto,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar o Sr. ***Micael Miqueias Calisto,*** portador do RG nº. 191052-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 025.169.661-80, do cargo Interino de Secretário Municipal de Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 31/10/2022, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal, de Nobres

DECRETO N.º 155/2022

"Dispõe sobre a PROGRESSÃO DE NÍVEL de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a progressão de nível conforme quadro abaixo.**

SERVIDORES	NÍVEL ATUAL	PROGRESSÃO
ILKE APARECIDA CARVALHO	C/1	C/2
VALDEVINA ANELA DE ALMEIDA	C/1	C/2

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir 01/10/2022, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 20 de outubro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 508/2022

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr.****Micael Miqueias Calisto****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Nomear o Sr. ***Micael Miqueias Calisto***, portador do RG nº. 191052-6 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 025.169.661-80, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Fiscalização Tributária.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01/11/2022, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

DECRETO N.º 154/2022

"Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais efetivos, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. **Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituídos pela portaria 022/2019, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.**

SERVIDORA	CLASSE ATUAL	PROMOÇÃO
DAIANY DE ANDRADE OLIVEIRA	C/3	D /1
GERSON SOARES DE ARRUDA	B/1	C /1
MARIA DE FATIMA FERREIRA PINTO	C/2	D /1

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir 01/10/2022, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 20 de outubro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 509/2022

*"Dispõe sobre a Concessão de FG à Sra. **Elisangela de Oliveira Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder FG de 20% para *a Sra. **Elisangela de Oliveira Souza***, portadora do RG nº. 074.984.7-0 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 780.797. 721-34.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 005/2022

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO n°005/2022, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E A EMPRESA FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI.

Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/n.º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no CNPJ /MF sob o n.º 03.424. 272/0001-07, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740. 239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, doravante denominado "CONTRATANTE", e do outro lado a empresa e do outro lado a empresa **FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 29.887. 078/0001-51, estabelecida à Rua Avenida Ville, nº 180, no município de Goiânia/GO, neste ato representado pelo Sr. Jair Balduino de Souza, portador do CIRG n.º 2897273 SPTC/GO e CPF n.º 527.039.671-87, contratada através do Pregão Eletrônico n° 008/2021, Contrato nº 005/2022, resolve **rescindir DE FORMA UNILATERAL** o presente Instrumento Contratual, obedecidas as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 Pelo presente termo fica rescindido de forma unilateral o CONTRATO nº 005/2022, cujo objeto constitui a **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK 6X4, ZERO KM, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE 12M, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO n° 912084/2021 CELEBRADO ENTRE MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MUNICIPAL DE NOBRES/MT**. Celebrado nos termos do Pregão Eletrônico nº 008/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

1.2. A rescisão de forma unilateral se dá em razão de interesse público da administração, justifica-se a devida conveniência e oportunidade por motivo de inadimplemento contratual por parte do CONTRATADO. Salientando-se que não houve o total cumprimento das Cláusulas contratuais.

1.3. O presente termo é precedido de notificações extrajudiciais e abertura de processo administrativo, com as devidas sanções que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública no município de Nobres/MT. Conforme estabelece no Processo Licitatório, para o cumprimento do presente instrumento em conformidade com a Lei 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A rescisão de forma unilateral se dá em virtude da CONTRATADA, não atender a Ordem de Serviço 2821/2022, emitida pelo município em 02 de junho de 2022, em total descumprimento ao prazo de entrega estabelecido e, sobre a inércia, quanto as notificações realizadas na via extrajudicial. Quanto ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, a mesma já havia sido concedida a CONTRATADA em tempo oportuno, o que restou inerte as respostas à administração.

2.2 - A rescisão ora efetivada de forma unilateral, encontra amparo legal nos termos do art. 77, 78, inciso II e 79, inciso I da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES

3.1. A DISTRATANTE promoverá a partir desta data, a anulação do saldo orçamentário do Contrato Original;

3.2. Com a rescisão contratual, será realizada a desclassificação/exclusão da Empresa no contrato, com aplicação das multas, sanções cabíveis e inclusão na lista participantes inidôneos no município de Nobres-MT.

3.3. Assim, os distratos ratificam os termos dando entre si pleno e recíproco conhecimento, sobre as medidas adotadas pela administração em relação ao referido contrato, que doravante se tem por completamente extinto.

3.4. Diante de todo o exposto, e haja vista o contexto fático-jurídico apresentado, a Administração Pública municipal se vê obrigada a rescindir unilateralmente o contrato administrativo outrora celebrado com a empresa **FIBRA DISTRIBUIÇÃO & LOGÍSTICA EIRELI**, com fulcro nas cláusulas editalícias prevista no instrumento convocatório, bem como no contrato administrativo n° 005/2022 convencionado entre as partes.

Nobres - MT, 24 de outubro de 2022.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 511/2022

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr.**Geraldo Basilio de Souza**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***Geraldo Basilio de Souza***, portador do RG nº. 0972549-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 781.621.301-87, do cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, tornando seus efeitos ao dia 25/10/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 499/2022

"Dispõe sobre a Contratação de Bolsista nos termos da Lei Municipal n° 1. 248/2013 ,e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a Contratação o Sr. **Jecheson Victor Novais da Silva,** portador do RG nº. 3113654-0 SSP/MT, e inscrito no CPF nº. 069. 615.201-03, como Bolsista para a Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03/10/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 21 de outubro de 2022.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PORTARIA Nº. 504/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Pedro Henrique Profeta de Alcantara****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. ***Pedro Henrique Profeta de Alcantara***, portador do RG nº. 2956842-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 013. 003.322-71, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 501/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Arilson Marcos de Arruda****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. **Arilson Marcos de Arruda**, portador do RG nº. 2699121-7 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 059.099. 661-46, para o cargo em Comissão de Agente Executivo de Secretaria da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 498/2022

*"Dispõe sobre a Exoneração do Sr.****Sidiney Aparecido de Jesus****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***Sidiney Aparecido de Jesus***, portador do RG nº. 2124749-8 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 043.888.301-27, do cargo em Comissão de Analista de Secretaria da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 10/10/2022, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 21 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 40/2022

AVISO DE RESULTADO

Pregão Eletrônico SRP Nº 40/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 325/2022, torna público aos interessados, que no **PREGÃO ELETRONICO SRP N° 40/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **Registro de preço para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHA MODELO 02 EIXOS, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2021/2022, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL, PARA ATENDER DA SECRETARIA DO MUNICIPIO DE NOBRES/MT,** cuja abertura ocorreu no dia 24/10/2022 às 9h00min (Brasília), sagrou-se vencedora a empresa **TDB INDUSTRIAL METAL MECÂNICA LTDA**, inscrita no CNPJ n° 05.258.784/0001-76, com valor global de R$ R$ 224. 999,99 (duzentos e vinte quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Nobres, 25 de outubro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

PREGOEIRA

PORTARIA Nº. 505/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. **Mateus Ramos de Oliveira****,e dá outras providências".***

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. **Mateus Ramos de Oliveira,** portador do RG nº. 2735240-4 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 061.069. 621-11, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 44/2022

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 44/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 325/ 2022, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 44/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto**REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE FAIXADA EM ESTRUTURA METÁLICA E REVESTIMENTO EM ACM E REVESTIMENTO EM PRÉDIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOBRES/MT, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.**Local: **Setor de Licitações**, Prefeitura Municipal de Nobres/ MT. **Data Abertura**: 10/11/2022. **Hora Abertura**: 08h00min. **Informações Complementares**: Os esclarecimentos referentes à especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: 65 – 9 9251 – 9403 ou via email: licitacao@nobres.mt.gov.br. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site https://www.nobres.mt.gov.br/Transparencia/Licitacoes/Pregao-presencial/.

Nobres, 25 de outubro de 2022.

Sra. Nadir da Silva

PREGOEIRA

PORTARIA Nº. 500/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Jean Carlos Magalhães e Silva****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. ***Jean Carlos Magalhães e Silva***, portador do RG nº. 21419973 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 034.507. 741-58, para o cargo em Comissão de Supervisor de Departamento da Subprefeitura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 21 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 506/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. **Wallyson Ramon da Silva***,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. **Wallyson Ramon da Silva*,*** portador do RG nº. 6423009 SSP/GO, e devidamente cadastrado no CPF nº. 046.970.121-86, para o cargo em Comissão de Encarregado de Divisão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 512/2022

"Dispõe sobre a Exoneração do Sr. ***Jocival Medes dos Reis****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Exonerar o Sr. ***Jocival Mendes dos Reis***, portador do RG nº. 397 334 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 346.247.751-04, do cargo em Comissão de Gerente de Secretaria da Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos a partir do dia 31/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 38/2022

AVISO DE RESULTADO

Pregão Eletrônico SRP Nº 38/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Hemily Natalye Alves Pereira, nomeada pela portaria 325/2022, torna público aos interessados, que no **PREGÃO ELETRONICO SRP N° 38/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOBRES – MT*,*** cuja abertura ocorreu no dia 25/10/2022 às 9h00min (Brasília), sagrou-se vencedora a empresa **ARAUJO CASTRO COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ n° 36.136. 393/0001-02, com valor global de R$ 3.581,95 (três mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e cinco centavos).

Nobres, 25 de outubro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE ADESÃO DE PREGÃO Nº 07/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE ADESÃO DE PREGÃO Nº 07/2022

A Comissão de Apoio ao Pregão - CAP, torna pública para quem possa interessa, que no dia **25/06/2022,** homologou-se o Processo Modalidade PREGÃO (ADESÃO) nº 07/2022, à ata de ADESAO DE ATA DE REGISTRO DE PRECO 43/2021, REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL SRP N° 72/2021, DO MUNICIPIO DE PARANAÍBA/MS. **Interessada**: Prefeitura Municipal de Nobres – MT. **Objeto**: ***CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE PONTO BIOMÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.*** **Valor Global:** de **R$ 118.800,00 (cento e dezoito mil, oitocentos reais). Favorecidas:** ***AHGORA SISTEMAS S/A***, inscrita no CNPJ n° 08.202.415/0001-50.

Nobres, 25 de outubro de 2022.

Hemily Natalye Alves Pereira

Pregoeira

PORTARIA Nº. 502/2022

"Dispõe sobre a Nomeação do Sr. ***Ademar Francisco de Oliveira****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. -Nomear o Sr. **Ademar Francisco de Oliveira**, portador do RG nº. 2587092-0 SSP/MT, e devidamente cadastrado no CPF nº. 703.132. 661-31, para o cargo em Comissão de Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01/10/2022, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 25 de outubro de 2022.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 029 2021

3º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 029 2021 DE *ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL (RP) Nº 20/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 46/2020, REALIZADO PELO ÓRGÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, OBJETO DE "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E VENTUAL CONTRATA-*

ÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE BASE DOS DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CUSTOMIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO.**QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUN. DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA ME, ADESÃO 006/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1041/2021AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **ADESÃO 006/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1041/2021.**

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5271/2022 de aditivação de valor e prazo ao contrato nº 029/2021 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo,

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes no processo Administrativo nº 5271/2022 de aditivação de valor e prazo ao contrato 029/2021 referente ao contrato de ***Adesão à Ata de Registro de Preços do PREGÃO PRESENCIAL (RP) Nº 20/2020 - Processo Administrativo nº. 46/2020, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, objeto de "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E VENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE BASE DOS DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CUSTOMIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO,***, p sendo na oportunidade o registro dos lotes mencionados abaixo: para atender a frota do município de Nossa Senhora do Livramento/MT. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas Adesão 006/2021 – Processo Administrativo Nº 01041/2021. com a **EMPRESA FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA ME** –pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº Inscrita no CNPJ nº. 14.722.241/0001-59, sediada Rua Niteroi 740 Bairro Jardim Popular município de São Jose de Quatro Março-MT, CEP: 78285-000 firmam o termo aditivo de prazo e valor

DO CONTRATADO

3.1 O preço, a quantidade e a especificação da prestação de serviço neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QTDE MÊS COD:1092	*Valor Unitários R$*	*Valor Total R$*
2	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de contabilidade pública com acesso web;**	06	R$ 4. 800,00	**R$ 28. 800,00**
5	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de planejamento e orçamento público municipal (PPALDO/LOA).**	06	R$ 2. 200,00	**R$ 13. 200,00**
6	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de compras e licitação com acesso web;**	06	R$ 3. 200,00	**R$ 19. 200,00**
7	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de gerenciamento de estoques (almoxarifado) com acesso web;**	06	R$ 1. 000,00	**R$ 6. 000,00**
8	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de patrimônio público com acesso web**	06	R$ 1. 500,00	**R$ 9. 000,00**
11	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de protocolo e despacho de processos com acesso web;**	06	R$ 1. 000,00	**R$ 6. 000,00**
12	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema de gestão de pessoal e folha de pagamento com acesso web**	06	R$ 3. 800,00	**R$ 22. 800,00**
13	**Serviço de locação de software – fornecimento de licença de uso, locação e manutenção de software de sistema integrado de arrecadação de tributos municipais e fiscalização com acesso web**	06	R$ 3. 350,00	**R$ 20. 100,00**
VALOR TOTAL			**R$ 125.100,00**	

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir de 13/10/2022

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 515/2022

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 029/2021, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT 05 de Outubro de 2022

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

EMPRESA FASPEL CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA ME

CNPJ nº. 14.722.241/0001-59,

Representada pela Socia Srº Sandra Maria Mendes da Silva,

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 077/2021

3º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 077/2021 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS EM ANDAMENTO OU A SEREM IMPLEMENTADAS NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, GESTÃO PÚBLICA, MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTES E ESPORTES PARA O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, BEM COMO DEMAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NA SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO, ELABORAÇÃO E CORREÇÃO DE PROJETOS COMPOSTO POR UMA EQUIPE DE 03 ENGENHEIROS CIVIS, 01 ARQUITETO URBANISTA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA: ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA PREGÃO ELETRÔNICO Nº017/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 650/2020.

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos no PREGÃO ELETRÔNICO Nº017/2020 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 650/2020.

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 5096/2022 de aditivação de prazo e valor ao contrato nº 77/2021 que autorizou termo aditivo de valor, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo, conforme segue:

DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas constantes no Processo Administrativo n.5096/2022 ao contrato nº 77/2021 de aditivação do termo aditivo de prazo e valor alterando o valor do contrato através do artigo 57, I e 65, II, “d” conforme a Lei 8666/93 referente ao objeto do presente a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, pelo regime de empreitada por preço global, para execução dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras em andamento ou a serem implementadas nas áreas de saúde, educação, segurança, gestão pública, mobilidade urbana e transportes e esportes para o Município de Nossa Senhora do Livramento, bem como demais atividades a serem desenvolvidas na supervisão, fiscalização, elaboração e correção de projetos composto por uma equipe de 03 engenheiros civis, 01 arquiteto urbanista PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2020 - Processo Administrativo n.° 650/2020 com a Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00,

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00				
Endereço:	Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2000, Andar 1107, Bairro Bosque da Saude Cuiabá – MT, CEP: 78.050-000				
Contatos:	65 99218-4020 65 3359-0433 e mail: juliana.engcivil32@gmail.com				
Representante:	Juliana Rodrigues				
Lote	**Descrição**	**Udade**	**Quantidade do Item**	**Valor do Item**	**Valor Total do Item**
01	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia, pelo regime de empreitada por preço global, para execução dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras em andamento ou a serem implementadas nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança,gestão pública, mobilidade urbana e transportes, assistência social e esportes para o Município de Nossa Senhora do Livramento, bem como demais atividades a serem desenvolvidas na supervisão, fiscalização, elaboração e correção de projetos, composto por 03 engenheiros civis e 01 arquiteto urbanista.	MÊS	12	**37. 000,00**	444. 000,00
R$ 444.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais)					

DA VIGENCIA DO PRAZO

O prazo de vigência deste termo aditivo de prazo será fixado pelo período de 06 (seis) meses a partir de 01/10/2022

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. e 65, I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 514/2022.

RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 077/2021 em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 27 de Setembro de 2022

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa, ACTION ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA,

CNPJ sob o nº 34.260.105/0001-00,

Representado pela Srª Juliana Rodrigues

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATO Nº. 106/2022

CONTRATO

CONTRATO Nº. 106/2022

ORIGEM: CONCORRÊNCIA Nº. 003/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 140/2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT E A EMPRESA VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, as partes a seguir identificadas, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº. 33.683.822/0001-73, com sede na com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 9.001.064-6 **SSP/PR**, e inscrito no CPF nº. 037.458.769-89 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE,** representando pela Sr. **Ozéias Teodoro Cândido,** inscrita no CPF sob nº. **557.969.669-87**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa: **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIREL**, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.969.897/0001-03, com sede na Av. Miguel Sutil, Cep: 78065-120, telefone fixo: (065) 3669-3364, telefone celular: (065) 99302-9625, e-mail: viga.construcoes2020@hotmail.com, Município de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr. Carlos Cezar dos Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº. 03555811637 DETRAN/MT e CPF sob o nº. 997.003.101-59, doravante denominada Contratada, contratado este, decorrente do **Processo Administrativo nº. 140/2022**, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº. 003/2022**, tem entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES NA ESTRADA CLEVELÂNDIA (RUA RIO GRANDE DO SUL). COORDENADA INICIAL: 9°52’35.75’’S; 57°48’17.99’’O, COORDENADA FINAL: 9°51’32.75’’S; 57°48’30.82’’O, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 15.941,84 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1238/2022, e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da Secretaria de Infraestrutura e Transportes.

Item	Qtde.	Descrição	Preço Global
01	01	**EXECUÇÃO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES NA ESTRADA CLEVELÂNDIA (RUA RIO GRANDE DO SUL). COORDENADA INICIAL: 9°52’35.75’’S; 57°48’17.99’’O, COORDENADA FINAL: 9°51’32.75’’S; 57°48’30.82’’O, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 15.941,84 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1238/2022**	R$ 3.858.816,27

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do **CONNCORRENCIA Nº. 003/2022**, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES AO CONTRATO

3.1 Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a) Edital de Concorrência nº. 003/2022 e seus anexos;

b) Termo de Referência nº. 001/2022;

c) Proposta de Preço da(s) Contratada(s).

3.2 Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4 CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS

4.1 O regime de execução objeto deste Contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, sob o regime de execução de empreitada por MELHOR VALOR GLOBAL, conforme o inciso I do Art. 6 c/c Art. 40 incisos VII e X e Art. 44, § 3º, da Lei nº. 8.666/93, com Critério de Aceitabilidade por Preços Global, conforme estabelecido no edital.

4.1.1 Os pagamentos serão efetuados proporcionalmente com o trabalho realizado na Cláusula 11 deste Contrato.

4.2 Os serviços do presente contrato deverão ser executados de acordo com a Ordem de Serviço, especificações e normas técnicas pertinentes.

4.3 A(s) Contratada(s) deverá(ão) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4 Todo pessoal da(s) Contratada(s) deverá(ão) possuir habilidade e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

4.5 Serão de inteira responsabilidade da(s) Contratada(s) as despesas e encargos diretos e indiretos, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, para a execução do contrato.

4.6 A fiscalização do contrato, será nomeado por portaria de designação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição dos colaboradores da(s) Contratada(s), equipamento ou materiais que não estiverem de acordo com as normas e/ou que não atendam as especificações.

4.7 Subcontratação

4.7.1. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, aa CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

4.7.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

4.7.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o Município de Nova Bandeirantes/MT, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes deste Contrato.

4.7.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre ao Município de Nova Bandeirantes/MT e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o ente e a subcontratada, inclusive no que pertine a medição e pagamento direto a subcontratada.

4.7.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

4.7.6. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela autoridade superior do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora contratante, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

4.7.7. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.7.8. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.7.9. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.10. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.7.11. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o Município de Nova Bandeirantes/MT que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Município de Nova Bandeirantes/MT.

4.7.12. A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

4.7.13. Assinado o contrato, serão emitidas as Notas de Empenho em favor da CONTRATADA ficando vedado emitir Notas de Empenho em favor da subcontratada.

4.7.14. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

4.7.15. Não poderá ser objeto de subcontratação os serviços constantes da habilitação técnico-operacional, constante no do Edital de Concorrência nº. 003/2022.

5 CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

5.1 O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada, por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57, inciso II e § 2º, da Lei n. 8.666/93, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato, podendo ser alterado, e ainda, se no curso do seu prazo as partes resolverem rescindi-lo, ou ao final, queiram pôr fim ao pacto locativo, fica convencionado que as mesmas, para essas situações, deverão se manifestar, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.1.1 O prazo contratual estabelecido somente poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior se presente uma das hipóteses elencadas no Art. 57, § 1º, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, e desde que devidamente justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade superior; Como condição para emissão da Nota de Empenho, a(s) Contratada(s) deverá(ão) estar com a documentação de regularidade fiscal devidamente atualizada.

5.2 A(S) CONTRATADA(S) fica(m) obrigada(s) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme § 1º, do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

5.3 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54, da Lei nº. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do Art. 55, do mesmo diploma legal.

5.4 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

5.5 O Contrato firmado poderá ainda ser aditivado para fins de manutenção do preço dos bens e/ou serviços, seja quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, seja quanto ao acréscimo ou supressão dos quantitativos dos bens/serviços/adquiridos, evitando-se o enriquecimento ilícito, seja da parte, seja da Administração, observado as normas previstas na lei de licitação.

5.6 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação na imprensa oficial.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL E DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) prestar(em) os serviços de acordo com a necessidade da Administração Pública, disponibilizando pessoal necessário para o fiel cumprimento do objeto, obedecendo os prazos legais e contratuais para entrega dos serviços.

6.2 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir durante toda a vigência do contrato um sistema de atendimento em regime de plantão, através de telefonia fixa ou móvel, para atendimento da Prefeitura de Nova Bandeirantes/MT, em regime de urgência, quando necessário.

6.3 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) ter na sociedade empresarial, profissionais regularmente inscritos e/ou constituídos perante a Conselho Regional Competente.

6.4 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução do Contrato.

6.5 O prazo para início da execução do contrato será de até 05 (cinco) dias a contar da emissão de ordem de serviço.

6.6 O prazo de execução da obra de 210 (duzentos e dez) dias.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

7.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

7.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

7.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

7.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

7.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

7.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.7 Responsabilizar-se pelos encargos e despesas diretas e indiretas, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, resultantes da execução do contrato.

7.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme § 1º, do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

7.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular), bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da(s) Contratada(s) ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediatas.

7.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

7.12 A Contratada deverá manter no local o **LIVRO DIÁRIO DE OBRA**, devendo o contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamentos, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc., servindo de meio de comunicação formal entre as partes. As anotações das fiscalizações no LIVRO DIÁRIO DE OBRA terão validade de comunicação escrita, devendo ser rubricadas pelos representantes de ambas as partes.

7.13 Responsabilizar-se, pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços e obras, pela reparação, às suas expensas, de quaisquer vícios e defeitos ou imperfeições provenientes da execução do objeto deste contrato, assumindo a responsabilidade pela segurança e solidez dos trabalhos executados, seja em razão dos materiais, seja em razão do solo, que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante, nos termos do Art. 618 do Código Civil.

7.14 Manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados. **7.15.** Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos (trabalhista e outros) inerentes ao serviço; **7.16** A contratada deverá manter engenheiro e mestre de obras, de forma exclusiva, durante a execução da obra; **7.17** É responsabilidade da contratada a vigilância do local da obra; **7.18.** A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo; **7.19** A CONTRATADA obriga-se a executar toda a construção conforme as exigências normativas da ABNT, ABCP e Código de Obras local bem como pelo estabelecido no memorial, responsabilizando-se ainda: **a)** Pela imperfeição e insegurança dos trabalhos executados; **b)** Pela falta de solidez nos trabalhos executados mesmo após o término do presente contrato obedecendo às disposições constantes do Código Civil Brasileiro e demais disposições legais aplicáveis; **c)** Pela falta de responsabilidade técnica na execução da obra; **d)** Pela negligencia, imprudência e imperícia caso ocorra; **e)** Por acidente de qualquer natureza, com empregados, outras pessoas, veículos, maquinários, aparelhagem e materiais, ocorridos na obra ou em decorrência dela, ficando a seu encargo as indenizações devidas;

7.20. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

7.21. Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.

7.22. Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades para a(s) Contratada(s) executar o serviço objeto do presente Contrato, permitindo o acesso dos Profissionais da(s) Contratada(s) às suas dependências. Esses Profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.

8.2 A CONTRATANTE compromete-se a:

8.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8.2.2 Comunicar a(s) Contratada(s), de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços;

8.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato;

8.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais;

8.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato, após cumpridos todos os requisitos do item,

8.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da(s) Contratada(s) não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante e a terceiros;

8.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da(s) Contratada(s);

8.2.9 Efetuar a análise e consignar o “atesto” nas faturas/notas fiscais emitidas pela(s) Contratada(s), somente após conferências da **regularidade da planilha de medição** devidamente conferida e atestada pelo engenheiro fiscal da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, e efetivando o respectivo pagamento;

8.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato;

8.2.11 Prestar aos empregados da(s) Contratada(s) informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

8.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

8.2.13 Comunicar por escrito a(s) Contratada(s) qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

8.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis; e,

8.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

9 CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE** designará como Gestor e Fiscais de Contrato, a serem intitulados por meio de Portaria, sendo responsáveis por acompanhar, fiscalizar e conferir o recebimento do material ou a execução do serviço, procedendo ao registro das ocorrências, falhas e/ou defeitos detectados e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da(s) Contratada(s), os seguintes:

Gestor do Contrato	Sr. Ozéias Teodoro Candido CPF: 557.969.669-87 RG: 40970878 SSP/PR Ato Nomeação nº. 048/2022. Cargo: Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte.
Fiscal do Contrato	Sr. Vitor Hugo Neiverth CPF: 056.143.951-64 RG: 26291916 SSP/MT Matrícula: 5121 Cargo: Chefe de Departamento-Controle de Pátio
Suplente do Fiscal	Sr. Jaime Neiverth CPF: 551.815.381-34 RG: 846.093 SSP/MT Matrícula: 88 Cargo: Agente Operacional

9.2 As atribuições do gestor e fiscal do contrato estão relacionadas na Instrução Normativa nº. 003/2022.

9.3 As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.

9.4 A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da(s) Contratada(s) quanto à perfeita execução dos trabalhos.

9.5 Caberá ao gestor do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento;

b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato;

c) Acompanhar e analisar os relatórios que porventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do Contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor deverá notificar a(s) Contratada(s) solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante;

d) Deverá lançar as informações que forem de sua responsabilidade no Sistema Informatizado de Controle de Contratos Municipal; e,

e) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato e que estiverem em conformidade com a IN 003/2022.

9.6 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

b) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

c) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

d) Intervir: assumir a execução do contrato;

e) Informar: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela(s) Contratada(s) que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização;

f) Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

g) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

h) Zelar pelo bom relacionamento com a(s) Contratada(s), mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

i) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

j) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

k) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

l) Formalizar, sempre, os entendimentos com a(s) Contratada(s) ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

m) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; e,

n) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

9.7 Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº. 8.666/93 e a IN nº. 003/2022, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa(s) Contratada(s), encaminhando-a diretamente a Secretaria Municipal de Finanças, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE a seguir:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 – ADM. GERAL DA SEC. DE INFRAESTRUTURA
Função: 15 – URBANISMO
Subfunção: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
Programa: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade: 1 016 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E OBRAS COMPLEMENTARES
483 – Natureza de Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Dá-se a este contrato o valor total de R$ 3.858.816,27 (três milhões oitocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos).

11.2 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a(s) Contratada(s) deverá seguir alguns procedimentos:

11.2.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada diretamente no almoxarifado, juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado;

11.2.2 A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem; e,

11.2.3 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, planilha de medição e todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:

a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que **no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para fins de recebimento da administração pública**;

c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;

d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f) Planilha de medição, após cumpridos todos os requisitos do item, **8.2.9**; e,

g) Certidão negativa da matrícula CEI - Cadastro Específico do INSS da obra, ou Certidão Cadastro Nacional de Obras - CNO, (**apenas na última medição**), ficando a cargo da Contratada qualquer encargo para a apresentação da mesma.

11.3 A(s) Contratada(s) deverá(ão) manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

11.4 Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome da Secretaria Solicitante/Diretoria;

e) Descrição do material e/ou serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho; e,

j) Não deverá possuir rasuras.

11.5 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a(s) Contratada(s) para as necessárias correções, sendo informados os motivos que levaram à sua rejeição.

11.6 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

11.7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para a Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Finanças, no endereço: **Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Cep: 78.565-000, Município de Nova Bandeirantes/MT**.

11.8 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

11.9 O pagamento será realizado em até no máximo 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura observada a efetiva entrega dos bens/serviços contratados, após cumpridos as exigências contidas na subcláusula **11.2.3**.

11.10 O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme Art. 5º, da Lei nº. 8.666/93.

11.11 O pagamento não será considerado como aceitação definitiva do serviço/material e não isentará a(s) Contratada(s) das suas responsabilidades e obrigações, quaisquer que sejam.

11.12 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a(s) Contratada(s) em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

11.13 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação financeira com empresa de fomento mercantil.

11.14 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da(s) Contratada(s).

11.15 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

11.16 O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no Art. 5º, da Lei nº. 8.666/93.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no Art. **65, da Lei nº. 8.666/93** e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Aquele que, convocado recusar-se a retirar a Ordem de Serviço/Nota de Empenho ou instrumento equivalente dentro do ***prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis*** ou deixar de realizar a execução do objeto do contrato, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participar de licitações da Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Impedimento de licitar e Contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e/ou,

e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a(s) Contratada(s) ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas “b”, “c” e “d”.

13.2 As multas previstas nesta seção não eximem a(s) Contratada(s) da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Contratante.

13.3 Se a(s) Contratada(s) não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Nova Bandeirantes/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

13.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.6 A(s) Contratada(s) poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos produtos e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

14.1 Para assinatura do instrumento de contrato será exigida da detentora do Registro de Preços a prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da Contratante, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor do contrato, numa das modalidades previstas no § 2º, do Art. 56, da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

14.2 A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública nos termos do inciso I, § 1º, do Art. 56 da Lei nº. 8.666/93; Seguro Garantia; e, Fiança Bancária.

14.3 No caso de fiança bancária, esta deverá ser a critério da licitante, fornecida por um banco estabelecido no Brasil, pelo prazo de duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual.

14.4 No caso de opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo de duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual.

14.5 No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a Tesouraria da Prefeitura de Nova Bandeirantes/MT, **Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Cep: 78.565-000, Município de Nova Bandeirantes/MT.**

14.6 A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada após a execução do Contrato. Quando em dinheiro, será atualizado monetariamente.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

15.1 O preço registrado será fixo e irreajustável durante a vigência do contrato, conforme consta da proposta de preço da licitante vencedora, o qual incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, ajustado, se for o caso, de acordo com o disposto no item 12 deste Edital.

15.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até à execução do serviço, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora do Contrato na execução do mesmo.

15.1.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

15.2 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora do Contrato manter os prazos para prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades contratual.

15.3 Os preços contratuais serão reajustados pela aplicação da variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após decorrido 01 (um) ano da data da assinatura do Contrato, sempre com periodicidade anual, nos termos do Art. 3º, da Lei nº. 10.192, de 4 de fevereiro de 2001.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos Arts. **77 a 80**, da Lei **nº. 8.666/93**.

16.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3 O presente Termo Contratual poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município de Nova Bandeirantes/MT ou bilateralmente, atendendo sempre a conveniência administrativa e o devido processo legal.

16.4 A rescisão do contrato poderá ser:

16.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

16.4.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

16.4.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

16.5 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.6 A critério do Município caberá rescisão Contratual independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a(s) Contratada(s):

a) Não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das obrigações contratuais;

b) Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação à SME;

c) Subcontratar total ou parcialmente os serviços/obras, de maneira diversa da prevista neste instrumento;

d) Reincidir nas multas previstas na Cláusula referente as penalidades deste Contrato;

e) Decretar falência, requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

f) Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93.

16.7 No caso de rescisão, unilateral ou bilateral, a(s) Contratada(s) receberá o valor dos serviços executados e atestados pela fiscalização, salvo se instaurado processo administrativo que resultar em sanção “multa” e “glosa”, sendo possível ser descontada a garantia contratual.

16.8 A(S) CONTRATADA(S) reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

16.9 Em qualquer das hipóteses suscitadas, a Secretaria responsável não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e Previdência Social, tampouco o custo de desmobilização.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE DO CONTRATO

17.1 A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, observando os preceitos constantes dos Arts. 49, 50 e 59, da Lei nº. 8.666/93.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VALIDADE E DA EFICÁCIA

18.1 O presente contrato só terá validade depois de aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e eficácia depois de publicado, por extrato, no “Diário Oficial”, de conformidade com o disposto no parágrafo único do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 A publicação resumida do Instrumento de Contrato, ou de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa à Imprensa do texto do extrato a ser publicado até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra efetivamente no prazo de vinte dias contados da mencionada remessa.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ARQUIVAMENTO

20.1 A Contratante manterá cópia deste Instrumento de Contrato e dos Termos Aditivos que eventualmente forem firmados em arquivo próprio, por data de emissão e por gestão orçamentária, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei nº. 8.666/93, que regulamente as licitações promovidas pela Administração Pública.

21.2 Havendo falha ou omissão no edital, termo de referência e no contrato, serão levadas em conta as informações contidas nos termos de convênios e serão considerados em favor da administração pública, em benefícios da coletividade.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Nova Monte Verde/MT do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03**

(três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas **PARTES**,

vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Bandeirantes/MT, 25 de outubro de 2022.

CONTRATANTE:

Município de Nova Bandeirantes/MT **Cesar Augusto Périgo** **Prefeito Municipal**	**Ozéias Teodoro Candido** **Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte** **Secretaria Gestora do Contrato**

CONTRATADA:

VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIREL
CNPJ nº. 36.969.897/0001-03
CARLOS CEZAR DOS SANTOS
RG nº. 03555811637 DETRAN/MT
CPF nº. 997. 003.101-59

Testemunhas:

1) **Nome:** Andressa Cristine F. Moreira **CPF nº**041.729.241-40	**2)** **Nome:** Ademir Urtado Junior **CPF nº.** 040.719.819

Ass. _____	**Ass. _____**

JURIDICO
DECRETO N°. 220/2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022 (SEXTA-FEIRA) – DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2022."

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e.

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro de 2022 (sexta-feira) é comemorado o Dia do Servidor Público – art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das atividades administrativas ao calendário anual, e, visando não ocasionar prejuízo ao bom andamento dos trabalhos.

DECRETA:

Art. 1° – Fica decretado a TRANSFERÊNCIA DO PONTO FACULTATIVO do dia 28 de outubro de 2022 (sexta-feira) – Dia do Servidor Público, para o dia 14 de novembro de 2022 (segunda-feira).

Parágrafo Único: Funcionarão em caráter excecional os órgãos considerados essenciais, que devem funcionar seguindo escala a ser elaborada pelo Secretário da pasta.

Art. 2º - O funcionamento dos órgãos municipais se dará normalmente no dia 28 de outubro de 2022 (Dia do Funcionário Público).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes/MT, em 25 de outubro de 2022.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 013/2022

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 013/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 013/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 159/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES (MT)

CONTRATADO:**EASY SOLUCOES DIAGNOSTICAS LTDA**

CNPJ Nº.: **19.993.061/0001-25**

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE REAGENTES LABORATORIAIS PARA TESTES BIOQUÍMICOS NECESSÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO ANALISADOR BIOQUÍMICO AUTOMATIZADO MARCA: DIASYS/KOVALENT MODELO: RESPONS 920 E DO APARELHO DE HEMOGRAMA DA MARCA: NIHON KOHDEN MODELO: CELLTAC CX MEK 6500J, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** nas condições e especificações contidas no termo de referência.

DOS PRODUTOS:

DO EQUIPAMENTO - ANALISADOR BIOQUÍMICO AUTOMATIZADO MARCA**: DIASYS/KOVALENT** MODELO: **RESPONS 920**

Item	Descrição do Item	UN	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	CLEANER A 250ML	UN	04	R$ 200,00	R$ 800,00
02	CLEANER B - 250 ML	UN	03	R$ 100,00	R$ 300,00
03	TGP (IFCC) R1 4 X 34,5 ML + R2 4 X 10,3 ML (RESPONS)	UN	07	R$ 300,00	R$ 2.100,00
04	EXTRAN MA 01 ALCALINO. - 5 L	UN	03	R$ 380,00	R$ 1.140,00
05	TOPKAL HDL/LDL 1 X2 ML	KIT	04	R$ 360,00	R$ 1.440,00
06	ACIDO URICO WS R1 4 X 38,6 ML + R2 4 X 11,4 ML (RESPONS)	KIT	05	R$ 300,00	R$ 1.500,00
07	UREIA UV WS R1 4X34,5ML + R2 4X10,3ML (RESPONS)	KIT	07	R$ 200,00	R$ 1.400,00
08	GAMA GT R1 4 X 34,5 ML + R2 4 X 10,3 ML (RESPONS)	KIT	02	R$ 425,00	R$ 850,00
09	CREATININA PAP FS R1 4X32 ML + R2 4 X16 ML (4X180 TESTES)	KIT	07	R$ 1.000,00	R$ 7.000,00
10	HDL-C DIRETO R1 4 X 38,6 ML + R2 4 X 11,4 ML (RESPONS)	KIT	07	R$ 1.120,00	R$ 7.840,00
11	GLICOSE WS 4X43,6ML (RESPONS)	KIT	06	R$ 70,00	R$ 420,00
12	TOPKON N 2 X5 ML	KIT	08	R$ 180,00	R$ 1.440,00
13	TRIGLICERIDEOS WS R1 4 X 43,6 ML (RESPONS)	KIT	07	R$ 300,00	R$ 2.100,00
14	TGO (IFCC) R1 4 X 34,5 ML + R2 4 X 10,3 ML (RESPONS)	KIT	07	R$ 300,00	R$ 2.100,00
15	CK-NAC DGKC/IFCC R1 4 X 21,3 ML + R2 4 X 6,8 ML (RESPONS)	KIT	03	R$ 600,00	R$ 1.800,00
16	TOPKAL U 2 X3 ML	KIT	08	R$ 180,00	R$ 1.440,00
17	COLESTEROL WS 4 X 43,6 ML (RESPONS)	KIT	07	R$ 131,00	R$ 917,00
					R$ 34.587,00

DO EQUIPAMENTO - APARELHO DE HEMOGRAMA DA MARCA: **NIHON KOHDEN** MODELO: **CELLTAC CX MEK 6500J**

Item	Descrição do Item	UN	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	HBA1c R1 2x15ml + R2 1x10ML + R3 1x5ML (45ml)	UN	10	R$ 1.222,55	R$ 12.225,50
02	Solução Hemolizante HBA1c 1x500ml	UN	05	R$ 117,82	R$ 589,09
03	TOPKAL HBA1c 4X0,25ml	UN	02	R$ 605,92	R$ 1.211,84
04	TOPKON HbA1c Nivel 1 – 4x0,25ml	UN	04	R$ 466,22	R$ 1.864,89
05	TOPKON HbA1c Nivel 2 – 4x0,25ml	UN	04	R$ 466,22	R$ 1.864,89
					R$ 17.756,20

Valor Global R$ 52.343,20 (cinquenta e dois mil trezentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25 - I, da Lei nº 8.666/93.

Nova Bandeirantes - MT, 25 de outubro de 2022.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Presidente CLP (Portaria nº 015/2022)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
CONTRATO Nº. 107/2022

CONTRATO

CONTRATO Nº. 107/2022

ORIGEM: CONCORRÊNCIA Nº. 004/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 141/2022

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT E A EMPRESA VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, as partes a seguir identificadas, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº. 33.683.822/0001-73, com sede na com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 9.001.064-6 **SSP/PR**, e inscrito no CPF nº. 037.458.769-89 e pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE,** representando pela Sr. **Ozéias Teodoro Cândido,** inscrita no CPF sob nº. **557.969.669-87**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa: **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 36.969.897/0001-03, com sede na Av. Miguel Sutil, Cep: 78065-120, telefone fixo: (065) 3669-3364, telefone celular: (065) 99302-9625, e-mail: viga.construcoes2020@hotmail.com, Município de Cuiabá/MT, neste ato representada por seu representante legal Sr. Carlos Cezar dos Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº. 03555811637 DETRAN/MT e CPF sob o nº. 997.003.101-59, doravante denominada(s) Contratada(s), contratado este, decorrente do **Processo Administrativo nº. 141/2022**, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº. 004/2022**, tem entre si justo e avençado o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir definidas:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIAS URBANAS, TRECHOS: RUA PIAUÍ, RUA RIO DE JANEIRO, TRAVESSA NORTELÂNDIA, TRAVESSA BARÃO DE MELGAÇO, RUA MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, RUA CAÇADOR, RUA LARANJEIRAS DO SUL, RUA SORRISO, RUA IRANI, RUA NAZARENO, RUA MACHADO DE ASSIS, RUA CARLOS DRUMOND, RUA CLARICE LISPECTOR E RUA RIO DE JANEIRO – TR LOT. UNIÃO. COORDENADA DA RUA PRINCIPAL RUA CAÇADOR COORDENADA INICIAL: 9°51’14.23’’S; 57°48’25.59’’O COORDENADA FINAL: 9°51’12.53’’S; 57°48’12.14’’O, TOTALIZANDO UMA EXTENSÃO DE 23.757,72 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1292/2022, e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da Secretaria de Infraestrutura e Transportes.

Item	Qtde.	Descrição	Preço Global
01	01	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIAS URBANAS, TRECHOS: RUA PIAUÍ, RUA RIO DE JANEIRO, TRAVESSA NORTELÂNDIA, TRAVESSA BARÃO DE MELGAÇO, RUA MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, RUA CAÇADOR, RUA LARANJEIRAS DO SUL, RUA SORRISO, RUA IRANI, RUA NAZARENO, RUA MACHADO DE ASSIS, RUA CARLOS DRUMOND, RUA CLARICE LISPECTOR E RUA RIO DE JANEIRO – TR LOT. UNIÃO. COORDENADA DA RUA PRINCIPAL RUA CAÇADOR COORDENADA INICIAL: 9°51’14.23’’S; 57°48’25.59’’O COORDENADA FINAL: 9°51’12.53’’S; 57°48’12.14’’O, TOTALIZANDO UMA EXTENSÃO DE 23.757,72 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1292/2022.	R$ 2.071.266,39

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

2.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do **CONNCORRENCIA Nº. 004/2022**, realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/93 e pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES AO CONTRATO

3.1 Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculado, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a) Edital de Concorrência nº. 004/2022 e seus anexos;

b) Termo de Referência nº. 002/2022;

c) Proposta de Preço da(s) Contratada(s).

3.2 Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

4 CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS

4.1 O regime de execução objeto deste Contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, sob o regime de execução de empreitada por MELHOR VALOR GLOBAL, conforme o inciso I do Art. 6 c/c Art. 40 incisos VII e X e Art. 44, § 3º, da Lei nº. 8.666/93, com Critério de Aceitabilidade por Preços Global, conforme estabelecido no edital.

4.1.1 Os pagamentos serão efetuados proporcionalmente com o trabalho realizado na Cláusula 11 deste Contrato.

4.2 Os serviços do presente contrato deverão ser executados de acordo com a Ordem de Serviço, especificações e normas técnicas pertinentes.

4.3 A(s) Contratada(s) deverá(ão) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.4 Todo pessoal da(s) Contratada(s) deverá(ão) possuir habilidade e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

4.5 Serão de inteira responsabilidade da(s) Contratada(s) as despesas e encargos diretos e indiretos, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, para a execução do contrato.

4.6 A fiscalização do contrato, será nomeado por portaria de designação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição dos colaboradores da(s) Contratada(s), equipamento ou materiais que não estiverem de acordo com as normas e/ou que não atendam as especificações.

4.7 Subcontratação

4.7.1. A critério exclusivo do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora CONTRATANTE e mediante prévia e expressa autorização da autoridade superior, aa CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30% (trinta por cento), desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

4.7.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

4.7.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o Município de Nova Bandeirantes/MT, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes deste Contrato.

4.7.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre ao Município de Nova Bandeirantes/MT e a Contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o ente e a subcontratada, inclusive no que pertine a medição e pagamento direto a subcontratada.

4.7.5. O Município de Nova Bandeirantes/MT se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

4.7.6. Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela autoridade superior do Município de Nova Bandeirantes/MT, ora contratante, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por aditamento.

4.7.7. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

4.7.8. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

4.7.9. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.10. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.7.11. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o Município de Nova Bandeirantes/MT que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no Município de Nova Bandeirantes/MT.

4.7.12. A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

4.7.13. Assinado o contrato, serão emitidas as Notas de Empenho em favor da CONTRATADA ficando vedado emitir Notas de Empenho em favor da subcontratada.

4.7.14. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

4.7.15. Não poderá ser objeto de subcontratação os serviços constantes da habilitação técnico-operacional, constante no do Edital de Concorrência nº. 004/2022.

5 CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATO E DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

5.1 O período de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ter a sua duração prorrogada, por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57, inciso II e § 2º, da Lei n. 8.666/93, condicionada a verificação da real necessidade e vantagem para a Administração na continuidade do contrato, podendo ser alterado, e ainda, se no curso do seu prazo as partes resolverem

rescindi-lo, ou ao final, queiram pôr fim ao pacto locativo, fica convencionado que as mesmas, para essas situações, deverão se manifestar, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.1.1 O prazo contratual estabelecido somente poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior se presente uma das hipóteses elencadas no Art. 57, § 1º, da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, e desde que devidamente justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade superior; Como condição para emissão da Nota de Empenho, a(s) Contratada(s) deverá(ão) estar com a documentação de regularidade fiscal devidamente atualizada.

5.2 A(S) CONTRATADA(S) fica(m) obrigada(s) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme § 1º, do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

5.3 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54, da Lei nº. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do Art. 55, do mesmo diploma legal.

5.4 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

5.5 O Contrato firmado poderá ainda ser aditivado para fins de manutenção do preço dos bens e/ou serviços, seja quanto ao equilíbrio econômico-financeiro, seja quanto ao acréscimo ou supressão dos quantitativos dos bens/serviços/adquiridos, evitando-se o enriquecimento ilícito, seja da parte, seja da Administração, observado as normas previstas na lei de licitação.

5.6 A divulgação do extrato do contrato ocorrerá por publicação na imprensa oficial.

6 CLÁUSULA SEXTA - DAS ESPECIFICAÇÕES, DO LOCAL E DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) prestar(em) os serviços de acordo com a necessidade da Administração Pública, disponibilizando pessoal necessário para o fiel cumprimento do objeto, obedecendo os prazos legais e contratuais para entrega dos serviços.

6.2 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir durante toda a vigência do contrato um sistema de atendimento em regime de plantão, através de telefonia fixa ou móvel, para atendimento da Prefeitura de Nova Bandeirantes/MT, em regime de urgência, quando necessário.

6.3 A(S) CONTRATADA(S) deverá(ão) ter na sociedade empresarial, profissionais regularmente inscritos e/ou constituídos perante a Conselho Regional Competente.

6.4 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução do Contrato.

6.5 O prazo para início da execução do contrato será de até 05 (cinco) dias a contar da emissão de ordem de serviço.

6.6 O prazo de execução da obra de 180 (cento e oitenta) dias.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

7.1 Manter durante toda a execução do Contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas, obedecendo às disposições legais e regulamentos pertinentes.

7.2 Atender prontamente quaisquer exigências do fiscal do contrato, inerente ao objeto da contratação, bem como manter todas as condições estabelecidas neste instrumento.

7.3 Fornecer os produtos sempre em rigorosa observância aos termos da Contratação e da proposta a que se vinculam, bem como as cláusulas contratuais.

7.4 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

7.5 Substituir, às suas expensas e responsabilidade, o serviço que não estiver de acordo com as especificações, sem ônus para a Contratante no todo ou em parte.

7.6 Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.7 Responsabilizar-se pelos encargos e despesas diretas e indiretas, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, resultantes da execução do contrato.

7.8 Responder por danos causados diretamente à Autarquia ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, conforme § 1º, do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

7.10 A empresa deverá disponibilizar atendimento, através de linha telefônica fixa e de telefonia móvel (celular), bem como um preposto para atender por e-mail ou nas dependências da(s) Contratada(s) ou da Contratante, caso ocorra possíveis alterações e solicitações de informações imediatas.

7.11 Não caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

7.12 A Contratada deverá manter no local o **LIVRO DIÁRIO DE OBRA**, devendo o contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo. Nesse livro estarão registrados os trabalhos em andamentos, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, etc., servindo de meio de comunicação formal entre as partes. As anotações das fiscalizações no LIVRO DIÁRIO DE OBRA terão validade de comunicação escrita, devendo ser rubricadas pelos representantes de ambas as partes.

7.13 Responsabilizar-se, pelo período de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços e obras, pela reparação, às suas expensas, de quaisquer vícios e defeitos ou imperfeições provenientes da execução do objeto deste contrato, assumindo a responsabilidade pela segurança e solidez dos trabalhos executados, seja em razão dos materiais, seja em razão do solo, que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante, nos termos do Art. 618 do Código Civil.

7.14 Manter os seus funcionários equipados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s e Equipamento de Proteção Coletiva – EPC's durante todo o período de trabalho, principalmente uniformizados e identificados. **7.15.** Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos (trabalhista e outros) inerentes ao serviço; **7.16** A contratada deverá manter engenheiro e mestre de obras, de forma exclusiva, durante a execução da obra; **7.17** É responsabilidade da contratada a vigilância do local da obra; **7.18.** A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da contratante, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados ou sobre as características ou condições de operação e manutenção do mesmo; **7.19** A CONTRATADA obriga-se a executar toda a construção conforme as exigências normativas da ABNT, ABCP e Código de Obras local bem como pelo estabelecido no memorial, responsabilizando-se ainda: **a)** Pela imperfeição e insegurança dos trabalhos executados; **b)** Pela falta de solidez nos trabalhos executados mesmo após o término do presente contrato obedecendo às disposições constantes do Código Civil Brasileiro e demais disposições legais aplicáveis; **c)** Pela falta de responsabilidade técnica na execução da obra; **d)** Pela negligencia, imprudência e imperícia caso ocorra; **e)** Por acidente de qualquer natureza, com empregados, outras pessoas, veículos, maquinários, aparelhagem e materiais, ocorridos na obra ou em decorrência dela, ficando a seu encargo as indenizações devidas;

7.20. A CONTRATADA deverá manter os locais, onde forem realizados os serviços, sinalizados e isolados do público por placas, faixas, fitas, tapume, telas, etc., com o fim de evitar riscos de acidentes aos usuários locais e ao pessoal da empresa.

7.21. Os locais onde serão realizados os serviços deverão ser entregues limpos, sem material excedente e bem sinalizado, pronto para o uso público.

7.22. Obter, por sua conta, todas as licenças, franquias e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades para a(s) Contratada(s) executar o serviço objeto do presente Contrato, permitindo o acesso dos Profissionais da(s) Contratada(s) às suas dependências. Esses Profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.

8.2 A CONTRATANTE compromete-se a:

8.2.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8.2.2 Comunicar a(s) Contratada(s), de imediato, qualquer irregularidade verificada na aquisição dos serviços;

8.2.3 Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento e fiscalizar, rigorosamente, os serviços prestados e cumprimento do objeto do Contrato;

8.2.4 Designar o fiscal e suplente de fiscal do Contrato, por meio de Portaria, ao qual ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado;

8.2.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das execuções contratuais;

8.2.6 Efetuar os pagamentos dentro do prazo estipulado e condições estabelecidas no contrato, após cumpridos todos os requisitos do item,

8.2.7 Aplicar as penalidades previstas no edital e instrumento contratual, na hipótese da(s) Contratada(s) não cumprir as cláusulas contratuais, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante e a terceiros;

8.2.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da(s) Contratada(s);

8.2.9 Efetuar a análise e consignar o "atesto" nas faturas/notas fiscais emitidas pela(s) Contratada(s), somente após conferências da **regularidade da planilha de medição** devidamente conferida e atestada pelo engenheiro fiscal da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, e efetivando o respectivo pagamento;

8.2.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens de serviço em desacordo com o Contrato;

8.2.11 Prestar aos empregados da(s) Contratada(s) informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza do fornecimento que tenham a executar;

8.2.12 Certificar que a entrega do objeto está sendo com a qualidade técnica, realizar a cobrança quando não realizado adequadamente;

8.2.13 Comunicar por escrito a(s) Contratada(s) qualquer irregularidade encontrada no fornecimento;

8.2.14 A entrega em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis; e,

8.2.15 A fiscalização pela Contratante, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da futura FORNECEDORA, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

9 CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 O Município de Nova Bandeirantes/MT por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE** designará como Gestor e Fiscais de Contrato, a serem intitulados por meio de Portaria, sendo responsáveis por acompanhar, fiscalizar e conferir o recebimento do material ou a execução do serviço, procedendo ao registro das ocorrências, falhas e/ou defeitos detectados e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da(s) Contratada(s), os seguintes:

Gestor do Contrato	Sr. Ozéias Teodoro Candido CPF: 557.969.669-87 RG: 40970878 SSP/PR Ato Nomeação nº. 048/2022. Cargo: Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte.
Fiscal do Contrato	Sr. Vitor Hugo Neiverth CPF: 056.143.951-64 RG: 26291916 SSP/MT Matrícula: 5121 Cargo: Chefe de Departamento-Controle de Pátio
Suplente do Fiscal	Sr. Jaime Neiverth CPF: 551.815.381-34 RG: 846.093 SSP/MT Matrícula: 88 Cargo: Agente Operacional

9.2 As atribuições do gestor e fiscal do contrato estão relacionadas na Instrução Normativa nº. 003/2022.

9.3 As exigências da FISCALIZAÇÃO se basearão nas especificações e nas Normas vigentes.

9.4 A presença da FISCALIZAÇÃO designada pela CONTRATANTE na obra não diminuirá a responsabilidade da(s) Contratada(s) quanto à perfeita execução dos trabalhos.

9.5 Caberá ao gestor do contrato as seguintes atribuições:

a) Realizar conferências das notas fiscais atestadas pelo Fiscal do contrato, e posteriormente efetuar o pagamento;

b) Atentar aos valores a serem pagos, tomando cuidado para que os pagamentos não ultrapassem o valor do contrato;

c) Acompanhar e analisar os relatórios que porventura venham a ser emitidos pelo Fiscal do Contrato. Havendo qualquer apontamento que acuse atraso ou descumprimento da aquisição/serviço, o gestor deverá notificar a(s) Contratada(s) solicitando justificativa e o cumprimento no prazo estabelecido pela Secretaria demandante;

d) Deverá lançar as informações que forem de sua responsabilidade no Sistema Informatizado de Controle de Contratos Municipal; e,

e) Quaisquer outras ao qual a Administração julgar necessárias e convenientes para o excelente andamento do contrato e que estiverem em conformidade com a IN 003/2022.

9.6 Caberá ao fiscal do contrato as seguintes atribuições:

a) Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

b) Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

c) Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

d) Intervir: assumir a execução do contrato;

e) Informar: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela(s) Contratada(s) que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização;

f) Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

g) Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

h) Zelar pelo bom relacionamento com a(s) Contratada(s), mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

i) Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

j) Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

k) Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

l) Formalizar, sempre, os entendimentos com a(s) Contratada(s) ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

m) Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços; e,

n) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

9.7 Caberá ao Fiscal, além das que perfazem na legislação vigente, Lei nº. 8.666/93 e a IN nº. 003/2022, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa(s) Contratada(s), encaminhando-a diretamente a Secretaria Municipal de Finanças, a fim de providenciar a Nota de Liquidação.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE a seguir:

Órgão: 08 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001 – ADM. GERAL DA SEC. DE INFRAESTRUTURA
Função: 15 – URBANISMO
Subfunção: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA
Programa: 0013 - MELHORIA DA INFRAESTRUTURA
Projeto/Atividade: 1 016 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E OBRAS COMPLEMENTARES
483 – Natureza de Despesa: 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 Dá-se a este contrato o valor total de R$ 2.071.266,39 (dois milhões setenta e um mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos).

11.2 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a(s) Contratada(s) deverá seguir alguns procedimentos:

11.2.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada diretamente no almoxarifado, juntamente com a entrega do material solicitado e/ou o serviço prestado;

11.2.2 A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem; e,

11.2.3 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, planilha de medição e todas as certidões de regularidade fiscal, devidamente válidas:

a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante, observando que **no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para fins de recebimento da administração pública**;

c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;

d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f) Planilha de medição, após cumpridos todos os requisitos do item, **8.2.9**; e,

g) Certidão negativa da matrícula CEI - Cadastro Específico do INSS da obra, ou Certidão Cadastro Nacional de Obras - CNO, (**apenas na última medição**), ficando a cargo da Contratada qualquer encargo para a apresentação da mesma.

11.3 A(s) Contratada(s) deverá(ão) manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

11.4 Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas como:

a) Razão Social;

b) Número da Nota Fiscal/Fatura;

c) Data de emissão;

d) Nome da Secretaria Solicitante/Diretoria;

e) Descrição do material e/ou serviço;

f) Quantidade, preço unitário, preço total;

g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);

h) Número do Contrato;

i) Número da Nota de Empenho; e,

j) Não deverá possuir rasuras.

11.5 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a(s) Contratada(s) para as necessárias correções, sendo informados os motivos que levaram à sua rejeição.

11.6 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento, a partir da data de sua reapresentação.

11.7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para a Gerência de Compras da Secretaria Municipal de Finanças, no endereço: **Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Cep: 78.565-000, Município de Nova Bandeirantes/MT**.

11.8 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

11.9 O pagamento será realizado em até no máximo 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura observada a efetiva entrega dos bens/serviços contratados, após cumpridos as exigências contidas na subcláusula **11.2.3**.

11.10 O pagamento dar-se-á por intermédio de Nota de Ordem Bancária e em moeda corrente nacional, conforme Art. 5º, da Lei nº. 8.666/93.

11.11 O pagamento não será considerado como aceitação definitiva do serviço/material e não isentará a(s) Contratada(s) das suas responsabilidades e obrigações, quaisquer que sejam.

11.12 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras impostas a(s) Contratada(s) em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

11.13 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação financeira com empresa de fomento mercantil.

11.14 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da(s) Contratada(s).

11.15 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Administração.

11.16 O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no Art. 5º, da Lei nº. 8.666/93.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no Art. **65, da Lei nº. 8.666/93** e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Aquele que, convocado recusar-se a retirar a Ordem de Serviço/Nota de Empenho ou instrumento equivalente dentro do ***prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis*** ou deixar de realizar a execução do objeto do contrato, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, estarão sujeitas as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações legais:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

c) Suspensão temporária de participar de licitações da Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Impedimento de licitar e Contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e/ou,

e) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação esta que será concedida sempre que a(s) Contratada(s) ressarcir à Contratante pelos prejuízos e, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas “b”, “c” e “d”.

13.2 As multas previstas nesta seção não eximem a(s) Contratada(s) da reparação de eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Contratante.

13.3 Se a(s) Contratada(s) não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Nova Bandeirantes/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

13.4 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Contratante, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.6 A(s) Contratada(s) poderá ser penalizada inclusive com eventual rescisão do contrato caso à qualidade dos produtos e/ou a presteza no atendimento deixarem de corresponder à expectativa.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

14.1 Para assinatura do instrumento de contrato será exigida da detentora do Registro de Preços a prestação de garantia para cumprimento deste, em favor da Contratante, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu valor do contrato, numa das modalidades previstas no § 2º, do Art. 56, da Lei nº. 8. 666, de 21 de junho de 1993.

14.2 A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades: Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública nos termos do inciso I, § 1º, do Art. 56 da Lei nº. 8.666/93; Seguro Garantia; e, Fiança Bancária.

14.3 No caso de fiança bancária, esta deverá ser a critério da licitante, fornecida por um banco estabelecido no Brasil, pelo prazo de duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual.

14.4 No caso de opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo de duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da Administração Municipal, sob pena de rescisão contratual.

14.5 No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a Tesouraria da Prefeitura de Nova Bandeirantes/MT, **Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, Cep: 78.565-000, Município de Nova Bandeirantes/MT.**

14.6 A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada após a execução do Contrato. Quando em dinheiro, será atualizado monetariamente.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

15.1 O preço registrado será fixo e irreajustável durante a vigência do contrato, conforme consta da proposta de preço da licitante vencedora, o qual incluirá todas as despesas necessárias à sua perfeita conclusão, ajustado, se for o caso, de acordo com o disposto no item 12 deste Edital.

15.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até à execução do serviço, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, impostos, tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, frete, transporte, comerciais, equipamentos, mão de obra, ferramentas, horas extras, BDI, seguro, Sedex, taxa de administração, lucro, garantia, embalagem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o serviço, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora do Contrato na execução do mesmo.

15.1.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do Art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

15.2 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora do Contrato manter os prazos para prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades contratual.

15.3 Os preços contratuais serão reajustados pela aplicação da variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após decorrido 01 (um) ano da data da assinatura do Contrato, sempre com periodicidade anual, nos termos do Art. 3º, da Lei nº. 10.192, de 4 de fevereiro de 2001.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos Arts. **77 a 80**, da Lei **nº. 8.666/93**.

16.2 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3 O presente Termo Contratual poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município de Nova Bandeirantes/MT ou bilateralmente, atendendo sempre a conveniência administrativa e o devido processo legal.

16.4 A rescisão do contrato poderá ser:

16.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito pela Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Art. 78, da Lei mencionada, assegurando o contraditório e a ampla defesa;

16.4.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratante;

16.4.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

16.5 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.6 A critério do Município caberá rescisão Contratual independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a(s) Contratada(s):

a) Não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das obrigações contratuais;

b) Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação à SME;

c) Subcontratar total ou parcialmente os serviços/obras, de maneira diversa da prevista neste instrumento;

d) Reincidir nas multas previstas na Cláusula referente as penalidades deste Contrato;

e) Decretar falência, requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

f) Outros casos previstos na Lei nº. 8.666/93.

16.7 No caso de rescisão, unilateral ou bilateral, a(s) Contratada(s) receberá o valor dos serviços executados e atestados pela fiscalização, salvo se instaurado processo administrativo que resultar em sanção “multa” e “glosa”, sendo possível ser descontada a garantia contratual.

16.8 A(S) CONTRATADA(S) reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

16.9 Em qualquer das hipóteses suscitadas, a Secretaria responsável não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e Previdência Social, tampouco o custo de desmobilização.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NULIDADE DO CONTRATO

17.1 A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, observando os preceitos constantes dos Arts. 49, 50 e 59, da Lei nº. 8.666/93.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VALIDADE E DA EFICÁCIA

18.1 O presente contrato só terá validade depois de aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e eficácia depois de publicado, por extrato, no “Diário Oficial”, de conformidade com o disposto no parágrafo único do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1 A publicação resumida do Instrumento de Contrato, ou de seus eventuais aditamentos, no Diário Oficial, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa à Imprensa do texto do extrato a ser publicado até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra efetivamente no prazo de vinte dias contados da mencionada remessa.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ARQUIVAMENTO

20.1 A Contratante manterá cópia deste Instrumento de Contrato e dos Termos Aditivos que eventualmente forem firmados em arquivo próprio, por data de emissão e por gestão orçamentária, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Aplicam-se a este Contrato as disposições da Lei nº. 8.666/93, que regulamente as licitações promovidas pela Administração Pública.

21.2 Havendo falha ou omissão no edital, termo de referência e no contrato, serão levadas em conta as informações contidas nos termos de convênios e serão considerados em favor da administração pública, em benefícios da coletividade.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Nova Monte Verde/MT do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **03 (três) vias de igual teor e forma** que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Nova Bandeirantes/MT, 25 de outubro de 2022.

CONTRATANTE:

Município de Nova Bandeirantes/MT **Cesar Augusto Périgo** **Prefeito Municipal**	**Ozéias Teodoro Candido** **Secretário Municipal de Infraestrutura e Transporte** **Secretaria Gestora do Contrato**

CONTRATADA:

VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI
CNPJ nº. 36.969.897/0001-03
CARLOS CEZAR DOS SANTOS
RG nº. 03555811637 DETRAN/MT
CPF nº. 997. 003.101-59

Testemunhas:

1) **Nome:** Andressa Cristine F. Moreira **CPF nº**041.729.241-40 **Ass.**	**2)** **Nome:** Ademir Urtado Junior **CPF nº.** 040.719.819 **Ass.**

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PEDIDO DE DESISTÊNCIA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022
PREGÃO ELETRONIO Nº 010/2022

PEDIDO DE DESISTÊNCIA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2022

PREGÃO ELETRONIO Nº 010/2022

Considerando o exposto em ata de julgamento do **PREGÃO ELETRONICO** nº 010/2022, realizada em 23/03/2022 a empresa **INOVAMED HOSPITALAR LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ. **n° 12.889.035/0001-02**, uma das vencedoras do referido certame, no qual foi solicitado o cancelamento da proposta pelo motivo justificados em anexo, sendo assim para evitar prejuízo em ambas das partes resolvem:

CLÁUSULA ÚNICA – DO OBJETO DA RECISÃO - Tem por objeto o presente instrumento, o cancelamento do ITEM- **METILDOPA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG,** conforme solicitação da empresa em anexo, registrado na Ata de Registro de Preços nº. 023/2022, assinado em 10 de abril de 2022, resultado do Processo Licitatório nº. 016/2022, Pregão Eletrônico n°. 010/2022.

I – O presente cancelamento será de **COMUM ACORDO** entre as partes contratantes; terá efeitos a partir do dia 25 de outubro de 2022, e se justifica por conveniência das partes.

II – Fica a referida empresa desobrigado de continuar entregando o medicamento acima citado a partir de 25/10/2022.

II – Em **COMUM ACORDO** as partes resolvem dispensar quaisquer penalidades constantes na clausula décima oitava da Ata de Registro de Preços nº. 023/2022, bem como renunciam a quaisquer reivindicações acerca do objeto distratado seja na esfera Administrativa e ou judicial.

E assim, por estarem livres de quaisquer compromissos contratuais em conformidade com a Clausula Única deste instrumento, assinam em 03 (três) vias de igual teor o presente cancelamento, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e capazes.

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente das 07:00 as 11:00 das 13:00 as 17:00 horas, pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes-MT, 22 de abril de 2022.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVAMED HOSPITALAR LTDA

CNPJ: **12.889.035/0001-02**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Nome: Andressa Cristine F. Moreira Nome: Ademir Urtado Junior

C.P.F.: 041.729.241-40 C.P.F.: 040.719.819-97

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO 164/2022 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, CESAR AUGUSTO PÉRIGO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01333/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso no valor de R$: 3.026.000,00 (tres milhoes e vinte e seis mil reais), para reforços nas seguintes dotações orçamentarias:

02.001-ADMINISTRACAO SUPERIOR

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		19.500,00
02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.500,00
02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		17.700,00
02.001.04.122.0034.2002.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00
	Sub-Total:	**51.700,00**

03.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0003.2005.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		18.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		25.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		21.000,00
03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
	Sub-Total:	**74.000,00**

03.005-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.26.782.0027.2160.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.800,00
	Sub-Total:	**3.800,00**

04.001-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.001.12.361.0006.2012.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		5.500,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		1.500,00
04.001.12.365.0006.1080.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		163.400,00
	Sub-Total:	**170.400,00**

04.002-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

04.002.12.361.0006.2116.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		3.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

04.002.12.361.0006.2149.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1759000701-Identificação dos recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação - FE	12.000,00
Sub-Total:	**15.000,00**
04.005-FUNDEB 70%	
04.005.12.361.0018.2079.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	203.000,00
04.005.12.361.0018.2079.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission	107.000,00
Sub-Total:	**310.000,00**
05.001-FMS-GESTÃO DO SUS	
05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.500,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	6.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.500,00
Sub-Total:	**10.000,00**
05.003-FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
Sub-Total:	**2.000,00**
05.004-FMS- VIGILANCIA EM SAUDE	
05.004.10.305.0022.2124.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	
1604000000-Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos age	1.000,00
Sub-Total:	**1.000,00**
06.001-ADM. DO GABINETE DO SECRETARIO DE AGRIC. E	
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	3.500,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	79.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	26.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	105.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.700,00
Sub-Total:	**216.200,00**
06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO	
06.003.17.512.0012.1056.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	31.500,00
06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1700000000-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	210.000,00
06.003.17.512.0012.2024.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	18.967,80

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

06.003.17.512.0012.2024.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		11.500,00
06.003.17.512.0012.2024.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		6.000,00
	Sub-Total:	**277.967,80**

07.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANCAS

07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		12.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.600,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.400,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		108.000,00
07.001.04.123.0004.2032.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.700,00
07.001.04.123.0033.1069.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
07.001.28.843.0015.1068.3.2.9.0.21.00.00.00 Juros Sobre a Divida Por Contrato		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		38.746,20
07.001.28.843.0015.1068.4.6.9.0.71.00.00.00 Proncipal da Divida Contratual Resgatado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		49.000,00
	Sub-Total:	**231.446,20**

08.001-ADM GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

08.001.15.451.0013.1016.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		403.600,00
08.001.15.451.0032.2146.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1759000000-Recursos Vinculados a Fundos		178.000,00
08.001.15.452.0013.2135.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1751000000-Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSI		47.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		80.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		6.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		94.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		64.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.700,00
	Sub-Total:	**878.300,00**

09.001-FMAS- GESTAO DO SUAS

09.001.08.243.0011.2038.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

09.001.08.244.0011.2009.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		16.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		29.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.500,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		50.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
	Sub-Total:	**111.500,00**
09.003-FMAS- BLOCO PROTECAO SOCIAL BASICA		
09.003.08.244.0011.2140.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
09.003.08.244.0011.2140.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.500,00
	Sub-Total:	**5.500,00**
09.006-FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLES		
09.006.08.243.0011.2205.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**
10.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. E COM, TUR		
10.001.23.695.0034.2103.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
10.001.23.695.0034.2103.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
10.001.23.695.0034.2103.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.695.0034.2103.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.700,00
	Sub-Total:	**8.700,00**
11.001-ADM. DO GABINETE DO SECRETARIO DE GOVERNO		
11.001.04.122.0003.2100.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		17.000,00
11.001.04.122.0003.2100.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
	Sub-Total:	**19.000,00**
12.001-ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LA		
12.001.27.812.0009.2086.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
12.001.27.812.0009.2086.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

12.001.27.812.0009.2086.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		28.000,00
12.001.27.812.0009.2086.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		6.500,00
12.001.27.812.0009.2086.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		14.000,00
	Sub-Total:	**60.500,00**

12.002-ADM. GERAL DO DPTO DE CULTURA E JUVENTUDE

12.002.13.392.0010.2020.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		35.000,00
12.002.13.392.0010.2020.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		700,00
12.002.13.392.0010.2020.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1701000000-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados		133.986,00
12.002.13.392.0010.2020.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		154.000,00
	Sub-Total:	**323.686,00**

13.001-ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES

13.001.15.451.0013.2217.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		21.000,00
13.001.15.451.0013.2217.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		24.200,00
13.001.15.451.0013.2217.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00
13.001.15.451.0013.2217.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		49.000,00
13.001.15.451.0013.2217.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.000,00
13.001.15.451.0013.2217.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		133.100,00
13.001.15.451.0013.2217.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
	Sub-Total:	**245.300,00**
	Total Parcial Suplementado:	**3.026.000,00**

Artigo 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional autorizado no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64, das seguintes funcional programática:

02.001-ADMINISTRACAO SUPERIOR

Anul. Total ou Parcial de Dotação

02.001.04.122.0013.1170.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.000,00
02.001.04.122.0013.1170.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00
02.001.04.122.0013.1170.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		9.000,00
02.001.04.122.0033.1005.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		15.000,00
	Sub-Total:	**37.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

02.002-UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.002.04.124.0031.2107.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
Sub-Total:	**9.000,00**

02.003-ASSESSORIA JURIDICA

02.003.03.062.0016.1110.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	80.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
02.003.03.062.0016.2003.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**90.000,00**

02.004-JUNTA DO SERVICO MILITAR

02.004.04.122.0034.2004.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**1.000,00**

03.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO

03.001.04.122.0003.2005.3.3.9.0.92.00.00.00 Despesas de Exercicios Anteriores	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
Sub-Total:	**5.000,00**

03.002-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

03.002.11.128.0014.2084.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
03.002.11.128.0014.2084.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.002.11.128.0014.2084.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
03.002.11.128.0014.2153.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**8.000,00**

03.004-DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITACOES

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

03.004.04.122.0003.2157.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.004.04.122.0003.2157.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.004.04.122.0003.2157.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.004.04.122.0003.2157.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**4.000,00**

03.005-DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSITO

03.005.26.782.0027.1131.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.005.26.782.0027.1183.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
03.005.26.782.0027.2160.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
03.005.26.782.0027.2160.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.005.26.782.0027.2160.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
03.005.26.782.0027.2160.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
03.005.26.782.0027.2160.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
Sub-Total:	**17.000,00**

04.001-DEPARTAMENTO DE EDUCACAO

04.001.12.122.0006.1222.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.000,00
04.001.12.125.0019.2112.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.000,00
04.001.12.125.0019.2112.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	1.000,00
04.001.12.361.0006.1079.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.000,00
04.001.12.361.0006.1079.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.000,00
04.001.12.361.0006.1146.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.000,00
04.001.12.361.0006.1146.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1571000000-Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vincu	1.500,00
04.001.12.361.0006.1146.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.500,00
04.001.12.361.0006.1146.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	10.000,00
04.001.12.361.0006.1225.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1571000000-Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vincu	60.000,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.004,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	6.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.837,00
04.001.12.361.0006.2012.3.3.9.0.92.00.00.00 Despesas de Exercicios Anteriores	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.000,00
04.001.12.361.0006.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1550000000-Transferência do Salário-Educação	30.000,00
04.001.12.361.0006.2014.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1550000000-Transferência do Salário-Educação	4.000,00
04.001.12.361.0006.2014.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1550000000-Transferência do Salário-Educação	20.000,00
04.001.12.361.0006.2191.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	10.000,00
04.001.12.361.0006.2191.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	1.000,00
04.001.12.361.0006.2191.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	10.000,00
04.001.12.365.0006.1080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	5.000,00
04.001.12.365.0006.1080.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1569000000-Outras Transferências de Recursos do FNDE	10.000,00
04.001.12.365.0036.1213.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	10.000,00
04.001.12.365.0036.1215.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	5.000,00
Sub-Total:	**207.841,00**

04.002-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR

04.002.12.361.0006.2110.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1599000000-Outros Recursos Vinculados à Educação	70.000,00
04.002.12.361.0006.2110.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1571000000-Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vincu	11.149,33
04.002.12.361.0006.2110.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1571000000-Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vincu	60.000,00
04.002.12.361.0006.2117.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1553000000-Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao	40.000,00
04.002.12.361.0006.2149.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1759000701-Identificação dos recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação - FE	20.000,00
04.002.12.361.0006.2149.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1759000701-Identificação dos recursos provenientes do Fundo de Transporte e Habitação - FE	30.000,00
04.002.12.361.0006.2158.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	30.000,00
Sub-Total:	**261.149,33**

04.003-DEPARTAMENTO DE ALIMENTACAO ESCOLAR

04.003.12.306.0024.2159.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	50.000,00
04.003.12.306.0024.2159.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	5.000,00
04.003.12.306.0024.2159.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.000,00
04.003.12.306.0024.2159.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	2.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

04.003.12.306.0024.2159.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500100100-Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino		5.000,00
	Sub-Total:	**64.000,00**

04.004-FUNDEB 30%

04.004.12.361.0018.2080.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		150.000,00
04.004.12.361.0018.2080.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1540000000-Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		50.000,00
	Sub-Total:	**200.000,00**

04.005-FUNDEB 70%

04.005.12.365.0018.2178.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1540107000-Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profission		40.000,00
	Sub-Total:	**40.000,00**

05.001-FMS-GESTÃO DO SUS

05.001.10.122.0005.1033.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0005.1033.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0005.1033.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		20.000,00
05.001.10.122.0005.1223.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0005.1223.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0005.2129.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0005.2129.3.3.9.0.46.00.00.00 AUXILIO-ALIMENTACAO		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.122.0037.2200.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1602000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus		15.000,00
05.001.10.122.0037.2200.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1621000800-Recurso recebido para enfrentamento do Coronavírus		5.000,00
05.001.10.128.0005.2144.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.128.0005.2144.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.000,00
05.001.10.128.0005.2144.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		4.000,00
05.001.10.244.0005.2204.3.3.5.0.41.00.00.00 Contribuicoes		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		5.000,00
05.001.10.301.0005.1053.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1601000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		7.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		50.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		5.062,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde		1.500,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.35.00.00.00 Servicos de Consultoria	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	20.000,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.050,00
05.001.10.301.0005.2022.3.3.9.0.92.00.00.00 Despesas de Exercicios Anteriores	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00
Sub-Total:	**165.612,00**

05.002-FMS- ATENCAO BASICA

05.002.10.301.0020.1046.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1601000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	12.516,00
05.002.10.301.0020.1047.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	10.000,00
05.002.10.301.0020.1143.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	25.000,00
05.002.10.301.0020.1143.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	15.000,00
05.002.10.301.0020.1151.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1601000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	5.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	65.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	31.304,79
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	1.200,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	2.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	8.240,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	50.000,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.542,00
05.002.10.301.0020.2122.3.3.9.0.48.00.00.00 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.002.10.301.0020.2132.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	3.500,00
05.002.10.301.0020.2132.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	15.000,00
05.002.10.301.0020.2133.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	1.000,00
05.002.10.301.0020.2133.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	5.000,00
05.002.10.301.0020.2192.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
05.002.10.301.0020.2192.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
Sub-Total:	**280.302,79**

05.003-FMS- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

05.003.10.302.0021.1088.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.000,00
05.003.10.302.0021.1088.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	75.000,00
05.003.10.302.0021.1152.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
05.003.10.302.0021.1155.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	6.000,00
05.003.10.302.0021.1155.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1601000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	9.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	70.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	30.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	5.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	5.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	300,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	600,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	80.000,00
05.003.10.302.0021.2123.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	2.200,00
05.003.10.302.0021.2131.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	70.000,00
05.003.10.302.0021.2131.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.000,00
05.003.10.302.0021.2131.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
05.003.10.302.0021.2131.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.003.10.302.0021.2131.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
05.003.10.302.0021.2131.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
05.003.10.302.0021.2134.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.003.10.302.0021.2134.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.300,00
05.003.10.302.0021.2134.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	80.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	9.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	9.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	2.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	4.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00
05.003.10.302.0021.2145.3.3.9.0.48.00.00.00 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
05.003.10.302.0021.2145.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	9.000,00
Sub-Total:	**525.400,00**

05.004-FMS- VIGILANCIA EM SAUDE

05.004.10.304.0022.2126.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	8.000,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	2.000,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	600,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.800,00
05.004.10.304.0022.2126.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.000,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	600,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	8.278,57
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	600,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	1.400,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	1.000,00
05.004.10.305.0022.2124.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	2.800,00
05.004.10.305.0022.2124.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	3.000,00
05.004.10.305.0022.2128.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	6.000,00
05.004.10.305.0022.2128.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas	
1500100200-Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	4.000,00
Sub-Total:	**50.078,57**

05.005-FMS- ASSISTENCIA FARMACEUTICA

05.005.10.303.0023.2125.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	3.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

05.005.10.303.0023.2125.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1600000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	5.000,00
05.005.10.303.0023.2125.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1621000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadua	6.000,00
Sub-Total:	**14.000,00**

06.001-ADM. DO GABINETE DO SECRETARIO DE AGRIC. E

06.001.20.605.0007.1063.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	8.000,00
06.001.20.608.0007.1058.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1700000000-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	5.000,00
06.001.20.608.0007.1065.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1700000000-Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	10.000,00
06.001.20.608.0007.2025.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00
06.001.20.608.0007.2027.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
06.001.20.608.0007.2027.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	2.000,00
06.001.20.608.0007.2027.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
06.001.20.608.0007.2027.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
06.001.20.608.0007.2138.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
06.001.20.608.0007.2138.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
06.001.20.608.0007.2138.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
06.001.20.608.0007.2138.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
Sub-Total:	**53.000,00**

06.002-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

06.002.18.541.0008.1067.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	4.000,00
06.002.18.541.0008.2026.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.500,00
06.002.18.541.0008.2026.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	3.870,00
Sub-Total:	**9.370,00**

06.003-DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

06.003.17.512.0012.1133.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
06.003.17.512.0012.1182.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	15.000,00
06.003.17.512.0012.1182.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	40.000,00
06.003.17.512.0012.1182.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
Sub-Total:	**75.000,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

07.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE FINANCAS

07.001.04.123.0004.2032.3.1.9.0.91.00.00.00 Sentencas Judiciais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		60.000,00
	Sub-Total:	**60.000,00**

07.002-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

07.002.04.122.0004.2120.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		35.000,00
	Sub-Total:	**35.000,00**

08.001-ADM GERAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

08.001.15.451.0013.1016.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		15.000,00
08.001.15.451.0013.1180.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1754000000-Recursos de Operações de Crédito		6.000,00
08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1759000000-Recursos Vinculados a Fundos		90.000,00
08.001.15.451.0032.2146.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1759000000-Recursos Vinculados a Fundos		90.000,00
08.001.15.452.0013.1017.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		20.050,31
08.001.15.452.0013.2008.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		40.000,00
08.001.26.782.0013.2073.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		70.000,00
	Sub-Total:	**331.050,31**

09.001-FMAS- GESTAO DO SUAS

09.001.08.243.0011.2038.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		80.000,00
09.001.08.244.0011.1124.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1665000000-Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência		10.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		15.000,00
09.001.08.244.0011.2009.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		7.000,00
09.001.08.244.0011.2141.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		5.000,00
09.001.08.244.0011.2141.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		5.000,00
09.001.08.244.0011.2207.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		2.800,00
09.001.08.244.0011.2207.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		2.000,00
09.001.08.244.0011.2207.3.3.9.0.48.00.00.00 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		2.000,00
09.001.08.244.0019.2113.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
09.001.08.244.0019.2113.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

09.001.08.244.0019.2113.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
	Sub-Total:	**133.800,00**

09.002-FMAS- RECURSO FUNDO A FUNDO ESTADO

09.002.08.244.0011.2215.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		1.000,00
09.002.08.244.0011.2215.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		1.000,00
09.002.08.244.0011.2216.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		8.000,00
09.002.08.244.0011.2216.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		1.000,00
09.002.08.244.0011.2216.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		3.500,00
09.002.08.244.0011.2216.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1661000000-Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social		4.000,00
	Sub-Total:	**18.500,00**

09.003-FMAS- BLOCO PROTECAO SOCIAL BASICA

09.003.08.243.0011.2206.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		4.000,00
09.003.08.244.0011.1098.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		4.000,00
09.003.08.244.0011.1098.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		10.000,00
09.003.08.244.0011.2140.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		30.000,00
	Sub-Total:	**48.000,00**

09.004-FMAS- PROTECAO SOCIAL ESPECIAL MEDIA COMPLE

09.004.08.244.0011.2211.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		15.000,00
09.004.08.244.0011.2211.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
	Sub-Total:	**17.000,00**

09.005-FMAS- BLOCO DE GESTAO BOLSA FAMILIA E CAD.

09.005.08.244.0011.2212.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		5.000,00
09.005.08.244.0011.2212.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		400,00
09.005.08.244.0011.2212.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.000,00
09.005.08.244.0011.2212.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		1.000,00
09.005.08.244.0011.2212.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
09.005.08.244.0011.2213.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1660000000-Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		400,00
09.005.08.244.0011.2214.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

	Sub-Total:	**9.800,00**
09.006-FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLES		
09.006.08.243.0011.2205.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
09.006.08.243.0011.2205.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		27.800,00
	Sub-Total:	**29.800,00**
09.007-FUNDO MUN. DE HABITACAO DE INTERESSE POPULA		
09.007.16.482.0011.1019.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1665000000-Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência		4.000,00
09.007.16.482.0011.1019.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
1665000000-Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência		10.000,00
	Sub-Total:	**14.000,00**
10.001-ADM. GERAL DA SECRETARIA DE IND. E COM, TUR		
10.001.11.332.0030.1029.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
10.001.11.332.0030.1029.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
10.001.22.661.0034.1085.4.4.9.0.61.00.00.00 Aquisicao de Imoveis		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.691.0034.2104.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.691.0034.2104.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.691.0034.2104.3.3.9.0.32.00.00.00 Material de Distribuicao Gratuita		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.691.0034.2104.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
10.001.23.691.0034.2104.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
10.001.23.695.0034.2103.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
	Sub-Total:	**12.000,00**
11.003-ASSESSORIA DE IMPRESSA E COMUNICACAO		
11.003.24.131.0026.2155.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**
12.001-ADM. GERAL DO DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LA		
12.001.27.812.0009.2019.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		2.000,00
12.001.27.812.0033.1043.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.296,00
12.001.27.812.0036.1218.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
	Sub-Total:	**12.296,00**

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000164/2022

12.002-ADM. GERAL DO DPTO DE CULTURA E JUVENTUDE

12.002.13.392.0010.2021.3.3.5.0.41.00.00.00 Contribuicoes		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		5.000,00
12.002.13.392.0010.2021.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
	Sub-Total:	**15.000,00**

13.001-ADM. DA SECRETARIA DE URBANISMO E CIDADES

13.001.15.451.0013.2217.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		3.000,00
	Sub-Total:	**3.000,00**

13.003-DEPARTAMENTO DE URBANISMO E CIDADES

13.003.15.451.0013.2219.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacoes por Tempo Determinado		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		60.000,00
13.003.15.451.0013.2219.3.3.9.0.34.00.00.00 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		40.000,00
13.003.15.451.0013.2219.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Juridica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		40.000,00
	Sub-Total:	**140.000,00**

13.004-DEPARTAMENTO DE REGULARIZACAO FUNDIARIA

13.004.15.451.0013.2220.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.000,00
13.004.15.451.0013.2220.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		4.000,00
13.004.15.451.0013.2220.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
13.004.15.451.0013.2220.3.3.9.0.36.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - P. Fisica		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		1.000,00
13.004.15.451.0013.2220.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamento e Material Permanente		
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos		10.000,00
	Sub-Total:	**20.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**3.026.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 01, Setembro de 2022

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

ADMINISTRAÇÃO/RH
DECRETO 187/2022 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES
CNPJ: 33683822000173
RUA LAZARO MOREIRA DOS SANTOS, 0001245 - CENTRO
Telefone 06635721950
administracao@novabandeirantes.mt.gov.br

DECRETO Nº 000187/2022

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, CESAR AUGUSTO PÉRIGO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **01333/2021** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento em curso no valor de R$: 31.000,00 (trinta e um mil reais), para reforço nas seguintes dotações orçamentarias:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	10.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	20.000,00
01.001.01.031.0001.2001.3.3.9.0.40.00.00.00 SERVICOS TECNOLOGIA INFORMACAO COMUNICACAO - PJ	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	1.000,00
Sub-Total:	**31.000,00**
Total Parcial Suplementado:	**31.000,00**

Artigo 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional autorizado no artigo anterior serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotação orçamentária, nos termos do § 1º, Inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64, das seguintes funcionais programáticas:

01.001-CAMARA MUNICIPAL

Anul. Total ou Parcial de Dotação	
01.001.01.031.0001.1002.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes	
1500000000-Recursos não Vinculados de Impostos	31.000,00
Sub-Total:	**31.000,00**
Total Parcial Reduzido:	**31.000,00**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Poder Executivo Municipal.

NOVA BANDEIRANTES, 01, Setembro de 2022

CESAR AUGUSTO PERIGO
Prefeito(a)

Emissão: 25/10/2022 07:23:30

Page 1 de 1
Homologado

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1424/2022

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR O SEGUNDO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS – CISRAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor CÉSAR AUGUSTO PERIGO**,** Prefeito do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso autorizado a celebrar aditivo ao contrato de rateio com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS-CISRAT tendo por finalidade viabilizar o funcionamento dos serviços de saúde relativos aos atendimentos ambulatoriais, hospitalar e de serviços de apoio de diagnóstico e terapêutico de natureza especializada à comunidade da região do município.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo do Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso autorizado a efetuar através de sua Secretaria Municipal de Saúde o repasse único na importância de R$ 75.468,60 (setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos) sendo: R$ 16.338,00 (dezesseis mil, trezentos e trinta e oito reais) referente a 40 (quarenta) CIRURGIAS DE PTERIGIO, R$ 55.311,60 (cinquenta e cinco mil, trezentos e onze reais e sessenta centavos) referente a 60 (sessenta) CIRURGIAS DE CATARATAS, e R$ 3.819,00 (três mil, oitocentos e dezenove reais) referente ao repasse remanescente do PAICI 2022 (Programa de Apoio aos Consórcios Intermunicipais de Saúde) dos meses de abril, maio e junho.

Art. 3º. O Contrato de rateio a ser celebrado com CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS - CISRAT será suportado pela seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Unid. Orçament.: 003 – FMS – Média e Alta Complexidade

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Atenção Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0021 – Atenção a Saúde – Média e Alta Complexidade

Projeto: 2.082 – Contribuição ao Consórcio Intermunicipal de Saúde

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes. Estado do Mato Grosso, em 25 de outubro 2022.

CÉSAR AUGUSTO PERIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 406/2022

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 406/2022

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

VITOR HUGO NEIVERTH**,** Chefe Depto Manutenção-Controle de Patio, portador do CPF 056.143.951-64, matricula 5421.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato **Nº 107/2022**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIREL,** tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIAS URBANAS, TRECHOS: RUA PIAUÍ, RUA RIO DE JANEIRO, TRAVESSA NORTELÂNDIA, TRAVESSA BARÃO DE MELGAÇO, RUA MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA, RUA CAÇADOR, RUA LARANJEIRAS DO SUL, RUA SORRISO, RUA IRANI, RUA NAZARENO, RUA MACHADO DE ASSIS, RUA CARLOS DRUMOND, RUA CLARICE LISPECTOR E RUA RIO DE JANEIRO – TR LOT. UNIÃO. COORDENADA DA RUA PRINCIPAL RUA CAÇADOR COORDENADA INICIAL: 9°51'14.23''S; 57°48'25.59''O COORDENADA FINAL: 9°51'12.53''S; 57°48'12.14''O, TOTALIZANDO UMA EXTENSÃO DE 23.757,72 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1292/2022,** e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da Secretaria de Infraestrutura e Transportes**,** Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022.

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

JAIME NEIVERTH**,** Agente Operacional, portador do CPF 551.815. 381-34, matricula 88.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 25 de outubro de 2022.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 405/2022

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 405/2022

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

VITOR HUGO NEIVERTH**,** Chefe Depto Manutenção-Controle de Patio, portador do CPF 056.143.951-64, matricula 5421.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato **Nº 106/2022**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **VIGA CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIREL,** tendo como objeto: **CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E OBRAS DE ARTE CORRENTES NA ESTRADA CLEVELÂNDIA (RUA RIO GRANDE DO SUL). COORDENADA INICIAL: 9°52'35.75''S; 57°48'17.99''O, COORDENADA FINAL: 9°51'32.75''S; 57°48'30.82''O, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 15.941,84 M², NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, CONFORME N° DO CONVÊNIO (SINFRA) 1238/2022, e demais especificações contidas no Termo de Referência do Edital. Atendendo a solicitação da** Secretaria de Infraestrutura e Transportes**,** Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 003/2022.

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

JAIME NEIVERTH**,** Agente Operacional, portador do CPF 551.815. 381-34, matricula 88.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 003/2022;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 25 de outubro de 2022.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1423/2022

SÚMULA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AGROVILA DE ALTO PARAISO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Parceria com a **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA AGROVILA DE ALTO PARAISO**, CNPJ: 20.796.699/0001-55, com sede na Rodovia MT 208 s/n KM 125, Zona Rural município de Nova Monte Verde – MT, Cep: 78.593-000, com a finalidade de facilitar o acesso as crianças em idade escolar que necessitam de atendimento médico oftalmológico e de uso de óculos no Município de Nova Bandeirantes, cujos critérios definidos a seguir:

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recurso financeiro do fundo municipal de saúde para a associação em epígrafe.

Parágrafo Único: os recursos financeiros serão repassados conforme relatório apresentados após realização do serviço.

Art. 3º - As despesas com o presente Termo de Parceria ocorrerão à conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício.

Art. 4º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes- MT 25 de outubro de 2022.

CÉSAR AUGUSTO PÉRIGO.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 64/2022

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 64/2022

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 64/2022.

ABERTURA: 08 de novembro de 2022 ás 14:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:45 ás 14:00 horas;

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em móveis planejados, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 25 de outubro de 2022.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 65/2022

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 65/2022

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 65/2022.

ABERTURA: 08 de novembro de 2022 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:10 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para a contratação de empresa especializada em prestação de para atender à demanda da Secretarias Municipais..

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 25 de outubro de 2022.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 006/2022

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 006/2022

PROC. LICITATÓRIO: 110/2022 TOMADA DE PREÇO: 006/2022

OBJETO: Contratação de empresa de obra e equipamentos para execução de drenagem urbanas das ruas públicas, trecho: Rua São Rafael, Vacaria, Av: Iraja Fagundes Teixeira, Av: Marechal Rodon, Trecho 01 e 03, Rua Gumercindo FCO Rego, Trecho 01 e 02 Rua Parana , trecho 01 e 02 Rua Parana, trecho 01 e 02, Rua Jose Bernegozzi, cidade de Nova Lacerda-MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT

EMPRESA VENCEDORA – OESTE CONSTRUTORA EIRELI.

VALOR GLOBAL: R$ 455.215,97 (Quatrocentos e cinqüenta e cinco mil e duzentos e quinze reais e noventa e sete centavos)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Roseli dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 098/2022

CONTRATO N° 098/2022 – **ASS**- 25/10/2022– **VCTO** – 30/11/2022 - **R$** 9.442,76

OBJ: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSERTO DE VEÍCULO AMBULANCIA CHASSI 9BGCA8030KB114255 PLACA QCW 5857 DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA-MT.

CONTRATADO (A): OESTE TANGARÁ LTDA **CNP**J 73.812.521/0001-17

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 097/2022

CONTRATO N° 097/2022 – **ASS**- 25/10/2022– **VCTO** – 31/12/2022 - R$ 14.000,00

OBJ: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CORRETIVA DOS PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

CONTRATADO (A): FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS **CNP**J 45. 359.207/0001-95

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 664/2013, faz publicar o EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR TITULAR E SUPLENTES QUE SE REALIZARÁ NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2.022.

O CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Marilândia/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Leis Federal: 8.069/1990; 12.696/2012 e pelas Leis Municipal 664/2013 e Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, TORNA PÚBLICO através deste EDITAL, o processo eleitoral relativo à gestão 2022/2023 dos CONSELHEIROS TUTELARES TITULAR E SUPLENTES, no município de Nova Marilândia – Mato Grosso, para vaga de 02 (dois) titulares e 08 (oito) suplentes, o qual será realizado sob a responsabilidade deste CMDCA e sob a fiscalização do Ministério Público, CONVOCA OS INTERESSADOS EM CONCORRER NO PLEITO e REGULAMENTA o processo de Campanha Eleitoral para o Cargo de Conselheiro Tutelar e Suplentes. A realização do pleito será no dia 20 de Novembro de 2.022, no período das 8:00 às 17:00 horas, no Prédio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

O CONSELHO TUTELAR, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. O candidato eleito, escolhido pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos residentes e eleitores no município, que terão mandato de 01 (um) ano, com posse no dia 1 de Dezembro de 2.022. Faz parte deste edital o cronograma que segue como anexo II e da ficha de inscrição como anexo I.

I – DIVULGAÇÃO E INSCRIÇÕES:

1 - O período de divulgação deste EDITAL para a Eleição Suplementar do Conselho Tutelar e Suplentes compreenderá do dia 24/10/2.022 a 25/10/2.022. Em todo o Território do Município de Nova Marilândia.

2- As inscrições ocorrerão no período compreendido entre 26/10/2.022 a 27/10/2.022, no período das 8:00 às 11:00 horas no Centro de Referência de Assistência Social Girassol, localizado na Rua margarida 97 W, Bairro Planalto.

3 - A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto editado pelo CONANDA.

4 - Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópias dos documentos em duas vias para fé e contrafé.

5 - A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6 - A análise dos documentos será realizada no prazo de 03 (três) dias após o encerramento do prazo para recebimento da documentação e publicado.

II - DAS ATRIBUIÇÕES:

7- As atribuições do Conselho Tutelar são aquelas que refere o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal 8069/90 e a Lei Municipal nº. 664/2013.

III – DOS IMPEDIMENTOS

8- São impedidos de servir no mesmo Conselho pessoas que tiverem entre si graus de parentesco, quais sejam: ascendentes e descendentes, colaterais até 3º. Grau e afins. Art. 140 da Lei Federal 8069/90. (ECA).

9 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

10 - Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha relações dispostas com autoridades judiciárias e com representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

11- São impedidos de servir ao Conselho Tutelar, pessoas que estejam respondendo processos criminais e/ou inquéritos.

IV – DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

12- Os membros do Conselho serão remunerados pelos cofres do poder Público Municipal, sem relação de emprego com a municipalidade, com valor mensal correspondente a R$ 1.383,62 (hum mil trezentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos).

13 - É vedada, se incompatível, a acumulação do Cargo de Conselheiro Tutelar com outro cargo ou qualquer outra atividade, pública ou privada, na forma da Lei nº 664/2013, assegurando-os ainda:

Cobertura previdenciária;

Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

Licença maternidade;

Licença paternidade;

Gratificação natalina;

f- No caso de o Conselheiro Tutelar pretender concorrer a outro cargo eletivo, deverá se desincompatibilizar do cargo, evitando - se desvio ou prejuízo na atuação do Conselho Tutelar;

g- Os Conselheiros Tutelares cumprirão jornada de oito (8) horas diárias de trabalho, de segunda a sexta-feira, e plantão com escala estabelecida entre seus membros, compreendendo inclusive horário noturno, aos sábados, domingos e feriados.

V - DAS VAGAS, DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO E DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

14 – Os interessados em preencher a 02 (duas) vagas para titular e 08 (oito) vagas para suplentes deverão inscrever-se no período mencionado no item I subitem 2, deste edital, mediante preenchimento de punho próprio de requerimento fornecido pelo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Marilândia, Anexo II, que poderá recusar a inscrição à falta de quaisquer dos documentos que a lei exige.

15 - As candidaturas são individuais e sem vinculação a Partidos Políticos, podendo os candidatos registrar um apelido e o seu número, por ocasião da inscrição.

16- A inscrição só poderá ser realizada pelo interessado, ou mediante a apresentação de procuração.

17- São requisitos obrigatórios para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Bons antecedentes, comprovados por certidões do cartório distribuidor civil e criminal da Comarca;

III - Idade superior a vinte e um (21) anos;

IV - Residir no município há mais de três (3) anos, comprovadamente;

V - Estar no gozo de seus direitos políticos;

VI - Apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão do ensino médio;

VII - ter conhecimentos mínimo de informática básica;

VIII - prova de afastamento de cargo executivo ou consultivo de entidade que possua em seus estatutos sociais ou desenvolva comprovadamente como objetivo, a defesa dos direitos ou o atendimento direto ou indireto da criança e do adolescente;

IX - Ter sido aprovado em prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a realidade do Município, bem como em entrevista com profissional habilitado na área de psicologia, exames estes formulados por uma Comissão designada pelo CMDCA.

X- Não ocupar cargo eletivo, de natureza político-partidária;

XI- Ter CNH na categoria A/B;

XII- Ser aprovado na entrevista pela comissão especial.

18- Os documentos necessários à inscrição e registro do candidato são os seguintes:

I - Cópia de comprovante de residência:

II - Certidão de Antecedentes Criminal e Civil da Comarca;

III - Certidão Negativa da Justiça Eleitoral;

IV -Declaração de idoneidade firmada de próprio punho;

V - Cópias do RG, do CPF e CNH na categoria A/B;

VI - Cópia do Certificado de Reservista ou de dispensa;

VII - Cópia do Título Eleitoral;

VIII - Cópia do Certificado de conclusão de Ensino Médio;

IX - Uma Fotografia 3x4 recente;

X - Cópia da certidão de nascimento ou casamento.

XI – Certificado de curso de informática básica.

OBS: SOMENTE SERÃO ACEITAS AS INSCRIÇÕES DEVIDAMENTE ACOMPANHADAS DOS DOCUMENTOS ACIMA LISTADOS.

VI- DAS AVALIAÇÕES DE CONHECIMENTO BÁSICO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA:

19- As Pessoas que se inscreverem para o Cargo de Conselheiro Tutelar Titular e suplente de Nova Marilândia/MT, deverão se submeter à uma entrevista sobre conhecimentos do ECA com perguntas elaborada pela Comissão Especial, com base no TITULO V; CAPÍTULO I; artigos:131. 132. 133. 134.135. 136.137 e 138 nos dias 03/11 e 04/11/2.022.

20- O resultado será publicado no dia 07/11/2.022, sendo o respectivo edital publicado no mural de publicações do município, no prédio da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia.

21-Após a divulgação do resultado da entrevista, o candidato poderá recorrer no prazo de 48 horas, devendo o recurso ser protocolado no local da inscrição.

22- A Publicação do resultado final será em 11/11/2.022, momento em que o CMDCA dará publicidade no átrio da Prefeitura Municipal e Imprensa local.

VII. DO DEBATE E DA PROPAGANDA DOS CANDIDATOS

23 - Visando assegurar igualdade de condições na escolha pública, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fiscalizará os meios de comunicação, de forma que os candidatos disponham do mesmo período de tempo na divulgação de suas candidaturas.

24 - Durante a campanha que antecede a escolha popular poderão ser promovidos debates, em data a ser combinadas com os candidatos, envolvendo todos os candidatos cujas inscrições tenham sido deferidas, permitindo aos cidadãos avaliarem o potencial de cada postulante ao Conselho Tutelar.

25 - Os Conselheiros Tutelares devem ser escolhidos mediante o voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos do município maiores de dezesseis anos, em processo regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, que também ficará encarregado de dar-lhe publicidade, sendo fiscalizado, pelo Ministério Público.

26 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente providenciará ampla divulgação da escolha, de forma a motivar e conscientizar os munícipes da importância da participação popular.

27 - Fica expressamente vedado de fazer propagandas que consistam em pinturas e pichações de letreiros ou outdoors nas vias públicas, nos muros e paredes de prédios públicos e nos monumentos.

28-É permitida a propaganda mediante faixas que poderá ser afixada em vias e logradouros públicos que deverá obedecer aos limites impostos pela legislação municipal pertinente e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

29- Será permitida a distribuição de panfletos, mas não sua afixação em prédios públicos, considerando-se ilícita a propaganda feita por meio de camisetas, bonés e outros meios, sendo expressamente vedada uso de instituição não governamental partidos políticos ou entidades religiosas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares, bem como promessas ou recompensas à população para participar do processo de escolha.

30- O período lícito de propaganda será de 12/11 a 19/11/2.022, a data marcada para a escolha do Conselheiro tutelar que será 20/11/2.022.

31-É vedada qualquer tipo de propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes. Ocorrendo será analisada pela comissão organizadora, que, se entendê-la incluída nestas características, determinará a sua suspensão.

VIII. DA VOTAÇÃO

32 - O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato. Na cabina de votação serão fixadas as listas com a relação dos nomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

33 -Para a participação no pleito o eleitor deverá no dia da eleição estar munido de um documento de identificação com foto e seu título de Eleitor.

34 -No dia da escolha é vedada qualquer tipo de propaganda no prédio onde se dará a votação, sujeitando-se o candidato que promovê-la à cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

35 -Às 17 horas do dia do pleito serão distribuídas senhas aos presentes, impedindo o voto daqueles que se apresentarem após esse horário.

IX. DA APURAÇÃO DOS VOTOS, DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

36.- Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente à contagem dos votos e à sua apuração, sob a responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

37 -Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de sufrágios recebidos.

38 - Os dois candidatos mais votados serão respectivamente o primeiro conselheiro tutelar titular eleito e segundo conselheiro tutelar titular eleito, ficando os seguintes como suplentes, pela respectiva ordem de votação. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

39 -Os recursos relativos ao resultado, deverão ser fundamentados e interposto por escrito perante a Comissão Organizadora até 24 horas após o resultado da eleição, que terá dois (02) dias para decidir.

40- Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados e empossados pelo Prefeito Municipal, CMDCA e Ministério Público, com registro em ata no dia 01 de Dezembro de 2.022.

41- Ato contínuo, o CMDCA fará publicar EDITAL contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, o qual será afixado no mural de publicações do município, nas repartições públicas e privadas do Município, momento em que também será informado, conforme consta do cronograma anexo:

* Da Propaganda Eleitoral;

* Da votação (dia, hora, local);

* Apuração dos Votos;

* Programação do Resultado:

* Nomeação e posse.

X – DA COMISSÃO ESPECIAL

42 - A Comissão especial do processo de escolha Suplementar é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade a relação dos pretendentes inscritos.

43 - É facultado a qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz requerer a impugnação, no prazo de 24 horas contado da publicação citada acima, as candidaturas que não atendem aos requisitos exigidos indicados no instrumento impugnatório os elementos probatórios.

44 - A comissão deverá notificar os candidatos impugnados concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa.

45 - A comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinara juntada de documentos, assim como realização de outras diligências.

46 - Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em data unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

47 - Esgotada a fase recursal, a Comissão especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público.

48 - A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do CONANDA.

49 - A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias dos fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou a sua ordem.

50 - A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação.

51 - O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Suplementar de Conselheiro Tutelar e suplente que ocorrerá no dia 30 de outubro de 2.022.

52 - O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação.

53 - A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

XI. DIPLOMAÇÃO E POSSE

28. A Posse do Conselheiro Tutelar Titular eleito e suplentes dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada e pelo presidente do CMDCA no dia 01 de Dezembro de 2.022.

28.1. Os casos omissos serão decididos pelo CMDCA, sempre ouvido o Representante do Ministério Público desta Comarca.

Nova Marilândia/MT, 25 de Outubro de 2.022.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 038/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, EM DIVERSAS RUAS, NO MUNICIPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

CONTRATADA: MC TERRAPLANAGEM TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 09.356.670/0001-10.

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO.

Assinatura: 24/10/2022

Data da Prorrogação: 24/11/2022

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro de 2022

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 065/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT**.**

CONTRATADA: BIOCLINICA LABORATÓRIO DE ANALISE CLINICAS LTDA **CNPJ:** 07.696.589/0001-53

ASSUNTO: ADITIVO DE SERVIÇOS

Assinatura: 24/10/2022

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro de 2022

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO CHAMADA PUBLICA 008/2022
CREDENCIAMENTO 007/2022

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS/EMPRESAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONFORME ROL DE PROCEDIMENTOS DEFINIDOS EM TABELA MUNICIPAL

Data da realização: 25/10/2022

Empresas Vencedoras:

A - PAULO MILTON RIGHETTO JUNIOR, CNPJ 24.533.652/0001-50, que apresentou proposta para o ITEM 01 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO COM ATIVIDADES RESLUTIVAS DE URGENCIA E EMERGENCIA 12 HORAS PLANTÃO FIXO** no valor de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) cada, ITEM 02 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO COM ATIVIDADES RESOLUTIVAS DE URGENCIA E EMERGENCIA 12, POR PLANTÃO SOBRE AVISO** no valor de R$ 766,66 (setecentos e sessenta e seis reais sessenta e seis centavos) cada e ITEM 03 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO COM A OFERTA DE ASSISTENCIA DURANTE ACOMPANHAMENTO/REMOÇÃO/TRANSPORTE DE PACIENTES REGULADOS**, pelo valor de R$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada;

B - **D S MARAL JUNIOR**, CNPJ 46.629.013/0001-20, que apresentou proposta para o ITEM 01 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MEDICO COM ATIVIDADES RESLUTIVAS DE URGENCIA E EMERGENCIA 12 HORAS PLANTÃO FIXO** no valor de R$ 1.100,00 (um mil e cem reais) cada, ITEM 02 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO COM ATIVIDADES RESOLUTIVAS DE URGENCIA E EMERGENCIA 12, POR PLANTÃO SOBRE AVISO** no valor de R$ 766,66 (setecentos e sessenta e seis reais sessenta e seis centavos) cada.

Nova Marilândia – MT, 25 de outubro de 2022.

BRUNA CRISTINA PEREIRA DADALT

PRESIDENTE

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 050/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO DE REDE DE GASES MEDICINAIS, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO “DAVI GUSTAVO” LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT.

CONTRATADA: GL OXIGÊNIO LTDA **CNP**J 12.520.836/0001-04

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE EXECUÇÃO

Assinatura: 25/10/2022

Data da Prorrogação: 31/12/2022

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro de 2022

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2022

DECRETO MUNICIPAL Nº 031/2022

EMENTA: FICA DECRETADO PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA O DIA 28 (VINTE E OITO) DE OUTUBRO (SEXTA FEIRA) DE 2022 (DOIS MIL E VINTE E DOIS) DIA DO SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO prefeito municipal, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o dia 28 (vinte e oito) de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois) é dia do Servidor Público;

D E C R E T A:

Art. 1°. Fica decretado ponto facultativo no Município de Nova Marilândia, o dia 28 (vinte e oito) de outubro de 2022 (dois mil e vinte e dois), data de celebração do dia do Servidor Público, exceto aos serviços essenciais, que estarão atendendo na forma de plantões, com escala a ser estabelecido por ato dos Secretários das respectivas pastas;

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DE OUTUBRO DE 2022 (DOIS MIL E VINTE E DOIS).

_____

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA – MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N° 096/2022

EXTRATO CONTRATO N° 096/2022– **ASS**- 25/10/2022– **VCTO** – 31/12/2022 - R$ 14.000,00

OBJ: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL E CORRETIVA DOS PRÉDIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

CONTRATADO (A): EDSON RODRIGUES DA SILVA **CNPJ** 22.980.282/0001-73

Nova Marilândia-MT, 25 de Outubro 2022.

JEFFERSON NOGUEIRA SOUTO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 068/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS.

TOMADA DE PREÇOS 006/2022

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.XXX-XX e RG n.º 140XXXX SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **GALVÃO ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **31.172.587/0001-40**, representado neste ato por **EDUARDO COSTA GALVÃO**, inscrito no CPF/MF sob nº 127.424.XXX-XX, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 068/2022, nos termos da TOMADA DE PREÇOS 006/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 90 (NOVENTA) dias o contrato nº. 068/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do dia 26 de outubro de 2022 e término em 24 de janeiro de 2023. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 068/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**, designada pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 25 de outubro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT GALVÃO ENGENHARIA LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 31.172.587/0001-40

Contratado Contratante

_____

GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

CPF: 014.935.XXX-XX

Fiscal de Contrato

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 069/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA - REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO MUNICIPAL DE SAUDE EM NOVA MARINGA – MT, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS.

TOMADA DE PREÇOS 007/2022

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.xxx-xx e RG n.º 140xxxx SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **GALVÃO ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **31.172.587/0001-40**, representado neste ato por **EDUARDO COSTA GALVÃO**, inscrito no CPF/MF sob nº 127.424.xxx-xx, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 069/2022, nos termos da TOMADA DE PREÇOS 007/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o contrato nº. 069/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do dia 26 de outubro de 2022 e término em 24 de Janeiro de 2023.**01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 069/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**, designada pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 25 de outubro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT GALVÃO ENGENHARIA LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 31.172.587/0001-40

Contratado Contratante

_____

GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

CPF: 014.935.xxx-xx

Fiscal de Contrato

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 051/2022. REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria n.º 136/2022/ GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **18/11/2022 as 09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, Centro, Fone: (66) 3537-1120, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Itemcom Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EMBALAGENS, COPA E COZINHA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT,** com recebimento e abertura das documentações e propostas de preços, conforme especificado no Edital de Licitação n° **051/2022.**

O pregão presencial encontra-se disponível aos interessados junto à comissão permanente de licitação no endereço supracitado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitacao@novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá - MT, 25 de outubro de 2022.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ Pregoeira/Port. 136/2022

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 050/2022 – SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 136/2022 GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **17/11/2022** as **09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1120, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, com o Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE PEDRA PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **050/2022.**

O pregão presencial encontra-se disponível aos interessados junto à comissão permanente de licitação no endereço supracitado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia e e-mail: licitação@novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 25 de Outubro de 2022.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ Pregoeira/Port.136/2022

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 049/2022 – SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 136/2022-GAPRE, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **11/11/2022 as 09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1120, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, com **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CIMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT**,**com re**cebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **049/2022.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supracitado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá – MT, 25 de outubro de 2022.

EMILY R. BUCHS DA CRUZ Pregoeira/Port. 136/2022

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 069/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA - REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO MUNICIPAL DE SAUDE EM NOVA MARINGA – MT, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS.

TOMADA DE PREÇOS 007/2022

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.xxx-xx e RG n.º 140xxxx SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **GALVÃO ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **31.172.587/0001-40**, representado neste ato por **EDUARDO COSTA GALVÃO**, inscrito no CPF/MF sob nº 127.424.xxx-xx, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 069/2022, nos termos da TOMADA DE PREÇOS 007/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o contrato nº. 069/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do dia 26 de outubro de 2022 e término em 24 de Janeiro de 2023. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 069/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**, designada pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 25 de outubro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT GALVÃO ENGENHARIA LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 31.172.587/0001-40

Contratado Contratante

_____

GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

CPF: 014.935.xxx-xx

Fiscal de Contrato

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 068/2022.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA COM ADEQUAÇÃO DO CENTRO DE FISIOTERAPIA MUNICIPAL, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS.

TOMADA DE PREÇOS 006/2022

Por este instrumento de Aditivo e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Srª **ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE** brasileira, viúva, portadora do CPF: 378.869.XXX-XX e RG n.º 140XXXX SSP-PR, natural de Amoreira/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, tendo em vista o disposto no artigo 61, da Lei nº. 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **GALVÃO ENGENHARIA LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº **31.172.587/0001-40**, representado neste ato por **EDUARDO COSTA GALVÃO**, inscrito no CPF/MF sob nº 127.424.XXX-XX, denominada simplesmente **CONTRATADA**, em comum acordo resolvem celebrar o presente **ADITIVO DE PRAZO** ao CONTRATO Nº 068/2022, nos termos da TOMADA DE PREÇOS 006/2022, regido pelas seguintes cláusulas e nos termos da Lei Federal n. º 8.666 e suas alterações**:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1. Fica prorrogado por mais 90 (NOVENTA) dias o contrato nº. 068/2022 celebrado entre as partes supra discriminadas a contar do dia 26 de outubro de 2022 e término em 24 de janeiro de 2023. **01.2.** A prorrogação do prazo de vigência do referido Contrato n.º 068/2022 tem sua fundamentação legal no artigo 57, §1° VI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

02.1. A fiscalização do objeto deste contrato continuará sendo efetuada pela fiscal **GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO**, designada pela administração deste Município, cabendo o acompanhamento do cumprimento das obrigações geral da **CONTRATADA** e fazendo cumprir as determinações legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

03.1 - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 25 de outubro de 2022.

_____

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT GALVÃO ENGENHARIA LTDA

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE CNPJ: 31.172.587/0001-40

Contratado Contratante

_____

GESSICA ROSIANE LEITE VENANCIO

CPF: 014.935.XXX-XX

Fiscal de Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 1224, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022 "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA ESTRUTURA DA LEI MUNICIPAL 1.157 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021

LEI N° 1224, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA ESTRUTURA DA LEI MUNICIPAL 1.157 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021, ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 E, DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, prefeito do município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara aprova e, sanciono a seguinte Lei;

Art. 1° - Fica o poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município até o montante de R$ 2.822.300,00 (Dois milhões, oitocentos e vinte e dois mil e trezentos reais), adicionando recursos no orçamento do município, provenientes da Tendência de Excesso de Arrecadação para o exercício de 2022;

Art. 2 ° - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto em conformidade com o artigo 1°, serão utilizados recursos conforme artigo 43 da Lei Federal n°. 4.320/64, inciso II - Excesso de Arrecadação, relativo às Fontes de Recursos a seguir mencionadas e demonstradas no relatório de Cálculo de Tendência de Excesso de Arrecadação - (Anexo I):

Art. 3 ° - O crédito suplementar referido no artigo 1º será desdobrado ao nível de elemento de despesa segundo a modalidade de aplicação de recursos, através de decreto municipal.

Art. 4º - Caso haja frustração de receitas, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, total ou parcial os saldos orçamentarios remanecentes, até o limite do efetivo excesso de arrecadação, em conformidade com a despesas realizada.

Art. 5º - Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 1.151 de 12 de novembro de 2021 - LDO 2022 - e Lei Municipal nº 1.137 de 30 de agosto de 2021 - PPA 2022 - 2025, as alterações orçamentárias decorrentes dos artigos desta lei.

Art. 6° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Nova Monte Verde, 25 de outubro de 2022

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito de Nova Monte Verde- MT

ANEXO I

CÁLCULO DE TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

LICITACAO
AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 77/2022

AVISO ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 77/2022

O Município de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Nº 020/2022/PMNMV/GAB de 26 de Janeiro de 2022, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº. 77/2022, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **09/11/2022 às 09:00 horas**

(Horário Oficial de Brasília) no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRAULICOS PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – DAE, POR UM PERIODO DE 12 (DOZE) MESES.**

O procedimento licitatório obedecerá integralmente à legislação que se aplica a modalidade Pregão, sob a égide da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES e, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações – Licitações e também no site** www.bll.org.br.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 25 de Outubro de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 020/2022

Publique-se.

LICITAÇÃO
AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 060/2021

PROCESSO Nº.:6651/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PELO PERIODO DE 12 MESES

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, formada pelos servidores: Claudio dos Santos Maria - Presidente, Poliana Alves Deon - Secretária, Adauto Moreira da Silva, Ireni Maria de Jesus Amaral - Membros da Equipe de Apoio, devidamente instituída através do Decreto nº. 020/2022 de 26 de Janeiro de 2022, torna público aos interessados que conforme solicitação da empresa **JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 34.027.398/0001-71**, **e que após análise realizada pelo departamento Jurídico e Emissão do Parecer sobre o pedido, concede-se o REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO para o preço do item solicitado e comprovado pela empresa e conforme especificações na tabela abaixo:**

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Atual Registrado	**Valor Reequilibrado**
2	41303	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDO	UND	R$ 0,1600	**R$ 0,1739**

Nova Monte Verde/MT, 25 de outubro de 2022.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 020/2022

Poliana Alves Deon

Secretaria

Ireni Maria de Jesus Amaral

Membro da Equipe de Apoio

Adauto Moreira da Silva

Membro da Equipe de Apoio

JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 34.027.398/0001-71

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 317, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022. SÚMULA: CONCEDE AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SRº. JOEL ALVES SANTANA, LICENÇA PRÊMIO.

PORTARIA Nº 317, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE AO SERVIDOR PUBLICO EFETIVO, SRº. **JOEL ALVES SANTANA,** LICENÇA PRÊMIO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 13 de outubro de 2022;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade ao servidor público efetivo **JOEL ALVES SANTANA,** cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de novembro de 2022, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 25 de outubro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 196, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022. SÚMULA: ''DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''

DECRETO Nº 196, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: ''DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS''

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica decretado Ponto facultativo no dia 28 de outubro (sexta-feira), em decorrência ao dia do servidor Público.

ARTIGO 2º - Os serviços públicos de urgência e emergência nas áreas de Saúde e Obras, bem como os órgãos e serviços que não admitem paralisação terão atendimento normal no dia referido no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de eventual necessidade de serviços, os servidores convocados não farão jus ao pagamento de horas extraordinárias, pois o período não significa férias ou feriado.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 25 de outubro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CARONA DE PREGÃO Nº. 78/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CARONADE**PREGÃO Nº. 78/2022**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 9151/2022

OBJETO: *AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) DISPLAY INTERATIVO MULTITOUCH, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.*

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeada através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de Janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Adesão à Ata De Registro De Preços de nº 288/2021, oriunda do Pregão Presencial nº 082/2021, realizado pelo Município de Confresa/MT, onde fica habilitada a fornecer o item para a Prefeitura de Nova Monte Verde/MT, a seguinte:

EMPRESA:

Ø **SIPVOX TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 09.193.427/0001-28,** no valor de R$ 399.999,90 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos de Pregão Presencial 082/2021 do Município de Confresa/MT.

Nova Monte Verde-MT, 25 de Outubro de 2022.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Decreto 019/2021

Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 316, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022. SÚMULA: CONCEDE A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. ROSANE DA APARECIDA ALVES BUENO ONOFRE, LICENÇA PRÊMIO.

PORTARIA Nº 316, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. **ROSANE DA APARECIDA ALVES BUENO ONOFRE,** LICENÇA PRÊMIO.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 19 de outubro de 2022;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva **ROSANE DA APARECIDA ALVES BUENO ONOFRE,** cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de novembro de 2022, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 25 de outubro de 2022.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT E A EMPRESA ODVALDO RIBEIRO DA SILVA EIRELLI.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ODVALDO RIBEIRO DA SILVA EIRELLI**, devidamente inscrita no CNPJ nº 22.910.781/0001-94, domiciliado na AV. Zelia Gattai s/n, Qd N, Lote 13, centro, na cidade de Nova Nazaré-MT, representada pelo **Sr. Odvaldo Ribeiro da Silva**, portador do CPF nº 291.220.315-53, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO DE ACRESCIMO** em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e ainda de acordo com a documentação constante no **Pregão Presencial nº 004/2022** e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÕES

1.1 – Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **acréscimo no fornecimento de madeiras serradas,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 004/2022,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

item	quant. Lic.	unid	descrição	Quant Aditv	R$ unit.	TOTAL
01	20	M³	TABUA CENELAO 2,5 X 30	5	**3.830,00**	19.150,00
02	20	M³	VIGA DE CANELAO 6 X 12	5	**3.378,60**	16.893,00
03	20	M³	PRANCHA DE CANELAO 6 X 30	5	**3.850,00**	19.250,00
05	1000	UNID	LASCA DE EUCALIPTO 8 X10 X 2.20	7	**22,00**	154,00
06	100	UNID	ESTICADOR 14 X 16 X 2.80	25	**97,33**	2.433,25
07	15	M³	TABUA DE MANGUE 2,5 X 30	2	**2921,67**	5.843,34
08	10	UNID	PERGOLATO PRONTO 2 X 4	2	**3416,67**	6.833,34

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescentada** à clausula Quarta - Do Valor e Forma de Pagamento, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de **R$ 70.556,93 (setenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos)**.

2.2 – Com o acréscimo constante no inciso 2.1 o valor total do contrato passará a ser de **R$ 516.353,68 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – O acréscimo justifica-se devido que as quantidades estimadas e licitadas através de processo licitatório, não serem o suficiente para suprir toda demanda existente no atendimento das necessidades das secretarias municipais, justificando assim o acréscimo pretendido.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula sexta, inciso 6.1, alínea “d” do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato **nº. 025/2022**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Nova Nazaré – MT, 21 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ODVALDO RIBEIRO DA SILVA EIRELLI

ODVALDO RIBEIRO DA SILVA

CONTRATADA

EDER PEREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JOBERTO ALVES DA CRUZ

FISCAL DO CONTRATO

LORENA C. ALEIXO DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JULIANA FERREIRA DE RESENDE

FISCAL DO CONTRATO

DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura: ..... Assinatura: .....

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F. nº

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - MT E A EMPRESA SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento, a **O MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 441.299.551-87, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA** inscrita no CNPJ nº 02.519.573/0001-51 com sede a Rua 11, Nº 446, Bairro Operário em Agua Boa-MT Cep: 78635-000, representada neste ato por **ARTHUR WILIAM DALLAGNOL**, brasileiro, empresário, solteiro, portador do RG n.º 710085691 SSP/RS e do CPF nº. 029.017.430-99, residente à Rua M3, nº. 72, centro em Agua Boa-MT, doravante denominada de **CONTRATADA,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo ao contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **convite nº 004/2021**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES:

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução da obra** que tem por objeto a **construção do prédio do Conselho Tutelar de Nova Nazaré-MT** Cláusula Quarta, inciso 4.1;

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **120 (cento e vinte) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 02/01/2023.**

CLAUSULA TERCEIRA - BASE LEGAL

3.1 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 102/2021 e 1º termo aditivo**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Nova Nazaré-MT – MT, 29/08/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA

ARTHUR WILIAM DALLAGNOL

CPF nº. 029.017.430-99

EDER PEREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Jair Neri dos Santos Filho Grazielle Izabella G. Dos Santos.

CPF: 013.114.111-27 CPF: 020.179.841-75

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - MT E A EMPRESA SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA.

PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATO Nº 102/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE - MT** E A EMPRESA **SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA.**

Pelo presente instrumento, a **O MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 441.299.551-87, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e a empresa **SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA** inscrita no CNPJ nº 02.519.573/0001-51 com sede a Rua 11, Nº 446, Bairro Operário em Agua Boa-MT Cep: 78635-000, representada neste ato por **ARTHUR WILIAM DALLAGNOL**, brasileiro, empresário, solteiro, portador do RG n.º 710085691 SSP/RS e do CPF nº. 029.017.430-99, residente à Rua M3, nº. 72, centro em Agua Boa-MT, doravante denominada de **CONTRATADA,** e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente termo aditivo ao contrato, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **convite nº 004/2021**, devidamente homologada pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DAS ALTERAÇÕES:

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do prazo de execução da obra** que tem por objeto a **construção do prédio do Conselho Tutelar de Nova Nazaré-MT** Cláusula Quarta, inciso 4.1;

2.2 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta, inciso 4.1 do contrato originário o total de **120 (cento e vinte) dias,** ficando o prazo de execução estendido até o **dia 04/09/2022.**

CLAUSULA TERCEIRA - BASE LEGAL

3.1 - O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Incisos II e III da Lei 8.6366 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do **Contrato nº 102/2021**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

Nova Nazaré-MT – MT, 02/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SOLAR CONTRUÇÕES E LOCAÇÃO LTDA

ARTHUR WILIAM DALLAGNOL

CPF nº. 029.017.430-99

EDER PEREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Jair Neri dos Santos Filho Grazielle Izabella G. Dos Santos.

CPF: 013.114.111-27 CPF: 020.179.841-75

PREFEITURA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT E A EMPRESA CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no CNPJ nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441. 299.551-87, denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇAO EIRELI**, devidamente inscrita no CNPJ n° 21.603.640/0001-66, domiciliado na RODOVIA MT 326, s/n, centro, na cidade de Nova Nazaré-MT, representada pela **Srª. MARILIA GOMES CALANCA**, portadora do CPF nº 045.040.231-21, denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **ADITIVO DE ACRESCIMO** em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações e ainda de acordo com a documentação constante no **Pregão Presencial nº 014/2022** e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÕES

1.1 – Constitui objeto do presente Termo Aditivo o **acréscimo no fornecimento de diversos materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas e outros para atender as necessidades do município de Nova Nazaré-MT,** que passa a ser parte integrante do Contrato originário, a Cláusula Primeira – Do Objeto, referente ao processo de licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 014/2022,** conforme quantidades mencionadas abaixo:

item	quant. Lic.	unid	descrição	Quant Aditv	R$ unit.	TOTAL
02	500	MT	AREIA GROSSA – **MINERADORA KERO KERO**	125	**134,50**	16.812,50
03	500	SC	ARGAMASSA CII 20KG - **CIPLAN**	125	**34,50**	4.312,50
08	500	MT	CABO FLEXIVEL 10MM - **COBRECON**	125	**9,07**	1.133,75
11	30	UN	CHAVE COMBINADA 12 POL A 17 POL - **FOXLUX**	7	15,90	111,30
12	2.000	UN	CIMENTO CPIIZ32 50KG - **CIPLAN**	500	41,70	20.850,00
22	10	UN	MARRETA DE BORRACHA – **VAP SOLUTION**	2	28,00	56,00
26	120	UN	PEDRISCO – MINERADORA **KERO KERO**	30	144,00	4.320,00
31	10	UN	RODA COMPLETA CARRINHO DE MÃO - **FECAR**	2	75,00	150,00
32	80	UN	TELHA ONDULADA 3,66X1,10M - **ETHERNIT**	20	107,00	2.140,00
35	100	UN	TINTA RENDE MUITO 18LT CORES DIVERSAS - **CORAL**	25	346,00	8.650,00
41	100	UN	TUBO SOLDAVEL 50MM - **PEVESUL**	25	94,00	2.350,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

2.1 - Fica **acrescentada** à clausula Quarta - Do Valor e Forma de Pagamento, inciso 4.1 ao contrato originário o montante de **R$ 60.886,50 (sessenta mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**.

2.2 – Com o acréscimo constante no inciso 2.1 o valor total do contrato passará a ser de **R$ 304.668,50 (trezentos e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)**.

CLAUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – O acréscimo justifica-se devido que as quantidades estimadas e licitadas através de processo licitatório, não serem o suficiente para suprir toda demanda existente no atendimento das necessidades das secretarias municipais, justificando assim o acréscimo pretendido.

3.2 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 65, inciso I, alínea b, c/c o § 1º do mesmo artigo da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e clausula sexta, inciso 6.1, alínea “d” do contrato originário.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e Condições do Contrato **nº. 051/2022**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Nova Nazaré – MT, 21 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

MARILIA GOMES CALANCA

CONTRATADA

EDER PEREIRA DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JOBERTO ALVES DA CRUZ

FISCAL DO CONTRATO

LORENA C.ALEIXO DA SILVA

FISCAL DO CONTRATO

JULIANA FERREIRA DE RESENDE

FISCAL DO CONTRATO

DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura: ..... Assinatura: .....

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F. nº

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DIVULGAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A AVALIAÇÃO DIDÁTICA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA A AVALIAÇÃO DIDÁTICA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022,** Conforme segue:

1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AULAS:

1.1. A AULA SERÁ PRESENCIAL, NÃO SERÁ VIDEO-AULA**.**

1.2. A avaliação será gravada, ou seja, abanca vai filmar o candidato fazendo sua apresentação, (sendo avaliado).

1.3. O candidatao terá tempo máximo de 20 (vinte) minutos, para exposição da aula.

1.4. Cada candidato será responsável pelo materail didático a ser utilizado.

2. DOS CONTEÚDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AULA

2.1. Os candidatos deverão escolher um dos temas abaixo para elaboração do PLANO DE AULA:

Ø Conteúdo Programático para o cargo de Professor Pedagógico:

Ludicidade em sala de aula;

Alfabetização;

O atendimento educacional especializado – AEE;

Recursos Multifuncionais;

Números Radicais: operações - simplificação, propriedade - racionalização de denominadores;

Equações fracionárias;

Relação e Função: domínio, contradomínio e imagem;

Razão e Proporção; Grandezas Proporcionais;

Porcentagem; Juros Simples e Composto; Conjunto de números reais;

Trigonometria da 1ª volta: seno, cosseno, tangente, relação fundamental; Geometria Analítica;

Geometria Espacial; Geometria Plana; Operação com números inteiros e fracionários; Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume.

Ø Conteúdo Programático para o cargo de Professor de Educação Física:

Jogos;

EsporteS

Danças;

Ginástica;

Luta;

Atividadades ritmicas e expressivas;

Coordenação motora;

O atendimento educacional especializado – AEE.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 24 de outubro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DA SESSAO DO PREGAO ELETRONICO SRP-Nº. 019/2022/PMNO

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DA SESSAO: 13/10/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

VENCEDOR: COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NOVA OLIMPIA LTD: A **VALOR GLOBAL**- R$ 6.062.000,00 (seis milhões e sessenta e dois mil reais).

Nova Olímpia/MT, 25 de outubro de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira oficial

Portaria 235/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso,

usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a COMISSÃO ESPECIAL PARA

SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, nomeada pela

Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais

disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, a SEGUNDA RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE ABERTURA DO

CONCURSO PÚBLICO 001/2022, conforme segue:

? ONDE SE LIA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

Data Eventos

05/08/2022 Publicação Edital do Concurso

08 e 09/08/2022 Prazo para impugnação ao Edital

10/08/2022 Publicação das respostas as impugnações ao Edital

11/08 a 31/08/2022 Período das inscrições

11 e 12/08/2022 Data de pedido de isenção de taxas

23/08/2022 Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição,

deferidas e indeferidas

26 e 29/08/2022 Prazo para recurso da divulgação ao pedido de isenções de taxas

30/08/2022 Divulgação do resultado dos recursos das isenções de taxa

01/09/2022 Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.

05/09/2022 Publicação da Relação dos inscritos

06 e 08/09/2022 Prazo para recurso contra a relação dos inscritos

12 a 16/09/2022 Prazo para envio da prova de títulos no sistema

19/09/2022 Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos

19/09/2022 Publicação do Edital da Homologação das Inscrições

19/09/2022 Publicação do Edital Complementar – Local de provas

25/09/2022 Prova objetiva e Dissertativa – Redação

26/09/2022 Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva

27 e 28/09/2022 Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva

03/10/2022 Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova

objetiva;

Divulgação do gabarito oficial da prova objetiva;

Divulgação do Resultado preliminar das provas objetiva e de títulos;

04 e 05/10/2022 Recurso contra resultado preliminar das provas objetiva e de títulos;

10/10/2022 Divulgação do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar das

provas objetiva e de títulos;

Divulgação do resultado final da prova objetiva e de títulos;

MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT

11/10/2022 Divulgação do resultado da Prova dissertativa (Redação), para os candidatos

que obtiveram 50 pontos na prova objetiva;

13 e 14/10/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar da Prova dissertativa

(Redação);

18/10/2022 Divulgação do julgamento dos recursos contra o resultado prelimminar da

prova dissertativa (redação);

Divulgação do resultado final da prova dissertativa (redação);

19/10/2022 Convocação dos candidatos classificados para realização da prova prática (prova

didática);

23/10/2022 Realização da prova prática (prova didática) para os professores classificados.

07/11/2022 Divulgação do resultado preliminar da prova prática (prova didática)

08 e 09/11/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar da prova prática (prova

didática;

21/11/2022 Divulgação dos recursos contra o resultado preliminar da prova prática (Prova

didática);

Divulgação do resultado final da prova prática (prova didática);

Divulgação do resultado preliminar do Concurso Público de Nova Olímpia.

22 e 23/11/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar do Concurso Público de Nova

Olímpia.

05/12/2022 Divulgação do Julgamento dos recursos contra o resultado preliminar do

Concurso Público de Nova Olímpia.

05/12/2022 Previsão de divulgação do resultado Final do Concurso Público 001/2021 de

Nova Olimpia/MT.

05/12/2022 Homologação do Resultado Final do Certame

? LEIA – SE

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

Data Eventos

05/08/2022 Publicação Edital do Concurso

08 e 09/08/2022 Prazo para impugnação ao Edital

10/08/2022 Publicação das respostas as impugnações ao Edital

11/08 a 31/08/2022 Período das inscrições

11 e 12/08/2022 Data de pedido de isenção de taxas

23/08/2022 Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição,

deferidas e indeferidas

26 e 29/08/2022 Prazo para recurso da divulgação ao pedido de isenções de taxas

30/08/2022 Divulgação do resultado dos recursos das isenções de taxa

01/09/2022 Último dia para pagamento da taxa de inscrição via boleto bancário.

05/09/2022 Publicação da Relação dos inscritos

06 e 08/09/2022 Prazo para recurso contra a relação dos inscritos

MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT

12 a 16/09/2022 Prazo para envio da prova de títulos no sistema

19/09/2022 Divulgação do resultado dos recursos da relação de inscritos

19/09/2022 Publicação do Edital da Homologação das Inscrições

19/09/2022 Publicação do Edital Complementar – Local de provas

25/09/2022 Prova objetiva e Dissertativa – Redação

26/09/2022 Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva

27 e 28/09/2022 Prazo de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva

03/10/2022 Divulgação da decisão dos recursos contra o gabarito preliminar da prova

objetiva;

Divulgação do gabarito oficial da prova objetiva;

Divulgação do Resultado preliminar das provas objetiva e de títulos;

04 e 05/10/2022 Recurso contra resultado preliminar das provas objetiva e de títulos;

10/10/2022 Divulgação do julgamento dos recursos contra o resultado preliminar das

provas objetiva e de títulos;

Divulgação do resultado final da prova objetiva e de títulos;

11/10/2022 Divulgação do resultado da Prova dissertativa (Redação), para os candidatos

que obtiveram 50 pontos na prova objetiva;

13 e 14/10/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar da Prova dissertativa

(Redação);

18/10/2022 Divulgação do julgamento dos recursos contra o resultado prelimminar da

prova dissertativa (redação);

Divulgação do resultado final da prova dissertativa (redação);

19/10/2022 Convocação dos candidatos classificados para realização da prova prática (prova

didática);

05 e 06/11/2022 Realização da prova prática (prova didática) para os professores classificados.

21/11/2022 Divulgação do resultado preliminar da prova prática (prova didática)

22 e 23/11/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar da prova prática (prova

didática;

05/12/2022 Divulgação dos recursos contra o resultado preliminar da prova prática (Prova

didática);

Divulgação do resultado final da prova prática (prova didática);

Divulgação do resultado preliminar do Concurso Público de Nova Olímpia.

06 e 07/12/2022 Período de recurso contra o resultado preliminar do Concurso Público de Nova

Olímpia.

19/12/2022 Divulgação do Julgamento dos recursos contra o resultado preliminar do

Concurso Público de Nova Olímpia.

19/12/2022 Previsão de divulgação do resultado Final do Concurso Público 001/2021 de

Nova Olimpia/MT.

19/12/2022 Homologação do Resultado Final do Certame

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA - MT

Nova Olimpia/MT, 25 de outubro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DA SESSAO DO PREGAO ELETRONICO SRP-Nº. 016/2022/PMNO

ORGAO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30.

DATA DA SESSAO: 24/10/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL ESPECIFICO PARA DECORAÇAO NATALINA NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.

VENCEDOR (S): MAGIC BOX DECORAÇÕES TEMATICAS EIRELLI EPP - **VALOR TOTAL -**R$ 257.599,97 (duzentos e cinquenta e sete mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos)

Nova Olímpia/MT, 24 de outubro de 2022.

Eliete Silva

Pregoeira oficial

Portaria 235/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA REPOSTA DO RECURSO Nº 21681 CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE DISSERTATIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela **Portaria nº 197/2022 de 21 de Julho de 2022**, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, a **DIVULGAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DA REPOSTA DO RECURSO Nº 21681 CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE DISCURSIVA DO CONCURSO PÚBLICO 001/2022,** Conforme segue:

1. Onde se lia:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	RESPOSTA
21681	683	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	DEFERIDO PARCIAMENTE	Redação reanalisada Espelho individual do candidato. O candidato devera demostrar os seguintes conhecimentos: 1-Identificar a o horário 07:00 ás 11:45 não atende as normas legais- 20 pontos 2- Identificar que o Professor tem direito a hora atividade na escola- 00 pontos 3-Identificar que a quantidade de aluno extrapola o limite por sala estipulado em lei: 20 pontos 4- Identificar que com um aluno PCD, é obrigatório ter um auxiliar na sala- 00 pontos 5- Gramática: Mais de 2 erros: 00 pontos (obs: concordância e pontuação também foram avaliados) **TOTAL : 40 PONTOS**

1.1. Leia-se:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO	RESPOSTA
21681	683	MARIA LEUZIVANIA LACERDA OLIVEIRA	DEFERIDO PARCIAMENTE	Redação reanalisada Espelho individual do candidato. O candidato devera demostrar os seguintes conhecimentos: 1-Identificar a o horário 07:00 ás 11:45 não atende as normas legais- 0 0 pontos **2- Identificar que o Professor tem direito a hora atividade na escola- 20 pontos** 3-Identificar que a quantidade de aluno extrapola o limite por sala estipulado em lei: 20 pontos 4- Identificar que com um aluno PCD, é obrigatório ter um auxiliar na sala- 00 pontos 5- Gramática: Mais de 2 erros: 00 pontos (obs: concordância e pontuação também foram avaliados) **TOTAL : 40 PONTOS**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Nova Olimpia/MT, 24 de outubro de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 343/2022

EXMO. PREFEITO MUNICIPAL, DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, PAULINHO BORTOLINI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a senhora **MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO**, portadora do RG nº 1.425.967-2 SSP/MT e do CPF nº 918.960.881.04, exercendo a função de Secretária Municipal de Finanças, conferindo-lhes poderes para movimentar as Contas Correntes em nome do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Santa Helena-Mt, com CNPJ sob nº. 21.227.222/0001-11, pelo autoatendimento setor público, juntamente comigo **PAULINHO BORTOLINI**, Prefeito Municipal, portador do RG nº 1180352-5 SSP/MT e do CPF nº 631.762.201. 97, e juntamente com a senhora **ANDREZA TANHOLI** portadora do RG n 2760.542 SSP/MT e CPF 750.616.199-00, exercendo a função de Secretária de Assistência Social, conferindo-lhes poderes para movimentar público nos seguintes serviços abaixo discriminados:

Emitir cheques	Abrir contas de depósito	Autorizar cobrança
Utilizar o crédito aberto na forma e condições	Receber, passar recibo e dar quitação.	Solicitar saldos e extratos
Requisitar talonários de cheques	Autorizar débito em conta relativo a operações	Retirar cheques devolvidos
Endossar cheque	Sustar/contra-ordenar cheques	Cancelar cheques
Baixar cheques	Efetuar resgates/aplicações financeiras	Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
Efetuar pagamentos por meio eletrônico	Efetuar transferências por meio eletrônico	Consultar Contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federal - RPG
Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro/AASP	Solicitar saldos/extratos de investimentos	Solicitar saldos/extratos de operações de credito
Emitir comprovantes	Efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico	Encerrar contas de deposito
Solicitar saldos/extratos de operações de credito		

Artigo 2º -. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 25 de outubro de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANDREZA TANHOLI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 25/10/2022 a 25/11/2022.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 006/2022

EXCELENTÍSSIMO SENHOR ADEMIR DIAS DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER 10(dez) dias de férias remunerada a servidora DÉBORA OLIVEIRA DA SILVA, inscrito sobre o CPF nº 039.145.721-75, RG nº 20466749 SSP/MT, lotado no cargo efetivo de Contadora, sob a matricula nº 47, referente ao período aquisitivo de 11/10/2020 á 10/10/2021

PARAGRAFO UNICO - O período de afastamento será a partir do dia 17 de outubro de 2022, devendo retornar as atividades normais no dia 27 de outubro de 2022.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 17 de outubro de 2022.

ADEMIR DIAS DA SILVA

Presidente

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA DE 17/10/2022 A 17/11/2022

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 341/2022

DATA: 24 de outubro de 2022

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE DOS SERVIDORES, ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULINHO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O CAPITULO IV, SEÇÃO X, ART. 114 DA LEI 1036/2022 DE 07 DE JUNHO DE 2.022.

Considerando o teor dos requerimentos dos servidores com a manifestação do interesse da conversão em pecúnia da Licença Prêmio por Assiduidade;

Considerando a autorização do poder executivo municipal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira.

RESOLVE:

Art 1º. CONCEDER na forma dos dispositivos legais supramencionados, a **"CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE"** aos servidores relacionados na tabela abaixo e seus respectivos períodos aquisitivos.

Servidor	Mat.	Período Aquisitivo	Quantidade
FATIMA SABINO DOS SANTOS	538	De: 18/10/2017 a 17/10/2022	**60 dias**
JULIANA DA CRUZ LORCA BARIQUELO	746	De: 02/01/2014 a 01/01/2019	**70 dias**

Art. 2º. As Licenças Prêmios por Assiduidade, acima mencionadas serão lançadas em pecúnia na folha de outubro de 2022 e serão pagas juntamente com os demais proventos e descontos de direito dos servidores, supramencionados no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso

24 de outubro de 2022.

PAULINHO BORTOLINI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 24/10/2022 a 24/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECRETO MUNICIPAL N. º 092/2022

DECRETO MUNICIPAL N. º 092/2022

DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2022

EXONERAR DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO O SENHOR CLAUDIR ANTONIO RIZZO *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado do cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comercio e Turismo o Sr. Claudir Antônio Rizzo, portador da Cédula de Identidade RG n°**.** 6.143.193-4 SSP/MT e CPF nº. 016.992.669-99**, residente e domiciliado na Rua Pará, nesta Cidade de Nova Ubiratã/MT.**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 25/10/2022.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. nº 001/2021

PORTARIA Nº. 571/2022

PORTARIA Nº. 571/2022

DATA: 24 DE OUTUBRO DE 2022

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDOR(A) ELLEMAR GEHM".

O SRº. EDEGAR JOSE BERNARDI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E,

Considerando o art. 107, da Lei Complementar 061/2013 de 27 de maio de 2.015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

Resolve,

Art. 1° - Averbar **Certidão de Tempo de Contribuição nº 08001290.1.04403/21-7**, emitida pelo INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social, ao servidor (a) **ELLEMAR GEHM.**

Certidão nº 08001290.1.04403/21-7

Período	Empregador	Tempo de Contribuição	Tempo de contribuição dias
12/04/1971 a 11/07/1973	Kepler Weber SA	2 ano(s), 3 mês(s), 0 dia(s)	822 dias
12/07/1973 a 31/08/1973	Eletro- Mecânica Panambi	0 ano(s), 1 mês(s), 19 dia(s)	49 dias
01/03/1974 a 28/01/1975	Mecânica Ponta Porã	0 ano(s),10 mês(s), 28dia(s)	329 dias
01/07/2004 a 24/08/2006	Arnaldo Scherner	2 ano(s) ,01 mês(s), 24 dia(s)	786 dias
01/02/2007 a 31/03/2007	Trabalhador Avulso	0 ano(s) ,2 mês(s), 0 dia(s)	62 dias
01/06/2007 a 17/12/2008	Município de Nova Ubiratã	01 ano(s), 06 mês(s), 17 dia(s)	564 dias
04/05/2009 a 28/02/2010	Município de Nova Ubiratã	0 ano(s), 09 mês(s), 27 dia(s)	298 dias

Art. 2º - O período averbado compreende 2.910 dias, correspondendo a 7 anos, 11 meses e 25 dias.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2.022.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 014/2022 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 014/2022

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2021

DATA: 25 de Outubro de 2022

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, Sr. **EDEGAR JOSE BERNARDI,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital nº 001/2021 de 01 de Julho de 2021 que trata do Processo Seletivo Público Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público 001/2021 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00, munidos dos **documentos pessoais** e **profissionais**, dos **exames médicos** obrigatórios conforme **anexo I e parágrafo 18.1**, **do referido edital**, para fins de nomeação, posse e exercício.

CARGO: AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS – SEDE

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
63	ROZANE MATOS DOS SANTOS	13º CLASSIFICADO

ART. 2º - A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação.

ART. 3º - É vedada a posse mediante procuração.

ART. 4º - O não cumprimento por parte do candidato das exigências previstas no Edital nº 001/2021 e demais legislações vigentes implicará em desistência da vaga ao cargo ao qual foi aprovado ou classificado e convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não apresentação do candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação e renúncia ao cargo ao qual foi convocado.

ART. 5º - O exercício do cargo público para qual o candidato foi aprovado e convocado deverá acontecer imediatamente após o ato de passe, sob pena de exoneração daquele que não cumprir esta determinação.

ART. 6º - A não apresentação de qualquer documento previsto neste Edital e demais legislações vigentes impossibilitará o candidato a ser empossado e entrar em exercício do cago público.

ART. 7º - Relação de documentos exigidos, originais e cópias: **DUAS CÓPIAS DE CADA DOCUMENTO.**

ANEXO I

Conforme descrito no Edital 001/2021 do Processo Seletivo Público, no item 18 que pede para que o ingresso no cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS o candidato deverá residir na área onde exercerá suas funções, conforme Lei Federal nº 11.350/2006, artigo 6º, inciso I, assim como para o cargo de Agente de Combate às Endemias – ACE e ainda apresentar documentação, que comprove o que segue abaixo:

ÿ Atestado de Saúde Ocupacional - ASO,(especialmente para fins de Trabalho).

ÿ Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura.

ÿ Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável.

ÿ Cédula de Identidade (RG);

ÿ Cadastro de Pessoa Física (CPF);

ÿ Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);

ÿ Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;

ÿ Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;

ÿ Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)

ÿ Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;

ÿ Título de Eleitor;

ÿ Comprovante de votação da última eleição

ÿ Documento Militar (Se homem);

ÿ *Documento Escolar, Antecedentes Criminais, 01 Foto 3x4, Telefone e E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

ÿ *Documento Profissional (Habilitação, CREA, CREF, ETC, caso seja necessário)*

NOVA UBIRATA 25 DE OUTUBRO DE 2022

EDEGAR JOSE BERNARDI

Prefeito Municipal

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2022.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2022.

_____

****

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 01/2022

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa SORTE CONSTRUTORA EIRELLI, CNPJ 07.344.422.0001-23, com sede na Avenida Duque de Caxias, 1959, Bairro Nova Esperança, Aragarças, GO, adiante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar quarto termo aditivo ao contrato nº 01/2022, de alteração de valor, em conformidade com Edital de Tomada de Preços n° 04/2021, com as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Fica alterada de comum acordo a redação da Cláusula Quarta do Contrato nº 01/2022, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1 - Pela execução dos serviços, objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R$ 385.449,08 (trezentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e oito centavos)**, conforme detalhamento constante do Anexo de Julgamento - Planilha Orçamentária, parte integrante da **Tomada de Preços 004/2.021**, acrescido de R$ 39.976,84 (trinta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RATIFICAÇÕES

2.1 - Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 01/2022.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 27 de outubro de 2022.

JOAO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2.022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Presencial 039/2.022 que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRANCHÕES, TÁBUAS E VIGAS DE MADEIRA PARA RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PONTES E PASSARELAS NAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.Onde se lê: D**ata de abertura dos envelopes 01/11/2.022, às 9h00 (horário de Brasília), **leia-se: Data de abertura dos envelopes 10/11/2.022, às 9h00 (horário de Brasília)**, a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregao-presencial/2022. e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 25 de outubro de 2.022.

Marina Angélica Marca

Pregoeira oficial

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº. 249, Centro, Setor Xavantina, na cidade e comarca de Nova Xavantina (MT), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Machado Neto – João Bang;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 182 e seguintes normatiza ser da competência do Município a formulação da política de desenvolvimento urbano, que deve ser executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei local;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 10.257/2001 – “Estatuto das Cidades” – regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, sendo que em seu art. 2º estabelece como uma das diretrizes gerais a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes, o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana e por fim, que haja isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social;

CONSIDERANDO que neste diapasão a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 163 e seguintes cristaliza a competência municipal no que tange ao ordenamento e pleno desenvolvimento urbano em total sintonia com o ordenamento pátrio Brasileiro;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obediência aos Princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência nos termos do “caput” e inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública em âmbito Federal, Estadual e Municipal em seu art. 2º é categórica em pontuar que as alienações, concessões, permissões e locações serão necessariamente precedidas de licitação;

CONSIDERANDO que o artigo 54 da Lei de nº 8666/93 permite e trata como Direito da Administração o Poder – Dever de anular os atos administrativos eivados de vícios ou ilegalidade;

CONSIDERANDO o teor da Súmula Vinculante de nº 473 – “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por

motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal em seu art. 108 trata do uso de bens públicos municipais, por terceiros, as hipóteses e formas de procedimentalizar uma autorização ou permissão de uso de um bem público municipal por terceiro, sob pena de nulidade;

CONSIDERANDO que o Sr. João Batista Vaz da Silva (Cebola) - ex-prefeito, enquanto gestor público e estando à frente da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, firmou autorização a título precário de construção de 1 (um) Hangar para Aeronave, no Aeródromo localizado na Av. Dos Cientistas com Pista de Pouso, sem a devida observância aos regramentos legais atinentes à matéria, notadamente, sem observar a obrigatoriedade de realização de licitação pública ferindo a ferro e fogo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, concorrendo para o desprestígio da Administração Pública junto a sociedade;

CONSIDERANDO que no bojo da Autorização de Construção e do Alvará para aprovação de Obras de nº 031/2016 consta a seguinte declaração "a aprovação do projeto não implica o reconhecimento do Direito de Propriedade do terreno por parte da Prefeitura";

CONSIDERANDO procedimento instaurado através do Ministério Público – 1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Xavantina - SIMP 001335-029/2022, que trata da "*existência de 2 (dois) hangares na área do Aeroporto Municipal de Nova Xavantina sem que tenha havido qualquer licitação para essas construções*";

Ante o exposto, diante da posse precária e ilegítima em que se encontra Vossa Senhoria - **Adilson Luis Lacovantuoni,** proprietário da estrutura de 1 (um) Hangar para Aeronave(s), localizado/situado na Avenida dos Cientistas – Aeródromo do município, esta **NOTIFICANTE**, utiliza da presente, para **NOTIFICÁ-LO** a proceder com a desocupação total da área pública em referência, no prazo máximo e improrrogável de até 30 **(trinta) dias**, contados da publicação desta Notificação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso.

Por fim, enfatizamos que, em não ocorrendo à desocupação voluntária dentro do prazo estabelecido, serão tomadas medidas próprias visando à retomada coercitiva do imóvel, a reintegração da posse ou outra medida judicial competente, nos termos do artigo 1228 e seguintes do Código Civil, sem prejuízos das demais cominações legais.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito, Nova Xavantina (MT), 19 de outubro de 2022.

João Machado Neto - João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL PARA DESOCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA

O **MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 15.024.045/0001-73, com sede na Avenida Expedição Roncador Xingu, nº. 249, Centro, Setor Xavantina, na cidade e comarca de Nova Xavantina (MT), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Machado Neto – João Bang;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 182 e seguintes normatiza ser da competência do Município a formulação da política de desenvolvimento urbano, que deve ser executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em lei local;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 10.257/2001 – "Estatuto das Cidades" – regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, sendo que em seu art. 2º estabelece como uma das diretrizes gerais a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes, o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana e por fim, que haja isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social;

CONSIDERANDO que neste diapasão a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 163 e seguintes cristaliza a competência municipal no que tange ao ordenamento e pleno desenvolvimento urbano em total sintonia com o ordenamento pátrio Brasileiro;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obediência aos Princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência nos termos do "caput" e inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Lei de nº 8666/93 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública em âmbito Federal, Estadual e Municipal em seu art. 2º é categórica em pontuar que as alienações, concessões, permissões e locações serão necessariamente precedidas de licitação;

CONSIDERANDO que o artigo 54 da Lei de nº 8666/93 permite e trata como Direito da Administração o Poder – Dever de anular os atos administrativos eivados de vícios ou ilegalidade;

CONSIDERANDO o teor da Súmula Vinculante de nº 473 – "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque dêles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal em seu art. 108 trata do uso de bens públicos municipais, por terceiros, as hipóteses e formas de procedimentalizar uma autorização ou permissão de uso de um bem público municipal por terceiro, sob pena de nulidade;

CONSIDERANDO que o Sr. João Batista Vaz da Silva (Cebola) - ex-prefeito, enquanto gestor público e estando à frente da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, firmou autorização a título precário de construção de 1 (um) Hangar para Aeronave, no Aeródromo localizado na Av. Dos Cientistas com Pista de Pouso, sem a devida observância aos regramentos legais atinentes à matéria, notadamente, sem observar a obrigatoriedade de realização de licitação pública ferindo a ferro e fogo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, concorrendo para o desprestígio da Administração Pública junto a sociedade;

CONSIDERANDO que no bojo da Autorização de Construção e do Alvará para aprovação de Obras de nº 031/2016 consta a seguinte declaração "a aprovação do projeto não implica o reconhecimento do Direito de Propriedade do terreno por parte da Prefeitura";

CONSIDERANDO procedimento instaurado através do Ministério Público – 1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Xavantina - SIMP 001335-029/2022, que trata da "*existência de 2 (dois) hangares na área do Aeroporto Municipal de Nova Xavantina sem que tenha havido qualquer licitação para essas construções*";

Ante o exposto, diante da posse precária e ilegítima em que se encontra Vossa Senhoria - **José Vidal de Oliveira,** proprietário da estrutura de 1 (um) Hangar para Aeronave(s), localizado/situado na Avenida dos Cientistas – Aeródromo do município, esta **NOTIFICANTE**, utiliza da presente, para **NOTIFICÁ-LO** a proceder com a desocupação total da área pública em referência, no prazo máximo e improrrogável de até **30 (trinta) dias**, contados da publicação desta Notificação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso.

Por fim, enfatizamos que, em não ocorrendo à desocupação voluntária dentro do prazo estabelecido, serão tomadas medidas próprias visando à

retomada coercitiva do imóvel, a reintegração da posse ou outra medida judicial competente, nos termos do artigo 1228 e seguintes do Código Civil, sem prejuízos das demais cominações legais.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito, Nova Xavantina (MT), 19 de outubro de 2022.

João Machado Neto - João Bang

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.405 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT - REFIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o programa de Recuperação Fiscal do Município de Novo Horizonte do Norte - MT, (REFIS), pelo Poder Executivo, que estabelece medidas para a recuperação de créditos fiscais. Parágrafo primeiro – O Poder Executivo poderá firmar cooperação técnica com o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso para estabelecer medidas conciliatórias para a recuperação de créditos fiscais. Parágrafo segundo – Não obstante o perdão das penalidades, os créditos serão corrigidos monetariamente através do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou Índice Geral Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, de acordo com a natureza tributária. Parágrafo terceiro – A fruição dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada ao pagamento do débito, à vista ou parcelado, exclusivamente, em moeda nacional, sendo vedada a utilização de quaisquer outras modalidades de extinção. CAPÍTULO II DA ADESÃO AO REFIS

Art. 2º – A adesão aos benefícios desta Lei deverá se dar por meio da assinatura do Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos e implicará no reconhecimento irretratável e irrevogável dos débitos nele indicados, bem como renúncia ou desistência a quaisquer meios de defesa ou impugnações judiciais e administrativas.

Parágrafo primeiro - O Termo de Confissão deverá conter:

I - qualificação das partes, indicação do crédito e Certidão de Dívida Ativa objeto do acordo, data, local e assinatura dos envolvidos;

II - a modalidade de pagamento elegida, as concessões aplicáveis, com a advertência de que, em caso de descumprimento do acordo, os valores originários da dívida serão restabelecidos, com a perda dos benefícios aplicados;

III - declaração de confissão, renúncia e desistência;

Art. 3º - A adesão considera-se formalizada com o pagamento à vista, ou com o pagamento da primeira parcela.

Parágrafo primeiro - O pagamento será realizado por meio de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Parágrafo segundo - O devedor deverá efetuar o pagamento do Documento de Arrecadação, referente ao pagamento à vista, ou à primeira parcela, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da assinatura do Termo de Conciliação, Confissão e Parcelamento de Débitos, sendo a sua efetivação, condição essencial para o requerimento da suspensão da respectiva ação judicial, bem como para a concessão de anuência para o cancelamento de eventuais protestos e/ou negativações em bancos de dados e fornecimento, conforme o caso, de certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de parcelamento, ressalvada a primeira parcela, o pagamento das demais parcelas será realizado mensal e sucessivo, respeitando sempre o intervalo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do acordo, sendo corrigidas em conformidade com os encargos previstos na legislação de regência do respectivo crédito, observado o valor mínimo de cada parcela fixado nos termos desta Lei.

Parágrafo quarto - O parcelamento decorrente da transação prestar-se-á à suspensão da execução fiscal, quando o débito estiver ajuizado.

Parágrafo quinto - A adesão aos benefícios previstos nesta Lei não desobriga o interessado de promover, às suas expensas, o cancelamento do respectivo instrumento de protesto ou de efetuar o pagamento das custas e emolumentos para formalização da desistência dos apontamentos a protesto, em relação aos títulos já encaminhados para o Cartório de Protesto, até o momento da assinatura do Termo de Conciliação, Confissão e Parcelamento de Débitos, assim como não o exonera do pagamento das custas processuais remanescentes arbitradas judicialmente e ou extrajudicialmente, as quais deverão ser recolhidas junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Parágrafo sexto - O Poder Executivo Municipal autorizará à exclusão dos protestos dos créditos tributários dos contribuintes, mediante a aprovação do parcelamento e a devida comprovação da quitação da primeira parcela, bem como das despesas descritas no parágrafo quinto deste artigo, ficando o contribuinte responsável pelo recolhimento dos emolumentos e custas de cartório.

Art. 3º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas e empreendedor individual;

II - R$ 100,00 (cem reais) para microempresas e empresas de pequeno porte;

III - R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para as demais pessoas jurídicas.

Art. 4º - Será admitida a fruição dos benefícios previstos nesta Lei quando o valor do crédito estiver garantido por bloqueio ou penhora em dinheiro, nos autos de execução fiscal ou ação judicial, hipótese em que será observado o que segue:

I - o valor bloqueado ou penhorado será utilizado, na integralidade, para pagamento do débito e, em havendo saldo devedor remanescente favorável à Fazenda Pública, poderá ser quitado à vista ou em prestações, na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

II - o saldo favorável ao executado deverá ser restituído.

CAPÍTULO III DO INADIMPLEMENTO DO ACORDO DE CONCILIAÇÃO

Art 5º - O acordo extrajudicial celebrado por meio do Termo de Confissão e Parcelamento de Débito de que trata esta Lei será considerado descumprido e sujeito à denúncia por ato da autoridade administrativa quando, alternativamente:

I - ocorrer a inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - for constatado atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas, sucessivas, ou não.

Parágrafo único. Verificada a ocorrência de descumprimento, perderá o contribuinte os benefícios concedidos nesta Lei, sendo restabelecidos, em relação ao acordo, os valores originários do crédito fiscal, implicando na exigibilidade imediata da totalidade dos créditos confessados, prosseguindo-se na cobrança do saldo remanescente, com acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, sujeitando o crédito a protesto, com a adoção dos atos necessários à execução do valor, com a distribuição de execução fiscal ou retomada de execução fiscal em curso, conforme o caso.

CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS EM GERAL

Art. 6º - Os créditos tributários e não tributários, vencidos até 31 de dezembro do exercício anterior ao exercício da conciliação, inscritos em dívida ativa, podem ser liquidados nas seguintes condições:

I - para pagamento à vista: desconto de 100% (cem por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

II - para pagamento parcelado de 2 a 05 meses: desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

III - para pagamento parcelado de 06 a 11 meses: desconto de 60% (sessenta por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória;

IV - para pagamento parcelado de 12 a 15 meses: desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória.

V - para pagamento parcelado de 16 a 24 meses: desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos juros de mora e sobre o valor da multa moratória.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - O período para ser realizado o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) será regulamentado por ato do Poder Executivo, mediante a oportunidade e conveniência administrativa.

Art. 8º - Fica vedada a concessão do benefício de que trata esta Lei àqueles contribuintes envolvidos em dolo, fraudes, ou simulação tributárias não atingidas pelos institutos da decadência e prescrição.

Art. 9º - O disposto nesta lei não autoriza a devolução, restituição ou compensação de importância já paga ou compensada.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, estado de Mato Grosso, 25 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.404 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

***SÚMULA**: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a regulamentar as diárias solicitadas pelos Servidores Públicos Municipais e, dá outras providências"".*

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a instituir novos valores no Sistema de Diárias, para viagens dentro e fora do Estado de Mato Grosso, quando o Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, cargos em comissão em geral, servidores públicos efetivos e contratados e demais prestadores de serviço que possuam vínculo contratual com a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT encontrar-se à serviço do Município.

Parágrafo único: As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar despesas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, o valor da Diária corresponderá aos valores estabelecidos na Tabela I, anexa a esta Lei, só será paga com a autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal ou a quem ele designar.

Artigo 2º - A diária é devida por dia de afastamento da sede do município, tomando-se como termo inicial e final a contagem dos dias respectivamente, a hora de partida e de retorno da sede do município.

Parágrafo único: O valor integral da diária será pago somente quando houver pernoite do servidor ou prestador de serviço. Caso retorne a sede do município no mesmo dia da viagem, o valor pago será referente a meia diária.

Artigo 3º O servidor Público Municipal que deixar de prestar conta dos gastos com a viagem em até 05 dias deverá devolver o valor integral da diária recebida.

Parágrafo único: o prazo máximo para prestar contas da diária será de 05 dias, contados do retorno a sede.

Artigo 4º- O valor recebido a título de diária, quando encontrar-se fora da sede do Município de Novo Horizonte do Norte, dependerá de prestação de contas conforme artigo anterior, sendo imperioso a apresentação de pelo menos um comprovante que abone a saída do servidor ou as pessoas ocupantes de cargos descritos no artigo 1º desta Lei **(Cupom Fiscal, Nota Fiscal, Declaração ou outro Comprovante Eletrônico).**

Artigo 5º- Não será pago diária quando o destino do deslocamento do servidor for as cidades de Juara e Porto dos Gaúchos por as mesmas estarem localizadas próximas ao município de Novo Horizonte do Norte.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.252/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 25 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

PREFEITO E VICE-PREFEITO	
DENTRO DO ESTADO DE MATO - GROSSO	FORA DO ESTADO DE MATO - GROSSO
R$ 400,00	R$ 700,00
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS /CONTROLADORIA INTERNA, CARGOS EM COMISSÃO, SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS E CONTRATADOS E PRESTADORES DE SERVIÇOS COM VINCULO CONTRATUAL.	
DENTRO DO ESTADO DE MATO - GROSSO	FORA DO ESTADO DE MATO - GROSSO
R$ 280,00	R$ 400,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 25 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 278/2022

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

ARTIGO 1º- Conceder 30 (Trinta) dias de férias à Servidora**: Freyda do Carmo da Silva**, brasileira, maior, Matrícula nº 1132, lotada **na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania** no cargo de **Conselheira Tutelar,** referente ao período aquisitivo de 2021/2022, a partir do dia 25/10/2022 a 23/11/2022, com retorno aos trabalhos no dia 24/11/2022.

ARTIGO 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 25 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 277/2022

***Designa Servidor para Fiscalizar Atas de Registro de Preço e Contratos do Município de Novo Horizonte do Norte-MT*.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições QUE lhe são conferidas pelo Art. 45 Inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º- Nomear o servidor **VANILMAR CORREIA LOPES,** brasileiro, maior, servidor municipal matricula n°1265, considerando a legislação vigente para atuar como ***Fiscal de ata de registro de preços e fiscal de contratos vigentes de fornecimento de materiais e serviços em geral como lubrificantes, combustível, pneus, peças em geral e demais insumos necessários à manutenção de veículos pertencentes à frota oficial do município de Novo Horizonte do Norte,*** firmados pela municipalidade na área Administrativa, sendo responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução dos serviços prestados, conforme especificados acima, atestar nota fiscal, conferir a entrega, a qualidade e o preço se compatível com a nota fiscal, nos casos de prestação de serviços fiscalizarem o andamento, atestar as notas, caso não seja cumprido, notificar a empresa, elaborar relatório quadrimestral para prestação de contas.

ARTIGO 2º- O servidor responsável pela fiscalização deverá informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do fornecimento e/ou dos serviços prestados pela empresa contratada, propor as soluções e as sanções que forem cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados.

ARTIGO 3º- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 25 de outubro de 2022.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

LETICIA JAMARIQUELI CASTILHO

Secretária Municipal De Administração E Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 361/2022

De 25 de outubro de 2022.

"Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a Senhora CRISTINA PACHECO DE SOUZA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 25.356.654-X SSP/SP e devidamente inscrita no CPF sob nº. 262.815.028-09, do cargo de ASSESSOR JURÍDICO MUNICIPAL, de provimento em comissão, símbolo DAS I, lotado no Gabinete do Prefeito, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 24 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de outubro de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33//2022-A, Nº 33//2022-B E A Nº 33//2022-C REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 093/2022

Objeto**AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO MUNDO MT**.

Registro de Preço da empresa **OLMIR IORIS & CIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 70.429.956/0001-99 localizada na Av. Mato Grosso Bairro Modulo 02 cidade de Juína CEP 78.320-000 representada pelo seu empresário senhor **OLMIR IORIS** CPF nº 252.935.409-04 RG sob o nº 1483392 residente e domiciliado na Rua Altemar Dutra Bairro Modulo 02 cidade Juína – MT.

CÓD.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
13133	29	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS. FUNCIONALIDADES: RESFRIA, DESUMIDIFICA E VENTILA, COM SISTEMA DE FILTRAGEM DE AR QUE RETIRAM IMPUREZAS E ODORES. VOLTAGEM 220VOLTS. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	TCL	1.990,00	57.710,00
13135	20	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS. FUNCIONALIDADES: RESFRIA, DESUMIDIFICA E VENTILA, COM SISTEMA DE FILTRAGEM DE AR QUE RETIRAM IMPUREZAS E ODORES. VOLTAGEM 220 VOLTS. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	TCL	1.930,00	38.600,00
13146	22	UNID.	BEBEDOURO REFRIGERADO COLUNA PARA GALÃO DE ÁGUA MINERAL. DESEMPENHO MÍNIMO DE 5 LITROS DE ÁGUA GELADA POR HORA. MATERIAL: GABINETE EM PLÁSTICO INJETADO E CHAPA ELETROZINCADA PINTADA. COM DUAS TORNEIRAS, UMA PARA ÁGUA GELADA E OUTRA ÁGUA NATURAL. COM CONTROLE DE TEMPERATURA. VOLTAGEM 110 VOLTAGEM. 01 ANO DE GARANTIA	LIBELL	760,00	16.720,00
13158	7	UNID.	FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COURAÇADO COM FORNO. QUEIMADORES FRONTAIS CHAMA TRIPLA, COM CONTROLE INDIVIDUAL DAS CHAMAS INTERNAS E EXTERNAS. QUEIMADORES TRASEIRO CHAMA DUPLA. MESA DE ESMALTE ANTIADERENTE. GRADES E QUEIMADORES DA MESA EM FERRO FUNDIDO. INJETOR DE GÁS NA HORIZONTAL. ESTRUTURA DE CONTONEIRAS DE AÇO. FORNO INDUSTRIAL: CINCO POSIÇÕES DE TEM-	CRISTAL AÇO	2.235,00	15.645,00

			PERATURA. FORNO COM 2 PRATELEIRAS EM SUPORTE DE AÇO CROMADO E ALTURA AJUSTAVEIS EM 4 POSIÇÕES.			
13162	6	UNID.	REFRIGERADOR DUPLEX (02 PORTAS), DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 470 LITROS, SENDO O FREEZER COM CAPACIDADE MINIMA DE 150 LITROS, COM SISTEMA FROST FREE, PRATELEIRAS EM VIDRO TEMPERADO E PÉS NIVELADORES DIANTEIROS E RODIZIOS TRAZEIROS. CLASSE A NO CONSUMO DE ENERGIA. 110 VOLTS. COR BRANCA. GARANTIA MINIMA DE 01 ANO.	CONTINENTAL	5.430,00	32.580,00
13176	17	UNID.	PIA EM AÇO INOX 430 ACESITA, 1,20 MT, COM REVESTIMENTO EM CONCRETO CELULAR E ISOPOR. ESCORREDOR FRISADO. DIMENSÕES APROXIMADAS: (L X P) 120 X 52 CM	GUELPLUS	440,00	7.480,00
30692	23	UNID.	ARMARIO COM TAMPO EM FORMICA DE 1,60 MT, EM AÇO, COM TRES PORTAS E QUATRO GAVETAS. ESTRUTURA E REVESTIMENTO EM CHAPA DE AÇO. COM PUXADORES, DOBRADIÇAS DE PRESSÃO, TRATAMENTO EM FOSFATO E DESINGRAXANTE. COM CORREDIÇAS DAS GAVETAS EM POLIPROPILENO. PINTURA A PÓ ELETROESTÁTICA. COR: BRANCO. . GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	TELASUL	1.188,00	27.324,00
36157	17	UNID.	LONGARINA ESTOFADA, COM BRAÇOS - COM 03 LUGARES, ESPALDAR ALTO , REVESTIDA EM COURO SINTETICO	VANDAFLEX	849,00	14.433,00
30712	11	UNID.	FOGÃO COM 04 BOCAS, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL; MESA EM AÇO INOX SOBREPOSTA; QUEIMADORES ESTAMPADOS; ESPALHA CHAMA ESMALTADO; MANIPULADORES REMOVÍVEIS; GRADE FIXA NO FORNO COM 2 REGULAGENS DE ALTURA; VISOR TOTAL NA PORTA DO FORNO PÉS ALTOS; TREMPE DUPLA;TAMPA DE VIDRO SEM PUXADOR; VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO. RAMAL: 1,670 KW - 0,65 MM; NA COR BRANCA,GIGANTE: 2,000 KW - 0,72 MM; FORNO: 1,780 KW - 0,70 MM ;O DE GÁS: GLP (GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO). CLASSIFICAÇÃO DO SELO CONPET (EFICIÊNCIA ENERGÉTICA) A.GRANTIA DE 12 MESES	ATLAS	840,00	9.240,00
30713	12	UNID.	FORNO MICROONDAS 30 LITROS, COM 850 W DE POTENCIA, CONSUMO DE ENERGIA A, VOLTAGEM 110 V: PORTA COM VISOR BRANCO E TRANSPARENTE: CONTROLE NUMERICO;CHAVE DE SEGURANÇA;MENU PRATOS RÁPIDOS;TECLA DESCONGELAR: GARANTIA DE 12 MESES	MIDEA	996,00	11.952,00
30714	8	UNID.	FRIGOBAR NA COR BRANCO, TENSÃO 110V,CAPACIDADE TOTAL 70LCONSUMO 17,50KWH,CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A,FREQUÊNCIA 60HZ,TIPO DE DEGELO DO REFRIGERADOR MANUAL,CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DO REFRIGERADOR 68L.	MIDEA	1.440,00	11.520,00
30715	18	UNID.	GABINETE COM PIA E 1,60 MT, EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS. ESTRUTURA E REVESTIMENTO EM CHAPA DE AÇO FINA FRIO NUMERO 24, PUXADORES EM ABS, DOBRADIÇAS DE PRESSÃO, TRATAMENTO EM FOSFATO E DESINGRAXANTE. COM CORREDIÇAS DAS GAVETAS EM POLIPROPILENO. PINTURA A PÓ ELETROESTÁTICA. COR: BRANCO. DIMENSÕES MÍNIMAS: (L X A X P) 160 X 85 X 46. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	TELASUL	1.552,00	27.936,00
30716	17	UNID.	GABINETE COM TAMPO EM FORMICA DE 1,20 MT, EM AÇO, COM TRES PORTAS E QUATRO GAVETAS. ESTRUTURA E REVESTIMENTO EM CHAPA DE AÇO FINA FRIO NÚMERO 24, PUXADORES EM ABS, DOBRADIÇAS DE PRESSÃO, TRATAMENTO EM FOSFATO E DESINGRAXANTE. COM CORREDIÇAS DAS GAVETAS EM POLIPROPILENO. PINTURA A PÓ ELETROESTÁTICA. COR: BRANCO. DIMENSÕES MÍNIMAS: (L X A X P) 135 X 85 X 46. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	TELASUL	1.067,00	18.139,00
30717	15	UNID.	REFRIGERADOR DUPLEX (02 PORTAS), DE NO MÍNIMO DE 340 LITROS, COM SISTEMA FROST FREE, CLASSE A NO CONSUMO DE ENERGIA. 110 VOLTS. COR BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	CONSUL	3.492,00	52.380,00
30720	7	UNID.	MAQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE PARA 10 KG OU MAIS :DELICADAS, RÁPIDO, LAVAGEM ECONÔMICA COM REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA, PANOS DE LIMPEZA, ROUPAS BRANCAS MUITO SUJAS, ROUPAS BRANCAS SUJAS, ROUPAS BRANCAS POUCO SUJAS, ROUPAS COLORIDAS MUITO SUJAS, ROUPAS COLORIDAS SUJAS, ROUPAS COLORIDAS POUCO SUJAS, ROUPAS ESCURAS MUITO SUJAS, ROUPAS ESCURAS SUJAS, ROUPAS ESCURAS POUCO SUJAS, ENXÁGUE, CAMA E BANHO E CENTRIFUGAÇÃO. TRÊS NIVEIS DE ÁGUA SENDO ALTO MÉDIO E BAIXO; 02 ENXÁGUES, CENTRIFOGA,DISPENSER PARA SABÃO, DISPENSER PARA AMACIANTE, DISPENSER PARA ALVEJANTE, CONTROLES ELETRÔNICOS, VELOCIDADE 750 RPM, ACABAMENTO DO CESTO EM PLÁSTICO, CLASSIFICAÇÃO D ENERGIA TIPO A, TENSÃO/VOLTAGEM 110 , GARANTIA DE 12 MESES.	COLOMARQ	1.836,00	12.852,00
33825	30	UNID.	AR CONDICIONADO - TIPO SPLIT MODELO HI-WALL COM CAPACIDADE DE 24000 BTU/H,COMPOSTO COM UMA UNIDADE EVAPORADORA E UNIDADE CONDESADORA AR AXIAL,VOLTAGEM DE 220V/60HZ, MONOFASICO,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO,COM INSTALACAO, SELO PROCEL A	TCL	3.940,00	118.200,00
33826	22	UNID.	APARELHO DE AR CONDICIONADO 22.000 BTUS- MODELO SPLIT HIGH WALL (NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE	TCL	3.950,00	86.900,00
33830	13	UNID.	CAIXA ACUSTICA - DE POLIPROPILENO, PARA EMITIR SOM, MEDINDO 72 X 49 X 43 CM, COM VOLTAGEM DE COM 220 DE VOLTAGEM, COM POTENCIA DE 400 WATTS	FRAHM	630,00	8.190,00
33831	30	UNID.	COLCHAO PARA SOLTEIRO - DE ESPUMA, MEDINDO (88X188X24) CM, COM DENSIDADE DE 26, REVESTIDO EM (54%POLIESTER/46%VISCOSE), E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM NBR 13.576 A 13.581	PROBEL	800,00	24.000,00
33834	10	UNID.	FREEZER - FREEZER HORIZONTAL, COM CAPACIDADE DE 550 LITROS, VOLTAGEM 110/220W, COM 2 PORTAS NA COR BRANCA	CONSUL	4.460,00	44.600,00
33835	17	UNID.	FREEZER - HORIZONTAL, COM CAPACIDADE PARA ATE 200 LITROS, 01 TAMPA, USO DOMESTICO, TENSAO 220V.	MIDEA	3.490,00	59.330,00
33838	9	UNID.	PIA PARA COZINHA - EM ACO INOX, COM DUAS CUBAS MEDINDO: 1,80 X 50 CM .	GHUELPLUS	1.018,00	9.162,00
33839	5	UNID.	CILINDRO ELETRICO – MATERIAL: BASE: MDF 3 CM REVESTIDA DE FORMICA BRANCA E ACO INOX; CILINDRO: ACO INOX. MEDIDA: COMPRIMENTO: 40 CM; DIÂMETRO: 5 CM; MOTOR: 1,3 HP; PESO: 17 KG. DIMENSOES APROXIMADAS: 52 CM (C) X 29 CM (L) X 25 CM(A). UTILIZADO PARA CILINDRAR MASSAS PARA PAES, CUCA, PASTEIS, LASANHAS, TORTELONIS, CAPELETIS, RAVIOLIS, PIZZAS, ESFIRRAS E MUITO MAIS.	ANODILLAR	2.129,00	10.645,00
35461	20	UNID.	CONDICIONADOR DE AR - APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS - AR2, CONSUMO APROXIMADO DE 1100W COM COMPRESSOR ROTATIVO, FILTRO ANTI-ACARO, ANTI FUNGO E ANTI BACTERIAS, VAZAO DE AR 800M³/H. DIMENSOES INTERNAS APROXIMADAS DO PRODUTO (L X A X P): 125 X 33 X 23 CM. PESO INTERNO APROXIMADO 18 KG	TCL	3.790,00	75.800,00
35479	5	UNID.	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 470 L, MODELO DUPLEX FROST-FREE, NA COR BRANCA	CONTINENTAL	4.752,00	23.760,00
35485	16	UNID.	ARMARIO - EM ACO, MEDINDO (1,33M X 40CM X 60CM), COM 05 GAVETAS,PARA PASTAS SUSPENSAS,COM PUXADORES EXTERNOS,PUXADORES E ARMARIO,NA COR CINZA,EM EMBALAGEM APROPRIADA,ESTILO DE ESCRITORIO	PANDIN	1.527,00	24.432,00
35487	18	UNID.	MESA PARA COMPUTADOR - QUE ACOMODA MONITOR DE ATE 17¨, CPU, IMPRESSORA, ESTABILIZADOR, COM PORTA TECLADO RETRATIL, COM SUPORTE DE PLASTICO E 03 (TRES) PRATELEIRA, DE MDF DE 15MM,.,NA COR BRANCA, COM ESTRUTURA EM MADEIRA, ACO OU FERRO NA COR PRETA	VERONA	675,00	12.150,00

35492	15	UNID.	CONDICIONADOR DE AR - TIPO SPLIT(CASSETE) CAPACIDADE 30.000 BTUS, ALIMENTACAO ELETRICA 220V,CLASSIFICACAO ¨A¨ COM CERTIFICACAO DO INMETRO.	TCL	5.566,00	83.490,00
36155	9	UNID.	MAQUINA DE LAVAR - EM ACO E OUTROS MATERIAIS RESISTENTES A CORROSAO, CAIXA EM POLIPROPILENO,MODELO VERTICAL DOMESTICO,LAVA E SECA EM UM UNICO PRODUTO,CAPACIDADE PARA 15 KG,MOTOR DE 1/4 CV WEG,NA VOLTAGEM110V,DOTADA DE SISTEMA DE SEGURANCA QUE INTERROMPA O CICLO CASO A PORTA SEJA ABERTA DURANTE A OPERACAO,NA COR BRANCA,ACONDICIONADO DE FORMA A EVITAR CHOQUE	COLOMARQ	3.650,00	32.850,00
VALOR TOTAL						968.020,00

Registro de Preço da empresa **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08 localizada na Rua Joaquim Murtinho Bairro Centro Sul cidade de Cuiabá CEP 78.020-290 representada pelo seu administrador senhor **VLADEMIR DOMINGOS CARBONERA** CPF nº 347.204.560-49 RG sob o nº 3018621056 residente e domiciliado na Rua Vilibaldo Ermindo Behling Bairro Cidade Alta cidade Tangará da Serra - MT.

CÓD.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
13144	7	UNID.	BATEDEIRA PLANETÁRIA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 W, COM TRÊS TIPO DE BATEDORES, PARA MASSAS LEVES, MÉDIAS E PESADAS, EM METAL COM DUPLO MOVIMENTO SIMULTÂNEO (MOVIMENTO DE ROTAÇÃO SOBRE O EIXO E PLANETÁRIO). TIGELA EM PLÁSTICO COM TRAVA NA BASE E BOCAL ALIMENTADOR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3,5 LITROS. COM NO MÍNIMO 06 VELOCIDADES. 110 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	MONDIAL	731,00	5.117,00
13147	70	UNID.	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA SECRETARIA COM BASE REGULADORA A GÁS DE ALTURA DE ASSENTO E ENCOSTO, COM 05 RODÍZIOS EM NYLON. REVESTIDA DE TECIDO DE POLIPROPILENO AZUL ROYAL. COM BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, PRÓPRIA PARA DIGITADOR	VFLEX	495,00	34.650,00
13148	81	UNID.	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO EXECUTIVA FIXA COM ENCOSTO E ASSENTO INJETADOS EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA COM FUROS PARA VENTILAÇÃO CORPORAL. ESTRUTURA EM TUBO DE AÇO COM ACABAMENTO CROMADO OU PINTURA EPÓXI. ESTRUTURA METÁLICA REVESTIDA COM PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI-PÓ DE ALTA RESISTÊNCIA. DIMENSÕES MÍNIMAS: ENCOSTO 28CM ALTURA X 45CM LARGURA; ASSENTO 46 CM LARGURA X 40 CM PROFUNDIDADE.	VFLEX	351,00	28.431,00
13154	71	CONJ.	CONJUNTO DE MESA E 04 CADEIRAS EM POLIPROPILENO COPOLIMERO 100% VIRGEM E COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. DIMENSÕES MÍNIMAS DA MESA AXLXC: 69,5 X 69 X 69 CM. DIMENSÕES MÍNIMAS DE CADA CADEIRA: ALTURA DO ASSENTO 39 CM, ABERTURA ENTRE OS BRAÇOS 42 CM, LARGURA DO ASSENTO 41 CM.	MOR	446,00	31.666,00
13159	11	UNID.	FORNO ELÉTRICO DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 55 LITROS COM FORNO AUTOLIMPANTE. BANDEJA DE RESÍDUOS REMOVÍVEL. TEMPERATURA ENTRE 20 A 250° C. COM GRILL E LÂMPADA INTERNA. PORTA DE VIDRO TRIPLO. VOLTAGEM 110 VOLTS. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	PHILCO	2.375,00	26.125,00
13161	18	UNID.	GABINETE COM PIA 1,20 MT, EM AÇO, COM DUAS PORTAS E QUATRO GAVETAS. ESTRUTURA E REVESTIMENTO EM CHAPA DE AÇO FINA FRIO NÚMERO 24, PUXADORES EM ABS, DOBRADIÇAS DE PRESSÃO, TRATAMENTO EM FOSFATO E DESINGRAXANTE. COM CORREDIÇAS DAS GAVETAS EM POLIPROPILENO. PINTURA A PÓ ELETROESTÁTICA. COR: BRANCO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	ITATIAIA	1.648,00	29.664,00
13164	19	KIT.	KIT DE COZINHA EM AÇO, COM PANELEIRO DUPLO DE SEIS PORTAS, AÉREO TRIPLO DE TRÊS PORTAS E ARMÁRIO DUPLO GELADEIRA 02 PORTAS. ESTRUTURA E REVESTIMENTO EM CHAPA DE AÇO FINA FRIO NÚMERO 24, PUXADORES EM ABS, DOBRADIÇAS EM PRESSÃO, TRATAMENTO EM FOSFATO E DESINGRAXANTE. COR BRANCA. DIMENSÕES MÍNIMAS: (L X A X P) PANELEIRO DUPLO 65 X 165 X 23; AÉREO TRIPLO 100 X 50 X 23; ARMÁRIO DULPLO GELADEIRA 67 X 40 X 25. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO	COLOMARQ	3.185,00	60.515,00
13174	43	UNID.	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDF DE 15 MM. COM GAVETEIRO FIXO EM MDF DE 2 GAVETAS COM CHAVE. COR CINZA CRISTAL. MEDIDAS LXPXA: 1,20 X 0,60 X 0,74 M	VFLEX	390,00	16.770,00
13175	41	UNID.	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDF DE 15 MM. COM GAVETEIRO FIXO EM MDF DE 3 GAVETAS COM CHAVE. COR CINZA CRISTAL. MEDIDAS LXPXA: 1,60 X 0,60 X 0,74 M	VFLEX	655,00	26.855,00
35653	17	UNID.	TELEVISOR - A CORES,TECNOLOGIA LED - SMART TV, APROXIMADA (CM) 178ºX178º,TELA DE 42 POLEGADAS OU SUPERIOR E RESOLUCAO FULL HD 1920 X 1080, ENTRADAS: 04 HDMI, 01 V-COMPONENTE, 01 ENTRADA PARA PC (RGB), 01 ENTRADA DE AUDIO PC, 01 ENTRADA DE AUDIO E VIDEO P2, 01 ENTRADA LAN PARA CONEXAO REDE, 01 SAIDA DE AUDIO DIGITAL, 03 ENTRADAS USB, COBERTURA DE CANAIS, VHF, UHF, CATV, CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, SLEEPTIMER,TIME MACHINE, PAL-M / N / NTSC/ISDB-TB,VOLTAGEM BIVOLT, 20W RMS, FORMATO DA TELA 16:9, WIDESCREEN, CONTROLE REMOTO,GARANTIA MINIMA DE 01 ANO, DE ACORDO COM A LEGISLACAO BRASILEIRA, PADROES DE VIDEO ADOTADO NO BRASIL PARA TV DIGITAL	AOC	2.879,00	48.943,00
30691	9	UNID.	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO 60.000 BTU/H 380 VOLTS TRIFÁSICO R-410AA , PAINEL COM LED MOSTRANDO A TEMPERATURA ESCOLHIDA DO AMBIENTE ,DUPLO AIR SWING , DISTRIBUIÇÃO DE AR MAIS EFICIENTE COM MOVIMENTOS AUTOMÁTICOS, GARANTIA TOTAL DE 3 ANOS, DISPONÍVEL NAS VOLTAGENS DE 220 VOLTS E 380 VOLTS , BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO.	ELGIN	9.600,00	86.400,00
30695	4	UNID.	BATEDEIRA INDUSTRIAL COM PROTEÇÃO MÓVEL EM CHAPA DE AÇO CARBONO , ESTRUTURA EM AÇO SAE 1020, ESTRUTURA EM PINTURA A PÓ ELETROSTÁTICA COM BASE FOSTATIZADA ,CONSUMO: 0,5 KW/H, MOTOR: 1/4 CV; TACHO ESTAMPADO EM AÇO INOXIDÁVEL, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE POR MEIO DE POLIA VARIADORA, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA NO ACESSO AO TACHO, BATEDORES DE ALUMÍNIO, SEIS VELOCIDADES,CAPACIDADE: 5 LITROS;	VENANCIO	6.590,00	26.360,00
30698	7	UNID.	CADEIRA EXECUTICA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL: É UMA CADEIRA ONDE SEU ASSENTO E ENCOSTO É FEITO DE MADEIRA COMPENSADA MULTILAMINADO, COM ESPESSURA DE 10 MM, , ESPUMA INJETADA ANATÔMICA COM DENSIDADE CONTROLADA DE 50 A 60 KG/M3, CONTRA ENCOSTO FORRADO COM VINIL, BORDAS DO ASSENTO E ENCOSTO PROTEGIDAS POR PVC FRANCIS, ESTRUTURA 4 PÉS EM AÇO EM TUBO 7/8X1, 20 COM SUPORTE DE BRAÇO PARA PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL, PRANCHETA EM BP COM ESPESSURA DE 15 MM COM BORDAS COM FITA RETAS, COR CRISTAL COM BORDA PRETA, PORTAS LIVROS.	VFLEX	652,00	4.564,00
30699	31	UNID.	CADEIRA EXECUTIVA PRETA, COM AJUSTE DE ALTURA E AMORTECIMENTO A GÁS,ENCOSTO EM TELA MESH, APOIOS PARA BRAÇOS REGULÁVEL, BASE CROMADA, PESO MÁXIMO: 110 KG,DIMENSÕES: ALTURA: 113 CM, LARGURA: 64 CM E PROFUNDIDADE: 61 CM.	VFLEX	925,00	28.675,00

30700	33	UNID.	CADEIRA EXECUTIVA TELADA COM BASE GIRATÓRIA COM AJUSTE DE ALTURA À GÁS, ESTRELA EM AÇO COM CAPA EM POLIPROPILENO COM 5 RODÍZIOS E ESPUMA INJETADA 30MM COM ASSENTO/ENCOSTO ESTOFADO DENSIDADE 45. AJUSTE DE ALTURA E INCLINAÇÃO DO ENCOSTO (ERGONÔMICO)AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO A GÁS ASSENTO/ENCOSTO ESTOFADO D45	VFLEX	909,00	29.997,00
30701	57	UNID.	CADEIRA SECRETÁRIA PALITO , NA COR AZUL, FEITO EM NYLON E FERRO, TEM O ASSENTO PREENCHIDO COM ESPUMA LAMINADA . CAPACIDADE DE CARGA 110KG, ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO 45 CM.	VFLEX	215,00	12.255,00
30709	14	UNID.	DEPURADOR DE AR COM GRADE AXAUTORA DE FACIL LIMPEZA, CONTROLE COM 03 VELOCIDADES, LUZ, VOLTAGEM 110 V, GARANTIA DE 12 MESES.	COLOMARQ	645,00	9.030,00
30719	8	UNID.	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL. COPO EM AÇO INOX COM CAPACIDADE DE 3 LITROS. ROTAÇÃO MÍNIMA DE 22.000 RPM. POTÊNCIA DO MOTOR DE 800 W. GARANTIA MÍNIMA DE 06 MESES. VOLTAGEM 110 VOLTS	JL COLOMBO	1.066,00	8.528,00
30721	56	UNID.	MESA PARA COMPUTADOR EM MDF DE 15 MM. COM SUPORTE PARA TECLADO COM CORREDIÇAS METÁLICAS E SUPORTE PARA CPU E NOBREAK . COR CINZA CRISTAL. MEDIDAS LXPXA: 1,20 X 0,60 X 0,74 M	VFLEX	507,00	28.392,00
30724	14	UNID.	PURIFICADOR DE ÁGUA NATURAL E GELADA, REFRIGERAÇÃO COMPRESSOR A GÁS, ARMAZENAMENTO DE ÁGUA CAPACITADE DE 2 LITROS, ENERGIA ELETRICA 127/220 V	LIBELL	998,00	13.972,00
33827	17	UNID.	LIQUIDIFICADOR - MODELO DOMESTICO, COM 05 VELOCIDADES, NA COR CINZA, COPO EM ACRILICO, COM CAPACIDADE PARA 02 L, NA VOLTAGEM DE 127 V	MONDIAL	296,00	5.032,00
33828	24	UNID.	BICICLETA - PARA PASSEIO,TIPO URBANA SIMPLES,ARO 26,COM FREIOS,SEM MARCHAS	WENDY	1.452,00	34.848,00
33829	8	UNID.	BICICLETA - DO TIPO COMUM ARO 26, COM 18 MARCHAS, BAGAGEIRO E PARALAMAS, TIPO MASCULINO, EM FERRO FUNDIDO,	WENDY	1.241,00	9.928,00
33832	10	UNID.	COLCHAO PARA CASAL - DE ESPUMA, MEDINDO (138X188X22)CM, COM DENSIDADE DE 26, REVESTIDO EM (100%POLIESTER), E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM NBR 13.576 A NBR 13.581	ORTOBOM	1.599,00	15.990,00
33833	3	UNID.	MAQUINA PARA ALGODAO DOCE - EM ALUMINIO, DIAMETRO DE 45CM, ALTURA DE 11,5CM, PESANDO 12KG, ROTACAO DE 3550RPM	INOVAMAQ	1.890,00	5.670,00
33836	29	UNID.	VENTILADOR - TIPO DE PAREDE, OSCILANTE, GRADE PROTETORA, 3 PAS EM ACO, 60 CM DE DIAMETRO, COM 3 VELOCIDADES, NA VOLTAGEM BIVOLT	VENTISOL	270,00	7.830,00
33837	6	UNID.	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - MULTIPROCESSADOR 7 EM 1 , COM FUNCAO LIQUIDIFICADOR, PROCESSADOR, TRITURADOR, EXTRATOR DE SUCOS.,LAMINAS EM ACO INOXIDAVEL,220 VOLTS - 60HZ , CABO DE FORCA COM DUPLA ISOLACAO E PLUGUE DE TRES PINOS, ATENDENDO A NOVA NORMA ABNT NBR 14136,EM EMBALAGEM APROPRIADA, MANUAL DE INSTRUCOES, CERTIFICADO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA COMPROVADA.	MONDIAL	788,00	4.728,00
33840	17	UNID.	ARMARIO DE COZINHA - EM ACO, PARA COPA-COZINHA DE PAREDE, 1,50M(COMP)X0,40M(PROFUND)X0,60M(ALTURA), COM 03 PORTAS, COM 01 PRATELEIRA, NA COR BRANCA, EM ACO, BRANCA	TELASUL	1.390,00	23.630,00
33843	8	UNID.	SOFA LONDON - DE ESPUMA, DE 03 LUGARES COM ESPUMA SOFT E DENSIDADE 28, PES EM COM PES EM ALUMINIO, EM COM TECIDO CHENILLE BEGE REF. 1024	KONFORT	3.285,00	26.280,00
33845	8	UNID.	BEBEDOURO DE PRESSÃO, GABINETE EM AÇO PLASTICO, PIA EM AÇO INOX POLIDO, TORNEIRA PARA COPO E JATO CROMADA COM REGULAGEM DE JATO D'ÁGUA. CAPACIDADE PARA REFRIGERAR 124 LITROS POR DIA	LIBELL	2.540,00	20.320,00
33857	11	UNID.	POLTRONA - POLTRONA FIXA,COM BRACOS,,,ESTRUTURA INTERNA EM MADEIRA EUCALIPTO,POLTRONAS DE UM LUGAR COM ALTURA DE 75CM, PROFUNDIDADE 72CM, LARGURA 86CM, COM ESPUMA D-33,REVESTIDO EM COURISSIMO NA COR CHOCOLATE E DETALHES EM ACO CARBONO CROMADO	MAISON VIE	975,00	10.725,00
35462	2	UNID.	REFRIGERADOR COM CAPACIDADE PARA 322 LITROS, NA COR BRANCA, 110V	CONSUL	3.675,00	7.350,00
35482	16	UNID.	ARMARIO - EM ACO, 1.70 X 0.32 X 0.75 M, FECHADO DUAS PORTAS DE ABRIR, 04 PRATELEIRAS, AJUSTAVEIS DE 5 EM 5 CM, FECHADURA CILINDRICA E MACANETA DE ACO INOX, CHAPAS DE ACO COM ESPESSURA MINIMA DE 0.95 MM, PORTAS COM 03 DOBRICAS DE 75 MM, TINTA SINTETICA, BRANCA	LUNASA	1.395,00	22.320,00
35484	10	UNID.	ARMARIO - MADEIRA PRENSADA 25MM, MEDINDO (0,90X0,50X0,73)M, ESCRITORIO, ESTRUTURA EM MADEIRA PRENSADA, REVESTIMENTO EM LAMINADO MELAMINICO, NA COR MARFIM	VFLEX	995,00	9.950,00
35486	8	UNID.	ARMARIO - EM MADEIRA,MEDINDO (1,98X0,93X0,40)M,02 PORTAS,EM MADEIRA PARA MATERIAL PEDAGOGICO,ENVERNIZADO	LUNASA	2.435,00	19.480,00
35489	150	CONJ.	CONJUNTO MESA E CADEIRA - ALUNO 3 (1 MESA + 1 CADEIRA) - CJA-03-NOVO (PROINFANCIA) PARA CRIANCAS COM ALTURA COMPREENDIDA ENTRE 1,19 E 1,42M, COMPOSTO DE UMA MESA E UMA CADEIRA. MESA INDIVIDUAL COM TAMPO EM MDP OU MDF, REVESTIDO NA FACE SUPERIOR DE LAMINADO MELAMINICO DE ALTA PRESSAO E NA FACE INFERIOR EM CHAPA DE BALANCEAMENTO, MONTADO SOBRE ESTRUTURA TUBULAR DE ACO, CONTENDO PORTA-LIVROS EM PLASTICO INJETADO. CADEIRA INDIVIDUAL EMPILHAVEL COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO OU EM COMPENSADO ANATOMICO MOLDADO, MONTADO SOBRE ESTRUTURA TUBULAR DE ACO. LARGURA: 600 MM; PROFUNDIDADE: 450 MM; ALTURA: 594 MM; ESPESSURA: 19,4 MM; TOLERANCIA: ATE + 2 MM PARA LARGURA E PROFUNDIDADE, +/- 1 MM PARA ESPESSURA E +/- 6 MM PARA ALTURA. CARACTERISTICAS DA MESA TAMPO EM MDP OU MDF, COM ESPESSURA DE 18 MM, REVESTIDO NA FACE SUPERIOR EM LAMINADO MELAMINICO DE ALTA PRESSAO, 0,8 MM DE ESPESSURA, ACABAMENTO TEXTURIZADO, NA COR CINZA, CANTOS ARREDONDADOS. REVESTIMENTO NA FACE INFERIOR EM CHAPA DE BALANCE	JOTA	519,00	77.850,00
35491	150	CONJ.	CONJUNTO DE MESA E BANCO - PARA REFEITORIO - COMPOSTO POR UMA MESA COLORIDA E DOIS BANCOS - MESA COM TAMPO MDF 30 MM DE ESPESSURA RETANGULAR EM FORMICA E COM BORDA EM PVC COLORIDO COM ENCOSTO EM FORMICA, ALTURA 75 CM, TAMPO MEDINDO 1800 X700 MM; BANCO COM ENCOSTO PRODUZIDO EM MDF, 30 MM DE ESPESSURA, ALTURA 45 CM, BANCO MEDINDO 1800 X300 MM.	JOTA	1.450,00	217.500,00
36152	4	UNID.	MESA - DO TIPO MESA DE TRABALHO 1400X1400X600X600X740MM, EM "L" TIPO ESTACAO DE TRABALHO, EM MADEIRA AGLOMERADA.	VFLEX	874,00	3.496,00
36153	18	UNID.	APOIO PARA PES - DE ACO, CIRCULAR, COM REGULAGEM	RESOLVE	155,00	2.790,00
236077	2	UNID.	BEBEDOURO ELETRICO - DO TIPO INDUSTRIAL DE ACO INOX (50 LITROS - 02 TORNEIRAS), GABINETE DE ACO INOX 430 COM PELICULA EM PVC, RESERVATORIO DE 50 LITROS DE AGUA GELADA, RESERVATORIO CONFECCIONADO EM PP ATOXICO, PARA ALIMENTO; SISTEMA DE RESFRIAMENTO ATRAVES DE SERPENTINA 9MM EM ACO INOX 304, COM RECIRCULACAO DE REFRIGERACAO INTERNA; SISTEMA DE BOIA PARA CONTROLE DE NIVEL DE AGUA REFRIGERADA; TERMOSTATO DE CONTROLE DE TEMPERATURA; TAMPA DE ACO GALVANIZADO COM PINTURA ELETROS-	REFRIGERACAO	2.327,00	4.654,00

			TATICA; APARADOR DE AGUA EM PP REMOVIVEL PARA LIMPEZA; 03 TORNEIRAS GELADAS; CONSUMO MEDIO 24KW; UNIDADE DE REFRIGERACAO EMBUTIDA PARA PROTECAO; COMPRESSOR DE ¼ + DE HP HERMETICO, COM AR FORCADO; SISTEMA DE ALTA REFRIGERACAO, TEMPO DE RESPOSTA RAPIDO; ATENDE EM MEDIA 145 PESSOAS NO FLUXO, ALIMENTACAO: 110/127 V. GARANTIA DE 1 ANO. CERTIFICADO DO INMETRO			
236078	1	UNID.	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 575L APROXIMADAMENTE, MODELO DUPLEX, TIPO DOMESTICA/VERTICAL	BRASTEMP	7.500,00	7.500,00
236079	2	UNID.	LIQUIDIFICADOR - INDUSTRIAL COM CAPACIDADE PARA 08 LITROS, COM VELOCIDADE UNICA, COM COPO EM ALUMINIO, NA VOLTAGEM DE 110 V, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	METAL FERREIRA	999,00	1.998,00
236080	2	UNID.	PROCESSADOR DE ALIMENTOS - MULTIPROCESSADOR 7 EM 1 , COM FUNCAO LIQUIDIFICADOR, PROCESSADOR, TRITURADOR, EXTRATOR DE SUCOS.,LAMINAS EM ACO INOXIDAVEL,110 VOLTS - 60HZ , CABO DE FORCA COM DUPLA ISOLACAO E PLUGUE DE TRES PINOS, ATENDENDO A NOVA NORMA ABNT NBR 14136,EM EMBALAGEM APROPRIADA, MANUAL DE INSTRUCOES, CERTIFICADO DE GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA COMPROVADA	MONDIAL	490,00	980,00
236083	2	UNID.	CONDICIONADOR DE AR - DO TIPO CORTINA DE AR PARA PORTA:SISTEMA DE RENOVACAO DE AR MANTEM A RENOVACAO DE AR ACOPLADO DIRETAMENTE NA PORTA DE ACESSO, COM CORTINA DE AR DE 150 CM DE COMPRIMENTO, EM ACO, COM POTENCIAL DE 240 W, TENSAO DE 220 V, INCLUINDO TUBOS FLEXIVEIS, COLARINHOS DE ACOPLAMENTO E INTERLIGACAO ELETRICO COM O SENSOR DE PESSOAS COM INSTALACAO.	VIX	1.195,00	2.390,00
236084	1	UNID.	FREEZER - DO TIPO VERTICAL, COM CAPACIDADE DE 300 LITROS, COMPARTIMENTOS DE CONGELAMENTO RAPIDO, FUNÇAO FREEZER, COM 07 GAVETAS, NA COR BRANCO E VOLTAGEM 110 V.	CONSUL	4.995,00	4.995,00
236285	2	UNID.	MESA PEBOLIM - MASTER OFICIAL LUXO, FABRICADO EM MADEIRA MACIÇA E ENVERNIZADA, COM PÉS DESMONTÁVEIS; BONECOS EM POLIPROPILENO (PP) COLORIDO; VARÕES EMBUTIDOS (NÃO PASSANTES) PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA AOS JOGADORES; NOVO COLETOR DE BOLAS; QUANTIDADE DE BOLA: 1; CONTA AINDA COM UM ÓTIMO ACABAMENTO, DUAS GOLEIRAS E DOIS MARCADORES O QUE TORNA O VISUAL MAIS ATRAENTE E MODERNO; COR: VERNIZ; SUAS DIMENSÕES APROXIMADAS DE 137 X 113 X 70 CM; COM FOTO ILUSTRATIVA; ACOMPANHA MANUAL COM INSTRUÇÃO DE MONTAGEM E RECOMENDAÇÕES PARA USO.	KLOPF	1.754,00	3.508,00

Registro de Preço da empresa **MARIA CRISTINA MATTEI EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 03.727.710/0001-06 localizada na Av. Gabriel Muller Bairro Expansão Comercial AR-1 cidade de Juína CEP 78.320-000 representada por sua proprietária senhora **MARIA CRISTINA MATTEI** CPF nº 748.402.829-00 RG sob o nº 4.998.116-6 residente e domiciliada no Bairro Centro cidade Brasnorte – MT.

CÓD.	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
30693	36	UNID.	ARMÁRIO DE AÇO MONTÁVEL, COM 2 PORTAS, REFORÇOS INTERNOS NO SENTIDO HORIZONTAL, PUXADOR ESTAMPADO NA PRÓPRIA PORTA , COM SISTEMA DE CREMALHEIRA PARA REGULAGEM DAS PRATELEIRAS A CADA 50 MM. COM 03 PRATELEIRAS . TRAVAMENTO DAS PORTAS ATRAVÉS DE FECHADURA COM CHAVE. COR CINZA CRISTAL. CAPACIDADE DE 20 KG EM CADA PRATELEIRA. MEDIDAS AXLXP: 1,60 ALTURA.	W3	1.100,00	39.600,00
30694	43	UNID.	ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA TAMANHO OFÍCIO, COM PORTA ETIQUETAS, PUXADORES E FECHADURA COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO DAS GAVETAS. ESTRUTURA TODA EM CHAPA DE INOX. COM TRATAMENTO ANTI-CORROSIVO À BASE DE FOSFATO DE ZINCO E PINTURA ELETROESTÁTICA A PÓ NA COR CINZA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 A 40 PASTAS POR GAVETA OU 25 KG.	W3	945,00	40.635,00
30702	5	UNID.	CADEIRA TIPO LONGARINA COM BASE FIXA BASE FIXA EM FORMATO DE "Y" EM AÇO CROMADO COM QUATRO SAPATAS REGULÁVEIS ENCOSTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO E ESTOFAMENTO REVESTIDO EM COURO PU ASSENTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO E ESTOFAMENTO REVESTIDO EM COURO PU BRAÇO EM AÇO CROMADO COM FORMATO ANATÔMICO PESO MÁXIMO RECOMENDADO POR ASSENTO: 150 KG MEDIDAS LARGURA TOTAL DA LONGARINA: 185CM ENCOSTO LARGURA: 53CM ALTURA: 52CM ASSENTO PROFUNDIDADE: 48CM LARGURA: 53CM ALTURA ATÉ O CHÃO: 44CM ITENS INCLUSOS 01 CADEIRA DESMONTADA 01 MANUAL DE MONTAGEM.	PLAXMETAL	849,90	4.249,50
30710	36	UNID.	ESTANTE AM AÇO COM 04 PRATELIRAS EM AÇO: ALTURA: 198 CMLARGURA: 93 CM PROFUNDIDADE 30 CM , PESO: 11,20 KG GARANTIA DO FORNECEDOR DE 03 MESES.	W3	410,00	14.760,00
30722	19	UNID.	MICROFONES SEM FIO MICFLY CONTEÚDO DA EMBALAGEM 2 MICROFONE SEM FIO 1 RECEPTOR WIRELESS GARANTIA- 12 MESES.	LELONG	1.029,00	19.551,00
30725	108	UNID.	SUPORTE PARA CPU , BASE PLÁSTICA COM RODÍZIOS ;PERMITE AJUSTE PARA DIFERENTES TAMANHOS ;ESPAÇO INTERNO AJUSTÁVEL DE 15,5 À 22,5CM ;FACILITA INSTALAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DA CPU ;PLÁSTICO RESISTENTE ;SISTEMA DE AJUSTE ;FÁCIL INSTALAÇÃO MÓVEIS,MATERIAL: PLÁSTICO ;COR: PRETO;CAPACIDADE DE CARGA: 15KG.	C3TECH	45,00	4.860,00
30726	14	UNID.	TELA DE PROJEÇÃO TRIPE COM TELA TRIPE SERIE A 2,00 X 1,53 4:3 TTM100VA TES; ESTOJO OCTAGONAL EM AÇO CARBONO PINTURA ELETROSTATICA PRETA RESISTENTE A RISCOS E CORROSÕES TECIDO DE PROJEÇÃO MATTE - WHITE, QUE PERMITE GANHO DE 1,1 A 1,5 VEZES O BRILHO EMPUNHADURA PLASTICA BORDAS PRETAS PERMITINDO UM MELHOR ENQUADRAMENTO DA IMAGEM TRAVA DA HASTE E DA EMPUNHADURA COM SISTEMA DE CLIQUE.	SUMAY	1.350,00	18.900,00
35478	14	UNID.	MESA - DE TRABALHO E ATENDIMENTO COM FORMATO EM ¨L¨, EM MDF, COM 03 GAVETAS, MEDINDO (1800X1100X700)	GEEB WORK	929,00	13.006,00

Novo Mundo, 20 de outubro de 2022.

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 362/2022

De 25 de outubro de 2022.

“Dispõe Sobre Concessão de Licença Prêmio aos servidores, e dá Outras Providências”.

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1°- CONCEDER, Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, ao servidor:

ELSON JOSE PEREIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 16797663 SSP/MT e do CPF sob o nº 031.877.611.19, servidor no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculado no DRH sob o nº 971, para o período de 01/10/2022 a 30/11/2022, totalizando 60 dias, referente ao quinquênio de 01/11/2017 – 31/10/2022.

TEREZINHA DAUFENBACH, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4.857.971-0 SSP/PR e do CPF sob o nº 688.815.929.91, servidor no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matriculado no DRH sob o nº 843, para o período de 01/10/2022 a 31/12/2022, totalizando 90 dias, referente ao quinquênio de 03/09/2017 – 02/09/2022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 01 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de outubro de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 363/2022

De 25 de outubro de 2022.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias, e dá Outras Providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art.1° - CONCEDER Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 aos servidores:

CHAIANE SQUENA VICENTE, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 1393510-0 SSP/MT e do CPF sob o nº. 015.045.231.48, servidor no cargo de PROFESSOR 30 HR matriculado no DRH sob o nº 2276, a partir do dia 01/10/2022 a 20/10/2022, referente ao período aquisitivo de 04/02/2019 a 03/02/2020.

DAYANE CONSTANTE DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 14009170 SSP/MT e do CPF sob o nº. 010.408.051.59, servidora no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO DOS SANTOS matriculado no DRH sob o nº 1093, a partir do dia 03/10/2022 a 01/11/2022, referente ao período aquisitivo de 02/03/2020 a 01/03/2021.

TEREZINHA DAUFENBACH, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 4.857.971-0 SSP/PR e do CPF sob o nº. 688.815.929.91, servidor no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS matriculado no DRH sob o nº 843, a partir do dia 01/10/2022 a 20/10/2022, referente ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020.

VALDENICE ANTONIO DE ALMEIDA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade 13360825 SSP/PR e do CPF sob o nº. 550.789.901.00, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE matriculado no DRH sob o nº 100, a partir do dia 03/10/2022 a 01/11/2022, referente ao período aquisitivo de 04/03/2020 a 03/03/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 01 de outubro de 2022.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 25 de outubro de 2022.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 069/2022

De 17 de outubro de 2022.

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Classe/Nível aos Servidores Efetivos, abaixo relacionados, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 059/2017:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
Angela Maria De Jesus	Auxiliar de Serviços Gerais	C/05	C/06	Art.78
Ilizandra Liotto	Técnico de Enfermagem	D/05	D/06	Art.78
Maria Anailda Ribeiro Da Silva	Agente Administrativo	E/05	E/06	Art.78
Claudinei Ferreira Domingues	Motorista Categoria D	C/05	C/06	Art.78
Joao Gentilini	Auxiliar de Serviços Gerais	C/05	C/06	Art.78
Claudemir Da Silva Maestri	Agente Administrativo	C/04	D/04	Art.78

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 17 de outubro de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N°. 012/2022/CMDCA

RESOLUÇÃO N°. 012/2022/CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do Município de Novo Mundo – MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente;

RESOLVE:

Art.1° De acordo com a reunião realizada no dia 03 de outubro do ano de 2022, conforme registrado na ata nº 007/2022, após apresentação, avaliação e votação foi eleita a Mesa Diretora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente:

Presidente: Thaylon Artemio L. Biazoto

Tesoureira: Querem da Silva Moraes

Secretária: Kamilly dos Santos Crepaldi

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Mundo - MT, 03 de outubro de 2022.

_____

Elena de Oliveira Guimarães

Presidente do CMDCA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 068/2022

De 17 de outubro de 2022.

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Progressão Funcional aos Servidores Efetivos, abaixo relacionados, por cumprimento dos requisitos dispostos no artigo 45 do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Novo Mundo – MT – Lei Complementar n.º 022/2011:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
Cicero Ribeiro De Souza	Apoio Adm. Educ. Profissionalizante	B/05	B/06	Art. 45
Joelma Feitosa De Sousa Rosas	Técnico Adm. Educacional	C/05	C/06	Art. 45
Jucélio Raimundo Ferreira	Apoio Adm. Educ. Profissionalizante	B/05	B/06	Art. 45
Marcelio Jose Acosta Montes	Apoio Adm. Educ. Prof. Motorista	B/05	B/06	Art. 45
Marcos José Christianini	Apoio Adm. Educ. Profissionalizante	B/05	B/06	Art. 45
Nera Jorge Dos Reis	Apoio Adm. Educ. Não Profissionalizante	A/05	A/06	Art. 45
Edir Salete Benincá Savegnago	Professor 30 Horas	C/05	C/06	Art. 45
Ismael Machado	Apoio Adm. Educ. Prof. Motorista	B/05	B/06	Art. 45

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 17 de outubro de 2022.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FILTRO ABRANDADOR AUTOMÁTICO PARA SER INSTALADO NO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA VILA TRINDADE, NO MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO – MT.

Nº DO PROCESSO:	**078/2022**
Nº DISPENSA DE LICITAÇÃO	**19/2022**
FAVORECIDO	**S.S. SANTOS DINIZ FILTROS**
CNPJ Nº	**06.942.602/0001-44**
Prazo	**60 (sessenta) dias**
Valor Mensal:	**R$ R$ 13.900,00 (Treze Mil e Novecentos Reias)**
FUNDAMENTO LEGAL:	**Artigo 24 Inciso II da Lei nº 8.666/93.**
JUSTIFICATIVA:	**Anexa nos autos do processo.**

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 019/2022 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

As contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial da prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT.

Novo Santo Antônio-MT, 25 de Outubro de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECRETO Nº 50/2022

DECRETO Nº 50/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTONIO – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adão Soares Nogueira, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Planejamento Estratégico Elaborado em 2022, em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio - MT, para tomada de decisão no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico;

Art. 2º – Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

a) Homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;

b) Apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas; deliberar sobre medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas; homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;

c) criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;

d) exigir necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;

e) decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

Art. 3º – Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobre as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único – As reuniões de que trata o caput serão presididas pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º – Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. Secretária Municipal de Administração;

II. Secretário Municipal de Agricultura;

III. Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

IV. Secretária Municipal de Assistência Social;

V. Secretária Municipal de Saúde;

VI. Secretária Municipal de Educação;

VII. Secretário Municipal de Obras;

VIII. Controlador Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico - GPE

Art. 5º – O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 6º – Faz parte deste Decreto o calendário de Atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 7º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Outubro de 2022.

ADAO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2022/2023.

DATA	HORÁRIO	LOCAL
16 de novembro 2022	09h:00min	Paço Municipal
15 de dezembro 2022	09h:00min	Paço Municipal
16 de janeiro 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de fevereiro 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de março 2023	09h:00min	Paço Municipal
17 de abril 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de maio 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de junho 2023	09h:00min	Paço Municipal
14 de julho 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de agosto 2023	09h:00min	Paço Municipal
15 de setembro 2023	09h:00min	Paço Municipal
16 de outubro 2023	09h:00min	Paço Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
PORTARIA Nº 261/2022

PORTARIA Nº 261/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE PLANEJAMENTO ESTRATEGICO, DE NOVO SANTO ANTONIO - MT.

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1°. NOMEAR os servidores municipais e Secretários Municipais a seguir relacionados para comporem a Comissão Municipal de Gerenciamento de Planejamento Estratégico de Novo Santo Antônio/MT, de acordo com o Decreto Municipal n° 50/2022.

1.1 **Coordenadora da Comissão Municipal de Gerenciamento dePlanejamento Estratégico de Novo Santo Antônio/M**T – Thalita Barbosa de Souza Luz, Chefe de Gabinete;

1.2 **Secretario da Comissão Municipal de Gerenciamento de Planejamento Estratégico de Novo Santo Antônio/MT** – Thiago Alves de Sousa;

1.3 Contador do Município de Novo Santo Antônio – Rafael Alves Dantas;

1.4 Controlador Interno do Município – Cleomenes Junior Dias Costa;

1.5 Secretária Municipal de Administração – Maria Aparecida Alves Castro;

1.6 Secretário Municipal de Obras – Genivaldo dos Santos Silva;

1.7 Secretária Municipal de Saúde – Waneska Barros Rego Ferreira;

1.8 Secretária Municipal de Educação – Maria José Nogueira de Moura;

1.9 Secretária Municipal de Turismo, Cultura, Deporto e Lazer – Cassis Gleybia Luz Rego;

1.10 Secretária de Agricultura e Meio Ambiente – Divino Gustavo Dias de Souza;

1.11 Secretária Municipal de Assistência Social – Maria Alice Alves de Sousa Soares;

Art. 2º. A Comissão nomeada dará fiel cumprimento às regras e orientações traçadas no Decreto Municipal n° 49/2022 e demais normas especificas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso com a finalidade de implementar e concretizar o Programa de Gerenciamento de Planejamento Estratégico de Novo Santo Antônio – MT;

Art. 3º. Fica a Comissão pela Presidência, desde já autorizada a convocar técnicos e demais servidores que componham o quadro da municipalidade, sempre que necessário.

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 25 de outubro de 2022.

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2022

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNE BOVINA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT.** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 08:h: 30mim até às 09h: 00 min do dia **10 de Novembro de 2022**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 26 de Outubro de 2022.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
DECRETO Nº 51/2022 - PONTO FACULTATIVO SERVIDOR PUBLICO

DECRETO Nº 51/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPOE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DURANTE O FERIADO DO *DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, 28 DE OUTUBRO (SEXTA FEIRA)* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais vigentes e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando *O feriado do dia do Servidor Público, dia 28 de Outubro de 2022 (sexta-feira));*

DECRETA:

Art. 1º- Ficam considerados ponto facultativo, para o funcionalismo público municipal, no dia 28 de Outubro (sexta-feira) do corrente ano.

Parágrafo 2º – As normativas deste Decreto não implicam em qualquer reflexo no funcionamento da iniciativa privada do Município, que deverá seguir as definições das respectivas coletivas de cada segmento.

Art. 2º – Os serviços considerados essenciais, vigilância patrimonial, limpeza pública e serviços de saúde, cuja prestação não admita interrupção, deverão manter equipes em funcionamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Outubro de 2022.

ADAO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022

PROCESSO Nº 95/2022

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, torna público resultado do Pregão Eletrônico nº 09/2022, realizado em 25/10/2022, na Plataforma da BLL, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO NATALINA PARA O MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM, sagrando vencedoras a empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	ITENS	VALOR TOTAL
MOSAICO DIST ATACADO E ELETRONICOS EIRELI	26.148.070/0001-85	37	R$ 46.424,55
L.C.P. ARTIGOS DE ARMARINHOS EIRELI	08.979.413/0001-71	03	R$ 2.785,60

Os autos do Processo Licitatório encontram-se à disposição na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT.

Novo São Joaquim-MT, 25 de outubro de 2022.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2022

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2022

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA ME

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 13/2022 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2022 REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA – MT, VISANDO A **AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS MOTORIZADAS, ATENDENDO A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações constantes no termo de referência e ARP nº 13/2022.

VALOR TOTAL R$ 39.561,00 (trinta e nove mil quinhentos e sessenta e um reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

Novo São Joaquim – MT, 24 de outubro de 2.022.

LEONARDO FARIA ZAMPA - Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA Nº001/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

ATA Nº001/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

Aos três (03) dias do mês de maio (05) de dois mil e vinte e dois (2022) às 09h, reuniram-se em Assembleia Ordinária na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho-SMDST, situado a Rua Jordelirio Cabral de Melo, nº129, Bairro Boa Esperança, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, os representantes indicados pelos respectivos segmentos a saber: ADMAR FERREIRA DA SILVA-Titular (Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente); GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS-Titular, ANNA CAROLYNA ARAÚJO DE JESUS-Titular e MÔNICA DAMASSENA MARÇAL MARIANO-Suplente (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho); HERICA APARECIDA CRUVINEL ROQUE-Titular (Secretaria Municipal de Saúde); e DOUGLAS RODRIGUES MARTINS-Assessor Jurídico Municipal. A Secretária Executiva dos Conselhos Municipais - Sara Jose Martins cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos, e informando que esta reunião tem a finalidade de **INSTITUIR O COMITÊ GESTOR DO PROTOCOLO DO FLUXO DE ATENDIMENTO INTERSETORIAL E INSTERINSTITUCIONAL NO ENFRENTAMENTO Á VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE**, fez uma breve explanação citando ainda as atribuições de cada órgão bem como de cada representante indicado pelos seguimentos acima, após a colocação da pauta foi disponibilizado o material explicativo para que os representantes de cada seguimento tenham ciência e conhecimento das suas atribuições e responsabilidades, colocada a palavra a disposição dos representantes que quisesse falar, alguns citaram as dificuldades que estão enfrentando e que todos estão dispostos a participar e colaborar. A colaboradora Gercilene Sousa Martins Santos, agradeceu a presença de todos e proferiu algumas palavras destacando a importância do(a)(s) membros, reforçou que os mesmos devem ser atuantes participar das reuniões, discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais no Município. Sem mais para o momento, a Secretária Executiva colocou a palavra à disposição dos conselheiros, não havendo manifestação agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo para ser tratado, deu por encerrada a reunião às 10h25-min. Eu, Sara Jose Martins Secretária Executiva lavrei a ata, que será lida, aprovada e segue assinada por mim e por todos os presentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº004/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº004/2022

14 DE SETEMBRO DE 2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA Sr. Thiago de Macedo Figueira, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº8.069/90 e Lei Municipal n°646/2012;

CONSIDERANDO a Publicação do Resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o Quadriênio 2020/2024, EDITAL Nº004/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA datado de 06 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o pedido de Exoneração da Conselheira Tutelar MARINEIDE PINHEIRO DANTAS(Titular), inscrita no CPF sob nº003.851.791-46, do Cargo de Conselheira Tutelar deste município;

CONVOCA:

Art. 1º - Fica convocado(a) o(a) candidato(a) suplente eleito(a) na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município para o quadriênio 2020/2024, para o cargo abaixo relacionado, para se apresentar pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Fones: (66) 3479-1158, 34791850 e 34791676 no período de **14/09/2022 à 29/09/2022**, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min.

CONVOCADO(A)

NOME	CARGO CLASSIFICAÇÃO
MARCIA CAMARGO MARÇAL	CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

Art. 2º - O(a) candidato(a) deverá se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação;

22 – Conta Corrente Banco do Brasil;

23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH Categoria “D” (Motorista).

Art. 3º - Se o(a) candidato(a) convocado(a) não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi eleito na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o quadriênio 2020/2024.

Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, aos 14 dias do mês de setembro de 2022.

THIAGO DE MACEDO FIGUEIRA

Presidente do CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA Nº003/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

ATA Nº003/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) de dois mil e vinte e dois (2022) às 09h, reuniram-se em Assembleia Ordinária na sala de reuniões do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, situado na Av. Oscar Zaidem de Menezes, nº1445, Bairro Centro, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, os representantes dos segmentos a saber: ADMAR FERREIRA DA SILVA-Titular (Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente); POLLIANA RODRIGUES COELHO-Titular e SILVANA LAURINDO DA SILVA-Suplente (Secretaria Municipal de Educação); GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS-Titular, MARIA APARECIDA MOURA DOMINGOS-Suplente, ANNA CAROLYNA ARAÚJO DE JESUS-Titular e MÔNICA DAMASSENA MARÇAL MARIANO-Suplente (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho); HERICA APARECIDA CRUVINEL ROQUE-Titular (Secretaria de Saúde). A Secretária Executiva dos Conselhos Municipais - Sara Jose Martins cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos. Em seguida deu início a ordem do dia, a colaboradora GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS, iniciou a sessão cumprimentando a todos e agradeceu a presença de cada um que ali se fez presente e fez um relato da necessidade de realização desta assembleia, qual seja, a Adequação necessária e inclusão de informações das Secretarias quanto a elaboração do Fluxograma do Protocolo de Atendimento Intersetorial e Interinstitucional no Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente. Os representantes da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho e Conselho Tutelar ficaram de analisar o fluxograma que foi apresentado nesta assembleia pelo seguimento que cada um representa a fim de fazer as alterações que são necessárias para que seja finalizado o protocolo, e que o mesmo seja apresentado, analisado e colocado em votação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA. Dessa forma ficou acordado entre os colaboradores que todos fizessem análise e as devidas alterações, ficando marcado a próxima reunião para o dia 28 de junho de 2022, às 09:00h para então ser ajustado a elaboração do Protocolo do Fluxo de Atendimento Intersetorial e Interinstitucional no Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente. Na sequência concedeu a palavra aos presentes para quem quisesse dela fizesse uso, não houve manifestação. Não havendo nada mais a tratar,

deu por encerrada a reunião às 10h24min. Eu, Sara Jose Martins Secretária Executiva lavrei a ata, que será lida, aprovada e segue assinada por mim e por todos os presentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA Nº002/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

ATA Nº002/2022 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE–CMDCA.

Aos doze (12) dias do mês de maio (05) de dois mil e vinte e dois (2022) às 09h, reuniram-se em Assembleia Ordinária na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho-SMDST, situado a Rua Jordelirio Cabral de Melo, nº129, Bairro Boa Esperança, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, os representantes indicados pelos respectivos segmentos a saber: ADMAR FERREIRA DA SILVA-Titular (Conselho Tutelar de Direitos da Criança e do Adolescente); POLLIANA RODRIGUES COELHO-Titular (Secretaria Municipal de Educação); GERCILENE SOUSA MARTINS SANTOS-Titular, ANNA CAROLYNA ARAÚJO DE JESUS-Titular e MÔNICA DAMASSENA MARÇAL MARIANO-Suplente (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho); DOUGLAS RODRIGUES MARTINS-Assessor Jurídico Municipal. A Secretária Executiva dos Conselhos Municipais - Sara Jose Martins cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de todos, e informou que esta reunião tem a finalidade de discutir e ajustar os detalhes para elaboração do Protocolo do Fluxo de Atendimento Intersetorial e Interinstitucional no Enfrentamento à Violência Contra a Criança e o Adolescente, o qual foi passado para os representantes de cada seguimento para que cada um fizesse o fluxograma de atendimento para anexar ao protocolo, foi falado inda sobre a Resolução que institui o comitê Gestor do protocolo, a qual foi finalizada e assinada pelo Sr. THIAGO DE MACEDO FIGUEIRA Presidente do CMDCA, e após será publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso. Na sequência foi colocada a palavra a disposição dos representantes que quisesse falar não havendo manifestação agradeceu a presença de todos. Sem mais para o momento, nada mais havendo para ser tratado deu por encerrada a reunião às 10h00min. Eu, Sara Jose Martins Secretária Executiva lavrei a ata, que será lida, aprovada e segue assinada por mim e por todos os presentes.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº006/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº006/2022

07 DE OUTUBRO DE 2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA Sr. Thiago de Macedo Figueira, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº8.069/90 e Lei Municipal n°646/2012;

CONSIDERANDO a Publicação do Resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o Quadriênio 2020/2024, EDITAL Nº004/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA datado de 06 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o pedido de Exoneração da Conselheira Tutelar MARINEIDE PINHEIRO DANTAS(Titular), inscrita no CPF sob nº003.851.791-46, do Cargo de Conselheira Tutelar deste município;

CONVOCA:

Art. 1º - Fica convocado(a) o(a) candidato(a) suplente eleito(a) na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município para o quadriênio 2020/2024, para o cargo abaixo relacionado, para se apresentar pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Fones: (66) 3479-1158, 34791850 e 34791676 no período de **07/10/2022 à 22/10/2022**, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min.

CONVOCADO(A)

NOME	CARGO CLASSIFICAÇÃO
SORAIA MARTINS DE MELO	CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

Art. 2º - O(a) candidato(a) deverá se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação;

22 – Conta Corrente Banco do Brasil;

23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH Categoria “D” (Motorista).

Art. 3º - Se o(a) candidato(a) convocado(a) não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi eleito na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o quadriênio 2020/2024.

Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, aos 07 dias do mês de outubro de 2022.

THIAGO DE MACEDO FIGUEIRA

Presidente do CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº005/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº005/2022

03 DE OUTUBRO DE 2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA Sr. Thiago de Macedo Figueira, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº8.069/90 e Lei Municipal n°646/2012;

CONSIDERANDO a Publicação do Resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o Quadriênio 2020/2024, EDITAL Nº004/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA datado de 06 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o pedido de Exoneração da Conselheira Tutelar MARINEIDE PINHEIRO DANTAS(Titular), inscrita no CPF sob nº003.851.791-46, do Cargo de Conselheira Tutelar deste município;

CONVOCA:

Art. 1º - Fica convocado(a) o(a) candidato(a) suplente eleito(a) na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município para o quadriênio 2020/2024, para o cargo abaixo relacionado, para se apresentar pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, nº 77, Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Fones: (66) 3479-1158, 34791850 e 34791676 no período de **03/10/2022 à 17/10/2022**, no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min.

CONVOCADO(A)

NOME	CARGO CLASSIFICAÇÃO
BRUNO TEIXEIRA DE MORAES	CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

Art. 2º - O(a) candidato(a) deverá se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:

01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);

03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;

04 - Certidão de Nascimento dos filhos e frequência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);

05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

07 - Cartão do PIS/PASEP;

08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;

09 - Título de Eleitor;

10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (internet) da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;

14 - Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);

17 - Declaração contendo endereço residencial;

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19 - Declaração de Bens;

20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação;

22 – Conta Corrente Banco do Brasil;

23 – Carteira Nacional de Habilitação CNH Categoria “D” (Motorista).

Art. 3º - Se o(a) candidato(a) convocado(a) não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi eleito na eleição dos membros do Conselho Tutelar deste município realizada no dia 06 de outubro de 2019 para o quadriênio 2020/2024.

Art. 4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, aos 03 dias do mês de outubro de 2022.

THIAGO DE MACEDO FIGUEIRA

Presidente do CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 57/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada contendo no mínimo 30 (trinta) Caixas Containers (Pega tudo), medindo 5m³ (cinco) Metros Cúbicos Cada, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 11/10/2022 até o dia 11/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

JOILSON ANTONIO DE CAMPOS MIRANDA - ME CNPJ: 08.169.677/0001-60						
VALOR GLOBAL **R$**: 277.500,00 (duzentos e setenta e sete mil e quinhentos reais)						
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	995528	CONTRATACAO DE EMPRESA CONTENDO NO MÍNIMO 30 (TRINTA) CAIXAS CONTAINERS (PEGA TUDO), MEDINDO 5M³ (CINCO) METROS CÚBICOS CADA. - A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ POSSUIR 01 (UM) CAMINHÃO POLI GUINDASTE MECÂNICO OPERACIONAL (PEGA TUDO) ARTICULADO.	UND	1500	R$ 185,0000	277.500,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 11 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2022.

Processo: Dispensa de Licitação nº 68/2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

CONTRATADA: ANDREIA BALBINO DE MORAES – ME CNPJ: 29.002.459/0001-06.

Objeto: Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para **Locação de 02 (dois) Ônibus, Mínimo com 45 (quarenta e cinco) Lugares, a Partir de 2009 e um Veículo no Mínimo com 25 (vinte e cinco) Lugares**, Ambos em Bom Estado de Conservação que Atenderá a Demanda do Transporte de Pessoas para Eventos Culturais, Educativos e Esportivos,Atendendo Necessidade da Secretaria de Esporte e Lazer do Município de Paranatinga – MT, com fulcro no Art. 24, Inciso II da lei 8.666/93, Alterada pelo Decreto Nº 9.412/2018.

Valor Total **R$: 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).**

Do prazo do contrato: 18/10/2022 até o dia 18/12/2022.

Seq.	Item	Descrição	Unid	Qtd.	VALOR UNIT	Valor TOTAL
01	998537	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE DE LUNO/ATLETAS DE PARANATINGA PARA CUIABÁ	km	1.600,00	9,00	14.400,00

Fica designado para exercer a função de fiscal do presente contrato nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, e através da **Portaria nº 282 de 08 de agosto de 2022,** a servidora **Vanessa Godoi de Souza,** Matrícula **4189**, lotada e representando a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 18 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE PARALISAÇÃO DO CONTRATO Nº 081/2021.

Processo: Pregão Presencial nº 31/2021.

Contrato: nº 081/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: S DE CESARO STEIN LTDA CNPJ: 20.136.752/0001-91.

Objeto: Constitui objeto da Presente licitação a Contratação de Empresa Especializada para Locação de Caminhão Pipa com capacidade mínima de 15 mil litros, com bico jato (para apagar incêndio) e rabo de pavão em bom estado de conservação, motorista, combustível e manutenção por conta da contratada, para atender na localidade do Santiago do Norte e Salto da Alegria, a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Onde se lê:

Do período de paralisação: 17/10/2022 até 17/05/2023.

Leia se:

Do período de paralisação: 18/10/2022 até 18/05/2023.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 25 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE PARALISAÇÃO DO CONTRATO Nº 082/2021.

Processo: Pregão Presencial nº 31/2021.

Contrato: nº 082/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: JOÃO INACIO MOELLMANN - ME, CNPJ: 27.691.585/0001-90.

Objeto: Constitui objeto da Presente licitação a Contratação de Empresa Especializada para Locação de Caminhão Pipa com capacidade mínima de 15 mil litros, com bico jato (para apagar incêndio) e rabo de pavão em bom estado de conservação, motorista, combustível e manutenção por conta da contratada, para atender na localidade do Santiago do Norte e Salto da Alegria, a pedido da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Onde se lê:

Do período de paralisação: 17/10/2022 até 17/05/2023.

Leia se:

Do período de paralisação: 18/10/2022 até 18/05/2023.

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 25 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 06 AO CONTRATO Nº 041/2021.

Processo: Pregão Presencial nº 10/2020.

Contrato: nº 041/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Contratada: Neves e Martins LTDA - ME, CNPJ: 13.321.063/0001-91.

Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços para Realização de Exames Laboratoriais para Atendimento aos Pacientes Usuários do SUS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga - MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I e Termo de referência do Edital.

Do prazo: 07/10/2022 até o dia 07/03/2023.

Do valor total: R$: 76.654,00 (setenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais).

Seq.	Cod.	Descrição	Un.	Qtde.	Valor Unit.	Total
7	27894	ANTIBIOGRAMA	UNIDADE	50	30,00	1.500,00
25	27911	CLEARENCE DE CREATININA	UNIDADE	100	60,00	6.000,00
42	27928	DENGUE - IgG	UNIDADE	160	50,00	8.000,00
61	27950	HEMOGRAMA COMPLETO	UNIDADE	500	50,00	25.000,00
62	27951	HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	UNIDADE	65	30,00	1.950,00
98	27991	RUBEOLA IGG-IGM	UNIDADE	60	40,00	2.400,00
111	24543	TOXOPLASMOSE IGG	UNIDADE	819	16,00	13.104,00
112	24544	TOXOPLASMOSE IGM	UNIDADE	856	15,00	12.840,00
114	24519	TSH	UNIDADE	454	10,00	4.540,00
115	28002	UREIA	UNIDADE	44	30,00	1.320,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 07 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 056/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 56/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento parcelado de Refeição em Embalagens Individuais - Marmitex e Alimentação/Refeição por Kg, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 10/10/2022 até o dia 10/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

VANDERLEI JOSE BOLSONI - ME CNPJ: 04.369.293/0001-30
VALOR GLOBAL R$: 380.748,00 (trezentos e oitenta mil, setecentos e quarenta e oito reais).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	998223	MARMITEX EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS, TIPOMARMITEX N9, DESCARTAVEIS, COM VARIA-ÇÃO DE NO MINIMO 7 TIPOS DE ALIMENTOS E PESO MINIMO DE 500 GRAMAS	UND	10340	R$ 24,0000	248. 160,00
2	997813	REFEICAO KG	KG	2286	R$ 58,0000	132. 588,00

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 10 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2022.

Processo: Pregão Presencial nº 54/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, CNPJ: 15.023.971/0001-24.

Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e demais secretarias do Município de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Da Fiscalização: Fica designado para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preço nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, os servidores nomeados pela **Portaria nº 258 de 28 de julho de 2022.**

Do prazo: 04/10/2022 até o dia 04/10/2023.

Das empresas vencedoras, sequencia, código, descrição, unidade, quantidade, valor unitário e valor total:

E. R. LOPES - EPP **CNPJ:** 08.656.178/0001-05							
VALOR GLOBAL **R$**: 573.978,38 (quinhentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)							
Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	992005	ACAFRAO - PACOTE DE 30 GRAMAS, CURCUMA EM PO, EMBALADO CONVENCIONALMENTE EM EMBALAGEM DE POLIETILENO TRANSPARENTE ,COM DADOS DE IDENTIFICACAO, INFORMACOES NUTRICIONAIS , DATA DE FABRICACAO , PESO LIQUIDO E ROTULAGEM DE ACORDO COM LEGISLACAO	PACOTE	212	R$ 1,5000	318,00	MIKA
7	992007	ACHOCOLATADO EM PO - POTE DE 400GR , A BASE DE ACUCAR, CACAU,MALTODEXTRINA, COMPLEXO VITAMINICO, SAL LEITE EM PO INTEGRAL. IDENTIFICACAO DO PRODUTO , ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL PESO E DADTA DE FABRICACAO VALIDADE MINIMA 6 MESES.	PACOTE	609	R$ 3,6000	2.192,40	TODI
8	991956	ACUCAR - (FARDO 30 KG), OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, COM ASPECTO COR , CHEIRO E SABOR PROPRIO, COM TEOR DE SACAROSE MINIMO, SEM FERMENTACAO,ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO APROPRIADO.	FARDO	915	R$ 111,0000	101.565,00	DOCE DIA
10	499877	ACUCAR REFINADO - ACUCAR OBTIDO DA CANA DE ACUCAR, PURO, NATURAL, EMBALADO EM SACOS DE POLIETILLENO TRANSPARENTE DE 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PACOTE	652	R$ 4,9000	3.194,80	ITAMARATY
11	498529	ALFACE - LISA , FRESCA,EXTRA,TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE AGROTOXICO, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS SEM DANOS FISICOS, ACONDICIONADA	MACO	597	R$ 6,9000	4.119,30	GOIANO
13	499095	AMENDOIM CRU- COM PELE, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, LIMPOS E DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO ATOXICO TRANPARENTE PCT DE 500G	PACOTE	228	R$ 7,4000	1.687,20	AMAFIL
15	993081	ARROZ - AGULHINHA, PACOTE 1KG TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	UND	1017	R$ 3,8000	3.864,60	ARROZ REI
16	991981	ARROZ - AGULHINHA, TIPO 1, LONGO (FARDO 6 X 5 KG) CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	FARDO	514	R$ 82,9000	42.610,60	SERTANEIJO
17	498589	AVEIA EM FLOCOS FINOS- INTEGRAL ,EM FLOCOS, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 15% POR PESO, PACOTE DE 500G	PACOTE	266	R$ 6,4500	1.715,70	MIKA
18	499872	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM 500ML	UND	22	R$ 22,5000	495,00	GALO
27	992015	BERINJELA -TIPO COMUM, BOA QUALIDADE ,TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, FIRME E INTACTA , SEM LESOES E INTACTA, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA/ RACHADURAS , PERFURACOES, CORTES),	KG	450	R$ 2,9000	1.305,00	GOIANO
29	991992	BISCOITO - DE SAL - PACOTE 400G, TEXTURA CROCANTE, SABOR E COR CARACTERISTICO, EMBALAGEM,DUPLA FACE DE POLIETILENO ATOXICO DE , COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES.VALIDADE 6 MESES.	UND	3465	R$ 5,3500	18.537,75	ADORALE
31	498614	BISCOITO DE POLVILHO- BISCOITO COM SAL , TIPO POLVILHO , SEM GLUTEN E QUE NAO CONTENHA LEITE OU DERIVADOS A ROTULAGEM DEVE CONTER NO MINIMO AS SEGUINTES INFORMACOES,NOME OU MARCA,INGREDIENTES, INGREDIENTES, DATA DE FABRICACAO E DE VALIDADE, PCT 100G	PACOTE	424	R$ 4,5900	1.946,16	MIKA
48	992032	CEBOLINHA VERDE - (MAÇO) FRESCA, COM COR, ODOR E SABOR PROPRIOS, DE ESPECIES ESPECIMES, VEGETAIS GENUINAS E SAS, BEM DESENVOLVIDA , AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ISENTO DE SUBSTANCIAS, TERROSAS E CORPOS,	MACO	320	R$ 4,7500	1.520,00	GOIANO
49	991914	CENOURA - DE PRIMEIRA, SEM RAMA, FRESCA,	KG	1028	R$ 2,7900	2.868,12	GOIANO
51	991979	CHA HORTELA (CAIXINHA DE 20 GR)	PACOTE	5497	R$ 4,4500	24.461,65	LEAL
53	992033	CHANTILY - EMBALAGEM 1 LITRO, PREPARADO PARA CREME TIPO CHANTILLY OBTIDO ATRAVES DE GORDURA VEGETAL	LITRO	82	R$ 18,9000	1.549,80	GRADINA
54	992035	CHUCHU - GRANDE SELECIONADA VERDE, FRESCO, COMPACTA, FIRME, COLORACAO UNIFORME, AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO . NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES .	KG	412	R$ 4,5000	1.854,00	
56	992037	COENTRO - COR COLORACAO UNIFORME, FRESCA E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS (MACO)	UND	244	R$ 7,5000	1.830,00	GOIANO
57	1820	COLORAU - PACOTES DE 500GR, PRODUTO OBTIDO A PARTIR DO URUCUM, SEM ADIÇÃO DE SAL, EMBALADO EM CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DE 6 MESES	UND	481	R$ 7,2000	3.463,20	PACHA
58	499882	CORANTE ALIMENTICIO - ESSENCIA ARTIFICIAL, LIQUIDO FRASCO 10 ML, PRODUZIDO A BASE DE CORANTES E ORGANICOS, PODE SER APLICADO EM ALIMENTO DOCE OU SALGADO PARA EFEITO DE TINGIMENTO COMPLETO OU DECORATIVO, CORES VARIADAS	UND	112	R$ 6,7900	760,48	SOFT GEL
59	498544	COUVE-TIPO FOLHA , FRESCA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES , DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, , SUJIDADES, SEM PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, (MACO)	UND	283	R$ 7,5000	2.122,50	GOIANO

60	324829	CREME DE LEITE 200 G	UND	494	R$ 3,2500	1.605,50	BENDITO
62	498545	ESPINAFRE- FRESCO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES , DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, SEM PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE, (MACOS)	KG	212	R$ 7,7000	1.632,40	GOIANO
63	19398	EXTRATO DE TOMATE- CONCENTRADO EMBALAGEM TIPO “TETRA REX” (CAIXINHA), 140G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UND	407	R$ 1,7500	712,25	OLE
64	991906	EXTRATO DE TOMATE - 350GR, CONCENTRADO, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS SEM PELE,SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS,	UND	467	R$ 2,8700	1.340,29	OLE
66	346405	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO - EMBALAGEM 1080GR TIPO TETRA PACK, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTE VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO. DATA DE FABRICACAO E VALIDADE MINIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	CAIXA	133	R$ 8,8000	1.170,40	QUERO
70	498640	FARINHA DE TRIGO - FARINHA INTEGRAL, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, LIVRE DE MOFO E MATERIAIS TERROSOS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO,EMBALAGEM E KG.FARDO COM 10 UND DE 1KG	FARDO	52	R$ 79,3600	4.126,72	RENATA
72	991982	FEIJAO - CARIOCA - TIPO 1, (FARDO 30 KG) NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES,	FARDO	373	R$ 226,5000	84.484,50	SERTANEJO
73	991904	FEIJAO - CARIOCA - TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO	PACOTE	441	R$ 7,5000	3.307,50	SERTANEJO
76	349754	FERMENTO QUIMICO - 250 GR - INSTANTÂNEO PARA BOLOS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UND	284	R$ 8,4900	2.411,16	ROYAL
79	991945	FRANGO SEMI - PROCESSADO INTEIRO	KG	525	R$ 11,4000	5.985,00	SEARA
80	992053	FUBA DE MILHO - SIMPLES,DO GRAO DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA, COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM AUSENCIA DE UMIDADE,FERMENTACAO,RANCO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, PACOTE 1KILO	PACOTE	262	R$ 4,9400	1.294,28	SINHA
81	992129	GELATINA EM PO - EMBALAGEM DE 1KG, SABOR, MORANGO, UVA, LIMÃO E ABACAXI, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UND	684	R$ 17,5000	11.970,00	QUALIMAX
82	992056	GRANULADO COLORIDO MIL CORES - 250 GRAMAS, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA IDENTICO AO NATURAL, NAO CONTEM GLUTEM CONTEM CORANTES ARTIFICIAIS, AZUL BRILHANTE, VERMELHO 40 AMARELO TARTRAZINA,	UND	132	R$ 5,4000	712,80	DORIL
83	992057	GRANULADO DE CHOCOLATE- PACOTE COM 150 GR, AO LEITE, TIPO GRANULADO, PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, LEITE, LICOR DE CACAOU, MANTEIGA DE CACAU E OUTROS SUBSTANCIAS.	UND	112	R$ 4,5000	504,00	DORIL
84	992058	GRANULADO MESCLADO- PACOTE COM 150 GR, AO LEITE, TIPO GRANULADO, PREPARADO COM CACAU, ACUCAR, GLICOSE EM PO, LEITE, LICOR DE CACAOU, MANTEIGA DE CACAU E OUTROS SUBSTANCIAS, AROMA IDENTICO AO NATURAL.	UND	112	R$ 4,6500	520,80	DORI
85	991969	IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - CARTELA 6X1, 540 GRAMAS, SABORES VARIADOS, COM CONSISTENCIA CREMOSA OU LIQUIDA, ACONDICIONADA EM POTE.	UND	339	R$ 6,2000	2.101,80	REAL
86	991970	IOGURTE NATURAL - DESNATADO COM POLPA DE FRUTA, SEM ADICAO DE ACUCAR. EMBALAGEM TIPO COPO COM 140 GRS.	UND	252	R$ 4,0500	1.020,60	FRUTAP
94	992061	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, PACOTE 400 GR. - INTEGRAL INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS E DEVERÁ SER DE BOA SOLUBILIDADE, SEM GLUTEN. O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A COM A PORTARIA MA-369.	PACOTE	202	R$ 20,0000	4.040,00	PIRACANJUBA
96	992062	LENTILHA - PACOTE 500G.DE PRIMEIRA, NOVA, CONSTITUIDA DE GRAOS INTEIROS E SAOS,COM UMIDADE MAXIMA DE 15%POR PESO,ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO. ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, VALIDADE MINIMA DE 04 MESE	PACOTE	132	R$ 12,5000	1.650,00	MIKA
97	498547	LIMAO -TAHITY,OTIMA QUALIDADE, FRESCO, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHOECOR UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM SACO, PESO POR KG	KG	387	R$ 6,9500	2.689,65	GOIANO
99	346974	LINGUICA CALABRESA - LINGUICA TIPO CALABRESA DE CARNE SUINA PURA E LIMPA, DE 1º QUALIDADE, ADICIONADA DE TOUCINHO E CONDIMENTOS NATURAIS EM PROPORCOES ADEQUADAS AO TIPO CALABRES SUBMETIDA AO PRECESSO DE CURA, EMBALADA A VACUO	KG	326	R$ 21,9000	7.139,40	EXCELENCIA
104	992066	MAIONESE FRASCO 500 GR - MAIONESE EMULSAO CREMOSA OBTIDA COM OVOS E OLEOS VEGETAIS COM ADICAO DE CONDIMENTOS, SUBSTANCIA COMESTIVEL E SEM CORANTES CREMOSA NA COR AMARELO CLARO	UND	195	R$ 6,9000	1.345,50	LIZA
105	991964	MAMAO FORMOSA - DE QUALIDADE APRESENTADO GRAU DE MATURACAO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, NAO ESTAR AMASSADO, FERIDA, MANCHAS NA CASCA OU QUALQUER OUTRA ALTERACAO. TAMANHO MEDIO	KG	356	R$ 9,9000	3.524,40	GOIANO
107	992068	MANGA - TOMMY ATKINS, DE PRIMEIRA, TAMANHO , COR, E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E	KG	202	R$ 7,5900	1.533,18	GOIANO

		MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, PESO POR KG.					
109	346283	MARGARINA - 1KG - CREME VEGETAL CREMOSO,COM NO MÍNIMO 60% DE LIPÍDIOS, EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, LACRADA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE.VALIDADE MINIMA 6 MESES.	UND	1358	R$ 16,0700	21.823,06	DELICIA
110	991965	MELANCIA - DE QUALIDADE TAMANHO MEDIO, FRUTAS FIRMES LIMPAS E MADURAS, SEM MACHUCADOS.	KG	722	R$ 2,8300	2.043,26	GOIANO
112	992080	MILHO DE PIPOCA- PACOTE 500G.DE PRIMEIRA QUALIDADE , BENEFICIADO, POLIDO ,LIMPO ISENTO DE SUJIDADES , PARASITAS E LARVAS .	UND	591	R$ 2,9900	1.767,09	SERTANEJO
114	992083	MILHO VERDE - ESPIGAS SEM CASCA, VERDE DE TAMANHO MEDIO GRAOS FIRMES, LIMPO, SEM MACHUCADOS PESO POR ESPIGA 150 A 250 GR	UND	152	R$ 3,2500	494,00	GOIANO
120	1688	OVOS VERMELHOS (CARTELA 30 UNID)	UND	26	R$ 17,8500	464,10	PRIMAVERA
121	992120	PEITO DE FRANGO - PEITO DE FRANGO SEM OSSO, SEM PELE, CONGELADO. NA EMBALAGEM DEVE TER OS SEGUINTES INFORMACOES. PESO DE PROCESSAMENTO E DATA DE VALIDADE, TIPO DE CARNE, CARIMBO DE INSPECAO ESTADUAL OU FEDERAL E PRAZO DE VALIDADE MINIMO 03 MESES.	KG	657	R$ 15,3500	10.084,95	SEARA
123	991946	PEIXE TAMBAQUI INTEIRO	KG	457	R$ 23,9900	10.963,43	DO CERRADO
125	991967	PERA - DE BOA QUALIDADE, CASCA SA, LISA, SEM PICADAS DE INSETOS, SEM IMPERFEICOES, COR UNIFORME, SEM RUPTURAS, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ISENTO DE PARTES PUTRIDAS. DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDAS E MADURAS, DEVENDO APRESENTAR BOA MATURACAO.	KG	467	R$ 11,5000	5.370,50	DNOU
126	992088	PICOLE DE FRUTAS - PICOLE SABORES FRUTAS DIVERSOS SABORE, ACONDICIONADOS EM EMBALADO INDIVIDUALMENTE COM PESO APROXIMADO 45 GR.	UND	1212	R$ 2,6800	3.248,16	ZERO GRAL
127	498557	PIMENTAO AMARELO- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS , PESO POR KG	KG	159	R$ 15,8600	2.521,74	GOIANO
129	498559	PIMENTAO VERMELHO- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS , PESO POR KG	KG	158	R$ 15,8800	2.509,04	GOIANO
130	991998	PIRULITOS- EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 700 G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, A CONTAR DATA ENTREG	UND	780	R$ 10,9000	8.502,00	ERLAN
132	992093	POLVILHO DOCE -BRANCA, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS.PACOTE DE 500G	PACOTE	404	R$ 6,3000	2.545,20	DA AJUDA
133	991990	PRESUNTO PRE - COZIDO	KG	803	R$ 29,5000	23.688,50	SADIA
134	992094	QUEIJO CURADO - PASTEURIZADO COM TEOR DE GORDURA, CLORETO DE CALCIO, LEITE COALHO LIQUIDO, LEITE SALGA EM SALMOURA FERMENTO LATICO MESOFILICO. MANIPULADAS EM CONDICOES SATISFATORIAS. EMBALAGEM PRIMARIA.(PECA)	UND	284	R$ 35,9000	10.195,60	
135	992095	QUEIJO PARMESAO RALADO - EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO, RESISTENTE, HERMETICAMENTE FECHADO. A EMBALAGEM DEVERA CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE INDENTIFICACAO E PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, QUANTIDADE DO PRODUTO. 100GR	PACOTE	352	R$ 7,3400	2.583,68	ZAELI
137	498560	QUIABO - LISO , OTIMA QUALIDADE, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADO EM SACO, PESO EM KG	KG	274	R$ 14,2500	3.904,50	GOIANO
138	994791	RAPADURA- MASCAVO, BARRA DE 1KG PRODUTO SOLIDO OBTIDA PELA CONCENTRACAO A QUENTE DO CALDO DE CANA	UND	379	R$ 17,5000	6.632,50	BAHIANA
139	992097	REFRIGERANTE - 2 LITROS,EMBALAGEM: (6 X 1) COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.REF. COCA COLA	FARDO	636	R$ 36,9000	23.468,40	FUNADA
142	498562	REPOLHO ROXO - FRESCO, DE PRIMEIRA ,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO, EM KG	KG	557	R$ 6,9500	3.871,15	GOIANO
143	997242	RUCULA - COM FOLHAS LIMPAS, DE BOA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, VERDES, SEM TRAÇO DE DETERIORAÇÃO, INTACTAS E FIRMES. LIVRE DE SUJIDADES. ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE. DEVE OCORRER EM CAIXA DE PLASTICO LIMPA, PROTEGIDA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	MACO	262	R$ 7,9800	2.090,76	GOIANO
146	997018	SALSINHA VERDE - ERVA COM COLORAÇÃO INIFORME, FRESCA, FIRME, INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVA. ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO ATOXICO, RESISTENTE E TRANSPARENTE	MACO	352	R$ 8,5600	3.013,12	GOIANO
148	991955	SOBRECOXA DE FRANCO - CONGELADA IN NATURA. A AVE DEVE TER CONTORNOS DEFINIDOS FIRMES E SEM MANCHAS, PELE ADERENTE, COM ASPECTO, COR E CHEIRO CARACTERISTICOS. NAO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, PENAS E CARCACAS. INSPENCAO ESTADUAL E FEDERAL E PRAZO DE VAL	KG	420	R$ 14,0000	5.880,00	SEARA
149	995462	SORVETE DE MASSA, OBTIDO A PARTIR DA MISTURA DE GORDURAS E PROTEINAS, COM ACRESCIMO DE LEITE, ATRAVES DE PROCESSO TECNOLOGUCO ADQUADO, ADMITINDO ADIÇÃO DE ADITIVOS PERMITIDOS, DE VARIOS SABORES, BALDE DE 10 LITROS.	UND	309	R$ 69,5000	21.475,50	ZERO GRAL
151	992105	SUCO CONCENTRADO SABOR DE ABACAXI- BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	226	R$ 4,3000	971,80	DA FRUTAS

152	498679	SUCO CONCENTRADO SABOR DE GOIABA- BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	184	R$ 4,3000	791,20	DA FRUTAS
155	498682	SUCO CONCENTRADO SABOR UVA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	335	R$ 4,8500	1.624,75	DA FRUTAS
157	992112	TANGERINA - PONKAN , DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA.	KG	502	R$ 7,8700	3.950,74	GOIANO
158	991846	TEMPERO - COMPLETO , SAL,POLPA DE ALHO, PEMENTA JALAPENA, PIMENTA DO REINO BRANCA, CEBOLA, MANJERICAO, OLEO VEGETAL, REALCADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO , 300 G	PACOTE	337	R$ 2,9700	1.000,89	MIKA
159	994793	TEMPERO BAIANO- 15GR COMPOSTO DE OREGANO, ACAFRAO, COENTRO, PIMENTA DO REINO MOIDA E COMINHO EM PO.	UND	172	R$ 2,8900	497,08	MIKA
160	991926	TEMPERO COMPLETO 500 GR	UND	339	R$ 3,2500	1.101,75	DIO JONAS
161	991936	TEMPERO EM PO - SACHE SABORES DIVERSOS, SACHE 10 GRAMA	UND	432	R$ 2,9900	1.291,68	MIKA
163	991968	UVA - DE QUALIDADE APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITE SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS, E EM BOM ESTADO DE CONSERVACAO.	KG	397	R$ 19,7600	7.844,72	GOIANO
164	346215	VAGEM - FRESCA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA ISENTA DE MATERIAL TERROSO, SEM MANCHAS, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZADAS.	KG	302	R$ 11,3700	3.433,74	GOIANO
166	498685	VINAGRE DE VINHO TINTO- RESULTANTE DA FERMENTACAO ACETICA DO VINHO, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ACIDOS ORGANICOS E MINERAIS ESTRANHOS,LIVRE DE SUJIDADES,MATERIAL TERROSO ,E DETRITOS DE ANIMAIS E VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLASTICO DE 750ML	FRASCO	288	R$ 5,3000	1.526,40	GALO

2A COMERCIO E SERVICO LTDA - EPP CNPJ: 40.006.311/0001-82

VALOR GLOBAL **R$**: 207.232,24 (duzentos e sete mil, duzentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	498523	ABACATE QUINTAL - DE PRIMEIRA , TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA , SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE .	KG	232	R$ 5,3500	1.241,20
2	992002	ABACAXI PEROLA- FRESCO, EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO , NAO SERAO PERMITIDOS DANOS QUE LHE ALTEREM A CONFORMACAO E A APARENCIA NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES .	UND	502	R$ 5,3900	2.705,78
3	992003	ABOBORA KABOTIA- MADURA SELICIONADA FRESCA, COMPACTA, FIRME , COLORACAO UNIFORME , AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE , EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO . NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES , PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES.	KG	512	R$ 2,5500	1.305,60
4	992004	ABOBRINHA VERDE- GRANDE , SELICIONADA FRESCA, COMPACTA, FIRME , COLORACAO UNIFORME , AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE , EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO .NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES , PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES.	KG	382	R$ 3,0500	1.165,10
6	992006	ACELGA- FRESCA, EXTRA, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E COMPACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, ISENTA DE ANORMALIDADES, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTELIZANTES LIVRE DE AGROTOXICO, PESANDO APROXIMADAMENTE QUILOGRAMA	KG	297	R$ 8,9900	2.670,03
12	991911	ALHO NACIONAL	KG	531	R$ 14,7500	7.832,25
21	346877	BANANA FRITAR - DE QUALIDADE, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCAS , SEM RUPTURAS, COM TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICO E MECANICOS, ISENTA DE PARTES PUTRIDAS.	KG	524	R$ 5,5700	2.918,68
22	991961	BANANA MACA - DE QUALIDADE, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCAS , SEM RUPTURAS, COM TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FISICO E MECANICOS, ISENTA DE PARTES PUTRIDAS.	KG	9360	R$ 4,0400	37.814,40
23	991909	BANANA NANICA EM PENCA	KG	752	R$ 3,5900	2.699,68
24	991912	BATATA - INGLESA, LISA	KG	1420	R$ 2,8700	4.075,40
25	991950	BATATA DOCE -GRAUDA SELICIONADA FRESCA, COMPACTA, FIRME , COLORACAO UNIFORME , AROMA, COR, TIPICOS DA ESPECIE , EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO .NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES , PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES.	KG	926	R$ 3,1400	2.907,64
28	991951	BETERRABA - ESPECIAL, TIPO SELECIONADA FRESCA, COMPACTA, FIRME COLORACAO UNIFORME , AROMA , COR, TIPICOS DA ESPECIE , EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO.NECESSITAM ESTAR ISENTAS DE SUJIDADES, PARASITAS, RACHADURAS,CORTES E PERFURACOES	KG	700	R$ 2,6500	1.855,00
47	991913	CEBOLA - BRANCA	KG	1170	R$ 4,0000	4.680,00
87	991962	LARANJA PERA - DEVERÁ SER FRESCA, COM GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO NO TRANSPORTE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA. AS FRUTAS NÃO PODERÃO APRESENTAR MANCHA.	KG	9810	R$ 2,8900	28.350,90
101	991963	MACA VERMELHA NACIONAL - AS MACAS DEVEM SE APRESENTAR: INTEIRAS; SÃS; LIMPAS, PRATICAMENTE ISENTAS DE MATÉRIAS ESTRANHAS E IMPUREZAS VISÍVEIS; ISENTAS DE PARASITAS, DE UMIDADE E DE ODORES ESTRANHOS; TAMANHO MEDIO	KG	9567	R$ 8,6000	82.276,20
106	992067	MANDIOCA PROCESSADA- TIPO BRANCA , EMBALADA EM SACO PLASTICO , COM ASPECTO UNIFORME NA COLORACAO , FIRME E INTACTA , LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	KG	357	R$ 6,7400	2.406,18
111	346355	MELAO - DE PRIMEIRA QUALIDADE, AMARELO, UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO, FRUTAS FIRMES, LIMPAS E MADURAS, SEM MACHUCADOS.	KG	352	R$ 7,1200	2.506,24

124	992087	PEPINO -TIPO CAIPIRA SELECIONADO FRESCO ,DE OTIMA QUALIDADE, COMPACTA, FIRME ,COLORACAO UNIFORME ,AROMA,COR, TIPICOS DA ESPECIE , EM PERFEITO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO.NECESSITA ESTAR ISENTA DE SUJIDADES , PARASITAS, RACHADURAS, CORTES E PERFURACOES.	KG	434	R$ 4,2000	1.822,80
128	992090	PIMENTAO VERDE- EXTRA DE OTIMA QUALIDADE , GRANDE , SEM LESOES, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICOS ATOXICOS, PESO POR KILO	KG	214	R$ 9,8900	2.116,46
141	991915	REPOLHO - VERDE	KG	1250	R$ 4,9900	6.237,50
162	991916	TOMATE - MADURO, BOA QUALIDADE, COM POLPA FIRME E INTACTA	KG	1380	R$ 5,5400	7.645,20

COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP CNPJ: 02.545.557/0001-33

VALOR GLOBAL **R$**: 235.938,58 (duzentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
14	498586	AMIDO DE MILHO- PACOTE 1KG PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DO MILHO, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, COM UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO IMPERMEAVEL , FECHADO	KG	238	R$ 8,2300	1.958,74
26	992130	BATATA PALHA, CONTENDO 500 GRAMAS,COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PACOTE	331	R$ 13,8500	4.584,35
33	992021	BISCOITO TIPO ROSQUINHA DE LEITE - SEM RECHEIO -COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, ACONDICIONADA EM CX DE PAPELAO REFORCADA , CX 15 UNDX800G	CAIXA	529	R$ 180,0000	95.220,00
34	991997	BOMBOM - BOMBOM 20G, EM EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO, A CONTA	UND	523	R$ 58,8000	30.752,40
52	991931	CHA MATE 250 GRAMA	UND	4586	R$ 6,2000	28.433,20
55	346948	COCO RALADO SECO SEM ACUCAR. 250 GR. DEVERÁ SER ELABORADO COM ENDOSPERMA PROCEDENTE DE FRUTOS SÃOS E MADUROS NÃO PODERÁ APRESENTAR CHEIRO ALTERADO OU RANÇOSO, COM ASPECTOS DE FRAGMENTOS SOLTOS E DE COR BRANCA.	UND	242	R$ 8,0500	1.948,10
61	992046	ERVILHA LATA DE 200 GR - EM CONSERVA SIMPLES, INTEIRA, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES	UND	644	R$ 3,9500	2.543,80
65	991947	EXTRATO DE TOMATE CAIXA 24 X 1- CONCENTRADO EMBALAGEM TIPO “TETRA REX” (CAIXINHA), 140G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	CAIXA	198	R$ 38,6000	7.642,80
67	991933	FARINHA DE MANDIOCA - SECA,FINA,LIGEIRAMENTE TORRADA, ESCURA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO,ATOXICO	KG	437	R$ 6,5000	2.840,50
68	346431	FARINHA DE MILHO - TIPO FLOCAO. EMBALAGEM PLASTICA COM 500G COM INDETIFICACAO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE.	PACOTE	267	R$ 2,9000	774,30
69	991957	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL,OBTIDA DO TRIGO MOIDO,DE COR BRANCA,ISENTA DE SUJIDADE FARDO 10 X1. VALIDADE MINIMA DE 3 MESES	FARDO	287	R$ 54,3800	15.607,06
71	346819	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 1KG - PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO, DESGERMINADO E SÃO, ISENTO DE MATÉRIA PRIMA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS; VALIDADE MINIMA 3 MESES	PACOTE	20	R$ 5,4900	109,80
75	991958	FERMENTO BIOLOGICO - FERMENTO BIOLOGICO (PARA PAO), EMBALAGEM DE 125G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE.	UND	292	R$ 9,6500	2.817,80
89	499893	LEITE DE COCO - FRASCO 200 ML, NATURAL CONCENTRADO ACUCARADO, OBTIDO DO ENDOSPERMA DE COCO, PROCEDENTE DE FRUTOS SAOS E MADUROS	FRASCO	302	R$ 2,8500	860,70
90	346444	LEITE DE SOJA- (6 UND X1LT)ALIMENTO PREPARADO A BASE DE SOJA SE, LACTOSE, SEM COLESTEROL, EMBALAGEM DE 1LT TIPO TERRA PACK, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE.	UND	132	R$ 66,3000	8.751,60
91	498646	LEITE DE SOJA - LIQUIDO,PREPARADO A BASE DE SOJA,SEM LACTOSE,SEM COLESTEROL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO,DOS PRODUTO,DOS INGREDIENTES,INFORMACOES NUTRICIONAIS,DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE.	LITRO	162	R$ 11,0500	1.790,10
93	498651	LEITE EM PO DE SOJA - EM PO ,EMBALAGEM ADEQUADA AO PRODUTO, PROTEINA ISOLADA DA SOJA, ISENTO DE SACAROSE E LACTOSE ,COM VITAMINAS E MINERAIS,NA EMBALAGEM DEVERA TER IDENTIFICACAO DO FABRICANTE , LATA DE 300G	UND	62	R$ 20,2800	1.257,36
102	498658	MACARRAO DE ARROZ SEM GLUTEN - MASSA ALIMENTICIA - TIPO PARAFUSO, SEM OVOS, SEM MILHO, SEM GLUTEN, COR, ODOR, SABOR E TEXTURA CARACTERISTICA, PESANDO 500 G.	PACOTE	332	R$ 4,9900	1.656,68
113	992081	MILHO PARA CANJICA, 500G, AMARELA, TIPO 01, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO, ISENTO DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MÁXIMA DE 14% POR PESO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, TIPO 1. EMBALAGEM,	PACOTE	202	R$ 3,7500	757,50
115	992082	MILHO VERDE EM CONSERVA - SIMPLES, GRAOS INTEIROS, IMERSO EM LIQUIDO DE COBERTURA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, ACONDICIONADO EM LATA COM 200 GRAMAS, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO PESO LIQUIDO O PRODUTO DRENADO	UND	953	R$ 3,8900	3.707,17
119	992085	OREGANO -PACOTE DE 100 GRAMAS EM FOLHAS SECAS, OBTIDO DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAO E LIMPOS, DE COLORACAO VERDE PARDACENTA, COM CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIO, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE.	PACOTE	302	R$ 8,5000	2.567,00
131	992092	POLVILHO AZEDO PACOTE DE 500GR, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE,ATOXICO, ISENTO DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS.	PACOTE	212	R$ 7,1000	1.505,20
140	991975	REFRIGERANTE - EM EMBALAGENS TIPO PET DE 2 LITROS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, A CONTAR DA DATA DA ENTREGA. EMBALAGEM: (6 X 1)	FARDO	269	R$ 34,4000	9.253,60
150	498678	SUCO CONCENTRADO SABOR CAJU - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	242	R$ 4,1500	1.004,30

154	498681	SUCO CONCENTRADO SABOR MARACUJA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	312	R$ 6,2500	1.950,00
156	992111	SUCO EM PO 1 KG - SUCO EM PO ADOCADO, SABORES DIVERSOS, REDIMENTO 10 LITROS, EM EMBALAGENS PLASTICAS ATOXICAS, COM 25G DO PRODUTO, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRI.	UND	532	R$ 10,6100	5.644,52

MONTORO CARVALHO - COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI **CNPJ:** 37.674.131/0001-64

VALOR GLOBAL **R$**: 1.056.111,81 (um milhão e cinquenta e seis mil, cento e onze reais e oitenta e um centavos)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
9	991978	ACUCAR - BRANCO PURO PACOTE DE 2 KG	PACOTE	3885	R$ 6,3000	24.475,50	BARRALCOOL
19	992013	AZEITONA VERDE - EM CONSERVA, INTEIRA COM CAROCO, IMERSA EM LIQUIDO, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, ACONDICIONADA EM VIDRO DE 500 G, COM IDENTIFICACAO DO FABRICANTE	UND	510	R$ 8,8100	4.493,10	CAMPO BELO
20	991976	BALA MASTIGAVEL (MOLE) - EM EMBALAGENS PLASTICA DE 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MINIMA DE 1 ANO A CONT	PACOTE	554	R$ 9,5300	5.279,62	ERLAN
30	992074	BISCOITO - DOCE MAIZENA, PACOTE DE 400 G, DUPLA FACE DE POLIETILENO ATOXICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES.	PACOTE	3117	R$ 4,9900	15.553,83	DALLAS
32	991993	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - 400G, SABOR CHOCOLATE,COMPOSICAO BASICA COM FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR,OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS,ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP	PACOTE	446	R$ 5,3900	2.403,94	RANCHEIRO
35	992382	CAFE - EM PO PACOTE DE 250 GR	PACOTE	18550	R$ 5,8400	108.332,00	BRASILEIRO
36	992026	CANELA EM PO - PACOTE DE 30G OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS SAS E LIMPAS ,DE COLORACAO PARDO AMARELADA OU MARRON CLARO ,COM ASPECTO CHEIRO AROMATICO E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE,	PACOTE	564	R$ 2,7000	1.522,80	PALAVITA
37	991940	CARNE BOVINA - TIPO ALCATRA	KG	1642	R$ 44,9800	73.857,16	FRIGOBOM
38	991942	CARNE BOVINA - TIPO BISTECA	KG	992	R$ 36,9400	36.644,48	FRIGOBOM
39	501212	CARNE BOVINA - TIPO COSTELA, TIRAS, RESFRIADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA COM ASPECTO,COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO	KG	1212	R$ 25,9400	31.439,28	FRIGOBOM
40	991941	CARNE BOVINA - TIPO COXAO MOLE (BIFE)	KG	1382	R$ 39,6400	54.782,48	FRIGOBOM
41	991917	CARNE BOVINA - TIPO MOIDA, DIANTEIRA SEM OSSO, TIPO PALETA OU ACEM,SEM PELANCA, SEM GORDURA,CONGELADA,ISENTA DE SEBO, LIMPA, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIOS, EM EMBALAGEM APROPRIADA,SEM SUJIDADES E ACAO DE MICROBIOS,INSPECIONADA PELO	KG	1522	R$ 35,9400	54.700,68	FRIGOBOM
42	346863	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA - ASPECTO NAO AMOLECIDA, NEN PEGAJOSA SEM MANCHAS ESVERDEADA OU PARDACENTAS. CONSTANDO O NUMERO DE INSCRICAO DO SIF OU SIE	KG	472	R$ 44,4900	20.999,28	FRIGOBOM
43	346286	CARNE BOVINA EM PEDACOS - CARNE DE SEGUNDA SEM OSSO. ASPECTO NAO AMOLECIDA, NEN PEGAJOSA SEM MANCHAS ESVERDEADA OU PARDACENTAS. CONSTANDO O NUMERO DE INSCRICAO NO SIF OU SIE	KG	1216	R$ 36,9800	44.967,68	FRIGOBOM
44	991944	CARNE SUINA - TIPO BISTECA	KG	817	R$ 20,9800	17.140,66	SUINUTRI
45	992031	CARNE SUINA - TIPO LOMBO, EM CUBO, CONGELADO, SEM OSSO, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ATOXICO	KG	942	R$ 19,9800	18.821,16	SUINUTRI
46	991943	CARNE SUINA - TIPO PALETA	KG	367	R$ 18,9800	6.965,66	
50	992123	CHA DE ERVA DOCE - SEMENTES, NATURAL, SABOR E COR CARACTERISTICOS, EM EMBALAGENS PLASTICAS DE 10G.	CAIXA	5687	R$ 1,9800	11.260,26	PALAVITA
74	8442	FEIJAO PRETO - TIPO 1, EMBALAGEM DE 1KG COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, ROTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MINIMA DE 6 MESES. FARDO DE 30KG	FARDO	224	R$ 215,0000	48.160,00	KI CALDO
77	992052	FILE DE FRANGO-SEMI PROCESSADO,CONGELADO, SEM OSSO E SEM PELE , SEM TEMPERO, COM ASPECTO,COR E SABOR PROPRIO, SEM MANCHAS E PARASITAS , EMBALADA, SELADA EM SACO PLASTICO VIRGEM, TRANSPARENTE E ATOXICO	KG	1477	R$ 21,2100	31.327,17	BELLO

78	991921	FRANGO SEMI - PROCESSADO - COXINHA DA ASA	KG	597	R$ 14,0000	8.358,00	BELLO
88	992059	LEITE CONDENSADO - LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM TIPO TETRA REX (CAIXINHA) DE 395G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA	CAIXA	492	R$ 6,9000	3.394,80	CCGL
92	992075	LEITE DESNATADO UHT: CX 12 X 1 LITROS	CAIXA	177	R$ 84,9900	15. 043,23	ITALAC
95	992071	LEITE INTEGRAL UHT CX DE 12 LITROS	CAIXA	785	R$ 84,0000	65. 940,00	HELOISA
98	991922	LINGUICA - TIPO MISTA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRORPIOS, RESFRIADA, EMBALADA A VACUO	KG	587	R$ 19,5000	11. 446,50	NUTRIBRAS
100	992064	LINGUICA DE FRANGO - LINGUICA DE CARNE DE FRANGO TIPO PURA, EMBALAGEM PROPRIA.CONTENDO CERTIFICADO SANITARIA, SELO DA INDUSTRIA, IDENTIFICACAO DO PRODUTO PESO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE CARIMBOS COM MINISTERIO DA AGRICULTURA E ANVISA	KG	162	R$ 18,0000	2.916,00	BELLO
103	991934	MACARRAO TIPO ESPAGUETE COM OVOS, PACOTE 500 GRAMA	PACOTE	1011	R$ 3,3000	3.336,30	LIANE
108	499895	MANTEIGA COM SAL POTE 500ML - DE PRIMEIRA LINHA EM POTE PLASTICO ATOXIDO COM PROTECAO DE PAPEL ALUMINIZADOAPOS A TAMPA E COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO	UND	366	R$ 30,0000	10. 980,00	RELIQUIA
116	992084	MUSSARELA - QUEIJO TIPO MUSSARELA COM REGISTRO NO SIF,SISE/MT OU SIM, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA,CHEIRO PROPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO E RESFRIADO.	PACOTE	1297	R$ 69,9800	90. 764,06	LITORAL
117	991905	OLEO COMESTIVEL - DE SOJA, CX 20 UNIDADES, OBTIDO DE ESPECIE VEGETAL, ISENTO DE RANCO E SUBSTANCIAS ESTRANHAS-	CAIXA	722	R$ 159,0000	114. 798,00	LIZA
118	992070	OLEO DE SOJA REFINADO EMBALADO 900ML	UND	1657	R$ 7,9500	13. 173,15	LIZA
122	498578	PEIXE - TIPO PINTADO,EM FILÉS, PRODUTO CRU COM ASPECTO , COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, LIMPO, ISENTO DE TECIDOS INFERIORES COMO: OSSOS, CARTILAGENS, GORDURAS, TENDOES, E ETC, RESFRIADO, EMBALADO A VACUO, OU EM FILME PVC OU PLASTICO ATOXICO	KG	482	R$ 75,0000	36. 150,00	BELLO
136	991991	QUEIJO TIPO MUSSARELA	KG	767	R$ 66,9800	51. 373,66	
144	991948	SAL REFINADO - PACOTES DE 1 KG. IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS, NÃO PEGAJOSO OU EMPEDRADO, VALIDADE NO MINIMO 1 ANO.	PACOTE	596	R$ 1,8500	1.102,60	NOTA 10
145	992101	SALSICHA -TIPO HOT DOG,COMPOSTA DE CARNE DE FRANGO, COM CONDIMENTOS TRITURADOS, MISTURADOS E COZIDOS,COM ASPECTO CARACTERISTICO E BOA QUALIDADE, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,AC. EM EMBALAGEM DE SISTEMA A VACUO, INSPECIONADA SIF	KG	419	R$ 13,5000	5.656,50	BELLO
147	498676	SARDINHA - PESCADO EM CONSERVA - PREPARADOS COM PESCADO FRESCO,LIMPO,VISCERADO, APRESENTACAO: INTEIRA COM ESPINHA, CONSERVADO EM MOLHO DE TOMATE, COM ASPECTO COR CHEIRO E SABOR PROPRIO, LATA 250GR	UND	767	R$ 6,3700	4.885,79	88
153	498680	SUCO CONCENTRADO SABOR LARANJA - BENZOATO DE SODIO E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, INTEGRAL, SEM AGUA, SEM ACUCAR,FRUTAS FRESCAS E SELECIONADA.FRASCO DE 500ML	FRASCO	362	R$ 4,9900	1.806,38	DA FRUTA
165	340181	VINAGRE DE MACA - PRODUTO NATURAL, FERMENTADO ACÉTICO SIMPLES, ISENTO DE CORANTES ARTIFICIAIS, ÁCIDOS ORGÂNICOS E MINERAIS ESTRANHOS, LIVRES DE SUJIDADE, MATERIAL TERROSO E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO DE 750 ML.	FRASCO	418	R$ 4,4500	1.860,10	NEVAL

Departamento de Licitações e Contratos.

Paranatinga – MT, em 04 de outubro de 2022.

LICITAÇÃO
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2022.

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº **15.023.971/00001-24**, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados, que formalizou o processo de **Adesão a Ata de Registro de Preços n°. 068/2022**, correspondente ao Pregão **Presencial nº 084/2022/ Administração**, realizado pelo órgão, Prefeitura Municipal de Juara/MT. **Objeto:** oRegistro de Preço **contratação de empresa especializada em**

operação de sistema de cartões, para aquisição de combustíveis, lubrificantes, aditivos e óleos, operada através de sistema via web próprio da contratada, compreendendo o orçamento do objeto através das redes de lojas credenciadas, conforme as necessidades das Secretarias Municipais tais como: Gabinete do Prefeito, Educação e Cultura, Assistência Social, Administração e Planejamento, Finanças, Meio Ambiente, Turismo, Industria e Comercio, Agricultura, Obras Serviços Urbanos e Transportes em atendimento das demandas do Município de Paranatinga/MT.

Empresa detentora: VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA 03. 817.702/0001-50.

Valor total:**R$:** 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais).

- TAXA ADMINISTRATIVA: **0,00% (Zero Por cento).**

- TAXA A SER COBRADA PELA EMPRESA OPERADORA DE CARTÕES DOS FORNECEDORES CREDENCIADOS: **3,00% (Três por cento).**

Presidente da CPL Devenilson da Silva.

Paranatinga – MT, em 25 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 552/2022 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA, NA AVENIDA ROBERTO CARNEIRO ASSUNÇÃO NA VILA GARÇA BRANCA.

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, **PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o senhor **Vitor César Silva Itacarambi**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **fiscal de obras/serviços,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 114/2022, Concorrência 001/2022, recursos próprios, firmado com a Empresa Construtora Amil Ltda, inscrita no CNPJ 20.119.762/0001-19, que tem como objeto: **Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, na Avenida Roberto Carneiro Assunção na Vila Garça Branca.**

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

DECRETO Nº 220/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO a Lei nº 1.417, de 25 de outubro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 961. 000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.04.122.0001.2.025. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS

77 - 3.1.90.04.00.00 1 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.361.0009.2.097. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O

FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

506 - 3.1.90.11.00.00 31 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 885.000,00

CIVIL

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.13.122.0001.2.026. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA,

DESPORTO

310 - 3.3.90.14.00.00 1 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

311 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 14.000,00

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação Parcial e/ou Total da dotação, em consonância com disposto no art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.452.0004.1.011. PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE

VIAS PÚBLICAS

95 - 4.4.90.51.00.00 1 OBRAS E INSTALAÇÕES 76.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.361.0009.2.097. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O

FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

509 - 3.1.90.04.00.00 31 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 885.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.417/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.04.122.0001.2.025. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS

77 - 3.1.90.04.00.00 1 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 50.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.361.0009.2.097. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O

FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

506 - 3.1.90.11.00.00 31 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL 885.000,00

CIVIL

09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

09.001.13.122.0001.2.026. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE CULTURA,

DESPORTO

310 - 3.3.90.14.00.00 1 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL 12.000,00

311 - 3.3.90.30.00.00 1 MATERIAL DE CONSUMO 14.000,00

Art. 2º Para cobertura do referido crédito fica utilizado recurso proveniente de Anulação Parcial e/ou Total da dotação, em consonância com disposto no art. 43, § 1° inciso III da Lei 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.452.0004.1.011. PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE

VIAS PÚBLICAS

95 - 4.4.90.51.00.00 1 OBRAS E INSTALAÇÕES 76.000,00

07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.001.12.361.0009.2.097. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O

FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

509 - 3.1.90.04.00.00 31 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 885.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1416/2022 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AUXÍLIO-SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Dispõe sobre a criação de auxílio-saúde aos servidores públicos no âmbito da Câmara Municipal de Pedra Preta-MT, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1° Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Pedra Preta, o auxílio-saúde aos servidores públicos.

Art. 2° Farão jus ao auxílio-saúde, os servidores efetivos e comissionados, ativos do quadro de pessoal da Câmara Municipal.

Art. 3° O benefício regulamentado nesta lei, de caráter indenizatório, destina-se a contribuir, por meio de ressarcimento parcial, às despesas decorrentes de gastos relativos à saúde.

§ 1º O auxílio-saúde será devido em cota única, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) mensais, para custeio das despesas descritas no caput, que será atualizado anualmente, sempre no mês de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, por ato administrativo da Presidência.

§ 2º Os valores contratualizados com planos ou seguro de saúde, que excedam ao valor do auxílio, de natureza indenizatória, são de responsabilidade do membro ou servidor beneficiário.

Art. 4º O auxílio-saúde será concedido àqueles que formalizarem requerimento para pagamento do benefício, instruído com os seguintes documentos:

I - declaração que não percebe qualquer outra forma de auxílio ou benefício dessa natureza;

II - apresentar o comprovante de inscrição na qualidade de titular em planos ou seguros de saúde.

§ 1º O auxílio-saúde será pago a partir da data de inscrição, caso aprovada, ou do início da vigência do plano ou seguro de saúde, quando posterior àquela.

§2º A inscrição que se refere o inciso II do caput deste artigo se trata exclusivamente de planos ou seguros de saúde, não se enquadrando convênios de descontos ou outros semelhantes.

§3º A aprovação da inscrição para pagamento do benefício dar-se-á pela Presidência.

Art. 5º O beneficiário do auxílio-saúde deverá apresentar, obrigatoriamente, a cada 12 (doze) meses, contados da data da percepção da primeira parcela do benefício, a comprovação efetiva da inscrição no plano ou seguro durante este período.

Parágrafo único. A comprovação dar-se-á com a apresentação de quitação de boletos bancários, recibos e/ou notas fiscais emitidos pelas empresas operadoras de plano ou seguro saúde ou outros meios correlatos.

Art. 6º O beneficiário do auxílio-saúde terá o benefício suspenso nos seguintes casos:

I - afastamento para exercício de mandato eletivo;

II - afastamento para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em outro órgão;

III - acompanhamento de cônjuge ou companheiro por prazo indeterminado, salvo nos casos de licença por motivo de doença em pessoa da família;

IV - licença para tratar de interesse particular.

Art. 7º Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a não apresentação dos documentos comprobatórios a que se refere o art. 5º desta lei, no prazo estipulado, acarreta a suspensão do benefício até a devida regularização.

§ 1º Caso a regularização não ocorra dentro de 30 (trinta) dias após o termo final, o beneficiário ficará sujeito à devolução das parcelas recebidas indevidamente, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

§ 2º O restabelecimento do benefício dar-se-á a contar da data da regularização da prestação de contas.

§ 3º No caso de devolução de parcelas recebidas indevidamente, o pagamento do benefício será restabelecido após a quitação total do saldo devedor.

Art. 8º O beneficiário terá o auxílio-saúde cancelado, *ex offício*, quando ocorrer:

I - afastamento definitivo, tais como: exoneração, vacância, rescisão, demissão e falecimento;

II - comprovação da prestação de informações falsas pelo beneficiário;

III - recebimento em duplicidade ao qual o beneficiário tenha dado causa;

IV - fraude.

§ 1º Nos casos de afastamento definitivo que ocorrerem antes do período estipulado no art. 5º desta lei, o beneficiário ou o herdeiro do *de cujus* deverá realizar a comprovação do período que se encontrava inscrito no plano ou seguro de saúde, em até 10 (dez) dias a partir da data da publicação do Ato/Portaria ou da data do falecimento, sob pena de tê-lo descontado nas verbas rescisórias.

§ 2º O cancelamento do benefício, nos casos dos incisos II, III e IV, ocorrerá sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 9º É facultado ao beneficiário solicitar, expressamente, a qualquer tempo o desligamento/cancelamento do benefício.

Art. 10. O beneficiário perderá o auxílio-saúde nas hipóteses de ser colocado em disponibilidade por decisão disciplinar administrativa ou judicial.

Art. 11. O beneficiário que, após o prazo estabelecido no § 1º do art. 7º desta Lei, não comprovar o disposto no art. 5º desta norma, deverá restituir os valores percebidos indevidamente do benefício.

Art. 12. O auxílio-saúde será custeado pela Câmara Municipal, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 13. O benefício tratado nesta Lei:

I - não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração para quaisquer efeitos, inclusive para concessão de gratificação natalina;

II - não se configurará como rendimento tributável e nem constituirá base para incidência de contribuição previdenciária;

III - não poderá ser percebido com outro auxílio ou benefício de mesmo título ou por idêntico fundamento;

IV - não integrará a base de cálculo para margem consignável.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 219/2022 - AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2022.

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Anual do exercício de 2022.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e das que lhes foram conferidas na Lei Orçamentária nº 1323/2021 de 23 de dezembro de 2021 decreta:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ R$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento Anual do exercício de 2022, para reforço das seguintes dotações:

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.04.122.0001.2.025. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS

87 - 3.3.90.93.00.00 1 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 5.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento/Anulação de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

05.001.15.452.0004.1.011. PAVIMENTAÇÃO, RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DE

VIAS PÚBLICAS

95 - 4.4.90.51.00.00 1 OBRAS E INSTALAÇÕES 5.000,00

Total Redução: 5.000,00

Art. 3º Fica alterado o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual para o exercício orçamentário vigente, nos termos do Crédito Adicional de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra Preta/MT, 25 outubro de 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 218/2022 - DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 48 DO DECRETO Nº 011/2021

DE 24 DE *OUTUBRO DE 2022*.

Dispõe sobre Alteração do Art. 48 do Decreto nº 011/2021 de 01 de fevereiro de 2021 que dispõe sobre a regulamentação da modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Município de Pedra Preta e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 48 do Decreto nº 011/2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 557/2022 - FÉRIAS REGULARES MARCELO TEIXEIRA MENDES CARVALHO

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de **06/02/2021 a 06/02/2022.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **Marcelo Teixeira Mendes Carvalho**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concursado como Agente de Vigilância, a serem usufruídas no período de 05/11/2022 **a 04/12/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 556/2022 - FÉRIAS REGULARES LUCIANA MARTINS BORGES DA SILVA

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

IRACI FERREIRA DE SOUZA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período de **16/01/2020 à 16/01/2021.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder FÉRIAS regulares a servidora **Luciana Martins Borges da Silva**, lotada na Secretaria Municipal de Coordenação Administrativa, ocupante do cargo Agente Administrativo, a serem usufruídas no período de 31/10/2022 à 19/11/2022 (20 dias) bem como pagamento de abono pecuniário referente aos 10 (dez) dias de férias, conforme disposto no artigo nº 72 da Lei Municipal nº 075/98 de 23 de Março de 1998.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 555/2022 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA NO BAIRRO CHICO SIMÃO

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, **PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o senhor **Vitor César Silva Itacarambi**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **fiscal de obras/serviços,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 120/2022, Concorrência 004/2022, recursos próprios, firmado com a Empresa Construtora Amil Ltda, inscrita no CNPJ 20.119.762/0001-19, que tem como objeto: **Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana no Bairro Chico Simão.**

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 554/2022 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA, NO BAIRRO JARDIM URUPÊS

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, **PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o senhor **Vitor César Silva Itacarambi**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **fiscal de obras/serviços,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 109/2022, Concorrência 002/2022, recursos da SINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), firmado com a Empresa Uns Construções Reformas e Alvenarias Eireli, inscrita no CNPJ 11.215.382/0001-97, que tem como objeto: **Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, no Bairro Jardim Urupês, através do Termo de Convênio nº 1443-2022/SINFRA.**

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 553/2022 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM URBANA, NO BAIRRO TRÊS IRMÃOS

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, **PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o senhor **Vitor César Silva Itacarambi**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **fiscal de obras/serviços,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 127/2022, Concorrência 003/2022, recursos da SINFRA (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), firmado com a Empresa Uns Construções Reformas e Alvenarias Eireli, inscrita no CNPJ 11.215.382/0001-97, que tem como objeto: **Pavimentação Asfáltica e Drenagem Urbana, no Bairro Três Irmãos, através do Termo de Convênio nº 1388-2022/SINFRA.**

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 551/2022 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS - REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MARIA PEREIRA.

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

IRACI FERREIRA DE SOUZA, **PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR o senhor **Vitor César Silva Itacarambi**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **fiscal de obras/serviços,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 097/2022, Tomada de Preço 007/2022, recursos próprios, firmado com a Empresa José Roberto do Nascimento - ME, inscrita no CNPJ 01.723.650/0001-28, que tem como objeto: **Reforma da Escola Municipal José Maria Pereira.**

Art.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022.

IRACI FERREIRA DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2022/SME.

Dispõe sobre alteração da alínea a do art. 6º da Instrução Normativa nº 001/2022/SME que dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou hora/aula do Professor, e do regime jornada de trabalho do Monitor da Educação Infantil, Contínua/Merendeira, Secretário Escolar e Agente de Vigilância, pertencentes ao quadro efetivo da Rede Pública Municipal de Ensino para o Ano Letivo de 2023 e demais providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por leis e nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei nº. 9394/1996, Lei de Diretrizes e Base/LDB, Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 FUNDEB, Decreto Federal nº 6.094/2007, as Leis Municipais, Lei Orgânica do Município, Lei nº 075/98, Regimento Jurídico Único do Município, Lei nº 856/2015 Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCS e Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular/BNCC, Decretos: nº 009/2016 de 19 de janeiro de 2016 que dispõe sobre o enquadramento dos Professores da Rede Municipal de Ensino de Pedra Preta/MT, de vinte e cinco horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais e DECRETO Nº 008/2016 DE 19 de janeiro de 2016 que dispõe sobre o enquadramento dos professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Pedra Preta/MT, da carga horária de trinta e oito horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais;

CONSIDERANDO o Evento previsto para o dia 27/10/2022, às 16h, no Parque da Lagoa, em comemoração ao dia do Servidor Público.

RESOLVE:

Art. 1º A alínea a do art. 6º da Instrução Normativa nº 002/2022/SME, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. O processo de atribuição de classes e/ou aulas e Regime Jornada de Trabalho dos Profissionais ocorrerá em 4 (quatro) etapas:

a. Dia 7/11/2022 a partir das 16h30, atribuição de classes e/ou aulas e Regime Jornada de Trabalho dos Profissionais da Educação por Unidade de Ensino obedecendo à ordem de pontuação e classificação

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Pedra Preta/MT, 25 de outubro de 2022.

Vilmar Gregório Garcia

Secretario Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 036/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 036/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria Municipal nº 239 de 07 de fevereiro de 2022, faz saber que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico - SRP nº 031/2022, regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 040/2008, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para seleção da melhor proposta pelo **Menor Preço Por Lote** objetivando: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE E MATERIAIS ESPORTIVOS CONFORME CONVÊNIO Nº 0415/2021, PROCESSO Nº279951/2021 RECURSOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FUNDED/MT PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

Início da Sessão será dia **11/11/2022 - Horário: 13:30 horas** (horário de Brasília). Acolhimento das propostas eletrônicas: das 08:00h do dia 26/10/2022 às 18:00h do dia 10/11/2022 através do site www.bll.org.br. O Edital completo poderá ser adquirido no endereço abaixo ou baixado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone: (66) 3575-5100 ou na Sala de Licitações no Paço Municipal Milton José Santana, situado a Rua Ministro César Cals, nº 226, Centro, Peixoto de Azevedo/MT, CEP: 78.530-000 e também pelo suporte da BLL (41) 3042-9909.

Peixoto de Azevedo/MT, 25 de outubro de 2022.

Juliane Semensate Silva

Pregoeira Suplente

PORTARIA Nº 2240, DE 24 DE OUTURO DE 2022.

PORTARIA Nº 2240, DE 24 DE OUTURO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art.1º- Nomear, o Senhor **WICTOR HIAGO DE FREITAS,** portador da Cédula de Identidade RG nº 2637736-5 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 059.996.121.01, para exercer o cargo em comissão de **Coordenador do Setor de Fiscalização Ambiental**, do Departamento de Análise Ambiental, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Mineração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, nos termos do dispositivo no artigo 8º, XI, "b", "I", da Lei Complementar nº 85, de 29 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de outubro de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 24 de Outubro de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1.199/2022.

LEI MUNICIPAL Nº 1.199, DE 07 DE OUTUBRO DE 2022.

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2023 do município de Peixoto de Azevedo e dá outras providências".

O SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º -São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2023, da administração pública direta e indireta do Município de Peixoto de Azevedo, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Peixoto de Azevedo –PREVIPAZ compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII - as disposições sobre a dívida pública municipal;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Prioridades e Metas para 2023- ANEXO I, que faz parte integrante desta Lei, estando de acordo com o Plano Plurianual 2022-2025, obedecendo aos objetivos estratégicos traçados no mesmo, que deve observar as prioridades com:

I - Reduzir as desigualdades sociais e dar continuidade a transformação produtiva e extrativista ambientalmente sustentável e legal.

II - Promover acesso universal a saúde, a previdência e a assistência social assegurando equidade e qualidade de vida;

III - Propiciar acesso da população do município a educação, ao conhecimento, a cultura, ao esporte e ao desenvolvimento urbano.

IV - Garantir o desenvolvimento urbano de forma ordenada e social, assegurando o uso ordenado do solo e o respeito ao meio ambiente;

V - Democratização e aumento da eficiência da gestão pública e da excelência dos serviços prestados a sociedade, com base na melhoria da estrutura, transparência, controle sistemático dos recursos orçamentários e financeiros;

§ 1º-O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 2º-O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - A execução das ações vinculadas as metas e as prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II, devidamente acompanhado da Memória e Metodologia de Cálculo e Anexo de Riscos Fiscais – Anexo III, que integram a presente Lei.

Art. 3º - A Proposta Orçamentária para 2023 poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei e as identificadas no Anexo I, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Parágrafo único - Na elaboração do projeto, na aprovação e na execução da lei orçamentária não poderão ser estabelecidas prioridades diferentes das definidas no Anexo de metas e prioridades.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Art. 4º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2023, 2024, e 2025, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO II, com a respectiva metodologia de cálculo desta lei, que conterá ainda os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício 2019;

II - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

IV - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;

V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VI - Demonstrativo da Projeção atuarial do RPPS;

VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º - Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais - ANEXO III

§ 2º - O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º-Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de precatórios judiciais e a manutenção das atividades.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º-Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - **Programa**, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações visando à concretização dos objetivos pretendidos,

II - **Ação**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denomina por projeto, atividade ou operação especial;

III - **Projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - **Atividade,** um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental; e

V - **Operação Especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VI - **Unidade Orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - **Receita Ordinária**, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - E**xecução física**, a autorização para o que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - E**xecução financeira**, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, e estas, com identificação da classificação institucional, funcional programática, especificando os objetivos, metas físicas e financeiras.

§ 2º - As categorias de programação serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2023 do Município abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Peixoto de Azevedo - PREVIPAZ e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 7º - A Lei Orçamentária apresentará conjuntamente, a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria nº 42, de 15/04/1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, Portaria interministerial 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Interministerial nº 325 de 27 de agosto de 2001, Lei nº 14.113 de 20 de Dezembro de 2020, que dispõe sobre o FUNDEB, e a Consolidação das alterações de acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 06.08.2009, DOU 10.08.2009 e pela Portaria STN nº 467, de 06. 08.2009, DOU 10.08.2009., que consolida o Manual de Receitas e Despesas, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade NBC TSP 16 de 31 de Outubro de 2018, que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e Portaria nº 375 de 08 de julho de 2020 e Portaria nº 1.447 de 14 de junho de 2022, que apro-

va a 13º edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, para o exercício de 2023, e alterações posteriores.

Art. 8º -O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II - Projeto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados.

Parágrafo Único -Os demonstrativos orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, são os quadros e anexos exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos § § 1º, 2º e incisos do artigo 2º, e artigo 22 da Lei nº 4.320/64 a seguir discriminados:

I - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

II - Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei nº 4.320/64;

III - Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

IV - Natureza econômica - Consolidação Geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

V - Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

VI - Quadro das dotações por órgãos do governo: Poder legislativo e Poder Executivo;

VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade Orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4.320/64;

VIII - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - Anexo 7 da Lei n° 4.320/64;

IX - Quadro demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4.320/64;

X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da Lei n°4.320/64;

XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4.320/64;

XIV - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 9º -A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita;

II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas;

III - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e na saúde;

Art. 10 - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Planejamento e Fazenda do Município, até 31 de julho de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Parágrafo Único -As unidades orçamentárias serão agrupadas de acordo com as suas vinculações institucionais, entendidas como sendo o de maior nível de classificação institucional.

Art. 11 - O Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 12 - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, deverão estar acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos do cancelamento de dotações sobre a execução das atividades e dos projetos.

Art.13 - As programações dos Fundos: Municipal de Saúde, Assistência Social, da Criança e do Adolescente, de Habitação de Interesse Social, de Meio Ambiente, de Investimento Social, Fundo Municipal de Previdência Social e outros que vierem a ser criados serão abertos como Unidades Orçamentárias do órgão a que estiverem subordinados.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃODO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14 - A previsão da receita e fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrera preços correntes.

Art. 15 - A proposta orçamentária para o exercício de 2023 não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal, atendendo a um processo de planejamento permanente, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal.

Art. 16 - O orçamento anual do município abrangerá as administrações direta e indireta, sendo discriminado no orçamento fiscal e da seguridade social da administração direta o Poder Legislativo e Poder Executivo, com seus fundos e Órgãos. A administração indireta, compreendendo as Fundações e Autarquias.

Art. 17 - A Lei Orçamentária Anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade, evidenciando a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo

o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 18 - Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos do PPA e LDO, devendo o montante das despesas fixadas não exceder a previsão das receitas estimadas para o exercício.

Art. 19 - As Unidades Orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais deverão atender a estrutura vigente e considerar o aumento ou diminuição dos seus serviços.

Art. 20 - No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 2022.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 21 - Constituem-se requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do município, conforme dispõe o Art. 11 da LRF.

§ 1º - Constituem-se receitas do município aquelas provenientes de:

I - tributos de sua competência;

II - atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III - transferências por força de mandamentos constitucionais, transferências fundo a fundo, ou de convênios firmados com entidades privadas e órgãos governamentais em todas as esferas de governo;

IV - empréstimo tomado por antecipação da receita e de alguns serviços mantidos pela administração municipal.

§ 2º - A Reserva de Contingência será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

Art. 22 - Constará na proposta orçamentária o produto das operações de crédito, com destinação específica e vinculada ao projeto, obedecendo aos limites e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

Art. 23 - Nenhum compromisso será assumido sem que haja dotação orçamentária e recursos financeiros na programação de desembolso, atendendo, desta forma ao que dispõe a Lei Complementar 10l/2000 - equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal abrangerá as administrações direta e indireta.

Art. 25 - O Projeto de Lei do Orçamento para 2023 destinará recursos para atender, prioritariamente, às seguintes despesas:

I - com pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2022;

II - com pessoal ativo, inativo, pensionistas e encargos sociais;

III - com pagamento da dívida pública;

IV - de manutenção e desenvolvimento do ensino; e

V - com ações e serviços de saúde.

Art. 26 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos os projetos e atividades constantes do ANEXO I que fazem parte integrante desta Lei, podendo ser inclusos novos projetos no orçamento desde que constem no Plano Plurianual-PPAe incluídos no anexo da LDO, através de lei específica.

Parágrafo Único - O ANEXO I desta Lei estabelece as metas e prioridades, distribuídas por Secretarias e Órgãos do Governo Municipal, por programa, função, sub-função, projetos/atividades, produto, unidade de medida metas físicas e metas financeiras.

Art. 27 - A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual-PPA ou em lei específica em que autorize a sua inclusão, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 28 -A proposta orçamentária para 2023 a ser apresentada ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes especiais:

I - Os Projetos em execução terão prioridade sobre novos projetos, e as despesas de Manutenção das Atividades e Projetos existentes não podem ser paralisadas ou reduzidas para priorizar novos projetos, sem autorização legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros;

II - As despesas com o pagamento da dívida pública, com pessoal e seus reflexos, bem como com a contrapartida de financiamento, terão prioridade sobre as despesas decorrentes de ações de expansão de serviços públicos.

III - a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesas será acompanhado de:

1 - estimativa de impacto orçamentário-financeiro em que deva entrar em vigor e nos dois anos seguintes;

2 - declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a LDO.

IV - o Poder Executivo poderá conceder ou ampliar incentivo ou benefício de Natureza Tributária da qual decorra renúncia de receita, desde que atendido os requisitos do Artigo 4º da Lei Complementar Federal 101/00.

V - a abrir créditos adicionais suplementares, a realizar transposições, remanejamentos ou transferências de uma categoria para outra ou de um órgão para outro, com limite de até 20% da proposta orçamentária para 2023, em obediência aos incisos V e VI do artigo 167, da Constituição Federal, devendo para isso encaminhar projeto de lei em separado da Lei Orçamentaria anual;

VI - Os créditos adicionais autorizados no inciso V serão considerados para fins de limite até o nível de modalidade de aplicação, sendo tal regra informada no Aplic do TCE-MT.

VII - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais ao seu orçamento até o limite apurado no superávit financeiro (fontes 3) que levará em consideração as fontes de recursos constantes das normas que regulam o Aplic - Auditoria Publica Informatizada de Contas do TCE-MT

Art. 29 - O município aplicará os limites constitucionais de suas receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências sendo:

I - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

II - no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais, nas ações e serviços públicos de saúde;

III - 1% das receitas da administração direta e indireta para Contribuição ao PASEP.

Art. 30 - Constarão da proposta orçamentária, demonstrativos das Receitas e das Despesas das Autarquias, na forma do Anexo II da Lei Federal 4.320/64 - da Receita e da Despesa por Órgãos do Governo.

Parágrafo Único - Os orçamentos das Autarquias e Fundações serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo, na forma prevista no artigo 107, da Lei 4.320/64

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 31 - As despesas totais com pessoal ativo e inativo da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto no art. 19 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único - Os servidores vinculados ao FUNDEB poderão ter política salarial vinculada as limitações do mesmo, podendo ser dissociada dos demais órgãos municipais.

Art. 32 - A repartição do limite estabelecido no artigo anterior obedecerá aos percentuais de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, conforme inciso III do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de cargos e carreiras, realizar concurso público, realizar processo seletivo público e processo seletivo simplificado para atendimento das necessidades temporárias e excepcionais, mediante teste seletivo, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e realizar reforma administrativa.

Art. 34 - Serão inclusas no orçamento fiscal dotações orçamentárias para atender às despesas decorrentes da criação de cargos e funções, alteração nas estruturas de cargos e carreira, realização de Concurso Público, realização de processo seletivo simplificado para atendimento das necessidades temporárias e excepcionais; aumento de remuneração de servidores, reajuste salarial, concessão de vantagens, reforma administrativa e implantação de Plano de Cargos, Carreira e Salários, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Art. 35 - A criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título pelas administrações direta e indireta, só poderão ser feitas se:

I - houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas e os acréscimos delas decorrentes;

II - estiverem de acordo com o limite fixado no artigo 32 desta Lei, atendendo também o disposto no Artigo16 da Lei Complementar n º 101/2000 - LRF;

III - For autorizada pelo Poder Legislativo.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, o Poder Executivo poderá autorizar a realização de horas-extras à servidores municipais em serviços excepcionais, nas áreas de saúde, obras, transporte, limpeza pública, segurança, administração, serviços gerais, educação e outras de relevante interesse público.

Art. 37 - No caso dos limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, nos respectivos Poderes, as medidas constantes nos artigos 22 e 23 da LRF, visando o reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I - eliminação de despesas com horas-extras, exceto quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente voltados para as áreas de segurança e saúde;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de horas-extras, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Art. 38 - O Poder Executivo poderá conceder aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo da arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei 173/2020, e desde que autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 39 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, não se tratando de áreas afins serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização”, elemento de despesa 3.3.90.34.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 -O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Art. 41 - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do encerramento do exercício, se necessário for, Projeto de Lei relativo às alterações ou modificações na Legislação Tributária pertinente a:

I - revisão da planta de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis para a cobrança do IPTU;

II - atualização das alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza;

III - atualização das taxas pelo poder de polícia;

IV - atualização das taxas por prestação de serviços;

V - contribuição de melhoria;

VI - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

VII - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualizado do valor dos créditos;

VIII - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

§ 1º - Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita se atendido o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, incisos I e II.

§ 2º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações ou modificação na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 -Obedecidos os limites estabelecidos em Lei complementar Federal, o município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício 2023, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 43 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por Lei Orçamentária e constar do orçamento do município.

Art. 44 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar n º 101, de 04.05.2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual-PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

II - não alterem dotações referentes a despesas de pessoal, encargos e serviços da dívida.

III - não utilizem recursos provenientes de convênios, recursos vinculados a programas e operações de crédito vinculadas.

Art. 46 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal, de acordo com a Emenda Constitucional número 025/2000 e encaminhada ao Poder Executivo, observando-se as determinações contidas nesta Lei.

Art. 47 - Conforme a Emenda Constitucional n º 58, de 23 de setembro de 2009, o Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 48 - Os orçamentos para o exercício 2023 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não superiores a até 1% (hum por cento) das receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º III

da LRF) e até 1,2% para atender a emendas impositivas, que poderão ser detalhadas na LOA.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme art. 5º, III, "b" da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000(LRF).

Art. 49 - Constitui-se requisito essencial o equilíbrio entre as receitas e despesas do município, não podendo ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 50 - No final de cada bimestre o Poder Executivo fará avaliação da execução orçamentária e financeira para verificar o cumprimento das metas estabelecidas na programação.

Art. 51 - Se verificado, no final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não atingir as metas do equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, com base nos seguintes critérios:

I - limitação de empenho relativo a novos investimentos, onde seria utilizado recurso próprio do orçamento.

II - Limitação de empenho de despesas relativas às viagens e congêneres.

III - Limitação de empenhos referente a despesas gráficas;

IV - Limitação de empenhos de despesas relativas a veiculações institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade.

V - Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços de saúde e educação.

§ 1º- Não serão objetos de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 2º - A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração da receita se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 52 - O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo para o desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, turismo, mineração, saúde, assistência social, transporte, infra-estrutura, segurança, saneamento e outros que por ventura se fizerem necessários.

Art. 53 - O Controle de Custo e Avaliação de Resultados dos programas de governo previsto no Art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF será realizado pela Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, criada pela Lei nº 625, de 27 de agosto de 2007.

§ 1º- A Lei Municipal 625, define as atribuições da Controladoria no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

§ 2º - Dentre outras atribuições, cabe à Controladoria orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta, visando a regular e racional utilização dos recursos e bens públicos.

Art. 54 - Em caso de transferências de recursos a entidades públicas e privadas, serão efetuadas observando-se o disposto no parágrafo único do Art. 16 da Lei 4.320/64. "O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados".

Art. 55 - A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por Lei específica, conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 56 - O Poder Executivo poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação ou entidades sem fins lucrativos conforme o artigo 62, inciso I, da Lei Complementar n º 101/2000, se houver:

I - existência de dotação específica;

II - interesse da municipalidade;

III - contrapartida do ente da federação que estiver sendo beneficiado;

IV - comprovação de que o ente beneficiado se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Parágrafo Único - Para que seja efetivada a contribuição será necessária autorização em lei específica e formalização de Convênio, acordo, ajuste ou congênere entre o município e o ente da Federação, definindo os deveres e obrigações das partes, forma e prazo para apresentação da prestação de contas.

Art. 57º -É vedada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II - sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

III - sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61do ADCT;

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2022, além de certidões das esferas Federal, Estadual e Municipal válidas.

§ 2º - Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º - Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º- O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 58 - O Prefeito Municipal estabelecerá através de Decreto do Poder Executivo a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, até trinta dias da publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 59 - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2023 completará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vista a expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Parágrafo Único - A estimativa da receita citada no presente artigo, levará em consideração, adicionalmente, o impacto na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal.

Art. 60 - O município só fará concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza da qual decorra renúncia de receita, com autorização de Lei Especial, composta de anexo, contendo:

I - A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos exercícios seguintes;

II - As medidas de compensação no período mencionado no inciso I, por meio do aumento da receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 61 -Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2023, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8666/93, devidamente atualizado.

Art. 62 -Para os fins do disposto no art. 17, da Lei Complementar nº101/2000 e em cumprimento ao § 1º, do mesmo artigo, os atos que criarem ou aumentarem despesas obrigatórias de caráter continuado, deverão ser acompanhados de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais de que trata o § 1º do art. 4º da LRF.

Art. 63 - O Poder Executivo encaminhará até o dia 30/09/2022 o Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2023, à Câmara Municipal para apreciação e conclusão da votação nos termos do inciso III do artigo 134 da Lei Orgânica do Município de Peixoto de Azevedo, conforme alteração constante do Decreto Legislativo nº 004/15, de 12/05/2015.

Art. 64 -Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - pagamento do serviço da dívida; e

III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.

IV **-** 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 65 - Por ocasião da avaliação e atualização do Plano Plurianual - PPA e da elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, o Poder Executivo poderá fazer revisão das metas físicas e financeiras discriminadas no ANEXO I desta Lei, adequando-se com a estimativa das receitas e previsão da despesa para 2023.

Art. 66 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 67 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 07 dias do mês de Outubro de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2062, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

PORTARIA Nº 2062, DE 03 DE OUTUBRO DE 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

R E S O L V E

Art.1º- **Nomear**, o Senhor **SAULO GOMES INTERAMINENSE**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1142442195 SSP/BA e do Cadastro de Pessoa Física CPF nº 002.737.331.25, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Departamento**, da Secretaria Municipal de Administração de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, a partir desta data, nos termos do dispositivo no artigo 19, da Lei Complementar nº 02, de 26 de agosto de 2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 03 de Outubro de 2022.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

PORTARIA N°282/2022

PORTARIA N°282/2022

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICIO DE LICENÇA-MATERNIDADE A SENHORA ELAINE BRAZ ROMEIRO."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício de licença-maternidade à servidora **ELAINE BRAZ ROMEIRO,** matricula 1379, servidora eletiva no cargo de Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social Gestão e Trabalho, com vencimentos integrais a partir de 18/10/2022 e termino 17/02/2023, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 18 de fevereiro de 2023.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 18 de outubro de 2022.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 280/2022

PORTARIA N. 280/2022

"Dispõe sobre a nomeação do Engenheiro Civil para fiscalização das obras no âmbito do Município de Planalto da Serra-MT no exercício de 2022".

Natal Alves de Assis Sobrinho, Prefeito do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor **DIEGO RICARDO LIPPERT SCHEID**, matrícula n. 1396, brasileiro, portador do RG n.7114369981 SSP/RS e CPF n. 018.331.671-12, engenheiro civil devidamente registrado no CREA sob o n. 1217904077, para acompanhar e fiscalizar os objetos dos contratos de obras e reformas seja eles oriundo ou executado com recursos próprios ou convênios, no âmbito do município de Planalto da Serra-MT.

Art. 2º Caberá ao Fiscal de Obras, as seguintes atribuições:

I – Anotar as ocorrências relacionadas à execução das obras ou reformas em registro próprio.

Parágrafo único – Qualquer decisão ou providência que ultrapasse a competência do fiscal de obras deverá ser comunicada aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data retroativa a 01 de janeiro de 2022.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, 19 outubro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA NO 279/2022

PORTARIA No 279/2022

Determina o Engenheiro Civil pela Fiscalização das Obras exercício 2022.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, **DIOGO SOUZA DE LARA BRUM** – CREA-RNP:1215101597 **Engenheiro Civil,** responsável técnico da empresa **DIOGO SOUZA DE LARA BRUM** (Brum Engenharia e Planejamento)Empresa contratada para Prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento dos objetos dos contratos de todas as obras e reforma, e recebimentos de projetos sejam elas com recursos próprios ou de convênios, no município de planalto da serra-MT".

Art. 2º - Será atribuição do fiscal das obras

1º Anotação das ocorrências relacionadas com a execução em registro próprio.

2º Decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal do contrato solicitação aos superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data retroativa de 09 de setembro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT, 19 de outubro de 2022.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

PLANALTO DA SERRA – MT

PORTARIA N° 281/2022.

PORTARIA N° 281/2022.

"DISPÕE SOBRE AUXILIO DOENÇA À SERVIDORA ELZA APARECIDA SOUZA NOBRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando a Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019, Artigo 9º:c.c. Artigo 1º da Portaria 21.233/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 (cento e vinte) dias de benefício de Auxilio Doença a servidora, **ELZA APARECIDA SOUZA NOBRE**, matricula 204, efetiva no cargo de Professora de História, lotado na Secretaria Municipal de Educação Fundeb 70%, no período de 02/10/2022 e termino 01/02/2023, conforme Laudo médico pericial de auxilio doença, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 02 de fevereiro de 2023.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 02 de outubro de 2022.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO 043/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2022							
Modalidade:	Pregão Presencial						
Número/Ano:	43/2022	**Data de abertura:**	25/08/2022 08:00:00				
Tipo de avaliação:	Por item	**Critério de avaliação:**	Menor preço				
Modo de disputa:	Fechado-Aberto	**Condição de pagamento:**	Conforme Decreto				
Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Sim		
Objeto da licitação:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DE COMPRAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/ OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.						
O(A) Prefeito do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONE, no uso de suas atribuições legais e das prerrogativas que lhe são conferidas pela art. 49 da Lei n. 8,666/1193, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:							
"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."							
decide CANCELAR o processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, pela seguinte motivação:							
1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo de cancelamento é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;							
2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos; 3º - CONSIDERANDO a necessidade de estudo técnico preliminar, de modo comprovar viabilidade econômica financeira para o Município de Poconé.							
O cancelamento do processo licitatório, pelo motivo exposto não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93. Onde os demais itens do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial permanecem inalterados							
POCONÉ, 24 de OUTUBRO de 2022							
	ATAIL MARQUES DO AMARAL Prefeito						

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2022

A Prefeitura Municipal de Poconé/MT, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria de n. 482/2022, torna público para conhecimento de todos os interessados que o ***REGISTRO DE PREÇOS PARA PREGÃO PRESENCIAL PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL PARA OS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE POCONÉ/MT , DE MODO A ELABORAR, CUMPRIR, ATUALIZAR, CORDENAR E EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS DE ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO(MTE) E DEMAIS LEGISLAÇOES PERTINENTES, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO****, foi ***PRORROGADO*** para o dia **08 de Novembro de 2022.***

DIA DA ABERTURA: 08/11/2022 às 08h00min.

Poconé-MT, 25 de Outubro de 2022.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

LEI MUNICIPAL Nº 2.158 DE 11 DE OUTUBRO DE 2022.

OFICIALIZA A DENOMINAÇÃO DA VIA PÚBLICA, LOCALIZADA NO BAIRRO AEROPORTO, CIDADE DE POCONÉ-MT.

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ATAIL MARQUES DO AMARAL, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterada a denominação do trecho da Rua Joaquim Murtinho, a partir da Rua Justino Gonçalves da Guia, acesso ao Aeroporto Municipal Inácio Tolentino de Barros, bairro Aeroporto, cidade de Poconé – MT, passando-se a denominar oficialmente de: "**ADÍLIO PEREIRA LEITE**".

Art. 2º O Poder Executivo fixará placa indicando a nomenclatura oficial de que trata esta Lei, no local de boa visibilidade para o conhecimento da população.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, em 25 de outubro de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

DECRETO Nº 147 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DA DATA DO PONTO FACULTATIVO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO DO MUNICIPIO DE POCONÉ-MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ARTIGO 1º - O ponto facultativo comemorativo ao Dia do Servidor Público, do dia 28 de outubro (sexta-feira) fica transferido para o dia 31 de outubro (segunda-feira), no dia 01 de novembro (terça-feira), fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, e no dia 02 de novembro (quarta-feira), feriado Dia de Finados, ressalvado que os serviços públicos essenciais cuja prestação não admita interrupções.

ARTIGO 2º - O expediente retornará a partir das 07h00min do dia 03 de novembro de 2022 (quinta-feira).

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé - MT, 25 de outubro de 2022.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1099/2022

LEI MUNICIPAL N.º 1099/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no orçamento vigente para o exercício de 2022, no valor de **R$ 1.293.672,00 (Um milhão e duzentos e noventa e três mil e seiscentos setenta e dois reais)**, para criar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO:	02 – Gabinete do Prefeito		
Unidade:	01- Gabinete do Prefeito		
Função:	04 – Administração		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5002 – Modernização da Gestão Públicas		
PROJ/ATIVIDADE: 2003 – Manut. Do Gabinete do Prefeito			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 11.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 11.000,00**

ÓRGÃO:	03 – Secretaria Mun. de Governo		
Unidade:	01- Sec. Mun. de Governo		
Função:	04 – Administração		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5003 – Suporte Adm. Mun. de Governo		
PROJ/ATIVIDADE: 2004 – Manut. Ativ. Sec. Mun. de Governo			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 1.750,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 4.800,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 6.550,00**

ÓRGÃO:	04 – Secretaria Mun. de Adm. Finanças e Planejamento		
Unidade:	01- Adm. Finanças e Planejamento		
Função:	04 – Administração		
SUBFUNÇÃO:	123 – Administração Financeira		
PROGRAMA:	5020 – Gestão Eficiente e Transparencia		
PROJ/ATIVIDADE: 2007 – Manut. Ativ. Sec. Mun. de Adm. Finanças e Planejamento			
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 45.300,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 14.000,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 59.300,00**

ÓRGÃO:	05 – Sec. Mun. Secret. de Educação e Cultura		
Unidade:	01- Sec. Mun. de Educação		
Função:	12 – Educação		
SUBFUNÇÃO:	361 – Ensino Fundamental		
PROGRAMA:	5004 – Desenv. E Educação de Qualidade para Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2021 – Manut. Ativ. Sec. Educação e Cultura			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 6.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 8.100,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 14.100,00**

ÓRGÃO:	05 – Secret. de Educação e Cultura ria Mun. de Governo		
Unidade:	03- Fundo Manut. Ens. Val. Magistério		
Função:	12 – Educação		
SUBFUNÇÃO:	361 – Ensino Fundamental		
PROGRAMA:	5006 – Desenv. E Manut. Do Fundeb		
PROJ/ATIVIDADE: 2022 – Manut. Ativ. Curriculares Fundeb 70% Fundamental			
DOTAÇÃO:	3.1.90.94	Contratação por Tempo Determinado	R$ 60.000,00

PROJ/ATIVIDADE: 2051- Manut. Ativ. Curriculares Fundeb 70% Fundamental			
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 36.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 20.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.94	Contratação por Tempo Determinado	R$ 39.000,00
TOTAL			**R$155.000,00**

ÓRGÃO:	05 – Sec. Mun. Secret. de Educação e Cultura		
Unidade:	08- Educação/ Cultura		
Função:	13 – Cultura		
SUBFUNÇÃO:	392 – Difusão Cultural		
PROGRAMA:	5021 – Desenv. O Esporte e a Cultura para Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2031 – Desenv. E Enc. A Cultura			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Venciemtos e Vant. Fixas	R$ 9.700,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 2.400,00
TOTAL DA ATIVIDADE			**R$ 12.100,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	01- Sec. De Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2077 – Manut. E Enc. Secretaria Mun. Saúde			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Venciemtos e Vant. Fixas	R$ 415.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 65.700,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 13.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	R$ 5.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.93	Indenizações e Restituição	R$ 89.300,00
TOTAL			**R$ 588,000,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	02- Fundo Mun. de Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	301 – Atenção Básica		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2116 – Manut. Agente Comunitário - ACS			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vant. Fixas	R$ 98.100,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 15.000,00
TOTAL			**R$ 113.100,00**

ÓRGÃO:	06 – Sec. Mun. de Saúde		
Unidade:	02- Fundo Mun. de Saúde		
Função:	10 – Saúde		
SUBFUNÇÃO:	305 – Vig. Epidemiologica		
PROGRAMA:	5007 – Saúde Integral ao Alcance de Todos		
PROJ/ATIVIDADE: 2115 – Manut. Da Vig. Sanitária			
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 10.000,00
TOTAL			**R$ 10.000,00**

ÓRGÃO:	07- Sec. Mun. de Ação Social		
Unidade:	01- Sec. De Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	244 – Assistência Comunitária		
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2124 – Manut. E Enc. Secret. De Asssit. Social			
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 5.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 1.000,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.93	Indenizações e Restituição	R$13.000,00
TOTAL			**R$ 19.000,00**

ÓRGÃO:	07- Sec. Mun. de Ação Social		
Unidade:	01- Sec. De Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	243 – Assistência á Criança e ao Adolescente		
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2012 – Manut. E Enc. Do Conselho Tutelar			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vant. Fixas	R$ 27.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 8.000,00
TOTAL			**R$ 35.000,00**

ÓRGÃO:	07- Sec. Mun. de Ação Social
Unidade:	02- Fundo Mun. de Ação Social
Função:	08 – Assistência Social
SUBFUNÇÃO:	244 – Assistência Comunitária
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social
PROJ/ATIVIDADE: 2082 – Manut. E Encargos do PAIF	

DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 7.800,00
TOTAL			**R$ 7.800,00**

ÓRGÃO:	07- Sec. Mun. de Ação Social		
Unidade:	02- Fundo Mun. de Ação Social		
Função:	08 – Assistência Social		
SUBFUNÇÃO:	243 – Assistência á Criança a ao Adolescente		
PROGRAMA:	5008 – Gestão da Assistência Social		
PROJ/ATIVIDADE: 2099 – Manut. E Enc. Com SCFV – Serv. Comv. E Fort. Vinc.			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vant. Fixas	R$ 5.100,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 7.800,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$1.222,00
TOTAL			**R$ 14.122,00**

ÓRGÃO:	09 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Função:	15 – Urbanismo		
SUBFUNÇÃO:	452 – Serv. Urbanos		
PROGRAMA:	5011 – Infra – estrutura Urbana e Serv. Públicos		
PROJ/ATIVIDADE: 2034 – Manut. Ativ. Secret. De Obras Serv. Públicos			
DOTAÇÃO:	3.3.90.93	Indenizações e Restituição	R$ 45.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 40.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$1.500,00
TOTAL			**R$ 86.500,00**

ÓRGÃO:	09 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Viação, Obras e Serv. Públicos		
Função:	17- Saneamento		
SUBFUNÇÃO:	512 – Saneamento Básico Urbano		
PROGRAMA:	5011 – Infra – estrutura Urbana e Serv. Públicos		
PROJ/ATIVIDADE: 2037 – Manut. Ativ. Do S.A.E			
DOTAÇÃO:	3.1.90.11	Vencimentos e Vant. Fixas	R$ 137.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.91.13	Obrigações Patronais	R$ 13.000,00
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$1.800,00
TOTAL			**R$ 151.800,00**

ÓRGÃO:	12 - Sec. Mun. de Desenv. Economico		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Desenv. Economico		
Função:	11 - Trabalho		
SUBFUNÇÃO:	122 – Administração Geral		
PROGRAMA:	5023 – Desenv. Das Relações de Trabalho e Renda		
PROJ/ATIVIDADE: 2074 – Manut. Da Secret. Mun. Desenv. Economico			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$2.000,00
TOTAL			**R$ 2.000,00**

ÓRGÃO:	15 - Sec. Mun. de Meio Ambiente		
Unidade:	01 - Sec. De Meio Ambiente		
Função:	18- Gestão Ambiental		
SUBFUNÇÃO:	541 – Preservação e Conservação Ambiental		
PROGRAMA:	5013 – Cidade Sustentável – Educação Ambiental		
PROJ/ATIVIDADE: 2088 – Manut. Da Secret. Mun. de Meio Ambiente			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$ 1.800,00
DOTAÇÃO:	3.3.90.93	Indenizações e Restituição	R$4.500,00
TOTAL			**R$ 6.300,00**

ÓRGÃO:	10 - Sec. Mun. de Industria, Comercio e Turismo		
Unidade:	01 - Sec. Mun. de Industria, Comercio e Turismo		
Função:	23 - Comercio e Serviços		
SUBFUNÇÃO:	695 – Turismo		
PROGRAMA:	5010 – Desenv. Da Industria, Comércio e Turismo		
PROJ/ATIVIDADE: 2041 – Manut. Da Sec. Mun. Com. Ind. E Turismo			
DOTAÇÃO:	3.1.90.13	Obrigações Patronais	R$2.000,00
TOTAL			**R$ 2.000,00**

Art. 2º - Será utilizado como fonte de recursos o valor **R$ 1.293.672,00 (Um milhão e duzentos e noventa e três mil e seiscentos setenta e dois reais)**, para crédito adicional Especial aberto no art. 1º. Recurso do Excesso de arrecadação de Receitas.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder á inclusão das despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Or-

çamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para os exercícios de 2022 a 2025.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia-MT, 25 de Outubro de 2022.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO DECRETO N.º 2472/2022

EXTRATO DO **DECRETO N.º 2472/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.**

"Designada Médico(a) Avaliador(a) para avaliar atestado médico apresentado por servidor(a)."

ADELCINO FRACISCO LOPO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
PORTARIA Nº 55/2022

PORTARIA Nº 055/2022

EMENTA: *Nomeia membros do CAE- Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providencias.*

O Senhor **CLENEI PARREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, mormente as que lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, conforme estabelecido o disposto na legislação: Resolução FNDE nº 26 de 17 junho de 2013, Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Lei Municipal nº 415/2010 de 17 de agosto de 2010.

RESOLVE:

Art. 1° - Ficam nomeados para o Cargo de Conselheiros do CAE- Conselho de Alimentação Escolar os representantes do Poder Executivo Municipal, Representantes dos Trabalhadores da Educação e Discentes, Pais de Alunos e Sociedade Civil, segundo sua respectiva representação na forma abaixo:

REPRESENTATES DO PODER EXECUTVO MUNICIPAL

TITULAR: Terezinha de Jesus Nogueira CPF 915.029.771-68;

SUPLENTE: Cairo Roberto da Silva CPF 458.536.061-15;

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E DISCENTES

TITULAR: Marine Regina Correia da Silva Ribeiro CPF 014.549.121-89

SUPLENTE: Dalvina Cândida de Resende CPF 346.590.211-49

TITULAR: Aglimar Carvalho de Morais CPF 693.814.291-20

SUPLENTE: José Carlos da Costa Xavier CPF 873.732.621-04

REPRESENTANTE DE PAIS DE ALUNOS

TITULAR: Josane Costa da Silva CPF 036.258.681-05

SUPLENTE: Joseane Ferreira Duarte CPF 045.469.851-50

TITULAR: Silvane Pena da Silva CPF 024.716.151-89

SUPLENTE: Solange Dias Domingos CPF 031.494.681-08

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

TITULAR: Leila Domingues Ferreira CPF 329.329.528-53

SUPLENTE: Marizete Domingues Placido D'Oliveira CPF 362.139.421-49

TITULAR: Marilza Gomes de Lima Carvalho CPF 005.943.791-43

SUPLENTE: Zilda Borges da Silva CPF 442.102.211-04

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 19 de Outubro de 2022.

CLENEI PARREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022

O Sr. **CLENEI PARREIRA DA SILVA,** Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICO a presente Dispensa de Licitação nº 06/2022, a empresa vencedora "CREUZA SOUZA SANTANA-ME", inscrita no CNPJ nº 07.516.047/0001-51, objetivando, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.**

Essa ratificação se fundamenta no Art. 75, II, da nova lei de licitação nº 14.133/2021 O valor global da contratação é de R$ 30.982,50 (trinta mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

Ponte Branca, 25 de Outubro de 2022.

_____

Clenei Parreira da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PARECER CONCLUSIVO - ASSUNTO: COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA N°. 304/2022, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022

PARECER CONCLUSIVO

ASSUNTO: COMISSÃO ESPECIAL CRIADA PELA PORTARIA N°. 304/2022, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, NA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT.

FATO A SER ESCLARECIDO: POSSIBILIDADE OU NÃO DE PAGAMENTO INDENIZATÓRIO EM FAVOR DA EMPRESA WENDER FEITOZA BECKMAN EIRELI EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº 27.596.187/0001-94, EM RAZÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIAEM FAVOR DA PREFEITURA DE PORTE ALEGRE DO NORTE/MT.

DOS FATOS

Foi instalada na Prefeitura de Porto Alegre do Norte/MT, por meio da Portaria n°. 304/2022 de 19 de outubro de 2022, Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos.

Isso, porque, fora realizado serviços de engenharia, na Unidade de Atenção Especializada em Saúde do Município de Porto Alegre do Norte, conforme comprova-se com a planilha anexa.

Assim, resta-se superada a questão fatídica relativa ao processo *sub examine.*

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

É fato que toda despesa pública precede de realização de licitação, salvo nos casos em que há exceção ao dever de licitar, para que, ao final, seja cumprido o rito com a conseqüente liquidação e o respectivo pagamento. A legislação, como se sabe, determina que nos procedimentos administrativos sejam sempre atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, publicidade e eficiência.

Diuturnamente, no seio da administração pública, tem-se notícia da ocorrência de despesa pública sem o devido cumprimento do rito acima espe-

cificado, em especial sem cobertura contratual, como ocorre no caso *sub examine.*

Em casos tais, havendo contrato administrativo ou não, mas existindo a execução de determinado objeto, presume-se que o faz com o assentimento, tácito que seja, não formalizado, da Administração Pública.

Constata-se, então, que os serviços foram prestados sem cobertura contratual válida, pois, se há consentimento, há contrato, cujos serviços que geram dívidas sem a respectiva cobertura contratual são denominados pela doutrina de serviços extracontratuais ou extraordinário.

O Art. 59, parágrafo único da Lei n°. 8.666/93, contemplando, no âmbito dos contratos administrativos, o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, dispôs que "a nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados (...)".

Assim, na hipótese, pode-se admitir o pagamento pelo uso de determinado bem ou serviço pela Administração, mas não sob a fundamentação de obrigação contratual, e sim sob o dever moral de indenizar toda obra, serviço ou material recebido ou auferido pelo Poder Público, porque o Estado não pode tirar proveito da atividade particular sem a correspondente contraprestação pecuniária.

Os professores Sérgio Ferraz e Lucia Valle Figueiredo, ao dissertarem sobre a hipótese de um particular desenvolver a atividade de proveito coletivo sem que tenham sido cumpridas as formalidades contratuais anotam:

"... o problema só adquire relevância se presentes os seguintes dados: a) enriquecimento ou proveito para a coletividade; b) empobrecimento ou depreciação patrimonial para o prestador de serviços; c) relação de nexo entre um e outro dos fenômenos acima apontado; d) ausência de causa para a concretização dos aludidos fenômenos". (Dispensa de Licitação, pags. 95 – 96, Malheiros Editores, 3ª Ed. Ver. Dos Trib., 1980)

Referidos doutrinadores expõem que se a Administração não se opôs a tal atividade e, destarte, consentiu tacitamente em sua realização, ficará obrigada a indenizar seu autor, se impossível ou inconveniente à restauração ao *statu quo ante.* Fundamental tal obrigação na responsabilidade do Estado prevista no Art. 37, §6º da Constituição Federal de 1988, vez que aquele que presta um serviço à coletividade faz *jus* à reparação, mesmo que sem regularidade formal da relação jurídica, pois, em virtude da ação ou omissão do Estado, restou desprivilegiado frente aos demais administrados, quanto à repartição das cargas públicas genéricas.

O Tribunal de Contas União, em manifestação acerca do tema, inclinou-se sobre o devido pagamento do serviço extraordinário efetivamente prestado, sob pena de enriquecimentos ilícito da Administração Pública.

Senão veja-se:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos acerca de consulta formulada pelo ex-Procurador-Geral da República, Claudio lemos Fonteles, acerca da possibilidade de pagamento de horas extras excedentes aos limites legais, em caso de comprovado serviço extraordinário decorrente de fato imprevisto.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões pelo Relator, em: [...]

9.2.2. é devido o pagamento de serviços extraordinários efetivamente prestado, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, observando-se o disposto na Lei nª 8.112/90 e demais legislações pertinentes, quanto à possibilidade de punição do responsável e/ou do servidor pela execução indevida;

9.2.3. as situações excepcionais devem ser devidamente justificadas, com a demonstração da imprevisibilidade da situação, imprescindibilidade dos serviços, bem como da ausência de servidores, quadro do órgão, em número suficiente para atender aos limites de horas extras legalmente estipulados: (Ata 04/2007 – Plenário. Acórdão 43/2007)". (gn)

Registra-se novamente que toda contratação precede de um rito formal de licitação ou de exceção ao dever de licitar, cumprindo-se o procedimento da despesa pública (empenho, liquidação, pagamento). Todavia, havendo serviços prestados extraordinariamente, deve-se remeter ao previsto no Art. 37 da Lei n°. 4.320/64 para instrumentalizar o reconhecimento, conforme orientado pelo Ilustre Professo Túlio Belchior Mano da Silveira no artigo **"O reconhecimento de dívida na administração pública por serviços prestados sem a respectiva cobertura contratual ou serviços extraordinários e extracontratuais"** (*In*http://ibmap.org/Artigos).

De todo o modo, depois de reconhecida a dívida positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante à emissão do competente empenho, com a conseqüente liquidação e pagamento, o qual terá natureza indenizatória, sob pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito em detrimento de outrem.

Portanto, a despesa sem cobertura contratual relativa a prestação de serviços de engenharia prestados pela empresa WENDER FEITOZA BECKMAN EIRELI EPP devem ser indenizados sob pena de causar enriquecimento ilícito ao Município de Porto Alegre do Norte.

CONCLUSÃO

In casu, entende essa Comissão Especial que a despesa sem cobertura contratual em exame poderá ser objeto de reconhecimento da obrigação de indenizar nos termos do Art. 59, parágrafo único, da Lei nº.8.666/93, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem lhe deu causa, em total consonância com os valores de mercado.

Esta Comissão Especial conclui também que o pagamento deverá ser feito em consonância com o valor apresentado, eis que comprovadamente, dentro da proporcionalidade e razoabilidade, face à complexidade do caso e os possíveis benefícios a serem auferidos, qual seja, o solicitado no ofício da empresa.

Encaminhe o presente parecer conclusivo para decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Porto Alegre do Norte/MT, 21 de outubro de 2022.

CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

PRESIDENTE

HUMBERTO PEREIRA SALES

MEMBRO

NAIARIA SOUZA DA SILVA

MEMBRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Considerando, os termos do parecer conclusivo da Comissão Especial instalada na Prefeitura de Porto Alegre do Norte/MT, por meio da Portaria n°. 304/2022 de 19 de outubro de 2022;

Considerando,os termos do relatório conclusivo constante do processo.

Decido.

Seja feito o pagamento relativo da prestação dos serviços de engenharia executados pela empresa WENDER FEITOZA BECKMAN EIRELI EPP.

Havendo necessidade, seja aberta procedimento administrativo disciplinar para apuração de responsabilidade daqueles que, eventualmente, deram causa a realização da despesa não precedida de licitação.

Porto Alegre do Norte/MT, 24 de outubro de 2022.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO DE MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 304/2022 INSTALAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAR OCORRÊNCIAS DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM OS DEVIDOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº. 304/2022

SUMULA:

Dispõe sobre a instalação de Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, e dá outras providências;

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que toda despesa pública precede de realização de licitação, salvo nos casos em que há exceção ao dever de licitar, para que, ao final, seja cumprido o rito com a conseqüente liquidação e o respectivo pagamento;

Considerando o teor do Art. 59, parágrafo único da Lei n°. 8.666/93, que contempla, no âmbito dos contratos administrativos, o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, e o dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados;

Considerando o requerimento protocolado pela empresa **WENDER FEITOZA BECKMAN EIRELI EPP,** inscrita no CNPJ nº 27.596.187/0001-94, requerendo o reconhecimento da prestação de serviços de engenharia no valor de R$ 84.571,56 (oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e cinqüenta e seis centavos);

RESOLVE:

Artigo 1º - Institui a Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: CARLOS ROBERTO TOMAZETTO

Membro: HUMBERTO PEREIRA SALES

Membro: NAIARIA SOUZA DA SILVA

Artigo 2º - Esta comissão terá prazo de até 30 dias para conclusão dos trabalhos, com emissão de parecer conclusivo sobre a existência da despesa, efetiva prestação de serviços, valor da prestação dos serviços, e a identificação do credor que se acha nesta situação.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte / MT, 19 de outubro de 2022.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

1° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO N° 001/2021

1° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO N° 001/2021

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, COM O CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PORTO ESPERIDIÃO (CONSEG).

O MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO, entidade Estatal de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n° 03.238.904/0001-48, neste ato representado pelo seu Agente Político, Prefeito Municipal, **S.r. MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do RG n° 0377970-0 SSP/MT, inscrito no CPF 299.631.761-00 residente e domiciliado na Rua Lara Franco, em Porto Esperidião-MT**, doravante denominado **CONCEDENTE**, no uso de suas atribuições e competência celebra com o **CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PORTO ESPERIDIÃO (CONSEG),** estabelecida a Rua Esperidião Marques s/n, Centro de Porto Esperidião, com o CNPJ sob o n° 30.626.115/0001-57, neste ato representado por sua Presidente **Nilva Suely Baca**, brasileira, portadora do R.G sob n° 1425705-0 SSP/MT e CPF sob n° 976.714.361-00, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Esperidião/MT, conforme ata de posse, simplesmente denominada de **CONVENENTE,** no uso de seus poderes conferidos, objetivando execução das ações previstas na área social, resolvem celebrar o **1º TERMO ADITIVO DE PRAZO** ao Convênio 001-2021, previsto na cláusula terceira do referido convenio, com as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Objetiva o presente Convênio o processamento do repasse mensal de R$ 3.000,00 (Três Mil Reais), em 12 (doze) parcelas mensais consecutivas, para o ano de 2022 e 2023 se iniciando no mês de outubro de 2022 e findando no mês de outubro do ano de 2023), todo o convênio terá um total anual no montante de R$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais). Tal valor tem a finalidade de auxilio complementar das despesas referentes ás câmeras de vídeo monitoramento instaladas no município e monitoradas pelo Grupo Especial de Fronteira – GEFRON, Polícia Judiciária Civil- PJC e Polícia Militar do 1° Pelotão de Porto Esperidião- NPM/PE/MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Modifica-se a clausula terceira do convênio originário, prorrogando sua vigência por mais 12 (doze) meses, a contar do dia **01 de outubro de 2022 até 01 de outubro de 2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total do presente aditivo será de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo R$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

As dotações decorrentes do presente termo aditivo ocorrerão por conta das seguintes fontes:

Secretaria Municipal de Administração

129-04.01.04.122.0003.2062.3.3.50.41.00-FR(1.1.500)

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICIDADE

A convenente providenciará a partir da data de assinatura deste termo aditivo a publicação em jornal local.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONVENIO ORIGINÁRIO

Permanecem inalteradas as demais clausulas do convenio originário. E assim, por estarem juntos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo indicadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais efeitos

Porto Esperidião-MT, 01 de outubro de 2022.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Concedente

NILVA SUELY BACA

PRESIDENTE CONSEG

Convenente

TESTEMUNHAS:

1° _____ 2° _____

CPF: CPF:

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRSA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO 2º ENCONTRO DE MÚSICA RAIZ DE PORTO ESPERIDIÃO-MT, respectivamente nos dias 04 e 05 de novembro de 2022.

VIGÊNCIA: 24 DE OUTUBRO DE 2022.

VALIDADE: 30 DE DEZEMBRO DE 2022.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.

CONTRATADA: L. B. DA SILVA-EIRELI CNPJ: 10.947.845/0001-42.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

FISCAL DO CONTRATO

SAULO ALVES BARBOSA

CPF Nº 468.350.671-87

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

Porto Esperidião-MT, 24 de outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SAD
PORTARIA SMS Nº 412, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"*Que atualiza a REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais para o Município de Porto Estrela/MT e dá outras providências".*

A Secretária de Saúde de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de poderes que lhes são conferidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO as vantagens de se trabalhar com uma lista de medicamentos essenciais, selecionados por critérios embasados em evidências científicas, entre elas a melhoria da qualidade de atenção à saúde, mais eficácia na gestão dos medicamentos e prescrições médicas com qualidade.

CONSIDERANDO a Lei nº 7.968, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Art. 25 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 do que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) como a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM Nº 1, de 2 de janeiro de 2015 que Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2014 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME 2012.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 3916/MS/GM de 30 de Outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS)

CONSIDERANDO a PORTARIA Nº 698/GM de 30 de março de 2006, que define que o custeio das ações de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do SUS.

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 699/GM de 30 de Março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.

CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS

CONSIDERANDO o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto do Ministério da Saúde nº 5813, de 22 de junho de 2006, que a**prova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;**

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 533, de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME;

CONSIDERANDO a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; CONSIDERANDO a Resolução RDC n.º 20, de maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CIB/MT n.º 245 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a homologação da Resolução CIB/MT "Ad Referendum" n.º 06 de 27 de novembro de 2013, referente ao elenco de medicamentos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica para o Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO a Portaria n. 140/2015/GBSES, que estabelece a Relação Estadual de Medicamentos - RESME 2015 no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do estado de Mato Grosso por meio da atualização do elenco da Portaria Estadual nº225/2004, análise das demandas da Portaria GBSES nº172/2010 e judicial.

CONSIDERANDO a Portaria SES/MT n. 139/2015 que atualiza a Lista de Medicamentos e Insumos contemplados na Portaria n. 225/2004, e seus Pareceres Técnicos

CONSIDERANDO a Portaria SMS n.º 169, de 23 de Maio de 2016, que "*Nomeia e Institui a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CPFT) da Secretaria de Saúde de Porto Estrela/MT, e dá outras providências".*

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.554, de 30 de Julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.021 de 08 de Agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

CONSIDERANDO a Lei n.º 3.820 de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 85.878 de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução n.º 596 de 21 de fevereiro de 2014, que Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.

CONSIDERANDO a Resolução n.º 578 de 26 de julho de 2013, que regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do Farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSIDERANDO a Portaria n.º 1.660, de 22 de julho de 2.009, que Institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS.

CONSIDERANDO a Lei Federal n° 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de diabetes.

CONSIDERANDO a Portaria MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS aos portadores de diabetes mellitus.

CONSIDERANDO a Portaria 1.646 de 02 de outubro de 2015, que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

CONSIDERANDO que, segundo a OMS, "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e, devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas"

CONSIDERANDO que os Municípios são responsáveis pela seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoques e prazos de validade, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência Farmacêutica, constantes na RENAME vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

CONSIDERANDO a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

CONSIDERANDO a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

CONSIDERANDO que a Comissão de Farmácia e Terapêutica é a instância multiprofissional, consultiva, deliberativa e educativa dentro de hospitais e outros serviços de saúde, responsável pela condução do processo de seleção, utilização, acompanhamento e avaliação do uso dos medicamentos e produtos para saúde, tendo atribuições e responsabilidades definidas em Regimento Interno; CONSIDERANDO a importância da Comissão de Farmácia e Terapêutica para a promoção do uso racional de medicamentos; CONSIDERANDO a importância e a necessidade de trabalho em equipe multiprofissional; CONSIDERANDO o guia prático da Organização Mundial de Saúde Drug And Therapeutics Committees. CONSIDERANDO a existência de uma Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica (CPFT) de Porto Estrela/MT, que elaborou uma relação Municipal de medicamentos (REMUME) utilizando-se da medicina baseada em evidência,

RESOLVE:

Capítulo I

Da Criação

Art.1º. Instituir e fica Estabelecida a Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais que devem ser selecionados, adquiridos e distribuídos pelo município de Porto Estrela/MT.

Parágrafo Único. A REMUME é composta pelo componente básico da assistência farmacêutica, Anexo I.

Art.2º. A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para o atendimento de doenças ou de agravos na atenção básica no âmbito do SUS, no Município de Porto Estrela/MT.

Parágrafo Único: A REMUME poderá ser acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional – FTN, que subsidiará a prescrição e a dispensação e o uso de seus medicamentos.

Art.3º. O Elenco da Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais da Atenção Básica deverão ser adquiridos com Recursos Próprios, da União e do Estado, no Bloco de Assistência Farmacêutica, e distribuídos pelo município de Porto Estrela/MT;

Art.4º. A Lista REMUME poderá ser alterada a qualquer momento a ser julgado necessário pela CPFT - Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica do Município de Porto Estrela/MT, utilizando o Formulário de SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO, EXCLUSÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME – SMS) – anexo II;

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Saúde de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, em 25 de Outubro de 2022.

Registre-se e afixe-se.

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

RELAÇÃO MUNICIPAL DOS MEDICAMENTOS ESSENCIAIS "REMUME"

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA\MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

1. APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Porto Estrela/MT vem disponibilizar a atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME, buscando definir uma Política Municipal de Medicamentos Municipal, que garanta o arsenal terapêutico necessário ao atendimento dos principais problemas de saúde circunscritos na assistência da rede Municipal, correlacionado com seu papel dentro do cenário sanitário do Município.

Esta relação de medicamentos teve como referência a RENAME e a RESME/MT, considerados essenciais porque foi elaborada com vistas nas necessidades prioritárias de saúde da população segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo como elaboradores a Comissão Permanente de Farmácia e Terapêutica – CPFT.

A Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) é uma medida indispensável para o Uso Racional de Medicamentos no contexto Municipal, portanto, deve ser empregada como parâmetro nas ações de saúde que envolva condutas terapêuticas baseadas em evidências científicas, sendo delineador das diversas atividades relacionadas ao ato de prescrição, dispensação, uso racional de medicamentos, diminuição de custos e manutenção da integralidade terapêutica.

A REMUME atualizada contém 125 apresentações, e destina-se ao uso exclusivo dos pacientes atendidos nas unidades próprias da rede Municipal de saúde de Porto Estrela/MT, sendo disponibilizados nas unidades farmacêuticas municipais.

Deste modo, este instrumento é um avanço considerável para a melhoria da assistência farmacêutica, sobretudo servindo de subsídio para atenção à saúde da população Porto Estrelense.

Cada medicamento foi designado pela denominação comum brasileira ou pela denominação comum internacional (DCB OU DCI) acompanhado de concentração, forma e apresentação farmacêutica, e local de sua distribui-

ção, acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional – FTN, que subsidiará a prescrição e a dispensação e o uso de seus medicamentos.

2. REMUME 2022

Relação Municipal de medicamentos Essenciais Disponíveis

Medicamentos do Elenco Municipal que devem ser adquiridos e distribuídos pelo município.

ANTIBACTERIANOS, ANTIFÚNGICOS, ANTISSEPTICOS, ANTIPARASITÁRIOS, ANTIVIRAIS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
01	Aciclovir	200 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
02	Aciclovir	50mg/g creme bisnaga 10g	Farmácia Básica	Receita Simples
03	Albendazol	40mg/ml suspensão oral frasco 10ml	Farmácia Básica	Receita Simples
04	Albendazol	400 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
05	Amoxicilina	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
06	Amoxicilina	50mg/ml pó para Suspensão Oral 60ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
07	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio	50mg + 12,5mg/ml Suspensão Oral frasco 75ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
08	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio	500mg + 125mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
09	Azitromicina	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
10	Azitromicina	40mg/ ml, Pó para suspensão, 900mg	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
11	Benzoato de Benzila	25%,emulsão tópica, frasco 60ml	Farmácia Básica	Receita Simples
12	Cefalexina	50mg/ml pó para Suspensão Oral 60ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
13	Cefalexina	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
14	Cetoconazol	200 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
15	Cetoconazol	20 mg/g creme tópico	Farmácia Básica	Receita Simples
16	Cetoconazol	Shampoo 2% frasco 100ml	Farmácia Básica	Receita Simples
17	Ciprofloxacino, Cloridrato	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
18	Fluconazol	150 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
19	Gentamicina, Sulfato	5mg/ml, solução oftálmica, com 5ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
20	Ivermectina	6 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
21	Metronidazol	100mg/g Geleia vaginal bisnaga 50mg	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
22	Benzoilmetronidazol	40mg/ml Suspensão Oral frasco 80ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
23	Metronidazol	250 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
24	Clindamicina	300mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
25	Miconazol	20mg/g Creme vaginal bisnaga 80g	Farmácia Básica	Receita Simples
26	Neomicina + Bacitracina	5mg+250UI/ g, pomada , bisnaga 10g	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
27	Nistatina	100.000UI/ml suspensão oral frasco 50ml	Farmácia Básica	Receita Simples
28	Nistatina	25.000 UI Creme Vaginal c/ 60g	Farmácia Básica	Receita Simples
29	Permanganato de potássio	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
30	Permetrina	10mg/ml loção frasco 60ml	Farmácia Básica	Receita Simples
31	Secnidazol	1 g, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
32	Secnidazol	30 MG/ML, suspensão oral frasco 30ml	Farmácia Básica	Receita Simples
33	Sulfametoxazol + Trimetoprima	400mg + 80mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
34	Sulfametoxazol + Trimetoprima	40mg + 8mg/ ml, Suspensão Oral 50ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
35	Tetraciclina	1% (10mg/ g), pomada oftálmica, bisnaga 3,5g	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
36	Tiabendazol	50MG/G, pomada bisnaga 45g	Farmácia Básica	Receita Simples

ANSIOLÍTICOS, ANTICONVULSIVANTES, ANTIEPILÉTICOS, ANTIDEPRESSIVOS, ANTIPARKINSONIANOS, ANTIPSICÓTICOS, ESTABILIZADORES E SEDATIVOS/ HIPNÓTICOS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
37	Amitriptilina, cloridrato	25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
38	Carbamazepina	200 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
39	Carbamazepina	20mg/ml suspensão oral Frasco 100ml	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
40	Clonazepam	2,5 mg/ml solução oral	Farmácia Básica	Receituário B1 (azul)
41	Clonazepam	2 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receituário B1 (azul)
42	Clorpromazina	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
43	Diazepam	10 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receituário B1 (azul)
44	Fenitoína	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
45	Fenobarbital	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
46	Fenobarbital sódico	40 mg/ml, solução oral, gotas	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
47	Fluoxetina	20 mg, cápsula	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)
48	Haloperidol	5 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Controle Especial (2 vias)

ANTICONCEPTIVOS, ANTIOSTEOPORÓTICOS, CORTICOSTERÓIDES, HIPOGLICEMIANTES, HORMÔNIOS FEMININOS (ESTRÓGENOS/ ANTIESTRÓGENOS; GESTÁGENOS/ANTIPROGESTÁGENOS), TIROIDIANOS E OUTROS COM AÇÃO HORMONAL, MEDICAMENTOS QUE ATUAM NO APARELHO GÊNITO-URINÁRIO

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
49	Alendronato Sódico	70mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
50	Levonorgestrel + Etinilestradiol	0,15mg + 0,03mg, cartela com 21 comprimidos	Farmácia Básica	Receita Simples
51	Enantato de Noretisterona + Valerato de Estradiol	50 mg + 5 mg/ ml, ampola com 1 ml, injetável	Farmácia Básica	Receita Simples
52	Levonorgestrel	0,75 mg, cartela com 2 comprimidos	Farmácia Básica	Receita Simples
53	Acetato de Medroxiprogesterona	150 mg/ ml, frasco-ampola com 1 ml, injetável	Farmácia Básica	Receita Simples
54	Noretisterona	0,35 mg, cartela com 35 comprimidos	Farmácia Básica	Receita Simples
55	Insulina humana regular	100UI/ml suspensão injetável Frasco 10ml	Farmácia Básica	Receita Simples
56	Insulina humana NPH	100UI/ml suspensão injetável Frasco 10ml	Farmácia Básica	Receita Simples
57	Carbonato de Cálcio + Vitamina D3	500 mg + 400 UI, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
58	Dexametasona	1 mg/ g, creme bisnaga com 10g	Farmácia Básica	Receita Simples
59	Prednisolona, Fosfato Sódico	4,02 mg/ 1 ml (equivalente a 3mg/ml de Prednisolona), frasco com 60 ml, suspensão oral	Farmácia Básica	Receita Simples

60	Prednisona	5 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
61	Prednisona	20 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
62	Triancinolona, Acetonida	1mg/g, pomada orabase, com 10g	Farmácia Básica	Receita Simples
63	Glibenclamida	5 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
64	Metformina	850 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
65	Metformina	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples

ANTI-HIPERTENSIVOS, ANTIANGINOSOS, ANTIARRÍTIMICOS, ANTITROMBÓTICOS, ANTICOAGULANTES, CARDIOTÔNICOS/DIGITÁLICOS, DIURÉTICOS, HIPOLIPEMIANTES, SIMPATOMIMÉTICOS, BLOQUEADORES DE CALCIO, VASODILATADORES PERIFÉRICOS E CEREBRAIS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
66	Ácido Acetilsalicilico	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
67	Anlodipino, besilato	5 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
68	Anlodipino, besilato	10 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
69	Atenolol	50 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
70	Captopril	25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
71	Captopril	50 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
72	Cinarizina	75 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
73	Cinarizina	25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
74	Digoxina	0,25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
75	Enalapril, maleato	20 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
76	Furosemida	40 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
77	Hidroclorotiazida	25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
78	Losartana Potássica	50 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
79	Losartana Potássica	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
80	Metildopa	250 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
81	Metildopa	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
82	Nifedipino	20 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
83	Propranolol, Cloridrato	40 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
84	Sinvastatina	20 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples

ANALGÉSICOS, ANTIPIRÉTICOS, ANESTÉSICOS, ANTIESPASMÓDICOS/ANTICOLINÉRGICOS, ANTIINFLAMATÓRIOS NÃO ESTEROIDES, ANTIGOTOSOS

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
85	Alopurinol	300 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
86	Cetoprofeno	20mg/ml, solução oral-gotas frasco com 20 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
87	Escopolamina, Butilbrometo + Dipirona Sódica	67mg+333mg/ml, solução oral, frasco 10 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
88	Escopolamina, Butilbrometo + Dipirona Sódica	10 mg + 250 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
89	Diclofenaco Sódico	50 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
90	Diclofenaco Resinato	15 mg/ ml, solução gotas	Farmácia Básica	Receita Simples
91	Dipirona Sódica	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
92	Dipirona Sódica	500mg/ml solução oral frasco 20ml	Farmácia Básica	Receita Simples
93	Ibuprofeno	50mg/ml solução oral, frasco 30ml	Farmácia Básica	Receita Simples
94	Ibuprofeno	600 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
95	Nimesulida	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
96	Nimesulida	50mg/ml, solução oral-gotas frasco 15 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
97	Paracetamol	200mg/ml solução oral frasco 15 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
98	Paracetamol	750 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
99	Piroxicam	20mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples

ANTIÁCIDOS NEUTRALIZANTES, ANTIÁCIDOS E ANTIULCEROSOS (INIBIDORES DE BOMBA DE PRÓTONS, INIBIDORES H2), ANTIDIARRÉICO, ANTIEMÉTICOS, ANTIFISÉTICOS, LAXANTES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
100	Bisacodil	5mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
101	Hidróxido de Alumínio + Hidróxido Magnésio	60mg + 40mg/ ml, suspensão oral, frasco 100ml	Farmácia Básica	Receita Simples
102	Petrolato Líquido, Laxativo Oral	frasco 100 ML	Farmácia Básica	Receita Simples
103	Omeprazol	20 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
104	Simeticona	75mg/ml, suspensão oral - gotas	Farmácia Básica	Receita Simples
105	Domperidona	10mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples

ALERGIA, ANTI-HISTAMÍNICOS, IMUNOMODULADORES E SUPRESSORES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
106	Dexclorferinamina, Maleato	0,4mg/ml, xarope, frasco, 100ml	Farmácia Básica	Receita Simples
107	Loratadina	1mg/ml xarope frasco 100ml	Farmácia Básica	Receita Simples
108	Loratadina	10 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
109	Prometazina	25 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples

BRONCODILATADORES, AGENTES TENSOATIVOS, ANTIASMÁTICOS, ANTITUSSÍGENOS E EXPECTORANTES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
110	Acebrofilina	10 mg/ml, xarope adulto frasco 120 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
111	Acebrofilina	5 mg/ml, xarope infantil frasco 120 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
112	Aminofilina	100 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
113	Ambroxol	3mg/ml, xarope infantil frasco 120 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
114	Ambroxol	5mg/ml, xarope adulto frasco 120 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
115	Cloreto de Sódio	0,9%, Solução nasal frasco 50ml	Farmácia Básica	Receita Simples
116	Salbutamol, Sulfato	0,4mg/ml, xarope frasco 120 ml	Farmácia Básica	Receita Simples
117	Salbutamol, Sulfato	120,5mcg/ dose (Equivalente a 100mcg/ dose de Salbutamol), aerossol oral	Farmácia Básica	Receita Simples

NUTRIÇÃO/NUTRIENTES PARENTERAIS, REPOSIÇÃO DE ELETRÓLITOS E MINERAIS, VITAMINAS/ASSOCIAÇÃO DE VITAMINAS E DILUENTES

ITEM	MEDICAMENTO/ PRINCÍPIO ATIVO	APRESENTAÇÃO	LOCAL DE ACESSO	RECEITUÁRIO
118	Ácido ascórbico	500 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
119	**Ácido ascórbico**	200 mg/ ml, solução gotas	Farmácia Básica	Receita Simples

120	Ácido fólico	5 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
121	Complexo B	comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
122	Sais para reidratação oral, pó, composto por: cloreto sódio 3,5g + glicose 20g, + citrato de sódio 2,9 g + cloreto de potássio 1,5g,para 1,000ml de solução pronta, segundo padrão OMS, envelope contendo 27,9g	Pó para solução oral envelope	Farmácia Básica	Receita Simples
123	Sulfato ferroso	40 mg, comprimido	Farmácia Básica	Receita Simples
124	Sulfato ferroso	5mg/ml de ferro II, xarope	Farmácia Básica	Receita Simples
125	Sulfato ferroso	25mg/ml de ferro II, solução oral-gotas, frasco 30 ml	Farmácia Básica	Receita Simples

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE TECNOLOGIAS

SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO, EXCLUSÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE MEDICAMENTOS NA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME – SMS)

INCLUSÃO EXCLUSÃO SUBSTITUIÇÃO

1- Nome genérico do medicamento:

2- Nomes comerciais:

3- Designar as formas farmacêuticas que você deseja que sejam incluídas /excluídas:

Comprimidos Cápsula Ampola Susp. Oral

Solução Oral Pomada Creme Supositório

4-Indicações terapêuticas sugeridas:

_____

_____

_____

_____

Classe terapêutica (verificar ATC):

_____

_____

5-Em caso de inclusão indique:

Dose p/ Adulto: Dose Pediátrica: Duração do tratamento:

6- Razões terapêuticas para a inclusão, exclusão ou substituição do medicamento proposto:

_____

_____

_____

_____

Obs. ***No caso de existirem na REMUME alternativas para a mesma indicação terapêutica, justifique as vantagens da substituição.***

7- Indique as contra-indicações, precauções e toxicidade relacionadas com o uso do medicamento:

_____

_____

_____

_____

8- Em caso de exclusão indique que outros medicamentos existentes na REMUME podem substituí-lo e, em caso de inclusão, que outros medicamentos poderá substituir o que está sendo proposto e por qual motivo:

_____

_____

_____

_____

9- Listar e enviar cópias de três estudos conforme a melhor evidência científica disponível que fundamente a eficácia/efetividade do fármaco.

a-

_____

_____

_____

_____

(Autor principal, título do artigo, revista, vol. e pág., ano)

b-

_____

_____

_____

_____

(Autor principal, título do artigo, revista, vol. e pág., ano)

c -

_____

_____

_____

_____

(Autor principal, título do artigo, revista, vol. e pág., ano)

10-Indique a que nível será utilizado este medicamento:

Unidade Básica Ambulatório de Especial Centro de Refer. Hospital PSocorro/PAHosp.DiaOutro _____

11 - Outras informações:

O medicamento proposto pertence à 14ª ultima Lista da OMS?

http://www.who.int/medicines/organization/par/form... SIM NÃO

O medicamento está disponível no mercado nacional?

(ANVISA:http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/banco_med.htm, AbcFarma ou Kairos, Consulta Remédios: http://www.consultaremedios.com.br) SIM NÃO

Esta incluído na lista da RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais)? http://www.opas.org.br/medicamentos/index.cfm?ent=... SIM NÃO

Está registrado sob a forma GENÉRICO?

http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/banco_med.ht...SIM NÃO

Existe mais de um produtor do medicamento? (site anterior)SIM NÃO

Quais?

_____

Custo diário médio do tratamento (comparado) ABCFarma / Consulta de Remédios

http://www.consultaremedios.com.br/Custo:_____R$/Dia

12 - Apoio à pesquisa de estudos de evidência clínica:

CEBRIM – Centro Brasileiro de Informação Sobre Medicamento http://www.cff.org.br/pagina.php?id=3&menu=3&titul... ou http://www.cff.org.br/cebrim/usuario/;

Cochrane http://www.cochrane.org/

Bandolier – Evidence-based health care http://www.ebandolier.com/

AustralianPrescriberhttp://www.australianprescriber.com/

Trip Database http://www.tripdatabase.com/index2.cfm

Therapeutics Initiative-Evidence-based Drug Therapy : http://www.ti.ubc.ca/

***Netting the Evidence*http://www.shef.ac.uk/~scharr/ir/netting/net.html**

Evidence Based Medicine (EBM) http://www.infodoctor.org/rafabravo/mbe.htm

Consensos nacionais ou internacionais ***NIH (NationalInstituteofHealth-EUA) http://www.guidelines.gov/index.asp /http://www.nhlbi.nih.gov/guidelines/index.htm e Diretrizes da Associação Médica Brasileira http://amb.connectmed.com.br/site/index.php3***

13 - Outras fontes de informação:

BNF 44ed. Setembro 2002: http://www.bnf.org/

Medline: http://www.ncbi.nih.gov/pubmed

FDA: http://www.fda.gov/

MedscapeDrugInfo :http://www.medscape.com/

Solicitante:_____

Cargo:_____

Instituição:_____

Fone de contato:_____

OBS: Apenas serão analisadas as propostas preenchidas integralmente e com dados suficientes para análise. Cada ficha deve corresponder a apenas um produto (princípio ativo). Nos casos de propostas de substituição, referir claramente o produto que se pretende ver substituído.

SOLICITAÇÃO

( ) Deferida ( ) Indeferida

Assinaturas dos Membros da CFT:

Justificativa da decisão:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº 531/2022. DE: 25 DE OUTUBRO DE 2022. EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 531/2022. De: 25 de outubro de 2022.

"Exonera servidor por motivo de Aposentadoria".

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o que o artigo 53, VII da Lei 018/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/MT, fixa a aposentadoria como causa de vacância;

CONSIDERANDO a Resolução de Consulta TCE/MT n° 15/2018 – TP, que fixou o entendimento que a aposentadoria voluntária ou compulsória de servidor público efetivo, independentemente do regime previdenciário em que se dê (RGPS ou RPPS), é causa de extinção do vínculo jurídico de trabalho com a Administração, consoante interpretação do §10 do art. 37 da CF/88;

CONSIDERANDO que o servidor JOSÉ GOMES GUERRA, cargo Jardineiro, matrícula n° 42, obteve a concessão da aposentadoria junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, referente ao benefício n°207.226.421-3;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por motivo de Aposentadoria o servidor **JOSÉ GOMES GUERRA** inscrito no CPF nº 340.304.841-15 do cargo efetivo de Jardineiro lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Desenvolvimento Econômico e Sustentável a partir de 31 de outubro de 2.022.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto dos Gaúchos MT, em 25 de outubro de 2.022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 019

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT CONVOCA os candidatos Aprovados/Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2022, para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste edital, no Paço Municipal da Prefeitura de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, e realizar exame médico admissional conforme Anexos II deste edital, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:

Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL "E" – AUXILIAR DE SALA

LOCAL: CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRINCIPE

INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO	POR.	MAT.	ESP.	TOTAL
1466	ANA PAULA DOS SANTOS	CLASSIFICADO	8,0	4,0	42,0	54,0

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 25 de Outubro de 2022.

VANDERLEI ANTONIO DE ABREU

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

v **(FOTOCÓPIAS)**

Ø CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

Ø CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

Ø TÍTULO DE ELEITOR

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)

Ø CARTEIRA DE TRABALHO

Ø PIS OU PASEP

Ø COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (HISTÓRICO/ATESTADO E OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO)

Ø COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

Ø CERTIDÃO DE NASCIMENTO E CPF DOS DEPENDENTES

v **OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO**

Ø RESERVISTA -

v **OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.**

Ø CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

v **OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.**

Ø CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.

v **(ORIGINAIS)**

Ø ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

Ø CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

Ø COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

Ø DECLARAÇÃO DE BENS.

Ø DECLARAÇÃO QUE NÂO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

Ø CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS DE PORTO DOS GAUCHOS

v **(INFORMAR)** Ø **CONTA BANCARIA E AGENCIA (PAGAMENTO DO SALARIO)** Ø **EMAIL** Ø **NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO**

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do servidor:_____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

Observações:_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ PORTO, _____/_____/_____.

A segunda via deste atestado.

Nome : _____

Assinatura Servidor Carimbo e Assinatura Médico/CRM

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do Servidor: _____

Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno:_____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____

Ap. Circ. Asculta:_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____

Coluna Vertebral_____

Membros_____

Sistema Nervoso _____

Exames Complementares _____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

PROCESSO LICITATÓRIO DESERTO PP 073/2022

PROCESSO LICITATÓRIO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 138/2022

PREGÃO PRESENCIAL N°. 073/2022

O município de Porto dos Gaúchos/MT, através do seu Presidente da Comissão municipal de Licitação torna público a quem possa interessar, que no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2022, cujo objeto tem por finalidade **REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE BILHETES DE PASSAGENS DE TRANSPORTE EM LINHAS TERRESTRES INTERMUNICIPAIS PARA ATENDENR A TODAS AS SECRETARIAS E UNIDADES DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**, conforme segue. Com data de abertura do dia 21 de outubro de 2022, que NÃO TIVEMOS NENHUMA EMPRESA PARTICIPANDO NESTE CERTAME, restando portando “DESERTA”.

Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Porto Dos Gaúchos/MT, Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Departamento de licitações ou telefone (66) 3526-2000.

Porto dos Gaúchos – MT, 21 de outubro de 2022.

Alessandro Isernhagen Hydalgo

Presidente da CML

Comissão Municipal de Licitação

NOTIFICAÇÃO CONTRATO 099/2022

O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, entidade de direito público interno, estabelecido com sede na Praça Leopoldina Wilke, nº 19, Centro, Porto dos Gaúchos - MT, neste ato presentado pelo fiscal de obra Sr. Ramon Abraão de Paula, considerando o cronograma da obra e ordem de serviços em 24/05/2022, vem por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **BKP CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alisios, 332, Ed. The Point Smart Business, sala 608A, Despraiado, Cuiabá-MT, por atraso na evolução da obra da Pavimentação Asfaltica e drenagem do Bairro Beira-Rio, localizado em Porto dos Gaúchos-MT, que deveria ser **finalizada** até 24/09/2022 e no momento temos **77,92%** da obra executada (confome 3ª medição, realizada em 30/09/2022). Com o inicio da temporada de chuvas no município, o atraso da etapa *5. DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES*, que dentre outros itens contempla sarjetas e meio-fio vem causando erosão em diversos trechos da obra (conforme imagens abaixo) o que pode ocasionar prejuizos à municipalidade além de riscos à população, solicita **esclarecimentos em um prazo de 5 dias úteis** e **imediata execução da etapa supracitada** e conclusão geral da obra, visto que com esta etapa realizada, serão possíveis a ativação das bocas de lobo e da rede coletora de águas pluviais, acabando com o problema gerado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA N°011/2022

DISPENSA Nº 011/2022 – LEI Nº 14.133

PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU/MT

AVISO DE DISPENSA nº 011/2022 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISOS II e XV da Lei 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **AQUISIÇÃO DE LIVROS DE CAPA DURA – PROJETO ESTANTE MÁGICA**, conforme Lei n° 14. 133/21.

Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 31/10/2022 às 08:00 horas.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, sito a Av. Brasília, n° 809, Jardim das Américas, Cep: 78800-000, no horário de 07:00 às 11:00 ou 13:00 às 17:00 horas, em dias uteis ou pelo E-mail: licitacao.poxoreu.dispensa@gmail.com ,até a data limite.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município http://www.poxoreu.mt.gov.br/topicos/licitacao/ ou através do E-mail: licitacao.poxoreu.dispensa@gmail.com . Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, sito a Av. Brasília, n° 809, Jardim das Américas, Cep: 78800-000, de segunda a sexta feira.

Poxoréu-MT, 25 de outubro de 2022.

NELSON ANTÔNIO PAIM **PREFEITO MUNICIPAL**

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 076/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 076/2022

PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2021

Nelson Antônio Paim, Prefeito Municipal de Poxoréu –Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 93, inciso X da Lei Orgânica Municipal de Poxoréu e o disposto no TÍTULO IX da Lei Municipal n.º 905, de 21 de novembro de 2003, embasado na Lei Municipal n. º 1.858, de 11 de abril de 2017, bem como no resultado oficial do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, divulgado através do Resultado Final Definitivo, de 22/12/2021, homologado em 28/12/2021, considerando a identificação de vagas disponíveis para provimento temporário, bem como a necessidade de servidores para complementação do quadro de funcionários da Administração Pública Municipal:

C O N V O C A:

Os abaixo elencados, conforme ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021, para, querendo, comparecerem no departamento de Recursos Humanos, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, em horário de expediente, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis a contar da publicação deste Edital**, para tomarem posse no cargo em que foram classificados, devendo apresentar a seguinte documentação, sob pena de ser-lhes negada a posse:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovantes) e CPF;

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos e CPF.

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

11. Certidão de Quitação Eleitoral;

12. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

13. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

14. Comprovante de residência

15. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

16. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

17. Declaração de bens;

18. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso.

19. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

20. 1 Foto 3X4 (atual, colorida);

21. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

22. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

23. Atestado Admissional

t) Títulos apresentados na inscrição;

O não comparecimento do (a) convocado (a) no dia e horário da atribuição e a apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual fora aprovado (a), reservando-se a Administração ao direito de convocar outro candidato, caso haja.

CONVOCA:

PROFESSOR SEDE

Classificação	Nome	CPF
50º	**ZENAIDE TELES VASCO**	**005.XXX.XXX-41**

Registre-se. Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 25 de outubro de 2022.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Este Edital de Convocação foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 19/12/2018 e no Jornal Oficial dos Municípios/ AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 200

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 01-2022 - PRORROGA PRAZO DE INSCRIÇÃO PARA INTERESSADOS À CANDIDATURA A CONSELHEIRO TUTELAR

Edital Complementar n°. 01/2022/CMDCA Poxoréu –MT, 24 de Outubro de 2022

Prorroga o prazo de inscrições contido no Anexo da Resolução nº. 37/ CMDCA/2022/Edital de Eleições suplementares para o Conselho Tutelar de Poxoréu – MT e dá outras providências

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme impõe a legislação e o Regimento Interno,

CONSIDERANDO que o período de inscrição para interessados à candidatura de Conselheiro Tutelar, a ser escolhido em processo de eleição suplementar poderá restar prejudicado em função dos feriados de 26/10/ 2022 (Aniversário do município de Poxoréu) e de 02 de Novembro de 2022 (consagrado ao Dia de Finado) e

CONSIDERANDO o oferecimento de um prazo maior para as inscrições de interessados no certame eleitoral do CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1° - Fica prorrogado o período de inscrição para os interessados na candidatura de Conselheiro Tutelar de **21/10 a 09/11/2022**, passando a redação do item 2. Do Edital vigorar com a seguinte:

2. As inscrições ocorrerão presencialmente no período compreendido entre **21/10/ a 09/11/2.022**, no período das 8:00 às 11:00 e de 13h as 17h na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado à Rua Osvaldo Cândido Pereira, S/n, Bairro Lagoa I, nesta cidade de Poxoréu, ou pelo email: *cmdcapoxoreu@gmail.com*. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone celular **(65) 99921-1262** (também waatapp) ou presencialmente na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As datas e/ou período consignado no teor do edital serão readequadas ao cronograma do certame, conforme consta do subtítulo X – DO CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL SUPLEMENTAR, item 42, que passa a vigorar da seguinte forma:

"42. O processo eleitoral suplementar para escolha de 01 (um) conselheiro tutelar titular e suplentes obedecerá ao seguinte cronograma:

Nº	Descrição do processo	Data/ Período
001	Período de divulgação do edital	13 a 20/10/ 2022
002	Período de inscrição de candidatos	21/10 a **09/11/ 2022**
003	Prazo para análise documental	10 a 11/11/ 2022.
004	Interposição de recursos ao resultado da análise documental	14 a 16/11/ 2022
005	Publicação de Resultado dos recursos	17/11/ 2022
006	Entrevista de Conhecimentos Específicos e Avaliação Psicológica	18/11/ 2022
007	Publicação de resultados em D.O AMM/MT e na página institucional do CMDCA: cmdcapoxoreu.com.br	22/11/ 2022
008	Interposição de recursos ao resultado da análise documental	23/11/ 2022
009	Julgamento dos recursos e publicação em D.O AMM/MT e na página institucional do CMDCA: cmdcapoxoreu.com.br	Até 25/ 11/ 2022
010	Período de propaganda e campanha eleitoral para os candidatos	28/11 a 09/12/ 2022
011	Data da eleição para escolha dos candidatos a Conselheiro Tutelar, sendo 01 titular e os demais, suplentes, nas seções eleitorais credenciadas	11/12/ 2022
012	Processo de Escrutinação dos votos, a partir das 18h	11/12/ 2022
013	Interposição de recursos ao resultado das eleições	12 e 13/12/ 2022
014	Julgamento dos recursos e publicação em D.O AMM/MT e na página institucional do CMDCA: cmdcapoxoreu.com.br	Até 15/ 12/ 2022
015	Diplomação dos eleitos e nomeação e posse de 01 (um) conselheiro tutelar titular	10/01/ 2023.

Art. 3º - Este Edital Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poxoréu – MT, 24 de Outubro de 2022.

DIVINA DA SILVA BARROS

Presidente do CMDCA

RESULTADO DE JULGAMENTO N°024/2022-INEXIGIBILIDADE Nº05/ 2021-CREDENCIAMENTO N°01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 111/2021

INEXIGIBILIDADE N.º 005/2021

CREDENCIAMENTO N° 001/2021

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 024/2022

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 001/2021, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 25/10/2022 as 08:00h (oito horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 160 de 28 de janeiro de 2022, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Brasília, n°. 809, Jardim das Américas, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – Luiz Carlos dos Santos Severino 08317956113, portador do CNPJ Nº: 48.098. 763/0001-43, Ocupação: SERVENTE DE PEDREIRO,** email: dossantosluizcarlos090@gmail.com, Telefone:(66) 999xx-xx83, Endereço: Rua Erico Verissimo, S/n.º, Bairro Jardim Novo Horizonte, Poxoréu/MT. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada

mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 25 de outubro de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO N°05/2022-INEXIGIBILIDADE N°014/2022-CREDENCIAMENTO N°03/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091/2022

INEXIGIBILIDADE N.º 014/2022

CREDENCIAMENTO N° 003/2022

RESULTADO DE JULGAMENTO Nº 05/2022

A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT, leva ao conhecimento dos interessados o julgamento dos documentos de habilitação, referente ao Credenciamento nº 003/2022, credenciamento de pessoas jurídicas para atender demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT durante o período de 12 meses, após a convocação. No dia 25/10/2022 as 08:00h (oito horas) a Comissão Permanente de Licitação instituída pela portaria 160 de 28 de janeiro de 2022, reuniram-se na Sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, na Sala de Licitação à Avenida Brasília, n°. 809, Jardim das Américas, com o objetivo de receber e julgar. Após análise detalhada de todas as exigências do edital, a Comissão de Licitação, DECIDE HABILITAR os participantes, conforme segue: **1 – Benedita Cantuaria de Arruda 30397855168, portador do CNPJ Nº: 48.253.582/0001-44, Ocupação: LIMPEZA PREDIAL,** email: beneditacantoaria166@gmail.com, Telefone:(66) 992xxxx77, Endereço: Rua Erico Verissimo, s/n°, Bairro Jardim Novo Horizonte, Poxoréu/MT, CEP 78800-000. Todas as documentações apresentadas estiveram de acordo com o Edital de Credenciamento. Concluído os trabalhos a Presidente determinou a publicação do presente no quadro do mural, no SITE oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios (AMM) para ciência dos interessados. Nada mais requerido nem a tratar, a sessão foi encerrada e lavrada a Ata que será assinada pelos presentes. Em Poxoréu-MT, 25 de outubro de 2022.

Tatianne Pereira da Silva Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 74/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

CONTRATADO: FM SERVICOS COMBINADOS LTDA

CNPJ: 39.928.631/0001-00

Objeto: Contratação de Empresa para Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção para atender a Secretaria Municipal de Obras.

VIGÊNCIA: 26/10/2022 a 25/10/2023

Reserva do Cabaçal-MT, 25 de Outubro de 2022

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Licitação: 43/2022

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construção para atender a Secretaria Municipal de Obras.

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2022, para contratação dos serviços acima mencionado.

RESERVA DO CABACAL-MT, 25 de Outubro de 2022.

Registre-se

Publique-se

JONAS CAMPOS VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 108/2022

CONTRATO Nº108/2022

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa Jurídica: **M DE ARCANJO DOS REIS**

CNPJ Nº: 26.609.370/0001-14

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL, ADQUIRIDOS COM RAPIDEZ PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA MT

VIGENCIA: 12 MESES

VALOR R$: 100.362,00 (Cem mil e trezentos e sessenta e dois reais)

ASSINAM: LUZIA NUNES BRANDÃO – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa Jurídica **M DE ARCANJO DOS REIS - ME**

DATA ASSINATURA: 25/10/2022

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2022

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2022

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO INFORMATIZADO PARA A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DE REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADAS PELA CONTRATADA. Conforme especificações constantes no anexo I. Sagrou-se vencedor do certame a empresa: PANTANAL GESTÃO E TECNOLOGIA LTDA-ME, CNPJ: 18.009.871/0001-31, o qual apresentou proposta no valor global de R$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais).

Ribeirão Cascalheira-MT, 25 de Outubro de 2022.

GUSTAVO TIAGO QUEIROZ DA MAIA SANTOS

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÃO
ERRATA TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA N.º 013/2022

ERRATA TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA N.º 013/2022

O *Município de Ribeirão Cascalheira – MT,* por meio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições, torna publico a presente “ERRATA” referente ao Termo de Ratificação 013/2022, que tem por o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUEIRO BTCC 300 X 300 NO CÓRREGO DO BARREIRO, MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, conforme a seguir:

Altera o dia do Termo de Ratificação Nº 13/2022, para a seguinte redação:

Onde se lê: 19 de Outubro de 2022

Leia-se: 21 de Outubro de 2022

Ribeirão Cascalheira-MT, 25 de Outubro de 2022.

CLEIDE APARECIDA DE SOUZA ROSÁRIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

SECRETARIA DE SAÚDE
RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS REMUME 2022

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS REMUME 2022

Regulamento:

1. Padronização

1.1 - A Secretaria Municipal de Saúde, através da Comissão de Farmacoterapêutica elaborou a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (**REMUME**), pactuando um elenco de 313 medicamentos na Assistência Farmacêutica Básica, injetável e auto custo, que atendem a maioria das necessidades da população que utilizam os serviços de saúde da atenção básica.

1.2 - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) de Rondolândia/MT.

ANEXO I

1.2.1 – Cada medicamento foi designado pela Denominação Comum Brasileira (DCB) acompanhado da forma farmacêutica e concentração, e estão descritos em ordem alfabética.

1.2.2 - A REMUME 2022 é composta por todos os medicamentos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, oriundos de aquisição direta ou de repasses dos programas estratégicos do Ministério de Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde.

1.2.3 – Esta lista padronizada de medicamentos destina-se à dispensação aos pacientes e ao uso na Unidade Básica de Saúde de Rondolândia, sendo disponibilizados conforme o perfil assistencial das mesmas. Deste modo, este instrumento tem caráter delineador de condutas profissionais pautadas na melhor evidência, buscando a garantia de acesso aos medicamentos e por fim, almejando o uso seguro e racional dos mesmos.

1.2.4 – Para atualização da REMUME, o profissional deverá preencher o formulário constante no Anexo II, descrevendo as evidências clinicas e/ou econômicas que justifiquem a solicitação (eficácia, efeitos colaterais, contra-indicações, precauções, toxicidade, custo/beneficio, custo médio do tratamento, etc.) Este formulário deverá ser enviado à comissão para atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais, que possui autonomia para avaliar e deliberar sobre a inclusão e/ou exclusão de qualquer item.

2.0 Prescrição

2.1 – No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), as prescrições devem adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira – DCB (ou seja, o nome genérico da substancia ativa), instituída pela portaria n° 1.179, de 17 de Junho de 1996 da ANVISA – ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), conforme determina o art. 23° da Lei Federal n° 9.787/1999.

2.2 – A prescrição deverá ser emitida em duas vias, em português compreensível e por extenso, em letra legível, observada a nomenclatura e o sistema de pesos/medidas oficiais, em consonância com o art. 35 da lei n° 5.991/73, alem de conter:

I-Nome do paciente

II - Número do Cartão SUS

III- Nome do Medicamento e Concentração

IV – posologia e quantidade a ser dispensada

V- Nome do profissional prescritor, com o respectivo carimbo contendo o número do registro no conselho da classe;

IV- Data e assinatura.

2.3 – A prescriçãonão poderá conter rasuras;

2.4 – Dos Medicamentos Controlados – Portaria SVS/MS n° 344/98

2.4.1 – A prescrição de medicamentos sujeitos a controle especial poderá ser feita por período equivalente à 01 mês (30 dias);

2.4.2 – Cabe ao prescritor definir se o medicamento é de uso contínuo, devendo obrigatoriamente, registrar o termo USO CONTINUO ao lado do nome do medicamento e questão.

2.4.3 – As prescrições de USO CONTINUO têm validade de no máximo 180 dias, conforme avaliação clinica do paciente.

3.0 Dispensação

3.1 - Os medicamentos padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde serão fornecidos gratuitamente, aos pacientes residentes no Município de Rondolândia e que tenham passado por consulta na Unidade Básica de Saúde Hueverton Bruno da Silva Rabelo.

3.2 - A dispensação de medicamentos na Unidade dispensadora ocorrerá somente mediante apresentação do receituário, prescrito de acordo com o disposto no item 2.2

3.3 - É vedado o atendimento de receituários com rasuras.

3.4 - O dispensador deve registrar no receituário a quantidade do medicamento que foi dispensado, a data do atendimento e seu nome legível.

3.5 – A primeira via do receituário deve ser devolvida ao usuário e a segunda via deve ficar retida na farmácia onde será arquivada por um período de 5 (cinco) anos para fins administrativos.

3.6 – Será fornecida a quantidade de medicamentos de uso continuo para um período máximo de 30 (trinta) dias de tratamento.

3.6.1 – Para o fornecimento de medicamentos de uso continuo, o usuário deverá utilizar a 1° via do receituário para retirar o(s) medicamento(s) mensalmente, durante o prazo estabelecido pelo prescritor, desde que não exceda 180 dias, onde será registrada a entrega e solicitado ao paciente um novo receituário para os próximos meses.

3.6.2 – Quando a prescrição for superior a 30 dias, o paciente deverá retornar à Farmácia da Unidade de Saúde, para receber nova quantidade de medicamentos, com o mesmo receituário, sem necessidade de passar por nova consulta. Nesses Casos, os pacientes devem retornar no mês seguinte com a prescrição original, acompanhada de uma cópia, para receber o que ainda falta para o fim do tratamento, ou quantidade para mais de 30 dias.

3.6.3 – Os pacientes deverão trazer junto com a receita original uma cópia da mesma, para retirada dos medicamentos de uso contínuo.

3.7 – Os medicamentos Utilizados para realizar curativos, os injetáveis e aqueles utilizados para inalação serão administrados na própria unidade de saúde e não será fornecido aos pacientes. Nesse caso excetuam-se as insulinas.

3.7.1 – Nos casos em que houver supervisão da equipe com relação a atendimento domiciliar e em situações especiais, os medicamentos para inalação, curativos e injetáveis poderão ser fornecidos para uso na residência.

3.8 – No caso de medicamentos prescritos “se necessário”, “se dor”, “se febre”, como por exemplo, paracetamol gotas e Ibuprofeno 300 mg, em que não há especificado na prescrição o tempo de tratamento, serão fornecidos respectivamente 01 (um) frasco e/ou 10 comprimidos. Prescrições de antiflamatórios, analgésicos e antitérmicos com quantitativo acima de 20 comprimidos ou 1 frasco será necessária justificativa médica.

3.9 – Os anticoncepcionais serão dispensados na UBS e terão validade de 06 (seis) meses.

3.9.1 – As pacientes deverão trazer junto com a receita original uma cópia da mesma para retirada do medicamento anticoncepcional.

3.10 – A validade dos receituários dos demais medicamentos serão de 10 dias a partir da data de emissão.

3.11 – Da dispensação dos medicamentos controlados:

3.11.1 A quantidade dispensada dos medicamentos controlados de uso continuo será de 60 dias de tratamento.

4.0 – Das Disposições Finais

4.1– Fica vetada a dispensação/ fornecimento de medicamentos para menores de 16 anos desacompanhados.

4.2 – A Unidade de Saúde, na figura de seu coordenador, é responsável pelo cumprimento das Normatizações disposta nesta Portaria.

4.3 – A responsabilidade pelo fornecimento de receituário em duas vias ao usuário é da instituição que está prestando o atendimento.

4.4 – Fica padronizado que quando houver a prescrição de 01 caixa, deve-se dispensar 30 comprimidos /cápsulas.

4.5 – Ficam proibidos a dispensação do(s) medicamento(s) cujo receituário não obedeça(m) os critérios citados nesta portaria.

4.6 – Caberá ao farmacêutico responsável pela UBS, decidir sobre os casos que não se incluam nesta Regulamentação.

RELAÇÃO NOMINAL DOS MEDICAMENTOS

CÓDIGO CATMAT	DCB	FORMAFARMACEUTICA/ CONCENTRAÇÃO/APRESENTAÇÃO	RESTRIÇÃO
339783-1	HIDRÓXIDO DE ALUMINIO	ASSOCIADO COM HIDROXIDO DEMAGNÉSIO E OXETACAINA, DOSAGEM 60 MG/ML+20 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	
12184-3	ACARBOSE	COMPRIMIDO 50 MG	
319986-0	ACEBROFILINA	XAROPE INFANTIL 25 MG/5ML FRASCO 120 ML	
325047-4	ACEBROFILINA	XAROPE ADULTO 50MG/5ML FRASCO 120ML	
306513-8	ACICLOVIR	COMPRIMIDO 200 MG	
3094189	ACICLOVIR	POMADA 50 MG/G 10 G	
306523-5	ACIDO ACETIL SALICÍLICO	COMPRIMIDO 100 MG	
313794-5	ÁCIDO ASCÓRBICO	COMPRIMIDO 500 MG	
306534-0	ÁCIDO FÓLICO	COMPRIMIDO 5 MG	
00010605	ÁCIDO FOLICO 400 UG	COMPRIMIDO 400 UGALEND	
339685-1	ÁCIDO VALPRÓICO	COMPRIMIDO 500 MG	RECEITA C
340899-0	ÁCIDO VALPRÓICO	SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML FRASCO 100 ML	RECEITA C
309744-7	**ADRENALINA** ´(epinefrina)	**DOSAGEM 1MG INJETAVEL**	HOSPITALAR
172787-7	ALBENDAZOL	COMPRIMIDO MASTIGAVEL 400 MG	
62133-9	ALBENDAZOL	SUSPENSÃO ORAL 40 MG/ML FRASCO 10 ML	
10612-7	ALOPURINOL	COMPRIMIDO 100 MG	
41735-1	ALPRAZOLAM	COMPRIMIDO 1MG	RECEITA C
45489-3	ALPRAZOLAM	COMPRIMIDO 0,5MG	RECEITA C
04118-2	AMBROXOL	CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO 3MG/ML XAROPE INFANTIL	
309750-1	AMINOFILINA	COMPRIMIDO 100 MG	
101250-5	AMIODARONA	COMPRIMIDO 100 MG	
306723-8	AMITRIPTILINA	CLORIDRATO,25 MG COMPRIMIDO	RECEITA C
306733-5	AMOXICILINA	COMPRIMIDO 500 MG	
386306-9	AMOXICILINA	PÓ SUSPENSÃO ORAL 250MG/5 ML FRASCO 60 ML	
309761-7	AMOXICILINA+CLA VULANATO DE POTÁSSIO	SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML+12,5MG/ML FRASCO DE 100 ML	
326719-9	AMOXICILINA 875MG + CLAVULONATO DE POTÁSSIO 125MG COMPRIMIDO.	AMOXICILINA 875MG + CLAVULONATO DE POTÁSSIO 125MG COMPRIMIDO.	

309764-1	AMOXICILINA+ CLAVULANATO DE POTÁSSIO	COMPRIMIDO 500MG +125 MG	
306741-6	AMPICILINA	CAPSULA OU COMPRIMIDO 500MG	
306747-5	ANLODIPINO	BESILATO/COMPRIMIDO 5 MG	
309739-0	ATENOLOL	COMPRIMIDO 25 MG	
306815-3	AZITROMICINA	COMPRIMIDO 500 MG	
306825-0	AZITROMICINA	PO PARA SUSPENSÃO ORAL, 600MG FRASCO/AMPOLA	
306825-0	BIPERIDENO	CLORIDRATO–COMPRIMIDO 2 MG	RECEITA C
329464-1	BROMAZEPAM	COMPRIMIDO 3MG	RECEITA C
340265-7	BUPROPIONA CLORIDRATO	DOSAGEM 150MG, COMPRIMIDO	
306861-7	CAPTOPRIL	COMPRIMIDO 25 MG	
310882-1	CAPTOPRIL	COMPRIMIDO 50 MG	
306863-3	CARBAMAZEPINA	COMPRIMIDO 200 MG	RECEITA C
306863-3	CARBAMAZEPINA	SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML(2%) FRASCO 100 ML	RECEITA C
10817-0	CARBONATO DE LITIO	COMPRIMIDO 300 MG	RECEITA C
311115-6	CARVEDILOL	COMPRIMIDO 3, 125 MG	
306902-8	CEFALEXINA	COMPRIMIDO 500 MG	
306903-6	CEFALEXINA	SUSPENSÃO ORAL 250MG/5 ML(50MG/ML) FRASCO 60 ML	
314057-1	CETOCONAZOL	COMPRIMIDO 200 MG	
314058-0	CETOCONAZOL	CREME TÓPICO BIS 20MG G30G	
314100-4	CIMETIDINA	COMPRIMIDO 200MG	
310711-6	CINARIZINA	COMPRIMIDO 75 MG	
308276-8	CIPROFLOXACINO	CLORIDRATO/COMPRIMIDO 500MG	
23251-3	CLOMIPRAMINA	CLORIDRATO/COMPRIMIDO REVESTIDO DRAGEA 10 MG	
314101-2	CLONAZEPAM	FRASCO 2,5MG/ML 20ML	RECEITA B
18347-4	CLONAZEPAM	COMPRIMIDO 0,5 MG	RECEITA B
306988-5	CLONAZEPAM	COMPRIMIDO 2 MG	RECEITA B
310781-7	CLONIDINA	CONCENTRACAO/0,100 MG, COMPRIMIDO	
289348-7	CLORETO DE SÓDIO	SOLUÇÃO NASAL 9MG/ML (0,9%) FRASCO 30 ML	
320111-2	CLOTRIMAZOL	CREME VAGINAL BISNAGA 20MG/G	
308080-3	COLAGENASE	POMADA, CONCENTRAÇÃO 0,6 UI/G BISNAGA 30 G	
227305-5	COLIRIO ANÉSTESICO	COLIRIO ANESTESICO CONTA-GOTAS 10 ML	
307043-3	DEXAMETASONA	COMPRIMIDO SULCADO 4 MG	
307045-0	DEXAMETASONA	DOSAGEM 2%, CREME BISNAGA COM 10G, VIA TÓPICA	
396291-1	DEXAMETASONA	ELIXIR DOSAGEM 0,1MG/ML FRASCO VIA ORAL	
314121-7	DEXCLORFENIRAMINA	MALEATO XAROPE 2MG/5ML FRASCO 100 ML	
314123-3	DIAZEPAM	COMPRIMIDO 5 MG	RECEITA C
236774-2	DICLOFENACO	POTASSICO COMPRIMIDO 50 MG	
307062-0	DICLOFENACO	SAL SÓDICO COMPRIMIDO 50 MG	
307117-0	DIGOXINA	COMPRIMIDO 0,25 MG	
305442-0	DIPIRONA SÓDICA	SOLUÇÃO ORAL 500MG/ML FR10ML	
314135-7	DIPIRONA SÓDICA	DOSSAGEM 300 SUPOSITÓRIO INFANTIL	
307120-0	DIPIRONA SÓDICA	COMPRIMIDO 500 MG	
316044-0	DOXICICLINA	100 MG –COMPRIMIDO CAPSULA	
322588-7	ENALAPRIL	MALEATO COMPRIMIDO 20 MG	
316138-2	ENALAPRIL	MALEATO COMPRIMIDO 10 MG	
310898-8	ESCOPOLAMINA BULTIBROMETO	SOLUÇÃO ORAL 10MG/ML FRASCO 10 ML	
310898-8	ESCOPOLAMINA BULTIBROMETO	COMPRIMIDO 10 MG	
235401-2	ESPIRONOLACTONA	COMPRIMIDO 25 MG	
11048-5	ESTROGÊNIOS CONJUGADO	CREME VAGINAL 0,625MG/G BISNAGA 25 G	
364491-0	ETINILESTRADIOL	+ LEVONORGESTREL / COMPRIMIDO 0,03MG + 0,15 MG	
316811-5	FENITOINA SÓDICA	COMPRIMIDO 100 MG	RECEITA C
316819-0	FENOBARBITAL	COMPRIMIDO 100 MG	RECEITA C
316640-6 319964-9	FLUCONAZOL	CAPSULA/COMPRIMIDO 150 MG	RECEITA C
320180-5 311185-7	FLUOXETINA	CAPSULA/COMPRIMIDO 20 MG	RECEITA C
316778-0	FUROSEMIDA	COMPRIMIDO 40 MG	
336151-9	GLIMEPIRIDA	COMPRIMIDO 1 MG	
318167-7	HALOPERIDOL	COMPRIMIDO 1 MG	RECEITA C
318168-5	HALOPERIDOL	COMPRIMIDO 5 MG	RECEITA C
316643-0	HIDRALAZINA	COMPRIMIDO 25 MG	
316657-0	HIDROCLOROTIAZIDA	COMPRIMIDO SULCADO 25 MG	
320189-9	IBUPROFENO	COMPRIMIDO 600 MG	
313766-6	IBUPROFENO	SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML FRASCO 30ML	
308646-1	INSULINA HUMANA NPH	SOLUÇÃO INJETAVEL 100 UI/ML	
338661-9	INSULINA HUMANA NPH REGULAR	SOLUÇÃO INJETAVEL 100 UI/ML	
314981-1	IPRATROPIO	BROMETO 0,25 SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO FRASCO 10 ML	
324258-7	ISOSSORBIDA	DINITRATO/ COMPRIMIDO SUBLINGUAL 5 MG	
318045-0	IVERMECTINA	COMPRIMIDO 6 MG	
153353-3	LACTULOSE	XAROPE 667 MG/ML FR 120 ML	
84408-0	LEVODOPA + BENSERAZIDA	CAPSULA 100 MG + 25 MG	
48039-8	LEVODOPA + BENSERAZIDA	COMPRIMIDO 200 MG + 50 MG	
11164-3	LEVODOPA + CARBIDOPA	COMPRIMIDO 250MG+25MG	
000903-7	LEVODOPA + CARBIDOPA	LEVODOPA 100 MG + CARBIDOPA 25 MG	
318189-8	LEVOFLOXACINO	COMPRIMIDO 500 MG	
318229-0	LEVOPROMAZINA	COMPRIMIDO 25 MG	

288351-1	LIDOCAINA	CLORIDRATO, DOSAGEM 2%, APRESENTAÇÃO GELÉIA	
334427-4	LORATADINA	COMPRIMIDO 10 MG	
329290-8	LORATADINA	XAROPE 1MG/ML FRASCO 100 ML	
318352-1	LOSARTANA POTASSICA	COMPRIMIDO 50 MG	
333493-7	LOSARTANA POTASSICA	COMPRIMIDO 100 MG	
318356-4	MEBENDAZOL	COMPRIMIDO 100 MG	
150543-2	MEBENDAZOL	20 MG/ML FRASCO 30 ML SOLUÇÃO ORAL	
347846-7	MEDROXIPROGESTERONA	ACETATO SUSPENSÃO INJETAVEL 150 MG/ML AMPOLA 1 ML	HOSPITALAR
316749-6	METFORMINA	CLORIDRATO COMPRIMIDO REVESTIDO 500 MG	
316750-0	METFORMINA	CLORIDRATO COMPRIMIDO REVESTIDO 850 MG	
324644-3	METILDOPA	COMPRIMIDO REVESTIDO 250 MG	
316788-7	METOCLOPRAMIDA	CLORIDRATO/COMPRIMIDO 10 MG	
316789-5	METOCLOPRAMIDA	CLORIDRATO/ SOLUÇÃO ORAL 4 MG/ML FRASCO 10 ML	
316647-3	METRONIDAZOL	COMPRIMIDO 250 MG	
329373-4	METRONIDAZOL	GEL VAGINAL 100 MG/G (10%) BISNAGA 50 G	
316648-1	METRONIDAZOL	SUSPENSÃO ORAL 40MG/ML FRASCO 100 ML	
368618-3	MICONAZOL	NITRATO/ CREME VAGINAL 20MG/G (2%)(40G, 60G,80G)	
337461-0	MIRTAZAPINA	COMPRIMIDO 30 MG	RECEITA C
316952-9	NEOMICINA+BACITRACINA	POMADA 5 MG/G +250UI/G	
0002834	NIFEDIPINO	COMPRIMIDO 20 MG	
318317-3	NISTATINA	SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ ML FRASCO 50 ML	
318320-3	NISTATINA	25.000 UI/G CREME VAGINAL BISNAGA 60 G	
307940-6	NITROGLICERINA	5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	HOSPITALAR
19205-8	NORETISTERONA	COMPRIMIDO 0,35 MG /BLISTER CALENDARIO COM 35 UNIDADES	
154411-0	NORFLOXACINO	COMPRIMIDO 400 MG	
320134-1	OMEPRAZOL	COMPRIMIDO 20 MG	
319704-2	PARACETAMOL	200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 10 ML	
319706-9	PARACETAMOL	COMPRIMIDO 500 MG	
337899-3	PERMETRINA	DOSAGEM 10, INDICAÇÃO LOÇÃO	
0002495	PIPOTIAZINA	PALMITATO 25 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	
328741-6	PREDNISOLONA	ACETATO XAROPE 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	
328745-9	PREDNISOLONA	ACETATO 11MG/ML FRASCO 20ML	
319620-8	PREDNISONA	COMPRIMIDO 5 MG	
319618-6	PREDNISONA	COMPRIMIDO 20 MG	
319663-1	PROMETAZINA	CLORIDRATO/COMPRIMIDO 25 MG	
322966-1	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL 3,5G +1,5G/2,9G +20G SACHÊ 27,9 G	
105402-3	SECNIDAZOL	30 MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 30 ML	
320156-2	SECNIDAZOL	COMPRIMIDO 1.000 MG	
320622-0	SINVASTATINA	COMPRIMIDO 20 MG	
308834-0	SULFADIAZINA DE PRATA	1 % INDICAÇÃO CREME / BISNAGA 50G	
318350-1	SULFATO DE MAGNÉSIO	COMPOSIÇÃO 10% SOLUÇÃO INJETAVEL	HOSPITALAR
338771-2	VASTAREL	TRIMETAZIDINA COMPRIMIDO 35 MG	

ANEXO II

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA REMUME – RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS

Tipo de proposta:

(X) Inclusão ( ) Exclusão ( ) Alteração

Nome genérico (DCB) e concentração:

_____

_____

Forma Farmacêutica:

(X)COMPRIMIDO (X)CÁPSULA ( )DRÁGEA (X)SOLUÇÃO ORAL

(X)XAROPE ( )SUPOSITÓRIO (X)AMPOLA (X)FRASCO/AMPOLA

(X)CREME ( )POMADA

( ) OUTRA. ESPECIFICAR_____

Indicação Terapêutica princi-pal:_____

_____

Justificativa Terapêutica para a solicitação de inclusão/exclusão:

Evidências clínicas e/ou econômicas que justifiquem a solicitação (eficácia, efeitos colaterais, contra-indicações, precauções, toxicidade, custo/beneficio, custo médio do tratamento, etc.) Com as referências bibliográficas.

PROPOSTA DE INCLUSÃO DESTES ITENS REFERENCIADOS ATRAVÉS DE PROTOCOLO CLÍNICOS DEFINIDOS ASSIM COMO A AMPLIAÇÃO DOS OUTROS ANTIMICROBIANOS JÁ PADRONIZADOS QUE SÃO DISTRIBUÍDOS ESPECIFICAMENTE ATRAVÉS DE ALGUNS PROGRAMAS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE.

A INCLUSÃO DESTES MEDICAMENTOS NA REMUME É DEVIDO PACIENTES DO MUNICPIO DE RONDOLANDIA ESTAR EM TRATAMENTO CONTINUO DE DOENÇAS CRÔNICAS E PRESCRIÇÃO DOS MEDICOS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PARA TRATAMENTOS DA POPULAÇÃO.

RELAÇÃO NOMINAL DOS MEDICAMENTOS BÁSICOS INCLUÍDOS

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DCB	FORMAFARMACEUTICA/ CONCENTRAÇÃO/APRESENTAÇÃO	RESTRIÇÃO
1.	334649-8	AMANTADINA	AMANTADINA, CLORIDRATO 100 MG	
2.	306753-0	ATENOLOL	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	
3.	314981-1	FENOTEROL	BROMIDRATO DOSAGEM FRASCO GOTAS P/INALAÇÃO	
4.	301654-A	RETINOL+COLICALCIFEROL	50.000 U.I/ml (vitamina A) + 10.000 U.I/ml (vitamina D) 20 ML	
5.	336151-9	GLIMEPIRIDA	COMPRIMIDO 2 MG	
6.	333557-7	GLIMEPIRIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG.	
7.	335151-3	NORTRIPTILINA	CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, CAPSULA, VIA ORAL	RECEITA C
8.	3160220	CARVAO VEGETAL ATIVADO	CARVAO VEGETAL ATIVADO PÓ, VIA ORAL	
9.	316894-8	GLIBENCLAMIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,	
10.	318296-7	NIMESULIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, SOLUCAO ORAL, FRASCO	
11.	0002834	NIFEDIPINO	COMPRIMIDO 10 MG	
12.	337045-3	OXCARBAZEPINA	60MG/ML SUSPENSÃO ORAL	RECEITA C
13.	319844-8	PROPANOLOL	CLORIDRATO CONCENTRACAO/ DOSAGEM 40 MG	
14.	320044-2	SULFATO FERROSO	CONCENTRACAO/DOSAGEM COMPRIMIDO 40MG	
15.	320669-6	SULFATO FERROSO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG/ML SOLUCAO	
16.	318035-2	ITRACONAZOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG	
17.	307969-4	CLOPIDOGREL, BISSULFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG	
18.	340329-7	DEXCLORFENIRAMINA,	MALEATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 6 MG	
19.	316204-4	ALENDRONATO DE SODIO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 70 MG	
20.	318300-9	VALPROATO DE SODIO (VALPROATO DE SÓDIO)	CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG	RECEITA C
21.	0007508	CARBONATO DE CALCIO + VITAMINA D3	COMPRIMIDO 600MG + 400UI	
22.	311116-4	CARVEDILOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 6,25 MG	
23.	315272-3	CARVEDILOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 12,5 MG	
24.	335290-0	CARVEDILOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG	
25.	320807-9	SULFADIAZINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA	
26.	368004-5	HIDROXIDO DE ALUMINIO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MG	
27.	316198-7	CLOMIPRAMINA	COMPRIMIDO 25 MG	RECEITA C
28.	315884-5	CLORPROMAZINA	CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG	RECEITA C
29.	315885-3	CLORPROMAZINA	CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG	RECEITA C
30.	307048-4	DEXCLORFENIRAMINA	COMPRIMIDO 2MG	
31.	347177-2	DOXAZOSINA	COMPRIMIDO 2MG	
32.	322280-2	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML + 5 MG/ML FRASCO	
33.	352490-6	DOXAZOSINA	MESILATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG	
34.	00050321	ESCITALOPRAM	COMPRIMIDO 10 MG	RECEITA C
35.	002493-1	ESCITALOPRAM	COMPRIMIDO 20 MG	RECEITA C
36.	0006169	FERRIPOLIMALTOSE	50 MG, SOLUCAO ORAL	
37.	395193-6	GLICLAZIDA	COMPRIMIDO 60 MG	
38.	318328-9	LEVOTIROXINA SODICA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MCG	
39.	318330-0	LEVOTIROXINA SODICA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MCG	
40.	318332-7	LEVOTIROXINA SODICA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MCG	
41.	373631-8	METOPROLOL SUCCINATO	COMPRIMIDO 100 MG	
42.	329301-7	METOPROLOL TARTARATO	COMPRIMIDO 100 MG	
43.	372041-1	METOPROLOL SUCCINATO	COMPRIMIDO 25 MG	
44.	318334-3	NITROFURANTOINA	CONCENTRACAO 100 MG	
45.	342609-2	SIMETICONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG/ML	
46.	337865-9	SIMETICONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG,	
47.	320154-6	SULFAMETOXAZOL +TRIMETOPRIMA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MG +80 MG	
48.	320794-3	SULFAMETOXAZOL +TRIMETOPRIMA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG +8 MG/ML	
49.	396286-5	NIMESULIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 200 MG	
50.	0009797	IPRATROPIO, BROMETO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML	
51.	330242-3	VITAMINAS DO COMPLEXO B	XAROPE 120 ML	
52.	306827-7	BISACODIL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG,	
53.	337468-8	SERTRALINA,	CLORIDRATO CONCENTRACAO 25 MG	RECEITA C
54.	335558-6	SERTRALINA,	CLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG	RECEITA C
55.	341090-0	CLORTALIDONA	CONCENTRACAO 25 MG	
56.	338771-2	TRIMETAZIDINA,	DICLORIDRATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 35 MG	
57.	0001505	FILTRO SOLAR	FATOR DE PROTECAO SOLAR 70 COM PROTECAO UVA/UVB	

RELAÇÃO NOMINAL DOS MEDICAMENTOS AUTO CUSTO INCLUÍDOS

	CÓDIGO TCE	DCB	FORMAFARMACEUTICA/ CONCENTRAÇÃO/APRESENTAÇÃO	RESTRIÇÃ
1.	337459-9	MONTELUCASTE DE SODIO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG, FORMA FARMACEUTICA GRANULADO, FORMA DE APRESENTACAO SACHE, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL- CAIXA COM 30 UNIDADES	
2.	263788-0	COMPLEXO MULTIVITAMINICO	POLIVITAMÍNICOS SEM SAIS MINERAIS COMPOSTO DE: PALMITATO DE RETINOL (VIT.A) 10.000UI COLECALCIFEROL (VIT. D) 800UI RIBOFLAVINA (VIT.B2) 5.000MG ÁCIDO ASCORBICO (VIT. C) 500MG NICOTINAMIDA (NIACINAMIDA) 100MG E CLORIDRATO DE PIRIDOXINA – 120 ML	
3.	304182-0	TIMOMODULINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 80 MG 120 ML	
4.	320159-7	RISPERIDONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
5.	320532-0	RISPERIDONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
6.	337166-2	MESALAZINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG, FORMA FARMACEUTICA SUPOSITORIO, VIA DE ADMINISTRACAO RETAL	
7.	337045-3	OXICARBAMAZEPINA	TRILEPTAL 6% SUSPEÇÃO 100 ML;	RECEITA C
8.	339726-2	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA -	CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
9.	341183-4	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
10.	316706-2	FORMOTEROL, FUMARATO -	CONCENTRACAO/DOSAGEM 12/400 MG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULAS + INALADOR, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	
11.	320440-5	MOMETASONA, FUROATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 400 MCG, FORMA FARMACEUTICA CAPSULA, FORMA DE APRESENTACAO CAPSULA + INALADOR, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	
12.	320604-1	SALBUTAMOL, SULFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MCG, FORMA FARMACEUTICA AEROSSOL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO SPRAY, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	
13.	308622-4	TIOTROPIO, BROMETO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 2,5 MCG/DOSE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO PARA INALACAO, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO + INALADOR, VIA DE ADMINISTRACAO INALATORIA	
14.	403990	ROFLUMILASTE	CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MCG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
15.	333330-2	NAC-N ACETILSALICÍLICO	COMPRIMIDO 600 MG;	
16.	383137-0	ROSUVASTATINA CALCICA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
17.	314084-9	CLOBAZAM	CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	RECEITA 1
18.	334097-0	LAMOTRIGINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
19.	334871-7	ACLASTA ACIDO ZOLEDRONICO	–CONCENTRAÇÃO/DOSAGEM 0,8 MG/ML FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTAÇÃO FRASCO – AMPOLA, VIA DE ADMINISTRAÇÃO INTRAVENOSA	
20.	318231-2	LEVOMEPROMAZINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
21.	345838-5	MECLIZINA, CLORIDRATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	
22.	319680-1	OXCARBAZEPINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	RECEITA C
23.	316733-0	FORMOTEROL, FUMARATO + BUDESONIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 12 MCG + 400 MCG	
24.	00024931	ESCITALOPRAM, OXALATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG	RECEITA C
25.	336372-4	OLANZAPINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG	RECEITA C
26.	336371-6	OLANZAPINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG	RECEITA C
27.	392439-4	MIRTAZAPINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 45 MG,	RECEITA C
28.	337523-4	PREGABALINA	COMPRIMIDO/ CAPSULA 75 MG	
29.	00034776	PREGABALINA	COMPRIMIDO/CAPSULA 50 MG	
30.	338195-1	PRIMIDONA	COMPRIMIDO 100 MG	
31.	399533-0	TIAMINA	COMPRIMIDO 100 MG	
32.	319821-9	VERAPAMIL	COMPRIMIDO 80 MG	
33.	432272-0	ZOLPIDEM	COMPRIMIDO 5 MG	
34.	00035704	PAPAINA	PASTA 10% 250 G	
35.	0000919	PAPAINA	PASTA 4% 250 G	
36.	00013518	PAPAINA	PASTA 6% 250 G	
37.		RETINOL, ACETATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100.000 UI,FORMA FARMACEUTICA DRAGEA,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	

RELAÇÃO NOMINAL DOS MEDICAMENTOS INJETAVEIS INCLUÍDOS

ITEM	CÓDIGO TCE	DCB	FORMAFARMACEUTICA/ CONCENTRAÇÃO/APRESENTAÇÃO	RESTRIÇÃO
1.	308054-4	ACIDO ASCÓRBICO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 100 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
2.	325064-4	ÁCIDO TRANEXÂMICO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
3.	00036914	ADENOSINA	SOLUCAO INJETAVEL 6MG/ML	
4.	00010550	ÁGUA DESTILADA	SOLUÇÃO INJETAVEL - 10 ML	HOSPITALAR
5.	306599-5	AMICACINA, SULFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 250 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
6.	306603-7	AMINOFILINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 24 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR

7.	00011543	AMIODARONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO	HOSPITALAR
8.	00010772	AMPICILINA SÓDICA	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 1G, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
9.	0009738	ATROPINA SULFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO	HOSPITALAR
10.	308192-3	BENZILPENICILINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 1.200.000 UI, FORMA FARMACEUTICA PO PARA SUSPENSAO INJETAVEL	HOSPITALAR
11.	306621-8	BICARBONATO DE SODIO	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 8,4%, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, AMPOLA 10 ML	HOSPITALAR
12.	0007500	BROMIDRATO DE FENOTEROL	A 0,25 MG/ML, SOLUCAO PARA INALACAO, FRASCO COM 20ML	HOSPITALAR
13.	000724-6	BROMOPRIDA	SOLUCAO INJETAVEL CONCENTRACAO 10 MG	
14.	77666-1	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 20MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
15.	316391-1	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 4 MG/ML + 500 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
16.	306907-9	CEFALOTINA SÓDICA	1,0 G SOLUÇÃO INJETAVEL	HOSPITALAR
17.	306922-2	CEFTRIAXONA	SÓDICA, DOSAGEM 1G IM/IV AMPOLA 1G	HOSPITALAR
18.	0007251	CITRATO DE FENTANILA	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,05 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
19.	46327-2	CLINDAMICINA FOSFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 600 MG (150 MG/ML), FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
20.	0002234	CLORETO DE POTÁSSIO	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 19,1 %, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL,	HOSPITALAR
21.	310810-4	CLORETO DE SÓDIO	CONCENTRAÇÃO A 10% SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 10 ML	HOSPITALAR
22.	306990-7	SUCCINATO SÓDICO, CLORANFENICOL	1.000MG , FRASCO INJETÁVEL	HOSPITALAR
23.	00013737	CLORPROMAZINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25MG, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
24.	155658-4	DEXAMETASONA	4MG,FOSFATO SOL.INJET. -2,5 ML	
25.	307123-5	DIPIRONA SÓDICA	500 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	HOSPITALAR
26.	307058-1	DIAZEPAM	DOSAGEM 5 MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
27.	314127-6	DICLOFENACO SÓDICO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
28.	311001-0	CLORIDRATO DE DOPAMINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
29.		DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA	DIMENIDRINATO + PIROXINA 50MG/ML + 50 MG/ML 1 ML	HOSPITALAR
30.	309744-7	ADRENALINA (epinefrina)	DOSAGEM 1MG INJETAVEL	HOSPITALAR
31.	308287-3	ENOXPARINA	ENOXAPARINA SODICA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 60 MG	HOSPITALAR
32.	307213-4	ETILEFRINA, CLORIDRATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
33.	00010773	FENITOÍNA SÓDICA	FORMA DE APRESENTACAO SOLUÇÃO INJETAVEL 50 MG	HOSPITALAR
34.	0007178	FENOBARBITAL	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 100MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
35.	316636-8	FITOMEDADODIONA	DOSAGEM 10 SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 1 ML	HOSPITALAR
36.	199813-7	FLUMAZENIL	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 0,1MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
37.	318155-3	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO + FOSFATO SÓDICO DIBÁSICO ENEMA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,16 G/ML + 0,06 G/ML RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO	HOSPITALAR
38.	308825-1	FUROSEMIDA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 10 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
39.	316818-2	GENTAMICINA, SULFATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
40.	308146-0	GLICOSE 25%	AMPOLA 10 ML	HOSPITALAR
41.	308146-0	GLICOSE 50%	AMPOLA 10 ML	HOSPITALAR
42.	235224-9	HALOPERIDOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 5MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
43.	308102-8	HEPARINA SÓDICA	SOLUÇÃO INJETAVEL SUBCUTANEA 5.000 UI/ 0,25 ML	HOSPITALAR
44.	316641-4	HIDRALAZINA	20 MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL AMPOLA 1 ML	HOSPITALAR
45.	308106-0	HIDROCORTISONA	500 MG AMPOLA/FRASCO	HOSPITALAR
46.	307590-7	SACARATO DE HIDROXIDO DE FÉRRICO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
47.	320626-2	IMUNOGLOBUNA ANTI RHO (D)	CONCENTRACAO/DOSAGEM 300 MCG, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
48.	0007259	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO + EPINEFRINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 2 % + 1/50.000, RESPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
49.	319075-7	METILERGOMETRIMA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
50.	316790-9	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
51.	308537-6	MIDAZOLAM	CONCENTRACAO/DOSAGEM 50 MG/10ML (5MG/ML), FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
52.	316918-9	MORFINA	APRESENTAÇÃO SULFATO, CONCENTRAÇÃO 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL	HOSPITALAR RECEITA C
53.	308556-2	NORAEPINEFRINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
54.	0007501	NALOXONA	NALOXONA, CLORIDRATO - CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 10 MG/ML	HOSPITALAR
55.	331989-0	OCITOCINA	5UI/ML - SOL. INJ. - 1ML	HOSPITALAR
56.	307837-0	OMEPRAZOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM 40 MG, PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
57.	153356-8	ONDANSETRONA	8 MG, SOLUCAO INJETAVEL, INTRAVENOSO,AMPOLA COM 4 ML	HOSPITALAR
58.	308874-0	OCITOCINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 5 UI/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR

59.	308874-0	OXACILINA	FRASCO 500 MG INJETAVEL	
60.	319826-0	PETIDINA,	CLORIDRATO 50MG/ML - SOL. INJ - 2ML	HOSPITALAR
61.	0002234	CLORETO DE POTÁSSIO	CONCENTRAÇÃO À 19,1% INJETAVEL AMPOLA 10ML	HOSPITALAR
62.				
63.	22448-0	VITELINATO DE PRATA	10% - SOL. OFTÁLMICA ESTÉRIL - EM RECIPIENTE PLÁSTICO CONTA-GOTAS - 5ML	HOSPITALAR
64.	319669-0	PROMETAZINA CLORIDRATO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 25 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
65.	00025571	RANITIDINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 25MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
66.	00022171	SULFADIAZINA DE PRATA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 1%, FORMA CREME - 400G	HOSPITALAR
67.	308617-8	**TENOXICAM**	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 40MG, INJETAVEL	HOSPITALAR
68.	307608-3	**TRAMADOL**	DOSAGEM DE 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL,	HOSPITALAR
69.	307037-9	DESLANOSÍDEO	CONCENTRACAO/DOSAGEM 0,2 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
70.	0002239	DECANOATO DE HALOPERIDOL	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL	HOSPITALAR
71.	310660-8	CIMETIDINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
72.	307845-0	LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRITOR	Frasc0 20 ml	HOSPITALAR
73.	308628-3	VANCOMICINA	CONCENTRACAO/DOSAGEM 500 MG, FORMA FARMACEUTICA PO LIOFILIZADO PARA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR
74.	308557-0	ROCURONIO	CONCENTRACAO 10MG/ML	HOSPITALAR
75.	00014106	SUXAMETONIO	CONCENTRACAO 500 MG	HOSPITALAR
76.	0000941	COMPLEXO B MULTIVITAMINICO	SOLUCAO INJETAVEL, ADULTO, AMPOLA B COM 2ML,	HOSPITALAR
77.	0006170	FERRIPOLIMALTOSE	CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 5 ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL	HOSPITALAR

PROCURADORIA GERAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. Administrativo Principal nº 573/2022, de 05/10/2022

Dispensa de Licitação nº 042/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de confecção e produção de livros juntamente com os alunos das escolas municipais Joana Alves de Oliveira, Cora Coralina e Cantinho do Céu, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Em conformidade com os incisos II do artigo 24 da Lei nº. 8.666 de 1993 confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora a seguinte Empresa:

Sagrou-se vencedora do item 01, licitado a empresa **Estante Mágica LTDA, CNPJ: 20.430.253/0001-02** com a proposta no valor global de **R$: 8. 541,00** (oito mil quinhentos e quarenta e um reais).

Com o fim de **HOMOLOGAR** a Dispensa de Licitação nº 042/2022, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Informe o Órgão/Secretarias solicitantes.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia/MT, 25 de outubro de 2022.

José Guedes de Souz

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE SAÚDE
PORTARIA Nº 001/SEMUSA/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA Nº 001/SEMUSA/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"Nomeia os Membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde de Rondolândia – MT."

O Secretário Municipal de Saúde de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições legais conforme a Lei Orgânica do Município

Considerando o Parágrafo único do Artigo 8º do Decreto N° 1.849, de 18 de dezembro de 2020, que Cria a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

Considerando o Art. 9º Ficará designados os servidores de nível Superior da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapia na qualidade de membros efetivos e consultivos, sendo que o Farmacêutico exercerá a função de Presidente da Comissão.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear membros para compor a Comissão de Farmácia e Terapia da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam nomeados os servidores:

PRESIDENTE

Junior Lins Boiko

CPF: 849.514.602-97

Farmacêutico/Analista Clinico

VICE-PRESIDENTE

Poliane Reco Soares

CPF: 054.619.501-67

Farmacêutica

SECRETÁRIA EXECUTIVO

Angelica Inacio Cruz Oliveira

CPF 015.605.112-57

Enfermeira

DEMAIS MEMBROS

Joelice Pereira de Oliveira

CPF: 32655924215

Enfermeira

Karem Mayara Kasula Silva

CPF: 736.600.862-15

Medica da Estratégia Saúde da Família

Enislaine Onofre Pereira

CPF: 015.540.652-32

Medico Clinico Geral

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelos membros ora nomeados, serão considerados serviços Públicos relevantes, não sendo, portanto remunerados.

Art. 4º Cada membro nomeado deverá preencher o Formulário de Declaração de Conflito de Interesses, modelo em anexo.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação..

Rondolândia – MT, 25 de Outubro de 2022.

GUSTAVO DE SOUSA CAVALCANTE

Secretário Municipal de Saúde

Decreto n.º 155/GAB/PMR/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

II AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 19/2022

O Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com sede situada à Avenida Duque de Caxias, n.º1.000, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação em epígrafe foi declarada DESERTA, pela ausência de interessados no presente certame licitatório, o qual se destinava a "Construção do centro de referência do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV Alfredo de Castro, localizado na avenida projetada, bairro Alfredo de Castro, neste município, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social/Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo ao edital".

Publique-se, no átrio desta Prefeitura, e no Diário Oficial do Município, e meios de comunicação para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Rondonópolis-MT, 25 de outubro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

MODALIDADE: "CHAMADA PÚBLICA Nº. 10/2022"

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, através do Ofício nº 616/DGS/SMS/2022 expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, informa que foi realizado a retificação do termo de referência para chamada pública de credenciamento de prestadores de Serviços Técnicos Especializados de Saúde que tem por objeto: "Credenciamento de todos os prestadores de serviços da área de saúde, cadastrados no Sistema Nacional de Estabelecimento de Saúde - SCNES, vinculados ou não ao sistema único de saúde, pessoas jurídicas direito privado, filantrópicas sem fins lucrativos e pessoas físicas, interessados em participar, de forma complementar do sistema único de saúde, no credenciamento de empresas especializadas e/ou profissionais na prestação de serviços médicos especializados em Angiologia/Cirurgia Vascular, Cardiologia, Cirurgião Vascular, Dermatologia, Endocrinologia, Ginecologia – Alto Risco Ptgi, Infecto Pediatra, Infectologia, Mastologia, Neurologia, Neuro Pediatra, Ortopedia, Pediatra Neonatologista, Pneumologia, Proctogia, Psiquiatria Pediátrica, Psiquiatria e Reumatologia, conforme termo de referência anexo encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde".

No mais, fica alterada a data de entrega dos documentos para o dia 03/11/2022, as demais condições do Edital e seus Anexos da Chamada Pública em epígrafe permanecem inalteradas.

Rondonópolis-MT, 25 de outubro de 2022.

Paula Cristiane Moraes Pereira

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 119 - 2022

PORTARIA 119/2022

de 25 de Outubro de 2022

"Dispõe sobre a regularização fundiária das quadras 14 a 22 do Bairro Aeroporto."

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal nº 13.465/2017 que estabelece normas e procedimentos para implantação de regularização fundiária de núcleos urbanos informais;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018 que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana - Reurb;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 023/2022 que estabelece normas e procedimentos para implantação fundiária de núcleos urbanos informais;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado a abertura de processo administrativo para fins de regularização da primeira etapa do Bairro Aeroporto nesta Urbe, que recairá sobre os imóveis das quadras 14 a 22.

Art. 2º. Com a finalidade de coordenar o projeto de regularização, fica designado o servidor(a) **Selma Anzil da Silva**, com matricula funcional 30187.

Art. 3º. Fica designada a Assistente Social **Tamirys Suellen Anzil da Silva**, para desenvolverem os trabalhos necessários a fim de viabilizar o projeto de regularização.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 25 de Outubro de 2.022.

ALEX STEVES BERTO

Prefeito de Rosário Oeste - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2022

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

Aviso de Homologação de Licitação Pregão Presencial n° 024/2022

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro oficial e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU/MT. VENCEDORES: LENILSON DUNDA DE DEUS, inscrita no CNPJ: 21.827.682/0001-80, vencedora dos itens 03 e 04, totalizando o valor de R$ 210.100,32 (Duzentos e dez mil cem reais e trinta e dois centavos). HIGOR PIMENTA MARQUES 06419644127, inscrita no CNPJ: 48.166.867/0001-48, vencedora do item 05, totalizando o valor de R$ 68.544,00 (Sessenta e oito mil quinhentos e quarenta e quatro reais). VANESSA DE OLIVEIRA MAGALHAES, inscrita no CNPJ: 29.864.624/0001-39, vencedora dos itens 02 e 06, totalizando o valor de R$ 141.605,28 (Cento e quarenta e um mil seiscentos e cinco reias e vinte e

oito centavos). N. RODRIGUES DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ; 47.890.811/0001-79, vencedora do item 01, totalizando o valor de R$: 96.576,48 (Noventa e seis mil quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Valor Global: R$: 516.826,08 (Quinhentos e dezesseis mil oitocentos e vinte e seis reais e oito centavos). Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação. Santa Cruz do Xingu – MT, 25 de Outubro de 2022.

JORAILDES SOARES DE SOUSA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0448/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RENAN DE ARRUDA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor RENAN DE ARRUDA SILVA, inscrito na matrícula sob o nº 2639 no período de 03/11/2022 a 02/12/2022, referente ao período aquisitivo de 26/05/2021 a 25/05/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0446/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA KAROLINE FATIMA CORREIA CARNELOCCI SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora KAROLINE FATIMA CORREIA CARNELOCCI SILVA, inscrita na matrícula sob o nº 1456, no período de 03/11/2022 a 07/11/2022, referente ao período aquisitivo de 09/08/2020 a 08/08/2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0449/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR LUIZ CARLOS FIDALSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor LUIZ CARLOS FIDALSKI, inscrito na matrícula sob o nº 48 no período de 03/11/2022 a 12/11/2022, referente ao período aquisitivo de 05/02/2021 a 04/02/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 0445/2022

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a Portaria nº 0445/2022 publicado no diário oficial ANO XVII N° 4.095 no dia 25 de outubro de 2022 por motivos formais.

Onde se lê:

Art. 1º. Nomear a ServidoraLUANA KAROLINA ALVES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 051.***.***-28 descritos para Fiscalização do CONTRATO nº **144/2021** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

Lê se:

Art. 1º. Nomear a Servidora LUANA KAROLINA ALVES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 051.***.***-28 descritos para Fiscalização do CONTRATO nº **141/2021** - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT;

Santa Rita do Trivelato/MT, 25 de Outubro de 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA PAD 002/2022

Extrato de Decisão Administrativa PAD 002/2022

Ref.: Pedido de Revisão

Vistos etc...

[...]

Diante do exposto, julgo procedente o pedido de revisão formulado por Z. K.M.C.S. nos autos do Processo Administrativo Disciplinar 002/2022, para determinar a anulação/revogação da ordem de desconto na(s) folha(s) de pagamento subsequente(s) das horas atividades não registradas nos con-

troles de frequência da servidora e do auxílio-alimentação no período de 16/04/2022 a 16/08/2022.

É a decisão, cumpra-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 21 de outubro de 2022.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0447/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARLENE CORREIA CARNELOCCI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora MARLENE CORREIA CARNELOCCI, inscrita na matrícula sob o nº 2582, no período de 03/11/2022 a 12/11/2022, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 a 01/01/2022.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 25/2022 DO PROCESSO SELETIVO 03/2021.

O Sr. **Egon Hoepers**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** os candidatos abaixo, aprovados no **PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2021**, realizado no dia 05/12/2021 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar **cópias** dos documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame Admissional.

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

c) Comprovante de escolaridade.

d) Certidão negativa de antecedente criminal.

e) Copia do CPF e RG.

f) Titulo de eleitor e ultimo comprovante de votação.

g) Certidão de nascimento ou casamento.

h) PIS/PASEP.

i) Carteira de trabalho.

j) Comprovante de residência.

k) Cópia do CPF dos dependentes.

l) Documento Militar (sexo masculino).

m) CNH (motoristas e operador de maquinas)

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	CLAS
KEILA NOGUEIRA DA SILVA	8º
JOANA RIBEIRO DA SILVA BASSANI	9º
APARECIDA GONCALVES DE OLIVEIRA MELO	10º
CANDIDA DOS SANTOS RIBEIRO	11º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 24 de outubro de 2022.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 041 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO Nº 041 DE 19 DE OUTUBRO DE 2022.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar"

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES,PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Nº. 1344/2021, de 30 de dezembro de 2021;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 30.000 (Trinta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0014 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

0001 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0035 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

080021 - RECURSO VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

2151 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS COM INATIVOS E PENSIONISTA

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS (LEGISLATIVO).....R$ 20.000,00

TOTAL .....R$ 20.000,00

0014 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

0001 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0035 - GESTÃO DA PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0802 - RECURSO VINCULADOS AO RPPS – TAXA ADMINISTRAÇÃO

2150 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM RPPS

3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS - CIVIL.....R$ 10.000,00

TOTAL .....R$ 10.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0014 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

0001 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

080021 - RECURSO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 20.000,00

TOTAL .....R$ 20.000,00

0014 - SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

0001 - FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0099 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0802 - RECURSO VINCULADOS AO RPPS – TAXA ADMINISTRAÇÃO

9997 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 10.000,00

TOTAL .....R$ 10.000,00

Gabinete da Prefeita, em Santo Antônio do Leverger - MT, 19 de Outubro de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 042/GP/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 042/GP/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NOS DIAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

CONSIDERANDO o Decreto nº 002/GP/2022 de 04 de Janeiro de 2022, que dispõe sobre as datas comemorativas do ano de 2022, em especial o dia 28 de outubro – Sexta-Feira – Dia do Servidor Público – Ponto Facultativo;

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 67, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1° - Fica transferido o Ponto Facultativo do dia 28 de outubro de 2022 (Sexta-Feira), nos órgãos da Administração Pública Municipal, para o dia 04 de Novembro de 2022 (Sexta-Feira).

Art. 2° - Fica declarado Ponto Facultativo nos órgãos da Administração Pública Municipal, o dia 03 de novembro de 2022 – Quinta-Feira.

Parágrafo Único– O disposto neste artigo não se aplica nas Secretarias Municipais que exijam plantão permanente (Secretaria de Saúde - Hospital, Secretaria Municipal de Saneamento e Abastecimento de Água, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer) e atividades essenciais como a Coleta de Lixo.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal, em Santo Antônio de Leverger/MT, 25 de Outubro de 2022.

Francieli Magalhães de Arruda Vieira Pires

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 074/GP/2022

ATO Nº 074/GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Srª. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Nomear o Sr. RAFAEL VICTOR PEDROSO DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Assistência e Promoção Social, lotando-o na Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, a partir de 25 de outubro de 2022.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 25 de outubro de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 084/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2022.

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 018/2022 Objeto: "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRA PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) SELETIVA COM SUPORTE PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER -MT, conforme as especificações contidas no termo de referência deste edital e em seus anexos**."

Na sessão pública realizada no dia às 09h00min. do dia 14 de Outubro de 2022. Nesta a empresa:**INFINITY COMERCIO E CONSULTORIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o **n° 23.019.538/0001-43** :

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
001	20,000	CO	LIXEIRA PARA VIAS URBANAS - 4 CESTOS 100 LITROS CA DA; MATERIAL: CESTO QUADRADO E TAMPA BASCULANT E PARA COLETA SELETIVA E A ARMAÇÃO EM AÇO CARBO NO GALVANIZADO; COM AS CORES: AZUL (PAPEIS), VER MELHO (PLÁSTICOS), VERDE (VIDRO), AMARELO (METAIS)	JSN	930,00	18.600,00

			;ESPAÇO NA ÁREA SUPERIOR PARA INSERÇÃO DE INFOR MAÇÕES E LOGO PREFEITURA COM CHAPA DE FERRO DE 1,6", TODO GALVANIZADO;INDICAÇÃO NO RODAPÉ DA LIX EIRA DO TIPO DE MATERIAL A DEPOSITAR;MEDIDAS MÍNI MAS CONJUNTO COMPLETO - 107CM X 180CM X 37CM | CA DA CESTO: 81CM X 45CM X 45CM (ALTURA X COMPRIMEN TO X LARGURA)			
TOTAL DO CREDOR =>						**18. 600,00**

Os Licitantes representantes das empresas abdicaram do interesse de apresentar o recurso.

Santo Antônio do Leverger – MT, 24 de outubro de 2022.

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Port. 037/GP/2021

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 019-2022

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 086/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2022.

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 019/2022 Objeto: "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E/OU EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER-MT, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.."**

Na sessão pública realizada no dia às 09h00min. do dia 14 de Outubro de 2022. Nesta as empresas:**PR EMBALAGENS** inscrita no CNPJ sob o **n° 07. 043.802/0001-28**:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
001	959,000	LT	ÁGUA SANITÁRIA - SOLUÇÃO AQUOSA, GALÃO 5 LITROS, COMPOSIÇÃO A BASE DE HIPOCLORITO SÓDIO OU CÁLCI O, 2%PP A 2,5% PP. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIF ICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, PRAZO DE VALIDA DE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENT REGA. DE ACORDO COM A RDC 109/2016 E RDC 59/ 2010. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	8,70	8. 343,30
047	257,000	UN	VASSOURA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO, COM CE RDAS DE NYLON, EXTREMIDADE ONDE CONTÉM AS CERD AS COM FORMATO AREDONDO, COM CABO EM PLÁSTICO RESISTENTE MEDINDO ENTRE 25 CM E 30 CM, SUPORTE PARA ACONDICIONAMENTO DA VASSOURA EM PLÁSTICO RESIS- TENTE. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE I DENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FA- BRICANTE.	2,50	642,50
TOTAL DO CREDOR => 8.985,80					

2E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o n° 12.335.163/0001-04 :

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
002	3.320,000	LT	ÁLCOOL ETÍLICO - COM TEOR ALCOÓLICO DE 70 GL, HIDR ATADO, LIQUIDO, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO RESI STENTE CONTENDO 01 LITRO COM DADOS DE IDENTIFICA ÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FA BRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR 06 MESES A PARTIR DA DATA DE EN- TREG A. DE ACORDO COM A RDC 46/2002, POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	ANHAGUERA	5,90	19. 588,00
004	160,000	UN	BALDE EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, ALTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, PAREDES E FUNDO REFO RÇADOS, REFORÇO NO EN- CAIXE DA ALÇA, ALÇA EM AÇO 1010/20 ZINCADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 LITROS, CO R A ESCOLHER. O PRODUTO DEVERÁ TER ETIQUETA CO M DADOS DE IDENTIFICA- ÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQ PLAST	6,60	1. 056,00
006	653,000	FR	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA PISOS E CERÂMICAS. EMB ALAGEM COM NO MÍNIMO 750 ML, COM DADOS DE IDENTI FICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA D E FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, PRAZO DE VALID ADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE E NTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/2010. POSSUIR REGIS TRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	POLYLAR	4,00	2. 612,00
008	2.970,000	LT	DESINFETANTE - AGENTE DESINFETANTE QUE ELIMINA G ERMES E BACTÉRIAS, ALQUIL BENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, COADJUVANTES SE- QUESTRANTE, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA FRAGRÂNCIA E ÁGUA ACONDICIONADA DE F ORMA ADEQUADA. FRASCO MINIMO 2 LITROS.	OESTE	3,48	10. 335,60
011	5.520,000	FR	DETERGENTE LÍQUIDO PARA LAVAR LOUÇAS, NEUTRO C ONCENTRADO, BIODEGRADÁVEL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRO DUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, C OMPOSIÇÃO QUÍMICA, PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIO R A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACOR DO COM RDC 59/2010. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MI NISTÉRIO DA SAÚDE.	OESTE	1,30	7. 176,00
012	68,000	UN	ESCOVA PARA ROUPA, MODELO OVAL, BASE EM PLÁSTIC O, CERDAS NYLON, SEM ALÇA, SEM CABO, A EMBALAGE M DO PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICA ÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GUIRADO	1,95	132,60
017	623,000	FR	INSETICIDA PARA USO DOMÉSTICO, EM AEROSOL, COM N O MÍNIMO 300 ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DO FA BRICANTE,DATA DE FABRI- CAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA E PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PAR TIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/201 0. POSSUI REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DA ANVISA/MINIS TÉRIO DA SAÚDE.	PIRINSET	5,30	3. 301,90
019	215,000	FR	LIMPA ALUMINIO - LIMPADOR ESPECÍFICO PARA SUPERFÍ	POLYLAR	2,11	453,65

			CIES DE ALUMÍNIO, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE SUJEIRA S E MANCHAS INCRUSTADAS, DEVE ALÉM DE REMOVER SUJEIRAS E MANCHAS DAR BRILHO AO ALUMÍNIO. EMBAL AGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO, R EGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, INSTRUÇÕES E CUI DADOS NA UTILIZAÇÃO.FRASCO 500 MILILITRO.			
021	3.360,000	FR	LIMPA VIDRO - PRINCIPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLI FOSFATO DE SODIO INGRIDIENTE ATIVO ETANOL 14%, C OMPOSICAO BASICA BUTIL, ETIL, ETER-TRIPOLIFOSFATO, COM VALIDADE ATE 12 MESES, COR AZUL, ACONDICIO-NA DO EM EMBALAGEM PLASTICA COM 500ML, COM GATILHO . POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DA ANVISA/MINIS TÉRIO DA SAÚDE.	ONDA ECO	1,92	6. 451,20
023	650,000	FR	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIMPADOR GERAL CO NCENTRADO LIQUIDO, COMPOSTO DE CONTEDO CLORET O DE COCOBENZIL DIMENTIL AMÔNIA, NONIL FENOL POLI GLOCIL ÉTER, ACIDO DOBECILBENZENO SULFÔNICO, CO RANTE CL74180 COM ESSÊNCIA FLORAL E ÁGUA, EMBALA DO EM EMBALAGEM PLASTI-CA, COM CAPACIDADE DE 1,0 LITROS, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACOR DO COM A REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	OESTE	2,89	1. 878,50
025	231,000	UN	PA DE LIXO - DE POLIPROPILENO,MEDINDO(18 X 20)CM,CA BO DE MADEIRA REVESTIDO COM PLASTICO,COMPRIMEN TO DE (80)CM	GUIRADO	3,45	796,95
026	362,000	UN	PALHA DE AÇO N. 02. EMBALAGEM COM UMA UNIDADE, C OMPOSTO DE AÇO CARBO-NO, ACONDICIONADO EM SAC O PLÁSTICO, EMBALAGEM E ROTULAGEM DE ACORDO C OM A LEGISLAÇÃO VIGENTE O PRODUTO DEVERÁ CONTE R DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	BRILHOS	0,85	307,70
029	4.659,000	PC	PAPEL HIGIÊNICO SEM PERFUME (NEUTRO), FOLHAS DUP LAS TEXTURIZADAS E PICO-TADAS NA COR BRANCA, COM ROLOS DE 30 METROS. PACOTE COM 4 ROLOS CADA, FIB RAS 100% CELULÓSICAS.	DUETTO	3,78	17. 611,02
031	1.369,000	UN	PEDRA SANITARIA - TIPO DE 35 GRAMAS, EMBALADA EM PLASTICO TRANSPARENTE, COM SUPORTE PARA COLOC AÇÃO EM BACIA SANITARIA, FRAGANCIA DIVERSAS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FAB RICANTE, DATA DE FABRICA-ÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTI R DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/2010. POSSUIR REGISTRO NA ANVI-SA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	AZULIM	1,14	1. 560,66
032	35,000	UN	RECIPIENTE PARA LIXO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, A LTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTO, PAREDE S E FUNDO REFORÇADOS, COM TAMPA, CAPACIDADE MÍ NIMA PARA 100 LITROS, COR A ESCOLHER. O PRODUTO DEVERÁ TER ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ARQ PLAST	41,39	1. 448,65
035	273,000	UN	RODO PARA PISO, COM 02 BORRACHAS REFORÇADAS, S UPORTE E CABO EM ALUMÍNIO, MEDINDO 60 CM, O PROD UTO DEVERÁ CONTER DA-DOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PR ODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GUIRADO	18,90	5. 159,70
037	990,000	CX	SABÃO EM PÓ TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, CONT ENDO NA COMPOSIÇÃO ÁGUA, CORANTE E BRANQUEAD OR ÓPTICO, EMBALADO EM CAIXA CONTENDO 01 KG, PRA ZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/2010. POSS UIR REGISTRO OU NOTI-FICAÇÃO DA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	MINUANO	3,55	3. 514,50
041	550,000	PC	SACO PARA LIXO POLIETILENO PRETO MEDINDO 63 X 80 CM, 50 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES, BOA QUALID ADE. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFIC AÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DE ACOR DO COM A NBR 9191:2002, O PRODUTO DEVERA TER REGI STRO NO INMETRO E ATENDE AS NORMAS DA ABNT	FOX LUX	1,22	671,00
042	1.872,000	UN	SAPONÁCEO EM PÓ, COM CLORO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 G, COMPOSIÇÃO: TALCO INDUSTRIAL, LAURIL , ÉTER, SULFATO DE SÓDIO E HIPOCLORITO DE SÓDIO, A LQUILBENZENO, SULFATO DE SÓDIO.COM DADOS DO FAB RICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA E PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PAR TIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/201 0. POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DA ANVISA/MINI STÉRIO DA SAÚDE.	RADIUM	2,35	4. 399,20
043	358,000	UN	VASSOURA CERDAS EM NYLON, BASE EM PLÁSTICO MED INDO 30 CM, CABO EM MADEIRA PLASTIFICADO DE 120 C M, COM PONTEIRA PLÁSTICA ROSQUEÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUT O E MARCA DO FABRICANTE.	GUIRADO	7,84	2. 806,72
045	238,000	UN	VASSOURA EM PÊLO SINTÉTICO, BASE RETANGULAR EM MADEIRA PINTADA MEDINDO DE 38 A 40 CM, CABO EM MA DEIRA PLASTIFICADO DE 120 A 140 CM COM PONTEIRA PL ÁSTICA ROSQUEÁVEL. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DA DOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABR ICANTE.	GUIRADO	4,92	1. 170,96
046	179,000	UN	VASSOURA EM PIAÇAVA, PARA LIMPEZA, BASE EM MADEI RA MEDINDO 20 CM, CABO EM MADEIRA PLASTIFICADO. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO D O PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	GUIRADO	7,85	1. 405,15
TOTAL DO CREDOR => 93.837,66						

CF COMERCIO ATACADISTA E REPRESENTAÇÃO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ sob o n° **37.200.096/0001-41**
:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
009	367,000	LT	DESINFETANTE CONTENDO COMPOSIÇÃO EQUILIBRADA DE PHMB (MÍNIMO 3%) E CLORETO DE ALQUILDIMETILBEN ZIL AMÔNIO (MÁXIMO 6%) DEVENDO O PRODUTO ESTAR DE ACORDO COM A ANVISA/RDC Nº 14 DE 28.02.2007 E RD C Nº 35 DE 16.08.2010. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DILUIÇÃO DE USO ENTRE 0,5% (5ML/LITRO) A 2% (20 ML/LI TRO). O PRODUTO DEVE APRESENTAR LAUDOS DE ATIVI DADE ANTIMICROBIANA EMITIDOS POR LABORATÓRI-OS R EBLAS/ANVISA-MS COMPROVANDO, ENTRE OUTROS, A A TIVIDADE TUBERCULICIDA PELO TESTE CONFIRMATÓRIO ENTRE 5 A 10 MINUTOS DE CONTATO, ATRAVÉS DA ELIMI NAÇÃO DE MYCOBACTERIUM BOVIS, CONFORME RDC Nº 35 DE 16.08.2010 - ANVISA/MS NA ME-TODOLOGIA OFICIAL REFERÊNCIA: AOAC 19ª ED./2012 - MÉTODO 965.12 PARA MICOBACTÉ-RIA (AÇÃO TUBERCULICIDA). GALÃO DE 5 LIT ROS. O PRODUTO DEVE POSSUIR EM COMODA-TO SISTEM A ELETRÔNICO GERADOR DE PRODUTO PRONTO USO, MI CROCONTROLADO, COM PRECISÃO DE DOSAGEM INDEP ENDENTE DA VARIAÇÃO DE PRESSÃO DE ENTRADA DA Á GUA E VOLUME DE PRODUTO GERADO PARA USO. DEVE POSSUIR AINDA PONTEIRA INTE-LIGENTE COM DESLIGAM ENTO AUTOMÁTICO PA	BIO KRISS	7,35	2. 697,45
014	1.469,000	UN	FLANELA LARANJA 100 % ALGODÃO MEDINDO NO MÍNIMO 65 CM X 40 CM. COM ACABAMEN-TO NAS BORDAS. O PRO DUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO P RODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	CCA	1,99	2. 923,31

015	1.368,000	UN	FLANELA BRANCA 100 % ALGODÃO MEDINDO NO MÍNIMO 40 CM X 60 CM. COM ACABAMENTO NAS BORDAS. O PRO DUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO P RODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	CCA	1,95	2. 667,60
027	360,000	UN	PANO COPA E COZINHA, 100 % ALGODÃO, COM MEDIDAS DE 70 X 50 CM, TIPO ALVEJADO, COM VARIAÇÃO DE NO M ÁXIMO 5 % NA OSCILAÇÃO DAS MEDIDAS, NA COR BRANC A, SEM ESTAMPA, COM ACABAMENTO, EMBALADO DE AC ORDO COM AS NORMAS VIGENTES, O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MAR CA DO FABRICANTE.	CCA	2,95	1. 062,00
033	180,000	UN	RODO PARA PIA EM PLÁSTICO, BORRACHA EM SILICONE, PEGADOR ERGONÔMICO, TAMANHO MÍNIMO DE 14 CM DE LARGURA. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDEN TIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	DSR	2,30	414,00
039	2.180,000	PC	SACO PARA LIXO DE POLIETILENO PRETO, MEDINDO 75 X 105 CM; 100 LITROS, PACOTE COM 05 UNIDADES, BOA QU ALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDEN TIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DE A CORDO COM A NBR 9191:2002, PRODUTO DEVERA TER RE GISTRO NO INMETRO E ATENDE AS NOR-MAS DA ABNT.	IDEALL	1,30	2. 834,00
TOTAL DO CREDOR => 12.598,36						

ORIGINAL SOLUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob o n° 13.333.523/0001-00:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
003	4.563,000	FR	ÁLCOOL ETÍLICO 70° INPM EM GEL, EMBALAGEM MINIMO 500 ML. INDICADO PARA LIMPE-ZA GERAL DE SUPERFÍCIE S FIXAS E ONDE HOUVER A NECESSIDADE DE UTILIZAR U M PRODUTO EFICIENTE E VOLÁTIL.	BARBAREX	4,40	20. 077,20
005	89,000	UN	BALDE EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, ALTA DENSIDADE, RESISTENTE A IMPACTO, PA-REDES E FUNDO REFORÇAD OS, ALÇA EM AÇO 1010/20 ZINCADO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 LITROS, COR A ESCOLHER. O PRODUTO DEVERÁ TER ETIQUETA COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	BEL	11,90	1. 059,10
007	213,000	LT	CERA LIQUIDA PARA PISO 5L - PRINCIPIO ATIVO EMULSÃ O DE CERAS, EMULSÓES DE POLÍMEROS, COMPOSIÇÃO BÁSICA ALCALINIZANTE, EMULSIFICANTE, NIVELANTE, PR ESERVANTE E ÁGUA, PH (PURO): 8,0 A 8,6, TEOR NÃO VO LÁTEIS MÍNIMO 3,5%. PRONTO USO, NA COR INCOLOR, PR ODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FRAS CO 5 LITROS. PADRÃO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERI OR A POLYLAR, POLIFLOR.	BARBAREX	13,90	2. 960,70
010	736,000	FR	DESODORIZADOR, AROMATIZADOR, NEUTRALIZADOR DE ODORES. SOLUCAO TIPO AEROSOL,DIVERSAS FRAGRÂN CIAS,COMPOSTO DE ÁLCOOL ETÍLICO, ANTIOXIDANTE, C ONSERVANTE, DESNATURANTE, COADJUVANTE, FRAGAN CIA, VEÍCULO E PROPELENTE, COMO DESNATURANTE BE NZOATO DE DENATO-NIO,FRASCO DE ALUMÍNIO CONTEUD O 360 ML/250GR.	ULTRA FRESH	6,90	5. 078,40
016	389,000	PC	GUARDANAPO DE PAPEL - DE BOA QUALIDADE, MEDINDO APROXIMADAMENTE 23 X 20 CM, FOLHA SIMPLES, TIPO LI SO, COR BRANCO, ALVURA SUPERIOR A 70%, CONFORME NORMA ISSO, IMPUREZA MAXIMA 5MM 2, CONFORME NOR MA TAPPI T4 37 O M - 90. PACOTE CONTEMDO 50 UNIDAD ES. PADRÃO DE QALIDADE IGUAL OU SUPERIOR ASSOL AN	TREVO	1,05	408,45
018	835,000	PC	LA DE AÇO - COMPOSTO DE AÇO CARBONO, ACONDICION ADO EM SACO PLASTICO, EMBALADO EM PACOTE DE 50/6 0 G COM 08 UNIDADES. PA-DRÃO DE QUALIDADE IGUAL O U SUPERIOR ASSOLAN, BOMBRIL.	ASSOLAN	1,60	1. 336,00
020	1.120,000	FR	LIMPA MOVEIS - EMULSAO AQUOSA CREMOSA, COM BICO APLICADOR, PERFUMADO NA FRAGANCIA LAVANDA, PAR A SUPERFICIE EM GERAL (EX-CETO PISO), COMPOSTO,CE RAS,SILICONE,SOLVENTE,EMUSIFICANTES,CONSERVANT ES, SEQUESTRANTE,PERFUME E AGUA, EMBALADO EM F RASCO PLASTICO DE 200 ML, E SUAS CONDICOES DEVER AO ESTAR DE ACORDO COM A NORMA VIGENTE.	BARBAREX	2,90	3. 248,00
022	560,000	FR	LIMPADOR CONCENTRATO - PARA LIMPEZA PESADA DE P ISO (LIMPA PEDRA), EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 01 LITR O, COM DADOS DO FABRI-CANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA E PRAZO DE VALIDADE NÃO INFE RIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DE A CORDO COM RDC 59/2010. POSSUIR REGISTRO OU NOTIFI CAÇÃO DA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	BARBAREX	3,95	2. 212,00
024	5.520,000	FR	LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - LIQUIDO, COMPOSTO DE ACIDO DODESILBERZENO, ACIDO SUFURICO, FLUORS UL, PERFUME, E AGUA, EMBA-LADO EM FRASCO PLASTIC O, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO CO M A COM REGISTRO NO M. SAUDE. FRASCO MINIMO 500 M L.	BIO KRISS	2,00	11. 040,00
028	869,000	UN	PANO DE CHÃO TIPO SACO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, DIMENSÕES DE 70 X 50 CM, COM VARIAÇÃO DE NO MÁXIM O 5 % NA OSCILAÇÃO DAS MEDIDAS, EMBALADO DE ACO RDO COM AS NORMAS VIGENTES, DEVERA CONTER DAD OS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRI CANTE	CCA	2,60	2. 259,40
030	879,000	PC	PAPEL TOALHA FOLHA DUPLA PICOTADA NA COR BRANC A, PACOTE COM 2 ROLOS, MEDINDO 22 X 20 CM, EMBALA GEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO, DEVERÁ CON TER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA D O FABRICANTE.	MANY	3,00	2. 637,00
034	359,000	UN	RODO PARA PISO, COM 02 BORRACHAS REFORÇADAS, S UPORTE E CABO EM ALUMÍNIO, MEDINDO 40 CM, O PROD UTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PR ODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	AL RODOS	25,00	8. 975,00
036	860,000	PC	SABÃO EM BARRA 200 G MULTIUSO, PARA LIMPEZA EM GERAL, COR AMARELA. PACOTE COM 5 UNIDADES COM DA DOS DO FABRICANTE DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇ ÃO QUÍMICA E PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE EN-TREGA. DE ACORDO CO M RDC 59/2010. POSSUIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DA ANVI-SA/MINISTÉRIO DA SAÚDE.	NOBRE	6,10	5. 246,00
038	350,000	UN	SABONETE SÓLIDO EM BARRA, FRAGRÂNCIA AGRADÁVE L EMBALAGEM 90 GRAMAS, COM DADOS DO FABRICANTE , DATA DE FABRICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA E PRAZO DE VALIDADE NÃO INFERIOR A A 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. DE ACORDO COM RDC 59/2010. POSS UIR REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE	MOTIVUS	1,00	350,00
040	960,000	PC	SACO PARA LIXO POLIETILENO PRETO MEDINDO 59 X 62 CM; 30 LITROS, PACOTE COM 10 UNIDADES, BOA QUALID ADE. O PRODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFIC AÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DE ACOR DO COM A NBR 9191:2002, O PRODUTO DEVERA TER REGI STRO NO INMETRO E ATENDE AS NORMAS DA ABNT.	JR PLASTI-COS	1,02	979,20
044	169,000	UN	VASSOURA COM CERDAS, TIPO VASCULHADOR DE TETO, CABO EM MADEIRA COM COMPRIMENTO DE 3,0000 M. O P RODUTO DEVERÁ CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	DSR	15,50	2. 619,50
TOTAL DO CREDOR => 70.485,95						

Os Licitantes representantes das empresas abdicaram do interesse de apresentar o recurso.

Santo Antônio do Leverger – MT, 24 de outubro de 2022.

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Port. 037/GP/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236/GP/2022

PORTARIA Nº 236/GP/2022

A Prefeita Municipal de Santo Antônio de Leverger-MT, Sra. **FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES**, no uso de suas atribuições legai;

RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria nº 223/GP/2022, que designou a Sra. REGIANE PATRICIA LOPES PIRES, Secretária Municipal de Fazenda, para responder interinamente pelo cargo em Comissão de Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, a partir de 24 de outubro de 2022.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antônio de Leverger-MT, 24 de outubro de 2022.

FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL 022-2022

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 089/2022

PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2022.

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 022/2022 Objeto: “**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS FORNECIMENTOS COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DOS VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS**.”

Na sessão pública realizada no dia às 09h00min. do dia 21 de Outubro de 2022. Nesta a empresa:**SO PESADO COMERCIO D PEÇAS LTDA** inscrita no CNPJ sob o **n° 24.717.067/000100**:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
005	263,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, SAE 15W40	LUMAX	440,00	115.720,00
009	430,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO, PARA LUBRIFICACAO, OLEO SJ 20W50	LUMAX	20,00	8.600,00
010	25,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE P/ MOTOCICLETA 4 TEMPOS, P/ MOTORES A GASOLINA, SAE 20W50, FRASCO DE 1 LITRO	LUMAX	20,00	500,00
011	260,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE PARA MOTOR 2 TE MPOS,PARA USO EM ROCADEIRA,DO TIPO CASTROL STIH L 8017H,EM EMBALAGEM COM 500ML	BR	20,00	5.200,00
012	514,000	UN	FLUIDO - LIQUIDO OLEO DE FREIO, EMBALADOS EM FRAS CO COM 500ML	RADNAQ	18,00	9.252,00
013	298,000	UN	FLUIDO DE FREIO - PARA VEICULOS DIVERSOS MODELOS ,ANOS VARIADOS,DOT 4	RADNAQ	18,00	5.364,00
014	248,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - FLUIDO HIDRAULICO, PARA DIREC AO HIDRAULICA E TRANSMISSAO AUTOMOMATICA, COM ESPECIFICACOES PARA TIPO ¨A¨ - DEXRON III NA COR VE RMELHA, PARA VEICULO A DIESEL, ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA	LUMAX	20,00	4.960,00
016	420,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - TIPO LUBRIFICANTE-NAUTICO, PAR A MOTOR DE 2 TEMPOS, SEMI-SINTETICO - TCW 3, PARA COMBUSTIVEL A GASOLINA, ACONDICIODO EM RECIPIEN TE APROPRIADO	SPEETY	23,00	9.660,00
017	24,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - HIDRAULICO, PARA CAIXA DE DIRE CAO OH 50	LUMAX	420,00	10.080,00
018	170,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE,PARA MOTORES AU TOMOTIVOS,5W30,ALCOOL OU GASOLINA	LUMAX	29,00	4.930,00
020	150,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO MINERAL 15W40,PARA MOTO RES MWM,APLICACAO PARA MOTORES A DISEL	LUMAX	28,50	4.275,00
021	20,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - MINERAL, 15W40, GASOLINA	LUMAX	128,00	2.560,00
023	15,000	UN	MOTOR DE POPA - MOTOR DO TIPO 4 TEMPOS	LUMAX	32,00	480,00
025	24,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - SAE 85W-140 GL5	LUMAX	420,00	10.080,00
026	15,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - SAE 85W-140 GL5	LUMAX	122,00	1.830,00
027	86,000	98	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE DE TRANSMISSAO SAE-68	LUMAX	273,00	23.478,00
028	90,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - SAE 85W-90	LUMAX	106,00	9.540,00
029	15,000	98	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE DE TRANSMICAO S AE 40	LUMAX	348,00	5.220,00
030	150,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, COM POSICAO TOTALMENTE SINTETICA, TIPO SAE 5W/30, APLI CACAO MOTOR DIESEL	LUMAX	40,00	6.000,00
031	150,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE,PARA MOTORES AU TOMOTIVOS,5W30,ALCOOL OU GASOLINA	LUMAX	36,00	5.400,00
032	30,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO LUBRIFICANTE, 2T	LUMAX	20,00	600,00

034	360,000	98	OLEO LUBRIFICANTE - PARA USO SIMULTANEO NOS SIST EMAS DE TRANSMISSAO, HIDRAU-LICO E DE FREIO, ATEN DENDO AS CLASSIFICACAO SAE 10W30	LUMAX	229,49	82.616,40
035	410,000	FR	OLEO LUBRIFICANTE - OLEO, PARA LUBRIFICACAO, OLEO SJ 20W50,	LUMAX	20,90	8.569,00
TOTAL DO CREDOR =>						**334.914,40**

M.C COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA inscrita no CNPJ sob o **n° 17.510.137/0003-50 :**

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
006	174,000	UN	OLEO HIDRAULICO 68	VR	275,00	47.850,00
007	94,000	UN	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA CAMBIO, SAE 90 , API-GL-5, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRI ADO	VR	385,00	36.190,00
008	34,000	UN	GRAXA - GRAXA, CREMOSA, LUBRIFICACAO GERAL, BALD E	KARTER	315,00	10.710,00
015	48,000	UN	OLEO HIDRAULICO - OLEO ATF	VR	370,00	17.760,00
019	270,000	LT	FLUIDO - ADITIVO ARLA 32 PARA MISTURAR NO COMBUST IVEL DO CAMINHAO FORD CARGO 816 S	AEREM	115,00	31.050,00
024	24,000	98	OLEO LUBRIFICANTE - LUBRIFICANTE, PARA MOTOR, TRM 5-140, PARA VEICULOS A DIE-SEL,GASOLINA OU ALCOOL, EMBALAGEM BALDE	VR	485,00	11.640,00
TOTAL DO CREDOR =>						**155.200,00**

COMERCIAL VILLA LTDA inscrita no CNPJ sob o **n° 02.005.520/0002-01 :**

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
001	280.080,000	LT	DIESEL COMUM	WATT	7,80	2.184.624,00
002	493.920,000	LT	DIESEL S-10	WATT	7,92	3.911.846,40
003	165.360,000	LT	GASOLINA COMUM	WATT	5,40	892.944,00
004	81.000,000	LT	ETANOL	WATT	3,41	276.210,00
TOTAL DO CREDOR =>						**7.265.624,40**

Os Licitantes representantes das empresas abdicaram do interesse de apresentar o recurso.

Santo Antônio do Leverger – MT, 25 de outubro de 2022.

Lidiane Batista de Rezende

Pregoeira

Port. 037/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

JURÍDICO
LEI Nº 916/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022

LEI Nº 916/2022

DE: 25 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre autorização para efetuar Transposição, Remanejamento ou Transferências de Recursos dentro do Orçamento Programa de 2022 e dá outras providências.

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - Fica o Executivo Municipal, autorizado a efetuar por decreto no orçamento programa do corrente exercício, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e de uma unidade orçamentária para outra, dentro do orçamento do exercício de 2022.

Parágrafo Único – A transposição, remanejamento ou transferência citada no *"caput"* deste artigo, será de 15% (quinze por cento) do total previsto para o exercício financeiro de 2022.

Artigo 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3° -Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

25 DE OUTUBRO DE 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 398/2022

PORTARIA Nº. 398/2022.

DE: 25 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora pública efetiva **SELMA DE FATIMA MARIANO SIQUEIRA** de30 (trinta) diasa partir da data de 20/10/2022 conforme Atestado Médico e Perícia Médica.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE OUTUBRO DE 2022

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

JURÍDICO
DECRETO N° 053/2022

DECRETO N° 053/2022.

DE: 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO FERIADO DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022 E DECRETA PONTO FACULTATIVO. "

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando o feriado do dia do Servidor Público na data do dia 28 de outubro de 2.022, sexta-feira;

Considerando o feriado do dia do Finados na data do dia 02 de novembro de 2.022, quarta-feira.

DECRETA:

Artigo 1º - Transferir, em caráter excepcional, para o dia 31 de outubro de 2.022 (segunda-feira) a comemoração do Dia do Funcionário Público, no âmbito das repartições públicas municipais.

Artigo 2º - Decretar Ponto facultativo, em virtude do feriado de Finados (02/11/ 2022), dia 01 de novembro de 2.022 (terça-feira-feira).

Artigo 3° - Este decreto não abrangerá os servidores da área de saúde e obras, visto que são serviços essenciais e ininterruptos.

Artigo 4º- Os servidores públicos municipais cedidos a outros órgãos através de convênios deverão observar os critérios estabelecidos pelos respectivos órgãos.

Artigo 5º - Determinar que a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 25 DE OUTUBRO DE 2.022

JOSÉ ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

JURÍDICO
LEI N° 915/2022 DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

LEI N. º 915/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

"Altera a redação da Lei Municipal n. 875, de 20 de dezembro de 2021, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2022 e dá outras providências"

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES, Prefeito de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica alterado o art. 6º da Lei Municipal nº 875/2021, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso para o exercício de 2022, que passa a viger com a seguinte redação:

Art. 6º - Fica o executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis de conformidade com os ditames previstos nos Art. 42 e 43 de seus incisos da Lei 4.320/64, bem como o Art. 167, inciso VI da constituição Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

EM 25 DE OUTUBRO DE 2022.

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 397/2022

PORTARIA Nº. 397/2022.

DE: 25 DE OUTUBRO DE 2022.

CONCEDE LICENÇA PARA AUXILIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA de Auxilio Doença para a servidora pública efetiva **ALESSANDRA LEONIA DIOGO LIRA** de30 (trinta) diasa partir da data de 14/10/2022 conforme Atestado Médico e Perícia Médica.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 25 DE OUTUBRO DE 2022

JOSÉ ARIMATÉIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

LUIS CARLOS REZENDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022. PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022.

PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2022, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA ,ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Avenida Araguaia 248,Centro nesta cidade, devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 03.918.869/0001-08,** neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. JANAILZA TAVEIRA LEITE,** brasileira, ca-

sada, Advogada, portador do RG nº **53.204.353-4 SSP/SP** e CPF Nº **049. 351.084/28**, denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO ELETRONICO **Nº 033/2022**, e de outro lado as empresas adjudicatárias nos itens abaixo, homologada em **17/10/2022**, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINARIOS NOVOS, SENDO: MOTOCICLETA, CAMINHÃO EQUIPADO COM CARROCERIA CARGA SECA, AMBULÂNCIA – TIPO PICK UP, VEÍCULO MODELO SUV COM CAPACIDADE PARA 05 LUGARES E PÁ CARREGADEIRA PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

EMPRESA VENCEDORAS:

FOCO COMERCIAL LICITAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 42.451.825/0001-72.

Rua José Gomes Baylão, Qd. 65, Lt. 02, nº 794, Setor Conjunto Morada Nova.

CEP: 74.423-342 – Goiânia – GO.

TEL.: (62) 98422-7156 / (62) 3157-4356.

E-MAIL.: fococomercial2@gmail.com.

Vencedora do lote/item 04 do Certame no valor global de **R$ 122.900,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Novecentos Reais).**

P G AGUIAR VIEIRA.

CNPJ: 27.967.465/0001-72.

Rodovia BR 316, nº 1996, Setor Vila Olímpica.

CEP: 65.309-899 – Santa Inês – MA.

TEL.: (91) 99372-9319.

E-MAIL.: dplicitacontratos@gmail.com.

Vencedora do lote/item 03 do Certame no valor global de **R$ 283.000,00 (Duzentos e Oitenta e Três Mil Reais).**

DO PREÇO

O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Valor global:**R$ 405.900,00 (quatrocentos e cinco mil e novecentos reais).**

VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 25/10/2023.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1 As despesas decorrentes deste PREGÃO ELETRONICO Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2022 e ano Ulterior.

AMBULÂNCIA

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

RECURSO PRÓRPIO

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1078 – Aquisição de ambulâncias para unidade de saúde

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00– Equipamentos e material permanente

Ficha: 209

DOTAÇÃO CONVÊNIO

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 05 – Secretaria Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1078 – Aquisição de ambulâncias para unidade de saúde

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00– Equipamentos e material permanente

Ficha: 211

SUV

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÃO CONVÊNIO

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia

Unidade: 02 06 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Ação Social

Projeto Atividade: 2065 – Manutenção e encargos do CREAS e CRAS

Elementos de Despesas: 4.4.90.52.00– Equipamentos e material permanente

Ficha: 399

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com o Valores ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizadas para consulta, nesta Prefeitura.

São Félix do Araguaia – MT, 25 de OUTUBRO de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PUBLICAÇÕES DE PONTES QUE SERÃO FEITAS NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PUBLICAÇÕES DE PONTES QUE SERÃO FEITAS NO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PONTE 16: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares" , na Ponte 16 de Madeira sobre o afluente do Córrego Seriema para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal 17, P.A (Projeto de Assentamento) Mãe Maria, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 18: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 18 de Madeira sobre o afluente do Córrego Seriema para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal 16, P.A (Projeto de Assentamento) Mãe Maria, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 19: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licen-

ça de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 19 de Madeira sobre o afluente do Córrego Mutum para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal 16, P.A (Projeto de Assentamento) Mãe Maria, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 25: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 25 de Madeira sobre o afluente Córrego Ipuca Grande para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado vicinal próximo a Comunidade Capão Verde, P.A (Projeto de Assentamento) Dom Pedro, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 34: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 34 de Madeira sobre o afluente do Córrego Mutum, para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado na MT 433 próximo ao distrito de Ponfinópolis na zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 36:A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 36 de Madeira sobre o Córrego Três Pontes para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal 01 do P.A (Projeto de Assentamento) Mãe Maria na zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 38: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 38 de Madeira sobre o Córrego Carnaúba para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Chapadinha, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 44: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 44 de Madeira sobre o Afluente do Rio Xavantinho para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Carnaúba, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 45: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 45 de Madeira sobre o Afluente do Rio Xavantinho para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 46: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 46 de Madeira sobre o Córrego Azulona para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Azulona Gameleira, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 47: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 47 de Madeira sobre o Córrego Azulona para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Azulona Gameleira, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 48: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 48 de Madeira sobre o Córrego Capuxu para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal na zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 49: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 49 de Madeira sobre o Córrego Caeté para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal na zona rural , Projeto de Assentamento Chapadinha do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 50: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 50 de madeira sobre o Córrego Carnaúba para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Chapadinha, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 51: A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 51 de madeira sobre o Córrego Carnaúba para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Carnaúba, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

PONTE 52:A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos inscrito no CNPJ 03.918.869/ 0001-08, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Félix do Araguaia-MT, a Licença Prévia e Licença de Instalação, para atividade de Instalação, reforma ou substituição de bueiros tubulares e celulares", na Ponte 52 de madeira sobre o Córrego Carnaúba para instalação de Bueiro Celular de Concreto, localizado estrada vicinal do Projeto de Assentamento (P.A) Carnaúba, zona rural do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

25 DE OUTUBRO DE 2022

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
PORTARIA N. º 1080. 25 DE OUTUBRO DE 2022

PORTARIA N. º 1080. 25 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO SENHOR LEANDRO BARROS SOUSA , PARA ACOMPANHAMENTO DO OBJETO PREVISTO NOS CONTRATOS 171/2022 E 172/2022 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n. ° 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve:

Art. 1° Nomear o servidor da Prefeitura de São Félix do Araguaia – MT, **Sr: Leandro Barros Sousa**, contrato/matrícula: **4848-1,** para exercer a função de Fiscal do **Contrato n.º 171/2022 E 172/2022**, Processo Administrativo n. º 106 /2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº º 035/2022.

.

PARÁGRAFO ÚNICO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS, SENDO: **MOTOCICLETA**, **CAMINHÃO EQUIPADO COM CARROCERIA CARGA SECA**, **AMBULÂNCIA – TIPO PICK UP**, **VEÍCULO MODELO SUV COM CAPACIDADE PARA 05 LUGARES**E **PÁ CARREGADEIRA** PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

Art. 2º Fica determinado ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: **a)** à especificação do objeto; e **b)** ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: **a)** as condições de pagamento foram obedecidas; **b)** o valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; **c)** a nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; **d)** a nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e **e)** os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: **a)** contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; **b)** a retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e **c)** o crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar eventual descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: **a)** Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e **b)** Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

São Félix do Araguaia - MT, 25 de outubro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita

CPF do Fiscal:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2022 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022

OBJETO: **MOTOCICLETA**, **CAMINHÃO EQUIPADO COM CARROCERIA CARGA SECA**, **AMBULÂNCIA – TIPO PICK UP**, **VEÍCULO MODELO SUV COM CAPACIDADE PARA 05 LUGARES**E **PÁ CARREGADEIRA** para atender o município de São Félix do Araguaia – MT.

EMPRESA:

P G AGUIAR VIEIRA.

CNPJ: 27.967.465/0001-72.

Rodovia BR 316, nº 1996, Setor Vila Olímpica.

CEP: 65.309-899 – Santa Inês – MA.

TEL.: (91) 99372-9319.

E-MAIL.: dplicitacontratos@gmail.com.

Vencedora do lote/item 03 do Certame no valor global de **R$ 283.000,00 (Duzentos e Oitenta e Três Mil Reais).**

São Félix do Araguaia – MT, em 25 de outubro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PREF MUN DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - DEPARTAMENTO DE CONTRATOS - TAYNÁ BEZERRA CAVALCANTE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2022 PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2022

PREGÃO ELETRONICO Nº 035/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022

OBJETO: **MOTOCICLETA**, **CAMINHÃO EQUIPADO COM CARROCERIA CARGA SECA**, **AMBULÂNCIA – TIPO PICK UP**, **VEÍCULO MODELO SUV COM CAPACIDADE PARA 05 LUGARES**E **PÁ CARREGADEIRA** para atender o município de São Félix do Araguaia – MT.

EMPRESA:

FOCO COMERCIAL LICITAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 42.451.825/0001-72.

Rua José Gomes Baylão, Qd. 65, Lt. 02, nº 794, Setor Conjunto Morada Nova.

CEP: 74.423-342 – Goiânia – GO.

TEL.: (62) 98422-7156 / (62) 3157-4356.

E-MAIL.: fococomercial2@gmail.com.

Vencedora do lote/item 04 do Certame no valor global de **R$ 122.900,00 (Cento e Vinte e Dois Mil, Novecentos Reais).**

São Félix do Araguaia – MT, em 25 de outubro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 40, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 40, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E REQUISITOS DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA DESIGNAÇÃO DE PROFESSORES PARA A FUNÇÃO DE DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996 - LDB que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, em especial o Artigo 14 que se refere à complementação-VAAR a qual será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º desta Lei;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 058/2008, que dispõe sobre Nova Estrutura do Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Município de São Félix do Araguaia;

CONSIDERANDO, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 282-1 do Supremo Tribunal Federal – STF, que declarou inconstitucional os incisos III e IV do Art. 237 da Constituição do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer as regras básicas para a Gestão Democrática nas Unidades Educacionais, a seleção de dirigentes das Escolas e Creche da Rede Pública Municipal de São Félix do Araguaia/MT e à regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, instituído pela Lei (Federal) n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO que, explicitamente, o inciso I, do §1°, do artigo 14, da referida Lei indica o "provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho, ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho".

D E C R E T A

Art. 1º A escolha de candidato(a) para o provimento do cargo de Diretor(a) de Escola Municipal dar-se-á a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho, com a finalidade de aferir as habilidades gerenciais e atributos pessoais necessários ao exercício do cargo.

Parágrafo Único - O processo de que trata o caput deste artigo realizar-se-á em 05 (cinco) etapas, a saber:

I - Inscrição e entrega de documentos;

II - Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório;

III - Análise de títulos e currículo, de caráter classificatório;

IV - Elaboração, apresentação e entrega do Plano de Trabalho;

V - Votação pela comunidade escolar.

Art. 2º Para desenvolver o processo de seleção de diretores, a Secretaria de Municipal de Educação indicará uma equipe ou instituição de competência e idoneidade comprovadas.

Art. 3º A seleção reger-se-á por edital, que especificará as regras inerentes ao certame.

Art. 4º Poderá participar do processo para provimento do cargo de Diretor(a), os profissionais da educação que comprovem:

I - ser ocupante de cargo efetivo e ou estável do quadro dos profissionais da Educação Básica de São Félix do Araguaia;

II - ter no mínimo 01 (um) ano de efetivo exercício ininterrupto imediatamente anterior à data de inscrição, prestado no Município, de preferência em docência ou gestão escolar independente da lotação e/ou carga horária atribuída;

III - ser habilitado em Licenciatura Plena;

IV - ter residência fixa no município, na localidade da escola da qual pretende ser diretor;

V - não ter sido penalizado em processo administrativo disciplinar;

VI - não estar em gozo das licenças enumeradas, inclusive a licença prêmio;

VII - não ser proprietário, sócio majoritário ou pessoa que participe de direção, gerência ou administração de empresas privadas e entidades que mantenham contratos com órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

VIII - não apresentar nenhum impedimento para movimentação bancária;

IX - não estar respondendo processo administrativo disciplinar e sindicância administrativa;

X - estar adimplente com as prestações de contas no setor de Prestação de Contas – seja municipal, estadual ou federal.

XI - não estar com processo de aposentadoria em agendamento.

XII - não possuir outro vínculo, estadual, federal ou privado;

XIII - não estar em estágio probatório;

XIV - não ter sido suspenso, dispensado/destituído ou exonerado do exercício da função, em decorrência de processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 (cinco) anos;

XV - não ter descumprido, ou não esteja em período de cumprimento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;

XVI - não esteja sob tomada de conta especial;

XVII- não estar em afastamento por problemas de saúde e/ou em reabilitação.

Art. 5º Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos mencionados no artigo 4º, a chefia do Poder Executivo Municipal poderá nomear um(a) diretor(a), em caráter temporário, não podendo seu exercício ultrapassar a duração de 2 (dois) anos.

Art. 6º No ato da posse, o Diretor assinará termo de compromisso, o qual define as responsabilidades da função.

Art. 7º A gestão escolar será acompanhada diretamente pelo Conselho Municipal Escolar, e avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são: o cumprimento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), os indicadores de eficiência da escola, os resultados de aprendizagem dos alunos, estar em dia com a busca ativa escolar, a lisura na gestão financeira e o relacionamento com a comunidade escolar.

§ 2º A atribuição de sanções e/ou exoneração fica a cargo do Poder Executivo Municipal, mediante o comprometimento de um ou mais dos elementos supramencionados.

Art. 8º Os Diretores terão mandato para o período de 02 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva, respeitado o processo de escolha descrito neste Decreto.

Art. 9º A exoneração do cargo de diretor dar-se a pedido do servidor ou de ofício.

§ 1º A exoneração de ofício dar-se-á:

I- quando não satisfeita as condições das competências e habilidades exigidas pelo cargo, devendo seguir parâmetros as diretrizes norteadoras da avaliação de desempenho, descritas §1º do artigo 7º deste Decreto;

II- quando, tendo tomado posse, o detentor do cargo não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III- quando, no exercício do cargo ou da função, tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da escola, devidamente comprovados;

IV- quando obtiver resultado inferior a 70% (setenta) por cento da avaliação de desempenho, referente a avaliação qualitativa, após observados os prazos legais para recurso;

V- quando se candidatar a mandato eletivo, nos termos da legislação eleitoral específica;

§ 2º Durante o exercício do cargo em comissão, o(a) Diretor(a) terá seu desempenho avaliado anualmente, em procedimento institucional regulamentado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Procuradoria Geral do Município de São Félix do Araguaia-MT.

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 24 de outubro de 2022.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - LICITAÇÃO - JEAN FLÁVIO DOS SANTOS MILHOMEM

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2022.

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, *torna público que intenciona em realizar a* CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A **PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEICULO AUTOMOTOR, TIPO KOMBI OU SIMILAR, COM CONDUTOR E MANUTENÇAO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇAO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CENTRO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS DA MELHOR IDADE (SCFV); DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA – MT. TUDO EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS QUE O INTEGRAM E COMPLEMENTAM, PARA TODOS OS EFEITOS JURÍDICOS LEGAIS***, mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14. 133 de 01 de abril de 2021, alterada pelo Decreto Federal 10.922/2021.*

Informamos que a Prefeitura tem interesse em obter propostas adicionais e, considerando o que preconiza o § 3º do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/ 2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente sua proposta.

è Limite para Apresentação da Proposta de Preços: até as 17h00min do dia 28/10/2022.

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia – MT, sito a Rua Araguaia, nº 248, Centro, São Félix do Araguaia – MT*, CEP: 78.670-000, no horário de 08h30min às 13h00min, em dias úteis ou pelo E-mail* ***pregaosfa@outlook.com*** *até a data limite.*

O Termo de Referência da Dispensa e os documentos exigidos para dispensa de licitação estarão disponíveis no Site Oficial do Município na aba licitações no endereço eletrônico: **www.saofelixdoaraguaia.mt.g.br**

São Félix do Araguaia - MT, em 25 de outubro de 2022.

GILMAR BARREIRA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº134/2022

PROCESSO Nº135/2022 INEXIGIBILIDADE N°13/2022

CONTRATO (A) – EXTRA MAQUINAS S/A, inscrita no CNPJ nº 19.293. 041/0002-22

OBJETO – ***Constitui objeto deste contrato a*****Contratação de empresa para aquisição de peças e mão de obra, Segunda revisão para o veículo Pá Carregadeira LW300KV pertencente à secretaria de Infraestrutura e Obras do Município.**

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **7.256,13 (Sete Mil Duzentos e Cinquenta e Seis Reais e Treze Centavos).**

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 02 meses, vigorando pelo período de 25 de outubro de 2022 a 25 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n. º 8.666/93 e alterações posteriores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°135/2022

DISPENSA N°80/2022

CONTRATO (A) – MAICON RODRIGO DA SILVA MADEIRAS-EPP, cadastrada no CNPJ sob n.º 30.188.018/0001-20

OBJETO – O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO-DO TIPO OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, COM DESPESAS (ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM POR CONTA DO PRESTADOR DO SERVIÇO) PARA ATENDER AS DEMANDA DESTA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRA DESTE MUNICIPIO.

VALOR TOTAL- O valor total do presente contrato é **R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**.

DA VIGÊNCIA- O prazo contratual será no período de 02 (dois) meses, tendo início no dia 25 de outubro de 2022 e termino no dia 25 de dezembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA ISENÇÃO DE TAXAS INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022

LEVI RIBEIRO, Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conjunto com a **COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL,** nomeada pela Portaria nº 513 de 17 de agosto de 2022, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados a **DIVULGAÇÃO DO RESUL-**

TADO DOS RECURSOS CONTRA ISENÇÃO DE TAXAS INDEFERIDAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022, conforme abaixo:

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME	SITUAÇÃO
21667	667	AGHATA KAUANA DOS SANTOS SOUZA	DEFERIDO
21663	666	CAMILA CAMILO DA SILVA	DEFERIDO
21646	195	CLÁIZA AGUSTINI IMIANI	DEFERIDO
21644	587	CRISTIANE IZIDORIO DA SILVA	DEFERIDO
21654	631	DANIEL ANDERSON DE SOUZA SANTOS	DEFERIDO
21659	4	GEOVANY SALES DO NASCIMENTO	DEFERIDO
21647	336	JANDIRA CORREA PEREIRA	DEFERIDO
21661	384	JORDANE GOMES OLIVEIRA	DEFERIDO
21669	403	KAREN CRISTINY DE SÁ VIDRAGO	DEFERIDO
21670	739	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	DEFERIDO
21641	32	MARIANA DE SOUZA LARA	DEFERIDO
21664	295	MONIQUE CRIS DE ALMEIDA	DEFERIDO
21655	68	PAMELA DE ARAÚJO SOUZA	DEFERIDO
21671	396	PAULO GIOVANNI TAQUES DE OLIVEIRA GOMES	DEFERIDO
21649	578	PEDRO CARLOS CARLETTI	DEFERIDO
21640	549	PEDRO HENRIQUE GONÇALVES MARQUES DE SOUZA	DEFERIDO
21666	286	RAIMUNDA SOLANGE VIEIRA DOS SANTOS	DEFERIDO
21642	481	REGIANE VIEIRA GOMES	DEFERIDO
21643	434	RENATA SILVA ORTES	DEFERIDO
21651	199	RICARDO FERNANDES	DEFERIDO
21673	755	ROGER ROMULO FERREIRA DA MOTTA	DEFERIDO
21645	41	SANDRO RODRIGUES DE OLIVEIRA	DEFERIDO

São José do Rio Claro - MT, 25 de outubro de 2022.

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 305/2022.

DECRETO Nº 305/2022.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 24 DE OUTUBRO DE 2022.

REVOGA O DECRETO Nº 304/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto 3042022 do dia 20 de outubro de 2022, publicado no diário oficial da AMM no dia 24 de outubro de 2022 de premiações do **EVENTO PROVA DE 03 TAMBORES DE WORKING PENNING.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 24 de outubro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 302/2022.

DECRETO Nº 302/2022.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 24 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José do Xingu-MT (CONSEMMA).

O Prefeito Municipal de São José do Xingu-MT, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e; **CONSIDERANDO** o teor da Ata Nº 003/2022 Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), ocorrida em 24 de Outubro de 2022, na qual consta a aprovação do Regimento Interno pelos conselheiros; Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), na forma do Anexo Único, que integra o presente Decreto. Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 24 de outubro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se Cumpra-se

ATA DE HOMOLOGAÇÃOPREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022 Processo Administrativo Nº 055/2022 Tipo: REGISTRO DE PREÇO

PREGOEIRO: TALITA TEIXEIRA FEITOSA

Data de Publicação: 15/09/2022 14:12:50

Item: 2 Unidade: UN

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:28 CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM ANTI CHAMA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: LIGCABOS Modelo: LIGCABOS

Descrição: CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM ANTI CHAMA

Quantidade: 6.000 **Valor Unit.:** 1,21 **Valor Total:** 7.260,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	022	11.175.931/0001-47	17,26	1,21	Sim
2 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	046	44.873.952/0001-95	17,26	1,22	Sim
3 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	073	28.613.773/0001-62	17,26	1,25	Sim

4 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	066	45.725.095/0001-49	17,26	1,79	Sim
5 J. LAVANDOSKI FERRAGENS	034	36.673.446/0001-24	17,26	1,83	Sim
6 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	015	45.648.699/0001-39	17,26	1,84	Sim
7 MEPRY INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	012	43.828.319/0001-12	17,26	1,85	Sim
8 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	063	29.516.527/0001-55	17,26	1,91	Sim
9 RONIVAN ROSSONI LTDA	013	19.909.006/0001-04	17,26	2,06	Sim
10 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	053	24.616.322/0001-28	17,26	2,38	Sim
11 COTOVIA COMERCIO LTDA	010	43.853.822/0001-28	17,26	17,26	Sim
12 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	057	42.261.838/0001-89	17,26	17,26	Sim
13 DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	096	42.070.491/0001-97	17,26	17,26	Sim
14 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	004	29.567.496/0001-61	18,00	18,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME **LOTE 2 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:28 CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 10MM ANTI CHAMA**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: METRO Marca: LIGCABOS Modelo: LIGCABOS

Descrição: CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 10MM ANTI CHAMA

Quantidade: 6.000 **Valor Unit.:** 5,96 **Valor Total:** 35.760,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	068 11.175.931/0001-47	75,60	5,96	Sim

2 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	055	45.725.095/0001-49	75,60	5,97	Sim
3 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	040	28.613.773/0001-62	75,60	6,00	Sim
4 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	016	44.873.952/0001-95	75,60	6,30	Sim
5 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	005	45.648.699/0001-39	75,60	8,30	Sim
6 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	003	29.516.527/0001-55	75,60	8,47	Sim
7 RONIVAN ROSSONI LTDA	042	19.909.006/0001-04	75,60	8,93	Sim
8 MEPRY INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	050	43.828.319/0001-12	75,60	8,94	Sim
9 J. LAVANDOSKI FERRAGENS	074	36.673.446/0001-24	75,60	10,10	Sim
10 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	058	24.616.322/0001-28	75,60	10,11	Sim
11 COTOVIA COMERCIO LTDA	013	43.853.822/0001-28	75,60	75,60	Sim
12 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	062	42.261.838/0001-89	75,60	75,60	Sim
13 DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	024	42.070.491/0001-97	75,60	75,60	Sim
14 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	030	29.567.496/0001-61	76,00	76,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

Item: 1 Unidade: METRO

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:28 CABO FLEXIVEL ISOLADO 4,0MM ANTI CHAMA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: LIGCABOS Modelo: LIGCABOS

Descrição: CABO FLEXIVEL ISOLADO 4,0MM ANTI CHAMA

Quantidade: 6.000 **Valor Unit.:** 2,60 **Valor Total:** 15.600,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	095	11.175.931/0001-47	28,60	2,60	Sim
2 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	057	28.613.773/0001-62	28,60	2,61	Sim
3 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	094	44.873.952/0001-95	28,60	2,75	Sim
4 MEPRY INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	098	43.828.319/0001-12	28,60	3,02	Sim
5 J. LAVANDOSKI FERRAGENS	060	36.673.446/0001-24	28,60	3,31	Sim
6 RONIVAN ROSSONI LTDA	077	19.909.006/0001-04	28,60	3,32	Sim
7 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	040	45.648.699/0001-39	28,60	3,49	Sim

8 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	049	24.616.322/0001-28	28,60	3,79	Sim
9 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	011	45.725.095/0001-49	28,60	3,95	Sim
10 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	048	29.516.527/0001-55	28,60	3,98	Sim
11 DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	039	42.070.491/0001-97	28,60	28,60	Sim
12 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	017	42.261.838/0001-89	28,60	28,60	Sim
13 COTOVIA COMERCIO LTDA	034	43.853.822/0001-28	28,60	28,60	Sim
14 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	063	29.567.496/0001-61	29,00	29,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

Item: 1 Unidade: UN

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:28 INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA SIMPLES 10A 2p+t

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: PLUZIE Modelo: 3200

Descrição: INTERRUPTOR SIMPLES E TOMADA SIMPLES 10A 2p t

Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 6,38 **Valor Total:** 638,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	061	44.873.952/0001-95	19,50	6,38	Sim
2 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	091	45.648.699/0001-39	19,50	6,39	Sim
3 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	092	29.516.527/0001-55	19,50	6,89	Sim
4 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	070	28.613.773/0001-62	19,50	6,97	Sim
5 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	065	11.175.931/0001-47	19,50	9,99	Sim
6 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	030	45.725.095/0001-49	19,50	10,00	Sim
7 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	060	24.616.322/0001-28	19,50	10,16	Sim
8 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	042	42.261.838/0001-89	19,50	19,50	Sim
9 COTOVIA COMERCIO LTDA	090	43.853.822/0001-28	19,50	19,50	Sim
10 DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	011	42.070.491/0001-97	19,50	19,50	Sim
11 RONIVAN ROSSONI LTDA	081	19.909.006/0001-04	19,50	19,50	Sim
12 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	059	29.567.496/0001-61	20,00	20,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

Item: 1 Unidade: UN Descrição: TOMADA DUPLA 10A 2p t

LOTE 5 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:28 TOMADA DUPLA 10A 2p+t

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: PLUZIE Modelo: 3213

Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 6,80 **Valor Total:** 680,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	098	44.873.952/0001-95	20,55	6,80	Sim
2 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	036	28.613.773/0001-62	20,55	6,98	Sim
3 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	085	29.516.527/0001-55	20,55	7,19	Sim
4 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	014	45.648.699/0001-39	20,55	7,49	Sim
5 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	019	11.175.931/0001-47	20,55	10,29	Sim
6 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	057	45.725.095/0001-49	20,55	10,30	Sim
7 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	032	24.616.322/0001-28	20,55	10,38	Sim
8 COTOVIA COMERCIO LTDA	002	43.853.822/0001-28	20,55	20,55	Sim
9 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	089	42.261.838/0001-89	20,55	20,55	Sim
10 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	054	29.567.496/0001-61	21,00	21,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

Item: 1 Unidade: UN

LOTE 6 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:29 TOMADA SIMPLES 10A 2p+t

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Marca: PLUZIE Modelo: 3211

Descrição: TOMADA SIMPLES 10A 2p t

Quantidade: 100 **Valor Unit.:** 4,20 **Valor Total:** 420,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	084	44.873.952/0001-95	12,27	4,20	Sim
2 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	026	28.613.773/0001-62	12,27	4,40	Sim
3 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	054	45.725.095/0001-49	12,27	5,80	Sim
4 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	042	45.648.699/0001-39	12,27	6,59	Sim
5 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	010	24.616.322/0001-28	12,27	6,60	Sim
6 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	005	29.516.527/0001-55	12,27	7,19	Sim
7 COTOVIA COMERCIO LTDA	071	43.853.822/0001-28	12,27	12,27	Sim
8 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	081	42.261.838/0001-89	12,27	12,27	Sim
9 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	074	11.175.931/0001-47	12,27	12,27	Sim
10 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	040	29.567.496/0001-61	13,00	13,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME **LOTE 7 - HOMOLOGADO - 24/10/2022 08:54:29 CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6,0MM ANTI CHAMA**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: METRO Marca: LIGCABOS Modelo: LIGCABOS

Descrição: CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6,0MM ANTI CHAMA

Quantidade: 6.000 **Valor Unit.:** 3,70 **Valor Total:** 22.200,00 **CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 G. P. A GERENCIAMENTO E PROJETOS EIRELI	039	11.175.931/0001-47	42,50	3,70	Sim
2 MENDONCA JUNIOR COMERCIAL LTDA	091	44.873.952/0001-95	42,50	3,71	Sim
3 ANADINA SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI	029	28.613.773/0001-62	42,50	3,89	Sim
4 J. LAVANDOSKI FERRAGENS	038	36.673.446/0001-24	42,50	4,79	Sim
5 MARCOS ANDERSON DE PAULA NUNES MACHADO	067	45.725.095/0001-49	42,50	4,80	Sim
6 RONIVAN ROSSONI LTDA	064	19.909.006/0001-04	42,50	4,82	Sim
7 MEPRY INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA	059	43.828.319/0001-12	42,50	4,95	Sim
8 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCAO EIRELLI	025	29.516.527/0001-55	42,50	5,12	Sim
9 CLEYTON DOS SANTOS ASILVA	005	45.648.699/0001-39	42,50	5,98	Sim
10 MORK SOLAR - PRODUTOS E SERVIÇOS	049	24.616.322/0001-28	42,50	5,99	Sim
11 MTS COMERCIO SERVICOS LTDA	031	42.261.838/0001-89	42,50	42,50	Sim
12 DGA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	090	42.070.491/0001-97	42,50	42,50	Sim
13 COTOVIA COMERCIO LTDA	015	43.853.822/0001-28	42,50	42,50	Sim
14 A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	093	29.567.496/0001-61	43,00	43,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME INABILITADOS

Razão Social Num Documento Oferta Inicial Oferta Final ME

AUTORIDADE: SANDRO JOSE LUZ C

ADMINISTRAÇÃO
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT (CONSEMMA)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT (CONSEMMA) CAPÍTULO I DA NATUREZA E ORGANIZAÇÃO Art. 1º O Conselho Municipal do Meio Ambiente de São José do Xingu-MT (CONSEMMA) , criado pela Lei Municipal Nº 778/2020, de 23/03/2020, exercerá sua competência nos termos do presente Regimento Interno. **Art. 2º** O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) órgão consultivo, recursal, de assessoramento e deliberativo no âmbito de sua competência, tem a finalidade de orientar, promover e emitir sugestões em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à degradação ambiental, na área do Município de São José do Xingu-MT. **Art. 3º** Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) fica constituído pelos conselheiros que compõem um Plenário, cuja Presidência tem o apoio técnico e administrativo de uma Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas. § 1º O Plenário é integrado pela totalidade dos representantes de entidades e órgãos nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo. § 2º O mandato para membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) será gratuito e considerado serviço relevante para o Município. **CAPÍTULO II DOS ATOS E DAS ATRIBUIÇÕES Art. 4º** São considerados atos do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA): I - Resolução: ato formal, resultante de apreciação de matéria vinculada a estabelecer diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos ambientais; II - Proposição: ato formal, resultante de apreciação de matéria ambiental a ser encaminhada ao Chefe do Executivo ou ao Legislativo; III - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental; IV - Moção: quando se tratar de manifestação de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental; V - Decisão: O Conselho Municipal do Meio Ambiente é um órgão de instância recursal, administrativa, consultiva, deliberativa e grau de recurso quando se tratar de multas e outras penalidades;

VI - Súmula: registro de interpretação pacífica ou majoritária adotada pelo Plenário do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) sobre temas específicos, após decisões reiteradas em sede de julgamento de recursos administrativos, com o fim de uniformizar as decisões do Colegiado. § 1º A matéria de que trata este artigo, com exceção das Moções, será encaminhada à Secretaria Executiva, que a colocará na pauta para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pelo próprio Conselho. § 2º As Moções devem ser votadas na reunião plenária que forem tempestivamente apresentadas ou, não havendo quorum ou tempo hábeis para fazê-lo, na reunião subsequente. § 3º A proposta de Súmula deverá ser apresentada por qualquer um dos conselheiros, perante o Plenário do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), sendo que a deliberação da mesma deverá ocorrer na reunião subsequente e, sua aprovação, alteração ou revogação dependerá do voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do Plenário. **Art. 5º** Aos conselheiros cabem, à exceção do Presidente, as seguintes atribuições: I - aprovar o calendário das reuniões ordinárias para o período de mandato dos conselheiros; II - estudar e relatar matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer; III - discutir e votar, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres; IV - solicitar diligências ou vistas a processo; V - aprovar as atas das reuniões plenárias, propondo os ajustes necessários; VI - requerer a convocação de reuniões plenárias extraordinárias, justificando a sua necessidade; VII - desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente, ou propostos pelo próprio Plenário; VIII - sugerir para apreciação qualquer matéria a ser objeto de Resolução e/ou Proposição; IX - participar das Câmaras Técnicas; X - manter entrosamento através de contatos com órgãos ligados ao Meio Ambiente para trocar dados e informações; XI - manter a ética em relação aos assuntos deliberados nas Câmaras ou Plenária. § 1º Aos conselheiros é vedada a manifestação em nome do Conselho de assuntos não deliberados em plenária. § 2º O mandato dos Conselheiros será de até 02 (Dois) anos, podendo ser reconduzido ao cargo por mais um mandato. **Art. 6º** São atribuições exclusivas do Presidente: I - convocar o Conselho e presidir as reuniões, atendendo a ordem dos trabalhos estabelecida em pauta; II - promover a distribuição dos assuntos submetidos à deliberação, designando os relatores; III - conduzir os debates e resolver as questões de ordem; IV - apurar as votações e exercer o voto somente para o desempate (voto de qualidade); V - assinar as Resoluções e Proposições do Conselho, encaminhando-as para os devidos fins; VI - submeter à apreciação do Plenário e assinar a ata da reunião anterior; VII - convocar reuniões plenárias extraordinárias, sempre que julgar necessário; VIII - constituir as Câmaras Técnicas para análises e estudos relacionados às atribuições do Conselho; IX - requisitar as diligências solicitadas pelos relatores; X - apreciar e assinar as correspondências expedidas pelo Conselho; XI - requisitar pessoal necessário ao serviço do Conselho; XII - propor à autoridade competente as medidas que o Conselho julgar necessárias ao bom desempenho de suas atribuições; XIII - representar o Conselho em todos os atos necessários, podendo delegar essa atribuição ao Vice-Presidente e/ou a outro conselheiro; XIV - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno; XV - propor calendário de reuniões ordinárias para o período do mandato dos conselheiros; XVI - criar e extinguir Câmaras Recursais, por meio de Resoluções, com o propósito de atender às demandas de julgamento dos recursos de processos administrativos ambientais. **Art. 7º** O Vice-Presidente será eleito dentre os titulares representantes da sociedade civil organizada, mediante voto da maioria simples entre os presentes na sessão, cabendo a ele substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos. § 1º No impedimento de ambos, o Conselho elegerá um conselheiro presente para conduzir a reunião. § 2º O mandato do Vice-Presidente será de até 02 (Dois) anos, podendo ser reconduzido ao cargo por mais um mandato.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO Art. 8º A plenária é o órgão de deliberação máxima, configurada pela Reunião Ordinária e/ou Extraordinária dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), que cumpra os requisitos de funcionamento estabelecido neste Regimento. **Art. 9º** Qualquer matéria a ser apreciada pelo Conselho deverá ser primeiramente encaminhada ao Presidente. Parágrafo único. A apreciação das matérias constantes dos processos será precedida de parecer por escrito, com análise fundamentada e respectiva conclusão. **Art. 10.** O Conselho funcionará através de reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, sendo dado conhecimento de Pauta da Reunião. § 1º As reuniões plenárias ordinárias realizar-se-ão, uma vez ao mês, em data, hora e local segundo calendário aprovado na reunião da plenária. § 2º As reuniões plenárias extraordinárias realizar-se-ão por convocação do Presidente, ou por solicitação de 03 (três) membros do Conselho, com antecedência mínima de 05 (Cinco) dias úteis. § 3º As reuniões terão duração de 02 (duas) horas, prorrogáveis conforme necessidade do assunto em questão. § 4º As reuniões plenárias ordinárias poderão ser canceladas caso não existam assuntos para pauta. **Art. 11.** As reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) poderão ser realizadas somente com quorum mínimo de 1/3 (um terço) de seus membros, considerado em relação ao número total de titulares. § 1º As decisões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), sob a forma de deliberação, serão tomadas por maioria simples, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros presentes à reunião, com exceção daquelas previstas no §3º, do artigo 4º, deste Regimento. § 2º Não havendo quorum, não poderá haver deliberação e votação. **Art. 12.** Nas reuniões plenárias serão obedecidos os seguintes procedimentos, assim sequenciados: I - verificação do número de conselheiros presentes e existência de quorum, conforme artigo anterior; II - abertura da sessão; III - leitura, discussão e aprovação da ata da reunião plenária anterior; IV - apresentação da pauta da reunião; V - votação, quando for o caso; VI - comunicações e assuntos gerais; VII - encerramento. **Art. 13.** Constarão na ata as deliberações das reuniões, que será assi-

nada pelo Presidente e homologada pelos membros do conselho, sendo, após, liberada oficialmente para divulgação pública. § 1º A assinatura dos conselheiros na ata é obrigatória. § 2º A ata será obrigatoriamente lida na reunião subsequente, salvo se todos os conselheiros presentes a tenham recebido anteriormente e confirmem ter conhecimento de seu inteiro teor e forma, concordando com a aprovação de todo o seu conteúdo. § 3º Cabe ao Presidente fixar a pauta das reuniões, tendo precedência sobre os demais assuntos. § 4º As atas do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), com as deliberações tomadas, bem como as resoluções, acompanhadas, quando necessário, de pareceres técnicos e/ou jurídicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico . **Art. 14.** As reuniões serão públicas e abertas à população interessada. Parágrafo único. A critério dos membros do Conselho, desde que aprovada a participação em Plenário, os presentes à reunião poderão fazer manifestação verbal.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL Art. 15. O recurso administrativo será encaminhado ao Conselho para julgamento, em segunda instância, que poderá manter, propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas. § 1º Os processos encaminhados ao Conselho serão distribuídos aos conselheiros por sorteio. § 2º Distribuído o processo de recurso, a entidade representada ficará responsável pelo mesmo, sendo Relator o conselheiro titular ou suplente que o recebeu. § 3º O relatório elaborado será assinado pelo Conselheiro Relator e sua apresentação será por ele efetuada, ou, quando não for possível, por um dos representantes da entidade responsável pelo processo de recurso. § 4º Os processos físicos poderão ser levados em carga pelo Conselheiro Relator, o qual deverá devolver na sessão de julgamento do referido processo; para os processos eletrônicos, a Secretaria Executiva fará encaminhamento do link para seu acesso na íntegra. **Art. 16.** A Secretaria Executiva encaminhará à reunião plenária os processos para julgamento imediatamente após o recebimento do parecer do conselheiro, devendo este apresentar justificativa sempre que seja levado a protelar o relato. **Art. 17.** Anunciada a apreciação de um processo pelo Presidente, fará o Relator exposição da matéria e respectivo parecer, passando-se após, à discussão. § 1º Havendo pedido expresso, no recurso, de manifestação verbal pela parte, esta será concedida, exclusivamente, após a exposição pelo relator da matéria, pelo tempo de até 10 (dez) minutos. § 2º No curso da discussão, é facultado a qualquer dos membros presentes: I - solicitar, somente uma vez, por entidade, vistas ao processo, o qual poderá ter em carga, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia que recebeu, devendo estar em pauta na reunião plenária imediata;

II - solicitar esclarecimentos aos relatores; III - quando mais de um membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) pedir vistas sobre a mesma matéria, o prazo de análise deverá ser utilizado conjuntamente pelos mesmos; IV - a matéria retirada para vista, ou por iniciativa de seu autor, deverá ser reapresentada em reunião subsequente, acompanhada de parecer. § 3º O pedido de vista interromperá, automaticamente, a discussão. **Art. 18.** Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação. § 1º No curso da votação, apenas será admitido o uso da palavra para declaração do voto. § 2º Qualquer conselheiro poderá fazer consignar em ata a justificativa de seu voto, que deverá ser encaminhada por escrito até, no máximo, 05 (cinco) dias após a data da reunião. § 3º Nenhum membro do Conselho presente à reunião plenária poderá eximir-se de votar, salvo em caso de conflito de interesses, quando deverá se declarar suspeito. **Art. 19.** As deliberações e votações tomar-se-ão por maioria simples de votos. **Art. 20.** Após decisão da plenária, será o processo baixado à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico pela Secretária Executiva, para dar cumprimento à decisão do Conselho, inclusive intimando o recorrente a seu respeito. Parágrafo único. As decisões proferidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), constituem-se em coisa julgada administrativa e irrecorrível. **Art. 21.** As Proposições, Resoluções, Recomendações, Moções e Decisões aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas pelo Presidente aos dirigentes máximos dos órgãos afetos, para as providências cabíveis. Parágrafo único. Os atos acima citados figurarão, obrigatoriamente, no texto da ata. **CAPÍTULO V DA SECRETARIA EXECUTIVA Art. 22.** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), desempenhará atividades de apoio administrativo, através de membros designados pelo Presidente. Parágrafo único. Em questões jurídicas, a Secretaria Executiva deverá recorrer à Assessoria da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, para emissão de parecer sobre o assunto, sempre que se fizer necessário. **Art. 23.** A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico dará o necessário apoio administrativo em recursos materiais e humanos para que a Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), possa cumprir suas funções, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados. **Art. 24.** Compete à Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Meio Ambiente(CONSEMMA): I - assessorar o Plenário e as Câmaras Técnicas; II - receber e encaminhar ao Plenário todos os processos e expedientes de competência deste; III - encaminhar aos conselheiros documentos relacionados com a pauta de reunião ordinária, com antecedência mínima de 05 (Cinco) dias úteis; IV - encaminhar aos conselheiros documentos relacionados com a pauta da reunião extraordinária, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis; V - determinar a transcrição, em meio eletrônico, das Proposições aprovadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA); VI - proceder a publicação, no sítio oficial do Conselho, e o arquivamento das Atas depois de aprovadas e assinadas pelo Presidente e membros. VII – controlar o arquivamento de todos os documentos oriundos das Câmaras Técnicas;

VIII - sempre que necessário, solicitar às Câmaras Técnicas a realização de estudos para que as providências que lhe forem determinadas pelo Presidente e membros do Conselho sejam bem fundamentadas; IX - distribuir os recursos interpostos aos conselheiros; X - intimar o recorrente ou seu procurador com aviso de recebimento e/ou publicação no DOM/MT - Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data de julgamento do recurso perante o plenário do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), desde que tenha havido requerimento expresso no recurso e com a indicação do endereço completo e atualizado para envio da intimação. **CAPÍTULO VI DAS CÂMARAS TÉCNICAS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMMA), Art. 25.** As Câmaras Técnicas serão constituídas por, no mínimo, 04 (quatro) conselheiros, observando a paridade entre os membros, podendo, no caso de assuntos específicos, serem convocados para temporariamente compô-la até 02 (dois) técnicos de reconhecida capacidade sobre o assunto, sem direito a voto. § 1º Os membros das Câmaras Técnicas terão mandato de 02 (Dois) anos, renovável por igual período. § 2º Entre os membros de cada Câmara será escolhido um Presidente, que conduzirá as atividades e a quem caberá, além do voto comum, o de qualidade, devidamente justificado. § 3º Deixará de integrar a Câmara Técnica a entidade que não se fizer representar por 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de 01 (um) ano civil. § 4º A substituição de membro excluído, na hipótese prevista no parágrafo anterior, será proposta pelos demais membros da Câmara Técnica e encaminhada por seu Presidente ao do Conselho. **Art. 26.** Às Câmaras Técnicas compete: I - a análise de matérias complexas, cujos estudos prévios requeiram longo tempo, aqui incluídos os estudos de impacto ambiental e aqueles relativos à Política Municipal de Meio Ambiente; II - estudar, analisar e propor deliberações, através de pareceres ao Plenário, concernentes às matérias de sua competência, independentemente de terem sido discutidas em reunião do Conselho; III - elaborar, discutir, aprovar e encaminhar ao Plenário propostas de diretrizes e normas técnicas para a proteção e controle ambiental e o uso sustentável dos recursos ambientais, observada a legislação pertinente; IV - decidir e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada por meio da Secretaria Executiva; V - convidar servidores públicos, técnicos ou especialistas em sua área de atuação, para esclarecimentos,

exposições ou pareceres, sempre que se fizer necessário; VI - compatibilizar as Resoluções e demais atos do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA) com as alterações legislativas nacionais e estaduais e com os tratados internacionais firmados pelo Brasil e pelo Estado de Mato Grosso; VII - sugerir alterações legislativas encaminhando-as aos órgãos competentes, ou solicitando ao Poder competente o encaminhamento de projeto de lei para criação de novo diploma legal, passando antes pelo Plenário. **Art. 27.** As Câmaras Técnicas deverão apresentar ao Plenário apenas uma proposta, em forma de parecer, após votação pela maioria simples de seus membros. **Art. 28.** As Câmaras Técnicas marcarão tantas reuniões quanto necessárias, todas antecedendo a reunião marcada do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), para apresentação de propostas. Parágrafo único. Nos casos em que não for possível formular proposta no período que antecede a reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), será apresentada justificativa por escrito ao Plenário, que fixará novo prazo quando se tratar de assunto anteriormente discutido na plenária. **Art. 29.** Os pareceres das Câmaras Técnicas serão encaminhados à Secretaria Executiva do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), para que a mesma providencie a preparação do texto e respectiva documentação, que serão enviados aos membros do Plenário. **Art. 30.** As Câmaras Técnicas designarão Relator para apresentar os pareceres nas reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA). **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 31.** No caso de comparecimento do titular e seu suplente às reuniões, ambos terão o direito ao uso da palavra nas discussões, cabendo, nas deliberações, o direito de voto apenas ao titular. Parágrafo único. Na ausência do conselheiro titular, o seu suplente o substituirá com todas as atribuições. **Art. 32.** Deixará de integrar o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA), a entidade que não se fizer representar por 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no período de 01 (um) ano civil. Parágrafo único. A entidade poderá, a qualquer momento, solicitar, mediante ofício, a substituição do conselheiro titular e do suplente que completará o mandato em andamento. **Art. 33.** Somente será permitida vistas a processos e expedientes por pessoas estranhas mediante requerimento deferido pelo Presidente, que estabelecerá condições de prazo e local. **Art. 34.** Qualquer proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho só poderá ser apresentada pelo seu Presidente ou pelo requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros. Parágrafo único. Uma vez considerada objeto de deliberação, a proposta somente poderá ser discutida e votada em outra reunião previamente marcada para este fim, com aprovação da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho. **Art. 35.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário que poderá adotar, sob forma de Resolução, o que melhor julgar necessário para o cumprimento dos fins do Conselho, desde que não contrarie este Regimento. **Art. 36.** O Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONSEMMA),, por iniciativa própria ou por indicação do Plenário, poderá solicitar ao Poder Executivo que adote medidas complementares de caráter administrativo e/ou orçamentário necessárias ao seu funcionamento. **Art. 37.** Este Regimento entrará em vigor na data de publicação do Decreto que o aprovar.

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1. Têm por objeto do presente procedimento licitatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS AVENIDA RUBENS R. ARAUJO FILHO, AVENIDA DOMITILIA GOMES DE OLIVEIRA, RUA 20 DE DEZEMBRO, RUA MATO GROSSO, RUA CICERO SAMPAIO DE MENESES,** das Obras de pavimentação asfáltica, drenagem superficial e sinalização viária, que o Sistema de Esgotamento Sanitário adotado e do tipo Fossa e Sumidouro, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global, tudo conforme projeto básico, contendo memorial descritivo, planilha orçamentária, resumo do orçamento, cronograma físico-financeiro e projeto arquitetônico e complementares, em conformidade com as disposições no Edital e seus Anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO

2. O presente aditivo tem por objetivo de **prorrogar o prazo de execução e vigência** do contrato para mais 03 (três) meses, que serão contados a partir de **18/10/2022 até 31/12/2022**, de acordo com Contrato original.

2.1. O presente aditivo justifica – se devido solicitação do Secretário da pasta e da própria empresa que precisa de um prazo mais condizente para finalização da obra em andamento.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.

3. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais do contrato nº 039/2020

DATA: 25/10/2022

Mural da Prefeitura Municipal
São José do Xingu/MT
PUBLICADO NO MURAL
São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 264/2022

PORTARIA Nº 264/2022

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PATERNIDADE PARA O SERVIDOR WESLEY PINHEIRO FONSECA.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Sandro José Luz Costa, no uso de suas atribuições legais em conformidade com Artigo 92 da Lei 007/2004, alterado pela Lei Municipal nº 396/2009 e Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Paternidade para o servidor **WESLEY PINHEIRO FONSECA,** lotado Secretaria Municipal de Finanças no cargo em Comissão Diretor de Departamento, junto ao Setor de Tributos matricula funcional nº 10357 no município de São José do Xingu – MT, no período de 22 de outubro de 2022 a 06 de novembro de 2022, totalizando 15 dias.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 24 de outubro de 2022.

Sandro José Luz Costa

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022
PROCESSO ADM: Nº 065/2022

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022Processo Adm: Nº 065/2022

Objeto: aquisição de ambulâncias tipo A

Empresas vencedoras valor total: R$638.000,00 (seiscentos e trinta e oito mil reais): **REAVEL VEICULOS EIRELI** (30260538000104) com o lote: 1 no valor total de R$638.000,00 (seiscentos e trinta e oito mil reais).

SÃO JOSÉ DO XINGU - MT, 25 de outubro de 2022

TALITA TEIXEIRA FEITOSACONDUTOR DE PROCESSOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 026/2022 PREGÃO ELETRÔNICO 019/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 026/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 019/2022

OBJETO: futura e eventual aquisição de ESQUADRIAS, para atender a demanda de Todas as

Secretarias Municipais

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT

Fornecedora Registrada: SCL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ: 41393376000190

Validade: 24/10/2022 à 24/10/2023

TOTAL DO PROCESSO: **119.896,00**

SCL DISTRIBUIDORA LTDA 41.393.376/0001-90 119.896,00

LOTE 1

Quant.: 1

Num: 083

544,00

Total: 43.520,00

Item: 1

Unidade: UN

Marca: HB Modelo: 150X100CM

Descrição: JANELA DE CORRER DO TIPO VENEZIANA DE AÇO 4 FOLHAS COM GRADE 150X100CM

Quantidade: 80		**Valor Unit.: 544,00**			Total Item: 43.520,00
LOTE 2	Quant.: 1		Num: 059	334,90	**Total: 26.792,00**

Item: 1

Unidade: UN

Marca: HB Modelo: 120X100CM

Descrição: JANELA DE CORRER DO TIPO VENEZIANA DE AÇO 4 FOLHAS COM GRADE 120X100CM

Quantidade: 80		**Valor Unit.: 334,90**			Total Item: 26.792,00
LOTE 3	Quant.: 1		Num: 037	309,90	**Total: 24.792,00**

Item: 1

Unidade: UN

Marca: HB Modelo: 80X210CM

Descrição: PORTA DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO 80X210CM

Quantidade: 80		**Valor Unit.: 309,90**			Total Item: 24.792,00
LOTE 4	Quant.: 1		Num: 044	309,90	**Total: 24.792,00**

Item: 1

Unidade: UN

Marca: HB Modelo: 60X210CM

Descrição: PORTA DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO 60X210CM

Quantidade: 80 **Valor Unit.: 309,90**

Total Item: 24.792,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 025/2022 PREGÃO ELETRÔNICO 017/2022

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 025/2022

PREGÃO ELETRÔNICO 017/2022

OBJETO: futura e eventual aquisição de TELHAS, para atender a demanda de Todas as

Secretarias Municipais

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT

Fornecedora Registrada: S3M EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 14805780000151

Validade: 24/10/2022 à 24/10/2023

TOTAL DO PROCESSO: R$ **248.030,00**

LOTE 1 Quant.: 1 Num: 084				3,77	**Total: 18.850,00**
Item: 1 Unidade: UN Marca: SANTA ROSA				Modelo: ROMANA	
Descrição: TELHA Quantidade: 5.000	CERAMICA ROMANA, TELHA **Valor Unit.: 3,77**		CERAMICA ROMANA,		Total Item: 18.850,00
LOTE 2	Quant.: 1		Num: 026	92,55	**Total: 92.550,00**
Item: 1 Unidade: UN Marca: ETERNIT Modelo: 244 Descrição: TELHA ONDULADA DEFIBROCIMENTO 5MM –244/1,10					
Quantidade: 1.000		**Valor Unit.: 92,55**			Total Item: 92.550,00
LOTE 3	Quant.: 1		Num: 072	136,63	**Total: 136.630,00**

Item: 1

Unidade: UN

Marca: ETERNIT Modelo: 366

Descrição: TELHA ONDULADADEFIBROCIMENTO 6MM-366/1,10

Quantidade: 1.000 **Valor Unit.: 136,63**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 386 de 10/10/2022, torna público para conhecimento de todos, que com amparo no art. 75 Inc. II da Lei 14.133/2021, realiza a Dispensa de Licitação nº 106/2022, Processo Licitatório n° 183/2022.

DISPENSA DE LICITAÇÃO visando ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET PARA O 20º ENCONTRO DA MULHER RURAL"***

Envio de Propostas pelo e-mail: licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br, entre 26 a 31/10/2022.

Informações pelo telefone 3251-1455, das 07:00 as 13:00 horas.

TAIZE DOS SANTOS Presidente da Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2022

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD, COM DRENAGEM SUPERFICIAL, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIARIAS DAS VIAS PERIMETRAL INTERNACIONAL, RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, ROTATORIA E TRECHO DA AV. DR. GUILHERME PINTO CARDOSO, CONFORME CONVENIO Nº 0070-2022, PROCESSO SINFRA PRO-2022/1717"

ADJUDICADO pela Comissão Permanente de Licitação. **HOMOLOGO** o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos. Empresa Vencedora a empresa: **AGNEZINI E CIA LTDA,** inscrita no **CNPJ: 10.470.240/0001-03,** vencedora com o valor global de **R$ 5.461.657,54 (Cinco milhões quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 104/2022"**, Objeto: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL"** Em favor de: **SPARTA EVENTS EIRELI; CNPJ: 10.561.167/0001-85, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

O Senhor **JAMIS SILVA BOLANDIN**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos Artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, **"RATIFICOU O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 105/2022"**, Objeto: **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - DO TIPO PALESTRANTE"** Em favor de: **MARCIA REGINA SIMPIONI CARRARO; CNPJ: 33.765.955/0001-99, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2022

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2022

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo simplificado Nº 004/2022, vem através deste convocar os candidatos aprovados no referido certame a comparecerem até o 26 de outubro de 2022 à partir da 8h, na Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Assistência Social para apresentarem documentação exigida para a devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

59º - Silvina Souza da Silva Rodrigues

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do convocado, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos –MT, através da sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente os posteriores, obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro dos Quatro Marcos – MT, 25 de outubro de 2022.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo do Contrato **Nº 12/2022**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa: **PRISMA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA**; **Objeto** Contratação de empresa para elaboração de

projeto pavimentação asfáltica, das vias urbanas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até **25/06/2023.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO PESSOAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2022

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2022

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto o **"Registro de preços para eventual aquisição de materiais permanentes e equipamentos para atender a Fisioterapia e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e aos Programas de Saúde da Família (PSF) do Município de São Pedro da Cipa/MT.",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **16 DE NOVEMBRO DE 2022 – 08:30:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.saopedrodacipa.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Rua Rui Barbosa, n.º 335, das 13:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3418 1500. São Pedro da Cipa, 24 de outubro de 2022.***MARCOS VINICÍOS DE J ABRAHÃO*** **-** Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.695, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Catia Freitas Luciano(titular) e Taynna Vacaro (substituta), fiscais do Contrato nº 300/2022, gerado da Ata de Registro de Preços n° 382/2022, originada do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 057/2022, com a finalidade de "Contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo público para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de outubro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

EDITAL Nº 002/2022

DISPOE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS EM 2019, 2020 E 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR ARI GENEZIO LAFIN, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

CONSIDERANDO a observação das normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes;

CONVOCA:

Ficam convocados para comparecimento junto a Secretaria Municipal de Fazenda os fornecedores abaixo citados para comprovação da execução dos serviços/obras Processamento ou Não dos Restos a Pagar Não Processados abaixo citados, inscritos em exercício anterior. **Os fornecedores têm até o dia 01 de novembro de 2022** para comparecimento, sendo que, após tal prazo, os Restos a Pagar Não processados ficam automaticamente CANCELADOS:

Data	Empenho/ Ano	Valor	Credor
11/06/2019	9303/2019	28.017,70	CONSTRUTORA CAMERA EIRELI
02/09/2019	13718/2019	3.296,66	CONSTRUTORA CAMERA EIRELI
09/09/2019	14103/2019	47.787,05	THAIS SALTON GNOATO - EPP
01/10/2019	15119/2019	13.724,05	CONSTRUTORA CAMERA EIRELI
03/01/2020	533/2020	12.991,87	CONSTRUTORA CAMERA EIRELI
04/05/2020	6541/2020	18.850,27	THAIS SALTON GNOATO - EPP
24/09/2020	13156/2020	20.460,00	APROCAMPO MAQUINAS E MOTORES LTDA
04/01/2021	187/2021	16.128,54	DROGARIA AMARAL LTDA
04/01/2021	355/2021	95.411,38	VITURINO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI
05/01/2021	447/2021	4.989,00	WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
03/02/2021	1605/2021	16.811,59	JOTAMAR COMERCIO DE PEÇAS E TRANSPORTES ROD.
22/02/2021	2406/2021	20.644,80	SEBRAE – SERV DE APOIO MIC E PEQ EMP DE MATO GROSSO
23/02/2021	2409/2021	20.471,65	FACILITA HIGIENIZAÇÃO
23/02/2021	2410/2021	101.719,2	FACILITA HIGIENIZAÇÃO
23/02/2021	2538/2021	126.340,64	FACILITA HIGIENIZAÇÃO
08/03/2021	3304/2021	9.410,99	XAXIM COM. DE COMB
18/03/2021	3826/2021	6.811,14	POSTO PALMITO
09/04/2021	4871/2021	5.098,00	HS COMERCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS
26/04/2021	5739/2021	16.911,90	G S COSTA
30/04/2021	5905/2021	1.484,90	CSM COM E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
30/04/2021	5906/2021	4.693,65	CSM COM E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
30/04/2021	5972/2021	4.613,70	CSM COM E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
30/04/2021	5973/2021	1.641,80	CSM COM E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
06/05/2021	6302/2021	9.600,00	CASA DO COMPRESSOR
10/05/2021	6429/2021	2.821,92	AUTO POSTO CHARRUA LTDA
17/05/2021	6630/2021	9.892,85	COOP DOS PEQ PROD RURAIS DO VALE DO CELEST
20/05/2021	6835/2021	12.600,00	JANIO RIBEIRO DA SILVA
20/05/2021	6922/2021	4.336,40	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS
21/05/2021	6942/2021	19.618,97	SIM ENGENHARIA LTDA
21/05/2021	6944/2021	2.306,73	ROMANELLI EXPORTAÇÕES E IMPORTADOS LTDA
21/05/2021	6945/2021	16.264,80	ROMANELLI EXPORTAÇÕES E IMPORTADOS LTDA
24/05/2021	7139/2021	129.999,73	L.H.C. CONSTRUTORA LTDA
24/05/2021	7140/2021	91.284,53	L.H.C. CONSTRUTORA LTDA
25/05/2021	7162/2021	26.001,10	REAL TERRA TERRAPLANAGEM LTDA
04/06/2021	7554/2021	234.871,67	OXIGENIO NORTÃO LTDA EPP
15/06/2021	7956/2021	41.246,82	CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS
24/06/2021	8464/2021	32.097,44	THAIS SALTON GNOATO - EPP

25/06/2021	8603/2021	93.482,00	ALPHA CONSTRUTORA EIRELI
01/07/2021	8885/2021	12.163,00	AGROCELLA – ANALISE AGRONOMICAS
01/07/2021	8886/2021	201.478,21	OXIGENIO NORTÃO LTDA EPP
12/07/2021	9517/2021	6.360,00	LUZ & CIA EIRELI
16/07/2021	9736/2021	101.452,05	O.S DA SILVA
19/07/2021	9745/2021	891,01	GILVANO DE AVILA – ME
19/07/2021	9746/2021	4.737,08	GILVANO DE AVILA – ME
19/07/2021	9782/2021	4.201,99	VILSON VIGOLO ME
23/07/2021	9954/2021	1.197,25	ILO TRAVEL TURISMO
23/07/2021	9969/2021	6.233,55	VILSON VIGOLO ME
23/07/2021	9972/2021	59.954,68	VILSON VIGOLO ME
23/07/2021	9977/2021	4.899,61	GILVANO DE AVILA – ME
23/07/2021	9979/2021	15.115,74	GILVANO DE AVILA – ME
20/08/2021	11387/2021	30.900,00	CONSTRANSIN INDUSTRIA E COMERCIO
05/08/2021	10747/2021	2.233,00	GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI ME
06/08/2021	10818/2021	6.400,00	GALEAO DISTRIBUIDORA DE PNEUS
11/08/2021	11015/2021	16.848,00	AUSTRALIA AGRONEGOCIOS EIRELI - ME
16/08/2021	11179/2021	2.341,00	GAMA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS
20/08/2021	11409/2021	12.104,69	IN-DENTAL PEOD. OD. MED. HOSP. LTDA
20/08/2021	11410/2021	5.000,00	STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS
20/08/2021	11412/2021	10.578,72	DENTAL PRIME – PRODUTOS ODONTOLOGICOS MED. HOSP
20/08/2021	11432/2021	22.159,00	ALFA COMERCIO DE EQUIP LTDA
20/08/2021	11433/2021	8.546,80	ALFA COMERCIO DE EQUIP LTDA
24/06/2021	11575/2021	10.065,57	FARMACIA E.D.S
25/08/2021	11638/2021	53.845,95	EMAM EMULSOES E TRANSPORTES LTDA
26/08/2021	11771/2021	155.343,58	THAIS SALTON GNOATO - EPP
27/08/2021	11818/2021	1.426,45	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
30/08/2021	11835/2021	1.105,00	JOCEMAR GOLÇALVES FRANCO
30/08/2021	11836/2021	2.809,00	JOCEMAR GOLÇALVES FRANCO
30/08/2021	11841/2021	6.440,00	INTERLAGOS LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME
30/08/2021	11847/2021	1.078,00	GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI ME
31/08/2021	11932/2021	6.190,00	THAIS SALTON GNOATO
01/09/2021	12037/2021	2.307,20	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
08/09/2021	12286/2021	209,01	XAXIM COM. DE COMB. LTDA
10/09/2021	12454/2021	1.680,00	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
13/09/2021	12558/2021	27.858,14	THAIS SALTON GNOATO - EPP
14/09/2021	12682/2021	10.623,10	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTO HOSPITALAR
20/09/2021	12937/2021	4.793,47	SIM ENGENHARIA LTDA
20/09/2021	12938/2021	112.460,00	PEDRAGON AUTO LTDA
22/09/2021	13022/2021	2.699,70	EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS
22/09/2021	13062/2021	5.544,00	SUPER UTIL COMERCIAL LTDA
22/09/2021	13065/2021	6.202,65	BRENO TRENTO
24/09/2021	13201/2021	1.260,00	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
28/09/2021	13421/2021	557,00	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
28/09/2021	13519/2021	1.715,28	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
30/09/2021	13592/2021	444.724,85	O. S. DA SILVA LTDA
01/10/2021	13665/2021	1.091,37	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
01/10/2021	13676/2021	1.417,92	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
01/10/2021	13687/2021	29.208,87	ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO EIRELI
04/10/2021	13843/2021	3.344,60	P. MOREIRA LIMA COM E SERV EIRELI ME
04/10/2021	13856/2021	7.420,00	FERRARI CELL LTDA - EPP
04/10/2021	13857/2021	440,00	GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MAT ESPORT
04/10/2021	13858/2021	2.700,00	ANTONIA DE PAULA BONFIM
05/10/2021	13923/2021	2598	AM EPI EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA
06/10/2021	13941/2021	4.837,95	ADERALDO JOSE SOARES
19/10/2021	14403/2021	10.791,98	N E EQUIP PEÇAS E LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA
22/10/2021	14740/2021	11.620,63	CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS E CIA LTDA ME
29/10/2021	15191/2021	3.485,74	XAXIM COM. DE COMB. LTDA
29/10/2021	15273/2021	423,59	CSM COMERCIO E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
29/10/2021	15275/2021	1.703,80	CSM COMERCIO E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
29/10/2021	15285/2021	11,82	CSM COMERCIO E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
29/10/2021	15292/2021	207,17	CSM COMERCIO E SERV DE SISTEMAS DE SEGURANÇA
03/11/2021	15323/2021	14.602,62	SIRLEI ESTER NEUHAUS & CIA LTDA
03/11/2021	15324/2021	1.227,6	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
03/11/2021	15345/2021	4.023,4	B & M COMERCIO DE COMBUSTIVEL
03/11/2021	15361/2021	114.447,60	BRITAMIX INDUSTRIA E COM DE CALCARIO E BRITA
03/11/2021	15362/2021	74.000,00	BRITAMIX INDUSTRIA E COM DE CALCARIO E BRITA
03/11/2021	15364/2021	74.000,00	BRITAMIX INDUSTRIA E COM DE CALCARIO E BRITA
03/11/2021	15366/2021	70,00	3M COMERCIO DE MAT ELET CONST E QUE LTDA ME
03/11/2021	15431/2021	21.000,00	A GOMES DE MENEZES EIRELI
05/11/2021	15560/2021	477,15	RIKA COMERCIO DE ALIMENTOS - EIRELI
08/11/2021	15682/2021	3.499,58	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI
08/11/2021	15750/2021	81.764,21	BRESCANSIN & BRESCANSIN LTDA
08/11/2021	15753/2021	2.570,26	BRESCANSIN & BRESCANSIN LTDA
08/11/2021	15755/2021	1.446,75	BRESCANSIN & BRESCANSIN LTDA
08/11/2021	15757/2021	2.466,95	BRESCANSIN & BRESCANSIN LTDA
11/11/2021	15890/2021	2.669,55	GATIVA CONSTRUÇÕES
11/11/2021	15923/2021	12.112,43	BARÃO DE PIRACICABA
12/11/2021	16002/2021	32.492,14	XAXIM COM. DE COMB. LTDA
16/11/2021	16042/2021	14.865,75	REAL TERRA TERRAPLANAGEM LTDA
19/11/2021	16375/2021	9.374,00	GUAPUI COM DE MOVEIS EIRELI ME
22/11/2021	16444/2021	1.680,00	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
22/11/2021	16447/2021	79.162,15	SUN TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA
22/11/2021	16453/2021	898,00	INSTITUTO CONTEMPORANEO DE EVENTOS
23/11/2021	16583/2021	4.162,91	JOTAMAR COM DE PEÇAS E TRANSPORTES ROD
23/11/2021	16625/2021	525,00	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
23/11/2021	16629/2021	4.725,00	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP
23/11/2021	16654/2021	28,99	COOPERATIVA DE TRABALHO VALE DO TELES PIRES

24/11/2021	16665/2021	660,76	SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS
24/11/2022	16688/2021	1.622,41	XAXIM COM. DE COMB. LTDA
24/11/2021	16700/2021	585,98	EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTA
01/12/2021	17061/2021	12.780,47	B & M COMERCIO DE COMBUSTIVEL
02/12/2021	17148/2021	543,21	SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS
02/12/2021	17181/2021	338,00	ADERALDO JOSE SOARES
02/12/2021	17183/2021	29.512,34	COOP DOS PEQ PROD RURAIS DO VALE DO CELEST
03/12/2021	17250/2021	5.135,00	PERFIL COMPUTACIONAL
07/12/2021	17440/2021	436,3	AUTO POSTO CHARRUA
07/12/2021	17446/2021	1.993,75	SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS
07/12/2021	17456/2021	3.987,50	SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS
07/12/2021	17473/2021	1.993,75	SO PESADO COMERCIO DE PEÇAS
07/12/2021	17481/2021	5.601,19	GATIVA CONSTRUÇÕES EIRELI
08/12/2021	17570/2021	25.616,84	COOP DOS PROD HORT DE SORRISO - COOPERRISO
14/12/2021	17859/2021	3.000,00	CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES
15/12/2021	17956/2021	15.869,88	AUTO POSTO CHARRUA
16/12/2021	17976/2021	5.789,07	OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES
17/12/2021	18051/2021	30,83	POSTO PALMITO LTDA
20/12/2021	18234/2021	1.000,00	ADILA ALVES PLACIDO
23/12/2021	18293/2021	7.050,00	REAL TERRA TERRAPLANAGEM LTDA
27/12/2021	18308/2021	2.403,64	THAIS SALTON GNOATO - EPP
27/12/2021	18317/2021	1.539.206,23	EDITORA APRENDE BRASIL
27/12/2021	18321/2021	1.781,23	CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS E CIA LTDA
30/12/2021	18335/2021	102.899,34	ELETROTECNICA ELETROBOA EIRELI

Prefeitura Municipal de Sorriso, em 20 de outubro de 2022.

ARI GENEZIO LAFIN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.694, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Designa Fiscais, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar Luciana de Souza Guerra (titular) e Jairo Brizola (substituto), fiscais do Contrato nº 298/2022, gerado da Dispensa de Licitação n° 070/2022, com a finalidade de "Contratação de empresa especializada para realização de palestra para professores da rede municipal de educação de Sorriso - MT, de forma on-line, com o tema: O que lideranças e educadores alfabetizadores precisam saber e fazer para alfabetizar todas as crianças"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de outubro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA 139/2022

AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA **139/2022**- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS E CIA LTDA-ME.** Que se encontra aberto REGISTRO DE OCORRÊNCIA tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do instrumento contratual **329/2021**, cujo objeto é, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO RENASCER NO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO**;Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 768, DE 11 DE OUTUBRO DE 2022

Estabelece critérios para avaliação de bens imóveis, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a avaliação de bens imóveis para fins de alienação e/ou locação, que sejam de interesse do município:

I - as avaliações deverão ser realizadas com no mínimo 03 (três) avaliadores, no caso de corretores-avaliadores, devidamente inscritos no CRECI, ou no caso de profissionais Arquitetos ou Engenheiros, devidamente inscritos no CREA;

II - os avaliadores interessados deverão se credenciar junto a Prefeitura Municipal, na Avenida Porto Alegre, 2525, Centro, Departamento de Licitação.

III - o credenciamento se dará conforme critério e prazos definidos em Edital de convocação a ser disponibilizado pelo Departamento de Licitação, de acordo com as regras da legislação vigente.

Parágrafo único. Só será permitido o credenciamento de 01 (um) avaliador por imobiliária.

Art. 2º Os avaliadores credenciados serão convocados para participarem das avaliações respeitando-se a ordem de credenciamento.

Art. 3º Para as avaliações de imóveis os avaliadores receberão conforme os valores constantes no anexo I deste Decreto.

Art. 4º Para as avaliações com fins locatícios, os avaliadores receberão conforme os valores constantes no anexo II deste Decreto.

Art. 5º Para todos os tipos de avaliações será considerado para fins de definição quanto ao montante da avaliação, a média das avaliações realizadas.

Art. 6º Nos casos em que for verificado que a avaliação possui valores manifestamente abusivos/discrepantes, a Administração poderá, nos ter-

mos da legislação vigente, instaurar processo administrativo e imputar as devidas sanções.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 2022.

Assinado Digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Publique-se.

Assinado Digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO

Secretário de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.697, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Averba Tempo de Contribuição da servidora Rosemary Onilde Taffarel e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 140 de 26 de agosto de 2011 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sorriso.

R E S O L V E:

Art. 1º Averbar o Tempo de Contribuição,Certidão de Tempo de Contribuição sob o Protocolo nº 21023150.1.00120/22-1, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da servidora Rosemary Onilde Taffarel, matrícula 530, conforme descrição abaixo:

EMPREGADOR	PERÍODO DE CONTRIBUIÇÃO	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
Município de Renascença.	01/07/1993 a 14/03/1994	00 ano, 08 meses, 14 dias.
TOTAL EM DIAS LÍQUIDOS		**254**
TOTAL DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO		**00 ano, 08 meses e 14 dias.**

Art. 2º O período averbado compreende em 254 dias líquidos, correspondendo há 00 ano, 08 meses e 14 dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de outubro de 2022.

DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA 138/2022

AVISO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA **138/2022**- O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DE **CARLOS EDUARDO VENDITE DE ASSIS E CIA LTDA-ME.** Que se encontra aberto REGISTRO DE OCORRÊNCIA tendo como finalidade notificar a empresa de que foram identificadas irregularidades na execução do instrumento contratual **328/2021**, cujo objeto é, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL TREZE DE MAIO NO MUNICÍPIO DE SORRISO-MT, CONFORME MEMORIAL, PROJETOS, PLANILHAS E DOCUMENTOS ANEXO**.;Informamos que, referido documento foi encaminhado nos meios de comunicação informados pela empresa quando do processo licitatório e disponível para consulta junto ao Departamento de Gestão de Contratos do município de Sorriso-MT, localizado no Paço Municipal com horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas (HORARIO OFICIAL DE SORRISO) ou através do telefone (66) 3545-4700 ou através do e-mail contratos@sorriso.mt.gov.br. MARICELIA OLIVEIRA COSTA – GESTORA DE CONTRATOS.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.696, DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Concede Promoção Horizontal por Titulação aos servidores que menciona, e dá outras providências.

Ari Genézio Lafin, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 134/2011;

Considerando que o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV é um instrumento de desenvolvimento e valorização do servidor, com vista à eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão dos processos de serviço dos quadros setoriais da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Promoção Horizontal por Titulação, aos servidores vinculados ao PCCV 134/2011, abaixo mencionado:

MAT.	SERVIDOR	CARGO	CLASSE / NÍVEL ANTERIOR	CLASSE/NÍVEL ATUAL
4063	SILVIANO PRESTES DA SILVA	MOTORISTA	C - 04	D - 04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2022.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 25 de outubro de 2022.

Assinado digitalmente

ARI GENÉZIO LAFIN

Prefeito Municipal

Dê-se ciência. Registre-se.

Publique-se. Cumpra-se.

Assinado digitalmente

ESTEVAM HUNGARO CALVO FILHO Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 617/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/11*/2022, com término em 021/12/2022, *referente ao período aquisitivo de 04/01/2019 à 03/01/2020, a*o Senhor ***MANOEL TEODORO DIAS*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 111, no cargo de **Agente de Manutenção - Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 618/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL COM ELEVAÇÃO DE CLASSE** a Senhora **CLEUDETE GRASSI MARCINIAK**, servidora efetiva, admitida em 19/12/2006, nocargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem,** com matricula no RH nº. 911, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, com ultima elevação de classe datada de 26/10/2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 15, para perceber na Classe D – Nível 15, correspondente ao valor de R$: 4.420,49 (Quatro Mil, Quatrocentos e Vinte Reais, e Quarenta e Nove Centavos),** por preencher os requisitos do Art. 12, inciso I, alínea e, c/c Art. 14, ambos da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 616/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21/11/2022*, com término em 20/12/2022*, *referente ao período aquisitivo de 03/12/2020 a 02/12/2021, à* Senhora **MICHELLI DE SOUZA CARDOSO**, servidora efetiva, admitida em 03/12/2018, nocargo de **Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta,** com matricula no RH nº. 1854, lotada na Secretaria Municipal de Saúde **desta Prefeitura,** de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999 e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 619/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** os Senhores abaixo relacionados, para que acompanhe e fiscalize o contrato administrativo.

I – Titular: RITA PEREIRA DA SILVA CANDIDO, servidora efetiva, admitida em 02/06/2006, nocargo de **Técnico de Nível Médio I- Agente Administrativo,** com matricula no RH nº.737, lotada na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer; **Suplente**: **ALYSSON DENARDI ANTONIASSI,** servidor Efetivo, admitido em 01/06/2004, nocargo de **Professor,** com matricula no RH nº. 361; lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 2º. - Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização do contrato abaixo descrito:

CONTRATO	DATA	CONTRATADA	OBJETO
99/2022	24/10/2022	SPORTS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 018/2022, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2022 "CARONA" - REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – MT, VISANDO A AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO ESPORTIVAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT

Artigo 3º. –O prazo do presente contrato terá validade até 24 de outubro de 2023.

Artigo 4º. –Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
RESULTADO DE JULGAMENTO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 069/2022

INEXIGIBILIDADE N° 002/2022

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

MENOR PREÇO GLOBAL

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, designada pela portaria 475/2022 de 04 de Agosto de 2022, através de seu presidente, torna público e para conhecimento dos licitantes que em sessão de julgamento, e após o exame das propostas apresentadas no pleito e adotado o critério prescrito no Edital, proclamou-se como vencedor da licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.

IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 19.480.903/0001-45.

Venceu os itens 01,02 e 03:

Com o Valor Global de:

>>> R$ 164.775,00 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Tabaporã – MT, 25 de Outubro de 2022.

HELIELSON TEODORO ALVES

Comissão Municipal de Licitação

Presidente SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 069/2022

INEXIGIBILIDADE N° 002/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Modalidade de licitação: INEXIGIBILIDADE

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LC 147/14 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, HOMOLOGA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 19.480.903/0001-45.

Venceu os itens 01,02 e 03:

Com o Valor Global de:

>>> R$ 164.775,00 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Valor Total Homologado: R$ 164.775,00 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã – MT, 25 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 069/2022

INEXIGIBILIDADE N° 002/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LIVROS PARADIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E A BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT.

Repartições interessadas: ..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA;

Modalidade de licitação: INEXIGIBILIDADE

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade: EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, LC 147/14, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã – MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, ADJUDICA o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora:

IAGO HENRIQUE PERES CAMPARONI EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 19.480.903/0001-45.

Venceu os itens 01,02 e 03:

Com o Valor Global de:

>>> R$ 164.775,00 (Cento e sessenta e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã – MT, 25 de Outubro de 2022.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 608/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LEIA CASSIA GALETTI FERREIRA**, servidora efetiva, admitida em 08/08/2008, nocargo de **TÉCNICO DA SAÚDE II – TECNICO DE ENFERMAGEM,** com matricula no RH nº. 1140, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e licenciada de 19/01/2015 a 08/08/2016, da **Classe D– 11, para perceber na Classe D – Nível 12, correspondente ao valor de R$: 4.165,52 (Quatro Mil, Cento e Sessenta e Cinco Reais, Cinquenta e Dois Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 609/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **RANIELE EUGENIA CLAUDINO RODRIGUES**, servidora efetiva, admitida em 15/10/2008, com matricula no RH nº. 1836, nocargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**, da **Classe A – Nível 03 para perceber na Classe A – Nível 04, correspondente ao valor de R$: 2.734,79 (Dois Mil, Setecentos e Trinta e Quatro Reais e Setenta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 615/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 07/11/2022*, com término em 06/12/2022*, *referente ao período aquisitivo de 19/09/2020 à 18/09/2021, a* senhora ***MARIA DE FATIMA DIAS DA ROCHA BEDIN SILVA*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 746, no cargo de **Especialista da Saúde V – Enfermeira**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 614/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MARIA SOCORRO DE MIRANDA**, servidora efetiva, admitida em 01/10/2004, com matricula no RH nº. 413, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde**, da **Classe C – Nível 17, para perceber na Classe C – Nível 18, correspondente ao valor de R$: 2.233,65 (Dois Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais e Sessenta e Cinco Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 613/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **MARCIANA MAXIMO COWASKI**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1842, nocargo de **Especialista da Saúde II – Psicólogo** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe A – Nível 03 para perceber na Classe A – Nível 04, correspondente ao valor de R$: 4. 273,11(Quatro Mil, Duzentos e Setenta e Três Reais, Onze Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 612/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **VENILDA FLORES DE OLIVEIRA**, servidora efetiva, admitida em 10/10/2007, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** com matricula no RH nº. 1044, **lotad**a **na Secretaria Municipal de** Saúde desta Prefeitura Municipal, da **Classe C – Nível 14 para perceber na Classe C – Nível 15, correspondente ao valor de R$:2.104,82 (Dois Mil, Cento e Quatro Reais e Oitenta e Dois Centavos),** em conformidade com o disposto no Art. 51 da Lei Municipal nº. 840/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.611/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **LUCIENE OLIMPIO TORRES**, servidora efetiva, admitida em 08/10/2018, com matricula no RH nº. 1826, nocargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 03 para perceber na Classe B – Nível 04, correspondente ao valor de R$: 2.829,60 (Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Nove Reais, Sessenta Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 610/2022

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **TALYTTA MAGALHAES MELGAREJO ROSAS**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, com matricula no RH nº. 1846, nocargo de **Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe B – Nível 03 para perceber na Classe B – Nível 04, correspondente ao valor de R$: 4.700,44 (Quatro Mil, Setecentos Reais, Quarenta e Quatro Centavos),** em conformidade com o disposto nos Arts. 15 e 16 da Lei Municipal nº. 842/2011.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 26 de outubro de 2022.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO N.º 366, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022.

DECRETO N.º 366, DE **24** DE **OUTUBRO** DE **2022.**

DECLARA HÓSPEDE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, caput, inciso XLV c.c o art. 80, caput, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Ilustre visita Oficial do Governador do Distrito 440, do Rotary Internacional, nos dias 25 a 27 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO a grande relevância dos trabalhos realizados pelo Rotary Internacional, o espírito de fraternidade e companheirismo, pelos relevantes serviços prestados as nossas Comunidades e Organizações.

D E C R E T A:

Art. 1º É considerado **Hóspede Oficial do Município de Tangará da Serra-MT**, nos dias 25 a 27 de outubro de 2022, o Senhor FELÍCIO JOSÉ DOS SANTOS, Governador do Distrito 4440, do Rotary Internacional, por ocasião de visita em nossa cidade.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **vinte e quatro** dias do mês de**outubro** do ano de **dois mil e vinte e dois**, **46º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov.br.

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2022.

AVISO DE RESULTADO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2022. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 118/2022. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual a **AQUISIÇÃO DE TRAJES DE COMBATE A INCÊNDIOS, INCLUINDO BALACLAVA, CANTIL, PERNEIRA, CALÇA DE COMBATE, GANDOLA, TOUCA, LUVA DE VAQUETA, COTURNO, CAPACETE, CINTO e ÓCULOS DE PROTEÇÃO, PARA A ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual também poderá ser acessado, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/.Tangará da Serra-MT, 25.10.2022. Márcio de Oliveira Lopes – Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 124/2022

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 124/2022-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR INSTRUMENTAL CIRÚRGICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos **Realização: 08 de novembro de 2022 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** através do Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL – www.bll.org.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **26 de outubro de 2022,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra-MT, **25 de outubro de 2022**. Joyce Keilly Gonçalves.- Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE ABERTURA - PGE Nº 058/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 058/2022/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR SERVIDOR E INFRA ESTRUTURA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS E ARMAZENAMENTO DE INFORMAÇÕES DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA - MT.** A abertura do certame está prevista para as **09 horas do dia 10 de Novembro de 2022 (horário de Brasília - DF).** Endereço do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 25 de Outubro de 2022.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PGE Nº 061/2022/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 061/2022/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR LOTE,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA**

DE CIRCUITO FECHADO DE TV – CFTV NOS SETORES DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT. A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 11 de Novembro de 2022 (horário de Brasília - DF). Endereço** do SAMAE de Tangará da Serra/MT, éna Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa de segunda a sexta-feira, exceto feriados. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicações. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517 e 3311-6518.

Tangará da Serra/MT, 25 de Outubro de 2022.

EDINEIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 035-2022 - PROCESSO SELETIVO 001-2022- SAUDE

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 035/2022

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2022

O Município de Tangará da Serra/MT, por meio do Prefeito Senhor Vander Alberto Masson, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para convocar os candidatos e/ou classificados mediante o resultado final Homologado por meio do Edital Complementar nº. 014/2022, publicado em 05/09/2022 no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM – Ano XVII nº. 4061 e Diário Oficial de Contas de Mato Grosso em 05/09/2022 ano 11 nº. 2628, destinado à contratação e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário e formação de cadastro de reserva para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Convoca os candidatos abaixo relacionados para comparecer Departamento de Recursos Humanos vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, situado a Avenida Brasil nº 2350-E no bairro Jardim Europa em Tangará da Serra-MT, conforme abaixo relacionados:

CARGO: 0959- AGENTE ADMINISTRATIVO II							
QTD.	Nº INSCRIÇÃO	NOME DO INSCRITO	DOC.	DATA DE NASCIMENTO	Nº DE ACERTOS	TOTAL DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
4	687	RODRIGO SENHORINHO NOBRE	21533830	16/01/1989	22	88	CLASSIFICADO

2. Os candidatos deverão apresentar os originais e entregar as cópias dos documentos constantes no item 14 do Edital de abertura nos dias 27/10/2022 e 31/10/2022 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, sendo que o exame admissional será definido posteriormente.

Documentos a serem entregues:

a) Comprovante de escolaridade:

a.1) Para os cargos de ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO e COMPLETO: histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo MEC;

a.2) Para os cargos de ENSINO MÉDIO COMPLETO: certificado de conclusão e/ou histórico escolar ou atestado de escolaridade expedido pela instituição escolar, reconhecido pelo ME;

a.3) Para os cargos de CURSO TÉCNICO: certificado de conclusão do curso, reconhecido pelo ME;

a.4) Para os cargos de ENSINO SUPERIOR COMPLETO: Diploma ou atestado de conclusão com comprovação da colação de grau, expedido em papel timbrado, com carimbo e assinatura do responsável legal da instituição, reconhecido pelo ME;

b) Carteira de Registro Profissional e certidão negativa de débitos do respectivo Conselho de Classe ao qual pertence (quando for o caso);

c) Ser considerado APTO na perícia médica realizada por órgão ou pessoa especializada designada pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra;

c.1) Nos casos de candidatos que se inscreveram para a vaga de cargo como Pessoas com Deficiência, o atestado pré-admissional estará vinculado a perícia médica promovida pela Prefeitura Municipal, conforme o item 8.8 do edital;

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral;

f) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Cartão do SUS e a Carteira de vacinação atualizada do candidato;

i) Os candidatos para os cargos de Motorista deverão apresentar:

i.1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva categoria D ou E, exigida pelo cargo;

i.2) Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

i.3) Motorista SAMU:

i.3.1) Possuir curso de Transporte de Emergência reconhecido pelo DETRAN;

i.4) Motorista – indígena e Motorista - zona rural:

i.4.1) Possuir curso de Transporte de Passageiros, Movimentação e Operação de Produtos Perigosos - MOPP e Transporte Escolar reconhecidos pelo DETRAN;

i.4.2) Certidão de Condutor emitida pelo DETRAN.

i.5) Motorista e Operador de Máquinas – Secretaria Municipal de Infraestrutura:

i.5.1) Possuir curso Movimentação e Operação de Produtos Perigosos – MOPP.

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso;

k) Extrato do PIS/PASEP ou cópia do cartão cidadão (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

l) Comprovante de residência;

m) Certidão de nascimento dos filhos;

n) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

o) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

p) CPF dos filhos;

q) CPF do pai, mãe e cônjuge do candidato;

r) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Tangará da Serra-MT, relativo de ações cíveis e criminais de 1º e 2º graus (com trânsito em julgado);

s) Certidão Negativa fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo de débitos Municipais (Setor de Tributação ou através do site www.tangaradaserra.mt.gov.br);

t) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa, conforme modelo disponibilizado pelo site www.tangarada-serra.mt.gov.br;

u) Declaração de Imposto de Renda (Exercício 2021/Ano - Calendário 2020 ou mais recente), no caso de isento apresentar Comprovante de Regularização de Situação Cadastral no site https://www.receita.fazenda.gov.br/;

v) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado;

w) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento legível que especifique número da conta na referida Instituição Financeira;

x) Para o cargo da Zona Indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade Indígena na qual fora oportunizado a vaga e/ou que pretende trabalhar;

y) Foto 3X4;

3.1 O contratado submeter-se-á ao regime Jurídico Administrativo – Processo Seletivo Simplificado e ao Regime Geral de Previdência Social – INSS;

3.2 Os contratos terão vigência conforme a Lei Complementar n.º 103, de 09 de março de 2006 e suas alterações.

3.2 O candidato terá 02 (dois) dias de prazo para apresentação dos documentos previsto no item 2 deste edital, nas datas e horários estipulados acima para a entrega da documentação legal exigida no item 14 do Edital de Abertura sendo automaticamente desclassificado aquele candidato que não respeitar o prazo.

3.4 Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:

a) não comparecer na data estipulada;

b) não apresentar a documentação exigida no item 2 do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

5. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 25 de Outubro de 2022.

Vander Alberto Masson

Prefeito Municipal

Gicelly Maria Lorenzi Zanatta Sousa

Secretária Municipal de Saúde

Arielzo da Guia e Cruz

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 061/2022

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2022

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL DE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL EM PSF RURAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERRA NOVA DO NORTE MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos IV da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: BURITI MEDCARE LTDA

CNPJ: 46.166.946/0001-23

VALOR GLOBAL: R$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 25 de Outubro de 2022.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 85/2022

SÚMULA: "REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL N. 1.725/2022 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CUSTEAR DESPESAS PARA CONFRATERNIZAÇÃO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **PASCOAL ALBERTON,** *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal:*

DECRETA

Art. 1° - Despesas para confraternização em comemoração ao Dia do Servidor Público, no valor de até R$ 30.000,00 reais (trinta mil reais).

Parágrafo Único. A confraternização será realizada no dia 28 de outubro de 2022, data em que se comemora o dia do Servidor Público, com um almoço oferecido para todos os servidores públicos, cônjuges ou companheiros e filhos de até 18 anos.

Art. 2°. Para atender a despesa citada no artigo anterior, fica incluso a abertura de crédito adicional suplementar, nos termos do art. 41, II da Lei nº 4.320/64/64, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) à rubrica:

09 – Sec Municipal de Planejamento e Gestão

09.001 – Coordenação Geral do Planejamento Estratégico

09.001.04- Administração

09.001.04.122 – Administração Geral

09.001.04.122.0003- Gestão e Planejamento Responsável

09.001.04.122.0003.2.105- Manut. E encargo da Sec. De Planejamento e Gestão

339030.00.00.....R$ 28.000,00

339039.00.00.....R$ 2.000,00

Art. 3º. O valor do Crédito Adicional Suplementar ora autorizado tem fulcro no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, sendo reduzido da seguinte dotação orçamentária:

07 – Sec Municipal de Saúde

07.002 – Fundo Municipal de Saúde-Atenção Básica

07.002.10- Saúde

07.002.10.301 – Atenção Básica

07.002.10.301.0018- Saúde para todos

07.002.10.301.0018.2.138- Manut. Da estratégia de saúde da família

339030.00.00 .....R$ 30.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

DECRETO MUNICIPAL Nº 131 DE 13 DE OUTUBRO 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 131 DE 13 DE OUTUBRO 2022.

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO, ESTADO DE MATO GROSSO, ***JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO,*** no uso das atribuições conferidas pela Lei e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), disposto no Inciso VI do Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 (Lei Orgânica de Assistência Social).

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2022, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema**: "Assistência Social: Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempo de pandemia do covid19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de politicas de proteção integral, com respeito a diversidade .**

Art. 3º - O Órgão Gestor Municipal de Assistência Social, ficará responsável pelo apoio técnico, logístico e custeio das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Tesouro/MT, 13 de outubro de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO*PREFEITO MUNICIPAL***AMANDA MAGALHÃES CASTRO***PRESIDENTE CMDCA*

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A Prefeitura Municipal de Tesouro, cujo CNPJ nº 03.543.303/0001-49,torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estadual de Meio Ambiente, o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) para obra **Construção de Calçadas em ruas diversas no município de TESOURO-MT**.

DECRETO MUNICIPAL Nº 131 DE 13 DE OUTUBRO 2022.

DECRETO MUNICIPAL Nº 131 DE 13 DE OUTUBRO 2022.

"DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIAS SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO, ESTADO DE MATO GROSSO, ***JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO,*** no uso das atribuições conferidas pela Lei e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), disposto no Inciso VI do Art. 18 da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 (Lei Orgânica de Assistência Social).

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 21 de novembro de 2022, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema**: "Assistência Social: Situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempo de pandemia do covid19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de politicas de proteção integral, com respeito a diversidade .**

Art. 3º - O Órgão Gestor Municipal de Assistência Social, ficará responsável pelo apoio técnico, logístico e custeio das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se.

Tesouro/MT, 13 de outubro de 2022.

JOÃO ISAACK MOREIRA CASTELO BRANCO*PREFEITO MUNICIPAL***AMANDA MAGALHÃES CASTRO***PRESIDENTE CMDCA*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

DECRETO RETIFICADO Nº 101, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

DECRETO Nº 101, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

"Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2022."

O **Prefeito Municipal de Torixoréu-MT,** Senhor **Thiago Timo Oliveira,** no uso de suas atribuições conferidas por lei, e ainda:

CONSIDERANDO que no dia 02 de novembro (quarta-feira) foi decretado feriado municipal em virtude do Dia de Finados – Feriado Nacional (Decreto 001 de 2022);

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro de 2022 (sexta-feira) é comemorado o Dia do Servidor Público – art. 236 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com decretação de ponto facultativo (Decreto 001 de 2022);

CONSIDERANDO por fim, que a medida de decretação de ponto facultativo nos dias 31 de outubro e dia 01 de novembro de 2022, atende a Conveniência e ao Interesse da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica decretado **PONTO FACULTATIVO** nos órgãos do Poder Executivo Municipal nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2022.

Art. 2º – Os serviços não essenciais ficarão suspensos do dia 28 de outubro (Dia do servidor Público) ao dia 02 de novembro (Feriado Nacional – Dia de Finados), com retorno no dia 03 de novembro.

Art. 3º – Caberá ao dirigente e secretário de cada pasta, a preservação e o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência, sobretudo os de saúde. Fica ainda assegurado o cumprimento dos calendários da secretaria de finanças para manutenção do adimplemento junto aos fornecedores.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Torixoréu-MT, Estado de Mato Grosso, em 24 de outubro do ano de 2.022.

Thiago Timo Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra por Preço Global de Pavimentação Asfáltica e Drenagem, sob nº 054/2022.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: RGN CONSTRUTORA EIRELI.

CNPJ: 07.233.375/0001-40.

Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato: Por força deste Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem reajustar pela nova tabela SINAPE o preço unitário com BDI, do **Item 4.2**, da Planilha Orçamentária de serviços/materiais da obra objeto do Contrato de Execução de Obra, no regime de empreitada por preço global de Pavimentação Asfáltica e Drenagem em TSD com capa selante e Drenagem Superficial de Águas Pluviais em meio fio com sarjetas de concreto, nas Ruas: Professor Peterson Braga, Lúcio Lino de Carvalho, Everson Minati, Vereador Geraldo Kedroski e Gilmar João Sponchiado, na Cidade de União do Sul-MT, em conformidade com o detalhamento na Planilha de reequilíbrio anexada a este Termo Aditivo como Anexo Único, independente de transcrição.

Do Reequilíbrio de Valor: O reequilíbrio econômico financeiro do contrato, mencionado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo, reajusta o preço unitário com BDI do serviço/material do **Item 4.2 da Planilha Orçamentária** da obra para R$ 10,79 (dez reais e setenta e nove centavos) por metro quadrado (m3), alterando o preço total do Item 4.2 para R$ 128. 088,95(cento e vinte e oito mil, oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), de conformidade com o detalhamento na "Planilha Proposta de Execução de Obras e Serviços" anexada a este Termo Aditivo, obedecido o limite estabelecido no § 1º, do art. 65, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Subcláusula Única: O reequilíbrio econômico-financeiro dos preços unitário e total do item 4.2 da Planilha Orçamentária de serviços/materiais acresce ao valor global do contrato a quantia de R$ 38.343.59 (trinta e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos), elevando o valor global do contrato para R$ 1.064.082,62 (um milhão, sessenta e quatro mil, oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e dispositivos do Contrato de Execução de Obra, no regime de empreitada por preço global de Pavimentação Asfáltica e Drenagem, sob nº 054/2022, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do I Termo Aditivo: 25/10/2022.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

GENIVALDO GOMES

Pela Contratada.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2022

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: W.W PUBLICIDADE E COMERCIO DE BRINDES LTDA.

CNPJ nº: 13.067.967/0001-32

Endereço: Rua Santa Fé, nº 153-S, Sala 02, Bairro Centro – Lucas do Rio Verde - MT.

Objeto: Aquisição de Pastas e Mochilas para uso dos professores e demais servidores do apoio operacional/administrativo nas instituições da Rede Municipal de Ensino: Creche Municipal Santo Anjo, Escola Municipal Matilde Altenhofem e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de conformidade com o termo de referência anexado.

Valor total: R$ 7.089,00 (sete mil e oitenta e nove reais)

Forma de Pagamento: À vista após a entrega das mercadorias.

Prazo para entrega:30 (trinta) dias, contados da emissão da requisição e/ou empenho.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação embasada em consulta de preços efetuada com empresas do ramo, totalizando 04 (quatro) orçamentos para os materiais pesquisados, (pastas e mochilas), cujos preços encontram-se de conformidade com os praticados pelo mercado do ramo. Ademais, o valor total desta dispensa de licitação está situado abaixo do valor limite de R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), estabelecido pelo Decreto federal nº 9.412/2018, razão pela qual torna-se possível a aquisição direta deste tipo de produto, mediante dispensa de licitação, conforme o embasamento legal abaixo.

Embasamento Legal: Inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18/06/2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 062/2022.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 25 de outubro de 2022.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI Nº 4.974/2022

Dispõe sobre assistência psicológica e social para famílias de vítimas de feminicídio, no âmbito do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Ficam estabelecidas por esta Lei as diretrizes para a instituição de assistência psicológica e social para famílias com vítimas de atos de feminicídio no âmbito do município de Várzea Grande.

Art. 2º Para os fins desta Lei consideram-se vítimas do feminicídio as mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica ou familiar ou em flagrante menosprezo e discriminação à condição de mulher, nos termos do que dispõe a Lei Federal n.º 13.104, de 09 de março de 2015, Lei do Feminicídio.

Parágrafo único: As mulheres vítimas do feminicídio referidas no *caput* são todas aquelas que se autoidentificam com o gênero feminino, vedadas discriminações por raça, orientação sexual, deficiência, idade, escolaridade e de outras naturezas.

Art. 2º O poder público municipal, por meio de seus órgãos competentes, primará pela garantia de proteção integral e prioritária dos direitos das crianças e adolescentes, preconizada pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016 que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.

Art. 3º Além do disposto nesta Lei, os órgãos competentes, responsáveis pela Assistência Social e Médica do município deverão promover ações de assistência psicológica e médica aos familiares das vítimas de violência, conforme necessidade e avaliação técnica para cada caso.

Parágrafo único: Fica excluído de eventuais benefícios decorrentes desta Lei, o opressor ou autor que deu causa ao ato de feminicídio, consumado ou não.

Art. 4º O Poder Público Municipal avaliará, do ponto de vista técnico, quais as medidas adequadas, em relação à forma de trabalho e quantidade de agentes a serem disponibilizados para as funções, focando na atenção à assistência social e psicológica dos familiares das vítimas de feminicídio.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas, se necessário.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada em 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 20 de setembro de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Gisele Aparecida de Barros

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N°286/2022

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA, DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO - DAE-VG, criada pela Lei Municipal nº 1.733/1997 e alterada pela Lei Municipal nº 1.866/1998, no uso de suas atribuições legais e conforme Parecer Jurídico do Procurador Chefe **N°211/2022/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Declarar, nos termos do Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a **VACÂNCIA** do cargo de Agente de Saneamento/Operador de Estação de Tratamento de Água e Esgoto, ocupado por **Wellington dos Santos Silva**, matrícula **687**, a partir de **10/10/2022**, em razão da posse em outro cargo público inacumulável.

Registre-se, Publique-se, e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 25 de Outubro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente – DAE/VG

LEI Nº 4.964/2022

Dispõe sobre a necessidade de orientação aos consumidores pelos Cartórios de Notas situados no município de Várzea Grande - MT para que realizem o registro da escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Os cartórios de notas situados na Comarca de Várzea Grande - MT realizarão orientações aos seus consumidores para que realizem o registro da escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 2º A orientação conterá, também, a informação de que haverá o custeio de outros emolumentos e que a falta de registro da escritura poderá acarretar a venda do bem a terceiros pelo antigo proprietário, ser oferecido o imóvel como garantia, sofrer bloqueios judiciais e outras questões prejudiciais ao bem imóvel adquirido.

Art. 3º Autoriza o Poder Executivo a criar programa com orientações ao consumidor por intermédio da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor de Várzea Grande (PROCON/VG) a ser realizado preferencialmente no dia 15 de março, data em que se comemora o Dia Internacional do Consumidor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 30 de agosto de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Denival Rodrigues Galibert

LEI Nº 4.939/2022

Declara de Utilidade Pública Municipal o “Ministério Profético Nova Chance”.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal o Ministério Profético Nova Chance, com nome fantasia "Comunidade Nova Chance", CNPJ n.º 05.457.669/0001-20, com sede na Rua dos Afonsos, Quadra 116, Lote 15, Bairro Jardim Mariana, CEP: 78.148-070, na cidade de Várzea Grande - MT.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 21 de junho de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Pablo Pereira

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO: Nº 032/2022

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 013/2022

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

EMPRESA VENCEDORA:

LOTE 01

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 01,** fechou com valor de **R$ 672.116,40 (seiscentos e setenta e dois mil, cento e dezesseis reais, e quarenta centavos)**.

LOTE 02

A empresa **ADMF COMÉRCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS EIRELI ME**, CNPJ: 07.845.581/0001-01, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 02,** fechou com valor de **R$ 412.860,00 (quatrocentos e doze mil, oitocentos e sessenta reais)**.

LOTE 03

A empresa **HIDRODOMI DO BRASI LINDÚSTRIA DE DOMISSANEANTES LTDA**, CNPJ: 08.406.359/0001-75, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 03,** fechou com valor de **R$ 789.750,00 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais).**

LOTE 04

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 04,** fechou com valor de **R$ 815.360,00 (oitocentos e quinze mil, trezentos e sessenta reais)**.

LOTE 05

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 05,** fechou com valor de **R$ 1. 582.776,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e seis reais)**.

LOTE 06

A empresa **SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S.A.**, CNPJ: 12.884.672/0004-39, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 06,** fechou com valor de **R$ 312.780,00 (trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais)**.

LOTE 07

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 07,** fechou com valor de **R$ 1. 387.152,00 (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e dois reais)**.

LOTE 08

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 08,** fechou com valor de **R$ 233.220,00 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte reais)**.

LOTE 09

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 09,** fechou com valor de **R$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais)**.

LOTE 10

A empresa **SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ: 60.858.131/0001-36, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 10,** fechou com valor de **R$ 2. 988.678,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais)**.

LOTE 11

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 11,** fechou com valor de **R$ 129.155,00 (cento e vinte e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais)**.

LOTE 12

A empresa **SNF BRASIL COMERCIAL QUÍMICA EIRELI**, CNPJ: 00.934.286/0001-82, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 12,** fechou com valor de **R$ 123.638,56 (cento e vinte e três mil, seiscentos e trinta e oito reais, e cinquenta e seis centavos)**.

LOTE 13

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 13,** fechou com valor de **R$ 581.145,00 (quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais)**.

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a análise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 19 de outubro de 2022.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE

REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2022, DE FORMA PRESENCIAL, PRESIDIDA PELO PRESIDENTE, CONSELHEIRO JOÃO CARLOS CARDOSO.

DATA 21 de setembro de 2022, às 08:30horas.

LOCAL Na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2500, em Várzea Grande - MT.

PAUTA DA REUNIÃO

Projeto EIV/RIV referente ao empreendimento localizado na Avenida Filinto Muller nº 65, bairro Centro Norte, composto por salas comerciais com foco em serviços de escritório; Projeto EIV/RIV pertinente à ampliação do Supermercado COMPER.

CONSELHEIROS PRESENTES

DO PODER EXECUTIVO

1. João Carlos Cardoso – Presidente do Concidade;

2. Natacha Gabrielle Dias de Carvalho - Procuradoria Geral do Município;

3. Waldisney Moreno Costa - Viação e Obra;

4. Claudio José da Silva - Serviços Públicos e Mobilidade Urbana;

5. Gleiton Matos Martins – SMDU;

6. Eva Patrícia da Silva – SEMMADRS;

7. Carlos Alberto Simões de Arruda – DAE.

DO PODER LEGISLATIVO

8. Carlos Martins de Figueiredo - Câmara Municipal de Várzea Grande

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

9. Domingos Savio Bruno da Silva – CREA;

10. João Nobres Neto – SENGE;

11. Enodes Soares Ferreira – CAU;

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

12. Marcleide Rocha de Souza - ACIMT.

13. Mayara Patrícia Silva Correa – ACAMIS;

14. Andrea Ferreira Rocha - CDL;

15. José Timóteo de Lima – OABVG;

16. Ruiter Pinto de Araújo – ARCA;

17. Valquíria Pereira de Barros - ASCAVAG;

18. Manoel Gomes Coelho – SECOV;

19. João Gumercindo Cassim – SSVP;

20. Vando Faustino de Araújo – ACIVAG;

21. Rosana Fátima de Arruda – IMUNE.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONCIDADE

Wilson Alves de Lima Filho - Procuradoria Geral do Município;

Claudia do Bom Despacho Ferraz - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jakeline Isaac - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jackeline A. A. Brandão - Secretaria Municipal de Planejamento.

ABERTURA: Aos vinte e um dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 08:30horas, reuniram-se os membros do Conselho da Cidade - CONCIDADE. O Presidente, Conselheiro João Carlos Cardoso, ao conferir o quórum deu por declarada aberta a Sessão Plenária Extraordinária. Após agradecer a Deus e saudar a todos os presentes, o Presidente chamou a atenção de todos e convidou o Presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), o Conselheiro Carlos Alberto de Arruda, para explanar aos nobres colegas, na próxima reunião, sobre os trabalhos que foram desenvolvidos durante a realização do "Workshop" realizado pelo DAE, cujo evento teve como foco principal apresentar os "Resultados e Planejamento - Exercício 2023". Partindo para análise da Ordem do dia, o Presidente passou a condução dos trabalhos para a Secretária Executiva do Concidade, a Conselheira Dra. Natacha Gabrielle Dias, para dar prosseguimento às análises sobre o projeto EIV/RIV, que trata da ampliação do **SUPERMERCADO COMPER**, localizado na Avenida Alzira Santana, em Várzea Grande. Antes de dar início aos debates, a Conselheira aproveitou a oportunidade e lembrou aos presentes que já temos formada uma Comissão Técnica do Conselho para análise deste processo, conforme reunião do Concidade realizada no dia 06/10/2021. Na época, a composição ficou formalizada por meio da DELIBERAÇÃO nº 05/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios (AMM) em 14/10/2021. Informou, também, que foram nomeados os seguintes membros: Waldisney Moreno Costa - Secretaria Municipal de Viação e Obras; João Nobres Neto - Sindicato Engenheiros do Estado de Mato Grosso (SENGE); Natacha Gabrielle Dias de Carvalho - Procuradoria Geral do Município; e Enodes Soares Ferreira - Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ficando a Relatoria a ser exercida pelo Conselheiro Enodes Soares Ferreira e a Presidência pelo Conselheiro João Nobres Neto. Em seguida, a Conselheira submeteu a questão para votação dos membros presentes, bem como argumentou se todos concordariam em convalidar e manter esta mesma Comissão Técnica, para que possamos dar continuidade aos trabalhos que já vinham sendo elaborados. Após discussões e votações, ficou mantida a Comissão anteriormente formada, por unanimidade de todos, cuja equipe técnica dará sequência às análises das propostas apresentadas à Prefeitura pelo Supermercado Comper. Para finalizar o assunto, o Presidente se prontificou informando a todos que estará presente junto à comissão quando da visita técnica no local do empreendimento. Dando prosseguimento às atividades, a Secretária Executiva retomou a fala e passou a abordar o próximo assunto pertinente à deliberação do Projeto de Estudo e Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) apresentado pela empresa **PG SOUZA & M SOUZA LTDA-ME**, cujo empreendimento encontra-se localizado na Avenida Filinto Muller, nº 65, bairro Centro Norte (entre o Banco do Brasil e o Shopping Várzea Grande), sendo uma galeria composta por salas comerciais com foco em escritórios e serviços prestados de contabilidade. Sendo assim, foi entregue o uso da palavra ao Conselheiro Relator do processo, o arquiteto Enodes Soares, para realizar a leitura do Parecer nº 05/2022, emitido pela Câmara Técnica do Concidade. O Relator informou que trata-se de um empreendimento comercial, localizado num terreno de 1761,91m² na Avenida Filinto Muller n° 65, no Bairro Centro Norte, em Várzea Grande MT, com 3.713,94m² de área a ser construída dividido em três pavimentos: um subsolo contendo as 75 vagas de estacionamento; pavimento térreo com salas comerciais e banheiros; pavimento superior com salas comerciais e banheiros. Contará, também, com aproximadamente 100 colaboradores fixos e uma estimativa de 250 pessoas circulando diariamente entre clientes e fornecedores. O Conselheiro informou, também, que foi entregue à Comissão o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), por meio físico, assim como foi distribuído a todos demais membros por meio digital. Após análises das documentações, a equipe procedeu por organizar a visita técnica ao local do empreendimento. A visita foi realizada no dia 19/08/2022, onde os Conselheiros verificaram a respeito da escavação, muros de arrimo, construção existente que será demolida, bem como o estágio da obra, que no momento estava parada. Prosseguindo, o Relator informou ainda que foi questionado ao engenheiro da obra sobre a apresentação dos laudos e pareceres pertinentes a estabilidade do muro de contenção, projeto e sondagens da área, laudo de vistoria e projetos com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's). Mediante as demandas, o engenheiro da obra incorporou todas as documentações pendentes ao processo do EIV/RIV, protocolando-as junto ao Concidade. Após análises de todas as documentações, a Comissão Técnica concluiu que o projeto encontra-se de acordo com a legislação vigente, podendo ser o empreendimento instalado no local. Diante do exposto, o relator finalizou sua apresentação submetendo o projeto à Plenária da Egrégia Corte para as devidas homologações. Após as análises e discussões, os Conselheiros presentes também externaram votos favoráveis à implantação do empreendimento das salas comerciais, ficando aprovado por meio da **RESOLUÇÃO Nº 05/2022**, cujo dispositivo aconselha que tal aprovação esteja condicionada ao cumprimento integral das recomendações contidas nos Pareceres Técnicos da SMDUET, SEMMADERS e CONCIDADE. Para finalizar os trabalhos, o Presidente retomou o uso da fala e reforçou a todos que os equipamentos que serão fornecidos pelo empreendedor serão doados diretamente para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEMMADRS, sendo o uso exclusivo para a educação ambiental no Auditório do Parque Berneck. Para dar encerramento aos trabalhos do Conselho, o Presidente agradeceu o empenho e a dedicação dos nobres conselheiros, por não medirem esforços na realização de grandes trabalhos. Para

finalizar, resssaltou que os atos administrativos emanados do Concidade encontram-se digitalizados e anexados no site da Prefeitura. Basta acessar “Portal Transparência” e clicar em “Controle Social”. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 10:30h, sendo lavrada, lida e aprovada a presente ata. Várzea Grande-MT, 21 de setembro de 2022.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO (ÁREAS RELACIONADAS À POLÍTICA URBANA)	MEMBROS	CONSELHEIROS	ASSINATURAS
1. PLANEJAMENTO	**Titular**	**João Carlos Cardoso**	
	Suplente	**Claudia do Bom Despacho Ferraz**	
2. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	**Titular**	**Wilson Alves de Lima Filho**	
	Suplente	**Natacha Gabrielle Dias de Carvalho**	
3. VIAÇÃO E OBRAS	**Titular**	**Waldisney Moreno Costa**	
	Suplente	**José Batista da Silva**	
4. **SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA**	**Titular**	**Claudio José da Silva**	
	Suplente	**Marcos Paulo da Costa Silva**	
5. DEPARTAMENTO ÁGUA E ESGOTO - DAE	**Titular**	Carlos Alberto Simões de Arruda	
	Suplente	Wilhan Douglas dos Reis	
6. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	**Titular**	**Fernando da Silva Sé (em fase de substituição)**	
	Suplente	**Eva Patrícia da Silva**	
7. DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO	**Titular**	**Ricardo Azevedo Araujo**	
	Suplente	**Gleiton Matos Martins**	
8. **PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**	**Titular**	**Fabio José Tardin**	
	Suplente	**Carlos Martins de Figueiredo**	

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ÓRGÃO/ENTIDADE	SEGMENTO		CONSELHEIRO	ASSINATURAS
1. ASCAVAG - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis	Classe dos Trabalhadores	Titular	**Valquíria Pereira de Barros**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	**Izaias Pereira de Barros**	
2. SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso	Classe dos Trabalhadores	Titular	**João Nobres Neto**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Luiz Benedito de Lima Neto	
3. SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra e Venda	Classe Empresarial	Titular	Manoel Gomes Coelho	
	Classe Empresarial	Suplente	Guido Grando Junior	
4. CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Classe Empresarial	Titular	David Willian Correa Pintor	
	Classe Empresarial	Suplente	Andrea Ferreira Rocha	
5. SSVP - Sociedade de São Vicente Paulo	ONG	Titular	João Gumercindo Cassim	
	ONG	Suplente	Sebastião Pavani da Silva	
6. OAB	Profissionais Acadêmicos	Titular	José Timóteo de Lima **(em fase de substituição)**	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Rosana Kally Spreafico Medeiros	
7. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	Profissionais Acadêmicos	Titular	Vanor de Oliveira Arantes	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Domingos Savio Bruno da Silva	
8. CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Benedito Libânio Souza Neto **(em fase de substituição)**	
9. ACIMT - Associação das Construtoras e Incorporadoras de Mato Grosso	Movimento Social	Titular	Carlos Alberto Ziliani	
	Movimento Social	Suplente	Marcleide Rocha de Souza	
10. IMUNE Instituto de Mulheres Negras	Movimento Social	Titular	Rosana Fátima de Arruda	
	Movimento Social	Suplente	Antonieta Luisa Costa	
11. ACAMIS - Associação Caminhando Para Mais Um Sonho	Movimento Social	Titular	Mayara Patricia Silva Correa	
	Movimento Social	Suplente	Vanessa Aparecida Feliz	
12. ACIVAG - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande	Movimento Social	Titular	Vando Faustino de Araújo	
	Movimento Social	Suplente	Josenil Rodrigues de Oliveira	
13. **ARCA - Multincubadora**	Movimento Social	Titular	Celso Kiyoshi Hazama	
	Movimento Social	Suplente	Ruiter Pinto de Araujo	

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 331/2022.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa ELM MEIRA COMERCIAL ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 38.017.799/0001-00. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 26/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 131/2022, no Termo de Referência n. 26/2022 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 801477/2022. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios: carnes, hortifrutigranjeiros e estocáveis, pães, leites e água, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social e Saúde do Município Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 1.706.189,00 (Hum milhão setecentos e seis mil cento e oitenta e nove reais). U*O: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150/0155. UO: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150/01660/016610. UO: SECRETÁRIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621/0160. VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte de Lazer, que designa neste ato, os servidores: Mônica Aparecida Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG n° 0969870-1, inscrita no CPF sob o nº 627.749.301-97, matrícula 143351, e Bruna Layane Silva Peres, matricula 150205, portadora da Cédula de Identidade 19856865 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 016.187. 301-42, A Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato, a servidores: Luciene da Costa, Matrícula 118841, portadora do RG n. 297253 SSP/MT e inscrita no CPF n. 654.794.081-00; e, Ana Carolina Rabello da Silva, portadora da cédula de identidade RG n. 1827401-3 SSP/MT e inscrito no CPF n. 004.994.111-96, A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, os servidores como fiscais: Edson Alfredo da Conceição, portadora da Cédula de Identidade RG n 0599496-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 474.801.901-82. Heber Luis Silva de Almeida, Administrativo do Almoxarifado central, portador da cédula de identidade RG 1699844-8 SSP/MT e inscrito no CPF 035.601.971-39. Nivea Caroline Cupini Assumpção, NUTRICIONISTA, portador da cédula de identidade

RG 1941845-0 SSP/MT e inscrito no CPF 055.308.751-73. Teresa Christina Muzzi, Nutricionista, portador da cédula de identidade RG 0342540-1 SSP/MT e inscrito no CPF 318.369.921-49. Mariane Moraes Fava, Gerente, portador da cédula de identidade RG 1362724-41 SSP/MT e inscrito no CPF 003.968.781-30. Mariely Melania Nascimento, Enfermeira, portador da cédula de identidade RG 2186885-9 SSP/MT e inscrito no CPF 041.380.061-09. Ericka Wallesca Santana da Cruz, Enfermeira, portador da cédula de identidade RG 1522705-7 SSP/MT e inscrito no CPF 004.402.471-10. Lucimara de Lara, Agente Administrativo, portador da cédula de identidade RG 7.650255.2 SSP/PR e inscrito no CPF 022.573.139-84.

DATA DE ASSINATURA: 14.10.2022.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Contratante

Secretaria Municipal De Educação

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

Contratante

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

Contratante

ELM MEIRA COMERCIAL ATACADISTA LTDA

Contratada

ATO DE ADESÃO N.º 49/2022

Processo nº. 839142/2022. Adesão à Ata de Registro de Preços 013/2022, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022, cujo objeto é o Registro de Preço para fornecimento referente as aquisições de Mobiliário Escolar, para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande-MT, cuja empresa proponente **SUBLYME DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º **22.579.608/0001-55**, para os Itens: **01** – (2500) unidades de conjunto escolar tamanho adulto; **04** – (500) unidades de conjunto infantil; **10** – (300) unidades de conjunto de mesa e cadeira giratória para professor; **14** – (800) unidades de conjunto refeitório mesa com tampo injetado e cadeiras 10 lugares; que totalizam o valor total de **R$ 9.072.963,00** (nove milhões, setenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais), com vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato e entrega de 30 (trinta) dias em observância ao constante no Termo. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 24 de outubro de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS** - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 1134CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, em 11 de junho de 2021, pag. 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto do processo administrativo disciplinar nº 003/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de outubro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1133/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 528/2021, de 09 de junho de 2021, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, em 11 de junho de 2021, pag. 502, e devidamente designados pela Portaria nº 540/2021, objeto do processo administrativo disciplinar nº 001/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de outubro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1144/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

DESIGNAR o Sr. ZAQUEU GONÇALVES E SILVA, matrícula nº 141097, Assessor Jurídico, da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o artigo 173, § 2° da Lei Complementar n° 1.164/91 alterado pela Lei 3.495/2010, para acompanhar o processo n° 023/2020, na fase em que se encontra e, no prazo de 15 (quinze) dias apresentar a competente Defesa Escrita, tendo em vista que o indiciado fora declarado revel.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 24 de outubro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

ATO DE ADESÃO Nº 50/2022

Processo n.º 839048/2022. Adesão à Ata de Registro de Preços N° 186/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 034/2022 da Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, cujo objeto Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, para atender as unidades escolares pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande/MT, conforme condições e quantitativos previstos neste Termo de Referência 59/2022, cuja empresa proponente **MOSAICO DISTRIBUIDORA ATADACO E ELETRÔNICOS EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 26.148.070/0001-85, para os Itens: (faca grande de cozinha inox 30 cm, prato descartável branco 15 cm, desinfetante 2 lt, água sanitária 2 lt, lustra móveis 200 ml, rodo plástico com cabo 100 cm, pano de chão branco, detergente 500 ml, saco de lixo 50 lt, pedra sanitária 35 g, escova de lavar roupa, soda caustica tipo escama 1 kg, vassoura limpa teto com cabo, prendedor de roupa com 12 un., pá para lixo com cabo, garfo descartável para refeição pesada pacote com 50, balde de plástico 15 lt com alça, flanela 100% algodão, pano de copa e cozinha, garrafa térmica torneira 5 lt, esponja de limpeza dupla face, limpa vidros líquido, cera acrílica 5 lt, amaciante de roupa, cesto de lixo 100 lt, desodorizador de ar spray, escova para limpeza sanitária, limpa alumínio 500 ml, pano de limpeza tipo saco**

alvejado, rodo de plástico com cabo 60 cm, álcool 70% 1lt, colher descartável pacote com 50 un., copo descartável liso 200 ml, touca descartável branca, isqueiro tamanho grande, sabonete perfumado 90 g, álcool 92% 1 lt, saco de lixo 30 lt, cesto de lixo telado 10 lt, peneira de plástico, sabão em pó 800 gr, dispenser para sabão líquido 800 ml, selador para piso 5lts, limpa pedra 5 lt, sabonete líquido 5 lt, detergel 5 lt, dispenser para papel toalha, dispenser para papel higiênico, removedor de cera 5 lt, vassoura de palha 03 fios, botijão térmico em plástico com tampa 12 lt, álcool gel 70% para as mãos, saco de lixo 100 lt, saco de lixo 60 lt, rodo de espuma para azulejo, essência aromatizante 140 ml, pente para cabelo de plástico, rodo de alumínio 60 cm, saco de lixo 200 lt, copo descartável de 300 ml), que totalizam o valor total de **R$ 992.871,87 (novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos)** com vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato. O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 24 de outubro de 2022. **SILVIO APARECIDO FIDELIS** - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 1151/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 843528/2022,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **PAULO CONCEIÇÃO DA SILVA,** matrícula 146153, exercendo o cargo de Superintendente Administrativo e Financeiro, lotado na Secretaria Municipal de Administração, **05 (cinco) dias de Licença Paternidade**, conforme Artigo 217 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **19/12/2022 a 23/12/2022.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de outubro de 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 335/2022.

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 03. 507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.542.453/0001-14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 26/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 131/2022, no Termo de Referência n. 26/2022 da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 801477/2022. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios: carnes, hortifrutigranjeiros e estocáveis, pães, leites e água, para atender as necessidades das Secretarias de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social e Saúde do Município Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 5.087. 366,75 (cinco milhões oitenta e sete mil trezentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos). U*O: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0150/0155. UO: SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0150/01660/016610. UO: SECRETÁRIA DE SAÚDE FONTE: 0150/01621/0160. VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* A fiscalização do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte de Lazer, que designa neste ato, os servidores: Mônica Aparecida Gonçalves, portador da Cédula de Identidade RG n° 0969870-1, inscrita no CPF sob o nº 627.749.301-97, matrícula 143351, e Bruna Layane Silva Peres, matricula 150205, portadora da Cédula de Identidade 19856865 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 016.187. 301-42, A Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato, a servidores: Luciene da Costa, Matrícula 118841, portadora do RG n. 297253 SSP/MT e inscrita no CPF n. 654.794.081-00; e, Ana Carolina Rabello da Silva, portadora da cédula de identidade RG n. 1827401-3 SSP/MT e inscrito no CPF n. 004.994.111-96, A Secretaria Municipal de Saúde que designa neste ato, os servidores como fiscais: Edson Alfredo da Conceição, portadora da Cédula de Identidade RG n 0599496-9 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 474.801.901-82. Heber Luis Silva de Almeida, Administrativo do Almoxarifado central, portador da cédula de identidade RG 1699844-8 SSP/MT e inscrito no CPF 035.601.971-39. Nivea Caroline Cupini Assumpção, NUTRICIONISTA, portador da cédula de identidade RG 1941845-0 SSP/MT e inscrito no CPF 055.308.751-73. Teresa Christina Muzzi, Nutricionista, portador da cédula de identidade RG 0342540-1 SSP/MT e inscrito no CPF 318.369.921-49. Mariane Moraes Fava, Gerente, portador da cédula de identidade RG 1362724-41 SSP/MT e inscrito no CPF 003.968.781-30. Mariely Melania Nascimento, Enfermeira, portador da cédula de identidade RG 2186885-9 SSP/MT e inscrito no CPF 041. 380.061-09. Ericka Wallesca Santana da Cruz, Enfermeira, portador da cédula de identidade RG 1522705-7 SSP/MT e inscrito no CPF 004.402. 471-10. Lucimara de Lara, Agente Administrativo, portador da cédula de identidade RG 7.650255.2 SSP/PR e inscrito no CPF 022.573.139-84.

DATA DE ASSINATURA: 18.10.2022.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Contratante

Secretaria Municipal De Educação

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

Contratante

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria de Saúde

Contratante

COMERCIAL CMX DE ALIMENTOS EIRELI

Contratada

PORTARIA Nº 1150/2022

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 843347/2022,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **ELIFAS DA SILVA SANTOS,** matrícula 130768, exercendo o cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **11/10/2022 a 11/10/2024.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 25 de outubro de 2022.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO DE CONTRATO N. 407/2022.

PARTES INTERESSADAS: MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 41.401.446/0001-05. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 35/2021, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n 20/2021 da Secretaria Municipal de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 841330/2022. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento e instalação de aparelhos de ar condicionado (tipo Split /piso teto) e cortina de ar, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 29.097,00 (vinte e nove mil noventa e sete reais). UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato, na função de titular, a servidora PAULINE FONSECA MAXIMINO, inscrita no CPF n. 812.040.001-15, e, na qualidade de suplente, o servidor MOACIR TEIXEIRA JUNIOR, inscrito no CPF n. 688.348.021-87.

DATA DE ASSINATURA: 20.10.2022

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA

Secretaria Municipal De Administração

Contratante

NVF COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Contratada

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE - MT

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA

COMISSÃO DE LEILÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(12º Leilão 2022)

(Disponibilização de 10 dias)

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, por intermédio da **Vip Gestão e Logística SA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.187.134/0001-75, na condição de prestadora de Serviços de Remoção, Guarda e Alienação de Veículos Apreendidos em Operações de Trânsito, em conformidade com o Contrato nº 72/2018 de 19 de junho de 2018, em obediência à Lei Federal nº **13.160, de 25/08/2015**e de conformidade com o Art. 328 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997-CTB e Art. 4º §6° da Resolução CONTRAN nº 623/2016, **NOTIFICA**, os proprietários (fiduciários, alienantes e/ou sub-rogados nos direitos), dos veículos automotores (automóveis, motocicletas e outros), retidos pela **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** e abaixo discriminados, e que encontram-se recolhidos no pátio da **Vip Leilões Gestão e Logística SA**, a comparecer à sua Sede, junto à Comissão de Leilão, situada na **Av. Governador Júlio Domingos de Campos, 4975, Marajoara, Várzea Grande – MT**, de posse dos documentos de quitação de débitos de IPVA, Multas, Taxas de Licenciamento, Seguro Obrigatório e outros, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro ou autorização judicial, no prazo acima estabelecido, a contar da data desta publicação , para exercer seus direitos previstos nos dispositivos legais acima elencados, inclusive para tratarem da retirada de seus veículos, sob pena de tê-los vendidos em hasta pública-leilão, conforme preconiza a legislação vigente.

Caso o montante não cubra todas as dívidas, os débitos remanescentes serão cobrados pelos órgãos credores em ações próprias.

Caso o veículo já tenha sido retirado, por favor, desconsidere esta notificação.

Outras informações poderão ser obtidas com a comissão de leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, através do telefone (65) 3688-8036, ou no sitio da Vip Leilões Gestão e Logística SA: www.vipleiloes.com.br, pelo e-mail gerencia.vg@vipleiloes.com.br**.**

Várzea Grande/MT, 25 de outubro de 2022

POLIANA MIKEJEVS CALÇA LORGA

JUCEMAT-18/2010

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA SA

Cnpj 08.187.134/0001-7

ANEXO

ORDEM	PLACA	UF	MARCA/MODELO	COR	CHASSI	PROPRIETÁRIO	AGENTE FINAN	COMPRADOR
1	NJO6129	MT	YAMAHA/YBR 125K	PRETA	9C6KE092080229757	ADRIANO DE PAIVA		
2	NTY2874	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	VERMELHA	9C2JC4110BR793521	SALOMAO SOUZA DOS SANTOS	ADMINISTRADORA DE CONSORCIO SICREDI LTDA	
3	NTZ6860	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	PRETA	9C2JC4110AR703128	EUBES LISBOA RIBEIRO		
4	JYX7859	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	VERMELHA	9C2MC270XWR001456	GIZELLE LIMA DO NASCIMENTO		
5	NJQ1472	MT	HONDA/CB 300R	VERMELHA	9C2NC4910ER013636	GONCALO PAES DE OLIVEIRA		

6	OAR9582	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 E	PRETA	9C6KE1510C0028175	CARLOS JOAQUIM DOS SANTOS		
7	RAK9E28	MT	HONDA/BIZ 110I	CINZA	9C2JC7000LR032950	JOSE SEBASTIAO DE CAMPOS	BANCO PAN S A	
8	JZF6688	MT	CHEVROLET/CORSA WIND	BRANCA	9BGSC08ZWVB609934	LUCIANA RIBEIRO COSTA		
9	KAJ2775	MT	HONDA/BIZ 125 KS	AZUL	9C2JA04106R824133	ANDERSON GUSMAO SARAT		
10	JZX3295	MT	HONDA/C100 BIZ ES	AZUL	9C2HA07105R039970	VILMAR ALVES CANOFF		
11	JYN1244	MT	HONDA/C100 BIZ	VERMELHA	9C2HA07004R001142	FABIANA DA SILVA GOMES		JEAN RABELO DE MAGALHAES
12	KAU2639	MT	HONDA/BIZ 125 KS	PRATA	9C2JA04107R009072	JACKSON BRAATZ		
13	NPE1361	MT	RENAULT/CLIO CAM 10H3P	VERMELHA	8A1CB8W05BL689274	JORGE CARLOS BRITTO DOS SANTOS	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
14	ANC0530	MT	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	PRATA	9BFZF16P968388104	DEJANIRA SOARES DE SOUZA ROCHA		
15	JYJ3458	MT	HONDA/CG 125 TITAN	AZUL	9C2JC250TTR071345	LOURENCO DOS SANTOS		
16	NTY3413	MT	FLASH/MV TEEN 50	PRATA	93FTNJXLBCM002207	OZAMES RONDON SOARES		
17	NCK4872	MT	VOLKSWAGEN/GOL SPECIAL	BRANCA	9BWCA05Y44T093575	CONSTANTINO MENDES DE PAULA		
18	BUQ3520	MT	VOLKSWAGEN/GOL CLI	PRETA	9BWZZZ377ST161213	THIAGO ALEXANDRE PENACHIONI		
19	OAP4826	MT	CHEVROLET/CELTA 1.0L LS	VERMELHA	9BGRG48F0CG185373	ADELMO APARECIDO GOMES JUNIOR	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	
20	NUB4290	MT	CHEVROLET/CELTA 4P SPIRIT	PRATA	9BGRX48F0BG206229	ROSANGELA GARCIA		
21	NJF0H60	MT	HONDA/CIVIC LXS FLEX	PRETA	93HFA66408Z102884	RAFAELLY LIMA DA SILVA		
22	PEY3552	PE	HONDA/CG 150 FAN ESI	VERMELHA	9C2KC1670BR346177	JAITAN SILVA DE LIMA		
23	JYZ3606	MT	CHEVROLET/CORSA WIND	BRANCA	9BGSC08Z0XC748208	JOSE MIRANDA DA SILVA		
24	NJA7152	MT	TRAXX/JL50Q 2	AZUL	LAAAXKBB670008698	WILSON FERREIRA DA SILVA		
25	EEW1510	SP	VOLKSWAGEN/CROSSFOX	VERMELHA	9BWAB05Z394110719	MARIA ALVES DE MATOS		
26	RFL6D10	MG	JEEP/COMPASS LONGITUDE F	PRETA	98867512WMKK29897	UNIDAS LOCADORA S.A		
27	AWZ1230	MT	FORD/FIESTA SEDAN1.6FLEX	PRATA	9BFZF54PXE8003710	MARIA RITA ROBELO VILERA	BV FINANCEIRA SA CRED. FINANC.E INVEST.	EDEVALDO MARTINS BISPO
28	AVT7D00	SC	HYUNDAI/VELOSTER	PRETA	KMHTC61CBCU044550	BRUNO MARCELO PERES	BANCO PAN S.A.	MARCOS ROBERTO ROCHA
29	KAR9168	MT	VOLKSWAGEN/GOL SPECIAL	CINZA	8AWZZZ377WA124026	ARITINO DE ARRUDA CAMPOS		
30	GIN3796	SP	VOLKSWAGEN/GOL 1.0L MC4	VERMELHA	9BWAG45U1KT022003	JESSICA CARVALHO CORDEIRO	BRADESCO ADM CONSORCIO LTDA	
31	JYN1725	MT	HONDA/CG 125 TITAN	VERDE	9C2JC250VVR127253	FERNANDO FIGUEIREDO ROMAO		
32	BQA9994	MT	VOLKSWAGEN/SANTANA GLS 2000	AZUL	9BWZZZ32ZPP045281	AGRIPINO PAULO DA SILVA		LUCINEY BENEVIDES CORREA
33	ASW2900	MT	FIAT/PALIO WEEKEND ELX	BRANCA	9BD178835Y2061460	INACIO JAIVANA		
34	QBS6725	MT	HONDA/CG 150 TITAN EX	VERMELHA	9C2KC1660FR043071	GILCELLE AUXILIADORA R. FECHTNER		DANILO RODRIGO DE SOUZA SANTOS
35	JYX0437	MT	VOLKSWAGEN/SANTANA CL	AZUL	9BWZZZ32ZHP254480	WALTER PAPA DOS SANTOS		
36	BGF7782	MT	VOLKSWAGEN/GOL CL	BRANCA	9BWZZZ30ZMT096506	JOSE ALVES		
37	NPD3368	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	AZUL	9C2JC41209R099450	ISRAEL MARCIO CARDOSO LEITAO		
38	JYR7736	MT	VOLKSWAGEN/PARATI 16V	BRANCA	9BWZZZ374WT088335	JOSE PINA FERREIRA SOBRINHO		ELSON ALVES CARVALHO FILHO
39	NPQ9173	MT	VOLKSWAGEN/GOL 1.0 GIV	BRANCA	9BWAA05W7AP066137	EDVAN TENORIO DA SILVA		LUIZ YUKIO FUTAL
40	NJK0757	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	AZUL	9C6KE122090063100	JOSE JACILDO DA COSTA		

EXTRATO CONTRATO N. 405/2022

PARTES INTERESSADAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60, e de outro lado, empresa BIDDEN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n. 36.181.473/0001-80. *FUNDAMENTAÇÃO LEGAL*: *Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666/1993, no processo licitatório da modalidade Pregão Eletrônico n. 42/2021, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência n. 44/2021 da Secretaria de Saúde., bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO n. 834965/2022. OBJETO: O objeto deste Contrato é a aquisição de equipamentos e utensílios, para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de*

Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Assistência Social do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 106.138,21 (cento e seis mil cento e trinta e oito reais e vinte e um centavos). UO*: SECRETÁRIA DE SAÚDE FONTE: 0150/016210/026210/0160. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, sendo vedada sua prorrogação. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:* A fiscalização do Contrato dela decorrente ficará a cargo dos seguintes servidores: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FISCAL DE CONTRATO: Servidora AMANDA CAROLINA LÉ DE ALMEIDA, inscrita no CPF n. 038. 032.041-00.

10.4.1.2. SUPLENTE DE FISCAL: servidora JANAINA DE JESUS PINTO, inscrita no CPF n. 389.276.158-24.

DATA DE ASSINATURA: 21.10.2022.

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Contratante

BIDDEN COMERCIAL LTDA

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO N. 338/2022.

PARTES INTERESSADAS: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60, e de outro lado, a CENTRO DE LITOTRIPSIA E DOENÇA DA PRÓSTATA DE CUIABA LTDA (UROCENTRO), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n. 86.921.756/0001-99. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do procedimento de CHAMAMENTO PÚBLICO n. 02/2022, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 134/2022, no Projeto Básico n. 08/2022 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 804709/2022. OBJETO: O objeto deste contrato é a contratação de empresas para prestação de serviços de terapias especializadas por meio de litotripsia extracorpórea, para atender as demandas dos pacientes da rede da Secretaria Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT. VALOR: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 412.800,00 (quatrocentos e doze mil e oitocentos reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0150/0162100/1600/0262100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (dose) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: ATENÇÃO SECUNDÁRIA FISCAL DE CONTRATO: servidora ENIELY SANTOS TOLEDO SANTAN, matrícula 130032, gestor público, portadora da cédula de identidade RG n. 1334619-9 SSP/MT e inscrita no CPF n. 913388081-68; SUPLENTE DE FISCAL: servidor VICTOR NORONHA SIQUEIRA, brasileira, gestor público, portador da Cédula de Identidade RG n. 183377-67 SSP/MT e inscrito no CPF n. 012.825.091-79.

DATA DE ASSINATURA: 20.10.2022

GONÇALO APARECIDO DE BARROS

Secretaria Municipal De Saúde

Contratante

CENTRO DE LITOTRIPSIA E DOENÇA DA PRÓSTATA DE CUIABA LTDA

Contratada

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 207/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10 e, de outro lado, a Empresa SUPRIDATAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n 03.072.631/0001-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento encontra fundamento no art. 65, I, a) e b), da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 8.666/93 e suas alterações, nas condições do Contrato n. 207/2021, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO N. 839647/2022. OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL e CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO, referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e peças, desmontagem, transporte e remontagem de sistemas de arquivos deslizantes, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. VALOR: Fica mantido o valor global de R$ 26.092,80 (vinte e seis mil e noventa e dois reais e oitenta centavos) referente ao saldo remanescente da contratação. UO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FONTE: 0150. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato, a partir da data de seu vencimento [10/11/2022], podendo ser prorrogado por igual (ais) e sucessivo (s) período (s), a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses na forma do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do futuro do Contrato ficará a cargo dos seguintes servidores: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato o servidor Marcos Rodrigues da Silva, portador da Cédula de Identidade RG n.662236-8 SSP/MT e inscrito no CPF o n.473.949.191-53, e Fiscal Suplente o servidor Daniel Aparecido Lima de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG n.1155302-2 SSP/MT e inscrito no CPF n. 942.490.751-68.

DATA DE ASSINATURA: 19.10.2022

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA

Secretaria De Administração

Contratante

SUPRIDATAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

Contratada

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE

REALIZADA NO DIA 17 DE AGOSTO DE 2022, DE FORMA PRESENCIAL, SOB A CONDUÇÃO DO VICE PRESIDENTE, CONSELHEIRO VANOR DE OLIVEIRA ARANTES.

DATA 17 de agosto de 2022, às 08:30horas.

LOCAL Na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2500, em Várzea Grande - MT.

PAUTA DA REUNIÃO

Deliberar sobre a alteração dos anexos III e IV da Lei nº 4.700/2021 - Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Várzea Grande e minuta de projeto de lei que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV-RIV e o Estudo de Impacto de Vizinhança Simplificado e Relatório de Impacto de Vizinhança Simplificado EIVS-RIVS.

CONSELHEIROS PRESENTES

DO PODER EXECUTIVO

1. Wilson Alves de Lima Filho - Procuradoria Geral do Município;

2. Waldisney Moreno Costa - Viação e Obra;

3. Claudia do Bom Despacho Ferraz – SEPLAN;

4. Claudio José da Silva - Serviços Públicos e Mobilidade Urbana;

5. Gleiton Matos Martins – SMDU;

6. Eva Patrícia da Silva – SEMMADRS.**AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

7. Carlos Alberto Simões de Arruda – DAE.

DO PODER LEGISLATIVO

8. Fabio José Tardin - Câmara Municipal de Várzea Grande (Ausência justificada).

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

9. Vanor de Oliveira Arantes – Vice-Presidente do Conselho;

10. João Nobres Neto – SENGE;

11. Enodes Soares Ferreira – CAU;

12. Marcleide Rocha de Souza - ACIMT.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

13. Mayara Patrícia Silva Correa – ACAMIS;

14. Andrea Ferreira Rocha - CDL;

15. José Timóteo de Lima – OABVG;

16. Ruiter Pinto de Araújo – ARCA;

17. Valquíria Pereira de Barros - ASCAVAG;

18. Manoel Gomes Coelho – SECOV;

19. João Gumercindo Cassim – SSVP;

20. Vando Faustino de Araújo – ACIVAG;

21. Rosana Fátima de Arruda – IMUNE.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONCIDADE

Wilson Alves de Lima Filho - Procuradoria Geral do Município;

Claudia do Bom Despacho Ferraz - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jakeline Isaac - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jackeline Alves de Azevedo Brandão - Secretaria Municipal de Planejamento.

CONVIDADA

Vilma Felfili - ONG Nossa Terra Nossa Gente.

ABERTURA: Aos dezessete dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 08:30horas, reuniram-se os membros do Conselho da Cidade - CONCIDADE. O Vice Presidente, Conselheiro Vanor de Oliveira Arantes, ao conferir o quórum deu por declarada aberta a Sessão Plenária Extraordinária. Após agradecer a Deus e saudar a todos os presentes, o Vice-Presidente passou para análise final da minuta do projeto de lei que altera os anexos III e IV da Lei nº 4.700/2021 - Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Várzea Grande, bem como do projeto de lei que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV-RIV e o Estudo de Impacto de Vizinhança Simplificado e Relatório de Impacto de Vizinhança Simplificado EIVS-RIVS. Em sequência aos trabalhos, lembrou a todos que foram realizadas, no corrente mês, duas reuniões internas pela Câmara Técnica do Concidade, onde foram amplamente discutidas as propostas de leis acima mencionadas. Continuando com os trabalhos, o Secretário do Conselho, Dr. Wilson Lima, fez uso da palavra e realizou a leitura do Parecer nº 04/2022, emitido pela Câmara Técnica do Concidade. Em seguida, destacou que os membros da comissão recomendaram ao Pleno a aprovação das minutas dos projetos de lei. Em sequência, o Vice-Presidente retomou sua fala, colocando as propostas para análise e votação da Plenária. Após as manifestações favoráveis dos Conselheiros presentes, foi assinado por todos o ato homologatório por meio da **RESOLUÇÃO Nº 04/2022**, cujo dispositivo recomenda à Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT que indique para apreciação do Poder Legislativo Municipal, tanto o Projeto de Lei que altera a Lei n° 4.700/2021 – Lei de Uso e Ocupação do Solo e Zoneamento de Várzea Grande – MT, como também o Projeto de Lei que regulamenta o Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança EIV-RIV e Estudo de Impacto de Vizinhança Simplificado e Relatório de Impacto de Vizinhança Simplificado EIVS-RIVS. Para dar encerramento aos trabalhos do Conselho, o Vice-Presidente agradeceu a participação dos nobres Conselheiros lembrando que todos os atos administrativos emanados do Concidade se encontram digitalizados e anexados no site da Prefeitura. Basta acessar “Portal Transparência” e clicar em “Controle Social”. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 10:50h, sendo lavrada, lida e aprovada a presente ata. Várzea Grande-MT, 17 de agosto de 2022.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO (ÁREAS RELACIONADAS À POLÍTICA URBANA)	MEMBROS	CONSELHEIROS	ASSINATURAS
1. PLANEJAMENTO	**Titular**	**João Carlos Cardoso**	
	Suplente	**Claudia do Bom Despacho Ferraz**	
2. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	**Titular**	**Wilson Alves de Lima Filho**	
	Suplente	**Natacha Gabrielle Dias de Carvalho**	
3. VIAÇÃO E OBRAS	**Titular**	**Waldisney Moreno Costa**	
	Suplente	**José Batista da Silva**	
4. **SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA**	**Titular**	**Claudio José da Silva**	
	Suplente	**Marcos Paulo da Costa Silva**	
5. DEPARTAMENTO ÁGUA E ESGOTO - DAE	**Titular**	Carlos Alberto Simões de Arruda	
	Suplente	Wilhan Douglas dos Reis	
6. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	**Titular**	**Fernando da Silva Sé**	
	Suplente	**Eva Patrícia da Silva**	
7. DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO	**Titular**	**Ricardo Azevedo Araujo**	
	Suplente	**Gleiton Matos Martins**	
8. **PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**	**Titular**	**Fabio José Tardin**	
	Suplente	**Carlos Martins de Figueiredo**	

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ÓRGÃO/ENTIDADE	SEGMENTO		CONSELHEIRO	ASSINATURAS
1. ASCAVAG - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis	Classe dos Trabalhadores	Titular	**Valquíria Pereira de Barros**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	**Izaias Pereira de Barros**	
2. SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso	Classe dos Trabalhadores	Titular	**João Nobres Neto**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Luiz Benedito de Lima Neto	
3. SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra e Venda	Classe Empresarial	Titular	Manoel Gomes Coelho	
	Classe Empresarial	Suplente	Guido Grando Junior	
4. CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Classe Empresarial	Titular	David Willian Correa Pintor	

	Classe Empresarial	Suplente	Andrea Ferreira Rocha	
5. SSVP - Sociedade de São Vicente Paulo	ONG	Titular	João Gumercindo Cassim	
	ONG	Suplente	Sebastião Pavani da Silva	
6. OAB	Profissionais Acadêmicos	Titular	José Timóteo de Lima	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Rosana Kally Spreafico Medeiros	
7. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	Profissionais Acadêmicos	Titular	Vanor de Oliveira Arantes	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Domingos Savio Bruno da Silva	
8. CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso	Profissionais Acadêmicos	Titular	Enodes Soares Ferreira	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Benedito Libânio Souza Neto **(em fase de substituição junto a CAU)**	
9. ACIMT - Associação das Construtoras e Incorporadoras de Mato Grosso	Movimento Social	Titular	Carlos Alberto Ziliani	
	Movimento Social	Suplente	Marcleide Rocha de Souza	
10. IMUNE Instituto de Mulheres Negras	Movimento Social	Titular	Rosana Fátima de Arruda	
	Movimento Social	Suplente	Antonieta Luisa Costa	
11. ACAMIS - Associação Caminhando Para Mais Um Sonho	Movimento Social	Titular	Mayara Patricia Silva Correa	
	Movimento Social	Suplente	Vanessa Aparecida Feliz	
12. ACIVAG - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande	Movimento Social	Titular	Vando Faustino de Araújo	
	Movimento Social	Suplente	Josenil Rodrigues de Oliveira	
13. **ARCA - Multincubadora**	Movimento Social	Titular	Celso Kiyoshi Hazama	
	Movimento Social	Suplente	Ruiter Pinto de Araujo	

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE – CONCIDADE, REALIZADA NO DIA 03 DE AGOSTO DE 2022, DE FORMA PRESENCIAL, SOB A PRESIDÊNCIA DO CONSELHEIRO JOÃO CARLOS CARDOSO.

DATA 03 de agosto de 2022, às 08:30horas.

LOCAL Na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2500, em Várzea Grande-MT.

PAUTA DA REUNIÃO

Leitura de Expedientes; Atualização acerca de todos os requerimentos, atuação de comissões e comitês em andamento no CONCIDADE, especialmente acerca das demandas encaminhadas pelos Conselheiros. Demais assuntos correlatos.

CONSELHEIROS PRESENTES

DO PODER EXECUTIVO

1. João Carlos Cardoso - Presidente do Conselho;

2. Wilson Alves de Lima Filho - Procuradoria Geral do Município;

3. Waldisney Moreno Costa - Viação e Obra;

4. Carlos Alberto Simões de Arruda – DAE;

5. Gleiton Matos Martins – SMDU;

6. Eva Patrícia da Silva - Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

AUSÊNCIA JUSTIFICADA

7. Claudio José da Silva - Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

DO PODER LEGISLATIVO

8. Fabio José Tardin - Câmara Municipal de Várzea Grande (Ausência justificada).

DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

9. Vanor de Oliveira Arantes – CREA;

10. Andrea Ferreira Rocha - CDL;

11. João Nobres Neto – SENGE;

12. João Gumercindo Cassim – SSVP;

13. Mayara Patrícia Silva Correa – ACAMIS;

14. Vando Faustino de Araújo – ACIVAG;

15. Enodes Soares Ferreira – CAU;

16. Marcleide Rocha de Souza - ACIMT.

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

17. José Timóteo de Lima – OABVG;

18. Ruiter Pinto de Araújo – ARCA;

19. Valquíria Pereira de Barros - ASCAVAG;

20. Manoel Gomes Coelho – SECOV;

21. Rosana Fátima de Arruda – IMUNE.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONCIDADE

Wilson Alves de Lima Filho - Procuradoria Geral do Município;

Claudia do Bom Despacho Ferraz - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jakeline Isaac - Secretaria Municipal de Planejamento;

Jackeline Alves de Azevedo Brandão - Secretaria Municipal de Planejamento.

CONVIDADA

Vilma Felfili - ONG Nossa Terra Nossa Gente.

ABERTURA: Aos três dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e dois, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, localizada no Paço Couto Magalhães, na Avenida Castelo Branco, nº 2.500, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, às 08:30horas, reuniram-se os membros do Conselho da Cidade - CONCIDADE. O Presidente do Conselho, João Carlos Cardoso, ao conferir o quórum deu por declarada aberta a Sessão plenária que foi realizada de forma “presencial”. Após agradecer a Deus e saudar a todos os presentes, o Presidente passou a palavra ao Secretário Executivo do Conselho, Dr. Wilson Alves de Lima Filho que, antes de dar início aos trabalhos, deu conhecimento aos presentes que em breve estaremos recebendo a nova lei de regulamentação que estabelece a normatização do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, devidamente atualizada. Prosseguindo, foi realizada a leitura da ata da Reunião Ordinária, ocorrida no dia 01/06/2022, sendo aprovada por unanimidade do Pleno. Em sequência às atividades, o Conselheiro Vanor Arantes pediu o uso da palavra para externar algumas considerações. Iniciou tecendo elogios quanto à pavimentação que vem sendo realizada na cidade e, ao mesmo tempo, conclamou a atenção da Administração Pública pela conservação do asfalto, fazendo assim alusão aos serviços prestados pelo Departamento de Água e Esgoto – DAE. Prosseguiu dizendo que a Autarquia acaba danificando o asfalto novo quando da execução de seus serviços de tubulação e ligação de água, gerando prejuízos não só ao município em restauração de pavimentos, como em danos materiais e risco de acidentes ao trânsito. Ao destacar que o Conselho precisa se ater a esta situação, Vanor propôs duas considerações como solução do problema. Primeiro, seria a construção de duas redes adutoras de água tratada instaladas nos lados direito e esquerdo das ruas, localizadas nas proximidades do loteamento do terreno; a outra alternativa seria a utilização de pavimento rígido, composto por placas de concreto de cimento, que pode durar até 30 anos. Continuando com a fala, o Conselheiro ainda fez outra observação com relação à ausência nas reuniões do Con-

selho do Conselheiro Suplente **Benedito Libânio Souza**, cuja substituição precisa ser efetivada face a sua exoneração do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso – CAU. Neste momento, o Conselheiro Dr. Wilson Lima informou que, tão logo seja formalizado o novo representante do CAU pela Instituição, serão tomadas todas as providências cabíveis. Prosseguindo com os trabalhos, foi entregue a palavra ao Presidente do Conselho para proceder com as deliberações da ordem do dia. Na oportunidade, lembrou aos presentes que foram realizadas duas Audiências Públicas pelo Município de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação – SMDURFH, com o intuito de ouvir a população e o Ministério Público acerca dos projetos de lei abaixo discriminados, por serem extremamente relevantes ao desenvolvimento econômico e social do Município, quais sejam: a) Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a alteração da redação da Lei Municipal Complementar nº 4.700/2021, que disciplina e ordena sobre o **Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano** do Município; e b) Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a regulamentação do **Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV** do município de Várzea Grande, no Estado do Mato Grosso. Após os Conselheiros examinarem todos os projetos acima referenciados, foi dado início à formação da Câmara Técnica do Concidade para as devidas análises e encaminhamentos. Desta forma, foi passada a palavra novamente ao Secretário Executivo para fazer a leitura da **DELIBERAÇÃO nº 06/2022**, que dispõe sobre a designação de Relatoria, Presidência e Membros da Comissão Técnica, com vigência a partir de sua publicação em Diário Oficial do Município. Após análise das indicações dos nomes, fica APROVADA a deliberação de constituição da Comissão Técnica, ficando formada na seguinte composição: membros que irão analisar os projetos de leis: Natacha Gabrielle Dias de Carvalho Lima – Procuradoria Geral do Município; Vanor de Oliveira Arantes - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA; Enodes Soares Ferreira - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso CAU; Eva Patrícia da Silva Marques – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEMMADRS; Gleiton Matos Martins - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Regularização Fundiária e Habitação – SMDURFH; Vando Faustino de Araújo - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande ACIVAG e, como colaboração técnica, Senhora Wilma Felfili. A Relatoria será exercida pelo Conselheiro Vanor de Oliveira Arantes e a Presidência da Comissão será exercida pela Conselheira Natacha Gabrielle Dias de Carvalho Lima. Antes de dar prosseguimento às deliberações, a Conselheira Andrea Rocha, representante da CDL/Várzea Grande, pediu o uso da palavra e repassou ao Conselho uma demanda apresentada pelos moradores do Bairro Jardim Maringá, na região do Cristo Rei, a respeito da atual circunstância do cemitério municipal localizado nas imediações. A Conselheira Informou que este cemitério além de encontrar-se desativado, apresenta restos de ossos expostos e contaminação do solo. Por esta razão, o local se transformou em alvo de vândalos e refúgio de drogados. Na condição de representante da Sociedade Civil Organizada, a Conselheira solicita a possiblidade da Administração Pública mudar este cenário por tratar-se de um lugar de respeito para visitações e homenagens aos entes queridos falecidos. Neste momento, o Secretário do Conselho retomou o uso da palavra e informou à nobre colega que esta demanda será oficializada junto à Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, para prestar esclarecimentos ao Concidade sobre a real situação do local. Continuando com os debates, a convidada presente Sra. Vilma Felfili, aproveitou a oportunidade e também pediu o uso da palavra. Ao se apresentar como profissional que sempre trabalhou com diagnósticos e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), externou aos presentes uma certa preocupação. Disse que percebeu que houve uma mudança com relação a extensão territorial da cidade de Várzea Grande. Informou que, no censo realizado em 2010, a área que o município ocupava era acima de 1.021 quilômetros quadrados, considerando a área do Livramento (Sadia III). Já em 2021, o município apresentou uma área de ocupação de 724,279 quilômetros quadrados. Isto posto, a Sra. Vilma recomendou ao Conselho a necessidade de se fazer um acompanhamento junto ao Executivo e à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para saber qual o motivo pelo qual gerou esta perda de extensão em nosso território, a fim de que não tenhamos mais perdas territoriais no próximo estudo apresentado pelo IBGE. Aproveitando a oportunidade, o Conselheiro Enodes Soares fez complementação à fala da técnica dizendo que, uma das maiores preocupações quando houve a revisão da lei do Plano Diretor da Cidade, foi verificar de fato qual era a extensão territorial do município de Várzea Grande. Informou que, para atender a demanda, foi feito na época um mapeamento por meio de cartografias. Ressaltou também que, quando houve a aprovação desta última extensão territorial, estabelecida pela Assembleia Legislativa, a Prefeitura de Várzea Grande entrou com recurso, cuja decisão do Tribunal foi que tal lei não poderia ter sido aprovada por motivo de falta de participação popular. Sendo assim, foi feita uma retroação nos perímetros de todos os municípios para que assim decorra os efeitos da legislação anterior. Após concluídos os debates e para dar encerramento aos trabalhos do Conselho, o Presidente retomou o uso da palavra e agradeceu a participação dos nobres Conselheiros lembrando que todos os atos administrativos emanados do Concidade encontram-se digitalizados e anexados no site da Prefeitura. Basta acessar “Portal Transparência” e clicar em “Controle Social”. Nada a mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às 10:50h, sendo lavrada, lida e aprovada a presente ata. Várzea Grande-MT, 03 de agosto de 2022.

PODER PÚBLICO

PODER EXECUTIVO (ÁREAS RELACIONADAS À POLÍTICA URBANA)	MEMBROS	CONSELHEIROS	ASSINATURAS
1. PLANEJAMENTO	**Titular**	**João Carlos Cardoso**	
	Suplente	**Claudia do Bom Despacho Ferraz**	
2. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	**Titular**	**Wilson Alves de Lima Filho**	
	Suplente	**Natacha Gabrielle Dias de Carvalho**	
3. VIAÇÃO E OBRAS	**Titular**	**Waldisney Moreno Costa**	
	Suplente	**José Batista da Silva**	
4. **SERVIÇOS PUBLICOS E MOBILIDADE URBANA**	**Titular**	**Claudio José da Silva**	
	Suplente	**Marcos Paulo da Costa Silva**	
5. DEPARTAMENTO ÁGUA E ESGOTO - DAE	**Titular**	Carlos Alberto Simões de Arruda	
	Suplente	Wilhan Douglas dos Reis	
6. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	**Titular**	**Fernando da Silva Sé**	
	Suplente	**Eva Patrícia da Silva**	
7. DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO	**Titular**	**Ricardo Azevedo Araujo**	
	Suplente	**Gleiton Matos Martins**	
8. **PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE**	**Titular**	**Fabio José Tardin**	
	Suplente	**Carlos Martins de Figueiredo**	

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

ÓRGÃO/ENTIDADE	SEGMENTO		CONSELHEIRO	ASSINATURAS
1. ASCAVAG - Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis	Classe dos Trabalhadores	Titular	**Valquíria Pereira de Barros**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	**Izaias Pereira de Barros**	
2. SENGE - Sindicato dos Engenheiros do Estado de Mato Grosso	Classe dos Trabalhadores	Titular	**João Nobres Neto**	
	Classe dos Trabalhadores	Suplente	Luiz Benedito de Lima Neto	

3. SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra e Venda	Classe Empresarial	Titular	Manoel Gomes Coelho	
	Classe Empresarial	Suplente	Guido Grando Junior	
4. CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas	Classe Empresarial	Titular	David Willian Correa Pintor	
	Classe Empresarial	Suplente	Andrea Ferreira Rocha	
5. SSVP - Sociedade de São Vicente Paulo	ONG	Titular	João Gumercindo Cassim	
	ONG	Suplente	Sebastião Pavani da Silva	
6. OAB	Profissionais Acadêmicos	Titular	José Timóteo de Lima	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Rosana Kally Spreafico Médeiros	
7. CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia	Profissionais Acadêmicos	Titular	Vanor de Oliveira Arantes	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	Domingos Savio Bruno da Silva	
8. CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso	Profissionais Acadêmicos	Titular	Enodes Soares Ferreira	
	Profissionais Acadêmicos	Suplente	(aguardando nova indicação do CAU)	
9. ACIMT - Associação das Construtoras e Incorporadoras de Mato Grosso	Movimento Social	Titular	Carlos Alberto Ziliani	
	Movimento Social	Suplente	Marcleide Rocha de Souza	
10. IMUNE Instituto de Mulheres Negras	Movimento Social	Titular	Rosana Fátima de Arruda	
	Movimento Social	Suplente	Antonieta Luisa Costa	
11. ACAMIS - Associação Caminhando Para Mais Um Sonho	Movimento Social	Titular	Mayara Patricia Silva Correa	
	Movimento Social	Suplente	Vanessa Aparecida Feliz	
12. ACIVAG - Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande	Movimento Social	Titular	Vando Faustino de Araújo	
	Movimento Social	Suplente	Josenil Rodrigues de Oliveira	
13. **ARCA - Multincubadora**	Movimento Social	Titular	Celso Kiyoshi Hazama	
	Movimento Social	Suplente	Ruiter Pinto de Araujo	

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022

A Pregoeira Oficial do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 006/2022, torna Público o **RESULTADO** do Processo Licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 013/2022,** regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Realizado no dia: 28/09/2022

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produtos químicos, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

RESULTADO:

LOTE 01

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 01,** fechou com valor de **R$ 672.116,40 (seiscentos e setenta e dois mil, cento e dezesseis reais, e quarenta centavos)**.

LOTE 02

A empresa **ADMF COMÉRCIO PRODUTOS TRATAMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS EIRELI ME**, CNPJ: 07.845.581/0001-01, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 02,** fechou com valor de **R$ 412.860,00 (quatrocentos e doze mil, oitocentos e sessenta reais)**.

LOTE 03

A empresa **HIDRODOMI DO BRASI LINDÚSTRIA DE DOMISSANEANTES LTDA**, CNPJ: 08.406.359/0001-75, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 03,** fechou com valor de **R$ 789.750,00 (setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais).**

LOTE 04

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 04,** fechou com valor de **R$ 815.360,00 (oitocentos e quinze mil, trezentos e sessenta reais)**.

LOTE 05

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 05,** fechou com valor de **R$ 1. 582.776,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e dois mil, setecentos e setenta e seis reais)**.

LOTE 06

A empresa **SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S.A.**, CNPJ: 12.884.672/0004-39, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 06,** fechou com valor de **R$ 312.780,00 (trezentos e doze mil, setecentos e oitenta reais)**.

LOTE 07

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 07,** fechou com valor de **R$ 1. 387.152,00 (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, cento e cinquenta e dois reais)**.

LOTE 08

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 08,** fechou com valor de **R$ 233.220,00 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e vinte reais)**.

LOTE 09

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 09,** fechou com valor de **R$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais)**.

LOTE 10

A empresa **SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ: 60.858.131/0001-36, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 10,** fechou com valor de **R$ 2. 988.678,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais)**.

LOTE 11

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 11,** fechou com valor de **R$ 129.155,00 (cento e vinte e nove mil, cento e cinquenta e cinco reais)**.

LOTE 12

A empresa **SNF BRASIL COMERCIAL QUÍMICA EIRELI**, CNPJ: 00.934.286/0001-82, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 12,** fechou com valor de **R$ 123.638,56 (cento e vinte e três mil, seiscentos e trinta e oito reais, e cinquenta e seis centavos)**.

LOTE 13

A empresa **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a **VENCEDORA,** para o **LOTE 13,** fechou com valor de **R$ 581.145,00 (quinhentos e oitenta e um mil, cento e quarenta e cinco reais)**.

Várzea Grande, 19 de outubro de 2022.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

LEI Nº 4.990/2022

Dispõe sobre a alteração do nome da Rua Frodomile para Rua Elias Alves da Cruz, no loteamento Manga, bairro Ponte Nova, de acordo com a Lei n.º 3.477/2010, que regulamenta arruamento e dá nomes às vias públicas do município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua Elias Alves da Cruz, a atual Rua Frodomile, no **Loteamento Manga, bairro Ponte Nova**, de acordo com a Lei n.º 3.477/2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 11 de outubro de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Carlos Martins de Figueiredo

LEI Nº 4.984/2022

Institui no Calendário Escolar das Unidades Escolares e Creches da rede pública e privada do município de Várzea Grande, o dia 25 de novembro como o Dia da Conscientização do “Não à Violência às Mulheres” no município de Várzea Grande e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído no Calendário Escolar das Unidades Escolares e Creches, da rede pública e privada do município de Várzea Grande, o dia 25 de novembro como o dia da Conscientização do “Não à Violência às Mulheres” no município de Várzea Grande.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 27 de setembro de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Eucaris Terezinha de Arruda Barros

LEI Nº 4.978/2022

Dispõe sobre a alteração do nome da Rua Terra Nova do Norte, bairro Terra Nova, para o nome de Rua José Pereira Barbosa, de acordo com a lei n.º 3.477/2010, que regulamenta arruamento e dá nomes às vias públicas do município de Várzea Grande, e dá outras providências.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Passa a denominar-se Rua José Pereira Barbosa, a atual Rua Terra Nova do Norte, situada no bairro Terra Nova, de acordo com a lei n.º 3.477/2010.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 20 de setembro de 2022.

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA

Prefeito Municipal

Autoria: Ver. Fabio José Tardin

PORTARIA Nº 1130/CPSPAD/SAD/2022

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº 528/2021, do Secretário Municipal de Administração, de 09 de junho de 2021, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 11 de junho de 2021, página 502 com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, apure no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam na Comunicação Interna nº 084/2022/GT/SMECEL/VG/MT e Comunicação Interna nº 279/2022/SMS/VG, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Saúde, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 21 de outubro de 2022.

Anderson Rodrigo do Nascimento Silva

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.436/2022

“DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **RAFAEL JUNIOR DA SILVA POHU**,ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais n. 3833, portador do RG: 287790-70-0 SSP/MT e CPF: 068.921.871-02, lotado na Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade - MT e a empresa relacionada abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR R$
112/2022	EXTRA MAQUINAS S/A	Prestação de serviço de revisão de 500 horas para moto niveladora da linha XCMG	6.132,00
113/2022	EXTRA MAQUINAS S/A	Aquisição de peças para revisão periódica de 500 horas para moto niveladora da linha XCMG	4.488,61

114/2022	MAQUIPARTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Aquisição de peças e acessórios em geral – de reposição para tratores, máquinas leves e pesadas, baseada na tabela de preços ao varejo das peças e acessórios do fabricante ou equivalente	16.683,17

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 25 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PLANO DECENAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE- MT (2022-2031)

FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal

Jacob André Bringsken

Secretária Municipal de Assistência Social

Graciane Ferreira Barbosa

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Jônice Aparecido Marques de Almeida **Elaboração do Documento** Graciane Ferreira Barbosa

Agatha Christie Lemes Sanches (Psicóloga do CRAS)

COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Secretaria Municipal de Assistência Social Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer Secretaria Municipal de Cultura

CMDCA

Conselho Tutelar Ministério Público

SUMÁRIO

1. Apresentação..... 5
2. Introdução..... 6
3. Público Alvo..... 8
4. Objetivos..... 9
5. Marco Conceitual das Medidas Socioeducativas..... 10
6. Conceitos Fundamentais..... 11
7. Princípio Norteador..... 12
8. Estratégias..... 13
9. Diagnóstico Situacional do Município..... 13
10. Responsabilidades..... 19
11. Monitoramento e Avaliação..... 24
12. Resultados Esperados..... 24
13. Financiamento do Sistema Socioeducativo..... 25
14. Bibliografia..... 25

APRESENTAÇÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 colocaram na agenda pública a questão do adolescente envolvido com a prática do ato infracional, e adotaram no campo da norma a premissa da doutrina da Proteção Integral representando um avanço em termos de proteção aos direitos fundamentais (à vida, à saúde, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária). A Resolução 119/2006 e a Lei Federal n. 12.594/12 conhecida como Lei do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), trouxeram a necessária implementação em todo o território nacional dos princípios consagrados nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude e para a Proteção dos Jovens com restrição de liberdade, na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, e no Estatuto da Criança e Adolescente, referentes à execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional. Após 25 anos da promulgação do ECA e da pouca efetividade das políticas públicas no campo do atendimento ao adolescente envolvido com a prática do ato infracional, a Lei do SINASE apresentou novas perspectivas para o alinhamento conceitual, a estruturação, qualificação e funcionamento do Sistema Socioeducativo.

Visando a promoção e garantia dos direitos humanos e a inclusão social de adolescentes com envolvimento em atos infracionais, apresentamos o Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo do município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, definindo objetivos que irão nortear a Gestão da Política de Atendimento Socioeducativo. Conforme o ECA nos incisos I e III do art. 88 quanto as diretrizes da Política de Atendimento a crianças e adolescentes, a municipalização e descentralização político administrativa dos serviços ofertados devem observar a realidade de cada município. Portanto, busca-se a articulação e comprometimento das políticas intersetoriais (como Saúde, Educação, Assistência Social, Esporte, Cultura, Lazer, Segurança Pública), reconhecendo-se a incompletude e a complementaridade entre eles visando assegurar um atendimento que promova o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, e ainda, a efetiva participação deles no desenvolvimento de sua medida. Sendo assim, em consonância com as diretrizes do SINASE, este Plano é um instrumento de Gestão que busca garantir e qualificar o atendimento intersetorial aos adolescentes a quem se atribui a prática do ato infracional.

2. INTRODUÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentam o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em consonância com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que é fruto de uma construção coletiva que enfrentou o desafio de envolver várias áreas de governo municipal sendo, representantes das Secretarias de Assistência Social, Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar e Poder Legislativo.

Os artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a corresponsabilidade de família, comunidade, sociedade em geral e poder público em assegurar, por meio de promoção e defesa, os direitos de crianças e adolescentes. Para cada um desses atores sociais existem atribuições distintas, porém o trabalho de conscientização e responsabilização deve ser contínuo e recíproco, ou seja, família, comunidade, sociedade em geral e Estado não podem deixar de interagir com os outros e de responsabilizar-se. Os papéis atribuídos a esses atores sociais conjugam-se e se entrelaçam:

1- À sociedade e ao poder público competem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente quando se encontram em situação de cumprimento de medida sócio educativa; **2-** À família, à comunidade e à sociedade em geral cabem zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento sócio educativo reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária).

A corresponsabilidade, implica em fortalecer as redes sociais de apoio, especialmente para a promoção daqueles em desvantagem social, conjugar esforços para garantir o comprometimento da sociedade, sensibilizando, mobilizando e conscientizando a população em geral sobre as questões que envolvem a atenção ao adolescente em conflito com a lei e, sobretudo, superar

práticas que se aproximem a uma cultura predominantemente assistencialista e/ou coercitiva.

A situação do adolescente em conflito com a lei não restringe a aplicação do princípio constitucional de prioridade absoluta, de modo que compete ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção a esse público, principalmente àqueles que se encontram numa condição de risco ou de vulnerabilidade pessoal e social.

Assim, todos os direitos garantidos pelo ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, o direito à vida e à saúde (Título II, Capítulo I); o direito à liberdade, ao respeito e a dignidade Capítulo II); o direito a convivência familiar e comunitária (Capítulo III); o direito à educação, acultura, ao esporte e ao lazer (Capítulo IV) e o direito a profissionalização e proteção no trabalho (Capítulo V) devem constar na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

O princípio da prioridade absoluta às crianças e adolescentes (artigo 227 da Constituição Federal e 4º do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente), determina a destinação privilegiada de recursos públicos para a área. Tal destinação inclui, os programas de atendimento das medidas sócio educativas. Cabe destacar que, em decorrência da descentralização político-administrativa prevista na Constituição Federal, a responsabilidade pelo financiamento é compartilhada por todos os entes federativos (União, Estado, Distrito Federal e Município).

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT dá cumprimento às indicações do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo que reconhece a necessidade de rever a estrutura e a funcionalidade dos serviços de atendimento face à realidade do município, bem como a sistematização das ações destinadas aos adolescentes em conflito com a lei, para execução no período de 2022 a 2031, com revisão anual e com o objetivo de disponibilizar a proteção integral aos adolescentes, por meio da execução de metas e ações nos eixos:

1) Atendimento inicial; 2) Atendimento aos adolescentes e às Famílias; 3) Medida Socioeducativa: Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida; 4) Capacitação Profissional; 5) Sistema de Informação.

Os dados da realidade local, o perfil e as necessidades dos adolescentes e a rede de serviços existentes, servirão de base para a promoção de iniciativas voltadas a diminuição dos fatores de risco e a promoção dos fatores de proteção dos adolescentes do município.

A proposta deste Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é desenvolver ações integradas com a rede de atendimento à criança e ao adolescente em parceria, nas áreas: educação, saúde, assistência social, trabalho, justiça e segurança pública, com o objetivo de proporcionar a efetivação dos direitos fundamentais consagrados ao adolescente na Constituição Federal em seu art. 227 e no ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.4º, garantindo sua condição de cidadão. Desta forma, as ações implementadas visam promover a melhoria, a otimização dos recursos disponíveis, a consolidação de uma rede articulada e integrada de atendimento ao adolescente e a implementação de ações sociais eficazes de prevenção da violência.

Vale ressaltar que, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo se concretizará pela ação articulada dos sistemas, órgãos e organizações estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos dos adolescentes, assegurando um atendimento que promova o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, sendo o CRAS o equipamento articulador das medidas socioeducativas.

3. PÚBLICO ALVO

O público alvo deste plano é adolescentes de 12 a 17 anos e 29 dias, autores de ato infracional, residentes no município de Vila Bela da Santíssima Trindade e suas respectivas famílias, porém trabalhos preventivos poderão ser realizados no ambiente escolar e na comunidade atingindo crianças, adolescentes, docentes, familiares, entre outros.

4. OBJETIVOS:

Objetivo Geral

Sistematizar o atendimento socioeducativo no Município adotando estratégias protetivas, em consonância com o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no sentido de proporcionar um atendimento socioeducativo de qualidade, reforçando parceiras e intensificando ações.

Objetivo Específico

Subsidiar a implantação do Serviço de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, em meio aberto; Garantir a manutenção e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela rede de atendimento socioeducativo; Conscientizar às famílias de sua importância na socialização do adolescente; Promover ações de prevenção da violência em suas diversas manifestações; Manutenção e qualificação dos serviços de atendimento socioeducativo aos adolescentes em cumprimento de medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida; Proporcionar conhecimentos aos técnicos e orientadores, sobre execução das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme os parâmetros e diretrizes do SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Fortalecer a rede de atendimento socioeducativo do Município; Fomentar ações, políticas e programas na área de adolescentes em conflito com a lei; Garantir nas dotações orçamentárias, recursos, para a execução das ações previstas no Plano; Conscientizar empresários da cidade e região da possibilidade direcionarem recursos para projetos sociais e culturais, com dedução no Imposto de Renda, conforme Lei Federal; Conscientizar Executivo e Legislativo municipal da importância de criar uma política de promoção de oportunidades aos jovens desta cidade, evitando o ócio e as drogas, incentivando o trabalho e os estudos. **5. MARCO CONCEITUAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

O Art. 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente traz como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticado por criança ou adolescente. É uma ação praticada por criança ou adolescente, caracterizada na lei como crime ou contravenção penal (ECRIAD, art. 103). De acordo com a Constituição Federal (art. 228), Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 104) e Código Penal (art. 27) o adolescente autor de ato infracional é inimputável penalmente, ou seja, não tem responsabilidade penal e por isso é submetido à uma responsabilização jurídica especial.

Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no Art. 101 Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste caso é acionado o Conselho Tutelar para aplicação da medica referente a situação apresentada, na direção de evitar que o fato que gerou o atendimento não volte acontecer. Quanto aos adolescentes, está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente a aplicação de medidas socioeducativas para a faixa etária de 12 a 17 anos que praticam ato infracional.

Excepcionalmente, a sua aplicação e o seu cumprimento poderão ser estendidos até os 21 anos. Essas medidas aplicadas aos adolescentes podem ser cumpridas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) ou em meio privativo de liberdade (semiliberdade e internação).

O Juiz da Vara da infância e Juventude, a partir da análise do processo judicial aplicarão, por meio de sentença, uma das medidas socioeducativas ao adolescente, previstas no artigo 112 Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando a aplicação de medida desde advertência até a privação de liberdade. Neste contexto é levado em consideração o universo pessoal e a capacidade do adolescente para cumpri-la, bem como as circunstancias e a gravidade da infração. O Estatuto da Criança e do Adolescente deixa claro que essas medidas tem caráter pedagógico, visando a reinserção social do adolescente, partindo do pressuposto de respeito a individualidade e da capacidade de "ressignificar" sua

vida e de promover sua "autonomia", não sendo compreendidas como apenas mas, em contrapartida, vincula sanções que obrigam o adolescente ao cumprimento dessas medidas.

6. CONCEITOS FUNDAMENTAIS

O modelo nasce da necessidade de um atendimento com qualidade eficaz, que pressupõe assegurar ao adolescente a autor de ato infracional o direito a ser escutado, seu contexto analisado, envolvendo a família e a comunidade e, sempre que possível, a vítima, para que as autoridades tenham condições de definir o melhor encaminhamento, orientação ou medida. Pelo caráter pedagógico atribuído as medidas Socioeducativas estas devem ser compreendidas como um período que possa contribuir para construção do projeto de vida pessoal e social do adolescente e formação de um jovem autônomo, competente e capaz de vencer os desafios do seu cotidiano. Atender o adolescente autor de ato infracional exige conhecimentos jurídicos, psicossociais, culturais, entre outros, em face da complexidade desses agir interinstitucional. Por isso, incluem-se neste documento conceitos fundamentais norteadores.

Referente ao Sistema de Atendimento Socioeducativo: o Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta um conjunto de medidas que são aplicadas mediante a autoria de um ato infracional. Tais medidas são diferenciadas para criança e adolescente. Para crianças (pessoas até 12 anos incompletos), cabe ao Conselho Tutelar tomar providencias e encaminhamentos, aplicando medidas de proteção e para o adolescente (pessoas entre 12 e 17 anos de idade) após ser efetuada a apresentação do Ministério Público será aplicado pelo Juiz à medida socioeducativa mais adequada considerando a capacidade de cumprimento do adolescente, a gravidade, as circunstâncias do ato e a disponibilidade de programas e serviços.

Medidas Socioeducativas em Meio Aberto: prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são aplicadas aos adolescentes que praticam atos infracionais de baixa gravidade e que não houve riscos a terceiros.

Liberdade Assistida: semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. Além destas, poderão ser aplicadas pelo juiz ao adolescente que cometeu ato infracional e pelos Conselheiros Tutelares às crianças que cometeram o mesmo ato medidas de proteção previstas no artigo 101, incisos I a VI, do ECA. Aqui vamos tratar apenas das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, uma vez que a diretriz prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente é a municipalização. Liberdade Assistida -será adotada para acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, comprazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, Ministério Público e o defensor, artigo118 do ECA.

Prestação de Serviço à Comunidade - consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente às seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência escolar ou a jornada normal de trabalho

7. PRINCÍPIO NORTEADOR

Os princípios aqui expressos norteiam as relações entre os diversos integrantes do Sistema Socioeducativo e destes com os adolescentes, famílias, comunidades e parceiros.

• Respeito aos Direitos Humanos; • Prioridade absoluta; • Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e sujeito de direitos, com capacidades e responsabilidades; • Interesse superior do adolescente; • Responsabilidade solidária da família, sociedade e estado pela promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes; • Complementaridade; • Municipalização do atendimento; • Estímulo à participação do adolescente, jovem e família; • Não discriminação; • Estímulo a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas. **8. ESTRATÉGIAS**

Implantação do serviço de atendimento ao adolescente:

Criar resolução normativa, contendo o Plano de Atendimento Socioeducativo, encaminhar ao Prefeito Municipal, com a finalidade de executá-lo integralmente no município; Publicar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo na sede da Prefeitura e no diário oficial de Cuiabá; Fiscalizar a execução das medidas socioeducativas em meio aberto mediante programa socioeducativo para liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade; Estimular a articulação e interface com as políticas públicas, estabelecendo prioridade absoluta de atendimento para a política municipal de saúde ao atendimento das crianças e adolescentes; Estimular a participação da família no acompanhamento escolar do adolescente. **9. DIAGNOSTICO SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**

As informações que compõem o diagnóstico socioterritorial estão de acordo com os dados contidos no site do Ministério da Cidadania e do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística – IBGE e fontes de pesquisa, de acervos que contêm dados históricos do município.

Vila Bela da Santissima Trindade faz Limite com: O Pais Bolívia e com os municipios: Comodoro, Pontes e Lacerda, Conquista do Oeste, Nova Lacerda e Porto Esperidião.

População estimada [2021] - 16.412 pessoas, sendo: Rural – 64%

Urbana – 36%

População no último censo [2010] - 14.493 pessoas Densidade demográfica [2010] - 1,08 hab/km²

Dados extraídos Cadastro Único

FAMÍLIAS CADASTRADAS NO CAD ÚNICO		Extrema pobreza	Situação de pobreza	Famílias baixa renda
REF. MÊS 11/2021	2.569	903	369	611

PESSOAS CADASTRADAS NO CAD ÚNICO		Extrema pobreza	Situação de pobreza	Famílias baixa renda
REF. MÊS 11/2021	7.247	2.876	1.245	1.996

Para o enfrentamento das demandas existentes relacionadas ao atendimento dos direitos das crianças e adolescentes, através do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e dos eixos que o compõe: Promoção, Defesa e Controle Social, é importante identificar os órgãos públicos e organizações da sociedade civil que desenvolvem as políticas setoriais de Vila Bela da Santíssima

Trindade-MT, as quais precisam estar interligadas para a racionalização das ações e aplicação de recursos.

A seguir discorre-se sobre aparelho operacional, ou seja, os órgãos necessários ao bom funcionamento do SGD e sobre as áreas setoriais que têm responsabilidades para a implementação da política de atendimento socioeducativo.

Secretaria de Assistência Social

A Secretaria Municipal de Assistência Social é órgão municipal responsável pela execução dos serviços da Política de Assistência Social no território, e organiza suas ações em Proteção Social Básica.

A Proteção Social Básica, desenvolvida no Centro de Referência da Assistência Social, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Dentro da Proteção Social Básica é desenvolvido o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, onde o acompanhamento familiar é realizado pela equipe composta por assistentes sociais e psicólogos.

Também é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes na faixa etária de 9 à 17 anos e Idosos com foco na constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia dos participantes, a partir dos interesses, das demandas e das potencialidades das faixas etária. As intervenções devam ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N.° 109/2009).

Programa Auxílio Brasil, que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Secretaria de Educação

O Município de Vila Bela da Ss. Trindade conta com duas Redes de Ensino Regular (Estadual e Municipal), oferecendo aos munícipes um ensino público gratuito, visando a garantia do acesso e permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos na escola, compreendendo as três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]: 93,9 %

IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]: 4,5 IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]: 3,7 Matrículas no ensino fundamental [2020]: 2.518 matrículas

Matrículas no ensino médio [2020]: 555 matrículas Docentes no ensino fundamental [2020]: 133 docentes Docentes no ensino médio [2020]: 32 docentes

Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]: 17 escolas Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]: 2 escolas

As Unidades Educacionais ativas no município estão apresentados da seguinte forma:

Rede Estadual:

Nº	Escola
01	Escola Estadual Quilombola Verena Leite de Brito
02	Escola Estadual 11 de Agosto

Rede Municipal:

Nº	Escola
01	CEI – Primeiros Passos
02	CEI – Tia Nastácia
03	CEI - Aviãozinho
04	CEI – Chapeuzinho Vermelho
05	EM. Ricardo Franco
06	EM. Itijucal
07	EM. Dom Antônio Rolim de Moura
08	EM. Duque de Caxias
09	EM. Vale do Guaporé
10	EM. Nova Fortuna
11	EM. Guaporé
12	EM. São Sebastião
13	EM. Monteiro Lobato
14	EM. Ponta do Aterro
15	EM. Marechal Deodoro
16	EM. Presidente Dutra
17	EM. Santa Luzia

Secretaria de Saúde

A rede da Secretaria de Saúde é composta pelo seguintes estabelecimentos de

Saúde:

06 Unidades Básicas de Saúde, formadas com Médico, Enfermeira, Técnico de Enfermagem e Agente Comunitário de Saúde (ACS) sendo as mesmas abaixo:

PSF Tereza de Benguela (anexo ao Hospital)

PSF Mão Amiga; (Jardim Aeroporto, Avenida Martiminiano) PSF Rural (anexo ao Hospital)

PSF Rural II (Santa clara do Monte Cristo Ponta do Aterro)

PSF Rural III Seringal (Jardim Aeroporto, Avenida Martiminiano)

01 (uma) Unidade de Reabilitação, composta com 03 Fisioterapeutas, 01 Fonoaudióloga, 01 Psicólogo; 01 Farmácia Municipal; 01 Laboratório Municipal.

Secretaria de Cultura

A ela compete estabelecer as diretrizes de ação para respaldo aos grupos artísticos, aos estabelecimentos públicos de caráter cultural, promover programas e eventos diversos e velar pelo patrimônio cultural material e imaterial do município.

Atualmente aos adolescentes interessados podem estar ingressando nos grupos de Dança Congo Mirim e Chorado Mirim.

Secretaria de Esporte

A esta Secretaria compete formular, disciplinar e desenvolver a política municipal de esporte, coordenando e estimulando, em todo o município, a prática esportiva e a realização de atividades físicas para todas as idades, atualmente a secretaria conta com o projeto “Bom de Bola” atendendo crianças e adolescentes de 07 a 11 anos e de 12 a 15 anos, das quais, podem estar sendo inseridas os adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar garantirá o atendimento do adolescente em conflito com a Lei com base no que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, efetivando e garantindo os diretos do público envolvido.

Referente às instâncias de Garantias: compõem o Sistema de Garantia dos Direitos e dos adolescentes, consta:

• Conselho Tutelar; • Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; • Conselho Municipal de Assistência Social; • Outras Conselhos de Políticas Setoriais, como Saúde e Educação. • Defensoria Pública; • Polícia Militar; • Polícia Civil; • Secretaria Municipal de Saúde; • Secretaria Municipal de Assistência Social; •Secretaria Municipal de Educação **10. RESPONSABILIDADES**

Para o desenvolvimento das ações de atendimentos, o Plano visa trabalhar de forma articulada e integrada com as diversas políticas públicas voltadas para o atendimento da criança e do adolescente no Município, de modo a se organizar junto as ações já existentes e sugerir novas ações de acordo com os marcos legais.

Responsabilidades da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Na Política de Assistência Social, o primeiro nível de garantia dos direitos está no campo de atuação da Proteção Social Básica, que tem como objetivo fundamental a prevenção de situações de risco por meio do fortalecimento de

vínculos familiares e comunitários. Este nível de complexidade do SUAS se concretiza através dos serviços ofertados pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

No segundo nível de direitos estão as redes de proteção voltadas para crianças e adolescentes em situação de direitos violados, nos municípios de porte II, esses atendimentos são voltados para o CREAS, contudo, nosso o nosso município carece desse equipamente, assim dessa forma, o atendimento de medida socioeducativa será direcionado ao CRAS.

Dessa forma, deve-se implementar um fluxo e protocolos do CRAS de encaminhamentos dos adolescentes e famílias para os serviços previstos na assistência social e outras políticas setoriais garantindo melhor integração com a Proteção Social Básica e outras políticas setoriais;

A Resolução CNAS nº 18/2014 reafirma a necessidade de desenvolver o trabalho social com famílias de forma integrado, a partir do atendimento inicial no Serviço de MSE em Meio Aberto, alinhado em PAEFI como serviço estruturante do CREAS, e com o PAIF nos CRAS, estabelecendo a territorialização do atendimento dos adolescentes e de suas famílias, não havendo, portanto, a possibilidade de unidade CREAS ofertar exclusivamente o Serviço de MSE em Meio Aberto,

A normativa enfatiza que a execução do Serviço de MSE em Meio aberto deve ser realizada de forma articulada aos serviços da Proteção Social Especial (PAEFI) e da Proteção Social Básica (SCFV, PAIF, Acessuas Trabalho). Além disso, a oferta do atendimento integral a adolescentes e suas famílias pelo Serviço de MSE em Meio Aberto apenas será possível por meio da atuação articulada com as outras políticas e atores que compõem o sistema socioeducativo.

O órgão gestor deve garantir, na interlocução com o Sistema de Justiça, a realização periódica de reuniões, capacitações e seminários conjuntos entre a Assistência Social e o Sistema de Justiça, principalmente estabelecendo um canal de comunicação permanente entre a equipe do CREAS e representantes e equipes do Sistema de Justiça para estudos de caso e compartilhamento de informações relativas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

O atendimento ao adolescente autor de ato infracional, no âmbito do SUAS, deve contemplar a sua responsabilização e a proteção social. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de MSE em Meio Aberto deve garantir aquisições aos adolescentes, que consistem nas seguranças

de acolhida, de convivência familiar e comunitária e de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.

A Tipificação estabelece os seguintes objetivos para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE em Meio Aberto:

1. Realizar acompanhamento social a adolescente durante o cumprimento da medida, bem como sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de outras politicas públicas setoriais; 2. Criar condições que visem a ruptura com a prática do ato infracional; 3. Estabelecer contratos e normas com o adolescente a partir das possibilidades e limites de trabalho que regrem o cumprimento da medida; 4. Contribuir para a construção da autoconfiança e da autonomia dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas; 5. Possibilitar acessos e oportunidades para ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; 6. Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Ainda segundo a normativa, a execução do serviço deve prover atenção socioassistencial e realizar acompanhamento, considerando a responsabilização dos adolescentes. Deve, ainda, viabilizar o acesso a diretos e serviços, como também a possibilidade deressignificar valores que contribuem com a interrupção da trajetória infracional. Este acompanhamento deve ter frequência mínima semanal visando, desta forma, garantir ação continuada por meio de acompanhamento sistemático.

Cabe destacar a articulação com a sociedade civil. Sabe-se que, conforme a Tipificação e a Resolução CNAS nº 18/2014, o Serviço de MSE em Meio Aberto de LA e PSC deve ter caráter público e gestão estatal, no entanto, é importante que se possa contar com o suporte das iniciativas da sociedade civil, especialmente na viabilização da oferta de serviços, programas e projetos complementares, que visem à concretização de oportunidades de convivência e fortalecimento de vínculos aos adolescentes e suas famílias.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por exemplo, em grande parte é executado pela rede socioassistencial privada. Ainda de acordo com Resolução CNAS nº 18/2014, o Serviço de MSE em Meio Aberto deve ser ofertado de forma integrada e complementar aos outros serviços do Sistema Único de Assistência Social.

É necessário também a Formação continuada aos trabalhadores da Assistência para conhecimento do SINASE.

Ainda ao Firmar parceria com empresas e serviços sociais autônomos, entre eles: SESC, SENAI, SENAC e SENAR, visando a inclusão dos adolescentes em cumprimento e pós cumprimento de medida em cursos profissionalizantes e no mundo do trabalho.

Responsabilidades da Secretaria Municipal de Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde priorizará atendimentos referentes à saúde integral dos adolescentes, junto à rede de serviços ofertados pelo Município, com exames e tratamentos especializados ofertados pela rede de saúde do SUS.

De acordo com a Lei do SINASE, em seu artigo 60, a atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo é de responsabilidade da SMS:

1. Implantação de ações de promoção da saúde, com o objetivo de integrar as ações socioeducativas, estimulando a autonomia, melhoria das relações interpessoais e fortalecimento de redes de apoio aos adolescentes e suas famílias; 2. Inclusão de ações e serviços para a promoção, proteção, prevenção de agravos e doenças e recuperação da saúde; 3. Cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com transtorno mental, bem como suas famílias; 4. Disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; 5. Prioridade ao atendimento a adolescentes gestantes autoras de atos infracionais; 6. Garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde, por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as normas do SUS; 7. Capacitação das equipes de saúde, bem como daqueles que atuam nas unidades de saúde de referência voltadas às especificidades de saúde dessa população e de suas famílias; 8. Inclusão nos Sistemas de Informação de Saúde do SUS, bem como no Sistema de Informações sobre Atendimento Socioeducativo, de dados e indicadores de saúde da população de adolescentes em atendimento socioeducativo.

O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, deficiência intelectual ou associadas deverá ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar. A avaliação subsidiará a elaboração e execução da terapêutica a ser adotada, a qual será incluída no PIA do adolescente, prevendo, se necessário, ações voltadas para a família.

O Serviço de MSE em Meio Aberto encaminhará para a área da saúde os casos de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa que apresente indícios de transtorno mental, de deficiência intelectual ou associada e usuários de substâncias psicoativas, para avaliação da equipe técnica multidisciplinar, utilizando-se dos tratamentos a nível ambulatorial e em regime de internação, conforme a necessidade do adolescente.

Responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação

A SME deve garantir o processo de escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

O atendimento ao adolescente nas suas necessidades pedagógicas nortearse-á pela valorização do exercício da cidadania e de ações relacionadas à priorização de matrículas, transferências, recuperação da aprendizagem e acompanhamentos de infrequências, bem como organização da documentação escolar, além inserção em oficinas profissionalizantes (caso venha a ter).

Considerar que o acesso à educação escolar precisa levar em conta as particularidades do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados).

Por fim, a SME deverá estabelecer parceria com as políticas setoriais visando estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos

alunos em colaboração com as famílias, tornando a escola o espaço de convivência sadia, social e educativo.

Responsabilidades das Secretarias de Cultura e Esporte

Ter acesso à cultura é primordial para o crescimento pessoal e social do ser humano. Por isso, os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE em Meio Aberto devem ter acesso a arte, música, dança, literatura, cinema, teatro e demais eventos culturais e de manifestações artísticas.

O desenvolvimento efetivo de atividades esportivas de lazer e culturais no projeto pedagógico pode assegurar o ensinamento de valores como: liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero, constituindo- se num instrumento de inclusão social, sendo assim, sempre que possível com projetos abertos os cursos devem ser oferecidos para que as atividades sejam escolhidas de acordo com o interesse dos adolescentes.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município será realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contando com a participação fundamental do Conselho Municipal de Assistência Social e demais instâncias de controle social. O Sistema de Monitoramento e Avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, onde possibilitará a mensuração dos indicadores de processo e resultados, por meio dos relatórios confeccionados mensalmente, onde são registradas as ações desenvolvidas no período, e que, justificam as ações previstas e não realizadas, bem como, relatório semestral de avaliação, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos.

12. RESULTADOS ESPERADOS

• Socioeducandos atendidos, profissionalizados e inseridos na sociedade; • Diminuição da reincidência; • Fortalecidas as parcerias com organizações governamentais e não governamentais na efetivação da rede de apoio para atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto; • Fortalecidas as relações familiares e comunitárias; • Assegurado o acesso dos adolescentes autores de ato infracional nas políticas públicas (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, etc.). • Oficinas e palestras socioeducativas disponibilizadas; • Maior agilidade e qualidade no acompanhamento dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto; • Conscientização das famílias dos socioeducandos para interagir com os mesmos e servir também como medida preventiva contra o ato infracional. **13. FINANCIAMENTO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos da Lei 12.594, estabelece que a responsabilidade pela implementação dos programas de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é de todos os entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O financiamento do Sistema Socioeducativo no município de Vila Bela da Santíssima Trindade ocorrerá com responsabilidade do órgão gestor das medidas de privação de liberdade, sendo, portanto pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com participação da Secretaria Municipal de Saúde e Educação.

14. BIBLIOGRAFIA

PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: Diretrizes e

Eixos Operati- vos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo

Demográfico.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 12.796/2013. Brasília: Senado Federal, 2013.

Caderno de orientações técnicas: Serviço de Medida Socioeducativo em Meio Aberto. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 088, DE 24 OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a nomeação dos membros do comitê de gestão estratégica do município de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT, e da outras providências.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Planejamento Estratégico Elaborado em parceria com TCE-MT – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento do princípio basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades e demandas da sociedade, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades, o acesso à informação e a precípua transparência;

CONSIDERANDO a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Comitê de Gestão Estratégia da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT, para tomada de decisões no tocante à implementação e o gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico.

Art. 2º - Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégicas as seguintes competências:

a) Homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas; b) Apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas; c) Deliberar sobre medidas corretivas apresentada pelos responsáveis de metas; d) Homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente; e) Criar condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados; f) Exigir, se necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado; g) Decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico. h)

Art. 3º - Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobre as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas.

Parágrafo Único- as reuniões do que trata o caput serão presididas pelo prefeito municipal.

Art. 4º - Designar com membros do referido Comitê os ocupantes dos cargos de:

I. Gabinete do Prefeito; II. Secretária Municipal de Administração e Fazenda; III. Secretário Municipal de Fomento à Agropecuária; IV. Secretária Municipal de Assistência Social e Trabalho; V. Secretário Municipal de Cultura; VI. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo; VII. Secretária Municipal de Educação; VIII. Secretária Municipal de Esporte e Lazer; IX. Secretário Municipal de Indústria e Comércio; X. Secretário Municipal de Infraestruturas e Serviços Públicos; XI. Secretário Municipal de Igualdade Racial; XII. Secretário Municipal de Meio Ambiente; XIII. Secretária Municipal de Planejamento; XIV. Secretária Municipal de Saúde; XV. Secretário Municipal de Turismo; XVI. Diretor Departamento de Água e Esgoto; XVII. Diretor Executivo do Previ; XVIII. Controlador Interno do Programa de Apoio ao Gerenciamento ao Planejamento Estratégico- GPE.

Art. 5º- Fica designado como coordenador (a) do Programa de Apoio ao Gerenciamento do Planejamento- EGP- o (a) Secretário (a) Municipal de Planejamento.

Art. 6º- O acompanhamento da execução do plano estratégico do município é de responsabilidade do controle interno municipal.

Art. 7º- Faz parte deste Decreto o calendário de atividades do Comitê de Gestão Estratégica, relacionado no anexo I.

Art. 8º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT, 24 DE OUTUBRO DE 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

ANEXO I

CALENDÁRIO DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICAS

CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DE 2022

DATA	HORÁRIO	LOCAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 030/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS EM GERAL – DE REPOSIÇÃO PARA TRATORES, MÁQUINAS LEVES E PESADAS, BASEADA NA TABELA DE PREÇOS AO VAREJO DAS PEÇAS E ACESSÓRIOS DO FABRICANTE OU EQUIVALENTE.

CONTRATADO: MAQUIPARTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ.: 12.753.2013/0003-35.

VALOR TOTAL: R$ 16.683,17 (dezesseis mil seiscentos e oitenta e três reais e dezessete centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de outubro de 2022.

Base Legal: Art. 24, Inciso I, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993

SUELY PEREIRA DA SILVA

PRESIDENTE C.P.L.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 020/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO PERIÓDICA DE 500 HORAS PARA MOTONIVELADORA DA LINHA XCMG.

CONTRATADO:EXTRA MAQUINAS S/A, CNPJ: 19.293.041/0001-41.

VALOR TOTAL: R$ 4.488,61 (quatro mil quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de outubro 2022.

SUELY PEREIRA DA SILVA- Presidente da Comissão de Licitação.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 019/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO DE 500 HORAS PARA MOTONIVELADORA DA LINHA XCMG EM EMPRESA AUTORIZADA, COM DESLOCAMENTO PARA SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE/MT.

CONTRATADO:EXTRA MAQUINAS S/A, CNPJ: 19.293.041/0001-41.

VALOR TOTAL: R$ 6.132,00 (seis mil cento e trinta e dois reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 25 de outubro 2022.

SUELY PEREIRA DA SILVA- Presidente da Comissão de Licitação.

PORTARIA N.433/2022

"DESIGNA SERVIDOR (A) PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CRISTIANE SCATOLIN,** brasileira, residente e domiciliada a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 14273683 SSP/MT e CPF n. 950.582.571-49, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato relacionado abaixo:

CONTRATO N.	EMPRESA:	OBJETO	VALOR
111/2022	**CELIO ANTÔNIO DE MORAES 02132027196** CNPJ: **46.413.133/0001-90**	**Prestação de serviço de eletricista Predial nos Prédios Públicos Escola Nova Fortuna, Escola Municipal Duque de Caixas (Palmarito), Escola Municipal Itijucal e Escola Municipal Ricardo Franco**	**R$ 5.805,00**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2022.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 434/2022

"AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os Artigos 102 a 105 da Lei Municipal 424/1992,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão em pecúnia de 03 (três) mês da licença-prêmio a que se faz jus a servidora efetiva no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil - TDI, **MARINÊS GONÇALVES DE PAULA,** Matrícula nº. 2153, relativo ao período aquisitivo de **30/07/2017 a 29/06/2022**, com fulcro no artigo 102 e 105, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Artigo 2º – Caberá ao Departamento de Recursos Humanos consignar em folha de pagamento o valor da conversão de que trata o artigo anterior, sob a denominação **"Conversão em Pecúnia–Portaria n. 434/2022"**, observadas as formalidades e disposições legais em vigor.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 191/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 965215

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Eletrônico nº 110/2022, cujo objeto é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios que serão utilizados na alimentação escolar dos alunos deste município, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo, onde foram **declaradas vencedoras as empresas:**

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
ARAGUAIA EMPREENDIMENTOS EIRELI (35.210.672/0001-78)	**R$ 974.876,00**
GEOVANE ESTIVAL LTDA (04.570.090/0001-07)	**R$ 1.566.645,00**

Vila Rica – MT, 25 de Outubro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 238/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 238/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2022

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gás liquefeito de petróleo-GLP P13 e P45, sob demanda, para atender as necessidades das Secretarias Municipais

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 25 de Outubro de 2022.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

FR COMÉRCIO DE GÁS LTDA (22.161.363/0001-41)R$ **267.997,00**-Contratada

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 049/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 049/2022

PROCESSO 207/2022

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada na lei 14.1333/2021 Art. 75 Inc. II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em realização de exames de mamografia para atender pacientes do SUS em favor da proponente **ZILDA OLIVEIRA BORGES ME** inscrita no CNPJ 33.157.037/0001-87, no valor total de R$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais).**Ratifico**, conforme prescreve o art. 26 do estatuto das licitações, o despacho da C.P.L e parecer jurídico do Assessor Jurídico, publica-se.

Vila Rica, 25 de Outubro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

C.P.F.: 328.086.071-72

R.G.: 1614784 SSP/GO

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 200/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 964622

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Eletrônico nº 106/2022, cujo objeto é o

Registro de preço para futura e eventual de gás liquefeito de petróleo-GLP P13 e P45, sob demanda, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, onde foi **declarada vencedora a empresa:**

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
FR COMÉRCIO DE GÁS LTDA (22.161.363/0001-41)	**R$ 267.997,00**

Vila Rica – MT, 25 de Outubro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2022

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de manilhas de concreto armado, **para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas.**

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 25 de Outubro de 2022.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

R. L. BIRK CONSTRUTORA LTDA(18.066.804/0001-59) R$ 747.999,00-Contratada

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1.957/2022

DE 25 DE OUTUBRO DE 2022.

Altera a redação do Inciso V, § 2ª do Art. 13 da Lei Municipal nº 1.176/2013, que estabelece o Plano de cargos, careiras e vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Vila Rica – MT e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vila Rica - MT, Sr. Abmael Borges da Silveira, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Inciso V, § 2ª do Art. 13 da Lei Municipal nº 1.176/2013, passando a vigorar com a seguinte redação.

Art. 13 - .....

§ 2º - .....

V – o benefício será concedido a todo o servidor para a frequência em curso superior de graduação, especialização, mestrado e doutorado, independente de concessões anteriores.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de outubro de 2022.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Gestão 2021/2024

GABINETE
PORTARIA N° 413/2022

DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

"CRIA A COMISSÃO ESPECIAL **'TRANS INTEGRAÇÃO'** ENTRE OS MUNICÍPIOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA."

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA,Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída a comissão especial denominada "**TRANS INTEGRAÇÃO**" que tem como objetivo mobilizar ações conjuntas integrativas e de temática regional entre as cidades de **Caseara/TO (região centro oeste do Tocantins), Vila Rica/MT (região nordeste do Mato Grosso) e Santana do Araguaia/PA (região sudeste do Pará)**.

Art. 2º - A comissão especial tem a seguinte composição:

Diretoria:

Presidente: Nazaré Martins de Souza;

Vice –presidente: Edeon Vaz Ferreira;

1º secretario: Dari Fronza, Presidente da APROSOJA Tocantins;

2º secretario: Vanderlei Ataides Presidente da APROSOJA do Pará;

Tesoureira: Sara Soares – Representante do Instituto Nossa Gente De Santana do Araguaia - PA.

Membros:

Roni Condão - Prefeito de Confresa/MT;

Abmael Borges da Silveira - Prefeito de Vila Rica/MT

Thiago Castellan Ribeiro - Prefeito de Santa Teresinha/MT;

Eduardo Machado - Prefeito de Santana do Araguaia/PA;

Ildislene Santana – Prefeita de Caseara/TO;

Nezita Martins Neta – Prefeita Monte Santo do Tocantins/TO;

Isaías Piagem – Prefeito de Marianópolis/TO;

Flávio Rodrigues- Prefeito de Divinópolis/TO;

Celso Morais - Prefeito de Paraiso do Tocantins/TO;

Anísio Vilela Junqueira Neto - Sindicato Rural de Vila Rica/MT;

André Felipe Klein - Sindicato Rural de Santana Do Araguaia-PA;

Governo do Estado do Pará;

Governo do Estado do Mato Grosso;

Governo do Estado do Tocantins;

Art. 2º - A comissão especial deverá ser instituída por Portaria em cada Municipio, publicada na imprensa oficial, e possui atribuições especificas para tratar de todos os atos, ações e protocolo andamento e organização para as ações integrativas entre os municípios, assegurando a realização de reuniões e demais instrumentos necessários para o andamento das proposições.

Art. 3º - Fica autorizado a regulamentação de novos atos para tratar da matéria, incluindo a organização de reuniões, ações, custeio e outros.

Art. 4º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021/2024

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 186/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 963606

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Pregão Eletrônico nº 106/2022, cujo objeto é o

Registro de preço para futura e eventual aquisição de manilhas de concreto armado, **para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas**, onde foi declarada vencedora a empresa:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
R. L. BIRK CONSTRUTORA LTDA (18.066.804/0001-59)	**R$ 747.999,00**

Vila Rica – MT, 25 de Outubro de 2022.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 239 E 240 /2022

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 239 E 240 /2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2022

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios que serão utilizados na alimentação escolar dos alunos deste município.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 25 de Outubro de 2022.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

ARAGUAIA EMPREENDIMENTOS EIRELI (35.210.672/0001-78) R$ **974.876,00** - Contratada

GEOVANE STIVAL LOPES EIRELI (04.570.090/0001-07) R$ **1.566.645,00** – Contratada

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 415/2022

DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

***Abmael Borges da Silveira*, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em especial o capítulo II seção I da lei Municipal nº 748/2008;**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL a servidora THANILIA FARIA VILELA BERNACCHI, matrícula n.º 1377 lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Odontóloga, pelo período de novembro de 2022 a abril de 2023 conforme cronograma de desenvolvimento abaixo.

Ref	Mês	Domingo	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Carga Horária
2022									
9	novembro					10	11	12	
10	dezembro	05	06	07					
2023									
Ref	Mês	Domingo	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Carga Horária
11	janeiro					12	13	14	
12	fevereiro					02	03	04	
13	março					02	03	04	
14	abril					13	14	14	

Art. 2º - Fica a servidora obrigada a comprovar a participação e freqüência em todas as etapas descritas no cronograma de desenvolvimento bem como obter o aproveitamento mínimo exigido pelo curso.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

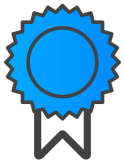
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Oct 25 22:35:32 UTC 2022
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)